As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; dos Acionistas Vendedores; das Instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

GRUPO BIG BRASIL S.A.
Companhia de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 30.621.687/0001-43
NIRE: 35.300.517.270
Avenida Tucunaré, nº 125, Bloco A, Superior, Sala 109, Tamboré
CEP 06460-020, Barueri, São Paulo
[•] Ações Ordinárias
Valor da Oferta: R$[•]
Código ISIN: "[•]"
Código de negociação das Ações na B3: "[•]"

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•] ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

O **Grupo Big Brasil S.A.**, ("**Companhia**"), **Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** ("**FIP Momentum**") e o **Brazil Holdings S.C.S.** ("**Walmart US**" e, em conjunto com o FIP Momentum, "**Acionistas Vendedores**"), em conjunto com o **Banco Itaú BBA S.A.** ("**Itaú BBA**" ou "**Coordenador Líder**"), o **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.** ("**Bank of America**"), o **Banco BTG Pactual S.A.** ("**BTG Pactual**"), o **Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.** ("**Credit Suisse**"), o **Banco Bradesco BBI S.A.** ("**Bradesco BBI**") e o **Banco J.P. Morgan S.A.** ("**J.P. Morgan**", e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o BTG Pactual, o Credit Suisse e o Bradesco BBI, os "**Coordenadores da Oferta**"), estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia ("**Ações**" e "**Oferta**").

A Oferta consistirá na distribuição pública: (i) primária de,inicialmente, [•] novas Ações a serem emitidas pela Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de, inicialmente, [•] Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("**Brasil**"), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente vigente ("**Código ANBIMA**"), e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar segmento especial de listagem do Novo Mercado e negociação de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**" e "**Novo Mercado**") e convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais ("**Instituições Consorciadas**" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "**Instituições Participantes da Oferta**").

Simultaneamente, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Itau BBA USA Securities, Inc, pelo BofA Securities, Inc., pelo BTG Pactual US Capital LLC, pelo Credit Suisse Securities (USA) LLC, pelo Bradesco Securities, Inc. e pelo J.P. Morgan Securities LLC (em conjunto, "**Agentes de Colocação Internacional**"), em conformidade com o *Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional ("**Contrato de Colocação Internacional**"): (i) nos Estados Unidos da América ("**Estados Unidos**"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do *U.S. Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos ("**SEC**"), em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("***Securities Act***") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "**Investidores Estrangeiros**") e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("**Lei 4.131**"), ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("**Resolução CMN 4.373**") e da Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada ("**Instrução CVM 560**"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Exceto pelo registro a ser concedido pela CVM para a realização da Oferta no Brasil, nos termos da Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Big Brasil S.A. ("**Anúncio de Início**"), a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá, a critério [dos Acionistas Vendedores e da Companhia], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia [a serem por ela emitidas e/ou alienadas pelos Acionistas Vendedores, conforme o caso, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo)], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão utilizadas para atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* ("**Ações Adicionais**").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15%, ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia [a serem por ela emitidas e/ou alienadas pelos Acionistas Vendedores, conforme o caso, na propoção indicada neste Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo)], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações Suplementares**"), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação (conforme definido neste Prospecto Preliminar), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta ("**Opção de Ações Suplementares**"). As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta de forma individual e não solidária, em regime de garantia firme de liquidação a ser prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Colocação e no item 4 abaixo. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas[/adquiridas] e integralizadas[/liquidadas] no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto Preliminar) serão normalmente, considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto Preliminar, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Interior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

O preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***") e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* ("**Preço por Ação**").

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"). Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

	Preço (R$)(1)	Comissões (R$)(2)(4)	Recursos Líquidos (R$)(2)(3)(4)
Preço por Ação	[•]	[•]	[•]
Oferta Primária(4)	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária(4)	[•]	[•]	[•]
Total da Oferta	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.
(3) Sem dedução das despesas e tributos da Oferta.
(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta - Custos de Distribuição", na página 48 deste Prospecto Preliminar.
(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores na Oferta, bem como o montante a ser recebido, veja página 47 deste Prospecto Preliminar.

A abertura de capital da Companhia, a sua adesão e admissão ao Novo Mercado, bem como a reforma do seu estatuto social ("**Estatuto Social**"), de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 ("**Regulamento do Novo Mercado**") e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), bem como seus termos e condições foram aprovadas em assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 14 de outubro de 2020, cuja ata será devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**"), bem como foi publicada no jornal "Valor Econômico" em 19 de outubro de 2020, e será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("**DOESP**").

O Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no "Valor Econômico" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOESP no dia útil subsequente.

A realização da Oferta Secundária pelo FIP Momentum, bem como seus termos e condições, foram aprovados em reunião do Comitê de Investimento realizada em 13 de outubro de 2020, em conformidade com seu Regulamento. Além disso, não será necessária qualquer aprovação societária do FIP Momentum quanto à fixação Preço por Ação.

Não foi necessária qualquer aprovação societária do Walmart US para realização da Oferta Secundária. Além disso, não será necessária qualquer aprovação societária do Walmart US quanto à fixação Preço por Ação.

Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos e em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

É admissível o recebimento de reservas, a partir de [•] de [•] de 2020, para subscrição/aquisição de Ações, as quais somente serão confirmadas pelo adquirente após o início do período de distribuição.

"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

A Oferta está sujeita a prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em 19 de outubro de 2020.

Este Prospecto Preliminar não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição/aquisição das Ações. Ao decidir subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", A PARTIR DAS PÁGINAS 20 e 99, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO PRELIMINAR E TAMBÉM A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NA PÁGINA 379, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

Autorregulação ANBIMA
Ofertas Públicas

Coordenadores da Oferta

[*logos*]

Coordenador Líder **Agente Estabilizador**

A data deste Prospecto Preliminar é [•] de [•] de 2020.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **1**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **6**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **7**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **10**
Visão Geral 10
Eventos Recentes 19
IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES DA OFERTA, CONSULTORES E DOS AUDITORES INDEPENDENTES **25**
SUMÁRIO DA OFERTA **27**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **41**
Composição do capital social 41
Principais acionistas, Administradores e Acionistas Vendedores 42
Identificação dos Acionistas Vendedores, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos 44
Características Gerais da Oferta 44
Descrição da Oferta 44
Aprovações societárias 46
Preço por Ação 46
Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta 47
Quantidade, montante e recursos líquidos 47
Custos de Distribuição 48
Instituições Participantes da Oferta 49
Público Alvo 49
Cronograma Estimado da Oferta 49
Procedimento da Oferta 50
Oferta de Varejo 52
Oferta Institucional 56
Prazos da Oferta 58
Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional 58
Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta 59
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação 61
Estabilização dos Preços das Ações 62
Violações das Normas de Conduta 63
Direitos, vantagens e restrições das Ações 63
Negociação das Ações na B3 64
Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up*) 65
Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações 65
Formador de Mercado 65
Inadequação da Oferta 66
Condições a que a Oferta esteja submetida 66
Informações adicionais 66
Instituições Consorciadas 68
Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta 68
Instituições Consorciadas 69
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA **71**
Coordenador Líder 71
Bank of America 72
BTG Pactual 73
Credit Suisse 74
Bradesco BBI 76

J.P. Morgan 77
RELACIONAMENTO DA COMPANHIA E DOS ACIONISTAS VENDEDORES COM OS COORDENADORES DA OFERTA 79
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder 79
Relacionamento entre a Companhia e o Bank of America 80
Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual 81
Relacionamento entre a Companhia e o Credit Suisse 83
Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI 84
Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan 85
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA 87
Relacionamento entre o FIP Momentum e o Coordenador Líder 87
Relacionamento entre o Walmart US e o Coordenador Líder 87
Relacionamento entre o FIP Momentum e o Bank of America 88
Relacionamento entre o Walmart US e o Bank of America 89
Relacionamento entre o FIP Momentum e o BTG Pactual 90
Relacionamento entre o Walmart US e o BTG Pactual 91
Relacionamento entre o FIP Momentum e o Credit Suisse 92
Relacionamento entre o Walmart US e o Credit Suisse 93
Relacionamento entre o FIP Momentum e o Bradesco BBI 94
Relacionamento entre o Walmart US e o Bradesco BBI 95
Relacionamento entre o FIP Momentum e o J.P. Morgan 96
Relacionamento entre o Walmart US e o J.P. Morgan 97
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES 99
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 107
CAPITALIZAÇÃO 109
DILUIÇÃO 110
ANEXOS 115
ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA 119
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2020, QUE APROVOU, DENTRE OUTRAS MATÉRIAS, A REALIZAÇÃO DA OFERTA 135
MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA 145
ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO FIP MOMENTUM REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2020, QUE APROVOU REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA 151
DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400. 157
DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR FIP MOMENTUM, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 E DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR WALMART US, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 161
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 167
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 173
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 231
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO PERÍODO DE CINCO MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 303
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480 357

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto Preliminar, “Companhia”, “Grupo Big” ou “nós” se referem, a menos que o contexto determine de forma diversa, ao Grupo Big Brasil S.A., suas controladas, subsidiárias e filiais na data deste Prospecto Preliminar. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto Preliminar, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta” na página 27 deste Prospecto Preliminar.

Abras	Associação Brasileira de Supermercados.
Acionistas Vendedores	FIP Momentum e o Walmart US, considerados em conjunto.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
Advent	Advent International.
Agente Estabilizador ou [•]	[•].
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	A assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditores Independentes	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Bank of America	Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Bônus de Subscrição	Bônus de Subscrição emitido pela Companhia em favor da WMT Brasilia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de outubro de 2020.
Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Câmara de Arbitragem do Mercado	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da B3.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
COVID-19	Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2.

CPF/ME	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente vigente.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.
Companhia ou Grupo Big	Grupo Big Brasil S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto Preliminar não havia sido instalado.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Credit Suisse	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
CRM	*Customer Relationship Management.*
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Direitos Adicionais	Nomes de domínio registrados no Brasil e o *trade dress* da Sam's Club.
Diretoria Estatutária	A diretoria estatutária da Companhia.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
EBITDA	O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12, conciliada com suas demonstrações financeiras. O EBITDA consiste no lucro (prejuízo) líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelas receitas e despesas de imposto de renda e contribuição social, e pelas despesas e custos de depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida. Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 369 deste Prospecto Preliminar.

EBITDA Ajustado	O EBITDA Ajustado representa uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao EBITDA acrescido de itens não-recorrentes ou não-operacionais, como reversão de impairment, despesas com reinauguração de lojas e créditos extemporâneos (crédito da exclusão de ICMS na base de PIS/COFINS), entre outros. A Margem EBITDA Ajustado, por sua vez, é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida. Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 369 deste Prospecto Preliminar.
ESG	*Environmental, social and corporate governance.*
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	O estatuto social da Companhia.
FIP Momentum	Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
Formulário de Referência	Formulário de referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, conforme alterada, e anexo a este Prospecto Preliminar.
Governo Federal	Governo Federal do Brasil.
Grupamento de Ações	Grupamento da totalidade das ações ordinárias da Companhia na proporção de 10:1, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de outubro de 2020.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
IFRS	*International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relatório Financeiro). Conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas e revisadas pelo IASB – *International Accounting Standards Board* (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade).
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
Instrução CVM 527	Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada.

Instrução CVM 539	Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
Instrução CVM 567	Instrução da CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015, conforme alterada.
Instrução CVM 578	Instrução da CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, conforme alterada.
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica;
J.P. Morgan	Banco J.P. Morgan S.A.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Marcas Sam's Club	Marcas "Sam's Club" e "Member's Mark".
Net Promoter Score	Métrica calculada com base nas avaliações recebidas de notas 9 e 10 subtraídas de notas 1 a 6.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem de valores mobiliários da B3, destinado à negociação de valores mobiliários emitidos por empresas que se comprometem voluntariamente com a adoção de práticas de governança corporativa e a divulgação pública de informações adicionais em relação ao que é exigido na legislação, previstas no Regulamento do Novo Mercado.
Ofício-Circular CVM/SRE	Ofício-Circular nº 1/2020 - CVM/SRE, divulgado em 05 de março de 2020.
OMS	Organização Mundial da Saúde.
PIS	Programa de Integração Social.
Plano de Opções	Plano de opção de compra de ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de setembro de 2018, aditado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14 de outubro de 2020.
Programas de Opção	Programas de Opção de Compra de Ações aprovados sob o Plano de Opções em Reunião de Conselho de Administração realizadas em 17 de setembro de 2018 e 28 de março de 2019, aditados em Reunião de Conselho de Administração realizada em 14 de outubro de 2020.
Prospectos	O Prospecto Definitivo e este Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regra 144A	Regra 144A editada ao amparo do *Securities Act*.

Regulamento do Novo Mercado	Regulamento do Novo Mercado, que prevê as práticas diferenciadas de governança corporativa a serem adotadas pelas companhias com ações listadas no segmento Novo Mercado da B3.
Regulamento S	*Regulation S do Securities Act* de 1933, conforme alterada, dos Estados Unidos.
SEC	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	*U.S. Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.
SKUs	*Stock Keeping Unit.*
SSS	*Same Store Sales (Vendas mesmas lojas).*
TI	Tecnologia da informação.
Walmart US	Brazil Holdings S.C.S.
WMT Brasília	WMT Brasilia S.À.R.L.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Grupo Big Brasil S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 30.621.687/0001-43, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE nº 35.300.517.270.
Registro na CVM	Em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM, cujo requerimento foi apresentado à CVM em [•] de [•] de 2020.
Sede	Localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Tucunaré, nº 125, Bloco A, Superior, Sala 109, Tamboré, CEP 06460-020.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Tucunaré, nº 125, Bloco A, Superior, Sala 109, Tamboré, CEP 06460-020. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Vitor Fagá de Almeida. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (11) 2103-5672 e o seu endereço eletrônico é ri.big@big.com.br.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Auditores Independentes	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código "[•]", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início.
Jornais nos Quais Divulga Informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no DOESP e no jornal "Valor Econômico".
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência.
Website	http://ri.big.com.br As informações constantes no *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto Preliminar e não estão a ele incorporadas por referência.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto Preliminar contém considerações sobre estimativas e declarações da Companhia relativas aos planos, expectativas sobre eventos para futuros, estratégias, tendências financeiras que afetam suas atividades, bem como declarações relativas a outras informações, principalmente nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", nas páginas 20 e 99, respectivamente, deste Prospecto e nas seções "4. Fatores de Risco", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência da Companhia a partir das páginas 379, 479 e 545, respectivamente, deste Prospecto Preliminar, constituem estimativas e declarações futuras que envolvem riscos e incertezas e, portanto, não são indicativas ou constituem garantias de resultados futuros.

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou que tenham o potencial de afetar os negócios da Companhia, o seu setor de atuação, sua participação de mercado, reputação, negócios, situação financeira, o resultado de suas operações, margens e/ou fluxo de caixa. As estimativas e perspectivas sobre o futuro estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações disponíveis atualmente. Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos neste Prospecto Preliminar, tais como previstos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro, podem impactar adversamente os resultados da Companhia e/ou podem fazer com que as estimativas e perspectivas não se concretizem. Dentre os diversos fatores que podem influenciar as estimativas e declarações futuras da Companhia, podem ser citados, como exemplo, os seguintes:

- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sanitários da pandemia da COVID-19 (ou outras pandemias, epidemias e crises similares), e das medidas governamentais implementadas em resposta à pandemia, particularmente no Brasil e na medida em que tais fatores continuem a causar severos, frequentes e negativos efeitos macroeconômicos e a impactar o comportamento e hábitos de consumidores nas regiões em que a Companhia opera, aumentando assim muitos dos outros riscos descritos na seção "4.1. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 379;

- capacidade da Companhia de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta ao, ou para amenizar os impactos da, pandemia de COVID-19 nos negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira da Companhia;

- capacidade da Companhia de prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento dos consumidores da Companhia em razão da pandemia de COVID- 19, mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;

- capacidade da Companhia de obter financiamento para seus projetos e planos de expansão;

- capacidade da Companhia de implementar suas estratégias de crescimento e planos de negócios, incluindo a abertura e desenvolvimento das atuais e futuras lojas, bem como a identificação de novas localidades para novas unidades;

- conjuntura socioeconômica, política e de negócios do Brasil, incluindo, exemplificativamente, câmbio, nível de emprego e confiança do consumidor;

- inflação, deflação, bem como flutuações das taxas de juros;

- manutenção do sucesso do nosso marketing e esforços de venda;

- alteração no custo dos nossos produtos e dos nossos custos operacionais;capacidade da Companhia de atender seus clientes de forma satisfatória, acompanhando as mudanças nas preferências dos consumidores e demandas pelos produtos que vendemos;

- nossa capacidade de manter os preços de nossos produtos face aqueles praticados por nossos concorrentes atuais, bem como aqueles que poderão ser praticados por novos concorrentes;

- mudança nas preferências dos consumidores e demandas pelos produtos que vendemos;

- dificuldades na manutenção e melhoria de nossas marcas e reclamações desfavoráveis de cientes, ou publicidade negativa, que afetem nossas marcas;

- aumento do custo na estrutura da Companhia, em especial de custos trabalhistas;

- capacidade da Companhia de manter as operações das suas lojas nos locais onde atualmente opera;

- instabilidade política e condições gerais da economia, política e de negócios no Brasil e no exterior, incluindo, no Brasil, a percepção dos riscos em relação à corrupção e a outras investigações em curso e as relações turbulentas e disputas internas dentro da administração do Presidente Bolsonaro, bem como políticas públicas e possíveis mudanças para tratar dessas questões ou outras mudanças em políticas públicas, incluindo reformas econômicas e tributárias e respostas aos efeitos contínuos da pandemia do COVID-19, qualquer um dos quais pode afetar negativamente as perspectivas de crescimento da economia brasileira como um todo;

- eventos de surtos de doenças e pandemias, tal como o surto do COVID-19 no Brasil e no mundo;

- natureza competitiva do varejo brasileiro nos setores em que atuamos;

- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sanitários da pandemia de COVID-19 (ou outras pandemias, epidemias e crises similares) particularmente no Brasil e na medida em que continuem a causar graves efeitos macroeconômicos negativos, portanto aumentando muito dos outros riscos descritos na seção de Fatores de Risco do Formulário de Referência; e

- outros fatores de risco discutidos nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” deste Prospecto, nas páginas 20 e 99, respectivamente, deste Prospecto Preliminar, bem como na seção “4. Fatores de Risco” e “5. Gerenciamento de Riscos e Controles Internos” do Formulário de Referência da Companhia, a partir das páginas 379 e 456, respectivamente, deste Prospecto Preliminar.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “deverá”, “visa”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro.

As considerações sobre estimativas e perspectivas para o futuro incluem informações pertinentes a resultados, estratégias, planos de financiamentos, posição concorrencial, dinâmica setorial, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes neste Prospecto Preliminar podem vir a não se concretizar.

Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da sua capacidade de controle ou previsão. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações futuras contidas neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência da Companhia podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO PRELIMINAR E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO PRELIMINAR A PARTIR DA PÁGINA 357, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS NESTE PROSPECTO PRELIMINAR. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A RESPONSABILIDADE E A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Apresentamos a seguir um sumário dos nossos negócios, incluindo nossas informações operacionais e financeiras, nossas vantagens competitivas e estratégias de negócio. Este sumário é apenas um resumo das nossas informações, não contendo todas as informações que um potencial investidor deve considerar antes de tomar sua decisão de investimento em nossas Ações. Informações completas sobre nós estão em nosso Formulário de Referência e nas nossas demonstrações financeiras incorporadas por referência a este Prospecto. Leia este Prospecto e o nosso Formulário de Referência antes de aceitar a Oferta.

ANTES DE TOMAR SUA DECISÃO EM INVESTIR EM NOSSAS AÇÕES, O INVESTIDOR DEVE LER, CUIDADOSA E ATENCIOSAMENTE, TODO ESTE PROSPECTO, INCLUINDO AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS SEÇÕES "CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO", "PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", CONSTANTES NAS PÁGINAS 7, 20 E 99 DESTE PROSPECTO, ALÉM DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, A PARTIR DA PÁGINA 357, ENFATIZANDO AS SEÇÕES "3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS", "4. FATORES DE RISCO", "5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS" E "10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES", BEM COMO NOSSAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E AS RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS A PARTIR DA PÁGINA 173 E NOSSAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E AS RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS A PARTIR DA PÁGINA 231, PARA UM ENTENDIMENTO MAIS DETALHADO DOS NOSSOS NEGÓCIOS E DA OFERTA PROPRIAMENTE DITA. RECOMENDA-SE AOS INVESTIDORES INTERESSADOS QUE CONTATEM SEUS CONSULTORES JURÍDICOS E FINANCEIROS ANTES DE INVESTIR NAS AÇÕES.

Visão Geral

Somos o líder em varejo alimentar no Nordeste e no Sul do Brasil e o terceiro maior do país, em termos de receita bruta, conforme publicação da Abras do ano de 2019, sendo o único com controle local e presença nacional. Acreditamos que somos uma empresa com uma cultura de alto desempenho, desenvolvemos programas de liderança e engajamento do time, com foco em produtividade, eficiência e rentabilidade. Durante o ano de 2019 registramos uma receita líquida de R$20.579 milhões e, durante os primeiros noves meses de 2020, de R$15.708 milhões.

Operamos em dois segmentos de negócios: (i) atacado; e (ii) varejo. O segmento de atacado é composto pelos formatos atacarejo (Maxxi Atacado) e clube de compras (Sam's Club), já o segmento de varejo pelos formatos hipermercados (BIG e BIG Bompreço), supermercados (Superbompreço, Nacional e Mercadorama); *soft discount* (TodoDia) e postos de combustíveis. Adicionalmente, prestamos serviços financeiros para os nossos clientes, bem como lançamos em 2020 nosso *e-commerce*, e ainda, possuímos uma parcela relevante dos imóveis nos quais nossas lojas estão instaladas.

Nosso plano de crescimento se baseia, principalmente, na abertura de lojas de atacarejo e de clube de compras, tanto em localidades anteriormente ocupadas por nossos hipermercados quanto em novas localidades. Também como parte deste plano focaremos no crescimento de vendas nas mesmas lojas em todos os formatos, inclusive impulsionados pelo crescimento do nosso *e-commerce*.

Surgirmos da aquisição de 80% das operações do Walmart US no Brasil, concluída em agosto de 2018, por fundo de investimentos cujos cotistas são veículos de investimentos no exterior geridos pela Advent International (ainda que indiretamente, por meio de entidades afiliadas), sendo que em agosto de 2019 lançamos nossa nova marca corporativa e passamos a chamar "Grupo BIG".

Em 30 de setembro de 2020, estávamos presentes em 18 estados e no Distrito Federal, com uma rede de presença nacional de 389 lojas espalhadas por 181 cidades, empregando mais de 50 mil pessoas.

Número de Lojas por Formato e por Região

	Atacado		Varejo			Total
	Atacarejo	Clube de compras	Hipermercados	Supermercado /*Soft Discount*	Postos de Gasolina	
Nordeste	17	6	34	126	2	185
Sul	22	3	36	71	3	135
Sudeste	7	18	28	-	8	61
Centro Oeste	-	4	3	-	-	8
Total	46	31	101	197	13	389

Fonte: Companhia.

A partir de agosto de 2018, temos trabalhado para nos institucionalizar, acelerar o desenvolvimento e retenção dos talentos, priorizar o engajamento da força de trabalho e implantar ações para aumentar nossa eficiência e produtividade. A transformação cultural teve início no primeiro dia da nova companhia com a implementação de um novo organograma, saindo de um desenho onde 6 dos 7 reportes do Diretor Presidente tinham papel de *backoffice* para o novo desenho onde 7 de 11 tem responsabilidade direta com o negócio e os clientes.

Desde 2019, temos revitalizado nossas lojas, seja por meio de reformas de hipermercados e atacarejos ou conversões de hipermercados em atacarejo ou clube de compras, e em 2020 lançamos uma nova geração de supermercados. Apesar das diversas melhorias, ainda possuímos um longo caminho a percorrer para explorar todo o potencial das nossas lojas em todos os formatos.

Nos últimos doze meses findos em 30 de setembro de 2020, nossas vendas subiram para R$16,1 mil/m^2 (reais mil por metro quadrado) nas nossas lojas de varejo e R$31,0 mil/m^2 nas lojas de atacado, representando um crescimento de 16% e 5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Acreditamos que o nosso foco em produtividade e eficiência continua necessário e, com o nosso histórico, mostramos capacidade de execução para atingir este objetivo.

Principais Indicadores Operacionais e Financeiros

A tabela a seguir mostra a evolução dos nossos resultados financeiros nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2020:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de[1]		
	(em milhões de R$, exceto quando indicado de maneira diversa)		
	2020	**2019**	**AH(%)**
Receita bruta	18.011	16.909	6,5%
Receita líquida	15.708	14.909	5,4%
Lucro bruto	3.785	3.604	5,0%
Margem bruta	24,1%	24,2%	(0,1 p.p.)
EBITDA Ajustado[2]	607	150	304,7%
Margem EBITDA Ajustado[3]	3,9%	1,0%	2,9 p.p.
Lucro líquido	3.064	(80)	n.m.
Margem líquida	19,5%	(0,5%)	20,0 p.p.
Patrimônio líquido	7.827	4.513	73,4%
Endividamento Curto Prazo[4]	-	-	-
Endividamento Longo Prazo[4]	-	-	-

(1) Considerando a data de constituição da Companhia, não foram apresentados dados referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e ao período de cinco meses findo em 31 de dezembro 2018, vez que tais dados não comparáveis.

(2) EBITDA Ajustado. O EBITDA não é medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. Para mais informações sobre o EBITDA Ajustado veja o item "*3.2 Medições Não Contábeis*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 369 deste Prospecto;

(3) Margem EBITDA Ajustado. O EBITDA não é medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. Para mais informações sobre a Margem EBITDA Ajustado veja o item "*3.2 Medições Não Contábeis*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 369 deste Prospecto; e

(4) Considera somente a dívida financeira.

Nossos Pontos Fortes

Liderança regional no Nordeste e no Sul do país com presença no Sudeste e escala nacional competitiva

Acreditamos que a nossa presença regional no Nordeste e no Sul, permite que tenhamos conhecimento único dos interesses dos consumidores locais, podendo oferecer *mix* de produtos personalizado para cada público-alvo, além de oferecer economias de escala em logística e marketing. Atuamos em cada região somente com marcas líderes, que acreditamos possuírem grande reconhecimento por partes dos consumidores, como "BIG Bompreço" no Nordeste, "BIG" e "Nacional" no Sul e "Sam's Club" no Sudeste, permitindo maior fidelidade e fluxo de clientes mais recorrente. Enquanto isso, acreditamos que somos o único competidor com liderança regional no Nordeste e no Sul e que também possui escala nacional, o que melhora nosso poder de negociação com fornecedores e permite termos de compra diferenciados para os nossos produtos, possibilitando margens atrativas e diversidade de opções para os nossos consumidores.

Companhia multiformato e democrática com vendas balanceadas entre as regiões Nordeste, Sul e Sudeste

Somos uma Companhia multiformato, com vendas equilibradas entre as regiões Nordeste, Sul e Sudeste, que, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, representaram 38%, 30% e 28%, respectivamente, o que traz maior estabilidade ao nosso negócio em função das diferentes forças macroeconômicas que possam impactar de forma diferente cada região do país.

Possuímos lojas dos mais diversos formatos distribuídas por todo o Brasil, o que nos permite manter um perfil democrático e atingir com frequência todas as classes socioeconômicas, com vendas em categorias de alta frequência.

Público-alvo dos formatos de loja por classe socioeconômica

Fonte: Companhia.

Nosso posicionamento em categorias de alta frequência (e.g. mercearia, perecíveis e higiene e limpeza), permite que tenhamos mais pontos de contato com os consumidores, seja em pequenas compras do dia-a-dia ou em compras mais robustas, possibilitando um monitoramento maior de seus hábitos de consumo. Acreditamos que esses fatores geram o conhecimento necessário para oferecer uma experiência de compra mais personalizada, eficiente e rentável.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, realizamos 127 milhões de transações em todas as nossas lojas, sendo aproximadamente 80% em categorias consideradas de alta frequência, o que permite diversos pontos de contato com nossos clientes e a identificação de padrões de consumo.

Pioneirismo no formato de clube de compras

Fomos o primeiro e somos o único grande varejista a possuir alguma bandeira no formato de clube de compras no Brasil. Apesar de lojas com área similar à do Maxxi e de outros atacarejos, o Sam's Club se diferencia por seu modelo de associação (*membership*) anual, o que além de gerar fidelização e dificultar a entrada de novos competidores, permite direcionamento da marca a um público específico, com sortimento de produtos *premium* a preços de atacado, incluindo importados e uma ampla seleção de produtos de marca própria, mantendo uma percepção de exclusividade.

Em 30 de setembro de 2020, o Sam's Club possuía 2,0 milhões de sócios, a maioria composta por indivíduos de classe média-alta e alta, ou pequenas empresas, para os quais oferece grande variedade de produtos nacionais e importados de sortimento diferenciado e exclusivo, com cerca de 5 mil itens variados em suas lojas, além de itens de marca própria, que corresponderam a cerca 13,3% das vendas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

Capacidade de expansão, reformulação e renovação de nossas lojas de varejo e atacarejo

Em pouco mais de dois anos, fomos capazes de construir histórico bem-sucedido de reformulação e conversão de lojas, transformando o Grupo BIG em uma empresa geradora de caixa e rentável. Acreditamos que, com a experiência que adquirimos e com a capacidade dos nossos líderes, poderemos repetir nosso sucesso tanto para a expansão orgânica de novas lojas de Sam's Club e Maxxi, quanto para a reformulação de nossa estratégia de supermercados.

Acreditamos que nossa capacidade de inovar e aumentar a produtividade dentro da base atual de lojas, tanto para as reformas quanto para as conversões, foi comprovada pelos resultados obtidos conforme demonstra o gráfico abaixo:

Aumento de vendas com renovações e conversões

Fonte: Companhia, considerando a partir das primeiras datas de reforma de cada loja.

Crescimento de SSS (12 meses), EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

Fonte: Companhia.

Em 30 de setembro de 2020 já tínhamos 93 hipermercados reformados e 7 convertidos em Maxxi ou Sam's Clubs. Ainda possuímos 11 hipermercados a serem convertidos para os formatos de atacado, o que nos leva a acreditar em crescimento de vendas nas lojas a serem convertidas além de 13 lojas de hipermercados já fechadas em processo de conversão. Adicionalmente, estamos atualmente testando 4 lojas de supermercados recentemente reformadas para definir o modelo a ser replicado nas demais lojas do formato. As reformas e conversões também foram fundamentais para auxiliar na padronização do *layout* das lojas e na reformulação dos formatos.

Aproximamos a nossa proposta de valor à buscada pelos nossos clientes-alvo, aumentando a oferta de alimentos perecíveis em ambiente mais moderno e agradável, com investimentos em um sortimento maior (incluindo itens regionais) e em treinamento de pessoal para melhoria do atendimento. Juntos, esses pontos e os demais discutidos anteriormente tiveram uma resposta positiva dos consumidores e foram responsáveis por um aumento considerável de sua satisfação, conforme demonstrado no crescimento mensal do *net promoter score* dos nossos hipermercados de 22% em janeiro de 2020 para 71% em setembro de 2020.

Alinhamento estratégico com os acionistas, que contribuem significativamente com seu experiência nos setores de varejo e consumo no Brasil, bem como forte comprometimento com as melhores práticas de ESG

O ingresso do nosso atual controlador foi desenhado para permitir total alinhamento de interesses entre os acionistas. A parceria com o Walmart nos proporciona uma referência internacional para as nossas operações, inclusive na digitalização do varejo alimentar, além de apoio com contratos de compra globais. Tanto o Walmart quanto a Advent possuem experiência internacional de varejo e contribuem adequando nossa estratégia às melhores práticas do setor globalmente.

Nossos 12 executivos possuem grande experiência nos setores de varejo e consumo no Brasil, somando juntos 284 anos de atuação nesses setores, além de também possuírem alinhamento completo de interesses com o nosso sucesso, através de programa de incentivo de longo prazo. Adicionalmente, possuímos alto padrão de governança corporativa, incluindo um "*Código de Ética e Conduta*" formal e canal de denúncia confidencial.

Ademais, estamos alinhados com as principais práticas de responsabilidade ambiental e social. Atualmente, somos adeptos (nós e o "Instituto Grupo BIG") de programas de sustentabilidade, tais como, "Bem Estar Animal", "Pecuária Sustentável", "Escola Social do Varejo" e "Logística Reversa", dentre outros, para mais informações sobre tais programas vide o item "*7.8 Políticas socioambientais*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 129 deste Prospecto.

Nossos Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à nós, nossos negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Para mais informações veja os itens "*4.1 Fatores de Risco*" e "*4.2 Riscos de Mercado*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 379 deste Prospecto.

Nossas Estratégias

Crescimento do formato Maxxi por meio de conversões e novas lojas

O formato atacarejo é um dos nossos principais vetores de crescimento, com a abertura de novas lojas da bandeira "Maxxi". Até 30 de setembro de 2020, houve 3 aberturas a partir da conversão de hipermercados em Maxxi, e temos mais 18 lojas de hipermercado disponíveis para serem convertidas para Maxxi, totalizando um potencial total de 21 lojas. Das 43 lojas originais do formato, 39 já foram reformadas e as 4 restantes estão em processo, trazendo um novo *layout* e apelo para os consumidores.

Renovações de Maxxi

Fonte: Companhia.

Promovemos muitas mudanças comerciais do Maxxi, saindo de um modelo de vendas pautadas por volume e para poucos clientes comerciantes, através de televendas, para a exploração da venda de piso. Em 30 de setembro de 2020 tínhamos aumentado o sortimento em mais de 2.700 SKUs por loja, melhoramos os equipamentos, processos operacionais, material e calendário promocional, além da divulgação da marca. Adicionalmente, melhoramos a distribuição de venda entre categorias para darmos mais espaço a categorias geradoras de margem, além de estabelecermos uma meta, que vem sendo atingida, de manutenção de índice favorável de competitividade de preços frente aos nossos principais concorrentes.

Acreditamos que o potencial de crescimento do Maxxi não está limitado às conversões já realizadas, havendo bastante espaço para nossa estratégia de crescimento orgânico. De acordo com consultoria externa especializada por nós contratada, temos potencial para operar, até 2030, 215 lojas com a bandeira “Maxxi” no Brasil.

Crescimento do formato Sam’s Club com a expansão orgânica por meio de conversões de hipermercados e abertura de novas lojas

Desde a entrada da Advent, o Sam’s Club foi identificado como um importante vetor de crescimento, por ser um formato exclusivo e atingir um público diferenciado. Até 30 de setembro de 2020, 5 lojas já haviam sido convertidas, restando ainda 18 hipermercados a serem convertidos em Sam’s Club, levando a um total potencial de 45 lojas no formato.

Acreditamos que o modelo de associação (*membership*), gera receita recorrente, e permite conhecimento mais profundo dos nossos clientes, permitindo identificação do seu histórico de consumo, suas preferências e momentos de compra. Esses dados são de nossa propriedade, potencializando a implantação de CRM e estratégia de *marketing* direcionada para o produto certo à pessoa certa na hora adequada. Apesar de minoria, temos também clientes pequenos varejistas, que se diferenciam dos do Maxxi por serem mais formais e sofisticados.

Assim como no caso Maxxi, também acreditamos que o potencial do Sam’s Club ainda é significativamente maior que o realizado, o que possibilita um grande potencial de crescimento orgânico. De acordo com consultoria externa especializada por nós contratada, temos potencial para operar, até 2030, 125 lojas com a bandeira Sam’s Club.

Recuperação e sustentação dos hipermercados por meio da revisão do modelo de negócios

Desde agosto de 2018 revisamos o nosso modelo de negócios do formato para melhora da operação, incluindo a expansão e adequação do sortimento de produtos às demandas regionais, o aprimoramento da estratégia de precificação e a substituição do modelo de "preço baixo todo dia" pelo modelo baseado em promoções. Reformamos as lojas e treinamos as equipes de vendas, especialmente de perecíveis, assim como as equipes de logística, redesenhando os processos de abastecimento de lojas para reduzir a ruptura de produtos-chave das cestas de compras de nossos clientes. Em agosto de 2019, confiantes que a operação estava adequada, iniciamos a renovação de nossos interiores e fachadas para lançarmos as marcas "BIG" e "BIG Bompreço" em todas as nossas praças, realizando campanhas de alta visibilidade.

Recuperação dos supermercados através de novo posicionamento estratégico, com novo mix de produtos e melhoria na infraestrutura de loja

Pretendemos alavancar o conhecimento do relançamento dos hipermercados para o relançamento dos supermercados. Após estudo junto aos clientes, concorrentes e dados internos, construímos o novo posicionamento estratégico de nossas marcas. Estamos na fase de piloto, e em 30 de setembro de 2020 já tínhamos inaugurado 4 lojas piloto e validado o *layout* e os resultados das renovações. Os perecíveis ganharão protagonismo, com mais espaço nas lojas, qualidade, competitividade e atendimento especializado. Ademais, ajustamos o sortimento de todas as lojas, nas quais reformularemos toda a estratégia promocional, com um preço mais regional, e de comunicação.

Adicionalmente, pretendemos ser mais competitivos nas categorias com vocação para geração de fluxo, nas quais teremos promoções frequentes, enquanto aumentaremos a oferta de produtos *premium* em categorias geradoras de margem. Em seguida, pretendemos reformar nossas lojas e faremos campanhas de *marketing* e propaganda para aumentar o fluxo nas lojas reformadas. Em paralelo, treinaremos nossos times para elevar o padrão de excelência operacional, com foco no cliente e atendimento. Assim, acreditamos que ganharemos ainda mais a confiança dos clientes da vizinhança de nossas lojas, aumentando as vendas e a rentabilidade por metro quadrado.

Fortalecimento das vendas digitais oferecendo uma solução omni-canal

Pretendemos oferecer uma solução integrada de compra e entrega para nossos clientes em todos os formatos e regiões do Brasil com foco em crescimento orgânico sustentável e rentável, com forte alavancagem em programa de relacionamento próprio e estruturação de CRM, baseado na comunicação e ofertas personalizadas aos clientes.

Planejamos alavancar a nossa base de ativos, utilizando as lojas como polo (*hubs*) de armazenamento de produtos e pontos de entrega (*ship from store*), diluindo os custos de operação, aumentando a produtividade de nossas equipes e reduzindo o tempo de entrega dos produtos para nossos clientes. Para escalar rapidamente esta operação em nossas lojas, já realizamos parcerias com as principais plataformas de *delivery* em 172 lojas, ou 44% do total, em 30 de setembro de 2020. No mês de setembro de 2020, as vendas do canal digital atingiram R$25 milhões, representando 2,3% das vendas no mês de setembro de 2020 das lojas onde estão presentes. Planejamos aumentar esse crescimento com o lançamento de plataforma digital própria, que integrará todas as nossas lojas com cobertura de *delivery* e de "*clique e retire"* até meados de 2021.

Junto com a nossa plataforma digital própria, pretendemos também lançar um programa de relacionamento com nossos clientes, oferecendo aplicativo de compras que acreditamos que permitirá comunicação e oferta de produtos personalizados. Os dados coletados por essa plataforma serão alimentados pelo histórico de compras realizadas em nossas lojas (principalmente no clube de compras) e pelas compras feitos com o cartão Hipercard, permitindo acesso a grande histórico de dados das transações feitas por cada um de nossos consumidores.

Eficiência das áreas de suporte para aumentar a produtividade, reduzir os riscos e alavancar a rentabilidade do nosso negócio

Fizemos um programa completo de revisão de custos e despesas, otimizando pessoas e automatizando processos, aumentando a confiabilidade de nossos sistemas e melhorando a nossa rentabilidade. Ademais, reestruturamos nossas operações de suporte, fechando 3 de nossos 5 escritórios centrais, eliminando complexidade ao descontinuar mais de 300 procedimentos e unificando o escritório de São Paulo, além de otimizarmos a operação do "*Centro de Serviços Compartilhados de Porto Alegre*", reduzindo nossa força de trabalho em cerca de 45%.

Implementamos também iniciativas em suprimentos indiretos para renegociação dos nossos principais contratos, com foco nas despesas prioritárias, conquistando economias da ordem de 10%, bem como iniciamos um programa de investimento na criação de sistema de TI próprio, independente do Walmart, que está em estágio avançado de desenvolvimento, com lojas e centros de distribuição já convertidos.

Potencializar a geração de valor por meio de ativos complementares, incluindo créditos fiscais, ativos imobiliários e serviços financeiros

Desde 2018, buscamos ativamente otimizar nossas operações de forma a permitir a utilização de créditos fiscais. Dentre os mais relevantes, em 30 setembro de 2020 possuíamos: (i) R$1.221 milhões em créditos de PIS/COFINS sobre ICMS já transitado em julgado, que já estão sendo abatido de tributos federais; (ii) crédito fiscais de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa de R$2.423 milhões, que é aproveitado quando a Companhia gera lucro; e (iii) créditos de ICMS, que totalizaram R$2.543 milhões acumulados principalmente por transporte interestadual de mercadorias no passado.

Além disto, considerando a conclusão da reestruturação do Grupo BIG, em 30 de setembro de 2020 possuímos grande base de ativos imobiliários, sendo proprietários de 184 imóveis, que foram avaliados em R$6,5 bilhões em junho de 2018. Ao menos 23 destes ativos têm potencial incremental para desenvolvimento imobiliário, sendo que já possuímos 5 pré-projetos desenvolvidos, como por exemplo a construção de prédios residenciais e comerciais nos terrenos de nossas lojas. Adicionalmente, possuímos *landbank* de 41 imóveis com 104 mil m^2 e avaliado em R$400 milhões. O Grupo BIG também possuía, em 30 de setembro de 2020, uma área locável em galerias de 95 mil m^2 que, no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020, representaram um EBITDA de R$71 milhões com uma taxa de ocupação de 84%, apresentando também um potencial significativo de melhoria de geração de resultado para a companhia seja via receita de alugueis ou via dinamização do fluxo de clientes na loja. Para mais informações sobre a reestruturação do Grupo BIG veja o item "*15.7 Principais operações societárias*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 668 deste Prospecto.

Por fim, dispomos de plataforma diversa de serviços financeiros com grande número de contas ativas, com 3,4 milhões de contas ativas, e largo portfólio de crédito, com mais de R$11,2 bilhões, ambos em 31 de dezembro de 2019 em parceria com o Itaú Unibanco S.A. Oferecemos serviços associados ao cartão de crédito Hipercard, uma importante e reconhecida ferramenta que auxilia e nos aproxima dos nossos clientes. Além do cartão Hipercard, outros serviços como crédito pessoal e seguro roubo e furto do cartão são também oferecidos em parceria com o Itaú Unibanco S.A. Para os nossos clientes de eletroeletrônicos dos formatos de clube de compras e hipermercados, oferecemos em parceria com a Cardif Seguradora seguro garantia estendida e seguro roubo, furto e por quebra acidental (RFQA) dos produtos vendidos.

Organograma Societário

Eventos Recentes

Incorporação de Ações

Em 14 de outubro de 2020, em sede de Assembleia Geral Extraordinária das respectivas companhias, foi aprovada a incorporação, pela Companhia, das ações de emissão de Torch Empreendimentos e Participações S.A., Valquíria Empreendimentos e Participações S.A., Gibraltar Empreendimentos e Participações S.A., Midway Empreendimentos e Participações S.A., Kursk Empreendimentos e Participações S.A., Bulge Empreendimentos e Participações S.A., Pacífico Empreendimentos e Participações S.A., Overlord Empreendimentos e Participações S.A. e Kharkov Empreendimentos e Participações S.A. Mediante a aprovação da operação, as sociedades que tiveram suas ações incorporadas pela Companhia passaram a 100% detidas pela Companhia. Para maiores informações veja o item "*15.7 Principais operações societárias*" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto constante da página 668 deste Prospecto.

Grupamento de Ações e Bônus de Subscrição

Ainda em 14 de outubro de 2020, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o Grupamento de Ações, bem como a criação e resgate de ações preferenciais da Companhia sob condição resolutiva da publicação do Anúncio de Início até a data limite de 30 de abril de 2021. Mediante a aprovação das deliberações acima mencionadas o capital social da Companhia foi alterado para R$221.655.067,89, dividido em 456.743.170 ações ordinárias, totalmente integralizado. Adicionalmente, foi aprovada a emissão, pela Companhia, de Bônus de Subscrição, em favor da WMT Brasília. Para mais informações veja os itens "*17.3 Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações*", "*17.5 Outras informações relevantes*" e "*18.5 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil*" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto constante da página 357 deste Prospecto.

Aditamento do Plano e dos Programas de Opções de Ações

Também em 14 de outubro de 2020, em sede de Assembleia Geral Extraordinária e de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi aprovada a alteração do Plano de Opções, bem como a redução do número de opções de cada participante no âmbito do Plano de Opções, em razão do Grupamento de Ações aprovado pela Assembleia Geral realizada nesta mesma data, e alterações aos Programas de Opção. Para mais informações veja os itens "*13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária*", "*13.6 Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária*" e "*13.8 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções*" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto constante da página 357 deste Prospecto.

Informações Adicionais

Nosso escritório administrativo está localizado na cidade de Barueri, estado de São Paulo, na Avenida Tucunaré, 125, bloco A superior, sala 109, CEP 06460-020. O telefone do nosso Departamento de Relações com Investidores é +55 (11) 2103-5672. Nosso endereço na rede mundial de computadores (website) é ri.big.com.br e-mail para contato é ri.big@big.com.br. As informações constantes em nosso website ou que podem ser acessadas por meio dele não integram esse Prospecto e não são a ele anexadas ou incorporadas por referência.

Principais Fatores de Riscos

Abaixo estão listados os cinco principais fatores de risco que nos afetam, nos termos do artigo 40, § 3º, inciso IV da Instrução CVM 400. Para informações sobre os fatores de risco a que estamos expostos, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*", na página 99 deste Prospecto, e os itens "*4.1 Fatores de Risco*" e "*4.2 Riscos de Mercado*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 357 deste Prospecto.

A extensão da pandemia declarada pela OMS devido à propagação da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma como a pandemia afetará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são incertos e imprevisíveis e podem afetar material e adversamente os negócios, condição financeira, resultados de operações, fluxos de caixa e a capacidade da Companhia de continuar a operar seus negócios.

Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como os provocados pelo zika vírus, pelo vírus ebola, pelo vírus HSNS (causador da gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (causador da influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram a economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Em 11 março de 2020, a OMS declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas. A pandemia do COVID-19 demandou medidas restritivas por parte de autoridades governamentais mundiais, com o objetivo de proteger a população, resultando em restrição no fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. No Brasil, estados e municípios, incluindo das localidades em que nós operamos, adotaram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, adotando medidas para controlar a propagação da doença, o isolamento social e consequente restrição à circulação de pessoas, que resultaram no fechamento de restaurantes, hotéis, shopping centers, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos.

Adicionalmente, os escritórios administrativos e outras instalações da Companhia, incluindo a sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo foram e permanecem fechados, adotando uma política de teletrabalho para seus funcionários administrativos. Essa política pode afetar a produtividade da Companhia, ocasionar eventuais erros e atrasos nas suas operações, bem como causar outras interrupções nos seus negócios.

O alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia depende de desdobramentos futuros, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, que são incertos e imprevisíveis, especialmente no Brasil, de seu impacto sobre os mercados de capitais e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, sua disseminação para outras regiões e as ações tomadas para contê-la, entre outras. A Companhia não tem conhecimento de eventos comparáveis que possam fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final de surto do COVID-19 é incerto. Mesmo após a diminuição do surto do COVID-19, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo, (ii) receio dos consumidores, e (iii) aumento do inadimplemento dos parceiros, fatores que podem afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia. Além disso, a pandemia da COVID-19 pode resultar em mudanças de paradigma no consumo pelos clientes da Companhia, especialmente na migração de vendas nas lojas físicas para vendas digitais. A Companhia não pode garantir que conseguirá atender a demanda por vendas realizadas na internet de forma razoável e eficaz ou que o volume de eventual aumento de vendas na internet compense a redução de vendas físicas através de suas lojas. Para mais informações a esse respeito, vide os Fatores de Risco "*A Companhia pode não ser capaz de se adaptar rapidamente às transformações digitais exigidas pelos clientes e pelo setor*" e "*A Companhia pode não conseguir ajustar o alinhamento de seus canais de venda dentro de suas expectativas*".

A pandemia pode, também, causar perturbações materiais nos negócios e operações da Companhia no futuro como resultado de, por exemplo, quarentenas, ciberataques (inclusive em virtude do período prolongado de trabalho remoto), absenteísmo do trabalhador como resultado de doença ou outros fatores como medidas de distanciamento social, viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa da força de trabalho da Companhia não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença ou viagens ou restrições governamentais relacionadas com a pandemia, as operações da Companhia podem ser adversamente afetadas.

O efeito da pandemia ainda pode vir a gerar um impacto adicional na receita da Companhia, uma vez que pode não refletir os novos hábitos assumidos por seus consumidores. Durante o período da pandemia, entre março e setembro de 2020, a receita da Companhia apresentou um crescimento que pode vir a não perdurar, uma vez que os impactos da pandemia são incertos e a flexibilização de algumas medidas tomadas pelo Governo, como por exemplo a restrição a circulação em determinados ambientes ou o funcionamento normalizado de todos os estabelecimentos impactados, podem vir a diminuir a receita da Companhia em momento subsequente.

Por meio da Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020, o Governo Federal instituiu o pagamento de auxílio emergencial a determinados trabalhadores durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Referidos recursos adicionais injetados na economia brasileira podem mascarar um efeito ainda não refletido na receita da Companhia. Dessa forma, assim que a medida de pagamento auxiliar por parte do Governo cessar, a economia brasileira e os consumidores de produtos da Companhia poderão ser adversamente afetados e consequentemente, a receita da Companhia poderá diminuir.

A Companhia não pode garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, a Companhia não pode garantir que será capaz de impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou superior ao impacto provocado pela pandemia da COVID-19. O impacto da pandemia do COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos discutidos no Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto a partir da página 357 deste Prospecto.

A Companhia pode não conseguir manter e melhorar o reconhecimento de suas marcas ou pode receber avaliações desfavoráveis de consumidores, bem como pode ser alvo de publicidade negativa, o que poderia afetar adversamente suas marcas.

As marcas da Companhia, BIG, BIG Bompreço, Super Bompreço, Nacional, Mercadorama, TodoDia, Maxxi Atacado, Sam's Club, Posto Big e Posto BIG Bompreço, entre outras, são elementos de extrema importância para o sucesso do negócio da Companhia. Se a Companhia não conseguir manter e melhorar o reconhecimento de suas marcas, por exemplo, por meio da sua capacidade de proporcionar a melhor experiência de compra aos consumidores, através de um ambiente agradável em todos os seus pontos de venda, preços competitivos, grande variedade e alta qualidade dos produtos e serviços que oferece, inclusive dos produtos de marca própria, além da variedade e conveniência das opções de entrega de seus produtos, seu negócio e resultado financeiro podem ser adversamente afetados.

Reclamações de consumidores ou publicidade negativa dos produtos vendidos, dos preços cobrados ou do atendimento prestado, especialmente em relação à produtos do estoque próprio da Companhia, podem, no futuro, reduzir a confiança dos consumidores e, consequentemente, as suas vendas, afetando adversamente as marcas que a Companhia opera e, consequentemente, o negócio da Companhia. Além disso, alguns dos produtos que a Companhia vende podem a expor a reclamações decorrentes de danos pessoais, envolvendo, em alguns casos, doenças ou morte, podendo exigir *recalls* ou outras ações.

Para manter um bom relacionamento com os seus consumidores, a Companhia precisa treinar e gerenciar adequadamente os colaboradores que trabalham em suas lojas e que estão em contato diário com os seus consumidores. A Companhia deve também ter uma equipe de atendimento ao consumidor pronta para resolver reclamações e conflitos de forma eficiente e rápida. Um atendimento ao consumidor eficaz exige investimentos significativos em seus colaboradores, em programas de desenvolvimento e em infraestrutura de tecnologia, para propiciar à equipe de atendimento as ferramentas necessárias para bem desempenhar as suas funções. A incapacidade de gerenciamento ou treinamento de seus representantes de atendimento ao consumidor pode comprometer a capacidade da Companhia de lidar com s reclamações recebidas de maneira eficaz. Se a Companhia não administrar de maneira eficaz as reclamações recebidas, a confiança de seus consumidores, sua reputação, suas marcas e o seu negócio poderão ser afetados de maneira negativa.

A publicidade e a cobertura da mídia geralmente exercem influência significativa sobre o comportamento e ações dos consumidores. Se a Companhia for alvo de publicidade negativa, que possa fazer com que seus consumidores mudem seus hábitos de compras, inclusive como resultado de *recall* de produtos que a Companhia vende, de escândalos relacionados ao manuseio, preparação ou armazenamento de produtos alimentícios em suas lojas ou da forma como os seus clientes são tratados por seus colaboradores nas lojas, poderá haver um efeito adverso relevante às marcas que a Companhia opera e, consequentemente, ao negócio da Companhia.

Novas tecnologias, tais como mídias sociais e plataformas de comércio digital utilizadas para vendas de produtos da Companhia, são cada vez mais utilizadas para a divulgação de produtos e serviços. O uso de mídias sociais e ferramentas de comércio digital requerem uma atenção específica, bem como um conjunto de diretrizes de gerenciamento e monitoramento, inclusive monitoramento de riscos, que a Companhia pode não conseguir desenvolver e implementar de forma eficaz. Publicações ou comentários negativos sobre a Companhia, seus negócios, suas operações, seus Diretores ou membros do Conselho de Administração e acionistas em qualquer rede social podem prejudicar gravemente a sua reputação. Além disso, os colaboradores e representantes da Companhia poderão usar ferramentas de mídia social e tecnologias móveis de forma inadequada, o que poderá causar prejuízos, inclusive com a divulgação de informações confidenciais de seus consumidores. Eventual publicidade negativa que prejudique a reputação de uma ou mais das marcas da Companhia poderá ter um efeito negativo sobre o valor de todas as marcas da Companhia, o que poderá impactar adversamente as vendas da Companhia.

Além disso, o Walmart US, um dos acionistas indiretos da Companhia, por meio da Walmart US, detém algumas das marcas que a Companhia usa em seus negócios e atividades no Brasil, tais como as Marcas Sam's Club. Dada a estreita relação societária com o Walmart US e o uso pela Companhia e por outras empresas do Grupo Walmart de marcas que são amplamente conhecidas e reconhecidas no Brasil, qualquer publicidade negativa ou comentários negativos com relação ao Walmart US e/ou outras empresas controladas ou coligadas, ao Walmart US no mundo todo poderá ter um efeito adverso nas Marcas Sam's Club que a Companhia usa em seus negócios e atividades no Brasil, podendo ocasionar, assim, um efeito adverso no valor de tais marcas e, consequentemente, nos resultados operacionais da Companhia. Adicionalmente, qualquer evento social, político ou econômico negativo, relativo aos Estados Unidos da América, país onde o Walmart US foi fundado e que é normalmente associado, no Brasil, às Marcas Sam's Club, poderá ter um efetivo adverso nas Marcas Sam's Club que a Companhia utiliza em suas atividades no Brasil, podendo afetar adversamente o valor de tais marcas e, consequentemente, seus resultados operacionais. Finalmente, não podemos garantir que o Walmart US renovará referidos contratos, especialmente caso sua posição acionária na Companhia seja diminuída de forma significativa no futuro. Para mais informações a esse respeito, vide os Fatores de Risco "*A Companhia pode perder o direito de utilizar as Marcas Sam's Club e operar o "Sam's Club Brazil Business"*, constantes do item 4.1 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 379 deste Prospecto.

A Companhia pode perder o direito de utilizar as Marcas Sam's Club e operar o "Sam's Club Brazil Business".

Conforme descrito no item "*7.9 Outras informações relevantes*" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto a partir página da 514 deste Prospecto, a Companhia possui um Contrato de Licença de Uso que prevê o direito exclusivo da Companhia de operar o clube de compras "Sam's Club" no Brasil, assim como utilizar as Marcas Sam's Club.

O Contrato de Licença de Uso possui duração de 8 anos a partir da data de assinatura, em 1º de agosto de 2018, permanecendo em vigor até 1º de agosto de 2026 e pode ser renovado somente mediante concordância de ambas as partes. Para mais informações sore o Contrato de Licença de Uso, vide item "*7.9 Outras informações relevantes*" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto a partir página da 514 deste Prospecto. O Contrato de Licença de Uso prevê controle de qualidade, no qual os Licenciadores poderão tomar medidas para monitorar o cumprimento dos padrões de qualidade definidos e inspecionar os locais licenciados. O descumprimento dos padrões estabelecidos por parte dos licenciados constitui uma violação do Contrato de Licença de Uso, que poderá levar ao término do contrato caso não seja suprida 90 dias após notificação enviada pelos licenciadores. Além disso, o Contrato de Licença de Uso prevê que o descumprimento de obrigações assumidas poderá ensejar a rescisão contratual, assim como os licenciadores poderão rescindir o Contrato de Licença de Uso caso haja transferência direta ou indireta de qualquer participação acionária da Companhia ou de suas afiliadas a determinados concorrentes e suas respectivas afiliadas.

A Companhia não pode garantir que os licenciadores renovarão o "*Contrato de Licença de Uso*", especialmente caso a posição acionária do Walmart US na Companhia seja diminuída de forma significativa no futuro. Caso o "*Contrato de Licença de Uso*" deixe de vigorar, seja por rescisão ou expiração de seu prazo, todos os direitos licenciados à Companhia, incluindo a utilização das Marcas Sam's Club e a operação do "Sam's Club Brazil Business", serão encerrados, o que poderá impactar adversamente as atividades da Companhia.

A Companhia pode não conseguir proteger os seus direitos de propriedade intelectual ou utilizá-los de forma eficaz, bem como manter o direito ao uso de propriedade intelectual de terceiros.

O futuro sucesso da Companhia depende significativamente da sua capacidade de utilizar de forma eficaz e de proteger as suas atuais e futuras marcas (incluindo as suas marcas próprias), bem como de defender os seus ativos intangíveis, especialmente os direitos de propriedade intelectual incluindo, sem limitação, marcas, nomes de domínio, segredos comerciais e *know-how*. A Companhia pode não conseguir renovar o registro de suas marcas em tempo hábil. Além disso, seus concorrentes podem contestar ou invalidar quaisquer marcas existentes ou futuras da Companhia ou licenciadas pela Companhia.

A Companhia não tem como garantir que as medidas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente de seus direitos de propriedade intelectual. Os custos necessários para proteger os seus direitos de propriedade intelectual, seja pela via extrajudicial ou por meio de processos legais ou administrativos, podem ser significativos.

Além disso, as Marcas Sam's Club estão registradas ou em processo de registro perante INPI em nome da Walmart Apollo LLC e são licenciadas à Companhia. Os Direitos Adicionais também são detidos pela Walmart Inc. e Walmart Apollo LLC, e são licenciados à Companhia. A Companhia não pode garantir que tais marcas e/ou Direitos Adicionais continuarão a ter a devida proteção legal e registros aplicáveis à manutenção da propriedade.

Se a Companhia não conseguir proteger e defender os seus direitos de propriedade intelectual contra a violação ou apropriação indevida em qualquer dessas hipóteses, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante, em particular em sua capacidade de desenvolver o seu negócio.

Problemas nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia, incluindo no âmbito da transição de sistema de tecnologia da informação do Walmart US para a Companhia, ou a incapacidade da Companhia de acompanhar a velocidade do desenvolvimento da tecnologia, poderão impactar adversamente suas operações.

A Companhia está realizando uma transição de seus sistemas de TI, que envolve a contratação direta, pela Companhia, dos referidos sistemas de TI, com previsão de conclusão total da transição até maio de 2021, o que inclui a manutenção da estrutura de serviços de TI, enquanto o "*Information Technology Transition Services Agreement*" celebrado entre a Companhia e a Walmart Inc. permanecer válido e vigente, com a possibilidade de prestação de serviços adicionais de TI se assim acordado entre as partes. O referido contrato possui prazo final de vigência em 31 de julho de 2022, sendo passível de renovação pelas partes por até 4 (quatro) períodos adicionais de 6 (seis) meses cada, o que significa que, no momento em que esse contrato for encerrado, a Companhia precisará ter concluído totalmente a transição de seus sistemas de tecnologia da informação. Caso a Companhia não consiga finalizar a transição desses sistemas até o prazo de vigência final do contrato, as operações da Companhia poderão ser adversamente afetadas, inclusive porque a Companhia não pode garantir que um novo contrato com o Walmart US será celebrado para a manutenção da estrutura de serviços de TI.

Eventuais falhas nos sistemas de TI, assim como atrasos ou defeitos na prestação dos serviços pelos prestadores de serviço e desenvolvedores contratados, tanto para a constante prestação de serviços de TI, quanto para a transição sistêmica dentro do prazo de vigência do referido contrato, podem ter um efeito negativo na operação, na imagem e no relacionamento da Companhia com os seus clientes, podendo impactar negativamente os negócios e as operações da Companhia.

Os sistemas de informação da Companhia podem, ainda, sofrer interrupções devido a fatores que estão além do seu controle, tais como desastres naturais, ataques de *hackers*, problemas de telecomunicações, vírus, *softwares* maliciosos, entre outros fatores. Na eventualidade de falhas ou interrupção dos sistemas de tecnologia da informação, assim como atrasos ou defeitos na prestação dos serviços pelos prestadores de serviço e desenvolvedores contratados, tanto para a constante prestação de serviços de TI, quanto para a transição sistêmica mencionada acima, a Companhia pode perder dados, ficar sujeita à violação de dados ou não conseguir realizar transações comerciais e, dessa forma, ocasionar um efeito adverso relevante para os negócios e as operações da Companhia.

IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES DA OFERTA, CONSULTORES E DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto Preliminar, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Companhia

Grupo Big Brasil S.A.
Avenida Tucunaré, nº 125, Bloco A, Superior, Sala 109, Tamboré
CEP 06460-020, Barueri, São Paulo
At.: Sr. Vitor Fagá de Almeida
Tel.: +55 (11) 2103-5672
http://ri.big.com.br

Outros Acionistas Vendedores

Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
Representado na forma de seu regulamento por sua gestora, BRL Trust Investimentos Ltda.
Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar
CEP 01451-011, São Paulo, SP
At.: Sra. Daniela Bonifácio
Tel.: +55 (11) 3133-0350

Brazil Holdings S.C.S
2-4 Rue Eugene Ruppert, 2453
Luxemburgo, EX
Representado por seu representante legal no Brasil, Marcelo Nastromagario
Rua Fradique Coutinho, 1.271
CEP 05416-011, São Paulo, SP
Tel.: +55 (11) 4637-0369

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder
Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8000
Fax: +55 (11) 3708-8107
www.itau.com.br/itaubba-pt/

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 12º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: +55 (11) 2188-4000
http://www.merrilllynch-brasil.com.br/

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
Fax: + 55 (11) 3383-2001
https://www.btgpactual.com

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 700, 10º andar (parte) e 12º a 14º andares (parte)
04542-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Eduardo de la Peña
Tel.: +55 (11) 3701-6000
http://www.credit-suisse.com/br

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309,10º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Claudia Bollina Mesquita
Tel.: +55 (11) 3847-5488
https://www.bradescobbi.com.br

Banco J.P. Morgan S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 6º (parte), 10º (parte), 11º, 12º (parte), 13º (parte), 14º e 15º andares
CEP 04538-905
At.: Sr. Marcelo Porto
Tel.: 55 (11) 4950-3700
www.jpmorgan.com.br/country/br/pt/jpmorgan

Consultores Legais Locais da Companhia

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447
CEP 01403-001, São Paulo, SP
At.: Sra. Vanessa Fiusa
Tel.: +55 (11) 3147-7600
www.mattosfilho.com.br

Consultores Legais Externos da Companhia

Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.311, 7º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Filipe B. Areno
Tel.: +55 (11) 3708-1848
Fax: +55 (11) 3708-1845
www.skadden.com

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta

Lobo de Rizzo Advogados
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 12º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Caio Cossermelli
Tel.: +55 (11) 3702-7120
www.ldr.com.br

Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta

Paul Hastings LLP
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Torre D, 21º andar,
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. David Flechner
Tel.: +55 (11) 4765-3009
www.paulhastings.com

Auditores Independentes da Companhia

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Av. Chucri Zaidan, 1240, 4º ao 12º andar
CEP 04709-111, São Paulo, SP
At.: Sr. Vagner Ricardo Alves
Tel.: +55 (11) 5186-1000
www.deloitte.com.br

Declaração de Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto Preliminar a partir da página 157.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto Preliminar, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 20 e 99, respectivamente, deste Prospecto Preliminar e na seção "4. Fatores de Risco" do nosso Formulário de Referência, e nas demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto Preliminar, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Ações	Ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta.
Ações Adicionais	Montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a até 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertada, [a ser por ela emitidas e/ou alienadas pelos Acionistas Vendedores na proporção indicada na página 47 deste Prospecto Preliminar], que poderá ser acrescido à Oferta nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas para atender eventual excesso de demanda que seja verificado quando da fixação do Preço por Ação.
Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (*Free Float*)	Antes da realização da Oferta, não há ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, considerando ou não a colocação das Ações Adicionais e as Ações Suplementares, [•]% das ações ordinárias de emissão da Companhia estará em circulação no mercado. Para mais informações, veja seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social" na página 41 deste Prospecto Preliminar.

Ações Suplementares	Montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia correspondentes a até 15% da quantidade de Ações inicialmente ofertada, [a ser por ela emitidas e/ou alienadas pelos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 47 deste Prospecto Preliminar], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção a ser outorgada [pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até trinta dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta durante o prazo para exercício da Opção de Ações Suplementares. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.
Agente Estabilizador ou [•]	O [•], agente autorizado a realizar operações de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro, nos termos do Contrato de Estabilização.
Agentes de Colocação Internacional	O Itau BBA USA Securities, Inc., o BofA Securities, Inc., o BTG Pactual US Capital LLC, o Credit Suisse Securities (USA) LLC, o Bradesco Securities, Inc. e o J.P. Morgan Securities LLC considerados em conjunto.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta, a ser divulgado após a distribuição das Ações, em até seis meses contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, na forma do artigo 29 e anexo V da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 68 deste Prospecto Preliminar, informando o resultado final da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta, a ser divulgado na forma do artigo 52 e anexo IV da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 68 deste Prospecto Preliminar, informando acerca do início do Prazo de Distribuição.

Anúncio de Retificação

Anúncio a ser imediatamente divulgado, nos termos dispostos no artigo 27 da Instrução CVM 400, na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor quando da sua decisão de investimento, disponibilizados nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 68 deste Prospecto Preliminar.

Aprovações Societárias

A abertura de capital da Companhia, a sua adesão e admissão ao Novo Mercado, bem como a reforma do seu Estatuto Social, de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições foram aprovadas em assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 14 de outubro de 2020, cuja ata será devidamente registrada perante a JUCESP, bem como foi publicada no jornal "Valor Econômico" em 19 de outubro de 2020, e será publicada e no DOESP.

O Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo) e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal "Valor Econômico" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOESP, no dia útil subsequente.

A realização da Oferta Secundária pelo FIP Momentum, bem como seus termos e condições, foram aprovados em reunião do Comitê de Investimento realizada em 13 de outubro de 2020, em conformidade com seu Regulamento. Além disso, não será necessária qualquer aprovação societária do FIP Momentum quanto à fixação Preço por Ação.

Não foi necessária qualquer aprovação societária do Walmart US para realização da Oferta Secundária. Além disso, não será necessária qualquer aprovação societária do Walmart US quanto à fixação Preço por Ação.

Atividade de Estabilização

Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação e por um período de até trinta dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da divulgação do Anúncio de Início.

	Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.
Aviso ao Mercado	Aviso divulgado em [•] de [•] de 2020, a ser novamente divulgado em [•] de [•] de 2020, com a identificação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta e informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 68 deste Prospecto Preliminar.
Bank of America	Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Capital Social	Em 30 de setembro de 2020, o capital social da Companhia era de R$221.655.067,89, totalmente subscrito e integralizado, representado por 456.743.170 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.
Contrato de Colocação	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias do Grupo Big Brasil S.A., a ser celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores, pelos Coordenadores da Oferta e pela B3, na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular os esforços de colocação das Ações pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior.
Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo Diferenciado de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Big Brasil S.A., a ser celebrado entre [•], o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, a Corretora e a B3, na condição de interveniente anuente.

Contrato de Estabilização	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Big Brasil S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador, a Corretora e os demais Coordenadores da Oferta, estes últimos na qualidade de intervenientes anuentes, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual foi devidamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado de Governança Corporativa a ser celebrado entre a Companhia e a B3, o qual entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.
Contrato de Prestação de Serviços	Contrato de prestação de serviços a ser celebrado, entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e a B3.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, o Bank of America, o BTG Pactual, o Credit Suisse, o Bradesco BBI e o J.P. Morgan considerados em conjunto.
Corretora	[•].
Credit Suisse	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Cronograma Estimado da Oferta	Veja a seção "Informações sobre a Oferta – Cronograma Estimado da Oferta" na página 49 deste Prospecto Preliminar.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações (considerando eventuais Ações Adicionais) que deverá ser realizada dentro do prazo de até dois dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, com a entrega das Ações aos respectivos investidores.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	Data da liquidação física e financeira das Ações Suplementares, que ocorrerá no prazo de até dois dias úteis contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares.
Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária (considerando as Ações Suplementares) serão destinados para: (i) aberturas de novas lojas de atacado e postos de combustível; (ii) conversão de lojas de varejo em lojas de atacado; (iii) reformas de lojas existentes; e (iv) investimentos em sistemas de TI e outros projetos. Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados aos Acionistas Vendedores[, inclusive o resultante do eventual exercício da Opção de Ações Suplementares].

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações	As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no seu Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, conforme descritos a partir da página 119 deste Prospecto Preliminar e na seção "18. Valores Mobiliários" do Formulário de Referência.
Distribuição Parcial	Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidos Não Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do imposto sobre operações financeiras ("**IOF/Câmbio**") e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis, contados da data de disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta", na página 103 deste Prospecto Preliminar.
Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa	Fixação do Preço por Ação abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sob o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta, bem como sua capacidade de executar o plano de negócios da Companhia", na página 103 deste Prospecto Preliminar.
Faixa Indicativa	A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto Preliminar, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa.

Fatores de Risco	**Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à aquisição das Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 20 e 99 deste Prospecto Preliminar, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos no item "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.**
Garantia Firme de Liquidação	A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de liquidar as Ações que tenham sido adquiridas, porém não liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que for concedido o registro da Oferta pela CVM, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, disponibilizado o Prospecto Definitivo e divulgado o Anúncio de Início. Caso as Ações objeto de garantia firme de liquidação efetivamente adquiridas por investidores não sejam totalmente liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, adquirirá, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre: (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação; e (ii) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação efetivamente adquiridas, no Brasil, por investidores no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação. Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da garantia firme de liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Inadequação da Oferta	O investimento nas Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações ou com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado. Os investidores devem ler atentamente as seções deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência que tratam sobre "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir da página 99 deste Prospecto Preliminar, incluindo o item "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência.
Instituições Consorciadas	Instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais, e que tenham aderido à carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, em conjunto.
Instrumentos de *Lock-up*	Acordos de Restrição à Venda de Ações ordinárias de emissão da Companhia assinados pelos Administradores e pelos Acionistas Vendedores.
Investidores Estrangeiros	Os: (i) investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*; e (ii) investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou constituídos de acordo com as leis desse país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.

Investidores Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, em todos os casos, investidores qualificados e profissionais nos termos da regulamentação da CVM, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil (inexistindo para estes valores mínimo ou máximo de investimento), nos termos da Instrução da CVM 539, bem como os Investidores Estrangeiros.
Investidores Não Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizaram Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, o valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00, nos termos da Instrução da CVM 539.
J.P. Morgan	Banco J.P. Morgan S.A.
Negociação na B3	As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início sob o código "[•]".
Oferta	A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
Oferta de Varejo	Montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, [20%] do total das Ações (considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais) a ser destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva.
Oferta Institucional	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada a Investidores Institucionais.
Oferta Primária	A distribuição pública primária de, inicialmente, [•] Ações, realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.

Oferta Secundária	A distribuição pública secundária de, inicialmente, [•] Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.
Offering Memoranda	O *Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.
Opção de Ações	Qualquer opção, *warrant* ou direito de compra, subscrição ou aquisição de quaisquer ações de emissão da Companhia no âmbito de um plano de opção de compra de ações da Companhia em vigor na presente data.
Opção de Ações Suplementares	Opção outorgada no Contrato de Colocação [pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, para colocação das Ações Suplementares, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta.
Pedido de Reserva	Formulário específico celebrado, em caráter irrevogável e irretratável, para reserva de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, por Investidores Não Institucionais, inclusive os que sejam Pessoas Vinculadas.
Período de Colocação	Prazo de até dois dias úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, que se iniciará em [•] de [•] de 2020 e se encerrará em [•] de [•] de 2020, para efetuar a colocação das Ações.
Período de Reserva	Período compreendido entre [•] de [•] de 2020, inclusive, e [•] de [•] de 2020, inclusive, para formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•] de [•] de 2020, inclusive, e [•] de [•] de 2020, inclusive, data esta que antecedeu em pelo menos sete dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas.

Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução da CVM 505: (i) controladores e/ou administradores da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional atinentes à Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional ou por pessoas a eles vinculadas, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) cônjuges ou companheiros, ascendentes, filhos menores e colaterais até o 2º grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (viii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a Pessoas Vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.
Prazo de Distribuição	Prazo para distribuição das Ações que se encerrará: (i) em até seis meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.
Preço por Ação	No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa. O preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação, será fixado após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junta a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding.* A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**
Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Ações inicialmente ofertadas, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as respectivas intenções de investimento automaticamente canceladas. Os Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não serão cancelados. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado Secundário. Para mais informações, veja seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam consideradas Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 103 deste Prospecto Preliminar. **Recomenda-se aos potenciais investidores que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" e "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" deste Prospecto Preliminar, nas páginas 99 e 20 deste Prospecto Preliminar, bem como os itens 4.1 e 4.2 do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

Prospecto Definitivo

O Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Big Brasil S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo.

Prospecto ou Prospecto Preliminar

Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão do Grupo Big Brasil S.A., incluindo o Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 400 e do Código ANBIMA, e quaisquer complementos, suplementos ou erratas ao mesmo.

Prospectos

Este Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto.

Público Alvo da Oferta	Os Investidores Não Institucionais e os Investidores Institucionais.
Registro da Oferta	O pedido de registro da Oferta foi protocolado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelo Coordenador Líder perante a CVM em [•] de [•] de 2020, estando a presente Oferta sujeita a prévio registro na CVM. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Adicionais" na página 66 deste Prospecto Preliminar.
Resolução de Conflitos	Conforme estabelecido no Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei do Mercado de Capitais, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.
Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)	[A Companhia, seus administradores e os Acionistas Vendedores se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, a celebrar acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional, concordarão em não oferecer, vender, contratar a venda, penhorar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de 180 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares. Após esse período inicial de 180 dias, os Acionistas Vendedores e os Administradores da Companhia não poderão, por mais 180 dias, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações de emissão da Companhia e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta.] A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações.

Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva	O valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00, nos termos da Instrução da CVM 539, aplicável aos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo.
Valores Mobiliários de *Lock-up*	Qualquer das ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em, permutáveis por, ou exercíveis por, qualquer ação ordinária de emissão da Companhia que estejam sujeitos ao *Lock-up*.
Valor Total da Oferta da Oferta Base	R$[•], considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do capital social

Na data deste Prospecto Preliminar, o capital social da Companhia é de R$221.655.067,89, totalmente subscrito e integralizado, representado por 456.743.170 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, até o limite de 91.500.000 ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto Preliminar e a previsão após a conclusão da Oferta, considerando os efeitos da eventual subscrição acima.

Antes da realização da Oferta não existiam ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		**Após a Oferta**	
	Quantidade[(1)]	**Valor[(1)]**	**Quantidade**	**Valor[(2)(3)]**
Ações ordinárias	456.743.170	R$221.655.067,89	[•]	[•]
Total.....	**456.743.170**	**R$221.655.067,89**	**[•]**	**[•]**

(1) Considerando o Grupamento de Ações, bem como a criação e resgate de ações preferenciais da Companhia sob condição resolutiva da publicação do Anúncio de Início até a data limite de 30 de abril de 2021. Para mais informações veja os itens "*17.3 Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações*", "*17.5 Outras informações relevantes*" e "*18.5 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil*" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto constante da página 357 deste Prospecto.
(2) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(3) Sem dedução de comissões e despesas.

Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		**Após a Oferta**	
	Quantidade[(1)]	**Valor[(1)]**	**Quantidade**	**Valor[(2)(3)]**
Ações ordinárias	456.743.170	R$221.655.067,89	[•]	[•]
Total.....	**456.743.170**	**R$221.655.067,89**	**[•]**	**[•]**

(1) Considerando o Grupamento de Ações, bem como a criação e resgate de ações preferenciais da Companhia sob condição resolutiva da publicação do Anúncio de Início até a data limite de 30 de abril de 2021. Para mais informações veja os itens "*17.3 Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações*", "*17.5 Outras informações relevantes*" e "*18.5 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil*" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto constante da página 357 deste Prospecto.
(2) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(3) Sem dedução de comissões e despesas.

Após a realização da Oferta, considerando a colocação das Ações Suplementares, mas sem considerar a colocação das Ações Adicionais, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade[(1)]	**Valor[(1)]**	**Quantidade**	**Valor[(2)(3)]**
Ações ordinárias	456.743.170	R$221.655.067,89	[•]	[•]
Total.....	**456.743.170**	**R$221.655.067,89**	**[•]**	**[•]**

(1) Considerando o Grupamento de Ações, bem como a criação e resgate de ações preferenciais da Companhia sob condição resolutiva da publicação do Anúncio de Início até a data limite de 30 de abril de 2021. Para mais informações veja os itens "*17.3 Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações*", "*17.5 Outras informações relevantes*" e "*18.5 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil*" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto constante da página 357 deste Prospecto.
(2) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(3) Sem dedução de comissões e despesas.

Após a realização da Oferta, considerando a colocação das Ações Adicionais, mas sem considerar a colocação das Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade[(1)]	**Valor[(1)]**	**Quantidade**	**Valor[(2)(3)]**
Ações ordinárias	456.743.170	R$221.655.067,89	[•]	[•]
Total.....	**456.743.170**	**R$221.655.067,89**	**[•]**	**[•]**

(1) Considerando o Grupamento de Ações, bem como a criação e resgate de ações preferenciais da Companhia sob condição resolutiva da publicação do Anúncio de Início até a data limite de 30 de abril de 2021. Para mais informações veja os itens "*17.3 Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações*", "*17.5 Outras informações relevantes*" e "*18.5 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil*" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto constante da página 357 deste Prospecto.
(2) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(3) Sem dedução de comissões e despesas.

Após a realização da Oferta, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Principais acionistas, Administradores e Acionistas Vendedores

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos membros Administração, na data deste Prospecto Preliminar e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias[(1)(2)]	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
FIP Momentum	370.598.722	81,14	[•]	[•]
Walmart US	86.144.448	18,86	[•]	[•]
Administradores	0	0,00	[•]	[•]
Ações em Tesouraria	0	0,00	[•]	[•]
Outros	0	0,00	[•]	[•]
Ações em Circulação	0	0,00	[•]	[•]
Total	**456.743.170**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

(1) Considerando o Grupamento de Ações, bem como a criação e resgate de ações preferenciais da Companhia sob condição resolutiva da publicação do Anúncio de Início até a data limite de 30 de abril de 2021. Para mais informações veja os itens "*17.3 Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações*", "*17.5 Outras informações relevantes*" e "*18.5 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil*" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto constante da página 357 deste Prospecto.

(2) Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas, ou grupo de acionistas, titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência, na página 662 deste Prospecto Preliminar.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias[(1)(2)]	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
FIP Momentum	370.598.722	81,14	[•]	[•]
Walmart US	86.144.448	18,86	[•]	[•]
Administradores	0	0,00	[•]	[•]
Ações em Tesouraria	0	0,00	[•]	[•]
Outros	0	0,00	[•]	[•]
Ações em Circulação	0	0,00	[•]	[•]
Total	**456.743.170**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

(1) Considerando o Grupamento de Ações, bem como a criação e resgate de ações preferenciais da Companhia sob condição resolutiva da publicação do Anúncio de Início até a data limite de 30 de abril de 2021. Para mais informações veja os itens "*17.3 Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações*", "*17.5 Outras informações relevantes*" e "*18.5 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil*" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto constante da página 357 deste Prospecto.

(2) Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas, ou grupo de acionistas, titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "*15. Controle*", no Formulário de Referência, na página 662 deste Prospecto Preliminar.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias[(1)(2)]	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
FIP Momentum	370.598.722	81,14	[•]	[•]
Walmart US	86.144.448	18,86	[•]	[•]
Administradores	0	0,00	[•]	[•]
Ações em Tesouraria	0	0,00	[•]	[•]
Outros	0	0,00	[•]	[•]
Ações em Circulação	0	0,00	[•]	[•]
Total	**456.743.170**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

(1) Considerando o Grupamento de Ações, bem como a criação e resgate de ações preferenciais da Companhia sob condição resolutiva da publicação do Anúncio de Início até a data limite de 30 de abril de 2021. Para mais informações veja os itens "*17.3 Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações*", "*17.5 Outras informações relevantes*" e "*18.5 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil*" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto constante da página 357 deste Prospecto.

(2) Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas, ou grupo de acionistas, titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência, na página 662 deste Prospecto Preliminar.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias[(1)(2)]	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
FIP Momentum	370.598.722	81,14	[•]	[•]
Walmart US	86.144.448	18,86	[•]	[•]
Administradores	0	0,00	[•]	[•]
Ações em Tesouraria	0	0,00	[•]	[•]
Outros	0	0,00	[•]	[•]
Ações em Circulação	0	0,00	[•]	[•]
Total	**456.743.170**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

(1) Considerando o Grupamento de Ações, bem como a criação e resgate de ações preferenciais da Companhia sob condição resolutiva da publicação do Anúncio de Início até a data limite de 30 de abril de 2021. Para mais informações veja os itens "*17.3 Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações*", "*17.5 Outras informações relevantes*" e "*18.5 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil*" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto constante da página 357 deste Prospecto.

(2) Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas, ou grupo de acionistas, titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "*15. Controle*", no Formulário de Referência, na página 662 deste Prospecto Preliminar.

Identificação dos Acionistas Vendedores, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos

Segue abaixo descrição dos Acionistas Vendedores:

Momentum - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento em participações devidamente constituído e registrado na CVM, nos termos da Instrução CVM 578, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 28.670.954/0001-20, representado na forma de seu regulamento por sua gestora **BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA**., sociedade limitada, com sede social na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, 151, 19º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.025.053/0001-62, a qual é autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório Executivo nº 14.796, de 30 de dezembro de 2015;

Brazil Holdings S.C.S., sociedade domiciliada no exterior, com sede social na 2-4 Rue Eugene Ruppert, 2453, Luxembourg, EX, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 30.873.752/0001-28, representada por seu representante legal no Brasil, Marcelo Nastromagario, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 26.284.823-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 266.804.808-76, com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fradique Coutinho, n° 1.271, Pinheiros, CEP 05416-011.

Para informações adicionais, os investidores devem ler o item "15. Controle" do Formulário de Referência, na página 662 deste Prospecto Preliminar.

Características Gerais da Oferta

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá: (i) na distribuição primária de, inicialmente, [•] novas Ações; e (ii) na distribuição secundária de, inicialmente, [•] Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta.

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Exceto pelo registro a ser concedido pela CVM para a realização da Oferta no Brasil, nos termos da Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério [dos Acionistas Vendedores e da Companhia], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia a serem alienadas [a serem por ela emitidas e/ou alienadas pelos Acionistas Vendedores, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Açõesinicialmente ofertadas, as quais serão utilizadas para atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia [a serem por ela emitidas e/ou alienadas pelos Acionistas Vendedores, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar], conforme o caso, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção outorgada [pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até trinta dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta durante o prazo para exercício da Opção de Ações Suplementares.

As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta em regime de Garantia Firme de Liquidação. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, em reais, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Capitais.

A Oferta será registrada no Brasil junto à CVM, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser objeto de ofertas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. Persons*, conforme definido no *Securities Act*, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro do *Securities Act*.

Aprovações societárias

A abertura de capital da Companhia, a sua adesão e admissão ao Novo Mercado, bem como a reforma do seu Estatuto Social, de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições foram aprovadas em assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 14 de outubro de 2020, cuja ata será devidamente registrada perante a JUCESP, bem como foi publicada no jornal "Valor Econômico" em 19 de outubro de 2020, e será publicada e no DOESP.

O Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo) e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal "Valor Econômico" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOESP, no dia útil subsequente.

A realização da Oferta Secundária pelo FIP Momentum, bem como seus termos e condições, foram aprovadas em reunião do Comitê de Investimento realizada em 13 de outubro de 2020, em conformidade com o seu Regulamento. Além disso, não será necessária qualquer aprovação societária do FIP Momentum quanto à fixação do Preço por Ação.

Não foi necessária qualquer aprovação societária do Walmart US para realização da Oferta Secundária. Além disso, não será necessária qualquer aprovação societária do Walmart US quanto à fixação Preço por Ação.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, o qual é meramente indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada as condições de eficácia descritas neste Prospecto Preliminar, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço no Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações, a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Antes da realização da Oferta, não há ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, considerando ou não a colocação das Ações Adicionais e as Ações Suplementares, [•]% das ações ordinárias de emissão da Companhia estará em circulação no mercado. Para maiores informações, ver seção "Informações Sobre a Oferta – Composição do Capital Social", na página 41 deste Prospecto Preliminar.

Quantidade, montante e recursos líquidos

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações emitidas/alienadas, o Preço por Ação, o valor total das comissões pagas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores aos Coordenadores da Oferta, bem como dos recursos líquidos oriundos da Oferta.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos Líquidos[2][3]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
FIP Momentum	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Walmart US	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos Líquidos[2][3]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
FIP Momentum	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Walmart US	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos Líquidos[2][3]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
FIP Momentum	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Walmart USWla	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos Líquidos[2][3]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
FIP Momentum	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Walmart US	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Custos de Distribuição

As taxas de registro da CVM, ANBIMA e B3 relativas à Oferta, as despesas com auditores, advogados, consultores, bem como outras despesas descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia. As comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões serão pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Custos	Valor[1]	% em Relação ao Valor Total da Oferta[8]	Valor por Ação	% em Relação ao Preço por Ação[1]
	(R$)		*(R$)*	
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Remuneração de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**	**[•]%**
Impostos, Taxas e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro da B3	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Despesas com Auditores	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Despesas com Advogados e Consultores[6]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Outras despesas da Oferta[7][8]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total de Despesas[9]	**[•]**	**[•]%**	**[•]**	**[•]%**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**	**[•]%**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) A Comissão de Coordenação, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da remuneração base, que corresponde ao percentual de [•]% aplicado sobre o produto resultante da multiplicação: (i) da quantidade total de Ações; e (ii) pelo Preço por Ação ("**Remuneração Base**").
(3) A Comissão de Colocação, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da Remuneração Base.
(4) A Comissão de Garantia Firme, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% da Remuneração Base.
(5) [A Comissão de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de [•]% do produto da colocação da Oferta (que consiste: (i) na soma do produto resultante da multiplicação da quantidade total de Ações pelo Preço por Ação; somada (ii) ao produto resultante da multiplicação da quantidade total de Ações Suplementares efetivamente colocadas pelo Preço opor Ação). A Comissão de Incentivo constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Acionistas Vendedores. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e para cada um dos Acionistas Vendedores tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.]
(6) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.
(7) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).
(8) Incluídos os custos estimados com traduções e *printer* e outros.
(9) Sem levar em consideração a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

Não há outra remuneração devida pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta (com exceção aos Coordenadores da Oferta, com relação a ganhos decorrentes da atividade de estabilização) ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

As Instituições Consorciadas serão convidadas pelos Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores, para participar da colocação das Ações.

Público Alvo

O público alvo da Oferta consiste em Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.

Cronograma Estimado da Oferta

Abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

#	Eventos	Data[1]
1.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	[•]/[•]/2020
2.	Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização deste Prospecto Preliminar	[•]/[•]/2020
3.	Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*)[2] Início do Procedimento de *Bookbuilding*	[•]/[•]/2020
4.	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•]/[•]/2020
5.	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•]/[•]/2020
6.	Encerramento do Período de Reserva	[•]/[•]/2020
7.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação pela Companhia e Acionistas Vendedores Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	[•]/[•]/2020
8.	Concessão dos registros da Oferta pela CVM Disponibilização do Anúncio de Início Disponibilização deste Prospecto Definitivo	[•]/[•]/2020
9.	Início de negociação das Ações no Novo Mercado	[•]/[•]/2020
10.	Data de Liquidação	[•]/[•]/2020
11.	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	[•]/[•]/2020
12.	Data limite para a liquidação de Ações Suplementares	[•]/[•]/2020
13.	Data de Encerramento do Lock-Up da Oferta de Varejo	[•]/[•]/2020
14.	Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento	[•]/[•]/2020

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

(2) A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data deste Prospecto Preliminar e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Será admitido o recebimento de reservas, a partir da data indicada no Aviso ao Mercado, para subscrição/aquisição das Ações que somente serão confirmadas pelo subscritor após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer Anúncios de Retificação serão informados por meio de divulgação de Aviso ao Mercado nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Coordenadores da Oferta, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM. Para informações sobre "Procedimento de Distribuição na Oferta", "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Inadequação da Oferta" nas páginas 50, 59 e 59 deste Prospecto Preliminar.

Procedimento da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações de forma individual e não solidária, em regime de garantia firme de liquidação (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e da Instrução CVM 400, na proporção e até os respectivos limites individuais previstos no Contrato de Colocação por meio de duas ofertas distintas, quais sejam: (i) uma oferta destinada aos Investidores Não Institucionais; e (ii) uma oferta destinada a Investidores Institucionais, conforme descritas adiante, observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta, com a anuência expressa da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Instrução CVM 539 (conforme definido abaixo); (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta.

O público alvo da Oferta consiste em:

(i) investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, em montante entre o valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 (um milhão de reais), nos termos da Instrução da CVM 539, sendo que cada Investidor Não Institucional deverá realizar seu Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada; e

(ii) investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, em todos os casos, investidores qualificados e/ou profissionais nos termos da regulamentação da CVM, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil (inexistindo para estes valores mínimo ou máximo de investimento), nos termos da Instrução da CVM 539, bem como os Investidores Estrangeiros.

Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução da CVM 505 serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam: (i) controladores e/ou administradores da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à emissão e distribuição, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional atinentes à Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta ou por pessoas a eles vinculadas, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) cônjuges ou companheiros, ascendentes, filhos menores e colaterais até o 2º grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (viii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a Pessoas Vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*) são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados da data da disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares conforme faculdade prevista nos artigos [•] e [•] da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta", na página 103 deste Prospecto Preliminar.

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento de formulário específico destinado à subscrição/aquisição de Ações, em caráter irrevogável e irretratável, no âmbito da Oferta de Varejo junto a uma única Instituição Consorciada, durante o período compreendido entre [•] de [•] de 2020, inclusive, e [•] de [•] de 2020, inclusive, ou, no caso de Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, durante o período compreendido entre [•] de [•] de 2020, inclusive, e [•] de [•] de 2020, inclusive, terminando em data que antecederá em pelo menos sete dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, nas condições descritas abaixo.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados, em caso de excesso de demanda superior a um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e A Ações Suplementares), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares).

No contexto da Oferta de Varejo, o montante de, no mínimo, 10% e, a critério exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores, no máximo 20% do total das Ações (considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), será destinado à colocação pública para Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva conforme aplicável, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento indicado neste item:

(a) caso haja demanda de Investidores Não Institucionais *Lock-up*: (i) de até 8% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 8% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio ("**Oferta de Varejo *Lock-up***"); e

(b) caso haja demanda de Investidores Não Institucionais Sem *Lock-up*: (i) de até 2% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 2% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio ("**Oferta de Varejo Sem *Lock-up***" e, em conjunto com a Oferta de Varejo *Lock-up*, "**Oferta de Varejo**").

No contexto da Oferta de Varejo, observados: (i) o valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 por Investidor Não Institucional ("**Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo**"); e (ii) o valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 por Investidor Não Institucional ("**Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo**"), os Investidores Não Institucionais, a seu exclusivo critério, poderão aderir simultaneamente a mais de uma das modalidades da Oferta de Varejo indicadas nos itens (a) e (b) do item 5, devendo, para tanto, indicar e discriminar em seus respectivos Pedidos de Reserva os valores a serem alocados em cada modalidade de Oferta de Varejo desejada, com uma única Instituição Consorciada.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização dos Pedidos de Reserva que: (i) leiam cuidadosamente os termos e as condições estipulados no Pedido de Reserva, sobretudo os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes, deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência, especialmente as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 20 e 99, respectivamente, bem como o item "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta exigirá: (a) a abertura ou atualização de conta e/ou de cadastro; e/ou (b) a manutenção de recursos em conta aberta e/ou mantida junto a ela para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada; e (iv) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada. Os Investidores Não Institucionais interessados na realização do Pedido de Reserva deverão ler cuidadosamente os termos e condições estipulados nos respectivos Pedidos de Reserva, bem como as informações constantes deste Prospecto Preliminar.

Os investidores não institucionais que aderirem à oferta de varejo não participarão do procedimento de bookbuilding, e, portanto, não participarão da fixação do preço por ação.

Procedimento da Oferta de Varejo

Os Investidores Não Institucionais deverão observar, além das condições previstas nos Pedidos de Reserva, o procedimento abaixo:

(i) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, cada um dos Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta deverá realizar Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos incisos (iii), (v), (vi), (vii),(viii), (x), (xii) e (xiii) e no item 11 abaixo;

(ii) os Investidores Não Institucionais que tenham interesse em participar diretamente da Oferta de Varejo *Lock-up*, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo (conforme definido no item 5.1.1.1 abaixo), sob pena de ser considerado um Investidor Não Institucionais Sem *Lock-up* e não participar da Oferta de Varejo *Lock-up*;

(iii) os Investidores Não Institucionais que decidirem participar diretamente da Oferta de Varejo poderão estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor Não Institucional, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado;

(iv) as Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedidos de Reserva que: (a) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes do Prospecto Preliminar; (b) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; e (c) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada;

(v) os Investidores Não Institucionais deverão realizar seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva, sendo que os Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela Instituição Consorciada, observado ainda o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo;

(vi) caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas, será vedada a colocação de Ações aos Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, exceto os Pedidos de Reserva que tenham sido realizados no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;

(vii) caso o total de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais *Lock-up*: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores Não Institucionais Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante de Ações destinados à Oferta de Varejo *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio Oferta de Varejo *Lock-up***"). Caso haja Rateio Oferta de Varejo *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo máximo de três dias úteis contados da Data de Liquidação;

(viii) caso o total de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais Sem *Lock-up*: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores Não Institucionais *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o montante de Ações destinados à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio Oferta de Varejo Sem *Lock-up***"). Caso haja Rateio Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo máximo de três dias úteis contados da Data de Liquidação;

(ix) até às 16h do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor Não Institucionais pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustada, se for o caso, em decorrência do respectivo rateio), o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;

(x) até às 10h da Data de Liquidação, cada Investidor Não Institucionais que tenha realizado Pedido de Reserva deverá efetuar o pagamento, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do valor indicado no inciso (ix) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, caso o Investidor Não Institucionais não tenha estipulado um preço máximo por Ação como condição de eficácia, do Preço por Ação multiplicado pelo número de Ações a ele alocadas, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado; em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Investidor Não Institucional;

(xi) na Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva entregará, por meio da B3, as Ações alocadas ao respectivo Investidor Não Institucional que tenha realizado Pedido de Reserva de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação, desde que tenha efetuado o pagamento previsto no inciso (x) acima;

(xii) caso: (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400; e/ou (d) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sobre o valor máximo da Faixa Indicativa (conforme definido no item 9 abaixo), sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, o Investidor Não Institucional poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva: (1) até às 12h do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até às 12h do quinto dia útil subsequente à data em que o Investidor Não Institucional for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre o Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa e a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a divulgação do anúncio de retificação, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor Não Institucional não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva, será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (x) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo máximo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva; e

(xiii) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Colocação ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (x) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo máximo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

***Lock-up* da Oferta de Varejo**

Os Investidores Não Institucionais *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* ("***Lock-up* da Oferta de Varejo**"). Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo *Lock-up*, cada Investidor Não Institucional *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas no âmbito da Oferta de Varejo que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

CASO O PREÇO DE MERCADO DAS AÇÕES VENHA A CAIR E/OU OS INVESTIDORES NÃO INSTITUCIONAIS *LOCK-UP* POR QUAISQUER MOTIVOS VENHAM A PRECISAR DE LIQUIDEZ DURANTE O PERÍODO DE *LOCK-UP* DA OFERTA DE VAREJO APLICÁVEL E TENDO EM VISTA A IMPOSSIBILIDADE DAS AÇÕES DA OFERTA DE VAREJO SEREM TRANSFERIDAS, EMPRESTADAS, ONERADAS, DADAS EM GARANTIA OU PERMUTADAS, DE FORMA DIRETA OU INDIRETA, TAIS RESTRIÇÕES PODERÃO CAUSAR-LHES PERDAS. PARA MAIS INFORMAÇÕES, VEJA A SEÇÃO "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES – OS INVESTIDORES NÃO INSTITUCIONAIS *LOCK-UP*, DIANTE DA IMPOSSIBILIDADE DE TRANSFERIR, EMPRESTAR, ONERAR, DAR EM GARANTIA OU PERMUTAR, DE FORMA DIRETA OU INDIRETA, A TOTALIDADE DAS AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA COMPANHIA DE SUA TITULARIDADE APÓS A LIQUIDAÇÃO DA OFERTA, PODERÃO INCORRER EM PERDAS EM DETERMINADAS SITUAÇÕES", DO PROSPECTO PRELIMINAR.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, até o limite estabelecido, as Ações remanescentes são destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas, inexistindo valores mínimo e máximo de investimento e assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo [•] da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até as 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico ou, na sua ausência, por telefone, a quantidade de Ações alocadas e o valor do respectivo investimento. A entrega das Ações alocadas deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação.

A subscrição/aquisição das Ações será formalizada, nos termos do parágrafo 1º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3 e por termo de aceitação, sendo, portanto, dispensado a apresentação de boletim de subscrição e de eventual contrato de compra e venda, nos termos da Deliberação CVM nº 860, de 22 de julho de 2020. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos na Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, e na Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada, ou na Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos na Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, e na Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada, ou na Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens de investimento automaticamente canceladas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

A participação dos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam consideradas Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 103 deste Prospecto Preliminar.

Prazos da Oferta

Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, o prazo para a distribuição das Ações terá início na data de divulgação do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2020, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de seis meses, contado a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até dois dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações. A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira deverá ser realizada até o segundo dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares. As Ações serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

A data de início da Oferta será divulgada mediante a divulgação do Anúncio de Início em conformidade com o artigo 54-A da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a divulgação do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Colocação será celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a B3. De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação individual e não solidária, a totalidade das Ações, diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Os Coordenadores da Oferta prestarão Garantia Firme de Liquidação, conforme disposto na seção "Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação", na página 61 deste Prospecto Preliminar.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e nos Acionistas Vendedores e em seus negócios, a execução de certos procedimentos pelos auditores independentes da Companhia, entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação das Ações pela Companhia, seus Administradores e Acionistas Vendedores, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia e os Acionistas Vendedores assumiram a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional obriga a Companhia, bem como obriga os Acionistas Vendedores, a indenizarem os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e contra os Acionistas Vendedores no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia for condenada em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia. Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil", na página 104 deste Prospecto Preliminar.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta, ou obtenção de cópia, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 68 deste Prospecto Preliminar.

Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta

Caso: (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais, ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% do preço inicialmente indicado considerando um preço por Ação que seja o resultante da aplicação de 20% sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante da aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 19 do Ofício-Circular CVM/SRE, poderão os Investidores Não Institucionais desistir de seus respectivos Pedidos de Reserva sem quaisquer ônus, nos termos abaixo descritos.

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta serão imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação disponibilizado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes na seção "Informações Adicionais" a partir da página 66 deste Prospecto Preliminar, mesmos meios utilizados para divulgação do Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa. Em tais casos, o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos acima descritos, até as 16:00 horas do quinto dia útil subsequente à data em que for disponibilizado o Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta enviada pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos descritos acima, seu respectivo Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor total de seu investimento.

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento e decida desistir do Pedido de Reserva nas condições previstas acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que, caso venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva.

Na hipótese de: (i) não haver a conclusão da Oferta; (ii) resilição do Contrato de Colocação; (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (v) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e cada uma das Instituições Consorciadas que tenha recebido Pedidos de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional sobre o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados do recebimento pelo investidor da comunicação acerca de quaisquer dos eventos acima referidos.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

Após a divulgação do Aviso ao Mercado e de sua respectiva nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto Preliminar, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de Bookbuilding, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, a celebração e o cumprimento das condições suspensivas previstas no Contrato de Colocação e no Contrato de Colocação Internacional, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a colocação das Ações da Oferta e das Ações Adicionais (sem considerar as Ações Suplementares) em mercado de balcão não organizado, em regime de garantia firme de liquidação, prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais abaixo descritos e demais disposições previstas no Contrato de Colocação:

Coordenador da Oferta	Quantidade	Percentual (%)
Coordenador Líder	[•]	[•]
Bank of America	[•]	[•]
BTG Pactual	[•]	[•]
Credit Suisse	[•]	[•]
Bradesco BBI	[•]	[•]
J.P. Morgan	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00**

A proporção prevista na tabela acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

A Garantia Firme de Liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar/adquirir as Ações da Oferta e as Ações Adicionais que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que forem concedidos os registros da Oferta e de companhia aberta pela CVM, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, disponibilizado este Prospecto Definitivo e divulgado o Anúncio de Início.

Caso as Ações da Oferta e as Ações Adicionais, objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá/adquirirá, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre: (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação; e (ii) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas, no Brasil, por investidores no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das Atividades de Estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Estabilização dos Preços das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação e por um período de até trinta dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da divulgação do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de divulgação do Anúncio de Início nos endereços indicados na seção “Informações Adicionais” a partir da página 66 deste Prospecto Preliminar.

Violações das Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis: (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de até três dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, e, ainda, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada; (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de seis meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere este item deverá informar, imediatamente, sobre o referido cancelamento, os investidores de quem tenham recebido Pedido de Reserva. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento, Pedidos de Reserva cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Direitos, vantagens e restrições das Ações

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes:

(a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;

(b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a (i) 1% (um por cento) do lucro líquido apurado no exercício de 2020 (a ser distribuído aos acionistas conforme for deliberado na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2021), e (ii) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado nos exercícios de 2021 em diante ser distribuído aos acionistas conforme for deliberado nas Assembleias Gerais Ordinárias a se realizarem de 2022 em diante, ajustados nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais eventualmente distribuídos por deliberação da assembleia geral ou pelo Conselho de Administração;

(c) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início;

(d) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no referido capital social da Companhia, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(e) fiscalização da gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações;

(f) direito de preferência na subscrição de novas ações, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações;

(g) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas ao(s) acionista(s) controlador(es), no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle sobre a Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado a(os) acionista(s) controlador(es) (*tag along*);

(h) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública para aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou seu(s) acionista(s) controlador(es) da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou cancelamento de listagem das ações no Novo Mercado, por, no mínimo, obrigatoriamente, seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores; e

(i) todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Estatuto Social da Companhia.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção “18. Valores Mobiliários” do Formulário de Referência.

Negociação das Ações na B3

A Companhia e a B3 celebrarão oportunamente o Contrato de Participação no Novo Mercado, data na qual referido contrato entrará em vigor, aderindo ao Novo Mercado, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.

A partir do dia útil seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão negociadas no segmento Novo Mercado da B3, sob o código “[•]”.

As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado encontram-se resumidas no Formulário de Referência, sobretudo nos itens “5. Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos”, “12. Assembleia Geral e Administração”, “13. Remuneração dos Administradores”, “16. Transações com Partes Relacionadas”, “20. Política de Negociação de Valores Mobiliários” e “21. Política de Divulgação de Informações”. Para informações adicionais sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

Recomenda-se a leitura, além deste Prospecto Preliminar, do Formulário de Referência, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, sobretudo nos itens "3. Informações Financeiras Selecionadas", "4. Fatores de Risco", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência.

Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up*)

[A Companhia, seus administradores e os Acionistas Vendedores se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, a celebrar acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional, concordarão em não oferecer, vender, contratar a venda, penhorar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de 180 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares.

[Após esse período inicial de 180 dias, os Acionistas Vendedores e os Administradores da Companhia não poderão, por mais 180 dias, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações de emissão da Companhia e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta.]

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações de emissão da Companhia. Para mais informações sobre os riscos relacionados à venda de volume substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia, veja o fator de risco "A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia, após a conclusão da Oferta e o período de *Lock-up*, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia", na seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" na página 102 deste Prospecto Preliminar.

Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação dos serviços de escrituração, custódia e transferência das ações ordinárias de emissão da Companhia é a Itaú Corretora de Valores S.A.

Formador de Mercado

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, [que será contratada] para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado secundário.] {ou} [no entanto, não houve contratação de formador de mercado].

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que a Companhia atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Ações ou, com relação à qual o investimento nas Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Condições a que a Oferta esteja submetida

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

Informações adicionais

A aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. **Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" e "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia", a partir das páginas 99 e 20, respectivamente, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto Preliminar e acesso aos anúncios e avisos referentes à Oferta ou informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, realizar reserva das Ações, deverão dirigir-se aos seguintes endereços da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e/ou das Instituições Participantes da Oferta indicadas abaixo ou junto à CVM.

Companhia

Grupo Big Brasil S.A.
Avenida Tucunaré, 125, Bloco A, Superior, Sala 109, Tamboré,
CEP 06460-020, Barueri, São Paulo
At.: Sr. Vitor Fagá de Almeida
Tel.: +55 (11) 2103-5672
http://ri.big.com.br (neste *website*, clicar em "Documentos da Oferta")

Coordenadores da Oferta

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata G. Dominguez
Tel.: + 55 (11) 3708-8876
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "Grupo Big Brasil SA" e, posteriormente, clicar em "2020" e, em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)", por fim em "Prospecto Preliminar").

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 12 andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: +55 (11) 2188-4000
http://www.merrilllynch-brasil.com.br (neste *website*, no item "Prospectos" clicar no item "Grupo Big S.A." e, então, clicar em "Prospecto Preliminar").

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: + 55 (11) 3383-2000
https://www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website* acessar "Mercado de Capitais – Download", depois clicar em "2020" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da Grupo Big Brasil S.A.", clicar em "Prospecto Preliminar").

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 700, 10º andar (parte) e 12º a 14º andares (parte)
CEP 04542-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Eduardo de la Peña
Tel.: +55 (11) 3701-6000
www.credit-suisse.com/br (neste *website*, clicar em "Investment Banking", depois clicar em "Oferta", e, então, clicar em "Prospecto Preliminar" ao lado de "Grupo Big Brasil S.A. – Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias do Grupo Big Brasil S.A.")

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Juscelino Kubitscheck, 1309, 10º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. Claudia Bollina Mesquita
Tel.: +55 (11) 3847-5488
https://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/Default.aspx (neste *website*, clicar em "IPO Big" e, posteriormente, clicar em "Prospecto Preliminar").

Banco J.P. Morgan S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 6º (parte), 10º (parte), 11º, 12º (parte), 13º (parte), 14º e 15º andares, Itaim Bibi
CEP 04538-905, São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Porto
Tel.: + 55 (11) 4950-3700 / + 55 (11) 4950-6655
www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/prospectos/grupobig (neste *website*, clicar em "Prospecto Preliminar").

Instituições Consorciadas

Este Prospecto Preliminar também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*:

(i) CVM, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br, neste *website* acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primária", clicar no item "Ações", depois, na tabela "Oferta Inicial (IPO)", clicar em "Volume em R$" e, então, acessar o link referente ao "Grupo Big Brasil S.A.", e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e

(ii) B3, situada na Praça Antônio Prado, nº 48, 7º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ofertas-em-andamento/ – neste *website* acessar "Ofertas em andamento", depois clicar em "Empresas", depois clicar em "Grupo Big Brasil S.A." e posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM O LOGOTIPO DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE, NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA INDICADAS ABAIXO, DA CVM E DA B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta.

Companhia

Grupo Big Brasil S.A.

http://ri.big.com.br (neste *website*, clicar em "Documentos da Oferta")

Coordenadores da Oferta

Banco Itaú BBA S.A.

http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "Grupo Big Brasil SA", depois em "2020" e, a seguir, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e, em seguida, clicar no link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

http://www.merrilllynch-brasil.com.br (neste *website*, no item “Prospectos” clicar no item “Grupo Big S.A.” e, então, clicar no título do documento correspondente).

Banco BTG Pactual S.A.

www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website*, acessar “Mercado de Capitais – Download”, depois clicar em “2020” e, a seguir, logo abaixo de “Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da Grupo Big Brasil S.A.”, clicar no título do documento correspondente).

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

https://www.credit-suisse.com/br (neste website, (neste *website*, clicar em “Investment banking”, depois clicar em “Ofertas”, em seguida clicar em “Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Big Brasil S.A.” e, então, clicar no link específico do documento que deseja consultar).

Banco Bradesco BBI S.A.

https://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/Default.aspx (neste *website*, clicar em “IPO Big” e, posteriormente, clicar no título do documento correspondente).

Banco J.P. Morgan S.A.
www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/prospectos/grupobig (neste *website*, clicar no título do anúncio, aviso ou do documento desejado).

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

Este Prospecto Preliminar também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br – neste *website* acessar em “Central de Sistemas” na página inicial, acessar “Ofertas Públicas”, em seguida, na tabela de “Secundárias”, clicar no item “Ações”, depois, na página referente a “Ofertas Secundárias em Análise”, na tabela “Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$”, acessar o link referente ao “Grupo Big Brasil S.A.” e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Definitivo disponível); e (ii) **B3**, situada na Praça Antônio Prado, nº 48, 7º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ofertas-em-andamento/ – neste *website* acessar “Empresas”, depois clicar em “Grupo Big Brasil S.A.”, posteriormente acessar “Prospecto Preliminar”).

Este Prospecto Preliminar não constitui uma oferta de venda de Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja o registro sob o *Securities Act*, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. A Companhia e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto Preliminar, do Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência.

LEIA ESTE PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES" A PARTIR DA PÁGINA 20 E 99 DESTE PROSPECTO PRELIMINAR, BEM COMO A SEÇÃO 4 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA, À OFERTA E SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em [•] de [•] de 2020.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, já que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever ou adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas *corporate* do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 30 de setembro de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R$1,6 trilhão e uma carteira de crédito de R$689 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, equities e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de *Investment Banking* do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor *investment bank* do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *Deposit Receipts* (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de *research* do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2019 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US$18,8 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 45 transações em 2019 na America do Sul, obtendo a primeira colocação no ranking por quantidade de operações acumulando um total de US$8,5 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers*, *fixed* e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R$7 bilhões. Pelo mesmo ranking, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US$4 bilhões em 2015, US$8 bilhões em 2016 e US$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US$8 bilhões.

Bank of America

O Bank of America está presente no Brasil desde 1953, contando com uma estrutura de aproximadamente 660 funcionários, com foco na intermediação e negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou no que o Bank of America acredita ser um dos maiores conglomerados financeiros do mundo e um dos líderes mundiais na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas, na gestão de ativos e grandes riquezas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado Bank of America Merrill Lynch atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos da América serve mais de 67 milhões de clientes a partir de suas mais de 4.400 agências, mais de 16.100 caixas eletrônicos e um sistema online que atende mais de 36 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a U.S. Fortune e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a Fortune Global. As ações da Bank of America Corporation (NYSE: BAC), controladora do Bank of America, fazem parte do índice Dow Jones Industrial Average e são listadas na New York Stock Exchange.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e equity e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo recentemente atingido uma das principais posições em levantamento de capital para empresas considerando o valor agregado de operações de equity, bonds e financiamentos, de acordo com a Dealogic.

BTG Pactual

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales and trading* (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín, Bogotá e Buenos Aires.

Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição. Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o "*Brazil's Equity House of the Year*", segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes "*World's Best Equity House*" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "*Equity House of the Year*" (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de "*Best Equity House Latin America*" (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de "*Best Investment Bank*" (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "*#1 Equity Research Team Latin America*" em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, Weighted Rankings).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, Ecorodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de gerdau, a qual foi registrada no brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do *follow-on* de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do *follow-on* de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no *follow-on* da Oi S.A. Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do *follow-on* de telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da energisa, da Linx e da Sanepar. Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos *follow-on*s da CCR, das Lojas Americanas, e da Alupar e, da BR Malls e do Magazine Luiza e da Rumo, e do *re-IPO* da Eneva. Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida. Em 2019, o BTG Pactual participou do *IPO* da Centauro, da C&A e *follow-on* das seguintes companhias: Restoque, JHSF, BR Properties, Magazine Luiza, Unidas, LPS Brasil, CCP – Cyrela Commercial Properties, LOG Commercial Properties, Helbor, Omega Geração, EZ TEC, Banco Pan, Sinqia, Trisul, Localiza Rent A Car, Movida, Banco Inter, Hapvida, Light, Tecnisa, BTG Pactual, CPFL Energia, Totvs, Eneva e Burger King. Em 2020, o BTG Pactual participou dos *follow-ons* da Minerva, Cogna Educação, Positivo Tecnologia, Centauro, Via Varejo, Lojas Americanas, BTG Pactual, JHSF Participações, Irani, IMC, Dimed, Banco PAN, JSL Logística, Rumo, Banco Inter, assim como do *IPO* da Mitre Realty, Estapar, Ambipar, Melnick, Even, Lojas Quero Quero, Lavvi, Plano & Plano, Cury Construtora, Hidrovias do Brasil, Sequoia Logística e Petz.

Credit Suisse

O Credit Suisse foi fundado em Zurich, na Suíça, em 1856, e possui operações em 50 países e 46.840 empregados de mais de 170 países. A estratégia do Credit Suisse consiste em ser um dos líderes globais em gestão de fortunas com excelentes capacidades de *Investment Banking*.

O Credit Suisse oferece aos seus clientes uma completa linha de produtos e serviços por meio de suas principais divisões de negócios: International Wealth Management, Investment Banking & Capital Markets, Global Markets, *Swiss Universal Bank e Asia Pacific*.

- *Uma história de sucesso no Brasil*

Em 1959, com a abertura de um escritório de representações do então CS SKA, o Credit Suisse estabeleceu a sua presença no Brasil. Em 1990, o Banco de Investimento Credit Suisse First Boston estabeleceu sua presença no País. Em 1998, o Credit Suisse adquiriu o Banco Garantia (fundado em 1971), e posteriormente, em 2006, a Hedging-Griffo (fundada em 1981) criando a Credit Suisse Hedging-Griffo. Atualmente, o Credit Suisse no Brasil oferece uma completa linha de produtos e serviços financeiros por meio de suas divisões locais de *Wealth Management, Investment Banking & Capital Markets* e *Global Markets*.

O Credit Suisse no Brasil tem por objetivo ser o banco preferencial dos melhores empresários, empresas e investidores do Brasil; além de ser o assessor de pessoas físicas e investidores institucionais, oferecendo uma linha completa de soluções financeiras feitas sob medida, de acordo com as necessidades de cada um de nossos clientes.

Os *ratings* do Credit Suisse no Brasil, atribuídos às instituições financeiras do País pela Fitch Ratings, são: AAA (bra), perspectiva estável (longo prazo) e F1+ (bra) (curto prazo), desde 2013.

- *Investment Banking & Capital Markets no Brasil*

O Credit Suisse tem conhecimento local e experiência em fusões e aquisições, em colocações primárias e secundárias de ações e em instrumentos de dívida. Além disso, mantém a liderança consolidada em Investment Banking na América Latina desde 2005 (Fonte: Thomson Reuters e Dealogic entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de maio de 2020).

Líder em fusões e aquisições: O Credit Suisse é líder no ranking de Fusões e Aquisições (M&A) na América Latina, entre 2005 e 2020, com volume de US$393 bilhões, em transações acima de US$100 milhões (Fonte: Thomson Reuters e Dealogic. Considera transações anunciadas acima de US$100 milhões entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de maio de 2020).

Líder em emissões de ações: No segmento de Ofertas de Ações (ECM) na América Latina, o Credit Suisse é líder entre 2005 e 2020, com volume de US$43 bilhões (Fonte: Dealogic. Considera valor proporcional repartido entre coordenadores das ofertas para transações entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de maio de 2020).

Líder em IPOs: No segmento de Ofertas Públicas Iniciais (IPOs) na América Latina, o Credit Suisse é o líder entre 2005 e 2018, com volume de US$26 bilhões (Fonte: Dealogic. Considera valor proporcional repartido entre coordenadores das ofertas para transações entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de maio de 2020).

- *Líder em corretagem de ações*

A corretora do Credit Suisse é a maior dos últimos cinco anos em negociação de ações do Ibovespa no Brasil, com uma participação de 21,0% no período. (Fonte: Bloomberg. Considera apenas companhias negociadas no índice Ibovespa).

A Corretora do Credit Suisse tem foco no atendimento a clientes estrangeiros (não residentes) e institucionais, atua em negociação de ações e opções, negociação eletrônica, colocações de ações em blocos, IPOs e “follow-ons", estruturação de derivativos de renda variável e elaboração e distribuição de análises fundamentalistas (setorial e por empresas alvo de investimentos).

A Corretora do Credit Suisse trabalha em conjunto com uma experiente equipe de vendas da América Latina, com vendedores no Brasil e nos Estados Unidos e tem o apoio de uma das mais reconhecidas equipes de análise de ações da América Latina.

- *Wealth Management no Brasil*

O Private Banking da CSHG administra R$118 bilhões e é um dos principais administradores de recursos no segmento de wealth management no Brasil (Fonte: Credit Suisse Hedging-Griffo. Patrimônio Administrado: AUM (Assets under Management) e AUA (Assets under Advisory). A estratégia de gestão na CSHG é a de ter bankers exclusivamente dedicados para cuidar dos interesses patrimoniais de seus clientes, oferecendo expertise e soluções inovadoras em:

Gestão de portfólios exclusivos e produtos diferenciados: participação do CIO do Private Banking Brasil no comitê global de investimentos do Credit Suisse, definição dos cenários internacional e local para elaboração do asset allocation estratégico e tático da CSHG, gestão de mais de 900 produtos e portfólios exclusivos.

Proximidade direta ao time de gestão e especialistas: equipe multidisciplinar incluindo estrategistas, economistas, investors, analistas de empresas e traders, e um investor/especialista dedicado a cada portfólio exclusivo com foco em enquadramento do portfólio às condições do mercado, visando alocação estrutural e tática.

Acesso à plataforma global de investimentos: expertise e pioneirismo em seleção de oportunidades em ativos líquidos e ilíquidos globais e locais, composições e alternativas de investimento, com a incorporação e experiência dos relatórios de research do Credit Suisse Global.

Filosofia de gestão e controle de riscos: análise e monitoramento completos de produtos e ativos, transparência e detalhamento em relatórios gerenciais de conta e fundos, sistema proprietário de gestão, monitoramento e controle de mandatos personalizados para fundos exclusivos de acordo com os objetivos de cada família.

Expertise para desenvolver soluções de investimento em: *Wealth Advisory* (Planejamento sucessório, patrimonial e investimentos sociais via nosso Instituto CSHG); Estruturas exclusivas (Fundos restritos e estruturados, abertos e fechados); Fundos de investimento (Fundos de investimento próprios e do mercado); Soluções estruturadas (Estruturas de investimento, proteção (*hedge*), empréstimos e emissão de dívida); Operações de renda fixa e variável (Títulos públicos, títulos privados, ações, derivativos e câmbio); Investimentos alternativos (Fundos imobiliários, Private Equity & Venture Capital, Club Deals, ativos estressados e infraestrutura); Produtos de previdência (Fundos de investimento previdenciários).

- *CSHG Real Estate - Produtos imobiliários*

A área de Investimentos Imobiliários da Credit Suisse Hedging-Griffo iniciou suas operações em 2003, com o objetivo de prover aos clientes alternativas de investimentos no mercado imobiliário por meio de estruturas e instrumentos sofisticados do mercado de capitais. Atualmente, a CSHG possui produtos imobiliários voltados para os segmentos comercial (escritórios e imóveis corporativos), logístico e industrial e recebíveis imobiliários.

- *Responsabilidade social e cultural*

O Instituto Credit Suisse Hedging-Griffo (Instituto CSHG) é o principal veículo de investimento social do Credit Suisse no Brasil. O Instituto CSHG seleciona criteriosamente projetos sociais, primordialmente na área da educação, e acompanha sua execução de forma próxima e permanente.

Em 2018, completou 15 anos de existência, tendo apoiado mais de 190 organizações sem fins lucrativos e investido R$36 milhões nesse período.

Atualmente, alguns dos parceiros do Instituto CSHG são: Instituto Proa, Fundo de Bolsas do Insper, Fundação Estudar, Banco da Providência, entre outros.

Bradesco BBI

Banco de Investimento do Banco Bradesco S.A., o Bradesco BBI, é responsável por (i) originação e execução de operações de financiamento de projetos; (ii) originação e execução de operações de fusões e aquisições; (iii) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda fixa no Brasil e exterior; e (iv) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda variável no Brasil e exterior.

Bradesco BBI conquistou em 2020 os prêmios “Melhor Banco de Investimentos da América Latina” e “Melhor Banco de Investimentos em Renda Fixa da América Latina”, pela Institutional Investor.

- Presença constante em operações de renda variável, com presença na maioria dos IPOs (Initial Public Offerings) e *Follow-ons* que foram a mercado nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no exterior.

- O Bradesco BBI apresentou presença significativa no mercado de capitais brasileiro no primeiro semestre de 2020, tendo participado em 11 de 13 ofertas realizadas na B3. Participou como *joint bookrunner* no *Follow-on* da Minerva Foods, no montante de R$1.235 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* de Ânima Educação, no montante de R$1.100 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* de Positivo Tecnologia, no montante de R$354 milhões, *joint bookrunner* no IPO de Mitre, no montante de R$1.053 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* de Petrobras, no montante de R$22.026 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* de Cogna Educação, no montante de R$2.556 milhões, *joint bookrunner* no IPO de Moura Dubeux, no montante de R$1.105 milhões, *joint bookrunner* no IPO de Estapar, no montante de R$345 milhões, coordenador líder do *Follow-on* de Centauro, no montante de R$900 milhões, coordenador líder do *Follow-on* da Via Varejo, no montante de R$4.455 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* do Banco BTG Pactual, no montante de R$2.651 milhões.

- Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI concluiu o primeiro semestre com grande destaque em renda fixa. Participou de 76 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R$58,3 bilhões originados.

- No primeiro semestre do ano de 2020, o Bradesco BBI assessorou 9 transações de M&A envolvendo um volume total de aproximadamente R$14 bilhões, tendo como destaque: (i) assessoria a AES Tietê na condução de todo o processo envolvendo a oferta da Eneva, (ii) assessoria à Hypera na aquisição do portfólio de ativos Brasil da Takeda, (iii) assessoria à OTP na venda das concessionárias de rodovia: CBN, CRA e CRC, para a Monte Equity Partners e (iv) assessoria ao Grupo Festval na aquisição de lojas do GPA em Curitiba.

- O Banco Bradesco S.A. está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. Conta com uma rede de 3.816 agências, 4.300 unidades dedicadas exclusivamente à realização de negócios e relacionamento com clientes ("PAs" – postos de atendimento), 877 Postos de Atendimento Eletrônico ("PAEs") e 40.835 unidades Bradesco Expresso (correspondentes bancários), além de milhares de equipamentos de autoatendimento.

J.P. Morgan

O J.P. Morgan faz parte do J.P. Morgan Chase & Co. (NYSE: JPM), uma instituição financeira com atuação global e ativos de aproximadamente US$2,7 trilhões, em 31 de dezembro de 2019, segundo relatórios financeiros divulgados aos investidores. O J.P. Morgan Chase & Co. atua com empresas e investidores institucionais, além de *hedge* funds, governos e indivíduos afluentes em mais de 100 países, conforme informação disponibilizada na página do J.P. Morgan Chase & Co. na internet.

O J.P. Morgan está presente no Brasil desde a década de 60 atuando em diversas áreas. A área de Investment Banking oferece assessoria em operações de fusões e aquisições, reestruturações societárias e financeiras, emissões de títulos de dívida e emissões de ações, no mercado local e internacional, entre outros; a área de Local Markets, Sales & Trading oferece produtos de tesouraria a clientes corporativos e institucionais e de Private Banking; a Corretora oferece serviços de intermediação em contratos futuros, opções, ações e empréstimo de valores mobiliários para clientes institucionais e de Private Banking; a área de Equities oferece produtos de equities em geral, tais como operações de derivativos; a área de Treasury Services oferece serviços de conta corrente, pagamento e recebimento, e investimentos em renda fixa; a área de Trade and Loan Products oferece produtos de trade, garantias bancárias e financiamentos; a área de Direct Custody and Clearing oferece serviços de custódia a investidores não residentes; e as áreas de Asset Management e Wealth Management oferecem serviços de gestão de recursos, sendo que esta última também concede crédito e assessora os clientes pessoas físicas de alta renda em seus investimentos.

Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. foi o primeiro banco na história a consolidar as posições de liderança mundial nos mercados de fusões e aquisições, emissão de dívida e ações, segundo dados da Dealogic e Thomson. No mercado de emissão de ações especificamente, o J.P. Morgan Chase & Co. é o líder mundial no histórico acumulado desde 2007, segundo a Dealogic (Global Equity e Equity Linked). Essa posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. está refletida nas premiações obtidas no mercado de ações, as quais totalizam um recorde de dezoito prêmios da revista IFR desde 2007.

Por dois anos consecutivos, 2008 e 2009, o J.P. Morgan Chase & Co. foi escolhido pela publicação Latin Finance como o "Best Equity House in Latin America". Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu também o prêmio "Best M&A House in Latin America" e, em 2009, o prêmio "Best Investment Bank in Latin America", ambos concedidos pela Latin Finance. Em 2011, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios "Best Investment Bank in Latin America", concedido pela Latin Finance, e "Best M&A House in Mexico", "Best M&A House in Chile", "Best Debt House in Brazil" e "Best Investment Bank in Chile", concedidos pela Euromoney. Em 2012, o J.P. Morgan Chase & Co. foi premiado como "Best Investment Bank in Latin America", assim como "Best M&A House", ambos pela Latin Finance. Em 2015, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu o prêmio de "Best Equity House in Latin America" pela Euromoney e "Best Investment Bank in Latin America" pela Latin Finance. Em 2016, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu o prêmio de "Best Investment Bank in Latin America" e, em 2017, "Bond House of Year in Latin America" pela Latin Finance. A equipe de Equity Sales da América Latina do J.P. Morgan foi eleita pelo Institutional Investor número 1 em quatro dos últimos cinco anos, em 2015, 2016, 2018 e 2019.

Essas premiações refletem a posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. na América Latina, bem como sua presença nas mais relevantes transações de oferta de ações, como as ofertas de Marfrig, Unidas, Intermédica, XP Inc., Aliansce Sonae, Magazine Luiza, Banco do Brasil, Vivara, Banco Inter, Movida, Petrobras Distribuidora, IFS, Cencosud Shoppings, Neoenergia, Intermédica, Totvs, Stone, MercadoLibre, Localiza, Unidas, Intermédica, Stone, Falabella, Mall Plaza, Intermédica, Globant, Central Puerto, PagSeguro ("Latin America Equity Issue" em 2018, segundo a IFR), Burger King Brasil, Nexa Resoucers, Camil, Magazine Luiza, Supervielle, Atacadão ("IPO of the Year" em 2017, segundo a Latin Finance), IRB-Brasil Resseguros, Biotoscana, Instituto Hermes Pardini, Azul, CCR, Lojas Americanas, Alupar, BR Malls, Jose Cuervo, Lenova ("Follow-on of the Year" em 2017, segundo a Latin Finance), Nemak, GICSA, Par Corretora, Telefônica Brasil, Via Varejo, Grupo Lala, BB Seguridade, Enersis, Banorte, Visanet, Cemex, Brasil Foods, Natura, Vale, Fleury, Arcos Dorados, Petrobras, Grupo Sura, America Movil, entre outras. Essa posição de liderança no Brasil e América Latina é respaldada por uma plataforma de produtos completa, incluindo dívida conversível, bem como uma força de vendas mundial que colocou, entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2019, US$2,849 bilhões em ações em 4.496 transações, segundo a Dealogic (crédito total para os coordenadores).

No âmbito global, a equipe de equity research do J.P. Morgan Chase & Co. conquistou o prêmio "#1 Equity Research Team in Latin America" em 2009, 2010, 2011, 2014, 2015 e 2017 concedido pela Institutional Investor. Além desses, nos últimos anos, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios "Bank of the Year" (2008, 2017 e 2018), "Equity House of the Year" (2008, 2009 e 2016), "Americas Equity House of the Year" (2016), "Bond House of the Year" (2008, 2019), "Derivatives House of the Year" (2008), "Loan House of the Year" (2012 e 2017), "Securitization House of the Year" (2008 e 2010), "Leveraged Loan House of the Year" (2008), "Leveraged Finance House of the Year" (2008), "High-Yield Bond House of the Year" (2012), "Financial Bond House of the Year" (2009), "Latin America Bond House of the Year" (2009) – concedidos pela International Financing Review – bem como o prêmio "Best Investment Bank" da revista Global Finance nos anos de 2010, 2013, 2015, 2018 e 2019. Esta última publicação também nomeou o J.P. Morgan Chase & Co. como "Best Equity Bank" em 2018 e 2019.

RELACIONAMENTO DA COMPANHIA E DOS ACIONISTAS VENDEDORES COM OS COORDENADORES DA OFERTA

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia mantém relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro, conforme descrito a seguir:

- 2 (duas) operações de FIANÇA junto à WMB Supermercados do Brasil Ltda, cujo valor total garantido é R$14.801.065,59, contratadas em 21 de novembro de 2019, com vencimento em 29 de agosto de 2025, e taxa efetiva de 2,50% a.a. Tais operações não contam com garantias.

- 1 (uma) operação de FIANÇA junto à Bompreco Supermercados do Nordeste Ltda, cujo saldo total em aberto é R$3.072.221,45, contratadas em 21 de novembro de 2019, com vencimento em 29 de agosto de 2025, e taxa efetiva de 2,50% a.a. Tal operação não conta com garantias.

- 4 (quatro) operações de LETTER OF CREDIT junto à Bompreco Supermercados do Nordeste Ltda, cujo saldo total em aberto é R$2.498.615,03, contratadas entre agosto de 2020 e setembro de 2020, com vencimentos entre janeiro de 2021 e março de 2021, e taxa efetiva de 1,02% a.a. Tais operações não contam com garantias.

- 12 (doze) operações de LETTER OF CREDIT junto à WMB Supermercados do Brasil Ltda, cujo saldo total em aberto é R$3.300.119,49, contratadas entre agosto de 2020 e setembro de 2020, com vencimentos entre outubro de 2020 e março de 2021, e taxa efetiva de 1,02% a.a. Tais operações não contam com garantias prestadas.

- 3 (três) operações de LETTER OF CREDIT junto à WMS Supermercados do Brasil Ltda, cujo saldo total em aberto é R$3.181.692,52, contratadas entre agosto de 2020 e setembro de 2020, com vencimentos entre janeiro de 2021 e fevereiro de 2021, e taxa efetiva de 1,02% a.a. Tais operações não contam com garantias.

- Prestação de serviços de CASH MANAGAMENT - SISPAG/BOLETOS - a empresas do grupo econômico da Companhia, contratados em maio de 2007, sem prazo de vencimento determinado, com volumetria mensal de, aproximadamente, R$680 milhões. Tal contrato é isento de tarifas e não conta com garantias.

- Prestação de serviços de CASH MANAGEMENT – FOLHA DE PAGAMENTO e PREVIDÊNCIA PRIVADA - a empresas do grupo econômico da Companhia, contratados em maio de 2007, sem prazo de vencimento determinado, com quantidade de até 120 mil créditos mensais e volumetria de, aproximadamente, R$87 milhões ao mês. Tais contratos são isentos de tarifas e não contam com garantias.

- Na data deste Prospecto Preliminar, exceto pelo descrito acima e pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedade de seu conglomerado financeiro, não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro eventualmente podem deter títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado, sendo que, em nenhum caso, as participações adquiridas nos últimos 12 meses representam mais que 5% do capital social da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou sociedades do seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com os quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*) O Coordenador Líder ou sociedade de seu conglomerado financeiro podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 105 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 48 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o Bank of America

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia não mantém relacionamento comercial relevante com o Bank of America e/ou sociedades de seu grupo econômico.

Na data deste Prospecto Preliminar, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedade de seu grupo econômico, não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bank of America e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, Bank of America e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias assumidas antes da contratação do Bank of America no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bank of America e/ou sociedades do seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com os quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap).* O Bank of America e/ou sociedades do seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta - A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 105 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 48 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Bank of America ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bank of America poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bank of America poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Bank of America como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia mantém relacionamento comercial relevante com o BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo econômico descrito a seguir:

(i) Sociedade integrante do conglomerado econômico da Companhia, a WMS Supermercados do Brasil Ltda., realizou sociedade integrante do grupo econômico do BTG Pactual operação de resseguro no valor ressegurado de aproximadamente R$1,9 bilhão, referentes a apólice com início de vigência em 30/06/2020 e fim de vigência em 30/06/2023. A sociedade integrante do grupo econômico do BTG Pactual auferiu remuneração a título de prêmio de aproximadamente R$1,9 milhão.

(ii) Sociedade integrante do conglomerado econômico da Companhia, a Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda., realizou sociedade integrante do grupo econômico do BTG Pactual operação de resseguro no valor ressegurado de aproximadamente R$145,4 milhões, referentes a apólice com início de vigência em 27/02/2020 e fim de vigência em 22/09/2021. A sociedade integrante do grupo econômico do BTG Pactual auferiu remuneração a título de prêmio de R$33,9 mil.

(iii) Sociedade integrante do conglomerado econômico da Companhia, a Bompreço Bahia Supermercados Ltda., realizou sociedade integrante do grupo econômico do BTG Pactual operação de resseguro no valor ressegurado de aproximadamente R$180,5 milhões, referentes a apólice com início de vigência em 03/04/2020 e fim de vigência em 04/08/2021. A sociedade integrante do grupo econômico do BTG Pactual auferiu remuneração a título de prêmio de R$210,2 mil.

(iv) O Grupo Big Brasil S.A. realizou em julho de 2020 com o BTG Pactual operação de compra de energia no valor global de R$758,6 mil, tendo sido tal valor integralmente realizado.

Além do relacionamento relativo à Oferta e o descrito acima, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia poderá vir a contratar, no futuro, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outros, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BTG Pactual no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BTG Pactual e/ou sociedades do seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com os quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O BTG Pactual ou sociedade de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 105 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao BTG Pactual ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que [não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária na Oferta]. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o BTG Pactual ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Credit Suisse

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia não mantém relacionamento comercial relevante com o Credit Suisse e/ou sociedades de seu grupo econômico.

Na data deste Prospecto Preliminar, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedade de seu grupo econômico, não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Credit Suisse e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Credit Suisse e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Credit Suisse e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Credit Suisse e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Credit Suisse e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias assumidas antes da contratação do Credit Suisse no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Credit Suisse e/ou sociedades do seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com os quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap).* O Credit Suisse e/ou sociedades do seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta - A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 105 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 48 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Credit Suisse ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Credit Suisse como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Credit Suisse e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia mantém relacionamento comercial relevante com o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro descrito a seguir:

(i) Carteira de fiança, no valor de R$450 milhões, com comissão média entre 1,5% e 2,0% a.a., prazo médio de 3,5 anos e garantias de nota promissória;

(ii) Serviços relacionados ao cash management do grupo: volume médio/mês de títulos registrados em carteira de R$165 mil;

(iii) Serviço geral de pagamentos com a liquidação de TEDs, transferências entre contas do BBI, boletos bancários e tributos. O BBI realiza em média um volume aproximado de R$6 mil pagamentos por ano, não existindo taxas, prazo de vencimento ou garantias vinculadas;

(iv) Adquirência das lojas Cielo.

Na data deste Prospecto Preliminar, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedade de seu grupo econômico, não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bradesco BBI e/ou sociedades do seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com os quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap).* O Bradesco BBI e/ou sociedades do seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta - A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 105 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 48 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bradesco BBI poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não mantém relacionamento comercial relevante com o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.]

[Na data deste Prospecto Preliminar, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedade de seu conglomerado econômico, não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.]

A Companhia e/ou sociedades do seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do J.P. Morgan no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O J.P. Morgan e/ou sociedades do seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com os quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap).* O J.P. Morgan e/ou sociedades do seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta - A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 105 deste Prospecto Preliminar.

Nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico (i) não participaram de qualquer oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, (ii) não participaram de operações de financiamento ou reestruturações societárias da Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico, e (iii) [não] realizaram aquisições e vendas de valores mobiliários de emissão da Companhia, [diretamente ou em fundos de investimentos administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado – em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia.]

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 48 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao J.P. Morgan ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. [Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o J.P. Morgan poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.]

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre o FIP Momentum e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, o FIP Momentum não possui qualquer outro relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro.

O FIP Momentum poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 105 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 48 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelo FIP Momentum ao Coordenador Líder ou a sociedades do seu conglomerado financeiro no contexto da Oferta.

O FIP Momentum declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o FIP Momentum declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o FIP Momentum e o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre o Walmart US e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, o Walmart US não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro.

O Walmart US poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 105 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 48 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelo Walmart US ao Coordenador Líder ou a sociedades de seu conglomerado financeiro no contexto da Oferta.

O FIP Momentum declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Walmart US declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Walmart US e o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre o FIP Momentum e o Bank of America

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, o FIP Momentum não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Bank of America e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O FIP Momentum poderá, no futuro, contratar o Bank of America e/ou sociedades do seu conglomerado econômico para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bank of America no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 105 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 48 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelo FIP Momentum ao Bank of America ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

O FIP Momentum declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bank of America como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Walmart US declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o FIP Momentum e o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Walmart US e o Bank of America

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, o Walmart US não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Bank of America e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O Walmart US poderá, no futuro, contratar o Bank of America e/ou sociedades do seu conglomerado econômico para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bank of America no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 105 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 48 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelo Walmart US ao Bank of America ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

O Walmart US declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bank of America como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Walmart US declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Walmart US e o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Relacionamento entre o FIP Momentum e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, o FIP Momentum não possui qualquer outro relacionamento relevante com o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O FIP Momentum poderá, no futuro, contratar o BTG Pactual e/ou sociedades do seu conglomerado econômico para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BTG Pactual no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 105 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 48 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelo FIP Momentum ao BTG Pactual ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

O FIP Momentum declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o FIP Momentum declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o FIP Momentum e o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Walmart US e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, o Walmart US não possui qualquer outro relacionamento relevante com o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O Walmart US poderá, no futuro, contratar o BTG Pactual e/ou sociedades do seu conglomerado econômico para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BTG Pactual no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 105 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 48 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelo Walmart US ao BTG Pactual ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

O Walmart US declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Walmart US declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Walmart US e o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Relacionamento entre o FIP Momentum e o Credit Suisse

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, o FIP Momentum não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Credit Suisse e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O FIP Momentum poderá, no futuro, contratar o Credit Suisse e/ou sociedades do seu conglomerado econômico para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Credit Suisse e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Credit Suisse e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Credit Suisse no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Credit Suisse e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O Credit Suisse e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 105 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 48 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelo FIP Momentum ao Credit Suisse ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

O FIP Momentum declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Credit Suisse como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o FIP Momentum declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o FIP Momentum e o Credit Suisse e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Walmart US e o Credit Suisse

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, o Walmart US não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Credit Suisse e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O Walmart US poderá, no futuro, contratar o Credit Suisse e/ou sociedades do seu conglomerado econômico para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Credit Suisse e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Credit Suisse e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Credit Suisse no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Credit Suisse e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O Credit Suisse e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 105 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 48 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelo Walmart US ao Credit Suisse ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

O Walmart US declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bank of America como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Walmart US declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Walmart US e o Credit Suisse e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Relacionamento entre o FIP Momentum e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, o FIP Momentum não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O FIP Momentum poderá, no futuro, contratar o Bradesco BBI e/ou sociedades do seu conglomerado econômico para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 105 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 48 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelo FIP Momentum ao Bradesco BBI ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

O FIP Momentum declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Credit Suisse como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o FIP Momentum declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o FIP Momentum e o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Walmart US e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, o Walmart US não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O Walmart US poderá, no futuro, contratar o Bradesco BBI e/ou sociedades do seu conglomerado econômico para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 105 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 48 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelo Walmart US ao Bradesco BBI ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

O Walmart US declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bank of America como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Walmart US declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Walmart US e o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Relacionamento entre o FIP Momentum e o J.P. Morgan

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, o FIP Momentum e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O FIP Momentum e/ ou sociedades do seu conglomerado econômico poderão, no futuro, contratar o J.P. Morgan e/ou sociedades do seu conglomerado econômico para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do J.P. Morgan no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 105 deste Prospecto Preliminar.

Nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico (i) não participaram de qualquer oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão do FIP Momentum, (ii) não participaram de operações de financiamento ou reestruturações societárias do FIP Momentum e/ou sociedades de seu grupo econômico, e (iii) [não] realizaram aquisições e vendas de valores mobiliários de emissão do FIP Momentum, [diretamente ou em fundos de investimentos administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado – em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social do FIP Momentum.]

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 48 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelo FIP Momentum ao J.P. Morgan ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

O FIP Momentum declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o FIP Momentum declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o FIP Momentum e o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Walmart US e o J.P. Morgan

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, o Walmart US e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O Walmart US e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão, no futuro, contratar o J.P. Morgan e/ou sociedades do seu conglomerado econômico para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do J.P. Morgan no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 105 deste Prospecto Preliminar.

Nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico (i) não participaram de qualquer oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão do Walmart US, (ii) não participaram de operações de financiamento ou reestruturações societárias do Walmart US e/ou sociedades de seu grupo econômico, e (iii) [não] realizaram aquisições e vendas de valores mobiliários de emissão do Walmart US, [diretamente ou em fundos de investimentos administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado – em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social do Walmart US.]

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 48 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelo Walmart US ao J.P. Morgan ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

O Walmart US declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Walmart US declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Walmart US e o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto Preliminar, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 20 deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, na página 379 deste Prospecto Preliminar, e as demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias da Companhia e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto Preliminar.

As atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores acreditam que poderão afetar a Companhia de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente são considerados irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou "afetará a Companhia adversamente" ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, contido na página 379 deste Prospecto Preliminar.

O surto do Coronavírus (COVID-19) e as consequentes paralisações em escala global podem gerar interrupções na fabricação de produtos e crises na cadeia internacional de suprimentos, afetando fundamentalmente as operações das empresas do setor de varejo, incluindo as da Companhia. Além disso, o surto mundial pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo impactar diretamente os negócios, resultados e o valor das ações da Companhia.

O recente surto global do COVID-19 pode ter impactos de longo alcance - desde o fechamento de fábricas, condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global. O surto do COVID-19 ameaça a fabricação de produtos e a interrupção da cadeia de produtos/suprimentos para empresas do setor de varejo. Atualmente, a cadeia de suprimento global está ameaçada e os fabricantes de equipamentos já reduziram o fornecimento de produtos e/ou de matérias-primas. Em decorrência destas paralisações, as empresas cuja cadeia de suprimentos dependem de fabricantes externos, como é o caso da Companhia, poderão ter seu estoque afetado e, consequentemente, ter sua receita reduzida.

Além disso, autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo podem adotar uma série de medidas voltadas à contenção do surto, que podem incluir, restrições à circulação de bens e pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas. Como consequência da adoção dessas medidas nas localidades em que a Companhia opera, a Companhia teria uma redução do consumo dos produtos oferecidos e até mesmo o fechamento de lojas, o que pode impactar de forma significativa os seus resultados.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença que afete o comportamento das pessoas, como o COVID-19, pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Por conseguinte, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (circuit-breakers) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020.

As ações da Companhia podem apresentar uma maior volatilidade, impactando os seus investidores de maneira negativa. A Companhia não pode garantir que a cotação das ações de sua emissão não atingirá patamares inferiores aos mínimos verificados durante a disseminação da atual pandemia.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de nossa emissão, o que pode afetar adversamente a cotação dos mencionados ativos, além de poder dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e financiamento de operações no futuro e em termos aceitáveis.

A Companhia não tem demonstrações financeiras históricas para o período antes da conclusão do investimento do FIP Momentum em 1º de agosto de 2018 e, portanto, a apresentação financeira e a comparabilidade dos períodos financeiros históricos neste Formulário de Referência não refletem três exercícios sociais completos e podem ser limitadas para avaliação de nossa performance passada e perspectiva futura.

A Companhia tem origem com a conclusão da aquisição, em 1º de agosto de 2018, pelo FIP Momentum, fundo gerido pela Advent, de 80% da operação do Walmart no Brasil. Como resultado, a Companhia possui um histórico operacional limitado, que não reflete três exercícios sociais completos, e dados financeiros limitados que podem ser usados para avaliar seu negócio atual e o seu potencial desempenho futuro. Além disso, as informações relativas aos resultados e posição financeira históricos da Companhia para 2018 (de cinco meses), 2019 (de doze meses) e 2020 (de nove meses) não permitem uma comparação direta entre períodos e análise da evolução do nosso negócio e situação financeira. Para informações adicionais sobre as demonstrações financeiras e os resultados financeiros da Companhia, vide a seção “Informações Financeiras Selecionadas” no item 3 e a seção “Comentários dos diretores” no item 10 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 173 deste Prospecto Preliminar.

Devido a esses fatores, as informações financeiras da Companhia apresentadas no Formulário de Referência podem ser limitadas para avaliação de nossa performance passada e perspectiva futura.

Um mercado ativo e líquido para as ações de emissão da Companhia poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das Ações pode ser negativamente impactado.

Em 31 de março de 2020, a capitalização bursátil de todas as companhias listadas na B3 representava, aproximadamente, R$3,1 trilhões e a média de negociações diárias era de, aproximadamente, R$36 bilhões, segundo dados da própria B3. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as dez principais ações negociadas na B3 foram responsáveis por, aproximadamente, 33,9% do volume total de ações negociadas na B3 durante o período de três meses terminado em 31 de março de 2020, enquanto que a New York Stock Exchange, nos Estados Unidos, teve uma capitalização bursátil de aproximadamente US$16,8 trilhões em 31 de março de 2020, com média do volume diário de negociação de aproximadamente US$251 bilhões durante o período de três meses terminado em 31 de março de 2020.

Portanto, o tamanho, liquidez, concentração e potencial volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderão se transformar em obstáculos para os investidores de ações de emissão da Companhia que desejarem vender as ações, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no mercado das ações de emissão da Companhia. Na hipótese de as ações em negociação da Companhia não se transformarem e permanecerem como um mercado ativo e líquido de negociação, o preço de negociação das ações de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

A esse respeito, vide, ainda, seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual pandemia do coronavirus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial, incluindo a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de nossa emissão” na página 99 deste Prospecto.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos mercados emergentes o que poderá afetar negativamente a economia brasileira inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países membros da União Europeia e de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Ações. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas no Brasil e/ou em outros mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A esse respeito, vide, ainda, seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual pandemia do coronavirus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial, incluindo a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de nossa emissão" na página 99 deste Prospecto.

A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de* Lock-up*, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário e a percepção dos investidores sobre a Companhia.

A Companhia, seus Administradores e os Acionistas Vendedores se comprometeram, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional [e nos respectivos Instrumentos de *Lock-up*], durante o período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

[Após esse período inicial de 180 (cento e oitenta) dias, os Acionistas Vendedores e os Administradores da Companhia não poderão, por mais 180 (cento e oitenta) dias, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações de emissão da Companhia e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta.]

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelos Acionistas Vendedores e Administradores da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou uma percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A Companhia pode vir a captar recursos adicionais no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, inclusive novas ações ordinárias, o que poderá afetar o preço das Ações e resultar em uma diluição da participação do investidor.

A Companhia pode vir a captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de valores mobiliários, inclusive ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos pode resultar em alteração no preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia e/ou na diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

A ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta, bem como sua capacidade de executar o plano de negócios da Companhia.

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto Preliminar é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto Preliminar, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, que possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo. Na ocorrência de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de Investidores Não Institucionais decida por desistir da Oferta na ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor significativamente abaixo da Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção “Destinação dos Recursos”, e assim afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impacto adverso no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta” na página 59 deste Prospecto Preliminar.

Investidores que adquirirem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que adquiram Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao adquirir as Ações na Oferta, resultando em diluição imediata do valor de seu investimento de [•]%. Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção "Diluição", na página 110 deste Prospecto Preliminar.

A Companhia poderá, ainda, no futuro, buscar recursos adicionais nos mercados financeiro e de capitais brasileiro, os quais podem não estar disponíveis ou podem estar disponíveis em condições que sejam desfavoráveis ou desvantajosas à Companhia. A Companhia poderá, ainda, recorrer a ofertas públicas ou privadas de ações da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações da Companhia. Qualquer captação de recursos por meio de ofertas públicas ou privadas de ações da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações da Companhia pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia e/ou alterar o valor das ações da Companhia, o que pode resultar na diluição da participação dos investidores.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações juntos a Investidores Estrangeiros.

Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda.*

A Companhia e os Acionistas Vendedores também prestam diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá afetar negativamente a Companhia.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no instrumento de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada. Para maiores informações, veja a seção "Violações de Norma de Conduta" na página 63 deste Prospecto Preliminar.

Os interesses dos Administradores podem ficar excessivamente vinculados à cotação de negociação das ações de emissão da Companhia, na medida em que estes detenham ações de emissão da Companhia, inclusive no âmbito do Plano de Opções.

Os Administradores são beneficiários do Plano de Opções, nos termos do quais os potenciais ganhos para os beneficiários estão vinculados a valorização do preço das ações de emissão da Companhia no mercado. O fato de os Administradores deterem ações e opções de compra de ações de emissão da Companhia pode levá-los a conduzir suas atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos demais acionistas da Companhia que tenham uma visão de investimento de longo prazo. Para mais informações sobre o Plano de Opções, ver a seção "Diluição" na página 110 deste Prospecto Preliminar e o item "13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária" do Formulário de Referência.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações.

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seus conglomerados econômicos poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*), tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, e tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações.

[A Companhia arcará com as despesas dos Ofertantes relacionadas à Oferta, bem como arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma.]

[Por meio do Contrato de Colocação, a Companhia arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, de acordo com suas respectivas participações na Oferta, além de assumir a obrigação de pagamento de certas despesas dos Ofertantes relacionadas à Oferta, incluindo da Oferta Secundária. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao seu patrimônio líquido e poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos pela Companhia com a Oferta, veja a seção ''Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição'' na página 48 deste Prospecto Preliminar.]

Imediatamente após a conclusão da abertura de capital da Companhia, esta continuará sendo controlada por seu bloco de controle, cujos interesses poderão divergir dos seus demais acionistas.

Imediatamente após a conclusão da abertura de capital da Companhia, esta continuará sendo controlada por seu atual bloco de controle, que continuará a deter a maioria do seu capital social, por meio de um acordo de acionistas. O bloco de controle da Companhia poderá exercer os seus direitos de voto para eleger ou destituir a maioria dos membros do seu Conselho de Administração, controlar a sua administração e políticas, determinar o resultado de quase todas as matérias que exigem a aprovação dos acionistas, incluindo, entre outras, transações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições, venda de ativos, parcerias e o pagamento e prazo de dividendos futuros, o que poderá conflitar com os interesses dos demais acionistas. O bloco de controle da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias de seus resultados operacionais, o que pode afetar adversamente a cotação das ações da Companhia.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. Até a data de envio do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até o envio do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência ou, ainda, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores, assim como a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Considerando-se um Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto Preliminar, os recursos líquidos a serem captados na Oferta Primária são estimados em aproximadamente R$[•], considerando a dedução das comissões da Oferta e das despesas estimadas da Oferta, sendo R$[•] correspondente à Oferta Primária e R$[•] correspondente à Oferta Secundária, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas estimadas da Oferta, vide a seção "*Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição*" na página 48 deste Prospecto.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária de acordo com seu plano de negócios para: (i) aberturas de novas lojas de atacado e postos de combustível; (ii) conversão de lojas de varejo em lojas de atacado; (iii) reformas de lojas existentes; e (iv) investimentos em sistemas de TI e outros projetos.

A tabela abaixo resume os percentuais da destinação dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária:

Destinação	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**	**Valor Estimado Líquido(1)(2)(3)**
		(em R$ mil)
Aberturas de novas lojas de atacado e postos de combustível	45%	[•]
Conversão de lojas de varejo em lojas de atacado	35%	[•]
Reformas de lojas existentes	10%	[•]
Investimentos em sistemas de TI e outros projetos.....	10%	[•]
Total.....	**100%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.
(3) Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores às suas estimativas, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos e observada a ordem de alocação disposta na tabela acima e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras os quais deverão ser contratados tendo como principal critério o menor custo de capital para a Companhia.

Para informações sobre o impacto dos recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária em nossa situação patrimonial, vide a seção "*Capitalização*", na página 110 deste Prospecto Preliminar.

Um aumento (redução) de R$1,00 no preço de R$[•] por Ação, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto Preliminar, acarretaria um aumento (redução) de R$[•] nos recursos líquidos advindos da Oferta Primária, considerando a dedução das comissões da Oferta e das despesas estimadas da Oferta. O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Tendo em vista que a Oferta Secundária é uma distribuição pública secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, a Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da realização da Oferta Secundária. Os Acionistas Vendedores receberão todos os recursos líquidos resultantes da venda das Ações no âmbito da Oferta Secundária.

CAPITALIZAÇÃO

As informações constantes da coluna (i) "Efetivo" foram extraídas das nossas Informações Trimestrais – ITR consolidadas relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e indicam a posição naquela data; (ii) os valores ajustados para refletir o exercício integral do Bônus de Subscrição e o recebimento por nós dos recursos líquidos provenientes da Oferta, estimados em aproximadamente R$[•], considerando a dedução das comissões da Oferta e das despesas estimadas da Oferta, sendo R$[•] correspondente à Oferta Primária e R$[•] correspondente à Oferta Secundária, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

O investidor deve ler as informações da tabela abaixo em conjunto com as nossas Informações Trimestrais – ITR consolidadas relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e suas respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto Preliminar, e com as seções "*3. Informações Financeiras Selecionadas*" e "*10. Comentários dos Diretores*" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto a partir da página 357.

	Em 30 de setembro de 2020	
	Efetivo	**Ajustado Pós-Oferta[(1)(2)]**
	(em milhões de R$)	*(em milhões de R$)*
Bônus Subscrição (Passivo circulante).....	-	-
Bônus Subscrição (Passivo não circulante).....	220	-
Patrimônio Líquido	**7.827**	**[●]**
Capitalização Total[(3)]	**8.044**	**[●]**

(1) Ajustado para refletir o exercício integral do Bônus de Subscrição. Para mais informações veja o item "*18.5 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil*" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto constante da página 709 deste Prospecto.

(2) Ajustado para refletir o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta, estimados em aproximadamente R$[•], considerando a dedução das comissões da Oferta e das despesas estimadas da Oferta, sendo R$[•] correspondente à Oferta Primária e R$[•] correspondente à Oferta Secundária, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

(3) Capitalização total corresponde à soma dos valores relativos ao total do Bônus de Subscrição (circulante e não circulante) e o patrimônio líquido. Ressalta-se que a definição de "Capitalização" pode variar de acordo com outras companhias.

Um aumento (redução) de R$1,00 no preço de R$[•] por Ação, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto Preliminar, acarretaria um aumento (redução) de R$[•] no nosso patrimônio líquido, considerando a dedução das comissões da Oferta e das despesas estimadas da Oferta. O valor do nosso patrimônio líquido após a conclusão da Oferta, está sujeito a alterações do Preço por Ação, que somente será conhecido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

O valor do nosso patrimônio líquido após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Não houve alteração relevante na capitalização total da Companhia desde 30 de setembro de 2020.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores no âmbito da Oferta e o nosso valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Em 30 de setembro de 2020, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R$7.827 milhões e o valor patrimonial por ação de sua emissão, na mesma data, era de (i) R$0,33; e (ii) R$14,44, considerando o Grupamento de Ações. O referido valor patrimonial por ação representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 30 de setembro de 2020.

Considerando: (i) a subscrição das Ações no âmbito da Oferta Primária, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, pelo Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa; e (ii) o Grupamento das Ações; e após a dedução das comissões e despesas devidas no âmbito da Oferta, o patrimônio líquido ajustado da Companhia em 30 de setembro de 2020 seria de R$[•], representando um valor de R$[•] por ação de emissão da Companhia. Isso representaria: (i) um aumento imediato do valor patrimonial por Ação correspondente a R$[•] por ação para os acionistas existentes; e (ii) uma diluição imediata do valor patrimonial por ação de emissão da Companhia de R$[•] para os novos investidores, subscritores/adquirentes de Ações no contexto da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos novos investidores e o valor patrimonial contábil por Ação imediatamente após a conclusão da Oferta.

Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas estimadas da Oferta, vide a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 48 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 30 de setembro de 2020 e considerando os impactos da realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, e do Grupamento das Ações.

	Após a Oferta (Em R$, exceto %)[5]
Preço por Ação[1]	R$[•]
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de setembro de 2020	R$0,33
Valor patrimonial contábil por ação em de 30 de setembro de 2020 ajustado para refletir o Grupamento das Ações[2]	R$14,44
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação em 30 de setembro de 2020 para os atuais acionistas	R$[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação dos novos investidores[3]	R$[•]
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta[4]	**[•]%**

(1) Calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação das Ações Suplementares.

(2) Considerando o Grupamento de Ações, bem como a criação e resgate de ações preferenciais da Companhia sob condição resolutiva da publicação do Anúncio de Início até a data limite de 30 de abril de 2021. Para mais informações veja os itens "*17.3 Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações*", "*17.5 Outras informações relevantes*" e "*18.5 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil*" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto constante da página 357 deste Prospecto.

(3) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

(4) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

(5) Considera os recursos advindos da Oferta Primária, após a dedução de comissões e despesas e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações ordinárias de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para maiores informações sobre o Procedimento de *Bookbuilding*, veja a seção "*Informações Sobre a Oferta – Preço por Ação*", na página 46 deste Prospecto.

Um acréscimo (redução) de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento (redução), após a conclusão da Oferta: (i) de R$[•] milhões no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; e (ii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária aos investidores desta Oferta em R$[•] por Ação; após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta. O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações ordinárias de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que as Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores já foram emitidas pela Companhia.

Plano de Opções

Em 16 de setembro de 2018, foi aprovado o Plano de Opções.

São elegíveis para a aquisição de opções de compra de ações da Companhia os conselheiros independentes, diretores, empregados seniores e os profissionais que desempenham determinadas atividades e/ou funções com vínculo empregatício para a Companhia e suas controladoras. Os participantes serão selecionados pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, ou pelo Comitê de Recursos Humanos, órgão que tem dentre suas competências assessorar o Conselho de Administração na administração do Plano de Opções e seus programas, conforme aplicável.

Na medida em que for permitido por lei e pelo estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano de Opções, incluindo: (a) a solução de dúvidas de interpretação do Plano de Opções; (b) a eleição dos participantes e a autorização para alienar opções a eles; (c) a aprovação dos Contratos de Opção a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos participantes, observadas as determinações do Plano de Opções; e (d) a emissão de novas Ações dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de Ações em tesouraria para satisfazer o exercício das opções, nos termos do Plano de Opções e da Instrução CVM 567. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e no Plano de Opções, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns a seu exclusivo critério. O Conselho de Administração poderá, ainda, estabelecer tratamento especial para casos excepcionais durante a eficácia de cada direito de opção, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos participantes nem os princípios básicos do Plano de Opções. Tal disciplina excepcional não constituirá precedente invocável por outros participantes. As deliberações do Conselho de Administração têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano de Opções.

O Plano de Opções prevê o limite máximo de 10% do capital social da Companhia, considerando-se o efeito de diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas.

O Plano de Opções prevê que as opções alienadas devem respeitar o limite máximo de 10% do capital social da Companhia, considerando-se o efeito de diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas.

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas, que levam ao valor justo de cada série de opções conforme apresentado abaixo:

Série de opções	Quantidade[1]	Prazo de Carência	Preço de Exercício[2]	Volatilidade Esperada[3]	Dividendos Esperados [4]	Taxa Livre de Risco[5]	Preço de Aquisição
Opções A	3.347.000	5,07	0,28	21,93%	0%	5,37%	0,02
Opções B	2.510.300	5,07	5,80	21,93%	0%	5,37%	0,00(6)
Opções C	2.510.300	5,07	11,69	21,93%	0%	5,37%	0,00(7)

(1) Considera o Grupamento de Ações. Para mais informações veja o item "*17.3 Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações*" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto constante da página 702 deste Prospecto.
(2) Definido pelo Conselho de Administração da Companhia assumindo o valor de mercado da Companhia no momento da criação do Plano, estando sujeito a ajustes considerando o valor de mercado da Companhia e o grupamento aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14 de outubro de 2020.
(3) Volatilidade média de um grupo de empresas comparáveis de varejo listadas no Brasil e empresas comparáveis de varejo listadas no exterior.
(4) Não foi assumida distribuição de dividendos.
(5) Taxa de juros real da economia, a diferença entre a taxa de juros nominal e a projeção do IPCA. Para isso foram usadas as taxas publicadas em 30 de julho de 2018 para o mercado swap da BM&F Bovespa, em relação a um período semelhante à expectativa de exercícios das opções.
(6) Equivalente à 3.36^{-13}
(7) Equivalente à 1.10^{-17}

Para mais informações sobre o Plano de Opções, vide item "*13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto constante da página 639 deste Prospecto.

Bônus de Subscrição

Em 14 de outubro de 2020, foi aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária a emissão, pela Companhia, de um Bônus de Subscrição em favor da WMT Brasília, pelo preço de emissão de R$1,00, sendo o preço de exercício R$196.000.000,00. A emissão das ações objeto do Bônus de Subscrição está condicionada à publicação do Anúncio de Início da Oferta até a data limite de 30 de abril de 2021, sendo que, a partir da verificação da condição suspensiva, o titular poderá exercer o Bônus de Subscrição em sua integralidade no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação do Anúncio de Início da Oferta.

O Bônus de Subscrição garante ao titular o direito de subscrever 44.719.326 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, mediante a quitação do preço de exercício. O número de ações do Bônus de Subscrição será ajustado na mesma medida conforme sejam deliberados grupamentos, desdobramentos ou bonificações de ações da Companhia.

As ações decorrentes do Bônus de Subscrição terão os mesmos direitos das ações ordinárias de emissão da Companhia, sendo que o Bônus de Subscrição não garante ao titular quaisquer direitos (inclusive direito de voto e direitos econômicos) aplicáveis às referidas ações antes do seu exercício

A diluição patrimonial dos acionistas da Companhia em decorrência do exercício dos Bônus de Subscrição será verificada caso o preço de exercício dos Bônus de Subscrição seja inferior ao valor patrimonial das ações de emissão da Companhia no momento do exercício, sendo que o percentual de tal diluição dependerá, substancialmente, da diferença entre o preço de exercício e o valor patrimonial da ação.

Para mais informações sobre os Bônus de Subscrição, veja o item "*18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos no Brasil*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto constante da página 709 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a hipótese de diluição máxima, com base no patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2020, considerando: (i) a subscrição das Ações no âmbito da Oferta Primária, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, pelo Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa; (ii) o Grupamento das Ações; (iii) o exercício integral das opções outorgadas na data deste Prospecto Preliminar no âmbito do Plano de Opções; e (iv) o exercício integral do Bônus de Subscrição, com emissão de até [•] ações ao preço de R$[•] por ação corrigidos pelo [•] de [•] até a data de exercício. Em 30 de setembro de 2020, o preço de exercício do Bônus de Subscrição era de R$[•], sendo tais preços considerados para fins do cálculo da diluição abaixo.

	Após a Oferta (Em R$, exceto %)
Preço por Ação[1]	[•]
Quantidade de ações de emissão da Companhia em 30 de setembro de 2020[4]	5.421.077.458
Quantidade de ações de emissão da Companhia considerando o Grupamento de Ações[2]	456.743.170
Quantidade de ações a serem emitidas no âmbito da Oferta Primária	[•]
Quantidade de ações passíveis de serem emitidas no âmbito do Plano de Opções	[•]
Quantidade de ações passíveis de serem emitidas no âmbito do Bônus de Subscrição[3]	[•]
Quantidade total de ações após aos eventos acima	**[•]**
Valor patrimonial contábil por ação 30 de setembro de 2020[4]	0,33
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de setembro de 2020 ajustado para refletir o Grupamento das Ações[2]	[•]
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de setembro de 2020 ajustado para refletir o Plano de Opções e o Bônus de Subscrição[3][5]	[•]
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação em 30 de setembro de 2020 para os atuais acionistas, considerando todos os eventos acima[6]	[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação dos novos investidores, considerando todos os eventos acima[7]	[•]
Percentual de diluição imediata resultante dos eventos descritos acima[7]	**[•]**

(1) O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Considerando o Grupamento de Ações, bem como a criação e resgate de ações preferenciais da Companhia sob condição resolutiva da publicação do Anúncio de Início até a data limite de 30 de abril de 2021. Para mais informações veja os itens "*17.3 Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações*", "*17.5 Outras informações relevantes*" e "*18.5 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil*" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto constante da página 357 deste Prospecto.

(3) Considera o aumento de capital no valor estimado de R$[•] por exercício dos Bônus de Subscrição gerando a emissão de até [•] ações quando observada a integralidade do potencial máximo de diluição pelo exercício de tais direitos.

(4) Considera o número total das ações de emissão da Companhia, excluindo ações em tesouraria, na data deste Prospecto.

(5) Considera o preço de exercício de R$[•].

(6) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação de R$[•] a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia, imediatamente após a realização dos eventos descritos acima.

(7) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

Histórico do preço pago por Administradores e acionista controlador em subscrições de ações da Companhia nos últimos cinco anos

O quadro abaixo apresenta informações sobre os aumentos de capital da Companhia nos últimos cinco anos, subscritos integralmente pelo acionista controlador e pelos administradores da Companhia:

Data	Natureza da operação	Tipo de Ação	Quantidade de Ações	Valor Pago	Valor Pago por Ação
				(R$)	*(R$)*
01/08/2018	Subscrição Particular	Ordinária	4.054.817.404	R$190.000.000,00	0,46
05/12/2019	Subscrição Particular	Ordinária	352.555.703	R$16.520.000,00	0,46

Além dos aumentos de capital acima, não houve outras aquisições de ações de emissão da Companhia por administradores, controladores ou detentores de opções nos últimos cinco anos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2020, QUE APROVOU, DENTRE OUTRAS MATÉRIAS, A REALIZAÇÃO DA OFERTA

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO FIP MOMENTUM REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR FIP MOMENTUM, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 E DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR WALMART US, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO PERÍODO DE CINCO MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL

GRUPO BIG BRASIL S.A.

CNPJ/ME nº 30.621.687/0001-43
NIRE 353.005.172-70

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 1º. A Companhia denomina-se **GRUPO BIG BRASIL S.A.** e será regida pelo presente Estatuto Social, pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente), pela Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações") e demais legislação aplicável às sociedades por ações.

Parágrafo Primeiro - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado ("Novo Mercado"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na Avenida Tucunaré, 125, Bloco A, Sala 109, Tamboré, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-020.

Parágrafo Único - A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá fixar e alterar o endereço da sede, bem como criar e extinguir filiais em qualquer parte do território nacional.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades ou negócios, no Brasil ou no exterior (holding), como sócia, acionista, debenturista ou de outra forma.

Parágrafo Único - A Companhia poderá conceder fianças ou outras garantias (independentemente de valor) para sociedades investidas, subsidiárias integrais, controladas diretas e indiretas, bem como em negócios de seu interesse que não sejam estranhos ao seu objeto social, vedadas as de mero favor.

Artigo 4º. A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 221.655.067,89 (duzentos e vinte e um milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, sessenta e sete reais e oitenta e nove centavos), e dividido em 456.743.170 (quatrocentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e quarenta e três mil e cento e setenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação dará direito a um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo Segundo - É vedado à Companhia a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias.

Parágrafo Terceiro - Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser

cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente.

Artigo 6º. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das Sociedades por Ações, independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, mediante a emissão de até 91.500.000 (noventa e um milhões e quinhentas mil) ações ordinárias.

Parágrafo Primeiro - O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo Segundo - A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas ou com redução do prazo para seu exercício de que trata o art. 171, §4°, da Lei das Sociedades por Ações, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro - O limite do capital autorizado será automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações.

Artigo 7º. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, observadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO III - ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 8º. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias previstas em lei e, extraordinariamente, sempre que o interesse da Companhia assim o exigir.

Parágrafo Primeiro - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, pelo Conselho Fiscal ou por acionistas, em qualquer caso conforme procedimentos descritos na legislação aplicável.

Parágrafo Segundo - Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência para primeira convocação e, no mínimo, 8 (oito) dias corridos de antecedência para segunda convocação.

Parágrafo Terceiro - As Assembleias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 das ações emitidas com direito a voto, e, em segunda

convocação, com a presença de qualquer número de acionistas presentes, nos termos do art. 125 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Quarto - A Assembleia Geral que tiver por objeto a reforma deste Estatuto Social se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do capital social com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número de presentes.

Parágrafo Quinto - As deliberações das Assembleias Gerais de acionistas, ressalvados os casos previstos em disposição cogente de lei, serão todas tomadas pela maioria absoluta dos acionistas titulares de ações presentes nas Assembleias, não se computando os votos em branco. Todo acionista poderá participar e votar à distância em Assembleia Geral, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e regulamentação da CVM.

Parágrafo Sexto - A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo inválida qualquer deliberação que verse sobre matérias não expressamente incluídas na ordem do dia, conforme estabelecido no edital de convocação.

Parágrafo Sétimo - Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a assembleia geral a que comparecerem todos os acionistas.

Artigo 9º. As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, por qualquer dos membros do Conselho de Administração presentes no conclave ou, caso nenhum conselheiro esteja presente, por pessoa indicada pelos acionistas presentes, por maioria de votos. O presidente da Assembleia Geral nomeará um dos indivíduos presentes para atuar na qualidade de secretário.

Artigo 10. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias que lhe são de competência privativa nos termos da lei.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 11. A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria, respeitadas as competências e atribuições legais e estatutárias de cada um desses órgãos.

Parágrafo Primeiro - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo - A posse dos administradores e dos membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória prevista neste Estatuto Social.

Seção I - Conselho de Administração

Artigo 12. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo art. 141, §§4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

Parágrafo Segundo - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo Terceiro - Os conselheiros, em sua primeira reunião, determinarão, dentre eles, quem será o Presidente do Conselho.

Parágrafo Quarto - O Presidente do Conselho de Administração, em suas ausências e/ou impedimentos temporários nas reuniões do Conselho de Administração, será substituído, nas funções atribuídas a tal posição de Presidente por este Estatuto social ou pelo Regimento Interno do Conselho de Administração, por outro conselheiro escolhido, por maioria simples de votos, pelos demais conselheiros reunidos.

Parágrafo Quinto - No caso de destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou qualquer outro evento que leve à vacância definitiva do cargo do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes, observado o disposto no parágrafo primeiro acima, e completará o mandato do conselheiro substituído. Se ocorrer vacância definitiva da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a uma nova eleição.

Parágrafo Sexto - Além do disposto neste Estatuto Social, o funcionamento do Conselho de Administração também deverá observar o disposto em seu Regimento Interno.

Artigo 13. O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias 4 (quatro) vezes por ano, e extraordinárias sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação por seu Presidente ou por quaisquer 2 (dois) membros do Conselho de Administração em conjunto, observado o prazo mínimo de antecedência de 5 (cinco) dias. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio que permita a comprovação de recebimento. Será inválida qualquer deliberação que verse sobre matérias não expressamente incluídas na ordem do dia, conforme estabelecido no anúncio de convocação, exceto se deliberado pela unanimidade dos conselheiros.

Parágrafo Primeiro - Cada convocação deverá especificar o local, data e hora da reunião e deverá indicar, de forma detalhada, a ordem do dia (sendo proibido o uso de assuntos gerais), bem como anexar qualquer proposta ou deliberação, qualquer documento elaborado pela Companhia previamente à reunião para auxiliar na tomada de decisão e toda a documentação necessária relacionada à reunião.

Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração deverá sempre elaborar e zelar pelas atas das reuniões do Conselho de Administração, que deverão refletir as deliberações tomadas. Sempre que exigido pela lei, as atas deverão ser arquivadas na Junta Comercial competente e publicadas.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os conselheiros.

Artigo 14. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, por qualquer número.

Parágrafo Primeiro - Os conselheiros poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração. O conselheiro que assim participar será considerado presente em referida reunião. Qualquer conselheiro poderá indicar outro conselheiro para representá-lo em uma reunião, via procuração.

Parágrafo Segundo - Uma vez instaladas, as reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, por pessoa indicada pela maioria dos membros do Conselho de Administração presentes. O presidente da reunião convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

Parágrafo Terceiro - As deliberações do Conselho de Administração deverão ser aprovadas pelo voto afirmativo da maioria dos conselheiros em exercício. Cada conselheiro terá o direito a um voto em todas as matérias a serem decididas pelo Conselho de Administração. Nenhum conselheiro terá direito a voto de qualidade.

Artigo 15. Os conselheiros deverão abster-se de intervir e votar nas deliberações relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesse conflitante com a Companhia, devendo respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 16. O Conselho de Administração, além dos poderes previstos em lei, terá as seguintes atribuições:

(i) fixar a orientação geral dos negócios, aprovar o plano de negócios e aprovar a política de investimentos da Companhia e de suas controladas;

(ii) fixar a remuneração individual dos administradores da Companhia, conforme o montante global aprovado em Assembleia Geral;

(iii) eleger e destituir os diretores da Companhia e determinar suas atribuições;

(iv) fiscalizar a gestão dos diretores, examinando documentos da Companhia, de suas controladas e investidas, bem como solicitar informações e relatórios sobre quaisquer contratos ou atos, seja da Companhia, de controladas ou investidas;

(v) deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações;

(vi) deliberar sobre a emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, notas promissórias e quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;

(vii) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses exigidas pela Lei das Sociedades por Ações;

(viii) manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(ix) apreciar os resultados trimestrais da Companhia, previamente à sua publicação;

(x) submeter à Assembleia Geral Ordinária da Companhia proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

(xi) deliberar acerca das propostas da administração a serem apreciadas pela Assembleia Geral da Companhia;

(xii) aprovar, *ad referendum* da Assembleia Geral, o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares pela Companhia;

(xiii) escolher e destituir os auditores independentes, bem como determinar à Diretoria a escolha dos auditores das sociedades controladas e investidas, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;

(xiv) autorizar a celebração de acordos de sócios ou acionistas envolvendo as sociedades controladas ou investidas da Companhia, nos quais qualquer delas figure como parte;

(xv) administrar os planos de opção de compra de ações da Companhia aprovados pela Assembleia Geral, incluindo a outorga de opções para aquisição de ações da Companhia (*stock option*) ou a entrega de ações da Companhia a qualquer administrador, colaborador ou empregado da Companhia ou de suas controladas, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos e programas, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento, bem como deliberar sobre aumentos de capital, dentro do capital autorizado ou entrega de ações eventualmente mantidas em tesouraria para fins do exercício das opções;

(xvi) deliberar sobre qualquer expansão dos negócios da Companhia ou de suas controladas fora do Brasil;

(xvii) deliberar sobre a celebração de contratos ou transações entre a Companhia ou suas sociedades controladas com os acionistas ou suas respectivas partes relacionadas (que não sejam as controladas, diretas ou indiretas, da Companhia) cujo valor total do contrato seja igual ou superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em uma só operação ou numa série de operações relacionadas ao longo de 12 (doze) meses, exceto se previsto no orçamento anual da Companhia, caso em que será necessário um parecer do Comitê de Auditoria Não Estatutário prévio à deliberação pelo Conselho de Administração, devendo, em todos os casos, ser observados os termos da Política de Transação entre Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração;

(xviii) a alienação de ativos imobiliários da Companhia e suas controladas a terceiros, cuja transação supere a quantia de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em uma só operação ou numa série de operações relacionadas ao longo de 12 (doze) meses, exceto se previsto no orçamento anual da Companhia;

(xix) qualquer fusão ou aquisição, joint ventures, investimentos em ativos ou transações similares, envolvendo a Companhia e suas controladas, envolvendo desembolso de caixa ou promessa de pagamento em valor agregado que exceda R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), exceto se previsto no orçamento anual da Companhia;

(xx) exceto quando relacionado à compra de mercadoria para revenda, a contratação ou concessão de empréstimo, financiamentos ou outras obrigações de qualquer natureza, bem como a celebração de qualquer contrato, da Companhia e suas controladas, cujo valor supere a quantia de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) em uma só operação ou numa série de operações relacionadas ao longo de

12 (doze) meses, exceto se previsto no orçamento anual;

(xxi) aquisição, oneração, transferência ou alienação de participações societárias detidas pela Companhia, suas controladas ou investidas em outras sociedades para terceiros;

(xxii) quaisquer reorganizações societárias, reestruturação ou transação societária similar da Companhia que não sejam de competência da Assembleia Geral;

(xxiii) manifestar-se a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (c) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;

(xxiv) aprovação de oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas;

(xxv) aprovar as políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;

(xxvi) aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos, bem como as atribuições da área de auditoria interna,

(xxvii) estabelecer a formação de comitês técnicos e consultivos da Companhia, incluindo as normas aplicáveis aos comitês, tais como regras sobre composição, prazo, remuneração e funcionamento; e

(xxviii) a concessão, pela Companhia e/ou qualquer de suas controladas, de fianças ou outras garantias em favor de terceiros, ressalvado o disposto no art. 3º, parágrafo único, casos em que não dependerá de aprovação pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único - Dependerá do voto afirmativo de pelo menos 4/5 dos membros do Conselho de Administração a aprovação da criação, modificação ou extinção de comitês técnicos e consultivos, incluindo as normas aplicáveis aos comitês, tais como regras sobre competências, composição, prazo, remuneração e funcionamento.

Seção II - Diretoria

Artigo 17. A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 15 (quinze) membros, todos eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Financeiro, permitida a cumulação de cargos. Os demais Diretores, quando nomeados, deverão ter suas atribuições e funções determinadas pelo Conselho de Administração. Todos os diretores serão residentes no país e terão mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os diretores, salvo em caso de destituição ou deliberação em contrário do Conselho de Administração, permanecerão em seu cargo até a nomeação dos substitutos.

Parágrafo Segundo - No caso de destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou qualquer outro evento que leve à vacância definitiva do cargo de Diretor, será convocada reunião do Conselho de Administração para preenchimento do cargo em caráter definitivo até o término do mandato do respectivo cargo antes vacante, sendo admitida a reeleição. Até a realização da referida reunião do Conselho de Administração, o substituto provisório será escolhido pelo Diretor Presidente, dentre um dos diretores, o qual acumulará mais de uma função.

Parágrafo Terceiro - Em caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, e caso este não tenha indicado um substituto, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Financeiro. Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo, será imediatamente convocada reunião do Conselho de Administração para que seja preenchido o cargo.

Artigo 18. A Diretoria reunir-se-á na sede social da Companhia sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação pelo Diretor Presidente ou por quaisquer 2 (dois) Diretores em conjunto com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas. As reuniões serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número de diretores.

Parágrafo Primeiro - Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os diretores.

Parágrafo Segundo - As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, por pessoa indicada pela maioria dos membros da Diretoria presentes, o qual deverá designar o secretário de cada reunião.

Parágrafo Terceiro - Os diretores poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, aplicando-se, mutatis mutandis e conforme aplicáveis, as disposições do Regimento Interno do Conselho de Administração. O diretor que assim participar será considerado presente em referida reunião. Qualquer diretor poderá indicar outro diretor para representá-lo em uma reunião, via procuração.

Parágrafo Quarto - As deliberações da diretoria deverão ser aprovadas pelo voto afirmativo da maioria dos diretores em exercício. Cada diretor terá o direito a um voto em todas as matérias a serem decididas pela Diretoria.

Artigo 19. A Diretoria é o órgão executivo da Companhia, responsável por assegurar seu regular funcionamento, estando habilitada a praticar todos e quaisquer atos relacionados aos objetivos sociais, exceto os atos que por lei ou por este Estatuto Social estejam sujeitos à aprovação prévia em Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro - A Companhia somente se vinculará mediante a assinatura de: (i) 2 (dois) diretores em conjunto; ou, (ii) 1 (um) diretor em conjunto com 01 (um) procurador nomeado com poderes específicos; ou, (iii) 2 (dois) procuradores nomeados com poderes específicos.

Parágrafo Segundo - Ademais, a representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ou perante quaisquer entidades privadas ou órgãos públicos ou autoridades federais, estaduais ou municipais, ou quando assim for deliberado pelo Conselho de Administração será exercida exclusivamente por qualquer dos diretores ou por um procurador, individualmente.

Parágrafo Terceiro - As procurações em nome da Companhia deverão ser outorgadas conjuntamente por 2 (dois) diretores e devem especificar os poderes outorgados e, exceto pelas procurações outorgadas para propósitos judiciais, devem ter validade máxima de 1 (um) ano.

Artigo 20. Compete ao Diretor Presidente, além das demais atribuições previstas neste Estatuto Social:

(i) implementar as deliberações do Conselho de Administração, incluindo a implementação de diretrizes e políticas aprovadas pelo Conselho de Administração;

(ii) propor e enviar para aprovação do Conselho de Administração metas e objetivos para a Companhia;

(iii) coordenar as atividades dos demais Diretores e empregados da Companhia;

(iv) dirigir, no mais alto nível, as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional;

(v) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

(vi) anualmente, elaborar o relatório da administração da Companhia e submeter para apreciação do Conselho de Administração, em conjunto com as demonstrações financeiras preparadas pelo Diretor Financeiro; e

(vii) outros deveres que lhe forem atribuídos, de tempos em tempos, conforme determinação do Conselho de Administração.

Artigo 21. Compete ao Diretor Financeiro:

(i) ser o principal executivo responsável pela área Financeira e seus subsistemas;

(ii) coordenar, administrar e supervisionar as áreas financeira, contábil e de controle de gestão da Companhia, sendo responsável por dirigir e orientar a elaboração do orçamento anual;

(iii) monitorar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e gestão de recursos;

(iv) supervisionar e administrar as áreas ou funções de controles internos, gerenciamento de riscos, tributária, consolidação e reporte financeiro (*financial reporting*), jurídico, *compliance*, compras de indiretos e *properties* da Companhia;

(v) supervisionar e administrar os níveis de caixa e endividamento da Companhia, incluindo a decisão de celebrar acordos financeiros e implementá-los;

(vi) anualmente, preparar e apresentar para o Diretor Presidente as demonstrações financeiras da Companhia; e

(vii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Artigo 22. Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

(i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;

(ii) prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a

Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e

(iii) manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3.

CAPÍTULO V - CONSELHO FISCAL

Artigo 23. O Conselho Fiscal da Companhia será de caráter não permanente e exercerá as atribuições impostas por lei, somente sendo instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, conforme previsto em lei.

Parágrafo Primeiro - O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo permitida a reeleição, em caso de reinstalação.

Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral que aprovar a instalação do órgão e seus mandatos terminarão na Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua eleição.

CAPÍTULO VI - ALIENAÇÃO DE CONTROLE E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 24. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente de controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar o tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Artigo 25. Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

Parágrafo Único - A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral.

CAPÍTULO VII - EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINAÇÃO DOS LUCROS

Artigo 26. O exercício social da Companhia começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro

de cada ano.

Parágrafo Primeiro - Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras da Companhia, as quais deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Segundo - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral uma proposta de destinação dos lucros líquidos do exercício.

Parágrafo Terceiro - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Parágrafo Quarto - Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

Parágrafo Quinto - A Companhia e os administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à situação econômico-financeira, projetos e perspectivas da Companhia.

Artigo 27. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social. O prejuízo do exercício social deverá ser compulsoriamente absorvido dos lucros acumulados, reservas de lucros e reserva legal, nesta ordem.

Parágrafo Primeiro - O lucro líquido do exercício, apurado após as deduções mencionadas neste artigo, terá a seguinte destinação:

(i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o art. 182, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do art. 195 da Lei das Sociedades por Ações;

(iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no Parágrafo Segundo abaixo;

(iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos deste Estatuto Social, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no art. 197 da Lei das Sociedades por Ações;

(v) importância não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, será destinada para a Reserva de

Reinvestimento, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de suas controladas ou investidas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, aquisição de sociedades e/ou ativos, criação e desenvolvimento de novos projetos e/ou empreendimentos. O saldo desta Reserva de Reinvestimento, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar, reserva para contingências e reserva de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar o valor do capital social e reservas de capital da Companhia, somados; e

(vi) o saldo remanescente, se houver, será distribuído na forma de dividendos ou destinado conforme orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral, conforme previsão legal.

Parágrafo Segundo - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual (a) não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido apurado no exercício de 2020 (a ser distribuído aos acionistas conforme for deliberado na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2021), e (b) não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado nos exercícios de 2021 em diante, a ser distribuído aos acionistas conforme for deliberado nas Assembleias Gerais Ordinárias a se realizarem de 2022 em diante. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.

Artigo 28. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

CAPÍTULO VIII - CLÁUSULA ARBITRAL

Artigo 29. A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO IX - ACORDO DE ACIONISTAS

Artigo 30. A Companhia observará, quando aplicável, os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo o presidente da Assembleia Geral ou da reunião do Conselho de Administração abster-se de computar votos contrários a seus termos, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 31. A Companhia dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, caso seu funcionamento seja solicitado por acionistas que perfaçam o quórum estabelecido em lei ou na regulamentação expedida pela CVM, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e a remuneração.

Artigo 32. A Companhia poderá indenizar e/ou manter indenes seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal, nos termos e condições de contratos de indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, mediante aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

Artigo 33. Os casos omissos, não previstos neste Estatuto Social, nem em acordo de acionistas registrado na sede social, serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 34. As disposições contidas no art. 1º, §1º, art. 5º, §§2º e 3º, art. 11, §§1º e 2º, art. 12, §§1º e 2º, art. 16, (xxiii) e (xxiv), art. 24, art. 25, art. 29 e art. 33 deste Estatuto Social somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2020, QUE APROVOU, DENTRE OUTRAS MATÉRIAS, A REALIZAÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GRUPO BIG BRASIL S.A.
CNPJ/ME nº 30.621.687/0001-43
NIRE 35.300.517.270

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2020

Data, Hora e Local: Realizada aos 14 dias do mês de outubro de 2020, às 10:30, realizada na sede do **GRUPO BIG BRASIL S.A.**, localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Tucunaré, 125, Bloco A, Sala 109, Tamboré, CEP 06460-020 ("Companhia").

Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas.

Mesa: Presidente: Wilson Lourenço da Rosa; Secretário: André Rizk.

Ordem do Dia: Deliberar sobre a: **(i)** submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"); **(ii)** a submissão do (a) pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"), e (b) pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3; **(iii)** reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, inclusive para adaptá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado; **(iv)** eleição dos membros independentes do Conselho de Administração da Companhia; **(v)** reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia; **(vi)** realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente); **(vii)** autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta, incluindo, mas não se limitando, poderes para (a) deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado, a ser realizado no contexto da Oferta; (b) fixar o preço de emissão das Ações; (c) aprovar o Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações da Companhia ("Prospecto") e o *Offering Memorandum* para os esforços de colocação no exterior; e (d) celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta; **(viii)** alteração do jornal de grande circulação para publicações da Companhia, que passará a ser o "Valor Econômico";

D4Sign 11ce2800-57e3-43a2-97c9-7ab9b4eddaaa - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

e **(ix)** autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima.

Deliberações: Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram à unanimidade, sem quaisquer ressalvas ou restrições:

(i) a submissão pela Companhia do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.

(ii) a submissão à B3 **(a)** do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado; e **(b)** do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado.

(iii) a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência das deliberações constantes da presente ata e para adaptá-lo às cláusulas mínimas exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado, que passa a vigorar com a redação constante do **Anexo I** da presente ata. Caso não haja liquidação da Oferta, os Acionistas se comprometem a reformar o Estatuto Social, de forma que este documento volte a ter a redação vigente antes das alterações aprovadas.

(iv) a eleição dos seguintes membros independentes do Conselho de Administração da Companhia:

(a) **Luiz Antônio Corrêa Nunes Viana de Oliveira**, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade R.G./CREA nº 18.126-D, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 090.709.317-53, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Av. Horário Lafer, 603, apto 81, CEP 04538-083, na forma do termo de posse do **Anexo II** à presente Ata, de forma a prever o prazo de mandato e a cláusula compromissória obrigatória de acordo com o Regulamento do Novo Mercado; e

(b) **Nildemar Secches**, brasileiro, viúvo, engenheiro, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 3.997.339-6 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 589.461.528-34, com endereço profissional na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Viradouro, 63, cj. 132, na forma do termo

D4Sign 11ce2800-57e3-43a2-97c9-7ab9b4eddaaa - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

de posse do **Anexo III** à presente Ata, de forma a prever o prazo de mandato e a cláusula compromissória obrigatória de acordo com o Regulamento do Novo Mercado.

A caracterização dos Srs. **Luiz Antônio Corrêa Nunes Viana de Oliveira** e **Nildemar Secches**, ora eleitos como conselheiros independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3, foi atestada por cada um deles mediante declarações previamente encaminhadas, conforme **Anexos II** e **III** à presente ata.

(v) a reeleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia:

(a) **Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade R.G. n° 5.569.853 e inscrito no CPF/ME sob o n° 042.310.558-23, com escritório comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.311, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-133, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, na forma do termo de posse do **Anexo IV** à presente Ata, de forma a prever o prazo de mandato e a cláusula compromissória obrigatória de acordo com o Regulamento do Novo Mercado;

(b) **Wilson Lourenço da Rosa**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade R.G. n° 10.9908.741/0, inscrito no CPF/ME sob o nº 076.304.547-08, com escritório comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.311, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-133, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração, na forma do termo de posse do **Anexo V** à presente Ata de forma a prever o prazo de mandato e a cláusula compromissória obrigatória de acordo com o Regulamento do Novo Mercado; e

(c) **Eduardo Bernabe de la Garza Zamarron**, mexicano, casado, engenheiro industrial, portador do Passaporte nº G21752290, residente e domiciliado na cidade de San Pedro Garza Garcia, no Estado de Nuevo Leon, México, na Bura 124, Colonia San Patricio, CP66270, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração, na forma do termo de posse do **Anexo VI** à presente Ata de forma a prever o prazo de mandato e a cláusula compromissória obrigatória de acordo com o Regulamento do Novo Mercado;

Em razão das deliberações tomadas nos itens “(iv)” e “(v)” acima, o Conselho

D4Sign 11ce2800-57e3-43a2-97c9-7ab9b4eddaaa - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

de Administração da Companhia fica composto pelos seguintes membros: **(a) Presidente: Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin**; **(b) Membro Efetivo: Wilson Lourenço da Rosa**; **(c) Membro Efetivo: Eduardo Bernabe de la Garza Zamarron**; **(d) Membro Independente: Luiz Antônio Corrêa Nunes Viana de Oliveira** e **(e) Membro Independente: Nildemar Secches**. Assim, todos os membros do Conselho de Administração da Companhia possuirão mandato unificado de 2 (dois) anos, estendendo-se até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, permitida a reeleição.

A caracterização dos membros do Conselho de Administração ora eleitos como conselheiros independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3, foi atestada por cada um deles mediante declarações previamente encaminhadas.

(vi) a aprovação da realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A., do Banco BTG Pactual S.A., do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. e do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Coordenadores da Oferta"), com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo observado o disposto na Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e as demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior, conforme definidos na Regra 144A, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América (SEC), em operações isentas de registro, previstas no U.S. *Securities Act* de 1933 e outros regulamentos aplicáveis, e nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-US persons*), de acordo com o Regulamento S.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do "*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia*", a quantidade inicial de ações poderá, a critério da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das ações originais.

D4Sign 11ce2800-57e3-43a2-97c9-7ab9b4eddaaa - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade inicial de ações poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15%, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base ("Ações Suplementares"), conforme opção que poderá ser outorgada pela Companhia e/ou pelos Acionistas Vendedores, as quais serão destinadas à estabilização de preço das Ações.

Com exceção das Ações Suplementares, as Ações serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das S.A., não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta.

(vii) desde que observadas as diretrizes do item **(v)** acima, a autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta, incluindo, sem limitação: **(a)** deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado, a ser realizado no contexto da Oferta; **(b)** fixar o preço de emissão das Ações; **(c)** aprovar o Prospecto e o *Offering Memorandum* para os esforços de colocação no exterior; e **(d)** celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta;

(viii) a aprovação da alteração do jornal de grande circulação para publicações da Companhia, que passará a ser o "Valor Econômico"; e

(ix) a autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação e formalização das deliberações constantes desta ata.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, que, lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes.

Presenças: Mesa: Presidente: Wilson Lourenço da Rosa; Secretário: André Rizk. Acionistas: Brazil Holdings S.C.S. (p.p. Marcelo Nastromagario); e Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, por seu administrador, BRL Trust Investimentos Ltda., por sua representante legal Daniela Bonifácio.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Barueri, 14 de outubro de 2020.

D4Sign 11ce2800-57e3-43a2-97c9-7ab9b4eddaaa - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Mesa:

Wilson Lourenço da Rosa	**André Rizk**
Presidente	Secretário

D4Sign 11ce2800-57e3-43a2-97c9-7ab9b4eddaaa - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Olympus _ AGE (Oferta + Pedido + Novo Mercado + Estatuto + CA) - (v. assiantura).docx

Código do documento 11ce2800-57e3-43a2-97c9-7ab9b4eddaaa

Assinaturas

WILSON LOURENCO DA ROSA:07630454708
Certificado Digital
WRosa@adventinternational.com.br
Assinou

ANDRE HADDAD RIZK:25307038844
Certificado Digital
andre.rizk@big.com.br
Assinou

Eventos do documento

15 Oct 2020, 17:08:22
Documento número 11ce2800-57e3-43a2-97c9-7ab9b4eddaaa **criado** por PRISCILA OLIVEIRA RODRIGUES (Conta 82968407-663e-48f5-bb7b-5ed6feae966f). Email :priscila.rodrigues@big.com.br. - DATE_ATOM: 2020-10-15T17:08:22-03:00

15 Oct 2020, 17:10:03
Lista de assinatura **iniciada** por PRISCILA OLIVEIRA RODRIGUES (Conta 82968407-663e-48f5-bb7b-5ed6feae966f). Email: priscila.rodrigues@big.com.br. - DATE_ATOM: 2020-10-15T17:10:03-03:00

16 Oct 2020, 10:18:05
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - ANDRE HADDAD RIZK:25307038844 **Assinou** Email: andre.rizk@big.com.br. IP: 191.19.91.227 (191-19-91-227.user.vivozap.com.br porta: 40896). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SERASA RFB v5,OU=A3,CN=ANDRE HADDAD RIZK:25307038844. - DATE_ATOM: 2020-10-16T10:18:05-03:00

16 Oct 2020, 16:25:36
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - WILSON LOURENCO DA ROSA:07630454708 **Assinou** Email: WRosa@adventinternational.com.br. IP: 191.17.232.222 (191-17-232-222.user.vivozap.com.br porta: 24418). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC Certisign RFB G5,OU=A3,CN=WILSON LOURENCO DA ROSA:07630454708. - DATE_ATOM: 2020-10-16T16:25:36-03:00

Hash do documento original

(SHA256):ebcee441ce0a462d54bea6fd3f2db6554ab128b6d29a1b06c6802db2e3e1e36b
(SHA512):2e14a76ef09f0aff846de38cb877c005950a56a52511b540a9e0f6c8d55b134cf6aaca693411d34290b56d621e8efc519c0db025a7195b196cf2423f5f3b91a7

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GRUPO BIG BRASIL S.A.
CNPJ/ME No. 30.621.687/0001-43
NIRE 353.005.172-70

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [•] DE [•] DE 2020

Data, Hora e Local: Realizada em [•] de [•] de 2020, às [•] horas, realizada por meio de videoconferência, nos termos do artigo 14, parágrafo primeiro do Estatuto Social do Grupo Big Brasil S.A. ("Companhia").

Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 13, parágrafo terceiro do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Srs. Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin, Wilson Lourenço da Rosa, Luiz Antônio Corrêa Nunes Viana de Oliveira, Nildemar Secches e Eduardo Bernabe de la Garza Zamarron.

Mesa: Presidente da mesa: [Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin]; Secretário: [André Rizk].

Ordem do Dia: Deliberar sobre: **(i)** a fixação e justificativa do preço de emissão por unidade de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações de emissão da Companhia ("Oferta"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação de Ações no exterior; **(ii)** a aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de ações ordinárias a serem emitidas com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e no artigo 6º, parágrafo segundo do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** a aprovação sobre os direitos relacionados às novas ações; **(iv)** a aprovação do prospecto definitivo e do *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta; **(v)** a homologação do aumento de capital social da Companhia; **(vi)** a autorização para a Diretoria da Companhia celebrar todos os documentos relacionados à Oferta; e **(viii)** a autorização para a Diretoria da Companhia tomar as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta e implementação das deliberações aqui consubstanciadas.

Deliberações: Após análise e discussão da ordem do dia, restaram aprovadas as seguintes matérias, de forma unânime e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

(i) aprovar, no âmbito da Oferta, a fixação do preço de emissão de R$[•] por Ação objeto da Oferta ("Preço por Ação"). O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*") conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores

institucionais, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, justificando-se a escolha do critério de determinação do Preço por Ação, de acordo com o inciso III, §1º do artigo 170 da Lei da Sociedade por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações a serem subscritas e/ou adquiridas foi aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas ordens de subscrição de Ações no contexto da Oferta;

(ii) aprovar, em decorrência da deliberação tomada no item (i) acima, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R$[●] ([●]), o qual passará de R$ 221.655.067,89 (duzentos e vinte e um milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil e sessenta e sete reais e oitenta e nove centavos) para R$[●] ([●]), mediante a emissão de [●] ([●]) novas ações ordinárias, cada uma no valor de R$[●] ([●]), que serão objeto da Oferta, passando o capital social da Companhia de 456.743.170 (quatrocentas e cinquenta e seis milhões, setecentas e quarenta e três mil e cento e setenta) ações ordinárias para [●] ([●]) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia;

(iii) aprovar, ainda, que as novas ações emitidas, nos termos da deliberação tomada no item (ii) acima, terão os mesmos direitos conferidos às demais ações da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável, fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do anúncio de início da Oferta;

(iv) aprovar o prospecto definitivo e o *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta;

(v) homologar, em razão da deliberação tomada no item (ii) acima, o aumento do capital da Companhia no montante de R$[●] ([●]) mediante a emissão de [●] ([●]) novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal;

(vi) autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar todos os documentos relacionados à Oferta, incluindo, mas não se limitando a: (i) o "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da Grupo Big Brasil S.A."; (ii) o "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Grupo Big Brasil S.A."; (iii) o *Placement Facilitation Agreement*; e (iv) o Contrato de Prestação de Serviços da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, que serão devidamente arquivados na sede social da Companhia, bem como a assumir todas as obrigações estabelecidas nos referidos documentos; e

(vii) autorizar a Diretoria da Companhia a tomar as medidas necessárias à realização da Oferta e ao cumprimento das deliberações tomadas nesta reunião do conselho de administração.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos para lavratura da presente ata, assinada por todos os presentes. Mesa: Presidente – [Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin]; Secretário – [André Rizk]. Membros do Conselho de Administração: Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin, Wilson Lourenço da Rosa, Luiz Antônio Corrêa Nunes Viana de Oliveira, Nildemar Secches e Eduardo Bernabe de la Garza Zamarron.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Barueri, [•] de [•] de 2020.

Mesa:

[Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin] Presidente	**[André Rizk]** Secretário

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO FIP MOMENTUM REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2020, QUE APROVOU REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DocuSign Envelope ID: 9F14FFF2-0064-4380-962B-84D22E3C8F8B

MOMENTUM - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
CNPJ/ME 28.670.954/0001-20

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS
REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2020

HORÁRIO E LOCAL: às 07:00 horas, na sede social da BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA. ("Administrador"), na Rua Iguatemi, 151, 19º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-011, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.025.053/0001-62.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos membros do Comitê de Investimentos do **MOMENTUM - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA** ("Fundo").

MESA: Presidente: Leonardo Capra; Secretária: Karina Abreu.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a participação na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias do **Grupo Big Brasil S.A.**, sociedade por ações, inscrita sob o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") nº 30.621.687/0001-43, em sua sede localizada na Avenida Tucunaré, 125, Bloco A, Sala 109, Tamboré, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-020 ("Companhia" e "Oferta"), e, em caso de aprovação **(i)** autorizar o Administrador a atender em nome do Fundo em quaisquer assembleias gerais extraordinárias da Companhia, sendo que tais assembleias gerais extraordinárias da Companhia devem, de forma exclusiva, deliberar acerca de atos preparatórios a serem adotados pela Companhia para fins da Oferta, conforme termo definido abaixo, e para aprovação dos termos relacionados à própria Oferta; e **(ii)** autorizar o Administrador a aprovar e assinar em nome do Fundo, na qualidade de acionista vendedor, quaisquer atos necessários no contexto da Oferta, a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais atos normativos aplicáveis, incluindo, mas não se limitando (a) ao conteúdo do prospecto preliminar brasileiro (incluindo o Formulário de Referência) e do prospecto definitivo brasileiro (incluindo o Formulário de Referência), (b) assinatura pelo Fundo de quaisquer declarações a serem prestadas em nome do Fundo na qualidade de acionista vendedor para fins da Oferta, em especial a declaração do artigo 56 da Instrução CVM 400, (c) assinatura pelo Fundo do pedido de registro da Oferta perante à CVM; (d) assinatura pelo Fundo do Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação da Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Contrato de Distribuição"), (e) assinatura pelo Fundo do *Placement Facilitation Agreement*, (f) assinatura pelo Fundo do Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preços de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Contrato de Estabilização"), (g) assinatura pelo Fundo do Contrato de Empréstimo de Ações, (h) assinatura dos Instrumentos de *Lock-Up*, e (i) assinatura ou aprovação pelo Fundo de quaisquer outros documentos, incluindo instrumentos acessórios, necessários para realização da Oferta pela Companhia ou necessários para alienação das ações detidas pelo Fundo na Companhia no âmbito da Oferta.

DELIBERAÇÕES: Após análise dos fornecidos pela Companhia, considerando a política de investimentos/estratégia do Fundo, o único membro do Comitê de Investimentos deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições, conforme segue:

(i) A recomendação ao Administrador atender em nome do Fundo nas assembleias gerais extraordinárias da Companhia relacionadas à Oferta e votar favoravelmente nas matérias da ordem do dia, desde que estritamente relacionadas à atos preparatórios da Oferta, observando a regulamentação vigente e normas aplicáveis; e

(ii) A aprovação, pelo Fundo, dos atos relacionados à Oferta a ser realizada no Brasil de acordo com a Instrução CVM 400, incluindo mas não se limitando (i) assinatura pelo Fundo do pedido de registro

DS MR

da Oferta perante à CVM; (ii) assinatura pelo Fundo do Contrato de Distribuição, (iii) assinatura pelo Fundo do *Placement Facilitation Agreement,* (iv) assinatura pelo Fundo do Contrato de Estabilização, (v) assinatura pelo Fundo do Contrato de Empréstimo de Ações, (vi) assinatura dos Instrumentos de *Lock-Up*, e (vii) assinatura ou aprovação pelo Fundo de quaisquer outros documentos, incluindo instrumentos acessórios, necessários para realização da Oferta pela Companhia ou necessários para alienação das ações detidas pelo Fundo na Companhia no âmbito da Oferta.

Por fim, o membro do Comitê de Investimentos autorizou o Administrador a praticar todos e quaisquer atos que se fizerem necessários para implementação das deliberações ora aprovadas, incluindo, mas não se limitando, a assinatura dos documentos relativos à Oferta.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

São Paulo, 13 de outubro de 2020.

Mesa:

DocuSigned by:
50A37B4E3EDF44A...
Leonardo Capra
Presidente

DocuSigned by:
8259E7E685D14F7...
Karina Abreu
Secretária

DS

DocuSign Envelope ID: 9F14FFF2-0064-4380-962B-84D22E3C8F8B

MOMENTUM - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
CNPJ/ME 28.670.954/0001-20

LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS
REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2020

Membro:

DocuSigned by:
Michael Ristaino
55AA8B3C5D024C7...

DS

Michael Joseph Ristaino

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

GRUPO BIG BRASIL S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Tucunaré, nº 125, Bloco A, Superior, Sala 109, Tamboré, CEP 06460-020, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 30.621.687/0001-43, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Companhia**"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de sua emissão ("**Ações**") e de titularidade dos acionistas vendedores mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Big Brasil S.A. ("**Acionistas Vendedores**" e "**Prospecto Preliminar**", respectivamente), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o "*Código ANBIMA DE Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor, com esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), pelo Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**Bank of America**"), pelo Banco BTG Pactual S.A. ("**BTG Pactual**"), pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("**Credit Suisse**"), pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**") e pelo **Banco J.P. Morgan S.A.** ("**J.P. Morgan**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o BTG Pactual, o Credit Suisse e o Bradesco BBI os "**Coordenadores da Oferta**"), autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em setembro de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Big Brasil S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;

(D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

(E) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais.

(G) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos.

A Companhia **DECLARA**, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as leis e as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e ao *Código ANBIMA DE Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações que possam razoavelmente relevantes.

Barueri-SP, [●] de [●] de 2020.

GRUPO BIG BRASIL S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR FIP MOMENTUM, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 E DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR WALMART US, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

MOMENTUM – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, fundo de investimento em participações devidamente constituído e registrado na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), nos termos da Instrução da CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº 28.670.954/0001-20, representado na forma de seu regulamento por sua gestora **BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade limitada, com sede social na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, 151, 19º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.025.053/0001-62, a qual é autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório Executivo nº 14.796, de 30 de dezembro de 2015 ("**Ofertante**"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do **GRUPO BIG BRASIL S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Tucunaré, nº 125, Bloco A, Superior, Sala 109, Tamboré, CEP 06460-020, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 30.621.687/0001-43, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Companhia**"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), que compreende a distribuição pública primária e secundária de Ações de titularidade dos acionistas mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Big Brasil S.A. ("**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), pelo Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**Bank of America**"), pelo Banco BTG Pactual S.A. ("**BTG Pactual**"), e pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("**Credit Suisse**") e pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**") e pelo Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o BTG Pactual, o Credit Suisse e o Bradesco BBI, os "**Coordenadores da Oferta**"), autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, o Ofertante, os demais acionistas vendedores (quando em conjunto com o Ofertante, "**Acionistas Vendedores**") e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em setembro de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Big Brasil S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;

(D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

(E) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais;

O Ofertante **DECLARA**, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [●] de [●] de 2020.

MOMENTUM – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

_____	_____
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

Brazil Holdings S.C.S., sociedade domiciliada no exterior, com sede social na 2-4 Rue Eugene Ruppert, 2453, Luxembourg, EX, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 30.873.752/0001-28, representada por seu representante legal no Brasil, Marcelo Nastromagario, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 26.284.823-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 266.804.808-76, com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fradique Coutinho, n° 1.271, Pinheiros, CEP 05416-011 ("**Ofertante**"), na qualidade de acionista vendedor no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão do **GRUPO BIG BRASIL S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Tucunaré, nº 125, Bloco A, Superior, Sala 109, Tamboré CEP 06460-020, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 30.621.687/0001-43 ("**Companhia**"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), que compreende a distribuição pública primária e secundária de Ações de titularidade dos acionistas mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Big Brasil S.A. ("**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), pelo Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**Bank of America**"), pelo Banco BTG Pactual S.A. ("**BTG Pactual**"), , pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("**Credit Suisse**"), pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**") e pelo Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o BTG Pactual, o Credit Suisse e o Bradesco BBI, os "**Coordenadores da Oferta**"), autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, o Ofertante, os demais acionistas vendedores (quando em conjunto com o Ofertante, "**Acionistas Vendedores**") e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em setembro de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Big Brasil S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;

(D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

(E) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais.

O Ofertante **DECLARA**, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [•] de [•] de 2020.

_____

BRAZIL HOLDINGS S.C.S.

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO DA CVM Nº 400

O **BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, Itaim Bibi, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Coordenador Líder**"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão do **GRUPO BIG BRASIL S.A.** ("**Ações**" e "**Companhia**", respectivamente), identificados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Big Brasil S.A. ("**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior, sob coordenação do Coordenador Líder, do **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.** ("**Bank of America**"), do **Banco BTG Pactual S.A.** ("**BTG Pactual**"), do **Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.** ("**Credit Suisse**"), do **Banco Bradesco BBI S.A.** ("**Bradesco BBI**") e do **Banco J.P. Morgan S.A.** ("**J.P. Morgan**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o BTG Pactual, o Credit Suisse e o Bradesco BBI, os "**Coordenadores da Oferta**") ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores (conforme indicado no Prospecto Preliminar) e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em setembro de 2020, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo Big Brasil S.A. ("**Prospecto Definitivo**" e, quando em conjunto com o Prospecto Preliminar, "**Prospectos**");

(C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes, qual seja, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, para aplicação de procedimentos previamente acordados, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - CTA 23 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, dentre eles, a emissão de carta conforto para os Coordenadores da Oferta, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras, incluídas ou incorporadas por referência aos Prospectos, (i) com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, e; (ii) com as informações financeiras intermediárias

consolidadas da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e de 2019;

(D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos referidos no item (D) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder, dos demais coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, como o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta e os assessores legais, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficiente, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [●] de [●] de 2020.

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GRUPO BIG

Informações Financeiras Individuais e Consolidadas

Referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020 e Relatório do Auditor Independente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 14 de outubro de 2020 - O **Grupo Big Brasil S.A.** ("Grupo Big", ou "Grupo") anuncia hoje os resultados do 3º trimestre de 2020 e dos 9 meses de 2020. As informações operacionais e financeiras a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em Reais nominais, de acordo com o padrão contábil internacional (IFRS) e devem ser lidas em conjunto com os demonstrativos de resultados e Notas explicativas para o período encerrado em 30 de Setembro de 2020. Para efeitos de comparação, os resultados aqui apresentados para o terceiro trimestre de 2020 são comparados ao mesmo período de 2019, exceto onde indicado.

1. DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

3T20: Foco em renovações e conversões, mantendo a eficiência operacional

Receita Bruta
9M20: R$18,0 Bilhões
3T20: + 13,3%

Lojas Reformadas
9M20: +20,6%
3T20: + 22,2%

EBITDA Ajustado
9M20: R$607 milhões
3T20: R$270 milhões

Margem EBITDA Ajustada
9M20: +3,9%
3T20: +5,1%

Crescimento com rentabilidade foco em reforma e conversões de lojas, com crescimento de Vendas em Mesmas Lojas reformadas (SSS) de 22,2% (8,2% nas lojas não reformadas).

A receita bruta consolidada da Companhia atingiu R$18,0 bilhões nos 9M20 e R$6,1 bilhões no 3T20, representando aumentos de 6,5% e 13,3%, respectivamente, na comparação anual. O crescimento segue impulsionado pela estratégia de reformas, reinauguração e conversão de lojas ainda em curva de maturação.

O Lucro Bruto teve um aumento de 5,0% no período de 9 meses e de 12,0% no trimestre

O EBITDA Ajustado no 3T20 foi de R$270 milhões, com Margem EBITDA Ajustada de 5,1%, com ganho de 3,1 p.p. em margem EBITDA Ajustada no trimestre. No período de 9 meses, o aumento foi de 304,7% (para R$607 milhões), com ganho de margem em 2,9 p.p..

Destaques Financeiros e Operacionais

R$ milhões	Atacado			Varejo			Consolidado		
	3T20	3T19	3T20 x 3T19	3T20	3T19	3T20 x 3T19	3T20	3T19	3T20 x 3T19
Receita Operacional Bruta	**3.062**	**2.366**	**29,4%**	**3.050**	**3.027**	**0,8%**	**6.112**	**5.393**	**13,3%**
Vendas de Produtos Líquidas	**2.625**	**2.025**	**29,6%**	**2.590**	**2.588**	**0,1%**	**5.215**	**4.613**	**13,1%**
Outras Receitas Líquidas	30	41	-26,8%	68	100	-32,0%	98	141	-30,5%
Receita Operacional Líquida	**2.655**	**2.066**	**28,5%**	**2.658**	**2.688**	**-1,1%**	**5.313**	**4.754**	**11,8%**
Lucro Bruto	**521**	**406**	**28,3%**	**843**	**812**	**3,8%**	**1.364**	**1.218**	**12,0%**
Margem Bruta (%)	*19,6%*	*19,7%*	*-0,1 p.p.*	*31,7%*	*30,2%*	*1,5 p.p.*	*25,7%*	*25,6%*	*0,1 p.p.*
EBITDA Ajustado [1]	**313**	**212**	**47,6%**	**296**	**194**	**52,6%**	**270**	**94**	**187,2%**
Margem EBITDA Ajustada (%)	*11,8%*	*10,3%*	*1,5 p.p.*	*11,1%*	*7,2%*	*3,9 p.p.*	*5,1%*	*2,0%*	*3,1 p.p.*

R$ milhões	Atacado			Varejo			Consolidado		
	9M20	9M19	9M20 x 9M19	9M20	9M19	9M20 x 9M19	9M20	9M19	9M20 x 9M19
Receita Operacional Bruta	**8.509**	**7.023**	**21,2%**	**9.502**	**9.886**	**-3,9%**	**18.011**	**16.909**	**6,5%**
Vendas de Produtos Líquidas	**7.302**	**6.035**	**21,0%**	**8.106**	**8.482**	**-4,4%**	**15.408**	**14.517**	**6,1%**
Outras Receitas Líquidas	87	100	-13,0%	213	292	-27,1%	300	392	-23,5%
Receita Operacional Líquida	**7.389**	**6.135**	**20,4%**	**8.319**	**8.774**	**-5,2%**	**15.708**	**14.909**	**5,4%**
Lucro Bruto	**1.331**	**1.048**	**27,0%**	**2.454**	**2.556**	**-4,0%**	**3.785**	**3.604**	**5,0%**
Margem Bruta (%)	*18,0%*	*17,1%*	*0,9 p.p.*	*29,5%*	*29,1%*	*0,4 p.p.*	*24,1%*	*24,2%*	*-0,1 p.p.*
EBITDA Ajustado [1]	**720**	**486**	**48,1%**	**736**	**595**	**23,7%**	**607**	**150**	**304,7%**
Margem EBITDA Ajustada (%)	*9,7%*	*7,9%*	*1,8 p.p.*	*8,8%*	*6,8%*	*2,0 p.p.*	*3,9%*	*1,0%*	*2,9 p.p.*

	3T20	9M20
Crescimento SSS (%) - Lojas Reformadas [2]	**22,2%**	**20,6%**
Crescimento SSS (%) - Lojas Não-reformadas [2]	**8,2%**	**3,4%**
Crescimento SSS (%) - Total [2]	**15,1%**	**10,7%**

1 A diferença entre a somatória dos segmentos e o consolidado corresponde a despesas corporativas, as quais incluem despesas com a sede administrativa do Grupo e marketing, entre outras despesas.
2 Vendas mesmas lojas (SSS) comparam as vendas brutas no período relevante com as do período comparável, com base em vendas brutas realizadas por lojas comparáveis, que são definidas como lojas que estão abertas e operantes já há pelo menos doze meses e que não foram objeto de encerramento ou renovação dentro deste período.

2. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em Agosto de 2018, o Momentum - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia liderado pela Advent International adquiriu 80% do Walmart Brasil. A partir dessa mudança societária, uma nova etapa na história da companhia começou, com gestão local e independente. A companhia redefiniu sua estratégia focando nos seguintes pilares: (1) Crescimento dos formatos de atacado, tanto no atacarejo com o Maxxi quanto no clube de compras com o Sam's Club, (2) Estabilização do Varejo, (3) Melhoria de eficiência Operacional e todos suportados pela (4) Transformação Cultural.

Já em 2018 iniciamos a Transformação Cultural ao revitalizar o time de gestão, formando o que acreditamos ser um dos melhores e mais experiente de varejo alimentar no Brasil. Redefinimos para os nossos mais de 45 mil colaboradores os pilares comportamentais da companhia: Senso de Urgência, Inconformismo, Dor de Dono e Capacidade de Execução que espelham nosso foco em rentabilidade e produtividade no longo prazo. Ainda no 2° semestre de 2018 redesenhamos a estratégia mercadológica da companhia ao migrar para modelo de precificação *high-low*, e ao reforçar o sortimento das lojas agora com apelo regional e foco no controle de estoque. Visando reduzir o consumo de caixa da companhia fechamos lojas deficitárias, encerramos o marketplace de e-commerce (walmart.com.br) e demos início a diversos projetos de redução de despesas.

No Atacado, começamos o projeto de revitalização do Maxxi em Abril de 2019 visando tornar a loja mais atrativa para consumidores finais. Começamos reinaugurando nossa loja de Taboão da Serra em SP, e até Setembro de 2020 91% dos nossos Atacarejos já foram relançados. Também realizamos em 2019 nossas primeiras conversões ao inaugurar 2 novos Maxxi em SP e 4 novos Sam's em SP, DF e SE. O cronograma de obras e conversões do 1 semestre de 2020 foi afetado negativamente pelo COVID-19, mas seguimos com o plano de inaugurar 10 novas conversões em 2020 (5 Maxxi e 5 Sam's).

No Varejo, em Agosto de 2019 iniciamos a estratégia de reposicionamento lançando as marcas regionais do Hipermercado e até julho de 2020, todos os Hipermercados já adotaram uma nova bandeira: BIG nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e BIG Bompreço no Nordeste. As lojas reformadas apresentaram 25% de crescimento desde que foram revitalizadas. Pretendemos seguir com a mesma estratégia para nossos Supermercados.

Ainda em 2019 criamos um FIDC de R$ 307 milhões, visando melhorar a gestão de caixa de nossos fornecedores e parceiros, sem interferir em nosso próprio caixa.

Com o início da implementação da nossa estratégia vimos a partir do 2º semestre de 2019 os sinais da virada do resultado da Companhia. Com isso, fechamos o ano de 2019 com R$ 23.366 milhões de faturamento, R$378 milhões de EBITDA Ajustado, e mantendo uma posição de caixa líquido de R$ 435 milhões.

O ano de 2020 tem se mostrado cheio de desafio como para todos. Nós trabalhamos para proteger nossa equipe, fornecedores e clientes durante o período da pandemia, mantendo nossas lojas abertas para servir a população com serviços e produtos de qualidade neste momento tão difícil para todos. O desafio nas operações do grupo não foi pequeno, com mais de 2 mil colaboradores afastados por serem partes do grupo de risco, aumento de 7% dos volumes de nossos centros de distribuição (medido pelo aumento do faturamento das lojas e clubes), mas conseguimos manter nossas lojas abertas com impacto mínimo na ruptura de produtos e no nível de serviço prestado, tanto que nossos hipermercados tiveram sem NPS aumentado de 20% no início do ano para 64% em agosto de 2020. Vimos um crescimento mais forte em nossos hipermercados reformados, impulsionado pelos consumidores buscando lojas com espaços maiores, sortimento mais extenso e uma *look and feel* maior de higiene e limpeza. Estamos trabalhando para garantir que esta mudança comportamental seja convertida em aumento do nosso market share e NPS no longo prazo.

Ainda em 2020, impulsionados pelo COVID, em março iniciamos a trajetória de digitalização da Companhia. Temos a ambição de oferecer uma solução omnichannel de compra e entrega para nossos clientes em todos os formatos e regiões do Brasil. Estamos alavancando a base de ativos da companhia, utilizando lojas como *hubs* de armazenamento de produtos e pontos de entrega, diluindo os custos de operação, aumentando a produtividade de nossas equipes e reduzindo o tempo de entrega dos produtos para nossos clientes. Para escalar o crescimento rapidamente e *roll-out* desta operação em nossas lojas realizamos parcerias com as principais plataformas de *delivery* e estruturamos áreas de serviço de retirada em loja (Click & Retire). Atualmente, já oferecemos estes serviços em mais de 180 lojas em todos os nossos formatos.

O Grupo BIG também atuou fortemente para dar apoio às comunidades carentes durante o COVID, com o programa Atitudes BIG doamos mais de 20 mil cestas básicas e arrecadamos mais de 600 toneladas de alimentos em doações. Também mantivemos ativo o Instituto Big no seu 15º aniversário de atuação. Dentre outros programas, o Instituto formou 630 jovens entre 17 e 24 anos na Escola Social do Varejo em 2019 (10 mil jovens já passaram pela Escola Social do Varejo nos seus 10 anos de atuação), preparando eles para trabalharem no varejo alimentar.

Consolidamos e aceleramos nossa estratégia em 2020, sempre focados na melhoria contínua de nossas operações, buscando eficiência e rentabilidade para nossos investidores, e sem descansar para manter nossas equipes, fornecedores e clientes seguros com a pandemia do COVID 19. Em 9 meses acumulados de 2020 apresentamos um crescimento de vendas mesmas lojas de +10.7% uma receita bruta de R$ 18.011 milhões e R$ 607 milhões de EBITDA ajustado, com ganho de margem de 2,9 p.p. comparados ao mesmo período de 2019, e mantendo uma posição de caixa líquido de R$ 537 milhões.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL POR SEGMENTO

OPERAÇÕES DE ATACADO

As operações de Atacado do Grupo Big compreendem o atacarejo Maxxi e o clube de compras Sam´s Club.

Em linha com o processo de otimização da base operacional, a Companhia continua com foco nestes formatos. No 3º trimestre, uma loja da Operação Varejo foi convertida em Sam´s Club.

Em Setembro de 2020, as operações de atacado contavam com 78 lojas distribuídas em 17 estados brasileiros, além do distrito federal, em comparação a 71 lojas no ano anterior. No 3T20, estas lojas representavam uma área de venda de cerca de 384 mil metros quadrados, em comparação a 341 mil metros quadrados no 3T19 – um aumento de 12,6% em área.

No 3T20, as lojas das operações de atacado que passaram por reformas mostraram um ganho de 23,5% em vendas (no conceito de vendas em mesmas lojas) em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior. As lojas não reformadas apresentaram crescimento de 17,2% em base de mesmas lojas (SSS).

	Atacado		
	3T20	3T19	3T20 x 3T19
Número de Lojas (#)	**78**	**71**	***9,9%***
Área de Vendas (000 m2)	384	341	*12,6%*

	Atacado	
	3T20 x 3T19	9M20 x 9M19
Vendas Mesmas Lojas (SSS) - Reformadas	**23,5%**	**14,1%**
Vendas Mesmas Lojas (SSS) - Não-reformadas	*17,2%*	*10,8%*
Vendas Mesmas Lojas (SSS) - Total	**19,4%**	**11,9%**
Vendas Demais Lojas[1] – Total	*na*	*na*
Receita Operacional Bruta – Total	**29,4%**	**21,2%**

[1] Lojas fechadas por processo de reforma ou conversão durante um dos períodos comparáveis.

Resultados Operacionais

No período de 9M20, as operações de atacado apresentaram R$7,3 bilhões de vendas de produtos líquidas, um crescimento de 21,0% em comparação ao mesmo período do ano anterior, parcialmente em razão do aumento de área de vendas, mas também devido a ganho de eficiência. O lucro bruto das operações de atacado no período de 9 meses atingiu R$1,3 bilhões, com 18,0% de margem bruta sobre a receita operacional líquida, um crescimento de 27,0%, com ganho de margem em 0,9p.p., em comparação ao mesmo período do ano anterior, ganho de margem originado pelo maior crescimento do formato Sam's Club e pela maior eficiência do formato Maxxi.

As despesas com vendas, gerais e administrativas atingiram 9,6% da receita operacional líquida, melhora de 0,4pp devido (i) à uma diluição significativa de custos fixos em função do sólido crescimento da receita e (ii) aos contínuos esforços de controle das despesas no Sam's Club e no Maxxi.

No período de 9 meses, o EBITDA Atacado Ajustado atingiu R$720 milhões, com margem sobre a receita operacional líquida de 9,7%, um crescimento de 48,1% e ganho de 1,8 p.p. em margem. Esse crescimento é resultado do aumento das vendas, expansão da margem e ganhos de eficiência e escala das despesas com vendas, gerais e administrativas.

No 3T20, as vendas de produtos líquidas oriundas da operações de atacado corresponderam a R$2,6 bilhões, um aumento de 29,6% comparativamente ao mesmo período do ano anterior, explicado pelo aumento de 12,6% em área de vendas, bem como por ganho de eficiência operacional.

No trimestre, o EBITDA Ajustado Atacado atingiu R$313 milhões, um aumento de 47,6% em comparação ao 3T19. A margem EBITDA Atacado Ajustada do 3T20 foi de 11,8%, um ganho de 1,5 p.p. em comparação ao 3T19.

Demonstrações do Resultado - Atacado *(R$ milhões)*	3T20	3T19	3T30 x 3T19	9M20	9M19	9M20 x 9M19
Vendas de Produtos Líquidas	**2.625**	**2.025**	**29,6%**	**7.302**	**6.035**	**21,0%**
Outras Receitas Líquidas	30	41	-26,8%	87	100	-13,0%
Receita Operacional Líquida	**2.655**	**2.066**	**28,5%**	**7.389**	**6.135**	**20,4%**
Vendas em Mesmas Lojas (SSS)	*19,4%*	na	na	*11,9%*	na	na
Custos das mercadorias vendidas	(2.134)	(1.660)	28,6%	(6.058)	(5.087)	19,1%
CMV / ROL	*80,4%*	*80,3%*	0,1 p.p.	*82,0%*	*82,9%*	-0,9 p.p.
Lucro bruto	**521**	**406**	**28,3%**	**1.331**	**1.048**	**27,0%**
Margem Bruta	*19,6%*	*19,7%*	-0,1 p.p.	*18,0%*	*17,1%*	0,9 p.p.
Despesas com vendas, gerais e administrativas (DVGA)	(246)	(218)	12,8%	(710)	(612)	16,0%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	1	1	na	3	3	na
DVGA / ROL	*9,3%*	*10,6%*	-1,3 p.p.	*9,6%*	*10,0%*	-0,4 p.p.
EBITDA Atacado Ajustada	**313**	**212**	**47,6%**	**720**	**486**	**48,1%**
Margem EBITDA Ajustada (%)	*11,8%*	*10,3%*	1,5 p.p.	*9,7%*	*7,9%*	1,8 p.p.

OPERAÇÃO VAREJO

A operação Varejo do Grupo Big compreende as operações das marcas BIG, Super Bompreço, BIG Bompreço, Nacional e Todo Dia.

No período de 9M20, modernizamos e reinauguramos 49 lojas (sendo 29 no trimestre). Todas estas ações tiveram com objetivo principal relançar as novas marcas e identidade visual nas praças em que estamos presentes e aumentar a atratividade e produtividade das lojas.

	Varejo				
	3T20	2T20	1T20	4T19	3T19
# Lojas modernizadas e reinauguradas	**29**	**8**	**12**	**36**	**20**
# Hipermercados modernizados e reinaugurados	25	8	12	36	20
# Supermercados modernizados e reinaugurados	4	0	0	0	0
# Lojas não reformadas	**107**	**137**	**147**	**160**	**201**
# Hipermercados não reformados	11	37	47	60	101
# Supermercados não reformados	96	100	100	100	100

Adicionalmente, em 2020, a Companhia otimizou suas operações e priorizou os ativos mais rentáveis. Para tanto, até o 2T20, foi vendida e completamente descontinuada a operação de farmácias, que não era ligada ao *core* do Grupo, e foram fechadas lojas da operação Varejo que apresentavam baixa performance de maneira recorrente – o que se traduziu em uma redução de área no 3T20, em comparação ao 3T19, de 6,9%.

Em Setembro de 2020, a operação Varejo contava com 309 lojas, as quais representavam uma área de vendas de cerca de 977 mil metros quadrados (em comparação a 331 lojas e 1,0 milhão de metros quadrados em setembro de 2019).

	Varejo		
	3T20	3T19	3T20 x 3T19
Número de Lojas (#) [1]	**309**	**331**	***-6,6%***
Área de Vendas (000 m2) [1]	977	1.049	*-6,9%*

1 Excluindo-se a operação de farmácias, que foi descontinuada em Dezembro/2019.

	Varejo	
	3T20	9M20
Vendas Mesmas Lojas (SSS) - Reformadas	**20,7%**	**18,7%**
Vendas Mesmas Lojas (SSS) - Não-reformadas	*-0,7%*	*-1,7%*
Vendas Mesmas Lojas (SSS) - Total	**12,9%**	**8,5%**
Vendas Demais Lojas[1] – Total	*-69,2%*	*-63,4%*
Receita Operacional Bruta – Total	**0,8%**	**-3,9%**

[1] Lojas fechadas por processo de reforma ou conversão durante um dos períodos comparáveis.

No 3T20, as lojas da operação Varejo que passaram por reformas mostraram um ganho de 20,7% em vendas (no conceito de mesmas lojas) em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior – em linha com a estratégia do Grupo, de modernização e reinauguração de sua base de lojas, com ganho de eficiência. As lojas não reformadas permaneceram praticamente estáveis.

Resultados Operacionais

No período de 9M20, as operações de Varejo alcançaram R$8,1 bilhões de vendas de produtos líquidas, uma redução de 4,4% em comparação ao mesmo período do ano anterior, especialmente devido à redução de -6,9% em área de vendas no período. A menor redução de receita em proporção à redução de área está em linha com a estratégia da Companhia de ganho de produtividade em sua base de lojas.

O lucro bruto no período de 9 meses correspondeu a R$2,5 bilhões, com 29,5% de margem bruta, 0,4p.p. acima do mesmo período de 2019. A expansão na margem é resultado da (i) nossa estratégia de revitalização dos hipermercados e (ii) eficiência das nossas iniciativas comerciais

As despesas com vendas, gerais e administrativas atingiram 23,0% da receita operacional líquida, melhora de 1,6pp devido (i) aos contínuos esforços de controle e redução das despesas e (ii) a manutenção dos ativos mais rentáveis.

O EBITDA Varejo Ajustado no período de 9 meses foi de R$736 milhões, 23,7% acima dos 9M19, com ganho de margem de 2,0 p.p., de 6,8% para 8,8%. Esse crescimento no EBITDA Ajustado reflete (i) os ganhos com a revitalização dos nossos hipermercados, (ii) as eficiências com as despesas com vendas, gerais e administrativas e (iii) manutenção dos ativos mais rentáveis.

No 3T20, as vendas de produtos líquidas oriunda da operação Varejo corresponderam a R$2,6 bilhões, ligeiramente acima em relação ao mesmo período do ano anterior – apesar da redução de área de vendas em 6,9%.

No trimestre, o lucro bruto de R$843 milhões cresceu 3,8% na comparação anual, sendo que o EBITDA varejo ajustado apresentou 52,6% de aumento – para R$296 milhões, - com ganho de margem sobre receita operacional líquida de 3,9 p.p..

Demonstrações do Resultado - Varejo *(R$ milhões)*	3T20	3T19	3T30 x 3T19	9M20	9M19	9M20 x 9M19
Vendas de Produtos Líquidas	**2.590**	**2.588**	**0,1%**	**8.106**	**8.482**	**-4,4%**
Outras Receitas Líquidas	68	100	-32,0%	213	292	-27,1%
Receita Operacional Líquida	**2.658**	**2.688**	**-1,1%**	**8.319**	**8.774**	**-5,2%**
Vendas em Mesmas Lojas (SSS)	*12,9%*	na	na	*8,5%*	na	na
Custos das mercadorias vendidas	(1.815)	(1.876)	-3,3%	(5.865)	(6.218)	-5,7%
CMV / ROL	*68,3%*	*69,8%*	-1,5 p.p.	*70,5%*	*70,9%*	-0,4 p.p.
Lucro bruto	**843**	**812**	**3,8%**	**2.454**	**2.556**	**-4,0%**
Margem Bruta	*31,7%*	*30,2%*	1,5 p.p.	*29,5%*	*29,1%*	0,4 p.p.
Despesas com vendas, gerais e administrativas (DVGA)	(611)	(696)	-12,2%	(1.912)	(2.162)	-11,6%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(3)	1	-400,0%	(23)	6	-483,3%
DVGA / ROL	*23,0%*	*25,9%*	-2,9 p.p.	*23,0%*	*24,6%*	-1,6 p.p.
EBITDA Varejo Ajustado	**296**	**194**	**52,6%**	**736**	**595**	**23,7%**
Margem EBITDA Ajustada (%)	*11,1%*	*7,2%*	3,9 p.p.	*8,8%*	*6,8%*	2,0 p.p.

4. RESULTADOS CONSOLIDADOS

	Consolidado			Consolidado		
R$ milhões	3T20	3T19	3T20 x 3T19	9M20	9M19	9M20 x 9M19
Venda Bruta de Produtos	**5.989**	**5.247**	**14,1%**	**17.638**	**16.473**	**7,1%**
Vendas em Mesmas Lojas (SSS)	*15,1%*	*na*	*na*	*10,7%*	*na*	*na*
Impostos e Devoluções	(774)	(634)	22,1%	(2.230)	(1.956)	14,0%
Vendas de Produtos Líquidas	**5.215**	**4.613**	**13,1%**	**15.408**	**14.517**	**6,1%**
Outras Receitas Líquidas	98	141	-30,5%	300	392	-23,5%
Receita Operacional Líquida	**5.313**	**4.754**	**11,8%**	**15.708**	**14.909**	**5,4%**
Custos	(3.949)	(3.536)	11,7%	(11.923)	(11.305)	5,5%
Custos / ROL	*74,3%*	*74,4%*	*-0,1 p.p.*	*75,9%*	*75,8%*	*0,1 p.p.*
Lucro Bruto	**1.364**	**1.218**	12,0%	**3.785**	**3.604**	5,0%
Margem Bruta	*25,7%*	*25,6%*	*0,1 p.p.*	*24,1%*	*24,2%*	*-0,1 p.p.*
Despesas Operacionais	**(985)**	**(1.081)**	**-8,9%**	**(3.202)**	**(3.420)**	**-6,4%**
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(1.302)	(1.265)	2,9%	(3.824)	(3.821)	0,1%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	317	184	72,3%	622	401	55,1%
DVGA / ROL	*24,5%*	*26,6%*	*-2,1 p.p.*	*24,3%*	*25,6%*	*-1,3 p.p.*
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	**379**	**137**	**176,6%**	**583**	**184**	**216,8%**
Margem Operacional	*7,1%*	*2,9%*	*4,2 p.p.*	*3,7%*	*1,2%*	*2,5 p.p.*
Resultado Financeiro	**175**	**(59)**	**-396,6%**	**243**	**(187)**	**-229,9%**
Despesas financeiras	(124)	(92)	34,8%	(376)	(371)	1,3%
Receitas financeiras	299	33	806,1%	619	184	236,4%
IR/CS Correntes	(157)	(38)	na	(249)	(81)	na
IR/CS Diferidos	2.503	2	na	2.487	4	na
Lucro Líquido	**2.900**	**42**	**6804,8%**	**3.064**	**(80)**	**-3930,0%**
Margem Líquida	*54,6%*	*0,9%*	*53,7 p.p.*	*19,5%*	*-0,5%*	*20,0 p.p.*
EBITDA Ajustado	**270**	**94**	**187,2%**	**607**	**150**	**304,7%**
Margem EBITDA Ajustada (%)	*5,1%*	*2,0%*	*3,1 p.p.*	*3,9%*	*1,0%*	*2,9 p.p.*

Receita e Mix de Vendas

A venda bruta de produtos do Grupo Big em 9M20 totalizou R$17,6 bilhões, um crescimento de 7,1% na comparação anual.

No 3T20, a venda bruta de produtos correspondeu a R$6,0 bilhões, ante R$5,2 bilhões no mesmo período do ano anterior, um aumento de 14,1%, explicada pelo plano estratégico de otimização da base de lojas com foco em rentabilidade.

As vendas de produtos líquidas dos 9M20 corresponderam a R$15,4 bilhões, um crescimento de 6,1% em relação ao mesmo período de 2019. No 3T20, a as vendas de produtos líquidas foram de R$5,2 bilhões, contra R$4,6 bilhões no 3T19, um aumento de 13,1% no período.

Lucro Bruto e Margem Bruta

Nos 9M20, o lucro bruto correspondeu a R$3,8 bilhões, 5% acima dos 9M19 e com margem bruta de 24,1%. Ajustado pelo efeito mix entre Atacado e Varejo, a margem bruta apresenta um crescimento de 0,6pp comparado com 9M19, resultado (i) dos ganhos de eficiência comerciais em ambos os formatos e (ii) da revitalização dos nossos hipermercados.

No 3T20, o lucro bruto atingiu R$1,4 bilhão, 12% acima do mesmo período do ano anterior e com margem bruta de 25,7%. Ajustado pelo efeito mix entre Atacado e Varejo, a margem bruta apresenta crescimento de 0,8pp comparado com 3T19.

Despesas Operacionais

Nos 9M20, as Despesas Operacionais totalizaram R$3,2 bilhões, sendo que as despesas com vendas, gerais e administrativas (DVGA) da Companhia representaram, de maneira consolidada, 24,3% da receita operacional líquida – uma diluição de 1,3p.p. sobre as vendas de produtos líquidas em comparação aos 9M19. No 3T20, a diluição foi de 2,1 p.p., passando as DVGA de 26,7% da receita operacional líquida no 3T19 para 24,5%.

Em relação às despesas corporativas, que se referem a despesas com a sede da Companhia, centros de distribuição, reestruturação societária e programas de marketing, entre outros fatores, no 3T20 permaneceu em linha com 3T19 normalizado[1]. Observamos um aumento no período de 9M20 e no 3T20 de 63,8% e 75,5% respectivamente, em outras receitas (despesas) especialmente devido a itens não-recorrentes substancialmente composto por créditos extemporâneos.

	Corporativo					
R$ milhões	3T20	3T19	3T20 x 3T19	9M20	9M19	9M20 x 9M19
Despesas Operacionais	**(126)**	**(169)**	**-25,4%**	**(560)**	**(655)**	**-14,5%**
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(445)	(351)[1]	26,8%	(1.202)	(1.047)[1]	14,8%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	319	182	75,3%	642	392	63,8%

[1] Inclui efeito líquido (ganho) no desreconhecimento de arrendamento de R$106 milhões. A DVGA normalizada no 3T19 é de R$457 milhões e 9M19 é de R$1.153 milhões.

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado da Companhia em 9M20 totalizou R$607 milhões, com margem EBITDA Ajustada sobre venda de produtos líquida de 3,9%. Este valor foi 304,7% acima do montante observado nos 9M19, com ganho de margem de 2,9 p.p..

No terceiro trimestre de 2020, o EBITDA Ajustado apresentou-se positivo em R$270 milhões, aumento de 187,2% comparado com 3T19, especialmente fruto da captura dos resultados da melhoria operacional e aumento de vendas. A margem EBITDA Ajustada teve ganho de 3,1 p.p., de 2,0% a 5,1%.

Reconciliação EBITDA e EBITDA Ajustado *(R$ milhões)*	3T20	3T19	3T20 x 3T19	9M20	9M19	6M20 x 6M19
Lucro Líquido	**2.900**	**42**	**6804,8%**	**3.064**	**(80)**	**-3930,0%**
(+) IR, CSLL	(2.346)	36	na	(2.238)	77	na
(+) Resultado Financeiro Líquido	(175)	59	na	(243)	187	-229,9%
(+) Depreciação e Amortização	161	183	-12,0%	477	443	7,7%
(=) EBITDA	**540**	**320**	**68,8%**	**1.060**	**627**	**69,1%**
	10,2%	6,7%	3,5 p.p.	6,7%	4,2%	2,5 p.p.
(+/-) Efeitos não-recorrentes	**(270)**	**(226)**	**19,5%**	**(453)**	**(477)**	**-5,0%**
Créditos tributários	(302)	(139)	117,3%	(583)	(330)	76,7%
Outros ajustes não recorrentes[2]	32	(87)	-136,8%	130	(147)	-188,4%
(=) EBITDA Ajustado[1]	**270**	**94**	**187,2%**	**607**	**150**	**304,7%**
Margem EBITDA Ajustado	*5,1%*	*2,0%*	3,1 p.p.	*3,9%*	*1,0%*	2,9 p.p.

1 O EBITDA Ajustado representa uma medição não contábil elaborada pela Companhia, que corresponde ao EBITDA acrescido (ou decrescido) de itens não-recorrentes ou não-operacionais.
2 Inclui substanciolmente reversao de impairment e custos de fechamento de lojas, entre outros.

Resultado Financeiro

No 9M20, o resultado financeiro líquido totalizou R$243 milhões positivos comparado a menos R$187 milhões em 9M19. No 3T20, este valor correspondeu a R$175 milhões, em comparação a R$59 milhões negativos no 3T19.

Resultado Financeiro *(R$ milhões)*	3T30	3T19	3T30 x 3T19	9M20	9M19	9M20 x 9M19
Resultado Financeiro	**175**	**(59)**	**-396,6%**	**243**	**(187)**	**-229,9%**
Despesas financeiras	**(124)**	**(92)**	**34,8%**	**(376)**	**(371)**	**1,3%**
Encargos financeiros	(15)	(19)	-21,1%	(43)	(45)	-4,4%
Juros passivos	(42)	(43)	-2,3%	(107)	(168)	-36,3%
Juros sobre passivo de arrendamento	(61)	(27)	125,9%	(183)	(150)	22,0%
Variação cambial passiva	(6)	(3)	na	(43)	(8)	na
Receitas financeiras	**299**	**33**	**806,1%**	**619**	**184**	**236,4%**
Receitas financeiras	29	24	20,8%	68	63	7,9%
Outras receitas	-	-	na	-	42	na
Juros ativos	268	9	2877,8%	549	75	632,0%
Variação cambial ativa	2	-	na	2	4	na

Lucro Líquido

A Companhia registrou lucro líquido de R$3,1 bilhões no período de 9M20, revertendo o prejuízo líquido de R$80 milhões do período de 9M19. No terceiro trimestre do ano, o lucro líquido atingiu R$2,9 bilhões.

A margem líquida passou de 0,5% negativo a 19,5% positiva no período de 9 meses, além de 0,9% a 54,6% no trimestre, devido ao reconhecimento não recorrente de IR e CS diferido sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias de R$2,5 bilhões. O lucro líquido ajustado por esse evento não recorrente seria de R$577 milhões, com uma margem líquida de 3,7%.

5. INVESTIMENTOS, ENDIVIDAMENTO E GESTÃO DE CAIXA

Investimentos

A companhia continua com foco em melhorar sua performance através de reformas de loja e conversão de hipermercados em operações de atacado. Este foco no 3º trimestre e nos 9 meses de 2020 recebeu 53% do investimento da companhia. Adicionalmente, a Companhia continua com o projeto de transferência dos sistemas de lojas e CD's do antigo controlador para um sistema local. Além de todo o back office, a conversão de CD's já atingiu 13% do total de mercadoria movimentada.

Em 9M20, os investimentos da Companhia totalizaram R$420,0 milhões, incluindo conversão e reabertura de lojas, reformas e manutenção, além de investimentos em TI (principalmente transição de sistemas) e outros.

No 3T20, os investimentos corresponderam a R$77,0 milhões, uma redução comparado com 3T19 causada pelo atraso de obras e reformas devido ao COVID.

Investimentos *(R$ milhões)*	3T20	3T19	3T20 x 3T19	9M20	9M19	9M20 x 9M19
Conversão e Aberturas de Lojas	30,5	40,0	-23,8%	157,4	43,4	262,7%
Reformas e Manutenção	20,5	86,0	-76,2%	125,9	146,6	-14,1%
TI	14,7	32,7	-55,0%	84,1	63,8	31,8%
Outros	11,3	18,3	-38,3%	52,6	38,2	37,7%
Total Investimentos	**77,0**	**177,0**	**-56,5%**	**420,0**	**292,0**	**43,8%**

Dívida Líquida

Em 30 de setembro de 2020, o Grupo apresentava caixa líquido de R$537 milhões desconsiderando o impacto do IFRS 16. Neste sentido, enfatizamos que não há crédito tomado com instituições financerias na Companhia.

Em Setembro de 2019, a Companhia iniciou uma operação com o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC F500 plus), com o objetivo de desenvolver uma nova estrutura de antecipação de faturas a fornecedores. Desta forma, a Companhia disponibiliza a seus fornecedores a possibilidade de antecipação de recebíveis, o que possibilita aos fornecedores trabalharem de acordo com sua necessidade de fluxo de caixa. A utilização dessa linha é opcional e tem como objetivo fortalecer a relação comercial entre as partes.

Caixa Líquido (Dívida líquida) - *(R$ milhões)*	3T20	3T19	3T20 x 3T19
Empréstimos e Financiamentos	-	-	na
Caixa e Equivalentes de Caixa	537	539	-0,4%
Caixa Líquido (Dívida Líquida) - Excluindo efeitos do IFRS16	**537**	**539**	**-0,4%**

Capital de Giro Operacional

Desde meados de 2019, a administração trabalhou fortemente em sua gestão de caixa, com foco em reduzir sua necessidade de capital de giro operacional - especialmente no que tange à manutenção de níveis adequados de estoque, aliado à gestão de prazos de pagamento a fornecedores, levando a uma melhoria de 34 dias para 16 dias de capital de giro. A evolução pode ser observada abaixo.

Capital de Giro Consolidado (R$ Milhões)	3T20	Dias	3T19	Dias
(+) Estoques (*)	2.697	61	2.662	65
(+) Contas a receber (**)	1.664	29	1.468	28
(-) Fornecedores (***)	(3.245)	(74)	(2.422)	(59)
Capital de giro	**1.116**	**16**	**1.708**	**34**

(*) Estoque líquido de provisões.
(**) Contas a receber líquido de descontos de duplicatas.
(***) Fornecedores relacionados ao negócio, líquidos de fornecedores em atrasos e Factoring.

6. Evolução de Lojas

	3T19		Eventos no Período			3T20	
	Lojas	Área de Vendas 000 m²	Lojas Convertidas	Lojas Reformadas	Lojas Fechadas	Lojas	Área de Vendas 000 m²
Hyper	121	791	-7	81	-2	112	727
Super	100	173	0	4	0	100	173
Sam's Club	28	174	4	0	0	32	200
Maxxi	43	167	3	21	0	46	184
TodoDia	110	85	0	0	-13	97	77
Farmácias	123	7	0	0	-123	0	0
Postos	13	n.a.	0	0	0	13	n.a.
Varejo	331	1.049	-7	85	-15	309	977
Atacado	71	341	7	21	0	78	384

7. Balanço

Ativos fiscais

Pis e Cofins

O Grupo obteve êxito nos processos fiscais relacionados a exclusão do ICMS na base de cálculo do Pis e da Cofins. No período de 9M20 o Grupo monetizou R$315 milhões destes créditos.

IR/CS diferido

Com o melhor desempenho operacional do Grupo, no 3T20 foi reconhecido ativo fiscal diferido no montante de R$2.423, R$908 com relação a diferenças temporárias e R$1.515 de prejuízos fiscais. A Companhia considerou provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para a utilização deste ativo.

	Consolidado			Consolidado	
Ativo	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**Passivo**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Circulante	**5.216**	**5.131**	**Circulante**	**4.727**	**4.246**
Caixa e equivalentes de caixa	537	435	Fornecedores	3.064	3.281
Contas a receber	1.350	1.638	Obrigações com passivo de arrendamento	151	140
Estoques	2.697	2.772	Tributos a recolher	253	140
Impostos a recuperar	489	171	Salários e encargos sociais	477	259
Outras contas a receber	138	115	Outras contas a pagar	527	426
Instrumentos financeiros derivativos ativo	5	-	Fundo de investimento em direitos creditórios	255	-
Realizável a longo prazo	**5.838**	**2.779**	**Passivo Não circulante**	**5.269**	**5.670**
Impostos a recuperar	2.648	1.958	Obrigações com passivo de arrendamento	2.948	2.955
Depósitos judiciais	694	746	Provisão para demandas judiciais	2.014	2.077
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.423	-	Fundo de investimento em direitos creditórios	220	234
Outras contas a receber	73	75	Outras contas a pagar	87	404
	6.769	**6.769**	**Patrimônio líquido Atribuído aos Acionistas**	**7.827**	**4.763**
Imobilizado	3.890	3.882	Capital social	182	182
Ativos de direito de uso	2.391	2.445	Reserva de capital	4.598	4.598
Intangível	488	442	Lucros (prejuízos) acumulados	3.047	(17)
Total do ativo não circulante	**12.607**	**9.548**			
Total do ativo	**17.823**	**14.679**	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	**17.823**	**14.679**

8. DRE – 3T20 x 3T19

	Atacado			Varejo			Corporativo			Consolidado		
R$ milhões	3T20	3T19	3T20 x 3T19	3T20	3T19	3T20 x 3T19	3T20	3T19	3T20 x 3T19	3T20	3T19	3T20 x 3T19
Venda Bruta de Produtos										**5.989**	**5.247**	**14,1%**
Vendas em Mesmas Lojas (SSS)										*15,1%*	*na*	*na*
Impostos e Devoluções										(774)	(634)	22,1%
Vendas de Produtos Líquidas	**2.625**	**2.025**	**29,6%**	**2.590**	**2.588**	**0,1%**				**5.215**	**4.613**	**13,1%**
Outras Receitas Líquidas	30	41	-26,8%	68	100	-32,0%				98	141	-30,5%
Receita Operacional Líquida	**2.655**	**2.066**	**28,5%**	**2.658**	**2.688**	**-1,1%**				**5.313**	**4.754**	**11,8%**
Custos	(2.134)	(1.660)	28,6%	(1.815)	(1.876)	-3,3%				(3.949)	(3.536)	11,7%
Custos / ROL	*80,4%*	*80,3%*	*0,1p.p.*	*68,3%*	*69,8%*	*-1,5p.p.*				*74,3%*	*74,4%*	*-0,1p.p.*
Lucro Bruto	**521**	**406**	**28,3%**	**843**	**812**	**3,8%**				**1.364**	**1.218**	12,0%
Margem Bruta	*19,6%*	*19,7%*	*-0,1p.p.*	*31,7%*	*30,2%*	*1,5p.p.*				*25,7%*	*25,6%*	*0,1p.p.*
Despesas Operacionais	**(245)**	**(217)**	**12,9%**	**(614)**	**(695)**	**-11,7%**	**(126)**	**(169)**	**-25,4%**	**(985)**	**(1.081)**	**-8,9%**
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(246)	(218)	12,8%	(611)	(696)	-12,2%	(445)	(351)	26,8%	(1.302)	(1.265)	2,9%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	1	1	na	(3)	1	na	319	182	75,3%	317	184	72,3%
DVGA / ROL	*9,3%*	*10,6%*	*-1,3p.p.*	*23,0%*	*25,9%*	*-2,9p.p.*				*24,5%*	*26,6%*	*-2,1p.p.*
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	**276**	**189**	**46,0%**	**229**	**117**	**95,7%**	**(126)**	**(169)**	**-25,4%**	**379**	**137**	**176,6%**
Margem Operacional	*10,4%*	*9,1%*	*1,3p.p.*	*8,6%*	*4,4%*	*4,2p.p.*				*7,1%*	*2,9%*	*4,2p.p.*
Resultado Financeiro										**175**	**(59)**	**-396,6%**
Despesas financeiras										(124)	(92)	34,8%
Receitas financeiras										299	33	806,1%
IR/CS Correntes										(157)	(38)	na
IR/CS Diferidos										2.503	2	na
Lucro Líquido										**2.900**	**42**	6804,8%
Margem Líquida										*54,6%*	*0,9%*	*53,7p.p.*
EBITDA	**294**	**201**	**46,3%**	**287**	**163**	**76,1%**	**(41)**	**(44)**	**-6,8%**	**540**	**320**	**68,8%**
Margem EBITDA	*11,1%*	*9,7%*	*1,4p.p.*	*10,8%*	*6,1%*	*4,7p.p.*				*10,2%*	*6,7%*	*3,5p.p.*
EBITDA Ajustado	**313**	**212**	**47,6%**	**296**	**194**	**52,6%**	**(339)**	**(312)**	**8,7%**	**270**	**94**	**187,2%**
Margem EBITDA Ajustada	*11,8%*	*10,3%*	*1,5p.p.*	*11,1%*	*7,2%*	*3,9p.p.*				*5,1%*	*2,0%*	*3,1p.p.*

9. DRE – 9M20 x 9M19

	Atacado			Varejo			Corporativo			Consolidado		
R$ milhões	9M20	9M19	9M20 x 9M19	9M20	9M19	9M20 x 9M19	9M20	9M19	9M20 x 9M19	9M20	9M19	9M20 x 9M19
Venda Bruta de Produtos										**17.638**	**16.473**	**7,1%**
Vendas em Mesmas Lojas (SSS)										*10,7%*	*na*	*na*
Impostos e Devoluções										(2.230)	(1.956)	14,0%
Vendas de Produtos Líquidas	**7.302**	**6.035**	**21,0%**	**8.106**	**8.482**	**-4,4%**				**15.408**	**14.517**	**6,1%**
Outras Receitas Líquidas	87	100	-13,0%	213	292	-27,1%				300	392	-23,5%
Receita Operacional Líquida	**7.389**	**6.135**	**20,4%**	**8.319**	**8.774**	**-5,2%**				**15.708**	**14.909**	**5,4%**
Custos	(6.058)	(5.087)	19,1%	(5.865)	(6.218)	-5,7%				(11.923)	(11.305)	5,5%
Custos / ROL	*82,0%*	*82,9%*	*-0,9p.p.*	*70,5%*	*70,9%*	*-0,4p.p.*				*75,9%*	*75,8%*	*0,1p.p.*
Lucro Bruto	**1.331**	**1.048**	**27,0%**	**2.454**	**2.556**	**-4,0%**				**3.785**	**3.604**	5,0%
Margem Bruta	*18,0%*	*17,1%*	*0,9p.p.*	*29,5%*	*29,1%*	*0,4p.p.*				*24,1%*	*24,2%*	*-0,1p.p.*
Despesas Operacionais	**(707)**	**(609)**	**16,1%**	**(1.935)**	**(2.156)**	**-10,3%**	**(560)**	**(655)**	**-14,5%**	**(3.202)**	**(3.420)**	**-6,4%**
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(710)	(612)	16,0%	(1.912)	(2.162)	-11,6%	(1.202)	(1.047)	14,8%	(3.824)	(3.821)	0,1%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	3	3	na	(23)	6	na	642	392	63,8%	622	401	55,1%
DVGA / ROL	*9,6%*	*10,0%*	*-0,4p.p.*	*23,0%*	*24,6%*	*-1,6p.p.*				*24,3%*	*25,6%*	*-1,3p.p.*
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	**624**	**439**	**42,1%**	**519**	**400**	**29,8%**	**(560)**	**(655)**	**-14,5%**	**583**	**184**	**216,8%**
Margem Operacional	*8,4%*	*7,2%*	*1,2p.p.*	*6,2%*	*4,6%*	*1,6p.p.*				*3,7%*	*1,2%*	*2,5p.p.*
Resultado Financeiro										**243**	**(187)**	**-229,9%**
Despesas financeiras										(376)	(371)	1,3%
Receitas financeiras										619	184	236,4%
IR/CS Correntes										(249)	(81)	na
IR/CS Diferidos										2.487	4	na
Lucro Líquido										**3.064**	**(80)**	-3930,0%
Margem Líquida										*19,5%*	*-0,5%*	*20,0p.p.*
EBITDA	**676**	**475**	**42,3%**	**662**	**538**	**23,0%**	**(279)**	**(385)**	**-27,5%**	**1.060**	**628**	**68,8%**
Margem EBITDA	*9,1%*	*7,7%*	*1,4p.p.*	*8,0%*	*6,1%*	*1,9p.p.*				*6,7%*	*4,2%*	*2,5p.p.*
EBITDA Ajustado	**720**	**486**	**48,1%**	**736**	**595**	**23,7%**	**(849)**	**(931)**	**-8,8%**	**607**	**150**	**304,7%**
Margem EBITDA Ajustada	*9,7%*	*7,9%*	*1,8p.p.*	*8,8%*	*6,8%*	*2,0p.p.*				*3,9%*	*1,0%*	*2,9p.p.*

10. Fluxo de Caixa

	Consolidado	
	3T20	3T19
Lucro (Prejuízo) do período	**3.064**	**(80)**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	477	443
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.487)	-
Créditos tributários	(1.094)	(390)
Outros ajustes não-caixa	405	230
Lucro (Prejuízo) ajustado	**365**	**203**
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber	280	372
Estoques	90	(24)
Impostos e contribuições a recuperar	150	(250)
Fornecedores	(217)	(972)
Outros ativos e passivos	125	69
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**793**	**(602)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Venda de ativo imobilizado	23	41
Adição de ativo imobilizado e intangível	(420)	(292)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**(397)**	**(251)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	798
Pagamento de arrendamento - Principal	(58)	(81)
Pagamento de arrendamento - Juros	(184)	(102)
Fundo de investimento em direitos creditórios	(52)	303
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**(294)**	**918**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**102**	**65**
	- -	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	435	474
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	537	539
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**102**	**65**

11. Anexo

As lojas das operações de atacado e varejo encontram-se distribuídas por 17 estados brasileiros, além do distrito federal, conforme abaixo.

Localização de lojas das operações de atacado e varejo em território nacional

12. Glossário

Corporativo: o segmento corporativo inclui despesas com a sede administrativa do Grupo, além de marketing e despesas societárias, entre outras despesas.

Despesas com vendas, gerais e administrativas (DVGA): as despesas com vendas referem-se àquelas que suportam nossas operações, incluindo atividades de logística, pesquisas e serviços relacionados a marketing, publicidade e propaganda, entre outros. Adicionalmente, em termos de despesas gerais e administrativas, incorremos em centro de serviços compartilhados em relação às nossas funções centrais e sede. Estes custos compõem (i) o custo das nossa holding; (ii) determinadas despesas incorridas em relação a determinadas funções de apoio de nossa controladora que são atribuídas aos vários segmentos proporcionalmente às suas vendas; e (iii) as alocações de custos e de gestão.

EBITDA: Consiste no "Lucro líquido do exercício" (ou período) ajustado pelo "Resultado financeiro líquido", pelo "Imposto de renda e contribuição social" e pelas despesas com "Depreciação e amortização". O EBITDA, EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS e não devem ser considerados como alternativas ao lucro líquido ou como medidas de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez.

EBITDA Ajustado: O EBITDA foi ajustado para a alínea da demonstração do resultado "outras receitas e despesas", incluindo valores não-recorrentes referentes a alienação de ativos, *impairment* e repactuação de contratos de aluguel, entre outras receitas e despesas.

LTM: *Last twelve months* ("últimos doze meses").

Margem bruta: Calculamos a margem de lucro bruto como lucro bruto dividido pelas vendas de produtos líquidas do período, expressa em percentual.

Margem EBITDA: Calculamos a Margem EBITDA como o EBITDA Ajustado dividido pelas vendas de produtos líquidas do período, expressa em percentual.

Margem EBITDA ajustada: Calculamos a Margem EBITDA Ajustada como o EBITDA Ajustado dividido pelas vendas de produtos líquidas do período, expressa em percentual.

Margem líquida: Calculamos a margem de lucro líquido como o lucro líquido do período divido pelas vendas de produtos líquidas do período, expressa em percentual.

Vendas em Mesmas Lojas (*Same Store Sales*, ou SSS): As referências a vendas mesmas lojas (SSS) comparam as vendas brutas no período relevante com as do período comparável, com base em vendas brutas realizadas por lojas comparáveis, que são definidas como lojas que estão abertas e operantes já há pelo menos doze meses e que não foram objeto de encerramento ou renovação dentro deste período.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas do
Grupo Big Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas do Grupo Big Brasil S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findo nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 16 de outubro de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vagner Ricardo Alves
Contador
CRC nº 1 SP 215739/O-9

2020SP001058_Relatorio do Auditor - setembro.20.docx

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

GRUPO BIG BRASIL S.A.

Balanços patrimoniais
Em 30 de setembro
(Em milhões de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	25	26	537	435
Contas a receber	5	-	-	1.350	1.638
Estoques	6	-	-	2.697	2.772
Impostos a recuperar	7	1	-	489	171
Despesas antecipadas		-	-	50	41
Outras contas a receber		-	-	88	74
Instrumentos financeiros derivativos	22.5			5	-
Total do ativo circulante		**26**	**26**	**5.216**	**5.131**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	5	-	-	16	12
Impostos a recuperar	7	-	-	2.648	1.958
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	2.423	-
Despesas antecipadas		-	-	12	11
Depósitos judiciais	14	-	-	694	746
Outras contas a receber		-	7	45	52
Total realizável a longo prazo		**-**	**7**	**5.838**	**2.779**
Investimentos	10	8.031	4.951	-	-
Imobilizado	11	-	-	3.890	3.882
Ativos de direito de uso	11	-	-	2.391	2.445
Intangível	12	-	-	488	442
		8.031	**4.951**	**6.769**	**6.769**
Total do ativo não circulante		**8.031**	**4.958**	**12.607**	**9.548**
Total do ativo		**8.057**	**4.984**	**17.823**	**14.679**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

GRUPO BIG BRASIL S.A.

Balanços patrimoniais
Em 30 de setembro
(Em milhões de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Circulante					
Fornecedores	13	-	-	3.064	3.281
Obrigações com passivos de arrendamento	15	-	-	151	140
Partes Relacionadas	9	10	6	133	-
Tributos a recolher		-	-	253	140
Salários e encargos sociais		-	-	477	259
Receita diferida		-	-	165	145
Outras contas a pagar		-	1	229	281
Fundo de investimento em direitos creditórios	16	-	-	255	-
Total do passivo circulante		**10**	**7**	**4.727**	**4.246**
Não circulante					
Obrigações com passivos de arrendamento	15	-	-	2.948	2.955
Fundo de investimento em direitos creditórios	16	-	-	-	307
Partes relacionadas	9	220	214	220	234
Provisão para demandas judiciais	14	-	-	2.014	2.077
Receita diferida		-	-	87	97
Total do passivo não circulante		**220**	**214**	**5.269**	**5.670**
Patrimônio líquido					
Capital social	17	182	182	182	182
Reservas de capital	17	4.598	4.598	4.598	4.598
Lucros (prejuízos) acumulados		3.047	(17)	3.047	(17)
Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas		**7.827**	**4.763**	**7.827**	**4.763**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**8.057**	**4.984**	**17.823**	**14.679**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

GRUPO BIG BRASIL S.A.

Demonstrações dos resultados
Trimestres e Períodos findos em 30 de setembro
(Em milhões de reais - R$, exceto o lucro (prejuízo) líquido do período por ação)

		Controladora				Consolidado			
		Trimestre		Período		Trimestre		Período	
	Nota	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
Receita operacional líquida	18	-	-	-	-	5.313	4.754	15.708	14.909
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	20	-	-	-	-	(3.949)	(3.536)	(11.923)	(11.305)
Lucro bruto		-	-	-	-	**1.364**	**1.218**	**3.785**	**3.604**
Receitas (despesas)									
Despesas com vendas, gerais e administrativas	20	-	-	-	-	(1.302)	(1.265)	(3.824)	(3.821)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	20	(1)	(1)	(4)	(4)	317	184	622	401
Resultado de equivalência patrimonial	10	2.911	45	3.080	(72)	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		**2.910**	**44**	**3.076**	**(76)**	**379**	**137**	**583**	**184**
Resultado financeiro									
Despesas financeiras	21	(2)	(4)	(6)	(9)	(124)	(92)	(376)	(371)
Receitas financeiras	21	-	-	-	1	299	33	619	184
Resultado financeiro líquido		**(2)**	**(4)**	**(6)**	**(8)**	**175**	**(59)**	**243**	**(187)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**2.908**	**40**	**3.070**	**(84)**	**554**	**78**	**826**	**(3)**
Imposto de renda e contribuição social									
Correntes	8	-	-	-	-	(157)	(38)	(249)	(81)
Diferidos	8	(8)	2	(6)	4	2.503	2	2.487	4
Lucro (prejuízo) do período		**2.900**	**42**	**3.064**	**(80)**	**2.900**	**42**	**3.064**	**(80)**
Atribuível aos:									
Acionistas						2.900	42	3.064	(80)
Resultado por ação (reais por ação)									
Básico	25					5,35	0,08	5.65	(0,16)
Diluído	25					5,24	0,08	5,53	(0,16)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

GRUPO BIG BRASIL S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Trimestres e Períodos findos em 30 de setembro
(Em milhões de reais - R$)

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre		Período		Trimestre		Período	
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
Lucro (prejuízo) do período	**2.900**	**42**	**3.064**	**(80)**	**2.900**	**42**	**3.064**	**(80)**
Resultado abrangente do período	**2.900**	**42**	**3.064**	**(80)**	**2.900**	**42**	**3.064**	**(80)**
Atribuível aos:								
Acionistas					2.900	42	3.064	(80)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

GRUPO BIG BRASIL S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 30 de setembro
(Em milhões de reais - R$)

		Capital Social		Reserva de capital				
	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de capital	Reserva de capital a integralizar	Ágio/deságio na subscrição	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		**148**	**(115)**	**4.707**	**(1.035)**		**(28)**	**3.677**
Reflexo da adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16		-	-	-	-	-	7	7
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	(80)	(80)
Ajuste do cálculo final de preço de aquisição	9	-	-	-	-	55	-	55
Aumento de capital - via integralização de ativo imobilizado	17	57	-	-	-	-	-	57
Integralização de capital	17	-	75	-	675	48	-	798
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019		**205**	**(40)**	**4.707**	**(360)**	**103**	**(101)**	**4.514**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		**222**	**(40)**	**4.707**	**(360)**	**251**	**(17)**	**4.763**
Lucro do período		-	-	-	-	-	3.064	3.064
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020		**222**	**(40)**	**4.707**	**(360)**	**251**	**3.047**	**7.827**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

GRUPO BIG BRASIL S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos findos em 30 de setembro
(Em milhões de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) do período		3.064	(80)	3.064	(80)
Ajustes para:					
Depreciações e amortizações	11 e 12	-	-	309	287
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	-	(2.487)	-
Créditos tributários	7	-	-	(1.094)	(390)
Provisão para expectativa de perda de crédito	5	-	-	4	4
Provisão para perdas de estoques	6	-	-	(15)	66
Provisão para demandas judiciais	14	-	-	152	17
Atualização monetária sobre demandas judiciais	14	-	-	76	131
Reversão de "impairment"	11	-	-	(43)	(21)
Juros sobre passivos de arrendamento	15	-	-	183	150
Desreconhecimento de arrendamento	11 e 15	-	-	(15)	(117)
Depreciação de ativos de direito de uso	11	-	-	168	156
Baixa de ativo imobilizado e intangível	11 e 12	-	-	63	-
Resultado de equivalência patrimonial	10	(3.080)	72	-	-
		(16)	**(8)**	**365**	**203**
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber		-	-	280	372
Estoques		-	-	90	(24)
Impostos e contribuições a recuperar		(1)	-	150	(250)
Depósitos judiciais		-	-	52	9
Outros ativos		7	(3)	(17)	8
Fornecedores		-	-	(217)	(972)
Impostos a recolher		-	-	113	68
Outros passivos		3	3	287	79
Partes relacionadas		6	9	(14)	130
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	-	(18)
Pagamento de demandas judiciais	14	-	-	(291)	(207)
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	(5)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**(1)**	**1**	**793**	**(602)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Venda de ativo imobilizado		-	-	23	41
Adição de ativo imobilizado e intangível	11, 12 e 26	-	-	(420)	(292)
Aporte de capital em controladas		-	(789)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**-**	**(789)**	**(397)**	**(251)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital		-	75	-	798
Aumento de reserva de capital		-	723	-	
Pagamento de passivo de arrendamento - Principal	15	-	-	(58)	(81)
Pagamento de passivo de arrendamento - Juros	15	-	-	(184)	(102)
Fundo de investimento em direitos creditórios	16	-	-	(52)	303
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**-**	**798**	**(294)**	**918**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**(1)**	**10**	**102**	**65**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		26	16	435	474
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	25	26	537	539
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**(1)**	**10**	**102**	**65**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

GRUPO BIG BRASIL S.A.

Demonstrações do Valor Adicionado
Períodos findos em 30 de setembro
(Em milhões de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
Receitas	-	-	18.401	17.094
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	-	-	17.613	16.511
Outras Receitas	-	-	792	578
Provisão para expectativa de perda de crédito	-	-	(4)	5
Insumos adquiridos de terceiros	(4)	(3)	(14.989)	(13.984)
Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-	-	(13.409)	(12.663)
Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	(4)	(3)	(1.630)	(1.490)
Recuperação de valores ativos	-	-	50	169
Valor adicionado bruto	(4)	(3)	3.412	3.110
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-	(477)	(443)
Valor Adicionado Líquido Produzido	(4)	(3)	2.935	2.667
Valor Adicionado Recebido em Transferência	3.080	(71)	619	142
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.080	(72)	-	-
Receitas Financeiras	-	1	619	142
Valor Adicionado Total a Distribuir	3.076	(74)	3.554	2.809
Distribuição do Valor Adicionado	3.076	(74)	3.554	2.809
Pessoal	-	1	1.487	1.629
Remuneração Direta	-	1	1.006	1.021
Benefícios	-	-	307	342
FGTS	-	-	91	107
Demandas judiciais trabalhistas	-	-	83	159
Impostos, Taxas e Contribuições	6	(4)	(1.436)	802
Federais	6	(4)	(1.837)	471
Estaduais	-	-	320	255
Municipais	-	-	81	76
Remuneração de Capitais de Terceiros	6	9	439	458
Juros	6	9	346	344
Aluguéis	-	-	62	82
Outros - Royalties	-	-	31	32
Remuneração de Capitais Próprios	3.064	(80)	3.064	(80)
Lucro (prejuízo) Retidos	3.064	(80)	3.064	(80)
	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

GRUPO BIG BRASIL S.A.
Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2020

Índice

1.	CONTEXTO OPERACIONAL	10
2.	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	10
3.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	12
4.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
5.	CONTAS A RECEBER	14
6.	ESTOQUES	15
7.	IMPOSTOS A RECUPERAR	15
8.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16
9.	PARTES RELACIONADAS	19
10.	INVESTIMENTOS	21
11.	IMOBILIZADO E ATIVOS DE DIREITO DE USO	22
12.	INTANGÍVEL	23
13.	FORNECEDORES	23
14.	DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS	24
15.	OBRIGAÇÕES COM PASSIVOS DE ARRENDAMENTO	27
16.	FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS (FIDC)	28
17.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29
18.	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	30
19.	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	30
20.	DESPESAS POR NATUREZA	31
21.	RESULTADO FINANCEIRO	32
22.	GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS	32
23.	COBERTURA DE SEGUROS	35
24.	PLANO DE OPÇÕES DE AÇÕES	35
25.	RESULTADO POR AÇÃO	36
26.	TRANSAÇÕES NÃO CAIXA	36
27.	EVENTOS SUBSEQUENTES	37

GRUPO BIG BRASIL S.A.
Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2020
(Em milhões de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo Big Brasil S.A., doravante denominado "Controladora" ou "Companhia", foi constituído em dia 15 de maio de 2018, na forma de sociedade anônima de capital fechado teve sua razão social alterada em 9 de setembro de 2019. Tem sede na Avenida Tucunaré, 125, cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Brasil e tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding").

As informações financeiras intermediárias consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Consolidado" ou "Grupo"). O Grupo está envolvido primariamente na comercialização, no varejo e no atacado, de produtos alimentícios, artigos de vestuário, eletroeletrônicos, combustíveis e farmácias em lojas especializadas denominadas "Sam's Club", "Maxxi", "Big", "Big Bompreço", "Walmart Supercenter", "Hiper Bompreço", "Super Bompreço", "Todo Dia", "Hiper Todo Dia", "Mercadorama" e "Nacional". As marcas "Hiper Bompreço" e "Walmart Supercenter" foram descontinuadas. A Transportadora Bompreço Ltda. ("Transportadora") tem como objeto social a exploração de atividades relacionadas ao transporte rodoviário.

O Grupo foi criado a partir da aquisição das operações brasileiras mantidas pela Walmart Inc pelo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Momentum"), que é o acionista controlador direto do Grupo e está sediado no Brasil.

1.1 Operações com FIDC

O Grupo iniciou em 8 de junho de 2019 a operação com o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC F500 plus), com o objetivo de desenvolver uma nova estrutura de antecipação de faturas à fornecedores do Grupo, visando oferecer alternativa de gestão de caixa a seus fornecedores sem alocação de caixa próprio do Grupo, conforme divulgado na nota 16.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas findas em 30 de setembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 14 de outubro de 2020.

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota 3.4.

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o período findo em 30 de setembro de 2020 foram elaboradas de acordo com a norma internacional IAS 34 -"*Interim Financial Reporting*" emitida pelo "*International Accounting Standards Board – IASB*", e com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas aprovadas e expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis a elaboração das Informações trimestrais - ITR, e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, emitida em 16 de outubro de 2020. Este relatório não inclui todas as informações necessárias para um conjunto completo de demonstrações financeiras. No entanto, são incluídas notas explicativas selecionadas para explicar eventos e transações que são significativas para a compreensão das alterações na posição financeira e no desempenho do Grupo desde as últimas demonstrações financeiras anuais.

2.2. Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3. Declaração de relevância

Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades do Grupo.

2.4. Efeitos da Covid -19

Apesar do nível de incerteza, o Grupo está monitorando de perto a evolução da Pandemia causada pela Covid-19. Para isso, Até agora, desde o início da disseminação do vírus e das consequentes medidas restritivas impostas pelos governos, tais como fechamento de comércio não-essencial e restrição de circulação de pessoas, o Grupo implementou algumas medidas, alinhadas com as medidas oficiais: a. Incentivo ao trabalho remoto e adoção de critérios de essencialidade; b. Adoção de novas medidas de segurança para trabalhadores operacionais, tais como uso de máscaras e procedimentos de distanciamento entre as pessoas nos processos; c. Aceleração da digitalização dos canais de venda; e d. Monitoramento de fornecedores para garantir abastecimento.

Além dessas medidas, há um Comitê de Crise com foco em finanças, que monitora a saúde financeira do Grupo, com foco em caixa e resultados. Dentre essas ações, encontramos:

- Redução de despesas discricionárias (consultorias, eventos, etc);
- Congelamento de contratações e de aumentos de salários;
- Redução de despesas de marketing; e
- Negociação com fornecedores para aumento de prazos de pagamentos

A Administração, com base nas melhores informações internas e de fontes externas disponíveis, não vislumbra impacto relevante na continuidade dos negócios, nas estimativas contábeis registradas para realização de ativos ou relacionadas à provisão de obrigações em suas informações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2020, uma vez que vem operando de forma regular e sua atividade é considerada como essencial para a sociedade.

O Grupo está acompanhando de perto os possíveis impactos decorrentes dessa pandemia em seus negócios e mercado de atuação, não sendo ainda possível estimar a duração das medidas de isolamento, o ritmo de recuperação da economia e o quanto este cenário pode gerar eventuais efeitos futuros em sua situação patrimonial e resultados. Entretanto, monitora continuamente seu nível de abastecimento e circulação de clientes em suas lojas, bem como, considerou incentivos governamentais disponíveis, entre outras medidas, para manutenção da liquidez.

Neste sentido, também foram implementadas uma série de medidas de precaução para que seus Colaboradores não se exponham a situações de risco, tais como: restrição de viagens profissionais, utilização de meios de comunicação e trabalho remoto para determinado grupo de colaboradores, entre outras. O Grupo poderá adotar medidas adicionais para reduzir a exposição dos seus colaboradores aos riscos de contaminação, garantindo a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade. Assim, as ações, decisões e os impactos mencionados em toda a demonstração financeira, estão em constante revisão, de acordo com a evolução do cenário global.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente, com aquelas adotadas e divulgadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, para o período findo em 30 de setembro de 2020 apresentado e para as informações financeiras intermediárias do Grupo:

3.1. Consolidação

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Controladora e das controladas nas quais detenha o controle de forma direta ou indireta. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

As informações financeiras intermediárias consolidadas também contemplam o FIDC pelo fato de ser uma entidade de propósito específico cujas atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais específicas do Grupo, conforme divulgado na nota 16.

	Participação nos investimentos - %			
	30/09/2020		31/12/2019	
	Participação direta	Participação indireta	Participação direta	Participação indireta
WMS Supermercados do Brasil Ltda.	99,99	0,01	99,99	0,01
WMB Supermercados do Brasil Ltda.	99,99	0,01	99,99	0,01
Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda.	99,99	0,01	97,76	0,01
Bompreço Bahia Supermercados Ltda.	57,24	42,76	57,24	42,76
Transportadora Bompreço Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99

3.2. Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

3.2.1. Moeda funcional e de apresentação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

A moeda funcional do Grupo e suas controladas é o Real (R$), mesma moeda de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhões de reais – R$. Todos os saldos foram arredondados para o milhão mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2.2. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o real – R$) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e as taxas vigentes nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Tem a finalidade de evidenciar a riqueza gerada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas informações financeiras intermediárias individuais e como informação suplementar às informações financeiras intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas do IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis seguindo as disposições contidas no CPC 09 – "Demonstração valor adicionado".

3.4. Uso de Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do Grupo exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos no encerramento do exercício. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Os principais julgamentos e estimativas estão descritos nas seguintes notas:

	Nota
Provisão do valor recuperável de ativos não financeiros	11 e 12
Provisão do valor recuperável de impostos	7
Provisão para ajuste a valor realizável líquido dos estoques	6
Provisão para demandas judiciais	14
Obrigações com passivos de arrendamento	15
Fundo de investimento em direitos creditórios	16
Plano de opções de ações	24
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1. Composição de caixa e equivalentes de caixa

			Controladora		Consolidado	
	Indexador	Taxa média	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Caixa e bancos			-	-	88	147
Equivalentes de caixa						
Aplicações financeiras (a)	CDI	82%	25	26	378	256
Aplicações financeiras FIDC	CDI	85-95%	-	-	71	32
Total			**25**	**26**	**537**	**435**

a) Referem-se substancialmente a operações de renda fixa junto a instituições financeiras, por meio de Certificados de Depósito Bancário – CDBs, atualizados pelo CDI, com liquidez imediata.

5. CONTAS A RECEBER

5.1. Composição

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Administradoras de cartão de crédito (a)	1.183	1.440
Tickets de vendas e outros	195	218
(-) Perdas de créditos esperadas	(12)	(8)
Total	**1.366**	**1.650**
Circulante	1.350	1.638
Não circulante	16	12
Total	**1.366**	**1.650**

As vendas com cartão de crédito são recebíveis à vista ou em curto prazo, com as administradoras de cartão de crédito.

Em 30 de setembro de 2020, o Grupo realizou desconto de recebíveis junto a operadoras de cartão de crédito para fins de fortalecimento de caixa e/ou cumprimento das suas obrigações contratuais no montante R$284 (R$54 em 2019), sem qualquer direito de regresso ou de obrigação relacionada.

5.2. Aging do Contas a receber

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
A vencer	1.340	1.622
Vencidas:		
Até 30 dias	27	7
de 31 a 60 dias	3	18
de 61 a 90 dias	2	5
acima de 90 dias	6	6
Total	**1.378**	**1.658**
Perdas de créditos esperadas	(12)	(8)
Total	**1.366**	**1.650**
Circulante	**1.350**	**1.638**
Não circulante	**16**	**12**
Total	**1.366**	**1.650**

5.3. Movimentação das perdas de créditos esperadas – PCE

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Saldo inicial	**(8)**	**(10)**
Complemento de provisão	(30)	(38)
Valores baixados da provisão	26	40
Saldo final	**(12)**	**(8)**

6. ESTOQUES

6.1. Composição dos estoques

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Mercadorias – lojas e CDs	2.806	2.900
Estoques em trânsito	159	145
Outros estoques	33	43
(-) Provisão para perdas de estoques	(301)	(316)
Total	**2.697**	**2.772**

6.2 Movimentação da provisão para perdas de estoques

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Saldo inicial	**(316)**	**(196)**
Constituição da provisão	(19)	(214)
Estoques baixados ou vendidos	34	94
Saldo final	**(301)**	**(316)**

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
ICMS (a)	2.543	2.357
PIS e COFINS (b) e (nota 7.2)	1.221	402
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte	45	51
Outros impostos	19	10
(-) Provisão para perdas de ICMS (nota 7.1)	(691)	(691)
Total	**3.137**	**2.129**
Circulante	489	171
Não circulante	2.648	1.958
Total	**3.137**	**2.129**

a) O saldo acumulado de ICMS é constituído pelo ICMS e ICMS ST das operações de entradas e saídas de mercadorias e pela diferença de alíquota, bem como créditos extemporâneos, relacionados substancialmente ao "Ressarcimento ICMS-ST" em São Paulo e "Virada de estoque", sendo sua realização de acordo com as movimentações mensais de suas operações bem como das projeções de crescimento estimados pelo Grupo.

b) O PIS e COFINS a recuperar referem-se a créditos gerados nas operações normais do Grupo, bem como créditos extemporâneos relacionado a ações judiciais relacionadas a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (nota 7.2).

7.1 Provisão para perda na realização dos créditos tributários

O Grupo monitora periodicamente o montante esperado de recuperação de créditos de ICMS. Para valores onde a expectativa de recuperação se dará em período que supera um horizonte de razoável certeza que as projeções se materializarão, o Grupo registra provisão para perdas dos referidos créditos.

O Grupo efetuou um estudo dos créditos de ICMS por Centro de Distribuição (CD) e Unidade Federativa para avaliar a recuperabilidade assim como contratou uma empresa de consultoria especializada para reavaliar a malha logística, a legislação aplicada e novos regimes de tributação que possibilitou apresentar um plano para otimização da utilização de tais créditos. Com base na avaliação da Administração, a expectativa é que os saldos registrados no ativo não circulante em 30 de setembro de 2020 passem a ser utilizados a partir de 2021, sem a ocorrência de perdas adicionais. Em 30 de setembro de 2020 não houve necessidade de complemento da provisão (em 31 de dezembro de 2019 - R$691).

7.2 Reconhecimento de créditos extemporâneos

ICMS reconhecidos no período de nove meses de 2020

Os créditos relacionados a ICMS ST pagos à maior, com decisão transitada em julgado em novembro de 2018, relacionado ao período de apuração de 2008 a 2010 no montante de R$80, foram reconhecidos no período de nove meses de 2020 (No período de nove meses de 2019 foram reconhecidos o montante de R$233, relacionado ao período de apuração de 2014 a 2016) e estão apresentados na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

PIS e Cofins reconhecidos no período de nove meses de 2020

Os créditos relacionados a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, com decisão transitada em julgado em fevereiro e julho de 2019, no montante de R$ 1.014, sendo R$ 503 correspondente ao principal e R$510 correspondente a correção monetária, relacionado ao período de apuração de 2002 a 2017, foram reconhecidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 (no período de nove meses de 2019 foram reconhecidos o montante R$ 158, sendo R$98 correspondente a principal e R$60 correspondente a correção monetária, relacionado ao período de apuração de 2011 a 2014.

Os valores de principal e correção monetária são apresentados na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais liquidas e receitas financeiras, respectivamente.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Políticas contábeis

São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis / dedutíveis entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Na prática, as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos, como ter o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e se pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

(i) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
(ii) diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
(iii) diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias dedutíveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

8.1. Reconciliação da alíquota efetiva

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores às alíquotas nominais:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**3.070**	**(84)**	**826**	**(3)**
Alíquotas nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	**(1.044)**	**29**	**(281)**	**1**
Efeito das adições e exclusões:				
Multas	-	-	-	(2)
Perda efetiva com devedores	-	-	(16)	(10)
Equivalência patrimonial	1.047	(25)	-	-
Outras diferenças permanentes	-	-	(19)	(15)
IR diferido ativo constituído de anos anteriores	-	-	2.487	-
Consumo de IR diferido no período	-	-	75	-
Baixa diferido constituido	(6)	-	(6)	
IR diferido ativo não constituído	(3)	-	(3)	(51)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	**(6)**	**4**	**2.237**	**(77)**
Imposto de renda e contribuição social do exercício:				
Corrente	-	-	(249)	(81)
Diferido	(6)	4	2.487	4
Total	**(6)**	**4**	**2.237**	**(77)**
Alíquota efetiva	0%	-5%	270%	2.567%

8.2. Ativos fiscais diferidos reconhecidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias e prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. A redefinição da estratégia de negócio e investimentos do Grupo em 2019, com foco na eficiência operacional, reforma e conversão de lojas objetivando o crescimento dos formatos atacado e varejo, impactou positivamente a lucratividade do Grupo de maneira consistente no terceiro trimestre de 2020, a medida que as lojas investidas aumentaram significativamente o nível de vendas, em comparação a períodos anteriores. Apesar deste crescimento de lucratividade, dado o cenário inicial da pandemia, era impossível estimar naquele momento, se os resultados positivos eram temporários ou sustentáveis ao longo dos períodos seguintes, o que somente pode ser confirmado no final terceiro trimestre de 2020, quando a administração obteve evidências objetivas da capacidade de geração de lucros futuros suficientes para realização do referido ativo fiscal diferido. Diante deste cenário e da perspectiva de rentabilidade futura do Grupo, foi registrado em 30 de setembro de 2020 o imposto de renda e contribuição social diferidos ativo de R$978 com relação a diferenças temporárias e R$1.509 de prejuízos fiscais que podem ser compensados com lucro tributável futuro. O Grupo não reconheceu no montante de R$1.477 devido a realização deste ativo exceder um horizonte razoável de certeza de que as projeções se materializarão.

8.3. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

Devido ao reconhecimento do saldo histórico dos tributos diferidos, movimentamos R$2.487 entre janeiro e setembro de 2020, conforme demonstrado a seguir:

			30/09/2020	
	Saldo inicial (01/01/2020) (a)	Reconhecido no resultado	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para demandas judiciais	-	641	641	-
Provisão para perdas do estoque	-	108	108	-
Impairment de ativos	-	417	417	-
Efeito líquido CPC 06 (R2)	-	61	61	-
Outras provisões	-	135	135	-
Precatórios	(70)	(57)	-	(127)
Provisão para perda de ICMS	-	235	235	-
Prejuízos acumulados	6	2.424	2.430	-
Total	**(64)**	**3.964**	**4.027**	**(127)**
Imposto diferido não constituido	-	(1.477)	(1.477)	-
Total líquido	**(64)**	**2.487**	**2.423**	**-**

Estimamos o seguinte cronograma de recuperação dos ativos fiscais diferidos do Grupo com base nas: i) reversões de diferenças tributáveis futuras; e ii) expectativa de geração de lucros tributáveis futuros:

	Impostos diferidos ativos
	Reconhecido
2021	40
2022	82
2023	116
2024	158
2025	228
Após 2025	1.799
Total	**2.423**

9. PARTES RELACIONADAS

As transações entre as empresas consolidadas referem-se a valores provenientes do rateio de custos corporativos, decorrentes de serviços prestados às Controladas, saldos e transações provenientes de venda e compra de mercadorias para abastecimento de lojas, repassadas pelo valor dos custos efetivamente incorridos, incluindo obrigações com quotistas subordinados do FIDC. Tais transações são eliminadas na consolidação, anulando qualquer efeito nos resultados.

Outras transações regulares com partes relacionadas incluem pagamento pelo uso de sistemas corporativos utilizados no Brasil, realizadas de acordo com contratos vigentes.

9.1. Saldos e transações com partes relacionadas

	Passivo				Despesas			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
WMB Supermercados do Brasil Ltda.	10	6	-	-	-	-	-	-
Total de Controladas	**10**	**6**		**-**		-		**-**
Walmart US (a)	220	214	353	234	(4)	(3)	(119)	(126)
Outras (b)	-	-	607	955	-	-	(50)	(46)
Total de outras partes relacionadas	**220**	**214**	**960**	**1.189**	**(4)**	**(3)**	**(169)**	**(172)**
Total de partes relacionadas	**230**	**220**	**960**	**1.189**	**(4)**	**(3)**	**(169)**	**(172)**

a) Como parte da transação societária implementada em 1º de agosto de 2018, o Grupo assumiu obrigação com Walmart US no montante de R$251 sujeita a encargos mensais à taxa de 110% do CDI. Em 2019 foi acordado entre as partes o cálculo final de ajuste de preço no montante de R$55, que foi deduzido do montante inicial. O saldo atualizado pelo CDI em 30 de setembro de 2020 é de R$220. O pagamento do principal e juros ocorrerá em 1º de agosto de 2024.

O Walmart US tem a opção de, ocorrendo determinados eventos (como exemplo, intenção de pagamento de dividendos pelo atual controlador e/ou oferta pública inicial ("IPO")), converter o valor do principal desta obrigação em capital no Grupo.

O Grupo também assumiu obrigação mensal de pagamento pelo uso dos sistemas do Walmart US (IT TSA), no montante inicial de R$11, sujeita a encargos mensais de 100% do CDI. Os valores de principal e juros serão pagos até agosto de 2023. Adicionalmente, desde fevereiro de 2019 o Grupo passou a registrar despesas com royalties pelo uso da marca "Sam's Club" e "Walmart" para o Walmart US. Excepcionalmente, em dezembro de 2019, o Grupo quitou os saldos acumulados de IT TSA e Royalties com o Walmart US. O próximo pagamento no montante de R$125 será efetuado pelo o Grupo em novembro de 2020.

b) As transações com outras partes relacionadas, controladas pelos mesmos controladores do Grupo referem-se a despesas com juros e aluguéis de prédios comerciais. Conforme divulgado na nota 15.2 (a), os contratos foram renegociados e mensurados a taxa de 10% a.a. (7% a.a em 2019), com prazo inicial em 1 de setembro de 2018, prazo final em 1 de setembro de 2059, o início de pagamento será após 1 de setembro de 2021, ou seja, com período de carência de 36 meses.

9.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração

No período findo em 30 de setembro de 2020, as despesas relativas à remuneração do pessoal-chave da Administração (diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração) foram a seguintes:

	Salário base		Remuneração variável		Total	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Conselho de Administração	1	1	-	-	1	1
Diretoria	5	5	1	2	6	7
Total	**6**	**6**	**1**	**2**	**7**	**8**

A despesa com remuneração da Administração está contabilizada na rubrica "Despesas com vendas, gerais e administrativas", na demonstração do resultado.

10. INVESTIMENTOS

10.1. Movimentação dos investimentos em controladas

					Controladora
	WMS Supermercados do Brasil Ltda.	WMB Supermercados do Brasil Ltda.	Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda.	Bompreço Bahia Supermercados Ltda.	Total
Saldo em 31/12/2019	**1.982**	**1.666**	**1.086**	**217**	**4.951**
Equivalência patrimonial	1.141	1.120	862	(43)	3.080
Saldo em 30/09/2020	**3.123**	**2.786**	**1.948**	**174**	**8.031**

						Controladora
	Veraneio Participações Ltda.	WMS Supermercados do Brasil Ltda.	WMB Supermercados do Brasil Ltda.	Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda.	Bompreço Bahia Supermercados Ltda.	Total
Saldo em 31/12/2018	**(27)**	**1.743**	**825**	**1.186**	**194**	**3.921**
Equivalência patrimonial	(4)	(10)	338	(210)	(99)	15
Incorporação	31	-	-	(31)	-	-
Adoção do CPC 06(R2)	-	-	3	1	-	4
Aporte de capital	-	249	500	140	122	1.011
Saldo em 31/12/2019	**-**	**1.982**	**1.666**	**1.086**	**217**	**4.951**

Veraneio Participações Ltda. – tem como principal atividade a função de holding de instituições não-financeiras.

WMS Supermercados do Brasil Ltda. – tem como principal atividade oferecer produtos de beleza, saúde, cama, brinquedos, câmeras digitais, eletrodomésticos, jogos, informática, instrumentos musicais, livros, papelaria, utilidades domésticas, cosméticos, esportes, e móveis e colchões.

WMB Supermercados do Brasil Ltda. – tem como principal atividade o comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios.

Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda. – tem como principal atividade a distribuição de alimentos e utilidades domésticas em geral por meio de uma rede de supermercados e lojas de departamento.

Bompreço Bahia Supermercados Ltda. – opera no ramo de supermercados e padarias. A empresa fornece alimentos, bebidas, vinhos, flores, compras online, serviços de entrega e produtos domésticos.

11. IMOBILIZADO E ATIVOS DE DIREITO DE USO

	Terrenos	Edifícios	Equipamentos	Benfeitorias e instalações (a)	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Imobilizado em andamento	Total do imobilizado	Ativos de direito de uso	Total
Custo - consolidado											
Saldo inicial 31/12/2018	**537**	**2.202**	**4.230**	**1.761**	**31**	**722**	**2**	**21**	**9.506**	**1.827**	**11.333**
Adoção IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	877	877
Adições	5	52	6	-	-	3	-	518	584	904	1.488
Remensuração	-	-	-	-	-	-	-	-		62	62
Baixas	(2)	(3)	(466)	(11)	(6)	(106)	(2)	(1)	(597)	(440)	(1.037)
Transferências	-	28	229	38	-	25	-	(320)	-	-	-
Saldos em 31/12/2019	**540**	**2.279**	**3.999**	**1.788**	**25**	**644**	**-**	**218**	**9.493**	**3.230**	**12.723**
Depreciação e "impairment"- consolidado											
Saldos inicial 31/12/2018	**(133)**	**(913)**	**(3.267)**	**(1.101)**	**(25)**	**(603)**	**(1)**	**-**	**(6.043)**	**(709)**	**(6.752)**
"Impairment"	73	150	7	41	-	-	-	-	271	(32)	239
Adições	-	(47)	(233)	(77)	(2)	(42)	-	-	(401)	(204)	(605)
Baixas	-	-	450	2	6	103	1	-	562	160	722
Saldos em 31/12/2019	**(60)**	**(810)**	**(3.043)**	**(1.135)**	**(21)**	**(542)**	**-**	**-**	**(5.611)**	**(785)**	**(6.396)**
Valor residual em 31/12/2019	**480**	**1.469**	**956**	**653**	**4**	**102**	**-**	**218**	**3.882**	**2.445**	**6.327**
Custo - consolidado											
Saldo inicial 31/12/2019	**540**	**2.279**	**3.999**	**1.788**	**25**	**644**	**1**	**218**	**9.494**	**3.230**	**12.724**
Adições	-	-	-	-	-	-	-	318	318	272	590
Remensuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(124)	(124)
Baixas	(9)	(38)	(89)	(57)	(0)	(11)	(0)	-	(204)	(85)	(289)
Transferências	-	45	214	74	-	11	-	(344)	-	-	
Saldos em 31/09/2020	**531**	**2.286**	**4.124**	**1.805**	**25**	**644**	**1**	**192**	**9.608**	**3.293**	**12.901**
Depreciação e "impairment"– consolidado											
Saldos inicial 31/12/2019	**(60)**	**(810)**	**(3.043)**	**(1.135)**	**(21)**	**(542)**	**(1)**	**-**	**(5.612)**	**(785)**	**(6.397)**
"Impairment" (b)	-	17	29	43	-	-	-	-	89	22	111
Adições	-	(38)	(186)	(60)	(1)	(30)	-	-	(315)	(168)	(483)
Baixas	-	6	78	24	-	12	-	-	120	29	149
Saldos em 30/09/2020	**(60)**	**(825)**	**(3.122)**	**(1.128)**	**(22)**	**(560)**	**(1)**	**-**	**(5.718)**	**(902)**	**(6.620)**
Valor residual em 30/09/2020	**471**	**1.461**	**1.002**	**677**	**3**	**84**	**-**	**192**	**3.890**	**2.391**	**6.281**
Taxa anual de depreciação	-	2,50%	10,00%	(a)	20,00%	20,00%	20,00%	-		3,10%	-

a) As benfeitorias são depreciadas em função da vida útil estimada do bem ou do prazo dos contratos de aluguel, entre os dois, o menor.

b) Parte da reversão de impairment (R$60) refere-se à depreciação de itens com valor líquido de ativos zero, sendo registrados contra a conta de depreciação no resultado do Grupo.

As adições e as imobilizações em andamento efetuadas pela Companhia e suas controladas referem-se à compra de ativos operacionais, adiantamentos para compra de terrenos e edifícios para a expansão das atividades, obras de construções de novas lojas, modernização das centrais de distribuição existentes, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos. Os saldos adiantados são baixados somente quando os fornecedores emitem a nota fiscal e as contas a pagar são reconhecidas no passivo circulante.

As baixas referem-se principalmente a venda de ativos ou baixa definitiva para perdas. Outras baixas de ativos referem-se a lojas encerradas devido a não recuperação prevista dos investimentos efetuados.

No período findo 30 de setembro de 2020, o Grupo avaliou que os efeitos das mudanças no cenário econômico devido à COVID-19 não têm afetado significativamente suas operações e que, portanto, fosse necessário revisar a estimativa da vida útil anteriormente apurada.

Provisão por redução do valor recuperável ("*Impairment*")

O Grupo testou seu ágio, imobilizado e ativos intangíveis em relação à perda por redução ao valor recuperável, de acordo com a IAS 36/CPC 01 em suas últimas demonstrações financeiras anuais de 2019. No entanto, não identificou mudanças significativas em suas operações e que fosse necessário realizar o teste desses ativos novamente ou que ocasionasse impacto relevante nas expectativas anteriores sobre fluxos de caixa futuros e que precisassem serem atualizadas em 30 de setembro de 2020.

12. INTANGÍVEL

	Direito de uso de software	Ágio de investimento (a)	Intangível em andamento	Outros	Consolidado
Custo					
Saldo inicial 31 de dezembro de 2018	**654**	**530**	**-**	**691**	**1.875**
Adição	-	-	110	-	110
Baixa	(14)	(9)	-	(6)	(29)
Transferência	110	-	(110)	-	-
Saldo de 31 de dezembro de 2019	**750**	**521**	**-**	**685**	**1.956**
Adição	-	-	102	-	102
Baixa	(6)	-	-	(10)	(16)
Transferência	102	-	(102)	-	-
Saldo de 30 de setembro de 2020	**846**	**521**	**-**	**675**	**2.042**
Amortização					
Saldo inicial 31 de dezembro de 2018	**(503)**	**(275)**	**-**	**(683)**	**(1.461)**
Adição	(60)	-	-	(3)	(63)
Baixa	4	-	-	6	10
Saldo de 31 de dezembro de 2019	**(559)**	**(275)**	**-**	**(680)**	**(1.514)**
Adição	(53)	-	-	(1)	(54)
Baixa	4	-	-	10	14
Saldo de 30 de setembro de 2020	**(608)**	**(275)**	**-**	**(671)**	**(1.554)**
Valor residual em 31 de dezembro 2019	**191**	**246**	**-**	**5**	**442**
Valor residual em 30 de setembro 2020	**238**	**246**	**-**	**4**	**488**
Taxa anual de amortização	20%	-	-	1,7%	-

a) Ágio gerado na aquisição do Sonae Distribuição S.A. em 2005. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Tal ágio é testado para fins redução ao valor recuperável, de acordo com os requisitos do pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos no mínimo anualmente. Com a introdução da Lei 11.638/07 a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, em atendimento as práticas contábeis, o ágio não é mais amortizado.

Durante o ano de 2019, o Grupo testou seu ágio, imobilizado, ativo de direito de uso e ativos intangíveis em relação à perda por redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36/CPC 01, e reverteu o montante de R$ 239 no ativo imobilizado e ativo de direito de uso em relação ao saldo anteriormente provisionado.

No exercício findo em 2019, o Grupo avaliou que não existiram mudanças significativas no cenário econômico, bem como nos negócios, que pudessem impactar na estimativa da vida útil anteriormente apurada.

No período findo 30 de setembro de 2020, o Grupo avaliou que os efeitos das mudanças no cenário econômico devido à COVID-19 não têm afetado significativamente suas operações e que, portanto, fosse necessário revisar a estimativa da vida útil anteriormente apurada.

13. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	2.887	3.151
Fornecedores estrangeiros	177	130
Total	**3.064**	**3.281**

Convênios entre fornecedores, Grupo e FIDC

O Grupo disponibiliza a seus fornecedores a possibilidade de antecipação de recebíveis através do FIDC, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis de acordo com sua necessidade de fluxo de caixa. A utilização dessas linhas é uma opção do fornecedor e têm como objetivo fortalecer a relação comercial entre as partes. O saldo a pagar de fornecedores nacionais está líquido do montante de R$ 210 (em 2019- R$296), antecipado em 30 de setembro de 2020.

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

14.1. Composição por categoria dos depósitos judiciais e da provisão para demandas judiciais

	Consolidado 30/09/2020		Consolidado 31/12/2019	
	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
Tributárias	955	129	894	113
Trabalhistas	757	375	875	459
Cíveis	302	190	308	174
Total	**2.014**	**694**	**2.077**	**746**
Passivo não circulante	2.014	-	2.077	-
Ativo não circulante	-	694	-	746

O Grupo está contestando o pagamento de determinados impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos para recursos (vinculados), de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais, bem como depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

14.2. Movimentação da provisão para demandas judiciais

						Consolidado
	31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	30/09/2020
Tributárias	894	80	(38)	(1)	19	954
Trabalhistas	875	195	(111)	(236)	35	758
Cíveis	308	53	(27)	(54)	22	302
Total	**2.077**	**328**	**(176)**	**(291)**	**76**	**2.014**

						Consolidado
	31/12/2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/2019
Tributárias	885	61	(79)	(6)	33	894
Trabalhistas	938	157	(42)	(289)	111	875
Cíveis	332	100	(103)	(58)	37	308
Total	**2.155**	**318**	**(224)**	**(353)**	**181**	**2.077**

14.2.1 Riscos tributários

O Grupo possui autos de infração e demandas judiciais relacionados a matérias fiscais nas esferas municipais, estaduais e federal. Para aquelas em que há uma estimativa de perda provável, foram constituídas provisões em montante considerado suficiente para cobrir decisões desfavoráveis.

Em 30 de setembro de 2020, as principais demandas tributárias sujeitas a provisões eram:

Imposto sobre Operações Financeiras – IOF

- Autos de infração lavrados pela autoridade fiscal federal visando a cobrança de IOF/Crédito nas operações de mútuo entre as empresas do Grupo. Devido à natureza extrafiscal do IOF sua incidência deveria estar limitada às instituições financeiras. Em razão da controvérsia, o tema será decidido pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral. Autos de infração com provisão no valor de R$178 (R$175 em 2019).

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

Omissão de estoque

- No varejo é comum ocorrerem perdas, quebras e transformações de produtos (produção de pizza, pães, frios, entre outros) na operação de venda. Devido a tais processos, diferenças entre estoque final e inicial foram apuradas pelo fisco e por esta razão o Grupo recebeu autos de infração. Parte dos processos existem evidências documentais para tais divergências a classificação de perda é possível e o valor envolvido até 30 de setembro de 2020 é de R$ 196 (R$193 em 2019), para a outra parte dos processos que não existem ainda evidência documental, foi constituída provisão no valor de R$173 (R$186 em 2019).

Energia elétrica

- Autos lavrados contra o Grupo cobrando créditos de ICMS sobre a energia elétrica consumida nas áreas produtivas das lojas, sob a alegação de que no setor supermercadista não há industrialização. As áreas produtivas são comprovadas através de laudos técnicos que permite fixar, a cada ano, percentuais mais acurados para apropriação do crédito. A avaliação de risco leva em consideração referidos percentuais, sendo parte classificado como possível no valor de aproximadamente R$252 (R$251 em 2019) e parte como provável no valor de R$111 (R$112 em 2019).

Fundo de combate à pobreza

- Mandado de Segurança visando afastar a incidência do adicional de alíquota do ICMS que seria direcionado ao Fundo de Combate à Pobreza do Estado do Rio de Janeiro, que foi instituído pela Lei Estadual nº 4.056/2002 e pelo Decreto Estadual nº32.646/2003, com provisão de R$19. Efetuado depósito judicial para garantir a suspensão da exigibilidade do débito. A cobrança foi declarada constitucional e aguarda-se encerramento do processo com a conversão em renda dos valores depositados.

14.2.2 Riscos trabalhistas

O Grupo é parte em processos trabalhistas e procedimentos administrativos, iniciados por ex-empregados, terceiros, associações profissionais e Ministério Público. Tais processos envolvem o pagamento de horas extras, vínculo empregatício e outros efeitos correlacionados, além de solicitações de associações profissionais e do Ministério Público, para comprovar o cumprimento da legislação trabalhista.

Devido ao número significativo de processos trabalhistas, a provisão é calculada, considerando o histórico de perdas para estimar o montante envolvido para as ações individuais. Fatores como histórico de pagamentos do último ano e segregação dos empregados pelas principais categorias, são utilizados para estabelecer a média dos pagamentos efetuados sobre os montantes reclamados e para estimar perda nas reclamações existentes.

As ações judiciais ou administrativas movidas por associações profissionais e pelo Ministério Público são avaliadas caso a caso e as provisões são constituídas em montante suficiente quando necessário.

14.2.3 Riscos cíveis

O Grupo está envolvido em disputas judiciais junto à fornecedores, disputas referentes a contratos de locação de imóveis, órgãos reguladores e de defesa do consumidor.

Devido a característica dos processos relacionados à consumidores e órgãos de defesa do consumidor, a provisão é calculada, considerando um histórico de perdas para avaliar o montante envolvido para as ações individuais. Similar aos processos trabalhistas, fatores como, histórico de pagamentos do último ano, são utilizados para estabelecer a média dos pagamentos efetuados sobre os montantes reclamados e para estimar perda nas reclamações existentes.

Para as demais ações cíveis, são avaliadas caso a caso e as provisões são constituídas em montante suficiente quando necessário.

14.3 Passivos contingentes

De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas, existem outras demandas legais, administrativas e judiciais, totalizando aproximadamente R$10.213 (R$9.444 em 2019) no consolidado, vinculadas a processos judiciais de naturezas trabalhista, cível e tributária, com perspectiva de perda possível, e para os quais, de acordo com as práticas contábeis, não é requerida a provisão.

Impostos Federais

Dentre as principais ações relacionadas a tributos federais classificadas como perda possível, destacamos: (i) processos administrativos e judiciais em que o Grupo discute com a Receita Federal a natureza e conceito das bonificações e reembolso de seus fornecedores para fins de tributação de PIS/Cofins, (ii) IPI incidente nas operações de importação de produtos destinados à revenda, (iii) execução fiscal proposta pela Receita Federal visando a cobrança do diferencial de alíquota de COFINS, (iv) aproveitamento de créditos de PIS/Cofins sobre insumos diversos (v) demais créditos de natureza diversas, no total de R$5.614 (5.197 em 2019).

Impostos Estaduais

Na consecução de suas atividades o Grupo transfere mercadorias entre seus estabelecimentos. As autoridades fiscais questionam a base de cálculo utilizada para formação do preço da mercadoria a ser transferida, se acrescido ou não os impostos recuperáveis, no montante de R$ 423 (415 em 2019).

Cíveis e Trabalhistas

Existem ainda outras demandas de natureza cível e trabalhista, que por sua natureza, volume significativo e em geral pequeno valor individual, são geridas de forma agregada. Assim, tais movimentações não estão sendo apresentadas.

15. OBRIGAÇÕES COM PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

15.1. Obrigações com passivos de arrendamento

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamentos:		
Até 1 ano	326	243
de 1 a 5 anos	1.112	1.131
acima de 5 anos	15.224	12.719
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	**16.662**	**14.093**
(-) Desconto a valor presente	(13.563)	(10.998)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	**3.099**	**3.095**
Circulante	151	140
Não circulante	2.948	2.955
Total	**3.099**	**3.095**

Os prazos dos contratos de arrendamento variam entre 5 e 40 anos com a possibilidade de renovação de acordo com a lei de ação renovatória. Os contratos possuem cláusula de reajustes periódicos atualizáveis de acordo com os índices de inflação aplicáveis. As informações de contratos com partes relacionadas estão divulgadas na nota 9.

A taxa média ponderada de juros incremental do Grupo na data da assinatura dos contratos foi de 9,6% (9,8% em 2019).

15.2. A movimentação das obrigações com passivos de arrendamento foi como segue:

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Saldo inicial	**3.095**	**1.789**
Adoção CPC06(R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019	-	838
Captação	272	897
Remensuração (a)	(124)	93
Provisão de juros	183	206
(-) Amortizações	(242)	(281)
(-) Baixa por antecipação do encerramento do contrato	(85)	(447)
Saldo final	**3.099**	**3.095**

a) Em junho de 2020 o Grupo renegociou os termos de 44 contratos de aluguel de suas lojas físicas, estendendo o prazo de carência e vigência estabelecidos no Contrato de Locação. Os efeitos ocasionados pela taxa de desconto revisada e remensurada dos passivos de arrendamento foram reconhecidos em contrapartida do ativo de direito de uso na data da modificação. A taxa incremental na data da remensuração foi de 10,3%.

15.3 Divulgações adicionais requeridas pela CVM

O Grupo estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida do Grupo.

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	13.589	4.057
PIS/COFINS potencial (9,25%)	840	239
	14.429	4.296

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	set/20	dez/20	dez/21	dez/22	A partir de dez/2023
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	3.098	2.989	2.864	2.697	2.545
Fluxo com projeção de inflação	4.057	4.204	4.170	4.082	4.004
Variação	30,96%	40,65%	45,59%	51,38%	57,31%
Direito de uso líquido - saldo final					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	2.404	2.354	2.351	2.165	1.997
Fluxo com projeção de inflação	3.666	3.603	3.355	3.118	2.900
Variação	52,51%	53,04%	42,71%	44,01%	45,23%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	201	304	305	299	613
Fluxo com projeção de inflação	383	397	395	388	382
Variação	90,56%	30,46%	29,75%	29,68%	-37,76%
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	188	64	240	268	620
Fluxo com projeção de inflação	391	63	248	236	219
Variação	107,95%	-1,96%	3,59%	-11,84%	-64,71%

16. FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS (FIDC)

Em junho de 2019, foram iniciadas as operações do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – F500 Plus (FIDC), cujo objeto definido em regulamento é o investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Instrução CVM nº 356/2001, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com o objetivo principal de adquirir direitos creditórios originados do contas a pagar do Grupo junto aos seus fornecedores. O FIDC é uma Entidade de Propósito Específico cujas atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais específicas da Companhia. Em 25 de agosto de 2020, o Fundo foi convertido para condomínio aberto, mudando o prazo do fundo para indeterminado. Neste sentido os cotistas sênior podem se retirar do fundo à qualquer momento, com saída de 90 dias a partir da data de solicitação. Por este motivo o saldo de FIDC no balanço foi reclassificado para o Passivo circulante.

A estrutura de capital do FIDC em 31 de agosto de 2020 está assim representada:

Quotas	Remuneração	% PL do Fundo	Quantidade	Valor
Subordinadas	(*)	6%	20.002	27
Sênior	CDI+1,1%	94%	298.968	255
Total				**282**

(*) O regulamento do FIDC não define meta de remuneração para quotas subordinadas. De acordo com o regulamento, o Grupo deve manter no mínimo 5% do Patrimônio líquido do fundo em quotas subordinadas. Caso, esse percentual fique abaixo de 5%, as quotas subordinadas deverão ser integralizadas pelo Grupo para que fique dentro da relação mínima.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Composição do capital social por quantidade de ações

	30 de setembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Número de ações	Capital – R$	Número de ações	Capital – R$
Saldo no início do exercício	5.421.077.458	182	5.068.521.755	33
Aumento de capital	-	-	352.555.703	74
Integralização de capital	-	-	-	75
Saldo no fim do exercício	**5.421.077.458**	**182**	**5.421.077.458**	**182**

Em dezembro de 2019 foram subscritas 352.555.703 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal por um preço de emissão total de R$165. Neste mesmo exercício foi integralizado aumento de capital no montante de R$57, com bens do ativo imobilizado, sem emissão de novas ações, conforme descrito na nota 26, bem como realizada a integralização de capital social via redução de reserva de capital em 01 de agosto de 2019, no montante de R$75. Desta forma, o capital social subscrito em 30 de setembro de 2020 está representado por 5.421.077.458 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalizando o montante de R$222, sendo que desse valor R$40 é a integralizar(serão integralizados em 01 de agosto de 2021).

17.2 Reservas de capital

Em 30 de setembro de 2020, o Grupo tem registrado na rubrica de Reserva de capital o valor de R$4.598 (em 31 de dezembro de 2019 - R$4.598). Neste mesmo período, o Grupo assumiu obrigação com o Walmart US no montante de R$251 que foi registrado como Ágio na Subscrição. O Grupo tem um total de R$360 de capital e reserva a integralizar, via aporte planejado para 1º de agosto de 2021, a serem atualizados pelo CDI desde a data da mudança de controle.

17.3. Política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social do Grupo define que os acionistas têm o direito de receber, a título de dividendo obrigatório, 1% do lucro líquido de cada exercício social.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

18.1. Composição da receita operacional líquida

	Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019
Receita operacional bruta	**18.011**	**16.909**
Venda de produtos	17.638	16.473
Venda de serviços	299	337
Aluguéis	74	99
Deduções	**(2.303)**	**(2.000)**
Devoluções e cancelamentos	(230)	(199)
Impostos sobre vendas, serviços e aluguéis	(2.073)	(1.801)
Receita operacional líquida	**15.708**	**14.909**
Vendas de produtos líquidas	15.408	14.517
Outras receitas líquidas	300	392
Receita operacional líquida	**15.708**	**14.909**

19. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A tabela a seguir apresenta os resultados das operações por segmento:

				Consolidado
				01/01/2020 a 30/09/2020
	Atacado	Varejo	Corporativo	Total
Vendas de produtos líquidas	7.302	8.106	-	15.408
Outras receitas líquidas	87	213	-	300
Receita operacional Líquida	**7.389**	**8.319**	**-**	**15.708**
Custo das mercadorias vendidas	(6.058)	(5.865)	-	(11.923)
Lucro Bruto	**1.331**	**2.454**	**-**	**3.785**
Receitas (despesas)				
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(710)	(1.912)	(1.202)	(3.824)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	3	(23)	642	622
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	**624**	**519**	**(560)**	**583**
Resultado financeiro				
Despesas financeiras				(376)
Receitas financeiras				619
Resultado financeiro líquido				**243**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				**826**
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes				(249)
Diferidos				2.487
Lucro líquido do período				**3.064**

	Consolidado			
	01/01/2019 a 30/09/2019			
	Atacado	Varejo	Corporativo	Total
Vendas de produtos líquidas	6.035	8.482	-	14.517
Outras receitas líquidas	100	292	-	392
Receita operacional Líquida	**6.135**	**8.774**	**-**	**14.909**
Custo das mercadorias vendidas	(5.087)	(6.218)	-	(11.305)
Lucro Bruto	**1.048**	**2.556**	**-**	**3.604**
Receitas (despesas)				
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(612)	(2.162)	(1.047)	(3.821)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	3	6	392	401
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	**439**	**400**	**(655)**	**184**
Resultado financeiro				
Despesas financeiras				(371)
Receitas financeiras				184
Resultado financeiro líquido				**(187)**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social				**(3)**
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes				(81)
Diferidos				4
Prejuízo do período				**(80)**

20. DESPESAS POR NATUREZA

O Grupo apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

20.1. Composição das despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Custos com mercadorias e transportes	-	-	(11.923)	(11.305)
Despesas com comissões	-	-	(159)	(126)
Publicidade e marketing	-	-	(136)	(182)
Despesas com pessoal	-	-	(1.568)	(1.712)
Despesas administrativas e serviços diversos	(4)	-	(1.069)	(921)
Despesas com energia elétrica	-	-	(247)	(298)
Despesas com aluguel	-	-	(36)	(54)
Despesas de contingências	-	-	(132)	(85)
Depreciações e amortizações	-	-	(477)	(443)
Reversão de “impairment”	-	-	43	21
Resultado da equivalência patrimonial	3.080	(72)	-	-
Créditos tributários	-	-	583	330
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	(4)	(4)	50
Total	**3.076**	**(76)**	**(15.125)**	**(14.725)**
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	-	-	(11.923)	(11.305)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(4)	-	(3.824)	(3.821)
Resultado da equivalência patrimonial	3.080	(72)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	(4)	622	401
Total	**3.076**	**(76)**	**(15.125)**	**(14.725)**

21. RESULTADO FINANCEIRO

As despesas e receitas financeiras foram as seguintes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Despesas financeiras				
Encargos financeiros	(6)	(9)	(43)	(45)
Juros passivos (a)	-	-	(107)	(168)
Juros sobre passivos de arrendamento	-	-	(183)	(150)
Variação cambial passiva	-	-	(43)	(8)
Total	**(6)**	**(9)**	**(376)**	**(371)**
Receitas financeiras				
Receitas financeiras	-	-	68	63
Outras receitas	-	-	-	42
Juros ativos (b)	-	1	549	75
Variação cambial ativa	-	-	2	4
Total	**-**	**1**	**619**	**184**

a) Os juros passivos são decorrentes, substancialmente, de juros sobre contingências.

b) Os juros ativos referem-se, substancialmente, a atualização monetária sobre créditos extemporâneos de PIS e COFINS (veja nota 7.2).

22. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

22.1. Instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Ativos financeiros	**25**	**33**	**2.041**	**2.211**
Custo amortizado:	**25**	**33**	**1.965**	**2.179**
Caixa e equivalentes de caixa	25	26	466	403
Contas a receber	-	-	1.366	1.650
Outras contas a receber	-	7	133	126
Valor justo por meio do resultado:	**-**	**-**	**76**	**32**
Aplicações financeiras FIDC	-	-	71	32
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	5	-
Passivos financeiros	**(230)**	**(221)**	**(7.252)**	**(7.440)**
Custo amortizado:	**(230)**	**(221)**	**(7.252)**	**(7.440)**
Fornecedores	-	-	(3.064)	(3.281)
Obrigações com passivos de arrendamento	-	-	(3.099)	(3.095)
Partes relacionadas	(230)	(220)	(353)	(234)
Fundo de investimento em direitos creditórios	-	-	(255)	(307)
Receita diferida	-	-	(252)	(242)
Outras contas a pagar	-	(1)	(229)	(281)

22.2. Hierarquia de valor justo

O Grupo utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 2:** inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Em 30 de setembro de 2020, os instrumentos financeiros avaliados a valor justo referem-se as aplicações financeiras FIDC e instrumentos financeiros derivativos, classificados como nível 2 na hierarquia mencionada acima.

22.3. Risco de crédito

A Administração entende que não há risco de crédito relevante, visto que as contas a receber referem-se substancialmente de recebíveis de operadoras de cartão de crédito.

22.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de o Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado constantemente pelas áreas de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro consolidado do Grupo em 30 de setembro 2020:

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Obrigações com passivos de arrendamento	326	1.112	15.224	16.662
Partes relacionadas	133	239	-	372
Outras contas a pagar	229	-	-	229
Fundo de investimento em direitos creditórios	255	-	-	255
Fornecedores	3.064	-	-	3.064
Total	**4.007**	**1.351**	**15.224**	**20.582**

22.5. Risco de câmbio

Em 30 de setembro de 2020, o Grupo possuía fornecedores a pagar (importações) denominadas em moeda estrangeira totalizando R$177 (em 31 de dezembro de 2019 - R$130).

Para mitigar o risco e diminuir a exposição em relação à volatilidade da moeda estrangeira e seus efeitos sobre as importações do Grupo, a Administração, em 30 de setembro de 2020, passou a utilizar *Non Deliverable Forward* (“NDF”), cujo objetivo é cobrir eventuais posições descobertas e sujeitas a efeitos de flutuações cambiais. Os valores de mercado dos contratos de NDF foram obtidos através de informações disponíveis no mercado ativo onde esses instrumentos financeiros são negociados; não há desembolsos iniciais, sendo devidas apenas nos respectivos vencimentos. A variação da marcação a mercado é registrada no Resultado Financeiro.

A composição da NDF em 30 de setembro de 2020 está apresentada abaixo:

Consolidado - 30 de setembro de 2020							
Moeda das importações	Natureza	Início	Vencimento	Nocional	Taxa de fechamento do contrato	Taxa Termo	MTM - milhões de reais
Dólar	NDF	De 11/08/2020 a 29/09/2020	De 05/10/2020 a 21/12/2020	15	5,4282	5,4415	3
Euro	NDF	De 11/08/2020 a 29/09/2020	De 05/10/2020 a 28/12/2020	8	6,4137	6,4386	2
				23			**5**

22.6. Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos financeiros expostos ao risco de variação das taxas de juros. Uma análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI de 2,28% no período. A análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros sujeitos à sensibilidade da taxa de juros está apresentada conforme segue.

Exclusivamente para fins de análise de sensibilidade, a Administração considerou uma diminuição e um aumento da taxa de juros do CDI de 25% e 50%, respectivamente, no potencial impacto no resultado dos instrumentos financeiros.

		Consolidado Baixo		Consolidado Alto	
	30/09/2020	**25%**	**50%**	**25%**	**50%**
Aplicações financeiras	378	(2)	(4)	2	4
Partes relacionadas	(353)	2	4	(2)	(4)
FIDC	(255)	1	3	(1)	(3)
Exposição líquida	**(230)**	**1**	**3**	**(1)**	**(3)**

		Consolidado Baixo		Consolidado Alto	
	31/12/2019	**25%**	**50%**	**25%**	**50%**
Aplicações financeiras	256	(4)	(7)	4	7
Partes relacionadas	(234)	3	7	(3)	(7)
FIDC	(307)	4	9	(4)	(9)
Exposição líquida	**(285)**	**3**	**9**	**(3)**	**(9)**

22.7. Gestão de capital

O principal objetivo da Administração de capital do Grupo é assegurar a liquidez, mitigação de riscos financeiros e gestão eficiente do capital de giro, buscando apoiar o negócio e maximizar o valor ao acionista.

O Grupo possui carteira de recebíveis à disposição caso opte por antecipar para fins de fortalecimento de caixa e/ou cumprimento das suas obrigações contratuais.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A cobertura de seguros do Grupo, em 30 de setembro de 2020, compreendia:

	Consolidado 30/09/2020
Riscos operacionais	20.350
Risco de transporte de mercadorias	17.084
Responsabilidade civil	57

24. PLANO DE OPÇÕES DE AÇÕES

Plano de opções de compra de ações

Em 16 de setembro de 2018, o Grupo aprovou via Assembleia Geral Extraordinária, a criação do plano de opções de ações para venda a seus colaboradores, limitado a 563.169.084 ações (representativas de 10% das ações totais do Grupo em 2019). São elegíveis ao plano os administradores, executivos e empregados recomendados pelo Comitê de Recursos Humanos e nomeados pelo Conselho de Administração.

Para todos os planos de opções, o valor justo é estimado na data da outorga/venda usando o modelo de precificação denominado Black & Scholes, ajustado para refletir o requerimento da CPC 10 de que premissas sobre decaimento do direito de aquisição antes do final do período de carência não podem impactar o valor justo da opção.

As opções compradas pelos participantes do Plano se tornarão potencialmente aptas a exercício, isto é, serão consideradas "Opções Vestidas", em até 5 anos. Em caso de desligamento da companhia, o participante somente fará jus às Opções Vestidas na data do seu Desligamento.

As opções de ações em circulação durante o exercício estão detalhadas a seguir:

	30/09/2020		31/12/2019	
	Quantidade de opções	Preço de exercício médio ponderado - R$	Quantidade de opções	Preço de exercício médio ponderado - R$
Saldo inicial	**403**	**-**	**347**	**-**
Concedidas durante o exercício	85	1,25	133	1,25
Prescritas por condições não atendidas durante o exercício	(57)	1,25	(77)	1,25
Saldo final	**431**	**-**	**403**	**-**

As opções em circulação em 30 de setembro de 2020 possuíam preço médio ponderado de exercício de R$1,25 (em R$ por opção), e prazo contratual médio ponderado remanescente de 4 anos.

O valor justo total das opções pagas pelos adquirentes em 30 de setembro de 2020 foi de R$0,1 (em 31 de dezembro de 2019 - R$0,2).

O valor justo médio ponderado das opções e premissas utilizadas na aplicação do modelo de precificação de opção do Grupo, para as "Outorgas" de 2018, 2019 e 2020, consideram as seguintes informações: (i) valor justo das opções concedidas; (ii) preço de exercício de R$1,25; (iii) estimativa de volatilidade em torno de 21,93%; (iv) carência de 5 anos; e (v) taxa livre de risco de 5,37%.

A volatilidade esperada foi determinada através do cálculo da volatilidade histórica do preço das ações de empresas de varejo com ações listadas em bolsas de valores mundiais durante os 3 anos anteriores, levando em consideração a vida estimada da opção.

25. RESULTADO POR AÇÃO

Conforme mencionado na Nota 27b, em 14 de outubro de 2020, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações ordinárias, na proporção 10 para 1, passando de 5.421.077.458 ações ordinárias para 542.107.746 ações ordinárias. Todas as informações relacionadas ao número de ações foram ajustadas retroativamente para refletir este grupamento de ações.

A tabela a seguir mostra o cálculo do resultado por ação ordinária:

	30/09/2020	30/09/2019
Numerador básico		
Lucro (Prejuízo) líquido do período atribuível aos acionistas	3.064	(80)
Denominador básico – (milhares de ações)		
Ações ordinárias	542.108	506.852
Número médio ponderado de ações em circulação	542.108	506.852
Lucro (Prejuízo) líquido por ação básico (em R$)	**5,65**	**(0,16)**
Numerador diluído		
Lucro(Prejuízo) líquido do período atribuível aos acionistas	3.064	(80)
Denominador diluído (milhares de ações)		
Plano de opções de ações	11.489	2.112
Número médio ponderado de ações em circulação	542.108	506.852
Média ponderada diluída das ações	**553.596**	**508.964**
Lucro (Prejuízo) líquido por ação diluído (em R$)	**5,53**	**(0,16)**

26. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

		Consolidado	
	Nota	30/09/2020	30/09/2019
Reconhecimento de passivo de arrendamento e ativo de direito de uso	11	272	2.327

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Em 14 outubro de 2020, os Acionistas aprovaram a incorporação de ações das sociedades Torch Empreendimentos e Participações S.A., Valquíria Empreendimentos e Participações S.A., Gibraltar Empreendimentos e Participações S.A., Midway Empreendimentos e Participações S.A., Kursk Empreendimentos e Participações S.A., Bulge Empreendimentos e Participações S.A., Pacífico Empreendimentos e Participações S.A., Overlord Empreendimentos e Participações S.A. e Kharkov Empreendimentos e Participações S.A. ("Sociedades"), controladas por nossos acionistas Brazil Holdings ScS e FIP Momentum, nas mesmas proporções de suas respectivas participações societárias no Grupo, com a finalidade de congregar todas as entidades sob o controle direto ou indireto do Grupo. A referida incorporação de ações foi aprovada sob condição suspensiva, vinculando o fechamento da transação quando do anúncio de início de distribuição pública do IPO. Uma vez cumprida a condição suspensiva acima, a Incorporação de ações estará automaticamente eficaz e dever-se-á proceder à transferência da totalidade das ações de emissão das Sociedades ao Grupo. A avaliação das ações das Sociedades para fins da incorporação de ações deu-se pelo seu respectivo valor patrimonial contábil, com observância dos princípios de contabilidade aceitos no Brasil e das disposições contidas na legislação societária

b) Em 14 outubro de 2020 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária os seguintes eventos societários:

- O grupamento das ações de emissão da Companhia, à proporção de 10:1. Desta forma o Capital social da Companhia passará a ser representado por 542.107.746 (quinhentos e quarenta e dois milhões, cento e sete mil e setecentos e quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;
- Foi realizado o resgate de 85.364.576 (oitenta e cinco milhões, trezentas e sessenta e quatro mil e quinhentas e setenta e seis) ações da acionista Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, pelo valor de R$400 (R$445 atualizado pelo CDI). As 85.364.576 (oitenta e cinco milhões, trezentas e sessenta e quatro mil e quinhentas e setenta e seis) ações da acionista Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia foram previamente convertidas em ações preferenciais resgatáveis exclusivamente para fins de referido resgate. Este resgate foi aprovado sob condição resolutiva, devendo ser automaticamente revogado com retorno ao status quo ante caso não ocorra o publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública das Ações de emissão da Companhia até a data limite de 30 de abril de 2021. O resgate foi aprovado mediante a aplicação de reservas de capital existentes na Companhia no mesmo valor total e global de R$400 (R$445 atualizado pelo CDI), e quitado no mesmo ato, mediante compensação contra o dever de integralização de capital social em aberto da Companhia no mesmo exato valor, devido pelo Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, de forma que o capital social da Companhia passa a estar totalmente integralizado;
- O Walmart US exerceu a opção de converter o valor do principal (R$196) do montante a receber que detinha com a Companhia (nota 9.1) em capital. Foi aprovada a emissão, pela Companhia, de Bônus de Subscrição, em favor da WMT Brasilia, pelo preço de emissão total de R$ 1,00 (um real), sob condição suspensiva, sendo o exercício do Bônus de Subscrição condicionado à publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública das Ações de emissão da Companhia até a data limite de 30 de abril de 2021. Portanto, mediante a verificação de referida condição suspensiva, serão emitidas 44.719.326 (quarenta e quatro milhões, setecentas e dezenove mil e trezentas e vinte e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia em favor do veículo Walmart US, ao preço total de R$ 196.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GRUPO BIG

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e Relatório do Auditor Independente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 14 de outubro de 2020 - O **Grupo Big Brasil S.A.** ("Grupo Big", ou "Grupo") anuncia hoje os resultados do 4º trimestre de 2019 e do ano de 2019. As informações operacionais e financeiras a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em Reais nominais, de acordo com o padrão contábil internacional (IFRS) e devem ser lidas em conjunto com os demonstrativos de resultados e notas explicativas para o período encerrado em 31 de dezembro de 2019. Para efeitos de comparação, os resultados aqui apresentados para o quarto trimestre de 2019 são comparados ao mesmo período de 2018, exceto onde indicado de outra forma. Não foram apontadas comparações anuais de resultados, pois a operação no formato atual configura-se a partir de agosto de 2018, data da subscrição do atual acionista controlador direto da Companhia, a Momentum - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Momentum").

1. DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

2019: Foco em eficiência operacional e ganho de rentabilidade nas operações

Vendas Brutas - 4T19
Lojas Reformadas: +15,7%
Não-reformadas: -5,6%

Vendas Brutas
2019: R$23,4 Bilhões

EBITDA Ajustado
4T19: + 109,2%
Margem Ajustada: +2,2p.p.

EBITDA Varejo Ajustado
4T19: + 37,1%
Margem Ajustada: +3,6p.p.

Ajuste operacional com foco em rentabilidade: (i) descontinuidade da operação de Farmácias, com baixa performance; (ii) reforma e conversão de lojas, com crescimento de receita bruta de 15,7% em lojas reformadas (-5,6% em não reformadas).

A receita bruta consolidada da companhia atingiu R$23,4 bilhões. Redução de Receita Bruta no 4T19 x 4T18 em 3,9% devido à redução de área de vendas e reinauguração de lojas (ainda em curva de maturação).

O Lucro Bruto teve crescimento de 4,0% no trimestre, com ganho de margem bruta em 1,9 p.p., devido à implementação de programas de gestão de fornecedores.

O EBITDA Ajustado em 2019 correspondeu a R$378 milhões, com Margem EBITDA Ajustada de 1,8%. No comparativo trimestral, houve aumento de 2,2 p.p., refletindo os ajustes estratégicos da Companhia no período.

As Operações de atacado tiveram aumento de margem EBITDA Ajustada de 1,2 p.p., e operação Varejo apresentou ganho de margem EBITDA Ajustada de 3,6 p.p. também devido aos ajustes operacionais realizados no período, com foco em ganho de eficiência.

Destaques Financeiros e Operacionais

R$ milhões	Atacado				Varejo				Consolidado			
	2019	4T19	4T18	4T19 x 4T18	2019	4T19	4T18	4T19 x 4T18	2019	4T19	4T18	4T19 x 4T18
Receita Operacional Bruta	**9.834**	**2.812**	**2.613**	**7,6%**	**13.532**	**3.645**	**4.106**	**-11,2%**	**23.366**	**6.457**	**6.719**	**-3,9%**
Vendas de Produtos Líquidas	**8.449**	**2.414**	**2.267**	**6,5%**	**11.608**	**3.125**	**3.551**	**-12,0%**	**20.057**	**5.539**	**5.818**	**-4,8%**
Outras Receitas Líquidas	134	34	26	30,8%	388	96	97	-1,0%	522	130	123	5,7%
Receita Operacional Líquida	**8.583**	**2.448**	**2.293**	**6,8%**	**11.996**	**3.221**	**3.648**	**-11,7%**	**20.579**	**5.669**	**5.941**	**-4,6%**
Lucro Bruto	**1.465**	**417**	**336**	**24,1%**	**3.474**	**917**	**947**	**-3,2%**	**4.939**	**1.334**	**1.283**	**4,0%**
Margem Bruta (%)	*17,1%*	*17,0%*	*14,7%*	*2,3 p.p.*	*29,0%*	*28,5%*	*26,0%*	*2,5 p.p.*	*24,0%*	*23,5%*	*21,6%*	*1,9 p.p.*
EBITDA Ajustado [1]	**700**	**215**	**175**	**22,9%**	**920**	**325**	**237**	**37,1%**	**378**	**228**	**109**	**109,2%**
Margem EBITDA Ajustada (%)	*8,2%*	*8,8%*	*7,6%*	*1,2 p.p.*	*7,7%*	*10,1%*	*6,5%*	*3,6 p.p.*	*1,8%*	*4,0%*	*1,8%*	*2,2 p.p.*

	4T19 x 4T18
Crescimento (%) - Lojas Reformadas	**15,7%**
Crescimento (%) - Lojas Não-reformadas	**-5,6%**
Crescimento SSS (%) - Total [2]	**0,7%**

[1] A diferença entre a somatória dos segmentos e o consolidado corresponde a despesas corporativas, as quais incluem despesas com a sede administrativa do Grupo e marketing, entre outras despesas.
[2] Vendas mesmas lojas (SSS) comparam as vendas brutas no período relevante com as do período comparável, com base em vendas brutas realizadas por lojas comparáveis, que são definidas como lojas que estão abertas e operantes já há pelo menos doze meses e que não foram objeto de encerramento ou renovação dentro deste período.

2. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em Agosto de 2018, o Momentum - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia liderado pela Advent International adquiriu 80% do Walmart Brasil. A partir dessa mudança societária, uma nova etapa na história da companhia começou, com gestão local e independente. A companhia redefiniu sua estratégia focando nos seguintes pilares: (1) Crescimento dos formatos de atacado, tanto no atacarejo com o Maxxi quanto no clube de compras com o Sam's Club, (2) Estabilização do Varejo, (3) Eficiência Operacional e todos suportados pela (4) Transformação Cultural.

Já em 2018 iniciamos a Transformação Cultural ao revitalizar o time de gestão, formando o que acreditamos ser um dos melhores e mais experiente de varejo alimentar no Brasil. Redefinimos para os nossos mais de 45 mil colaboradores os pilares comportamentais da companhia: Senso de Urgência, Inconformismo, Dor de Dono e Capacidade de Execução que espelham nosso foco em rentabilidade e produtividade no longo prazo. Ainda no 2° semestre de 2018 redesenhamos a estratégia mercadológica da companhia ao migrar para modelo de precificação *high-low*, e ao reforçar o sortimento das lojas agora com apelo regional e foco no controle de estoque. Visando reduzir o consumo de caixa da companhia fechamos lojas deficitárias, encerramos o marketplace de e-commerce (walmart.com.br) e demos início a diversos projetos de redução de despesas.

No Atacado, começamos o projeto de revitalização do Maxxi em Abril de 2019 visando tornar a loja mais atrativa para consumidores finais. Começamos reinaugurando nossa loja de Taboão da Serra em SP, e até Setembro de 2020 91% dos nossos Atacarejos já foram relançados. Também realizamos em 2019 nossas primeiras conversões ao inaugurar 2 novos Maxxi em SP e 4 novos Sam's em SP, DF e SE.

No Varejo, em Agosto de 2019 iniciamos a estratégia de reposicionamento lançando as marcas regionais do Hipermercado e até julho de 2020, todos os Hipermercados já adotaram uma nova bandeira: BIG nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e BIG Bompreço no Nordeste. As lojas reformadas apresentaram 25% de crescimento desde que foram revitalizadas. Pretendemos seguir com a mesma estratégia para nossos Supermercados.

Ainda em 2019 criamos um FIDC de R$307 milhões, visando melhorar a gestão de caixa de nossos fornecedores e parceiros, sem interferir em nosso próprio caixa.

Com o início da implementação da nossa estratégia vimos a partir do 2º semestre de 2019 os sinais da virada do resultado da Companhia. Com isso, fechamos o ano de 2019 com R$23.366 milhões de faturamento e R$929 milhões de EBITDA, R$378 milhões de EBITDA Ajustado, e mantendo uma posição de caixa líquido de R$435 milhões.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL POR SEGMENTO

OPERAÇÕES DE ATACADO

As operações de Atacado do Grupo Big compreendem o atacarejo Maxxi e o clube de compras Sam´s Club.

Em linha com o processo de otimização da base operacional, a Companhia continua com foco nestes formatos. No 4º trimestre de 2019, 5 lojas da Operação Varejo foram convertidas em Sam´s Club e Maxxi, 3 e 2 lojas respectivamente (no ano, 4 em Sam's Club, 2 em Maxxi).

	Atacado	
	2019	4T19
# Hipermercados transformados em atacado	**6**	5
# Lojas modernizadas e reinauguradas	**39**	36
# Maxxi modernizados e reinaugurados	**39**	21
# Maxxi - não reformados	**6**	6

Em dezembro de 2019, as operações de Atacado contavam com 76 lojas distribuídas em 16 estados brasileiros, além do Distrito Federal, em comparação a 70 lojas no ano anterior. Em 2019, estas lojas representavam uma área de cerca de 371 mil metros quadrados, em comparação a 335 mil metros quadrados em 2018 - um aumento de 10,7% em área.

No 4T19, as lojas das operações de Atacado que passaram por reformas mostraram um ganho de 15,4% em vendas (no conceito de vendas em mesmas lojas) em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior.

	Atacado		
	4T19	4T18	4T19 x 4T18
Número de Lojas (#)	**76**	**70**	**8,6%**
Área de Vendas (000 m2)	*371*	*335*	*10,7%*

	Atacado
	4T19 x 4T18
Vendas Mesmas Lojas (SSS) - Reformadas	**15,4%**
Vendas Mesmas Lojas (SSS) - Não-reformadas	*-1,4%*
Vendas Mesmas Lojas (SSS) - Total	**2,4%**
Vendas Demais Lojas[1] - Total	*na*
Receita Operacional Bruta - Total	**7,6%**

[1] Lojas fechadas por processo de reforma ou conversão durante um dos períodos comparáveis.

Resultados Operacionais

Em 2019, as operações de Atacado apresentaram R$8,4 bilhões de vendas de produtos líquidas e R$1,5 bilhão de lucro bruto, com 17,1% de margem bruta.

No 4T19, as receitas operacionais líquidas oriundas das operações de Atacado corresponderam a R$2,4 bilhões, um aumento de 6,8% comparativamente ao mesmo período do ano anterior, explicado pelo aumento de 10,7% em área de vendas - como parte do plano estratégico da companhia. As novas lojas das operações de Atacado deverão atingir sua maturidade, com ganho de receita por metro quadrado, a partir de 2020.

No período comparativo, as operações de Atacado tiveram ganho de 2,3p.p. em margem bruta, de 14,7% no 4T18 para 17,0% no 4T19, devido a ganhos de eficiência comercial.

A Margem EBITDA Atacado Ajustada teve, no período, um ganho de 1,2p.p., refletindo a gestão de custos da Operação.

Demonstrações do Resultado - Atacado *(R$ milhões)*	2019	4T19	4T18	4T19 x 4T18
Vendas de Produtos Líquidas	**8.449**	**2.414**	**2.267**	**6,5%**
Outras Receitas Líquidas	134	34	26	30,8%
Receita Operacional Líquida	**8.583**	**2.448**	**2.293**	**6,8%**
Vendas em Mesmas Lojas (SSS)	na	*2,4%*	na	na
Custos das mercadorias vendidas	(7.118)	(2.031)	(1.957)	3,8%
CMV / ROL	*82,9%*	*83,0%*	*85,3%*	-2,3 p.p.
Lucro bruto	**1.465**	**417**	**336**	**24,1%**
Margem Bruta	*17,1%*	*17,0%*	*14,7%*	2,3 p.p.
Despesas com vendas, gerais e administrativas (DVGA)	(866)	(254)	(177)	43,5%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	4	2	3	-33,3%
DVGA / ROL	*10,1%*	*10,4%*	*7,7%*	2,7 p.p.
EBITDA Atacado Ajustada	**700**	**215**	**175**	**22,9%**
Margem EBITDA Ajustada (%)	*8,2%*	*8,8%*	*7,6%*	1,2 p.p.

OPERAÇÃO VAREJO

A operação Varejo do Grupo Big compreende as operações das marcas BIG, Super Bompreço, BIG Bompreço, Nacional e Todo Dia.

Em 2019, o plano estratégico da Companhia a transformação de 6 hipermercados em lojas de atacado, além da modernização e reinauguração de 56 lojas. Todas estas ações tiveram com objetivo principal aumentar a receita por metro quadrado.

No ano de 2019, modernizamos e reinauguramos 56 lojas no período de nove meses (sendo 36 no 4T19). Todas estas ações tiveram com objetivo principal relançar as novas marcas e identidade visual nas praças em que estamos presentes e aumentar a atratividade e produtividade das lojas.

	Varejo				
	4T19	3T19	2T19	1T19	4T18
# Lojas modernizadas e reinauguradas	**36**	**20**	**0**	**0**	**0**
# Hipermercados modernizados e reinaugurados	36	20	0	0	0
# Supermercados modernizados e reinaugurados	0	0	0	0	0
# Lojas não reformadas	**160**	**201**	**225**	**236**	**237**
# Hipermercados não reformados	60	101	125	127	128
# Supermercados não reformados	100	100	100	109	109

Adicionalmente, no ano de 2019, a companhia otimizou suas operações e priorizou localidades mais rentáveis. Para tanto, foram fechadas lojas da operação Varejo que apresentavam baixa performance de maneira recorrente e foi descontinuada a operação de farmácias, que não era ligada ao *core* do Grupo e cuja área de vendas foi, em grande parte, disponibilizada para aluguel de terceiros, operadores de farmácias. Desconsiderando a descontinuidade da operação de farmácias, a área de vendas da Operação Varejo foi reduzida em 10,1%, com intuito de ganho de eficiência operacional.

	Varejo		
	4T19	4T18	4T19 x 4T18
Número de Lojas (#)[1]	**326**	**368**	**-11,4%**
Área de Vendas (000 m2)[1]	*1.009*	*1.122*	*-10,1%*

[1] Excluindo-se postos de gasolina e a operação de farmácias, que foi descontinuada em Dezembro/2019.

	Varejo
	4T19 x 4T18
Vendas Mesmas Lojas (SSS) - Reformadas	**10,1%**
Vendas Mesmas Lojas (SSS) - Não-reformadas	*-9,2%*
Vendas Mesmas Lojas (SSS) - Total	**-2,4%**
Vendas Demais Lojas[1] - Total	*na*
Receita Operacional Bruta - Total	**-11,2%**

[1] Lojas fechadas por processo de reforma ou conversão durante um dos períodos comparáveis.

No 4T19, as lojas da operação Varejo que passaram por reformas mostraram um ganho de 10,1% em vendas (no conceito de vendas em mesmas lojas) em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Resultados Operacionais

Em 2019, a operação Varejo alcançou R$11,6 bilhões de vendas de produtos líquidas e R$3,5 bilhões de lucro bruto, com 29,0% de margem bruta.

No 4T19, as vendas de produtos líquidas oriunda da operação Varejo correspondeu a R$3,1 bilhões, uma redução de 12,0% comparativamente ao mesmo período do ano anterior, devido à redução de área de vendas - como parte do plano estratégico da companhia de ganho de eficiência.

A implementação de iniciativas de eficiência comercial, aliada à otimização da base de área de vendas no período comparativo, conforme anteriormente citado, levou ao ganho de 2,5p.p. de margem bruta no período, de 26,0% no 4T18 para 28,5% no 4T19.

O EBITDA Varejo Ajustado, por sua vez, apresentou um ganho de 37,1% (de R$237 milhões para R$325 milhões), com ganho de margem EBITDA Varejo Ajustada em 3,6 p.p..

Demonstrações do Resultado - Varejo *(R$ milhões)*	2019	4T19	4T18	4T19 x 4T18
Vendas de Produtos Líquidas	**11.608**	**3.125**	**3.551**	**-12,0%**
Outras Receitas Líquidas	388	96	97	-1,0%
Receita Operacional Líquida	**11.996**	**3.221**	**3.648**	**-11,7%**
Vendas em Mesmas Lojas (SSS)	na	*-2,4%*	na	na
Custos das mercadorias vendidas	(8.522)	(2.304)	(2.701)	-14,7%
CMV / ROL	*71,0%*	*71,5%*	*74,0%*	-2,5 p.p.
Lucro bruto	**3.474**	**917**	**947**	**-3,2%**
Margem Bruta	*29,0%*	*28,5%*	*26,0%*	2,5 p.p.
Despesas com vendas, gerais e administrativas (DVGA)	(2.905)	(742)	(785)	-5,5%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(7)	(14)	(3)	366,7%
DVGA / ROL	*24,2%*	*23,0%*	*21,5%*	1,5 p.p.
EBITDA Varejo Ajustado	**920**	**325**	**237**	**37,1%**
Margem EBITDA Ajustada (%)	*7,7%*	*10,1%*	*6,5%*	3,6 p.p.

4. RESULTADOS CONSOLIDADOS

	Consolidado			
R$ milhões	2019	4T19	4T18	4T19 x 4T18
Venda Bruta de Produtos	**22.778**	**6.305**	**6.555**	**-3,8%**
Vendas em Mesmas Lojas (SSS)	*na*	*0,7%*	*na*	*na*
Impostos e Devoluções	(2.721)	(766)	(737)	3,9%
Vendas de Produtos Líquidas	**20.057**	**5.539**	**5.818**	**-4,8%**
Outras Receitas Líquidas	522	130	123	5,7%
Receita Operacional Líquida	**20.579**	**5.669**	**5.941**	-4,6%
Custos	(15.640)	(4.335)	(4.658)	-6,9%
Custos / ROL	*76,0%*	*76,5%*	*78,4%*	*-1,9 p.p.*
Lucro Bruto	**4.939**	**1.334**	**1.283**	4,0%
Margem Bruta	*24,0%*	*23,5%*	*21,6%*	*1,9 p.p.*
Despesas Operacionais	**(4.598)**	**(1.175)**	**(1.027)**	**14,4%**
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(5.130)	(1.308)	(1.116)	17,2%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	532	133	89	49,4%
DVGA / ROL	*24,9%*	*23,1%*	*18,8%*	*4,3 p.p.*
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	**341**	**159**	**256**	**-37,9%**
Margem Operacional	*1,7%*	*2,8%*	*4,3%*	*-1,5 p.p.*
Resultado Financeiro	**(272)**	**(86)**	**(135)**	**-36,3%**
Despesas financeiras	(489)	(119)	(192)	-38,0%
Receitas financeiras	217	33	57	-42,1%
IR/CS Correntes	(68)	13	-	na
IR/CS Diferidos	3	(1)	(1)	na
Lucro (Prejuízo) Líquido	**4**	**85**	**120**	-29,2%
Margem Líquida	*0,0%*	*1,5%*	*2,0%*	*-0,5 p.p.*
EBITDA Ajustado	**378**	**228**	**109**	-109,2%
Margem EBITDA Ajustada (%)	*1,8%*	*4,0%*	*1,8%*	*2,2 p.p.*

Receita de Vendas e Mix de Vendas

A venda bruta de produtos do Grupo Big em 2019 totalizou R$22,8 bilhões.

No 4T19, a venda bruta de produtos correspondeu a R$6,3 bilhões, ante R$6,6 bilhões no mesmo período do ano anterior, uma redução de 3,8%, explicada pelo plano estratégico de otimização da base de lojas com foco em rentabilidade, descontinuidade de áreas non-core (farmácias) e consequente redução da área de vendas.

A receita operacional líquida de 2019 correspondeu a R$20,6 bilhões. No 4T19, a receita líquida foi de R$5,7 bilhões, contra R$5,9 bilhões no 4T18, uma redução de 4,6%.

Como se considera o início de operação no formato atual a partir de agosto de 2018, as Vendas em Mesmas Lojas (SSS) são apresentadas apenas para o 4T19, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Neste sentido, as lojas reformadas apresentaram um crescimento de 15,7%.

Lucro Bruto e Margem Bruta

No ano de 2019, o lucro bruto correspondeu a R$4,9 bilhões, com margem bruta de 24,0%.

No 4T19, lucro bruto atingiu R$1,3 bilhões, 4,0% maior em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior, com ganho de margem bruta sobre vendas de Produtos Líquidas de 1,9 p.p. no período. Ajustado pelo efeito mix entre Atacado e Varejo, a margem bruta apresenta crescimento de 2,5p.p. comparado com 4T18.

Despesas Operacionais

Em 2019, as Despesas Operacionais totalizaram R$4,6 bilhões, sendo que as despesas com vendas, gerais e administrativas (DVGA) da Companhia representaram, de maneira consolidada, 24,9% da receita operacional líquida.

Em relação ao segmento Corporativo, as despesas com vendas, gerais e administrativas em 2019 corresponderam a R$1,4 bilhão.

No trimestre, as DVGA corresponderam a R$312 milhões, uma redução de 4,6% em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior normalizado[1].

Outras receitas operacionais líquidas no período e no ano relacionam-se a itens não recorrentes, como reversão de *impairment* e créditos extemporâneos.

	Corporativo			
R$ milhões	**2019**	**4T19**	**4T18**	**4T19 x 4T18**
Despesas Operacionais	**(824)**	**(167)**	**(65)**	**156,9%**
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(1.359)	(312)	(154)[1]	102,6%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	535	145	89	62,9%

[1] Inclui reversão de provisão não recorrente de R$173. A DVGA normalizada é de R$327.

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado da Companhia em 2019 totalizou R$378 milhões, com margem EBITDA Ajustada sobre vendas líquidas de produtos de 1,8%. Este valor desconsidera efeitos não-caixa e/ou não-recorrentes, como reversão de *impairment,* ajustes a valor presente, lucro ou prejuízo em vendas de ativos e créditos extemporâneos, entre outros.

No último trimestre de 2019, o EBITDA Ajustado foi de R$228 milhões, um crescimento de 109,2% em relação ao 4T18 (R$109 milhões), fruto dos ajustes operacionais citados anteriormente. A Margem EBITDA Ajustada sobre vendas líquidas de produtos apresentou ganho de 2,2p.p.

Reconciliação EBITDA e EBITDA Ajustado *(R$ milhões)*	**2019**	**4T19**	**4T18**	**4T19 x 4T18**
Lucro Líquido	**4**	**85**	**120**	**-29,2%**
(+) IR, CSLL	65	(12)	1	na
(+) Resultado Financeiro Líquido	272	86	135	-36,3%
(+) Depreciação e Amortização	588	145	91	59,3%
(=) EBITDA	**929**	**304**	**347**	**-12,4%**
	4,5%	5,4%	5,8%	-0,4 p.p.
(+/-) Efeitos não-recorrentes	**(551)**	**(76)**	**(238)**	**-68,1%**
Créditos tributários	(390)	(60)	(44)	36,4%
Outros ajustes não recorrentes[2]	(161)	(16)	(194)	-91,8%
(=) EBITDA Ajustado[1]	**378**	**228**	**109**	**109,2%**
Margem EBITDA Ajustado	*1,8%*	*4,0%*	*1,8%*	2,2 p.p.

1 O EBITDA Ajustado representa uma medição não contábil elaborada pela Companhia, que corresponde ao EBITDA acrescido (ou decrescido) de itens não-recorrentes, não-operacionais ou de efeito não-caixa, como reversão de *impairment*, ajuste a valor justo de contas a receber, créditos extemporâneos, entre outros itens não-recorrentes.
2 Inclui substancialmente reversão de impairment e custos de fechamento de lojas, entre outros.

Resultado Financeiro

No exercício fiscal de 2019, o resultado financeiro líquido totalizou R$272 milhões negativos, em grande parte decorrentes de juros sobre contingências (juros passivos) e juros sobre passivos de arrendamentos.

No 4T19, este valor correspondeu a R$86 milhões negativos, em comparação a R$135 milhões negativos no 4T18, especialmente devido à redução de juros passivos e ao fechamento de lojas (e consequente redução de juros sobre passivos de arrendamento).

Resultado Financeiro *(R$ milhões)*	2019	4T19	4T18	4T19 x 4T18
Resultado Financeiro	**(272)**	**(86)**	**(135)**	**-36,3%**
Despesas financeiras	**(489)**	**(119)**	**(192)**	**-38,0%**
Encargos financeiros	(60)	(16)	(19)	-15,8%
Juros passivos	(223)	(55)	(101)	-45,5%
Juros sobre passivo de arrendamento	(195)	(45)	(71)	-36,6%
Variação cambial passiva	(11)	(3)	(1)	200,0%
Receitas financeiras	**217**	**33**	**57**	**-42,1%**
Receitas financeiras	84	21	(18)	-216,7%
Outras receitas	42	-	13	na
Juros ativos	84	9	50	-82,0%
Variação cambial ativa	7	3	12	-75,0%

Lucro Líquido

A Companhia registrou lucro líquido de R$4,0 milhões em 2019. No quarto trimestre do ano, o lucro líquido atingiu R$85 milhões, revertendo prejuízos no 1T19 e 2T19. Este valor correspondeu a uma redução em 29,2% comparativamente ao mesmo trimestre do ano anterior, especialmente devido ao ajuste da operação e a itens não-recorrentes.

A margem líquida sobre a receita operacional líquida passou de 2,0% a 1,5%, devido à menor diluição de despesas fixas, como anteriormente explicado, e a fatores não-recorrentes. Em relação às despesas, fazemos notar que se espera uma diluição gradual de despesas fixas com a curva de ramp-up das lojas reinauguradas no ano.

5. INVESTIMENTOS, ENDIVIDAMENTO E GESTÃO DE CAIXA

Investimentos

Em 2019, os investimentos da Companhia totalizaram R$637,0 milhões, incluindo conversão e reabertura de lojas, reformas e manutenção, além de investimentos em TI (incluindo principalmente transição de sistemas) e outros.

No 4T19, os investimentos corresponderam a 345,1 milhões, mais de sete vezes o valor relativo ao mesmo período do ano anterior, em consonância com a estratégia operacional do Grupo Big de:

- Transformação das lojas do Walmart em BIG;
- Transformação de hipermercados em lojas de atacado, com melhor rentabilidade;
- Reformas e modernização de lojas da operação varejo, com foco em aumento de receita por metro quadrado;
- Projetos de eficiência operacional; e
- Conversão de sistemas e implementação de ERP apartado da operação do Walmart (“Transição de Sistema”).

O 4T19 representou 54,2% do total de investimentos em 2019. A representatividade do último trimestre reflete o avanço gradual da estratégia operacional da empresa ao longo do ano de 2019 e o foco em reabertura de lojas reformadas durante o quarto trimestre, que é, historicamente, o mais representativo em termos de vendas.

Investimentos *(R$ milhões)*	2019	4T19	4T18	Var.
Conversão e Aberturas de Lojas	110,7	67,6	0,4	16800,0%
Reformas e Manutenção	333,2	190,9	20,4	835,8%
TI	99,5	35,9	17,1	109,9%
Outros	93,6	50,7	9,4	439,4%
Total Investimentos	**637,0**	**345,1**	**47,3**	**629,6%**

Dívida Líquida

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo apresentava caixa líquido de R$435 milhões desconsiderando o impacto do IFRS 16. Neste sentido, enfatizamos que não há crédito tomado com instituições financeiras na Companhia.

Em Setembro de 2019, a Companhia iniciou uma operação com o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC F500 plus), com o objetivo de desenvolver uma nova estrutura de antecipação de faturas a fornecedores. Desta forma, a Companhia disponibiliza a seus fornecedores a possibilidade de antecipação de recebíveis, o que possibilita aos fornecedores trabalharem de acordo com sua necessidade de fluxo de caixa. A utilização dessa linha é opcional e tem como objetivo fortalecer a relação comercial entre as partes.

Caixa Líquido (Dívida líquida) - *(R$ milhões)*	4T19	4T18	4T20 x 4T19
Empréstimos e Financiamentos	-	-	na
Caixa e Equivalentes de Caixa	435	474	-8,2%
Caixa Líquido (Dívida Líquida) - Excluindo efeitos do IFRS16	**435**	**474**	**-8,2%**

Capital de Giro Operacional

Em 2019, a administração trabalhou com foco em reduzir sua necessidade de capital de giro operacional, especialmente no que tange à manutenção de níveis adequados de estoque, aliado à gestão de prazos de pagamento a fornecedores, levando a uma melhoria de 25 dias para 14 dias de capital de giro. A evolução pode ser observada abaixo.

Capital de Giro Consolidado (R$ Milhões)	4T19	Dias	4T18	Dias
Estoques (*)	2.721	53	2.870	51
Contas a receber (**)	1.706	28	1.888	27
Fornecedores (***)	(3.550)	(67)	(2.961)	(53)
Capital de giro	**877**	**14**	**1.797**	**25**

(*) Estoque líquido de provisões.
(**) Contas a receber líquido de descontos de duplicatas.
(***) Fornecedores relacionados ao negócio, líquidos de fornecedores em atrasos e Factoring.

6. ESG

Somos um grupo focado em cuidar de nossa sociedade e de nosso planeta. Dentre nossas iniciativas em sustentabilidade, destacamos:

Environmental (E)

Programa Pecuária Sustentável

Promovemos a pecuária sustentável. Utilizamos um sistema de monitoramento de carne bovina no Brasil, garantindo que a produção não seja oriunda de áreas de desmatamento ou proteção ambiental, como terras indígenas. Além de monitorar as fazendas da Amazônia, nosso programa também monitora as do Cerrado.

Economia de Energia

Até o final de 2019, instalamos iluminação LED em 267 lojas [confirmar]. Também trabalhamos para aproveitar melhor a luz natural. A iniciativa teve como objetivo gerar uma economia média de 15% no consumo de energia elétrica, diminuindo o impacto ambiental, além de aumentar a vida útil das lâmpadas e criar ambientes mais agradáveis e eficientes.

Energias Renováveis

Aproximadamente 70% da energia utilizada em nossa operação é extraída de fontes renováveis. Estamos entre os maiores compradores do Mercado Livre de Energia no Brasil.

Reciclagem de Resíduos

Do total de resíduos gerados em nossa operação, cerca de 40% são encaminhados para reciclagem e compostagem.

Social (S)

Formação de Profissionais de Varejo

Formamos profissionais com foco no segmento varejista em nossa Escola Social do Varejo.

Atualmente, a escola possui três núcleos: nos municípios de Osasco (SP), Salvador (BA) e Recife (PE). Dos jovens que terminam a ESV, 80% são inseridos no mercado de trabalho.

Em 2019, a Escola profissionalizou 630 jovens entre 17 e 24 anos, das comunidades onde atuamos.

Programa de Incentivo à Agricultura Familiar

Mais de 6.500 famílias fazem parte do Clube dos Produtores. O programa, que é uma iniciativa da companhia, promove a agricultura familiar e ajuda a melhorar as condições de trabalho no campo, além de levar produtos mais frescos e de maior qualidade aos consumidores.

Diversidade

Promovemos a diversidade em nossas unidades e operações.

Em 2019, a proporção feminina em nosso quadro atingiu 54%, ou seja, aproximadamente 27 mil dos cerca de 50 mil funcionários/colaboradores do grupo são mulheres. A presença feminina alcançou 42% em cargos de liderança como: gerentes, diretoras, coordenadoras e encarregadas de lojas, escritórios corporativos e Centros de Distribuição.

Governança Corporativa (G)

Ética e Compliance

A ética é uma de nossas principais premissas, que norteia todas as tomadas de decisão que envolvam clientes, funcionários, fornecedores e sociedade.

Nosso código de ética e de combate à corrupção estão disponíveis em nosso site (https://www.big.com.br/sobre-o-grupo/etica-e-compliance). Também disponibilizamos um canal de comunicação para que todos de nossa rede de relacionamento possam esclarecer dúvidas e reportar violações ao Código de Ética e à Política de Combate à Corrupção.

7. Evolução de Lojas por Formato

	4T18		Eventos no Período			4T19	
	Lojas	Área de Vendas 000 m²	Lojas Convertidas	Lojas Reformadas	Lojas Fechadas	Lojas	Área de Vendas 000 m²
Hyper	128	840	-6	56	-6	116	751
Super	109	186	0	0	-9	100	173
Sam's Club	27	168	4	0	0	31	193
Maxxi	43	167	2	39	0	45	178
TodoDia	131	96	0	0	-21	110	85
Farmácias	187	9	0	0	-88	99	5
Postos	14	n.a.	0	0	-1	13	n.a.
Varejo	368	1.122	-6	56	-36	326	1.009
Atacado	70	335	6	39	0	76	371

8. Balanço

	Consolidado			Consolidado	
Ativo	**dez/19**	**dez/18**	**Passivo**	**dez/19**	**dez/18**
Circulante	**5.131**	**5.250**	**Circulante**	**4.246**	**4.243**
Caixa e equivalentes de caixa	435	474	Fornecedores	3.281	3.381
Contas a receber	1.638	1.588	Obrigações com passivo de arrendamento	140	40
Estoques	2.772	2.729	Tributos a recolher	140	83
Impostos a recuperar	171	329	Salários e encargos sociais	259	306
Outras contas a receber	115	130	Outras contas a pagar	426	433
Realizável a longo prazo	**2.779**	**1.905**	**Passivo Não circulante**	**5.670**	**4.230**
Impostos a recuperar	1.958	1.047	Obrigações com passivo de arrendamento	2.955	1.749
Depósitos judiciais	746	796	Fundo de investimento em direitos creditórios	307	-
Outras contas a receber	75	62	Partes relacionadas	234	311
			Provisão para demandas judiciais	2.077	2.155
	6.769	**4.995**	Outras contas a pagar	97	15
Imobilizado	3.882	3.463			
Ativos de direito de uso	2.445	1.118	**Patrimônio líquido Atribuído aos Acionistas**	**4.763**	**3.677**
Intangível	442	414	Capital social	182	33
			Reserva de capital	4.598	3.672
Total do ativo não circulante	**9.548**	**6.900**	Prejuízos acumulados	(17)	(28)
Total do ativo	**14.679**	**12.150**	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	**14.679**	**12.150**

9. DRE

	Atacado				Varejo				Corporativo				Consolidado			
R$ milhões	2019	4T19	4T18	4T19 x 4T18	2019	4T19	4T18	4T19 x 4T18	2019	4T19	4T18	4T19 x 4T18	2019	4T19	4T18	4T19 x 4T18
Venda Bruta de Produtos													**22.778**	**6.305**	**6.555**	**-3,8%**
Vendas em Mesmas Lojas (SSS)													*na*	*0,7%*	*na*	*na*
Impostos e Devoluções													(2.721)	(766)	(737)	3,9%
Vendas de Produtos Líquidas	**8.449**	**2.414**	**2.267**	**6,5%**	**11.608**	**3.125**	**3.551**	**-12,0%**					**20.057**	**5.539**	**5.818**	**-4,8%**
Outras Receitas Líquidas	134	34	26	30,8%	388	96	97	-1,0%					522	130	123	5,7%
Receita Operacional Líquida	**8.583**	**2.448**	**2.293**	**6,8%**	**11.996**	**3.221**	**3.648**	**-11,7%**					**20.579**	**5.669**	**5.941**	-4,6%
Custos	(7.118)	(2.031)	(1.957)	3,8%	(8.522)	(2.304)	(2.701)	-14,7%					(15.640)	(4.335)	(4.658)	-6,9%
Custos / ROL	*82,9%*	*83,0%*	*85,3%*	*-2,3p.p.*	*71,0%*	*71,5%*	*74,0%*	*-2,5p.p.*					*76,0%*	*76,5%*	*78,4%*	*-1,9p.p.*
Lucro Bruto	**1.465**	**417**	**336**	**24,1%**	**3.474**	**917**	**947**	**-3,2%**					**4.939**	**1.334**	**1.283**	4,0%
Margem Bruta	*17,1%*	*17,0%*	*14,7%*	*2,3p.p.*	*29,0%*	*28,5%*	*26,0%*	*2,5p.p.*					*24,0%*	*23,5%*	*21,6%*	*1,9p.p.*
Despesas Operacionais	**(862)**	**(252)**	**(174)**	**44,8%**	**(2.912)**	**(756)**	**(788)**	**-4,1%**	**(824)**	**(167)**	**(65)**	**156,9%**	**(4.598)**	**(1.175)**	**(1.027)**	**14,4%**
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(866)	(254)	(177)	43,5%	(2.905)	(742)	(785)	-5,5%	(1.359)	(312)	(154)	102,6%	(5.130)	(1.308)	(1.116)	17,2%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	4	2	3	na	(7)	(14)	(3)	na	535	145	89	62,9%	532	133	89	49,4%
DVGA / ROL	*10,1%*	*10,4%*	*7,7%*	*2,7p.p.*	*24,2%*	*23,0%*	*21,5%*	*1,5p.p.*					*24,9%*	*23,1%*	*18,8%*	*4,3p.p.*
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	**603**	**165**	**162**	**1,9%**	**562**	**161**	**159**	**1,3%**	**(824)**	**(167)**	**(65)**	**156,9%**	**341**	**159**	**256**	**-37,9%**
Margem Operacional	*7,0%*	*6,7%*	*7,1%*	*-0,4p.p.*	*4,7%*	*5,0%*	*4,4%*	*0,6p.p.*					*1,7%*	*2,8%*	*4,3%*	*-1,5p.p.*
Resultado Financeiro													**(272)**	**(86)**	**(135)**	**-36,3%**
Despesas financeiras													(489)	(119)	(192)	-38,0%
Receitas financeiras													217	33	57	-42,1%
IR/CS Correntes													(68)	13	-	na
IR/CS Diferidos													3	(1)	(1)	na
Lucro (Prejuízo) Líquido													**4**	**85**	**120**	-29,2%
Margem Líquida													*0,0%*	*1,5%*	*2,0%*	*-0,5p.p.*
EBITDA	**668**	**194**	**172**	**12,8%**	**797**	**259**	**219**	**18,3%**	**(536)**	**(149)**	**(44)**	**238,6%**	**929**	**304**	**347**	**-12,4%**
Margem EBITDA	*7,8%*	*7,9%*	*7,5%*	*0,4p.p.*	*6,6%*	*8,0%*	*6,0%*	*2,0p.p.*					*4,5%*	*5,4%*	*5,8%*	*-0,4p.p.*
EBITDA Ajustado	**700**	**215**	**175**	**22,9%**	**920**	**325**	**237**	**37,1%**	**(1.243)**	**(312)**	**(304)**	**2,6%**	**378**	**228**	**109**	**109,2%**
Margem EBITDA Ajustada	*8,2%*	*8,8%*	*7,6%*	*1,2p.p.*	*7,7%*	*10,1%*	*6,5%*	*3,6p.p.*					*1,8%*	*4,0%*	*1,8%*	*2,2p.p.*

10. Fluxo de Caixa

	Consolidado	
	2019	2018
Lucro (Prejuízo) do exercício/período	**4**	**(28)**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	589	185
Outros ajustes não-caixa	(86)	93
Lucro (Prejuízo) ajustado	**507**	**250**
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber	(60)	(988)
Estoques	(163)	(176)
Impostos e contribuições a recuperar	(302)	(156)
Fornecedores	(100)	1.267
Pagamento de demandas judiciais	(353)	(214)
Outros ativos e passivos	60	(242)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(411)**	**(259)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Venda de ativo imobilizado	20	28
Adição de ativo imobilizado e intangível	(637)	(61)
Baixa/cisão de empreendimentos imobiliários	-	(72)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**(617)**	**(105)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamento - Principal	(138)	(75)
Pagamento de arrendamento - Juros	(143)	-
Fundo de investimento em direitos creditórios	307	-
Aporte de capital de acionistas	963	750
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**989**	**675**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(39)**	**311**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	474	163
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	435	474
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(39)**	**311**

11. Anexo

As lojas das operações de atacado e varejo encontram-se distribuídas por 17 estados brasileiros, além do distrito federal, conforme abaixo.

Localização de lojas das operações de atacado e varejo em território nacional

12. Glossário

Corporativo: o segmento corporativo inclui despesas com a sede administrativa do Grupo, além de marketing e despesas societárias, entre outras despesas.

Despesas com vendas, gerais e administrativas (DVGA): as despesas com vendas referem-se àquelas que suportam nossas operações, incluindo atividades de logística, pesquisas e serviços relacionados a marketing, publicidade e propaganda, entre outros. Adicionalmente, em termos de despesas gerais e administrativas, incorremos em centro de serviços compartilhados em relação às nossas funções centrais e sede. Estes custos compõem (i) o custo da nossa holding; (ii) determinadas despesas incorridas em relação a determinadas funções de apoio de nossa controladora que são atribuídas aos vários segmentos proporcionalmente às suas vendas; e (iii) as alocações de custos e de gestão.

EBITDA: Consiste no "Lucro líquido do exercício" (ou período) ajustado pelo "Resultado financeiro líquido", pelo "Imposto de renda e contribuição social" e pelas despesas com "Depreciação e amortização". O EBITDA, EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS e não devem ser considerados como alternativas ao lucro líquido ou como medidas de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez.

EBITDA Ajustado: O EBITDA foi ajustado para a alínea da demonstração do resultado "outras receitas e despesas", incluindo valores não-recorrentes referentes a alienação de ativos, *impairment* e repactuação de contratos de aluguel, entre outras receitas e despesas.

LTM: *Last twelve months* ("últimos doze meses").

Margem bruta: Calculamos a margem de lucro bruto como lucro bruto dividido pelas vendas de produtos líquidas do período, expressa em percentual.

Margem EBITDA: Calculamos a Margem EBITDA como o EBITDA Ajustado dividido pelas vendas de produtos líquidas do período, expressa em percentual.

Margem EBITDA ajustada: Calculamos a Margem EBITDA Ajustada como o EBITDA Ajustado dividido pelas vendas de produtos líquidas do período, expressa em percentual.

Margem líquida: Calculamos a margem de lucro líquido como o lucro líquido do período divido pelas vendas de produtos líquidas do período, expressa em percentual.

Vendas em Mesmas Lojas (*Same Store Sales*, ou SSS): As referências a vendas mesmas lojas (SSS) comparam as vendas brutas no período relevante com as do período comparável, com base em vendas brutas realizadas por lojas comparáveis, que são definidas como lojas que estão abertas e operantes já há pelo menos doze meses e que não foram objeto de encerramento ou renovação dentro deste período.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas do
Grupo Big Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Big Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Grupo Big Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 24 de março de 2020, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que ora estão sendo reapresentadas conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1, em decorrência da adequação de divulgações adicionais em atendimento às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), ajuste e reclassificação para melhor apresentação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Reconhecimento de créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ao fato de que a Companhia obteve o trânsito em julgado em relação às suas ações judiciais que discutiam o ressarcimento de créditos relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS Substituição Tributária - ST ("ICMS ST") e a exclusão do ICMS na base de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Em decorrência desses eventos, a Companhia mensurou e registrou parcialmente o montante dos créditos de ICMS ST, PIS e COFINS, pois parte dos créditos referentes aos exercícios de 2002 a 2017 estava em fase de mensuração. A Companhia envidou todos os esforços necessários para apuração e mensuração desses créditos, tendo seus respectivos registros contábeis efetuados quando a mensuração final foi efetivamente concluída e sua existência assegurada. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos

Provisões para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 14, a Companhia é parte passiva em processos fiscais, trabalhistas e cíveis no curso normal de suas atividades, e está sujeita a fiscalizações por parte das autoridades competentes que podem resultar em autos de infração.

O valor estimado das provisões e a divulgação requerida dos processos judiciais e administrativos requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos.

Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento ou mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem impactar significativamente o montante das provisões e as divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Devido ao volume significativo de processos fiscais, trabalhistas e cíveis, à relevância dos valores envolvidos, à complexidade da legislação tributária, trabalhista e cível, em especial no que diz respeito aos valores a serem considerados como base para a provisão de perda, e aos julgamentos significativos exercidos pela Companhia, incluindo as divulgações requeridas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

i) Obtivemos o entendimento sobre o desenho dos controles internos que julgamos como chave relacionados à identificação, ao monitoramento e à avaliação dos processos judiciais, assim como a lista de assessores jurídicos externos e internos da Companhia.

ii) Obtivemos confirmações com os assessores jurídicos externos e internos da Companhia, contemplando a avaliação do risco de perda e os montantes envolvidos nos processos fiscais, trabalhistas e cíveis em aberto.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

iii) Avaliamos, com o auxílio de nossos especialistas na área tributária e com base em uma amostra de processos reclamatórios e posições tributárias tomadas mais significativas, as referidas documentações-suporte, as opiniões legais dos assessores externos e a jurisprudência existente.

iv) Avaliamos, com base em uma amostra de processos, o histórico de perdas de processos trabalhistas utilizado para mensuração da provisão dos processos trabalhistas em fase inicial.

v) Avaliamos, com base em uma amostra de processos, a integridade e a precisão dos dados utilizados nos cálculos efetuados pela Administração da Companhia.

vi) Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideraram as informações relevantes, em especial as relativas aos requerimentos de divulgação relacionada com a transição da norma e seu impacto contábil.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências no controle interno relacionadas à valorização dos processos, mas que não resultaram em ajustes, de acordo com as normas aplicáveis. Em função disso, alteramos a nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis estimadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Adoção inicial do novo pronunciamento técnico
CPC 06 (R2)/IFRS 16 -Operações de Arrendamento Mercantil

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 15, a Companhia mantém compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamentos, principalmente de imóveis onde operam suas lojas, sedes administrativas e centros de distribuição, entre outros.

O novo pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16 - "Leases"), que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, introduziu requerimentos contábeis complexos que servem de base para mensuração do direito de uso de um ativo, assim como do passivo de arrendamento, e estão relacionados à: (i) determinação da taxa de desconto de cada contrato de arrendamento; (ii) determinação dos prazos de cada contrato de arrendamento, o que inclui a avaliação sobre direitos de renovações e/ou rescisões antecipadas; e (iii) determinação dos componentes de arrendamento e de não arrendamento dos contratos.

Devido ao volume de contratos, ao julgamento inerente ao processo de mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como pelo fato de as variações das premissas utilizadas poderem impactar significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, esse assunto foi considerado como significativo para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

i) Obtivemos o entendimento sobre o desenho dos controles internos que julgamos como chave relacionados à identificação dos contratos de arrendamento e a captura das informações dos contratos de arrendamentos necessárias para mensuração do direito de uso e passivo de arrendamento.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

ii) Avaliamos as políticas contábeis da Companhia para obtermos razoável segurança de que estavam em consonância com os requisitos do pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16.

iii) Avaliamos, com o auxílio de especialistas atuariais, a razoabilidade das premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto utilizadas.

iv) Testamos, com base em uma amostra de contratos, os prazos de arrendamentos e os valores utilizados na mensuração com os respectivos contratos, bem como avaliamos a razoabilidade dos julgamentos aplicados pela Companhia para determinação dos prazos de arrendamentos, incluindo a avaliação da Companhia quanto à razoável certeza de renovação contratual.

v) Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideraram as informações relevantes, em especial as relativas aos requerimentos de divulgação relacionada com os impactos de adoção inicial da norma e seu impacto contábil.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências no controle interno relacionadas à mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento que resultaram em ajustes que foram registrados pela Administração, de acordo com as normas em questão. Em função disso, alteramos a nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores reconhecidos como ativo de direito de uso e passivo de arrendamento, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Recuperação de impostos a recuperar

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 7 e de acordo com a legislação federal e estadual, as compras de mercadorias permitem à Companhia o reconhecimento de créditos de PIS, COFINS e ICMS pagos na aquisição de mercadorias. A Companhia vem acumulando saldos significativos de impostos a recuperar de PIS, COFINS e ICMS.

A Companhia avalia a expectativa de realização dos saldos de impostos a recuperar, a classificação entre ativo circulante e não circulante, assim como a necessidade de constituição de provisão para perdas. Essa avaliação é feita com base em estudos técnicos de recuperabilidade que consideram o histórico de consumo, bem como projeções de compras e vendas de mercadorias, alteração na distribuição logística das mercadorias e solicitações de regimes tributários especiais, entre outras iniciativas.

Devido à relevância dos valores envolvidos e aos julgamentos significativos exercidos pela Companhia para determinar as premissas consideradas nos estudos técnicos de recuperabilidade que podem impactar o valor registrado como provisão de perda nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

i) Obtivemos o entendimento sobre o desenho dos controles internos que julgamos como chave relacionados ao processo de reconhecimento dos impostos a recuperar.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

ii) Avaliamos, com o auxílio de nossos especialistas tributários, o entendimento da metodologia e dos pressupostos-chave utilizados na elaboração do estudo técnico para realização dos impostos a recuperar, por meio de indagação aos responsáveis da área tributária da Companhia.

iii) Envolvemos nossos especialistas tributários para nos auxiliar na revisão da apuração dos impostos a recuperar, considerados na elaboração do estudo técnico de recuperabilidade dos impostos a recuperar.

iv) Revisamos, com o auxílio de nossos especialistas tributários, as premissas-chave incluídas no plano de recuperação dos impostos, criado pela Companhia, bem como revisamos as evidências que suportam as ações já implementadas.

v) Aplicamos testes documentais na estimativa de recuperação dos impostos a recuperar registrados, bem como sua apresentação entre ativos circulantes e não circulantes.

vi) Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes relacionadas ao tema.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os julgamentos exercidos pela Companhia na determinação da realização dos impostos a recuperar, bem como pelas devidas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Registro dos créditos extemporâneos de ICMS
na base de cálculo do PIS e da COFINS e ICMS ST

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 7.2, a Companhia obteve êxito nos processos fiscais relacionados ao ressarcimento do ICMS ST e do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, através do trânsito em julgado em novembro de 2018 e fevereiro, julho e agosto de 2019. Os referidos processos transitados em julgado contemplavam vários períodos de apuração; alto volume de dados; diferentes regras de tributação aplicáveis a entidades legais distintas da Companhia; complexidade sistêmica na compilação e no processamento dos dados, bem como necessidade de se gerar evidenciação, incluindo a identificação da documentação original disponível, que permitisse, a qualquer momento, a sua revisão e auditoria pelas autoridades fiscais, e assegurar a existência dos créditos.

Devido à relevância dos valores envolvidos, compostos por um longo período de transações, com alto volume de dados, alta complexidade sistêmica envolvendo a compilação destes, incluindo o processamento e cálculo dos créditos tributários, e dos julgamentos significativos da Administração sobre as modalidades de ICMS que originaram os referidos créditos tributários, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

i) Obtivemos entendimento sobre o desenho dos controles internos chave implementados pela Companhia no processo de identificação das documentações-suporte, mensuração e reconhecimento dos créditos tributários.

ii) Avaliamos, com o auxílio de nossos especialistas tributários, os procedimentos adotados pela Administração no levantamento das documentações-suporte, na mensuração e no reconhecimento dos créditos tributários.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

iii) Revisamos, com o auxílio de nossos especialistas tributários, a documentação da decisão judicial (trânsito em julgado), as opiniões legais emitidas, os aspectos legais e tributários da legislação brasileira para entendimento do mérito e da argumentação que orientou a Companhia sobre o reconhecimento e a mensuração do ativo reconhecido através da análise dos cálculos e das documentações-suporte dos montantes a serem compensados.

iv) Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes relacionadas ao tema.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam o registro de créditos de ICMS na base de PIS, COFINS e ICMS ST, os quais não foram registrados pela Administração por terem sido considerados imateriais. Em função disso, alteramos a nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os julgamentos exercidos pela Administração na determinação dos procedimentos para o levantamento e a obtenção das documentações--suporte para o registro dos créditos de ICMS na base de cálculo do PIS, da COFINS e do ICMS ST, bem como pelas devidas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se essa outras informação está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcida de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de outubro de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vagner Ricardo Alves
Contador
CRC nº 1 SP 215739/O-9

2020SP000951_Relatório do Auditor - incluindo PAA 2019.docx

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

GRUPO BIG BRASIL S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro
(Em milhões de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	26	16	435	474
Contas a receber	5	-	-	1.638	1.588
Estoques	6	-	-	2.772	2.729
Impostos a recuperar	7	-	-	171	329
Despesas antecipadas		-	-	41	42
Outras contas a receber		-	-	74	88
Total do ativo circulante		**26**	**16**	**5.131**	**5.250**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	5	-	-	12	-
Impostos a recuperar	7	-	-	1.958	1.047
Despesas antecipadas		-	-	11	-
Depósitos judiciais	14	-	-	746	796
Outras contas a receber		7	-	52	62
Total realizável a longo prazo		**7**	**-**	**2.779**	**1.905**
Investimentos	10	4.951	3.948	-	-
Imobilizado	11	-	-	3.882	3.463
Ativos de direito de uso	11	-	-	2.445	1.118
Intangível	12	-	-	442	414
		4.951	**3.948**	**6.769**	**4.995**
Total do ativo não circulante		**4.958**	**3.948**	**9.548**	**6.900**
Total do ativo		**4.984**	**3.964**	**14.679**	**12.150**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUPO BIG BRASIL S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro
(Em milhões de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Circulante					
Fornecedores	13	-	-	3.281	3.381
Obrigações com passivo de arrendamento	15	-	-	140	40
Partes relacionadas	9	6	2	-	-
Tributos a recolher		-	-	140	83
Salários e encargos sociais		-	-	259	306
Receita diferida		-	-	145	116
Outras contas a pagar		1	-	281	317
Total do passivo circulante		**7**	**2**	**4.246**	**4.243**
Não circulante					
Obrigações com passivo de arrendamento	15	-	-	2.955	1.749
Fundo de investimento em direitos creditórios	16	-	-	307	-
Partes relacionadas	9	214	258	234	311
Provisão para demandas judiciais	14	-	-	2.077	2.155
Receita diferida		-	-	97	15
Provisão para perda de investimento	10	-	27	-	-
Total do passivo não circulante		**214**	**285**	**5.670**	**4.230**
Patrimônio líquido					
Capital social	17	182	33	182	33
Reserva de capital	17	4.598	3.672	4.598	3.672
Prejuízos acumulados		(17)	(28)	(17)	(28)
Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas		**4.763**	**3.677**	**4.763**	**3.677**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**4.984**	**3.964**	**14.679**	**12.150**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUPO BIG BRASIL S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhões de reais - R$, exceto o lucro (prejuízo) líquido do período por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	18	-	-	**20.579**	**9.535**
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	20	-	-	(15.640)	(7.400)
Lucro bruto		-	-	**4.939**	**2.135**
Receitas (despesas)					
Despesas com vendas, gerais e administrativas	20	(5)	(1)	(5.130)	(2.053)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	20	-	-	532	87
Resultado de equivalência patrimonial	20	15	(21)	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		**10**	**(22)**	**341**	**169**
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	21	(12)	(7)	(489)	(277)
Receitas financeiras	21	1	1	217	80
Resultado financeiro líquido		**(11)**	**(6)**	**(272)**	**(197)**
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(1)**	**(28)**	**69**	**(28)**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	8	-	-	(68)	-
Diferidos	8	5	-	3	-
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício/período		**4**	**(28)**	**4**	**(28)**
Atribuível aos:					
Acionistas				4	(28)
Resultado por ação (reais por ação)					
Básico	25			0,01	(0,06)
Diluído	25			0,01	(0,06)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUPO BIG BRASIL S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhões de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro (Prejuízo) do exercício/período	**4**	**(28)**	**4**	**(28)**
Resultado abrangente do exercício/período	**4**	**(28)**	**4**	**(28)**
Atribuível aos:				
Acionistas			4	(28)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUPO BIG BRASIL S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhões de reais - R$)

		Capital Social		Reserva de capital				
	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de capital	Reserva de capital a integralizar	Ágio/deságio na subscrição	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas
APORTE INICIAL DOS ATIVOS EM 31/07/2018		**1.240**	**-**	**2.997**	**-**	**-**	**-**	**4.237**
Aumento de capital	17	190	(115)	1.710	(1.035)	-	-	750
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	(28)	(28)
Redução de capital	17	(1.282)	-	-	-	-	-	(1.282)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		**148**	**(115)**	**4.707**	**(1.035)**	**-**	**(28)**	**3.677**
Reflexo da adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16		-	-	-	-	-	7	7
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	4	4
Ajuste do cálculo final de preço de aquisição	17.2	-	-	-	-	55	-	55
Aumento de capital - via integralização de ativo imobilizado	17	57	-	-	-	-	-	57
Aumento de capital	17	17	-	-	-	148	-	165
Integralização de capital	17	-	75	-	675	48	-	798
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		**222**	**(40)**	**4.707**	**(360)**	**251**	**(17)**	**4.763**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUPO BIG BRASIL S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhões de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (Prejuízo) do exercício/período		**4**	**(28)**	**4**	**(28)**
Ajustes para:					
Depreciações e amortizações	11 e 12	-	-	385	174
Créditos tributários	7.2	-	-	(450)	(56)
Provisão para expectativa de perda de crédito	5	-	-	(2)	(4)
Provisão (reversão) para perdas de estoques	6	-	-	120	(88)
Provisão (reversão) para demandas judiciais	14	-	-	94	(68)
Atualização monetária sobre demandas judiciais	14	-	-	181	159
Reversão de "impairment"	11			(161)	(90)
Juros sobre arrendamento mercantil	15	-	-	206	77
Desreconhecimento de arrendamento mercantil		-	-	(109)	-
Depreciação de ativos de direito de uso	11	-	-	204	11
Baixa de ativo imobilizado e intangível	11 e 12	-	-	35	163
Resultado de equivalência patrimonial	10	(15)	21	-	-
		(11)	**(7)**	**507**	**250**
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber		-	-	(60)	(988)
Estoques		-	-	(163)	(176)
Impostos e contribuições a recuperar		-	-	(302)	(156)
Depósitos judiciais		-	-	50	7
Outros ativos		(7)	-	15	35
Fornecedores		-	-	(100)	1.267
Impostos a recolher		-	-	76	12
Outros passivos		5	-	(40)	(356)
Partes relacionadas		11	8	(22)	60
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(19)	-
Pagamento de demandas judiciais		-	-	(353)	(214)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**(2)**	**1**	**(411)**	**(259)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Venda de ativo imobilizado		-	-	20	28
Adição de ativo imobilizado e intangível	11 e 12	-	-	(637)	(61)
Aporte de capital em controladas	10	(951)	(740)	-	-
Baixa/cisão de empreendimentos imobiliários		-	-	-	(72)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		**(951)**	**(740)**	**(617)**	**(105)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de arrendamento - Principal	15	-	-	(138)	(75)
Pagamento de arrendamento - Juros	15	-	-	(143)	-
Fundo de investimento em direitos creditórios	16	-	-	307	-
Aporte de capital de acionistas	17	963	750	963	750
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		**963**	**750**	**989**	**675**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**10**	**11**	**(39)**	**311**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		16	5	474	163
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	26	16	435	474
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**10**	**11**	**(39)**	**311**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUPO BIG BRASIL S.A.

Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhões de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas	-	-	23.537	10.635
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	-	-	22.820	10.513
Outras Receitas	-	-	715	119
Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-	-	2	3
Insumos adquiridos de terceiros	(5)	(2)	(19.385)	(9.163)
Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-	-	(17.516)	(8.252)
Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	(5)	(2)	(2.179)	(1.014)
Recuperação de valores ativos	-	-	310	103
Valor adicionado bruto	(5)	(2)	4.152	1.472
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-	(588)	(185)
Valor Adicionado Líquido Produzido	(5)	(2)	3.564	1.287
Valor Adicionado Recebido em Transferência	16	(20)	176	69
Resultado de Equivalência Patrimonial	15	(21)	-	-
Receitas Financeiras	1	1	176	69
Valor Adicionado Total a Distribuir	11	(22)	3.740	1.356
Distribuição do Valor Adicionado	11	(22)	3.740	1.356
Pessoal	-	-	2.049	697
Remuneração Direta	-	-	1.387	637
Benefícios	-	-	304	121
FGTS	-	-	145	69
Demandas judiciais trabalhistas	-	-	213	(130)
Impostos, Taxas e Contribuições	(5)	-	1.076	348
Federais	(5)	-	601	211
Estaduais	-	-	373	95
Municipais	-	-	102	42
Remuneração de Capitais de Terceiros	12	6	611	339
Juros	12	6	453	263
Aluguéis	-	-	116	76
Outros - Royalties	-	-	42	-
Remuneração de Capitais Próprios	4	(28)	4	(28)
Lucro (prejuízo) Retidos	4	(28)	4	(28)
	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUPO BIG BRASIL S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019

Índice

1.	CONTEXTO OPERACIONAL	16
2.	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	17
3.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	19
4.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21
5.	CONTAS A RECEBER	22
6.	ESTOQUES	23
7.	IMPOSTOS A RECUPERAR	24
8.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	25
9.	PARTES RELACIONADAS	26
10.	INVESTIMENTOS	28
11.	IMOBILIZADO E ATIVOS DE DIREITO DE USO	29
12.	INTANGÍVEL	30
13.	FORNECEDORES	32
14.	DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS	33
15.	OBRIGAÇÕES COM PASSIVO DE ARRENDAMENTO	36
16.	FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS (FIDC)	37
17.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39
18.	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	40
19.	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	40
20.	DESPESAS POR NATUREZA	41
21.	RESULTADO FINANCEIRO	42
22.	GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS	43
23.	COBERTURA DE SEGUROS	46
24.	PLANO DE OPÇÕES DE AÇÕES	46
25.	RESULTADO POR AÇÃO	47
26.	TRANSAÇÕES NÃO CAIXA	48
27.	EVENTOS SUBSEQUENTES	48

GRUPO BIG BRASIL S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhões de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo Big Brasil S.A. (anteriormente Bompreço do Brasil Participações S.A.), doravante denominado "Controladora" ou "Companhia", foi constituído em dia 15 de maio de 2018, na forma de sociedade anônima de capital fechado teve sua razão social alterada em 9 de setembro de 2019. Tem sede na Av. Tucunaré, 125, cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Brasil e tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding").

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Consolidado" ou "Grupo"). O Grupo está envolvido primariamente na comercialização, no varejo e no atacado, de produtos alimentícios, artigos de vestuário, eletroeletrônicos, combustíveis e farmácias em lojas especializadas denominadas "Sam's Club", "Maxxi", "Big", "Big Bompreço", "Walmart Supercenter", "Hiper Bompreço", "Super Bompreço", "Todo Dia", "Hiper Todo Dia", "Mercadorama" e "Nacional". A Transportadora Bompreço Ltda. ("Transportadora") tem como objeto social a exploração de atividades relacionadas ao transporte rodoviário.

O Grupo foi criado em 4 de junho de 2018, quando o WMT Brasília celebrou um acordo de alienação de 80% da participação no Walmart Brasil ao Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Momentum"), que é o acionista controlador direto do Grupo e está sediado no Brasil.

1.1. Empreendimentos Imobiliários

Como parte do planejamento estratégico, o Grupo promoveu em 2018 uma reestruturação de seu portfólio imobiliário através de cessão de parcela minoritária dos imóveis das suas lojas a novas sociedades constituídas para investimento, gestão e administração imobiliária, que passaram a ser detidas pelo Walmart e Momentum, nas mesmas proporções do Grupo.

A cessão da titularidade dos imóveis resultou em uma redução de patrimônio no Grupo em 2018 no montante de R$1.282 através da redução de capital social no mesmo valor e o ativo imobilizado passou a ser refletido no balanço patrimonial do Grupo como arrendamento na forma de ativo de direito de uso, representando contrato de aluguel de 20 anos, renováveis por mais 20 anos, entre o Grupo e as novas sociedades imobiliárias.

1.2. Operações com FIDC

O Grupo iniciou em 8 de junho de 2019 a operação com o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC F500 plus), com o objetivo de desenvolver uma nova estrutura de antecipação de faturas à fornecedores do Grupo, visando a oferecer alternativa de gestão de caixa a seus fornecedores sem alocação de caixa próprio do Grupo, conforme divulgado na nota 16.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota 3.4.

2.1. Reemissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 foram originalmente emitidas em 24 de março de 2020 e o Conselho de Administração, com o objetivo de adequar às exigências regulatórias aplicáveis às Companhias Abertas registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), decidiu reapresentar as respectivas demonstrações financeiras para incluir a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), informação por segmento e adequar as exigências trazidas pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, que apresenta, entre outros, a metodologia a ser aplicada na mensuração dos "ativos de direito de uso" e a "obrigação com passivo de arrendamento", bem como efetuou reclassificações de determinadas contas, para aprimoramentos de divulgação, sem modificação do resultado do exercício e do patrimônio líquido de 2019, aprovou a remissão destas demonstrações financeiras em 14 de outubro de 2020. De forma resumida, as principais reclassificações efetuadas podem ser assim demonstradas:

Balanço patrimonial

					2019
	Nota	Original	Reclassificação	Ajuste	Reapresentado
Imobilizado (i)	11	3.340	542	-	3.882
Ativos de direito de uso (i) (ii)	11	2.819	(542)	168	2.445
Obrigações com passivo de arrendamento não circulante (ii)	15	(2.787)	-	(168)	(2.955)

(i) Reclassificação do impairment do imobilizado para o ativo de direito de uso

(ii) Ajuste do impacto do PIS e COFINS sobre o passivo de arrendamento.

				2018
	Nota	Original	Reclassificação	Reapresentado
Imobilizado (iii)	11	2.954	509	3.463
Arrendamento mercantil (iii)	11	1.627	(509)	1.118

(iii) Reclassificação do impairment do imobilizado para o arrendamento mercantil.

2.2. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Imobiliários ("CVM").

2.2.1. Comparabilidade

As informações financeiras de 2018, individuais e consolidadas, para a Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstrações do Resultado Abrangente não são comparativas com o exercício corrente, pois compreendem ao período de 5 meses sendo de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2018, devido ao Grupo ter adquirido o controle das empresas operacionais a partir desta data.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.4. Declaração de relevância

Em conformidade com a OCPC07 - Evidenciação na divulgação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades do Grupo.

2.5. Adoção de normas novas, alterações e interpretações de normas

Alterações às IFRS e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente.

As mudanças nos pronunciamentos contábeis foram refletidas nas informações consolidadas do Grupo para o exercício findo em 2019, conforme descrito a seguir:

<u>CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos</u>

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1)/IAS 17.

O Grupo optou por fazer a transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, sem reapresentar as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, referentes ao período de 5 meses findos em 31 de dezembro de 2018 (apresentadas de acordo com CPC 06 (R1)/IAS 17 e ICPC 03 (IFRIC 04)), e sem reavaliar se o contrato contém ou não um componente de arrendamento na data inicial do contrato. Em 1º de janeiro de 2019 o Grupo determinou que 130 contratos no consolidado estão no escopo do CPC 06 (R2)/IFRS 16. Tais contratos apresentam prazo de arrendamento médio de trinta anos.

A partir de 1º de janeiro de 2019, todos os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito-de-uso e um passivo de arrendamento, exceto por: (i) arrendamentos de ativos de baixo valor; e (ii) arrendamentos cujos prazos remanescentes são de 12 meses ou menos.

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por referência à taxa incremental. As taxas adotadas pelo Grupo consideram o custo de capital projetado d o Grupo ao prazo do contrato de arrendamento. O Grupo optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes. A taxa média ponderada determinada pelo Grupo é de 9,8% a.a. Os pagamentos variáveis de arrendamento não são incluídos na mensuração do passivo de arrendamento.

Ativos de direito de uso são inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento, reduzidos por quaisquer incentivos de arrendamento recebidos e aumentados para:

- Pagamentos de arrendamento feitos no início ou antes do início do arrendamento.
- Custos diretos iniciais incorridos.
- O valor de qualquer provisão reconhecida quando o Grupo é obrigado, por contrato, a desmontar, remover ou restaurar o ativo arrendado.

Os expedientes práticos aplicados pelo Grupo para adoção do CPC 06-R2/IFRS 16 foram:

- Aplicar a forma retrospectiva com efeito cumulativo de aplicação inicial, não reapresentando períodos anteriores.
- Não reconhecer arrendamentos de curto prazo (até 12 meses).
- Não reconhecer arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

O Grupo também optou por não reavaliar se um contrato é, ou se contém, um arrendamento na data da adoção inicial. Em vez disso, para contratos firmados antes da data de transição, o Grupo utilizou sua avaliação efetuada aplicando o IAS 17/CPC 06 (R1) e a IFRIC 4/ICPC 03 - "Determinação se um Acordo contém um Arrendamento".

As contas patrimoniais sofreram alterações significativas, pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento ajustado ao valor presente de R$877. Tais contratos eram divulgados anteriormente como arrendamento operacional.

O quadro abaixo representa os contratos que em 1º de janeiro de 2019 estavam sujeitos à adoção no CPC 06-R2/IFRS 16, representados substancialmente por imóveis (Lojas e Centros de Distribuição):

	Consolidado
	2019
Ativos de direito de uso	**877**
Ativos de direito de uso	877
Passivos de arrendamento financeiro	**(877)**
Passivos de arrendamento financeiro	(838)
Provisão custo de remoção	(39)

ICPC 22/IFRIC 23 – Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda

Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A Administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para o período findo em 31 de dezembro de 2019 apresentado e para as demonstrações financeiras do Grupo:

3.1. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Controladora e das controladas nas quais detenha o controle de forma direta ou indireta. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas também contemplam o FIDC pelo fato de ser uma entidade de propósito específico cujas atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais específicas do Grupo, conforme divulgado na nota 16.

	Participação nos investimentos - %			
	2019		2018	
	Participação direta	Participação indireta	Participação direta	Participação indireta
WMS Supermercados do Brasil Ltda.	99,99	0,01	99,99	0,01
WMB Supermercados do Brasil Ltda.	99,99	0,01	99,99	0,01
Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda.	99,99	0,01	97,76	0,01
Bompreço Bahia Supermercados Ltda.	57,24	42,76	52,05	47,95
Transportadora Bompreço Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
Veraneio Participações Ltda (a)	-	-	-	100
Clube de Multifidelização – Bomclube Ltda (b)	-	-	-	100

a) Em 6 de setembro de 2019 ocorreu a incorporação da controlada direta Veraneio Participações Ltda. pela Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda.

b) Em 29 de outubro de 2019 ocorreu a incorporação da controlada indireta Clube de Multifidelização - Bomclube Ltda. pela Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda.

3.2. Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

3.2.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A moeda funcional do Grupo e suas controladas é o Real (R$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de reais - R$. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2.2. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o real - R$) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e as taxas vigentes nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Tem a finalidade de evidenciar a riqueza gerada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas do IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis seguindo as disposições contidas no CPC 09 - "Demonstração valor adicionado".

3.4. Uso de Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos no encerramento do exercício. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Os principais julgamentos e estimativas estão descritos nas seguintes notas:

	Nota
Provisão do valor recuperável de ativos não financeiros	11 e 12
Provisão do valor recuperável de impostos	7
Provisão para ajuste a valor realizável líquido dos estoques	6
Fundo de investimento em direitos creditórios	16
Provisão para demandas judiciais	14
Imposto de renda e contribuição social diferido	8
Obrigações com passivo de arrendamento	15
Plano de opções de ações	24

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Políticas contábeis

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Incluem o saldo em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras imediatamente resgatáveis e com risco insignificante de mudança de valor.

4.1. Composição de caixa e equivalentes de caixa

			Controladora		Consolidado	
	Indexador	Taxa média	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos			-	-	147	260
Equivalentes de caixa						
Aplicações financeiras - (i)	CDI	75-76%	26	16	256	214
Aplicações financeiras FIDC	CDI	85-95%	-	-	32	-
Total			**26**	**16**	**435**	**474**

(i) Referem-se substancialmente a operações de renda fixa junto a instituições financeiras, por meio de Certificados de Depósito Bancário - CDBs, atualizados pelo CDI, com liquidez imediata.

5. CONTAS A RECEBER

Políticas contábeis

Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda. As contas a receber são representadas substancialmente por vendas parceladas com cartões de crédito mensuradas ao custo amortizado.

A provisão para perdas estimadas é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas futuras com contas incobráveis. A análise é feita de forma quantitativa e qualitativa, levando-se em consideração os dados históricos e volume de créditos vencidos na data base da avaliação.

O Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados têm indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

5.1. Composição

	Consolidado	
	2019	2018
Administradoras de cartão de crédito (a)	1.440	1.183
Tickets de vendas e outros	218	415
(-) Perdas de créditos esperadas	(8)	(10)
Total	**1.650**	**1.588**
Circulante	1.638	1.588
Não circulante	12	-
Total	**1.650**	**1.588**

As vendas com cartão de crédito são recebíveis à vista e ou em curto prazo, com as administradoras de cartão de crédito.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo realizou desconto de recebíveis junto a operadoras de cartão de crédito para fins de fortalecimento de caixa e/ou cumprimento das suas obrigações contratuais no montante R$54 (R$276 em 2018), sem qualquer direito de regresso ou de obrigação relacionada.

5.2. Aging do Contas a receber

	Consolidado	
	2019	2018
A vencer	1.622	1.540
Vencidas:		
Até 30 dias	7	49
de 31 a 60 dias	18	1
de 61 a 90 dias	5	2
acima de 90 dias	6	6
Total	**1.658**	**1.598**
Perdas de créditos esperadas	(8)	(10)
Total	**1.650**	**1.588**
Circulante	1.638	1.588
Não circulante	12	-
Total	**1.650**	**1.588**

5.3. Movimentação das perdas de créditos esperadas - PCE

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	**(10)**	**(14)**
Complemento de provisão	(38)	(3)
Valores baixados da provisão	40	7
Saldo final	**(8)**	**(10)**

6. ESTOQUES

Políticas contábeis

O Grupo registra o custo dos estoques das lojas pelo método de varejo, cujo custo do estoque é determinado pela redução do seu preço de venda na percentagem apropriada da margem bruta, exceto para as lojas do atacado que são registrados pelo método de custo médio. São incluídos os custos dos produtos adquiridos líquido das bonificações recebidas, assim como os gastos com armazenagem e com transportes dos Centros de Distribuições – CD. Já o custo dos estoques dos CDs é registrado pelo custo médio, acrescido de bonificações e custos com armazenagem.

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

Os estoques também são reduzidos pela provisão que leva em consideração o histórico de perdas, quebras estimadas e obsolescência, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

6.1. Composição dos estoques

	Consolidado	
	2019	2018
Mercadorias - lojas e CDs	2.900	2.810
Estoques em trânsito	145	83
Outros estoques	43	32
(-) Provisão para perdas de estoques	(316)	(196)
Total	**2.772**	**2.729**

6.2. Movimentação da provisão para perdas de estoques

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	**(196)**	**(284)**
Constituição da provisão	(214)	(53)
Estoques baixados ou vendidos	94	141
Saldo final	**(316)**	**(196)**

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Consolidado	
	2019	2018
ICMS (a) e (nota 7.2)	2.357	1.738
PIS e COFINS (b) e (nota 7.2)	402	253
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte	51	43
Outros impostos	10	33
(-) Provisão para perdas de ICMS (nota 7.1)	(691)	(691)
Total	**2.129**	**1.376**
Circulante	171	329
Não circulante	1.958	1.047
Total	**2.129**	**1.376**

a) O saldo acumulado de ICMS é constituído pelo ICMS e ICMS ST das operações de entradas e saídas de mercadorias e pela diferença de alíquota, bem como créditos extemporâneos, relacionados substancialmente ao "Ressarcimento ICMS-ST" em São Paulo e "Virada de estoque", sendo sua realização de acordo com as movimentações mensais de suas operações bem como das projeções de crescimento estimados pelo Grupo.

b) O PIS e COFINS a recuperar referem-se a créditos gerados nas operações normais do Grupo, bem como créditos extemporâneos relacionado a ações judiciais relacionadas a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (nota 7.2).

7.1. Provisão para perda na realização dos créditos tributários

O Grupo monitora periodicamente o montante esperado de recuperação de créditos de ICMS. Para valores onde a expectativa de recuperação se dará em período que supera um horizonte de razoável certeza que as projeções se materializarão, o Grupo registra provisão para perdas dos referidos créditos.

O Grupo efetuou um estudo dos créditos de ICMS por Centro de Distribuição (CD) e Unidade Federativa para avaliar a recuperabilidade assim como contratou uma empresa de consultoria especializada para reavaliar a malha logística, a legislação aplicada e novos regimes de tributação que possibilitou apresentar um plano para otimização da utilização de tais créditos. Com base na avaliação da Administração, a expectativa é que os saldos registrados no ativo não circulante em 2019 passem a ser utilizados a partir de 2021, sem a ocorrência de perdas adicionais. Em 2019 não houve necessidade de complemento da provisão (R$691 em 2018).

7.2. Reconhecimento de créditos extemporâneos

O Grupo obteve êxito nos processos fiscais relacionados ao ressarcimento do ICMS ST e do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, através de decisão transitada em julgado em novembro de 2018, fevereiro, julho e agosto de 2019. Os referidos processos transitados em julgado contemplavam vários períodos de apuração; alto volume de dados; diferentes regras de tributação aplicáveis a entidades legais distintas do Grupo; complexidade sistêmica na compilação e processamento dos dados, bem como a necessidade de se gerar evidenciação, incluindo a identificação da documentação original disponível, que permitisse, a qualquer momento, a sua revisão e auditoria pelas autoridades fiscais, e assegurar a existência dos créditos conforme preconizado no CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro em seu parágrafo 5.14.

Desta forma, parte dos créditos extemporâneos dos períodos de apuração de 2002 a 2017 ainda estavam em fase de levantamento, portanto, não foram reconhecidos quando da elaboração das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2019. A Administração envidou todos os esforços necessários para que o trabalho de apuração e mensuração dos referidos créditos fossem concluídos e registrados nas demonstrações financeiras conforme segue:

ICMS

Os créditos relacionados a ICMS ST pagos à maior, com decisão transitada em julgado em novembro de 2018, no montante de R$80 relacionado ao período de apuração de 2008 a 2010, foram reconhecidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, apresentados na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

PIS e COFINS

Os créditos relacionados a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, com decisão transitada em julgado em fevereiro e julho de 2019, no montante de R$1.014, sendo R$503 correspondente ao principal e R$510 correspondente a correção monetária, relacionado ao período de apuração de 2002 a 2017, foram reconhecidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, apresentados na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais líquidas e receitas financeiras, respectivamente.

ICMS reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Os créditos relacionados a ICMS ST pagos à maior, com decisão transitada em julgado em novembro de 2018, foram reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R$233 relacionado ao período de apuração de 2014 a 2016.

O recolhimento antecipado de ICMS ST com base em valor presumido, com decisão transitada em julgado em abril de 2017, foram reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R$60, relacionado ao período de apuração de 2008 e 2009.

PIS e COFINS reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Os créditos relacionados a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, com decisão transitada em julgado em fevereiro de 2019, no montante de R$ 158, sendo R$98 correspondente ao principal e R$60 correspondente a correção monetária relacionado ao período de apuração de 2011 a 2014, foram reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (Em 2018 foi registrado os créditos relacionados ao período de apuração de 2015 a 2017 no montante de R$56, sendo R$ 44 respondente a principal e R$ e R$12 correspondente a correção monetária, decorrentes das ações transitadas em julgado em julho de 2018).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Políticas contábeis

São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Na prática, as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos somente se for provável a sua compensação com lucros tributáveis futuros.

8.1. Reconciliação da alíquota efetiva

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores às alíquotas nominais:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**(1)**	**(28)**	**69**	**(28)**
Alíquotas nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	**-**	**10**	**(24)**	**10**
Efeito das adições e exclusões:				
Multas	-	-	(4)	(1)
Perda efetiva com devedores	-	-	(8)	(6)
Equivalência patrimonial	(5)	(7)	-	-
Diferenças permanentes - Franchise	-	-	(10)	-
Outras diferenças permanentes	-	(3)	(12)	(6)
IR diferido ativo não constituído	-	-	123	3
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	**(5)**	**-**	**65**	**-**
Imposto de renda e contribuição social do exercício:				
Corrente	-	-	(68)	-
Diferido	5	-	3	-
Total	**5**	**-**	**(65)**	**-**

8.2. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

	Consolidado			
	2019		2018	
	Valor	Efeito tributário	Valor	Efeito tributário
Diferenças temporárias dedutíveis	4.396	1.495	5.082	1.728
Prejuízos fiscais acumulados	7.366	2.504	6.842	2.326
Total	**11.762**	**3.999**	**11.924**	**4.054**

9. PARTES RELACIONADAS

As transações entre as empresas consolidadas referem-se a valores provenientes do rateio de custos corporativos, decorrentes de serviços prestados às Controladas, saldos e transações provenientes de venda e compra de mercadorias para abastecimento de lojas, repassadas pelo valor dos custos efetivamente incorridos, incluindo obrigações com quotistas subordinados do FIDC. Tais transações são eliminadas na consolidação, anulando qualquer efeito nos resultados.

Outras transações regulares com partes relacionadas incluem pagamento pelo uso de sistemas corporativos utilizados no Brasil, realizadas de acordo com contratos vigentes.

9.1. Saldos e transações com partes relacionadas

	Passivo				Despesas			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
WMB Supermercados do Brasil Ltda.	6	2	-	-	(4)	(2)	-	-
Total de Controladas	**6**	**2**	**-**	**-**	**(4)**	**(2)**	**-**	**-**
Walmart US (a)	214	258	234	311	-	(7)	(155)	(61)
Outras (b)	-	-	955	1.262	-	-	(62)	(23)
Total de outras partes relacionadas	**214**	**258**	**1.189**	**1.573**	**-**	**(7)**	**(217)**	**(84)**
Total de partes relacionadas	**220**	**260**	**1.189**	**1.573**	**(4)**	**(9)**	**(217)**	**(84)**

a) Como parte da transação societária executada em 1º de agosto de 2018, o Grupo assumiu obrigação com Walmart US no montante de R$251 sujeita a encargos mensais à taxa de 110% do CDI. Em 2019 foi acordado entre as partes o cálculo final de ajuste de preço no montante de R$55, que foi deduzido do montante inicial. O saldo atualizado pelo CDI em 2019 é de R$214. O pagamento do principal e juros ocorrerá em 1º de agosto de 2024.

O Walmart US tem a opção de, ocorrendo determinados eventos (como exemplo, intenção de pagamento de dividendos pelo atual controlador e/ou oferta pública inicial ("IPO")), converter o valor do principal desta obrigação em capital no Grupo.

O Grupo também assumiu obrigação mensal de pagamento pelo uso dos sistemas do Walmart US (IT TSA), no montante inicial de R$11, sujeita a encargos mensais de 100% do CDI. Os valores de principal e juros serão pagos até agosto de 2023. Adicionalmente, a partir de fevereiro de 2019 o Grupo passou a registrar despesas com royalties pelo uso da marca "Sam's Club" e "Walmart" para o Walmart US. Excepcionalmente, em dezembro de 2019 o Grupo quitou os saldos acumulados de IT TSA e Royalties com o Walmart US.

A Companhia assumiu obrigação com Walmart US em montante que seria calculado caso houvesse redução do saldo de ICMS até 1º de agosto de 2020. A Companhia concluiu que nenhuma obrigação é devida em decorrência desse tema.

b) As transações com outras partes relacionadas, controladas pelos mesmos controladores do Grupo, referem-se a despesas com juros e aluguéis de prédios comerciais. Os contratos foram mensurados à taxas de 7% a.a. (7% a.a. em 2018), com prazo inicial em setembro de 2018, prazo final em setembro de 2058, o início de pagamento será após setembro de 2020, ou seja, com período de carência de 24 meses.

9.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 2019, a remuneração a remuneração do pessoal-chave da Administração (diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração) foram a seguintes:

	Salário base		Remuneração variável		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Conselho de Administração	1	-	-	-	1	-
Diretoria	7	3	3	6	10	9
Total	**8**	**3**	**3**	**6**	**11**	**9**

A despesa com remuneração da Administração está contabilizada na rubrica "Despesas com vendas, gerais e administrativas", na demonstração do resultado.

10. INVESTIMENTOS

Políticas contábeis

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento do Grupo em sua controlada. O Grupo determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

10.1. Movimentação dos investimentos em controladas

						Controladora
	Veraneio Participações Ltda.	WMS Supermercados do Brasil Ltda.	WMB Supermercados do Brasil Ltda.	Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda.	Bompreço Bahia Supermercados Ltda.	Total
Saldo em 31/12/2018	**(27)**	**1.743**	**825**	**1.186**	**194**	**3.921**
Equivalência patrimonial	(4)	(10)	338	(210)	(99)	15
Incorporação	31	-	-	(31)	-	-
Adoção do CPC 06(R2)	-	-	3	1	-	4
Aporte de capital	-	249	500	140	122	1.011
Saldo em 31/12/2019	**-**	**1.982**	**1.666**	**1.086**	**217**	**4.951**

						Controladora
	Veraneio Participações Ltda.	WMS Supermercados do Brasil Ltda.	WMB Supermercados do Brasil Ltda.	Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda.	Bompreço Bahia Supermercados Ltda.	Total
Saldo inicial em 31/07/2018	**(26)**	**1.564**	**1.631**	**1.200**	**114**	**4.483**
Redução de capital	-	(74)	(1.110)	(97)	-	(1.281)
Aumento de capital	-	221	283	121	115	740
Equivalência patrimonial	(1)	32	21	(38)	(35)	(21)
Saldo em 31/12/2018	**(27)**	**1.743**	**825**	**1.186**	**194**	**3.921**
Investimento	-	1.743	825	1.186	194	3.948
Provisão para perda	(27)	-	-	-	-	(27)

Veraneio Participações Ltda. - tem como principal atividade a função de holding de instituições não-financeiras.

WMS Supermercados do Brasil Ltda. - tem como principal atividade oferecer produtos de beleza, saúde, cama, brinquedos, câmeras digitais, eletrodomésticos, jogos, informática, instrumentos musicais, livros, papelaria, utilidades domésticas, cosméticos, esportes, e móveis e colchões.

WMB Supermercados do Brasil Ltda. - tem como principal atividade o comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios.

Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda. - tem como principal atividade a distribuição de alimentos e utilidades domésticas em geral por meio de uma rede de supermercados e lojas de departamento.

Bompreço Bahia Supermercados Ltda. - opera no ramo de supermercados e padarias. A empresa fornece alimentos, bebidas, vinhos, flores, compras online, serviços de entrega e produtos domésticos.

11. IMOBILIZADO E ATIVOS DE DIREITO DE USO

Políticas contábeis

Reconhecimento inicial

Os valores do imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Custos subsequentes

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Grupo reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante é executada, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício no momento em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

	Terrenos	Edifícios	Equipamentos e Instalações	Benfeitorias (a)	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Imobilizado em andamento	Total do ativo imobilizado	Ativos de direito de uso (b)	Total
Custo - consolidado											
Saldo inicial 31/07/2018	**1.011**	**3.370**	**4.348**	**1.877**	**32**	**735**	**6**	**24**	**11.403**	**586**	**11.989**
Adições	-	-	1	-	-	-	-	34	35	1.241	1.276
Baixas	(23)	(39)	(141)	(121)	(1)	(15)	(4)	(3)	(347)	-	(347)
Baixas – Cisão de lojas	(451)	(1.134)	-	-	-	-	-	-	(1.585)	-	(1.585)
Transferências	-	5	22	5	-	2	-	(34)	-	-	-
Saldos em 31/12/2018	**537**	**2.202**	**4.230**	**1.761**	**31**	**722**	**2**	**21**	**9.506**	**1.827**	**11.333**
Depreciação e "impairment"- consolidado											
Saldos inicial 31/07/2018	**(175)**	**(1.668)**	**(3.417)**	**(1.038)**	**(26)**	**(599)**	**(3)**	**-**	**(6.926)**	**(289)**	**(7.215)**
"Impairment"	42	385	132	78	-	-	-	-	481	(391)	90
Adições	-	(32)	(85)	(24)	-	(17)	-	-	(158)	(29)	(187)
Baixas	-	27	103	39	1	13	2	-	185	-	185
Baixas – Cisão de lojas	-	375	-	-	-	-	-	-	375	-	375
Saldos em 31/12/2018	**(133)**	**(913)**	**(3.267)**	**(1.101)**	**(25)**	**(603)**	**(2)**	**-**	**(6.043)**	**(709)**	**(6.752)**
Valor residual em 31/12/2018	**404**	**1.289**	**963**	**660**	**6**	**119**	**1**	**21**	**3.463**	**1.118**	**4.581**
Custo - consolidado											
Saldo inicial 31/12/2018	**537**	**2.202**	**4.230**	**1.761**	**31**	**722**	**2**	**21**	**9.506**	**1.827**	**11.333**
Adoção IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	877	877
Adições	5	52	6	-	-	3	-	518	584	904	1.488
Remensuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62	62
Baixas	(2)	(3)	(466)	(11)	(6)	(106)	(2)	(1)	(597)	(440)	(1.037)
Transferências	-	28	229	38	-	25	-	(320)	-	-	-
Transferências	**540**	**2.279**	**3.999**	**1.788**	**25**	**644**	**-**	**218**	**9.493**	**3.230**	**12.723**
Depreciação e "impairment"– consolidado											
Saldos inicial 31/12/2018	**(133)**	**(913)**	**(3.267)**	**(1.101)**	**(25)**	**(603)**	**(1)**	**-**	**(6.043)**	**(709)**	**(6.752)**
"Impairment" (c)	73	150	7	41	-	-	-	-	271	(32)	239
Adições	-	(47)	(233)	(77)	(2)	(42)	-	-	(401)	(204)	(605)
Baixas	-	-	450	2	6	103	1	-	562	160	722
Saldos em 31/12/2019	**60**	**(810)**	**(3.043)**	**(1.135)**	**(21)**	**(542)**	**-**	**-**	**(5.611)**	**(785)**	**(6.396)**
Valor residual em 31/12/2019	**480**	**1.469**	**956**	**653**	**4**	**102**	**-**	**218**	**3.882**	**2.445**	**6.327**
Taxa anual de depreciação	-	2,50%	10,00%	(a)	20,00%	20,00%	20,00%	-	-	3,10%	-

a) As benfeitorias são depreciadas em função da vida útil estimada do bem ou do prazo dos contratos de aluguel, entre os dois, o menor.

b) Refere-se substancialmente a aluguéis de prédios comerciais que o Grupo optou por fazer a transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, sem reapresentar as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, referentes ao período de 5 meses findos em 31 de dezembro de 2018 (apresentadas de acordo com CPC 06 (R1)/IAS 17 e ICPC 03 (IFRIC 04)), e sem reavaliar se o contrato contém ou não um componente de arrendamento na data inicial do contrato. Os ativos, naquela data, referem-se substancialmente a aluguéis de prédios comerciais.

c) Parte da reversão de impairment (R$78) refere-se à depreciação de itens com valor líquido de ativos zero, sendo registrados contra a conta de depreciação no resultado do Grupo.

12. INTANGÍVEL

Políticas contábeis

Outros ativos intangíveis
Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e eventuais perdas por não recuperação.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente os gastos com as aquisições de licenças de programas de computador ("software") e de sistemas de gestão empresarial

A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de "Depreciações e amortizações".

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O ágio não é amortizado, mas submetido a teste de recuperação anualmente ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC.

	Direito de uso de software	Ágio de investimento (a)	Intangível em andamento	Outros	Total
Custo					
Aporte inicial 31 de julho de 2018	**630**	**530**	**-**	**715**	**1.875**
Adição	2	-	24	-	26
Baixa	(2)	-	-	(24)	(26)
Transferência	24	-	(24)	-	-
Saldo inicial 31 de dezembro de 2018	**654**	**530**	**-**	**691**	**1.875**
Adição	-	-	110	-	110
Baixa	(14)	(9)	-	(6)	(29)
Transferência	110	-	(110)	-	-
Saldo de 31 de dezembro de 2019	**750**	**521**	**-**	**685**	**1.956**
Amortização					
Aporte inicial 31 de julho de 2018	**(479)**	**(275)**	**-**	**(706)**	**(1.460)**
Adição	(26)	-	-	(1)	(27)
Baixa	2	-	-	24	26
Saldo inicial 31 de dezembro de 2018	**(503)**	**(275)**	**-**	**(683)**	**(1.461)**
Adição	(60)	-	-	(3)	(63)
Baixa	4	-	-	6	10
Saldo de 31 de dezembro de 2019	**(559)**	**(275)**	**-**	**(680)**	**(1.514)**
Valor residual em 2018	**151**	**255**	**-**	**8**	**414**
Valor residual em 2019	**191**	**246**	**-**	**5**	**442**
Taxa anual de amortização	20%	-	-	1,7%	-

(a) Ágio gerado na aquisição do Sonae Distribuição S.A. em 2005. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Tal ágio é testado para fins redução ao valor recuperável, de acordo com os requisitos do pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos no mínimo anualmente. Com a introdução da Lei 11.638/07 a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, em atendimento as práticas contábeis, o ágio não é mais amortizado.

Políticas contábeis

Perda por redução do valor recuperável ("Impairment")

Os bens do imobilizado, quando aplicável, e outros ativos não financeiros, são avaliados anualmente para identificar se há indicação de perda ao valor recuperável ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Os ativos intangíveis com vida útil definida e os bens do imobilizado são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças no ambiente de mercado indicarem que o valor recuperável de um ativo individual e/ou uma unidade geradora de caixa (UGC) puder ser menor que seu valor contábil. Para os ativos com vida útil indefinida, principalmente o ágio, o teste é realizado anualmente. Os ativos intangíveis, exceto ágio, com vida útil definida e imobilizado são testados para redução do valor recuperável sempre que há uma indicação de que seu valor recuperável pode ser menor que o seu valor contábil.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC), os quais correspondem a cada uma das lojas. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Teste de perda por redução ao valor recuperável

O Grupo avaliou a recuperação do valor contábil do Imobilizado e do Ágio com base no seu valor de uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado das UGCs representativas do conjunto de bens tangíveis e intangíveis utilizados nas operações do Grupo.

As premissas sobre os fluxos de caixa futuros e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual e no plano de negócios de longo prazo do Grupo, aprovados pela Administração, bem como considerando o desempenho histórico do Grupo e com base em premissas macroeconômicas razoáveis e consistentes com fontes externas de informações e projeções de mercado, e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existem durante a vida útil-econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

As taxas de crescimento utilizadas são compatíveis com as expectativas macroeconômicas de longo prazo, as quais são revisadas anualmente com base no desempenho histórico e nas perspectivas para o setor em que o Grupo opera.

As premissas chaves utilizadas na análise do valor de recuperação dos ativos e ágio estão descritas a seguir:

- **Receitas** - projetadas considerando o orçamento anual do próximo exercício e no plano de negócios do Grupo.
- **Custos e despesas operacionais** - projetados com base no desempenho histórico do Grupo e crescimento em linha com o crescimento das vendas.
- **Investimento de capital** - os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar o crescimento presumido das vendas.
- **Taxa de desconto** - Os fluxos de caixa futuro estimados foram descontados a taxa de 6,09% a.a. (6,92% a.a. em 2018).
-
- **Taxa de crescimento** - A taxa de crescimento considerada foi de 3,00% a.a. em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Durante o ano de 2019, o Grupo testou seu ágio, imobilizado, ativo de direito de uso e ativos intangíveis em relação à perda por redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36/CPC 01, e reverteu o montante de R$ 239 no ativo imobilizado e ativo de direito de uso em relação ao saldo anteriormente provisionado.

No exercício findo em 2019, o Grupo avaliou que não existiram mudanças significativas no cenário econômico, bem como nos negócios, que pudessem impactar na estimativa da vida útil anteriormente apurada.

13. FORNECEDORES

Políticas contábeis

As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base em contratos e acordos assinados, que compreendem descontos incondicionais por volume de compras, logística e operação, além de negociações pontuais para reembolso de despesas. O Grupo possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores pelo montante líquido dos valores a receber de bonificações, consequentemente, são registradas substancialmente como redutoras dos saldos a pagar aos respectivos fornecedores.

	Consolidado	
	2019	2018
Fornecedores nacionais	3.151	3.340
Fornecedores estrangeiros	130	41
Total	**3.281**	**3.381**

Convênios entre fornecedores, Grupo e FIDC

O Grupo disponibiliza a seus fornecedores a possibilidade de antecipação de recebíveis através do FIDC, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis de acordo com sua necessidade de fluxo de caixa. A utilização dessas linhas é uma opção do fornecedor e têm como objetivo fortalecer a relação comercial entre as partes. O saldo a pagar de fornecedores nacionais está líquido do montante de R$296, antecipado em 2019.

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Políticas contábeis

Provisão para demandas judiciais

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos tributários, trabalhistas e cíveis em tramitação, decorrentes do curso normal das operações. Provisões são constituídas, para processos judiciais os quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser realizada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, histórico de processos perdidos, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são compostos por valores pagos e devidamente atualizados monetariamente, relacionados a demandas judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista.

14.1. Composição por categoria dos depósitos judiciais e da provisão para demandas judiciais

	Consolidado		Consolidado	
	2019		2018	
	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
Tributárias	894	113	885	113
Trabalhistas	875	459	938	511
Cíveis	308	174	332	172
Total	**2.077**	**746**	**2.155**	**796**
Passivo não circulante	2.077	-	2.155	-
Ativo não circulante	-	746	-	796

O Grupo está contestando o pagamento de determinados impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos para recursos (vinculados), de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais, bem como depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

14.2. Movimentação da provisão para demandas judiciais

						Consolidado
	2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	2019
Tributárias	885	61	(79)	(6)	33	894
Trabalhistas	938	157	(42)	(289)	111	875
Cíveis	332	100	(103)	(58)	37	308
Total	**2.155**	**318**	**(224)**	**(353)**	**181**	**2.077**

						Consolidado
	Aporte	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	2018
Tributárias	865	61	(43)	-	2	885
Trabalhistas	1.177	294	(411)	(206)	84	938
Cíveis	236	51	(20)	(8)	73	332
Total	**2.278**	**406**	**(474)**	**(214)**	**159**	**2.155**

14.2.1. Riscos tributários

O Grupo possui autos de infração e demandas judiciais relacionados a matérias fiscais nas esferas municipais, estaduais e federal. Para aquelas em que há uma estimativa de perda provável, foram constituídas provisões em montante considerado suficiente para cobrir decisões desfavoráveis.

Em 31 de dezembro de 2019 as principais demandas tributárias sujeitas a provisão eram:

Imposto sobre Operações Financeiras – IOF

- Autos de infração lavrados pela autoridade fiscal federal visando a cobrança de IOF/Crédito nas operações de mútuo entre as empresas do Grupo. Devido à natureza extrafiscal do IOF sua incidência deveria estar limitada às instituições financeiras. Em razão da controvérsia, o tema será decidido pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral. Autos de infração com provisão no valor de R$175 (R$191 em 2018).

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

ICMS

- Trata-se de Mandado de Segurança visando afastar a incidência do adicional de alíquota do ICMS que seria direcionado ao Fundo de Combate à Pobreza do Estado do Rio de Janeiro, que foi instituído pela Lei Estadual nº 4.056/2002 e pelo Decreto Estadual nº32.646/2003. Foi feito depósito judicial para garantir a suspensão da exigibilidade do débito. A cobrança foi declarada constitucional e aguarda-se encerramento do processo com a conversão em renda dos valores depositados. Valor da provisão em dezembro de 2019 é de R$ 19 (R$21 em 2018).

Omissão de estoque

- No varejo é comum ocorrerem perdas, quebras e transformações de produtos (produção de pizza, pães, frios, entre outros) na operação de venda. Devido a tais processos, diferenças entre estoque final e inicial foram apuradas pelo fisco e por esta razão o Grupo recebeu autos de infração. Parte dos processos existem evidências documentais para tais divergências a classificação de perda é possível e o valor envolvido até dezembro de 2019 é de R$193 (R$309 em 2018), para a outra parte dos processos que não existem ainda evidência documental, foi constituída provisão no valor de R$186 (R$117 em 2018).

Energia elétrica

- Autos lavrados contra o Grupo cobrando créditos de ICMS sobre a energia elétrica consumida nas áreas produtivas das lojas, sob a alegação de que no setor supermercadista não há industrialização. As áreas produtivas são comprovadas através de laudos técnicos que permite fixar, a cada ano, percentuais mais acurados para apropriação do crédito. A avaliação de risco leva em consideração referidos percentuais, sendo parte classificado como possível no valor de aproximadamente R$ 251 (R$478 em 2018) e parte como provável no valor de R$112 (R$72 em 2018).

14.2.2. Riscos trabalhistas

O Grupo é parte em processos trabalhistas e procedimentos administrativos, iniciados por ex-empregados, terceiros, associações profissionais e Ministério Público. Tais processos envolvem o pagamento de horas extras, vínculo empregatício e outros efeitos correlacionados, além de solicitações de associações profissionais e do Ministério Público, para comprovar o cumprimento da legislação trabalhista.

Devido ao número significativo de processos trabalhistas, a provisão é calculada, considerando o histórico de perdas para estimar o montante envolvido para as ações individuais. Fatores como histórico de pagamentos do último ano e segregação dos empregados pelas principais categorias, são utilizados para estabelecer a média dos pagamentos efetuados sobre os montantes reclamados e para estimar perda nas reclamações existentes.

As ações judiciais ou administrativas movidas por associações profissionais e pelo Ministério Público são avaliadas caso a caso e as provisões são constituídas em montante suficiente quando necessário.

14.2.3. Riscos cíveis

O Grupo está envolvido em disputas judiciais junto à fornecedores, disputas referentes a contratos de locação de imóveis, órgãos reguladores e de defesa do consumidor.

Devido a característica dos processos relacionados à consumidores e órgãos de defesa do consumidor, a provisão é calculada, considerando um histórico de perdas para avaliar o montante envolvido para as ações individuais. Similar aos processos trabalhistas, fatores como histórico de pagamentos do último ano, são utilizados para estabelecer a média dos pagamentos efetuados sobre os montantes reclamados e para estimar perda nas reclamações existentes.

Para as demais ações cíveis, são avaliadas caso a caso e as provisões são constituídas em montante suficiente quando necessário.

14.3. Passivos contingentes

De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas, existem outras demandas legais, administrativas e judiciais, totalizando aproximadamente R$9.444 (R$10.814 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado, vinculadas a processos judiciais de naturezas trabalhista, cível e tributária, com perspectiva de perda possível, e para os quais, de acordo com as práticas contábeis, não é requerida a provisão.

Impostos Federais

Dentre as principais ações relacionadas a tributos federais classificadas como perda possível, destacamos: (i) processos administrativos e judiciais em que o Grupo discute com a Receita Federal a natureza e conceito das bonificações e reembolso de seus fornecedores para fins de tributação de PIS/COFINS, (ii) IPI incidente nas operações de importação de produtos destinados à revenda, (iii) execução fiscal proposta pela Receita Federal visando a cobrança do diferencial de alíquota de COFINS, (iv) aproveitamento de créditos de PIS/COFINS sobre insumos diversos (v) demais créditos de natureza diversas, no total de R$5.197 (R$5.336 em 2018).

Impostos Estaduais

Na consecução de suas atividades o Grupo transfere mercadorias entre seus estabelecimentos. As autoridades fiscais questionam a base de cálculo utilizada para formação do preço da mercadoria a ser transferida, se acrescido ou não os impostos recuperáveis, no montante de R$415 (R$333 em 2018).

Cíveis e Trabalhistas

Existem ainda outras demandas de natureza cível e trabalhista, que por sua natureza, volume significativo e em geral pequeno valor individual, são geridas de forma agregada. Assim, tais movimentações não estão sendo apresentadas.

15. OBRIGAÇÕES COM PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Políticas contábeis

(i) O Grupo como arrendatário

Passivos de arrendamento

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento sendo a taxa de desconto determinada por referência à taxa incremental. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. No fluxo de caixa os encargos financeiros são registrados como atividades de financiamento.

Para os contratos cuja parcela é calculada com base em percentuais de vendas das lojas (arrendamentos variáveis) o Grupo não reconhece passivo de arrendamento. Mensalmente os valores de aluguel são registrados no resultado em despesas operacionais.

Os valores de créditos de imposto sobre pagamentos de arrendamento, PIS e COFINS, são considerados como parte do ativo e passivo de arrendamento, conforme o ofício circular CVM /SNC/SEP 02/2019.

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois, o menor.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (12 meses ou menos) e de ativos de baixo valor, são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

(ii) O Grupo como arrendador

Os arrendamentos mercantis em que o Grupo não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis contingentes são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

15.1. Obrigações com passivos de arrendamento

	Consolidado	
	2019	2018
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamentos:		
Até 1 ano	243	237
de 1 a 5 anos	1.131	875
acima de 5 anos	12.719	4.515
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	**14.093**	**5.627**
(-) Desconto a valor presente	(10.998)	(3.838)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	**3.095**	**1.789**
Circulante	140	40
Não circulante	2.955	1.749
Total	**3.095**	**1.789**

Os prazos dos contratos de arrendamento variam entre 5 e 40 anos com a possibilidade de renovação de acordo com a lei de ação renovatória. Os contratos possuem cláusula de reajustes periódicos atualizáveis de acordo com os índices de inflação aplicáveis. As informações de contratos com partes relacionadas estão divulgadas na nota 9.

A taxa média ponderada de juros incremental do Grupo na data da assinatura dos contratos foi de 9,8% em 2019.

15.2. A movimentação das obrigações com arrendamento financeiro no exercício foi como segue:

Saldo em 31/12/2018	**1.789**
Adoção CPC06(R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019	838
Captação	897
Remensuração	93
Provisão de juros	206
(-) Amortizações	(281)
(-) Baixa por antecipação do encerramento do contrato (a)	(447)
Saldo em 31/12/2019	**3.095**

a) Em Dezembro de 2019 o Grupo desreconheceu 37 contratos de aluguel de forma antecipada, sendo eles: i) 23 contratos de aluguel de lojas físicas, devido ao encerramento da operação das lojas; ii) 4 contratos relacionados a Operação de Reestruturação de Empreendimentos Imobiliários promovida em 2018 que foram cancelados e iii) 10 contratos de aluguel de lojas físicas em que houve renegociação dos termos por ocasião da mudança do arrendador, sendo assim, houve o desreconhecimento e posterior reconhecimento em que, os novos contratos estabeleceram nova vigência e novos valores de aluguel. Os efeitos ocasionados pela taxa de desconto revisada e remensurada dos passivos de arrendamento foram reconhecidos em contrapartida do ativo de direito de uso na data do reconhecimento. A taxa incremental na data dos novos contratos foi de 8.1366%.

15.3. Divulgações adicionais requeridas pela CVM

O Grupo estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida do Grupo.

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	13.636	4.534
PIS/COFINS potencial (9,25%)	603	244
	14.239	4.778

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	2019	2020	2021	2022	A partir de 2023
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	3.095	3.134	2.868	2.717	2.607
Fluxo com projeção de inflação	4.534	4.761	4.577	4.514	4.492
Variação	46,53%	51,88%	59,59%	66,14%	72,29%
Direito de uso líquido - saldo final					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	2.445	2.185	1.986	1.799	1.645
Fluxo com projeção de inflação	3.765	3.503	3.247	3.005	2.798
Variação	53,96%	60,32%	63,55%	67,07%	70,11%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	206	205	199	193	234
Fluxo com projeção de inflação	270	259	241	234	228
Variação	31,12%	26,65%	21,46%	21,10%	(2,57%)
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	218	240	270	305	401
Fluxo com projeção de inflação	270	262	256	242	207
Variação	24,00%	9,12%	(5,23%)	(20,44%)	(48,34%)

16. FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS (FIDC)

Em junho de 2019, foram iniciadas as operações do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – F500 Plus (FIDC), cujo objeto definido em regulamento é o investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Instrução CVM 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com o objetivo principal de adquirir direitos creditórios originados do contas a pagar do Grupo junto aos seus fornecedores. O FIDC é uma Entidade de Propósito Específico cujas atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais específicas do Grupo. Os prazos das séries do FIDC são de 24 meses contados a partir de 29 de julho de 2019, sendo que este prazo poderá ser estendido a critério dos Quotistas do Fundo reunidos em Assembleia Geral de Quotistas.

A estrutura de capital do FIDC em 2019 está assim representada:

Quotas	Remuneração CDI	Patrimônio líquido %	Quantidade 2019	Valor da cota 2019
Subordinadas	(*)	6%	20.000	21
Sênior	115%	94%	300.000	307
Total				**328**

(*) O regulamento do FIDC não define meta de remuneração para quotas subordinadas. De acordo com o regulamento o Grupo deve manter no mínimo 5% do Patrimônio líquido do fundo em quotas subordinadas. Caso, esse percentual fique abaixo de 5%, as quotas subordinadas deverão ser integralizadas pelo Grupo para que fique dentro da relação mínima.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Composição do capital social por quantidade de ações

	2019		2018	
	Número de ações	Capital – R$	Número de ações	Capital
Saldo no início do exercício	**5.068.521.755**	**33**	**5.068.521.755**	**1.240**
Aumento de capital	352.555.703	74	-	75
Redução de capital	-	-	-	(1.282)
Integralização de capital	-	75	-	-
Saldo no fim do exercício	**5.421.077.458**	**182**	**5.068.521.755**	**33**

Em dezembro de 2019 foram subscritas 352.555.703 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal por um preço de emissão total de R$165 pelo Walmart e Momentum, nas mesmas proporções de participação no Grupo. Neste mesmo exercício foi integralizado aumento de capital no montante de R$57, com bens do ativo imobilizado, sem emissão de novas ações, conforme descrito na nota 26, bem como realizada a integralização de capital social via redução de reserva de capital em 01 de agosto de 2019, no montante de R$75.

17.2. Reservas de capital

Em 2019, o Grupo tem registrado na rubrica de Reserva de capital o valor de R$4.347 (R$3.672 em 2018). Em 2018, efetuou-se redução de R$1.282 (R$1.210 via redução de imobilizado e R$62 via saída de caixa e equivalentes de caixa) em contrapartida ao Capital Social referente à cessão de um pequeno número de imóveis para as novas sociedades imobiliárias. Em 2019 ocorreu o ajuste de preço referente à obrigação com o Walmart US em R$55, reduzindo o valor para R$196. O Grupo tem um total de R$400 de capital e reserva a integralizar, via aporte planejado para agosto de 2021, a serem atualizados pelo CDI desde a data da mudança de controle.

17.3. Política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social do Grupo define que os acionistas têm o direito de receber, a título de dividendo obrigatório, 1% do lucro líquido de cada exercício social.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Políticas contábeis

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida deduzida pelos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fluirão para o Grupo, quando da transferência de titularidade dos produtos, e quando possa ser medida de forma confiável.

18.1. Composição da receita operacional líquida

	Consolidado	
	2019	2018
Receita operacional bruta	**23.366**	**10.749**
Venda de produtos	22.778	10.484
Venda de serviços	455	210
Aluguéis	133	55
Deduções	**(2.787)**	**(1.214)**
Devoluções e cancelamentos	(280)	(131)
Impostos sobre vendas, serviços e aluguéis	(2.507)	(1.083)
Receita operacional líquida	**20.579**	**9.535**
Vendas de produtos líquidas	20.057	9.304
Outras receitas líquidas	522	231
Receita operacional líquida	**20.579**	**9.535**

19. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Políticas contábeis

O pronunciamento contábil atual estabelece diretrizes para divulgação de informações sobre segmentos operacionais. Os segmentos operacionais são componentes de uma empresa dos quais estão disponíveis informações financeiras separadas que são avaliadas regularmente pelos principais tomadores de decisão das operações na decisão de como alocar recursos e avaliar o desempenho. Os principais tomadores de decisão das operações utilizam o lucro líquido para avaliar o desempenho operacional de cada segmento. A orientação também estabelece padrões para divulgações relacionadas sobre produtos e serviços de uma empresa, áreas geográficas e principais clientes. O Grupo determinou que seus segmentos reportáveis são aqueles que se baseiam no método de comunicação interna do Grupo. O Grupo possui dois segmentos reportáveis Atacado e Varejo.

As operações de cada segmento do Grupo são as seguintes:

Atacado: compreende operações das lojas de atacado.

Varejo: compreende operações dos hipermercados, supermercados, postos de gasolina e farmácia.

Corporativo: compreende as despesas da Matriz incorridas no período para funções de suporte aos segmentos, não alocadas nos segmentos operacionais Atacado e Varejo.

A tabela a seguir apresenta os resultados das operações por segmento:

				2019
	Atacado	Varejo	Corporativo	Total
Vendas de produtos líquidas	8.449	11.608	-	20.057
Outras receitas líquidas	134	388	-	522
Receita operacional Líquida	**8.583**	**11.996**	**-**	**20.579**
Custo das mercadorias vendidas	(7.118)	(8.522)	-	(15.640)
Lucro Bruto	**1.465**	**3.474**	**-**	**4.939**
Receitas (despesas)				
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(866)	(2.905)	(1.359)	(5.130)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	4	(7)	535	532
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	**603**	**562**	**(824)**	**341**
Resultado financeiro				
Despesas financeiras				(489)
Receitas financeiras				217
Resultado financeiro líquido				**(272)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				**69**
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes				(68)
Diferidos				3
Lucro líquido do Exercício				**4**

				2018
	Atacado	Varejo	Corporativo	Total
Vendas de produtos líquidas	3.584	5.720	-	9.304
Outras receitas líquidas	52	179	-	231
Receita operacional líquida	**3.636**	**5.899**	**-**	**9.535**
Custo das mercadorias vendidas	(3.091)	(4.309)	-	(7.400)
Lucro Bruto	**545**	**1.590**	**-**	**2.135**
Receitas (despesas)				
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(308)	(1.351)	(394)	(2.053)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	4	(9)	92	87
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	**241**	**230**	**(302)**	**169**
Resultado financeiro				
Despesas financeiras				(277)
Receitas financeiras				80
Resultado financeiro líquido				**(197)**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social				**(28)**
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes				-
Diferidos				-
Prejuízo do Exercício				**(28)**

20. DESPESAS POR NATUREZA

Políticas contábeis

O custo das vendas inclui o custo líquido dos produtos adquiridos, a variação dos estoques, assim como os gastos com armazenagem nos Centros de Distribuição e gastos com transportes dos Centros de Distribuição até as lojas.

O Grupo apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

20.1. Composição das despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custos com mercadorias e transportes	-	-	(15.640)	(7.400)
Despesas com comissões	-	-	(177)	(78)
Publicidade e marketing	-	-	(283)	(103)
Despesas com pessoal	(1)	-	(2.161)	(981)
Despesas administrativas e serviços diversos	-	(1)	(1.304)	(571)
Despesas com energia elétrica	-	-	(393)	(165)
Despesas com aluguel	-	-	(80)	(60)
Despesas de contingências	-	-	(144)	90
Depreciações e amortizações	-	-	(588)	(185)
Resultado da equivalência patrimonial	15	(21)	-	-
Reversão de "impairment"	-	-	135	90
Créditos tributários	-	-	390	44
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(4)	-	7	(47)
Total	**10**	**(22)**	**(20.238)**	**(9.366)**
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	-	-	(15.640)	(7.400)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	-	(1)	(5.130)	(2.053)
Resultado da equivalência patrimonial	15	(21)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(5)	-	532	87
Total	**10**	**(22)**	**(20.238)**	**(9.366)**

21. RESULTADO FINANCEIRO

As despesas e receitas financeiras foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas financeiras				
Encargos financeiros	(12)	(7)	(60)	(27)
Juros passivos (a)	-	-	(223)	(162)
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	(195)	(79)
Variação cambial passiva	-	-	(11)	(9)
Total	**(12)**	**(7)**	**(489)**	**(277)**
Receitas financeiras				
Receitas financeiras	-	-	84	-
Outras receitas	-	-	42	13
Juros ativos (b)	1	1	84	53
Variação cambial ativa	-	-	7	14
Total	**1**	**1**	**217**	**80**

a) Os juros passivos são decorrentes, substancialmente, de juros sobre contingências.

b) Os juros ativos referem-se, substancialmente, a atualização monetária sobre créditos extemporâneos de PIS e COFINS (nota 7.2)

22. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contábeis

Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração

Ativos financeiros são reconhecidos quando o Grupo assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pelo Grupo.

Passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Passivos financeiros são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que o Grupo e suas subsidiárias comprometem-se a comprar ou vender o ativo.

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é feita com base nas características individuais dos instrumentos, no modelo de gestão do ativo ou da carteira em que está contido e o tipo de fluxo de caixa envolvido.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial.

Os ativos e passivos financeiros do Grupo são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, com exceção das Aplicações Financeiras – FIDC que são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado, pois são adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação.

Redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos financeiros

O método para avaliação e mensuração da provisão para perdas estimadas deve considerar as potenciais perdas para os próximos 12 meses ou para a prazo remanescente do ativo. No Grupo, os ativos avaliados são, em sua grande maioria, de curto prazo com menos de 12 meses de duração.

Para aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, o Grupo concluiu que não há efeitos relevantes com perdas de crédito, uma vez que seu valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo no balanço e que os bancos envolvidos possuem “ratings” elevados.

Para contas a receber de clientes e títulos a receber, o Grupo realizou estudo de perdas, levando em consideração as dinâmicas dos recebíveis e as políticas atuais implementadas.

O Grupo monitora estes fatores, clientes e carteiras constantemente, reconhecendo as respectivas mudanças na rubrica de despesas com vendas, gerais e administrativas.

Com base no estudo realizado não foram identificados fatores que indiquem a necessidade de complemento da provisão para perdas estimadas de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 48 (IFRS 9).

22.1. Instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativos financeiros	33	16	2.211	2.212
Custo amortizado:	33	16	2.179	2.212
Caixa e equivalentes de caixa	26	16	403	474
Contas a receber	-	-	1.650	1.588
Outras contas a receber	7	-	126	150
Valor justo por meio do resultado:	-	-	32	-
Aplicações financeiras FIDC	-	-	32	-
Passivos financeiros	(221)	(260)	(7.440)	(5.929)
Custo amortizado:	(221)	(260)	(7.440)	(5.929)
Fornecedores	-	-	(3.281)	(3.381)
Obrigações com arrendamento financeiro	-	-	(3.095)	(1.789)
Partes relacionadas	(220)	(260)	(234)	(311)
Fundo de investimento em direitos creditórios	-	-	(307)	-
Receita diferida	-	-	(242)	(131)
Outras contas a pagar	(1)	-	(281)	(317)

22.2. Hierarquia de valor justo

O Grupo utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 2:** inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Em 2019, os instrumentos financeiros avaliados a valor justo referem-se as aplicações financeiras FIDC, classificados como nível 2 na hierarquia mencionada acima.

22.3. Risco de crédito

A Administração entende que não há risco de crédito relevante, visto que as contas a receber referem-se substancialmente de recebíveis de operadoras de cartão de crédito.

22.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de o Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado constantemente pelas áreas de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro consolidado do Grupo em 2019:

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Obrigações com arrendamento financeiro	243	1.131	12.719	14.093
Partes relacionadas	-	293	-	293
Outras contas a pagar	281	-	-	281
Fundo de investimento em direitos creditórios	-	328	-	328
Fornecedores	3.281	-	-	3.281
Total	**3.805**	**1.752**	**12.719**	**18.276**

22.5. Risco de câmbio

Em 2019, o Grupo possuía fornecedores a pagar (importações) denominadas em moeda estrangeira totalizando R$130 (R$41 em 2018).

22.6. Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos financeiros expostos ao risco de variação das taxas de juros. Uma análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI de 0,99% no exercício. A análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros sujeitos à sensibilidade da taxa de juros está apresentada conforme segue.

Exclusivamente para fins de análise de sensibilidade, a Administração considerou uma diminuição e um aumento da taxa de juros do CDI de 25% e 50%, respectivamente, no potencial impacto no resultado dos instrumentos financeiros.

			Consolidado Baixo		Consolidado Alto
	2019	**25%**	**50%**	**25%**	**50%**
Aplicações financeiras	256	(4)	(7)	4	7
Partes relacionadas	(234)	3	7	(3)	(7)
FIDC	(307)	4	9	(4)	(9)
Exposição líquida	**(285)**	**3**	**9**	**(3)**	**(9)**

			Consolidado Baixo		Consolidado Alto
	2018	**25%**	**50%**	**25%**	**50%**
Aplicações financeiras	214	(3)	(7)	3	7
Partes relacionadas	(311)	5	10	(5)	(10)
Exposição líquida	**(97)**	**2**	**3**	**(2)**	**(3)**

22.7. Gestão de capital

O principal objetivo da Administração de capital do Grupo é assegurar a liquidez, mitigação de riscos financeiros e gestão eficiente do capital de giro, buscando apoiar o negócio e maximizar o valor ao acionista.

O Grupo possui carteira de recebíveis à disposição caso opte por antecipar para fins de fortalecimento de caixa e/ou cumprimento das suas obrigações contratuais.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A cobertura de seguros do Grupo, em 2019, compreendia:

	Consolidado 2019
Riscos operacionais	1.652
Risco de transporte de mercadorias	21.153
Responsabilidade civil	50

24. PLANO DE OPÇÕES DE AÇÕES

Políticas contábeis

O Grupo oferece a seus executivos planos de opção de compra de ações cujas características estão descritas abaixo. As opções são alienadas, com pagamento à vista, ao seu valor justo, determinado com base em metodologia reconhecida, na data de cada outorga. O valor justo exclui o efeito das condições de exercício que não se baseiam no mercado.

Cada opção adquirida dá ao seu proprietário o direito à aquisição de uma ação ordinária, por preço preestabelecido, na data de exercício da opção. O pagamento das ações, na data de exercício das opções, será também registrado a crédito do patrimônio líquido. O valor justo das opções outorgadas não sofre alteração após a data da outorga.

O direito de exercício da opção está condicionado à permanência dos executivos no Grupo, razão pela qual a divulgação dos detalhes dos planos de opção obedece às disposições de divulgação do CPC 10 / IFRS 2.

Plano de opções de compra de ações

Em 16 de setembro de 2018, o Grupo aprovou via Assembleia Geral Extraordinária, a criação do plano de opções de ações para venda a seus colaboradores, limitado a 542.107.745 ações (representativas de 10% das ações totais do Grupo em 2019). São elegíveis ao plano os administradores, executivos e empregados recomendados pelo Comitê de Recursos Humanos e nomeados pelo Conselho de Administração.

Para todos os planos de opções, o valor justo é estimado na data da outorga/venda usando o modelo de precificação denominado Black & Scholes, ajustado para refletir o requerimento da CPC 10 de que premissas sobre decaimento do direito de aquisição antes do final do período de carência não podem impactar o valor justo da opção.

As opções compradas pelos participantes do Plano se tornarão potencialmente aptas a exercício, isto é, serão consideradas “Opções Vestidas”, em até 5 anos. Em caso de desligamento da companhia, o participante somente fará jus às Opções Vestidas na data do seu Desligamento.

As opções de ações em circulação durante o exercício estão detalhadas a seguir:

	2019		2018	
	Quantidade de opções	Preço de exercício médio ponderado - R$	Quantidade de opções	Preço de exercício médio ponderado - R$
Saldo no início do exercício	**347**		**-**	**-**
Concedidas durante o exercício	134	1,25	347	1,25
Prescritas por condições não atendidas durante o exercício	(63)	1,25	-	-
Saldo no fim do exercício	**418**		**347**	

As opções em circulação em 2019 possuíam preço médio ponderado de exercício de 1,25 (em R$ por opção), e prazo contratual médio ponderado remanescente de 4 anos.

O valor justo total das opções pagas pelos adquirentes em 2019 foi de R$0,2 (R$0,6 em 2018).

O valor justo médio ponderado das opções e premissas utilizadas na aplicação do modelo de precificação de opção do Grupo, para as "Outorgas" de 2018 e 2019, consideram as seguintes informações: (i) valor justo das opções concedidas; (ii) preço de exercício de R$1,25; (iii) estimativa de volatilidade em torno de 21,93%; (iv) carência de 5 anos; e (v) taxa livre de risco de 5,37%.

A volatilidade esperada foi determinada através do cálculo da volatilidade histórica do preço das ações de empresas de varejo com ações listadas em bolsas de valores mundiais durante os 3 anos anteriores, levando em consideração a vida estimada da opção.

25. RESULTADO POR AÇÃO

Políticas contábeis

O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos acionistas do Grupo, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas do Grupo pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas.

Conforme mencionado na Nota 27(e), em 14 de outubro de 2020, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações ordinárias, na proporção 10 para 1, passando de 5.421.077.458 ações ordinárias para 542.107.746 ações ordinárias. Todas as informações relacionadas ao número de ações foram ajustadas retroativamente para refletir este grupamento de ações.

A tabela a seguir mostra o cálculo do resultado por ação ordinária:

	2019	2018
Numerador básico		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas	4	(28)
Denominador básico – (milhares de ações)		
Ações ordinárias	542.108	506.852
Número médio ponderado de ações em circulação	509.790	506.852
Lucro (Prejuízo) líquido por ação básico (em R$)	**0,01**	**(0,06)**
Numerador diluído		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas	4	(28)
Denominador diluído (milhares de ações)		
Plano de opções de ações	6.941	2.112
Número médio ponderado de ações em circulação	509.790	506.852
Média ponderada diluída das ações	**516.731**	**508.964**
Lucro (Prejuízo) líquido por ação diluído (em R$)	**0,01**	**(0,06)**

26. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

	Nota	Consolidado 2019	2018
Aporte de capital com ativo imobilizado	11	57	-
Ajuste cálculo final de preço	17	55	-
Cisão de ativos operacionais para empresas "Real Estate"	11 e 17.2	-	1.210
Reconhecimento de passivo de arrendamento e ativo de direito de uso	11	1.781	1.241

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Em janeiro de 2020 o Grupo foi autuado por débitos de PIS e COFINS relativos ao período de 2015 a 2017, no montante de R$309. Na opinião dos assessores legais, o risco de perda é possível e encontra-se em fase de recurso. O Grupo possui processos com decisão favorável em grau recursal, relacionados à mesma tese.

b) Efeitos da Covid -19

Apesar do nível de incerteza, o Grupo está monitorando de perto a evolução da Pandemia causada pela Covid-19. Para isso, Até agora, desde o início da disseminação do vírus e das consequentes medidas restritivas impostas pelos governos, tais como fechamento de comércio não-essencial e restrição de circulação de pessoas, o Grupo implementou algumas medidas, alinhadas com as medidas oficiais: a. Incentivo ao trabalho remoto e adoção de critérios de essencialidade; b. Adoção de novas medidas de segurança para trabalhadores operacionais, tais como uso de máscaras e procedimentos de distanciamento entre as pessoas nos processos; c. Aceleração da digitalização dos canais de venda; e d. Monitoramento de fornecedores para garantir abastecimento.

Além dessas medidas, há um Comitê de Crise com foco em finanças, que monitora a saúde financeira do Grupo, com foco em caixa e resultados. Dentre essas ações, encontramos:

- Redução de despesas discricionárias (consultorias, eventos, etc.);
- Congelamento de contratações e de aumentos de salários;
- Redução de despesas de marketing; e
- Negociação com fornecedores para aumento de prazos de pagamentos

O Grupo está acompanhando de perto os possíveis impactos decorrentes dessa pandemia em seus negócios e mercado de atuação, não sendo ainda possível estimar a duração das medidas de isolamento, o ritmo de recuperação da economia e o quanto este cenário pode gerar eventuais efeitos futuros em sua situação patrimonial e resultados. Entretanto, monitora continuamente seu nível de abastecimento e circulação de clientes em suas lojas, bem como, considerou incentivos governamentais disponíveis, entre outras medidas, para manutenção da liquidez.

Neste sentido, também foram implementadas uma série de medidas de precaução para que seus Colaboradores não se exponham a situações de risco, tais como: restrição de viagens profissionais, utilização de meios de comunicação e trabalho remoto para determinado grupo de colaboradores, entre outras. O Grupo poderá adotar medidas adicionais para reduzir a exposição dos seus colaboradores aos riscos de contaminação, garantindo a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade. Assim, as ações, decisões e os impactos mencionados em toda a demonstração financeira, estão em constante revisão, de acordo com a evolução do cenário global.

c) Em 30 de setembro de 2020 o Grupo reconheceu ativo fiscal diferido no montante de R$2.423, R$908 com relação a diferenças temporárias e R$1.515 de prejuízos fiscais na extensão em que foi considerado provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis.

d) Empreendimentos imobiliários

Em junho de 2020 o Grupo renegociou os termos de 44 contratos de aluguel de suas lojas físicas, estendendo o prazo de carência e vigência estabelecidos no Contrato de Locação. Os efeitos ocasionados pela taxa de desconto revisada e remensurada dos passivos de arrendamento foram reconhecidos em contrapartida do ativo de direito de uso na data da modificação. A taxa incremental na data da remensuração foi de 10,3%.

Em 14 de outubro de 2020, os Acionistas aprovaram a incorporação de ações das sociedades Torch Empreendimentos e Participações S.A., Valquíria Empreendimentos e Participações S.A., Gibraltar Empreendimentos e Participações S.A., Midway Empreendimentos e Participações S.A., Kursk Empreendimentos e Participações S.A., Bulge Empreendimentos e Participações S.A., Pacífico Empreendimentos e Participações S.A., Overlord Empreendimentos e Participações S.A. e Kharkov Empreendimentos e Participações S.A. ("Sociedades"), controladas por nossos acionistas Brazil Holdings ScS e FIP Momentum, nas mesmas proporções de suas respectivas participações societárias no Grupo, com a finalidade de congregar todas as entidades sob o controle direto ou indireto do Grupo. A referida incorporação de ações foi aprovada sob condição suspensiva, vinculando o fechamento da transação quando do anúncio de início de distribuição pública do IPO. Uma vez cumprida a condição suspensiva acima, a Incorporação de ações estará automaticamente eficaz e dever-se-á proceder à transferência da totalidade das ações de emissão das Sociedades ao Grupo. A avaliação das ações das Sociedades para fins da incorporação de ações deu-se pelo seu respectivo valor patrimonial contábil, com observância dos princípios de contabilidade aceitos no Brasil e das disposições contidas na legislação societária.

e) Em 14 de outubro de 2020 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária os seguintes eventos societários:

- O grupamento das ações de emissão da Companhia, à proporção de 10:1. Desta forma o Capital social da Companhia passará a ser representado por 542.107.746 (quinhentos e quarenta e dois milhões, cento e sete mil e setecentos e quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;
- Foi realizado o resgate de 85.364.576 (oitenta e cinco milhões, trezentas e sessenta e quatro mil e quinhentas e setenta e seis) ações da acionista Momentum - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, pelo valor de R$400 (R$445 atualizado pelo CDI). As 85.364.576 (oitenta e cinco milhões, trezentas e sessenta e quatro mil e quinhentas e setenta e seis) ações da acionista Momentum - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia foram previamente convertidas em ações preferenciais resgatáveis exclusivamente para fins de referido resgate. Este resgate foi aprovado sob condição resolutiva, devendo ser automaticamente revogado com retorno ao status quo ante caso não ocorra o publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública das Ações de emissão da Companhia até a data limite de 30 de abril de 2021. O resgate foi aprovado mediante a aplicação de reservas de capital existentes na Companhia no mesmo valor total e global de R$400 (R$445 atualizado pelo CDI), e quitado no mesmo ato, mediante compensação contra o dever de integralização de capital social em aberto da Companhia no mesmo exato valor, devido pelo Momentum - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, de forma que o capital social da Companhia passa a estar totalmente integralizado;

- O Walmart US exerceu a opção de converter o valor do principal (R$196) do montante a receber que detinha com a Companhia (nota 9.1) em capital. Foi aprovada a emissão, pela Companhia, de Bônus de Subscrição, em favor da WMT Brasilia, pelo preço de emissão total de R$ 1,00 (um real), sob condição suspensiva, sendo o exercício do Bônus de Subscrição condicionado à publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública das Ações de emissão da Companhia até a data limite de 30 de abril de 2021. Portanto, mediante a verificação de referida condição suspensiva, serão emitidas 44.719.326 (quarenta e quatro milhões, setecentas e dezenove mil e trezentas e vinte e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia em favor do veículo Walmart US, ao preço total de R$ 196.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

Vitor Fagá De Almeida, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade R.G. nº 25.209.660-5, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrito no CPF/ME sob o nº 204.156.108-42, com endereço comercial na Avenida Tucunaré, 125, Bloco A Superior, Sala 109, Tamboré, CEP 06460-020, na cidade de Barueri, Estado do São Paulo na qualidade de Diretor Financeiro e de Relação com Investidores do **GRUPO BIG BRASIL S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Tucunaré, 125, Bloco A Superior, Sala 109, Tamboré, CEP 06460-020, na cidade de Barueri, Estado do São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 30.621.687/0001-43 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: **(i)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(ii)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia elaboradas para fins de registro referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

19 de outubro de 2020.

_____

VITOR FAGÁ DE ALMEIDA

D4Sign 1902529c-5d2d-4151-9578-2e63cb6d4aa7 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

2 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 18 de outubro de 2020, 20:37:47

Declaração Art. 25 DF's 2019 (Vitor Faga) - (final) - Projeto Olympus - 18.10.2020.docx

Código do documento 1902529c-5d2d-4151-9578-2e63cb6d4aa7

Assinaturas

VITOR FAGA DE ALMEIDA:20415610842
Certificado Digital
vitor.faga@big.com.br
Assinou

Eventos do documento

18 Oct 2020, 16:04:17
Documento número 1902529c-5d2d-4151-9578-2e63cb6d4aa7 **criado** por PRISCILA OLIVEIRA RODRIGUES (Conta 82968407-663e-48f5-bb7b-5ed6feae966f). Email :priscila.rodrigues@big.com.br. - DATE_ATOM: 2020-10-18T16:04:17-03:00

18 Oct 2020, 16:06:49
Lista de assinatura **iniciada** por PRISCILA OLIVEIRA RODRIGUES (Conta 82968407-663e-48f5-bb7b-5ed6feae966f). Email: priscila.rodrigues@big.com.br. - DATE_ATOM: 2020-10-18T16:06:49-03:00

18 Oct 2020, 20:34:08
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - VITOR FAGA DE ALMEIDA:20415610842 **Assinou** Email: vitor.faga@big.com.br. IP: 179.228.147.183 (179-228-147-183.user.vivozap.com.br porta: 30868). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SERASA RFB v5,OU=A3,CN=VITOR FAGA DE ALMEIDA:20415610842. - DATE_ATOM: 2020-10-18T20:34:08-03:00

Hash do documento original
(SHA256):9efaa26ca3b999448585205407c37615646d3b084e840182474f91ff5658fd52
(SHA512):9c6ba23e93558887fdae193dcae361d852b2fa833d4d0a69d23976a3b76f7093eff3310cd9132a9e17e49ea26913a429818fc07de7983d85cb641e53e0e27776

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO PERÍODO DE CINCO MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GRUPO BIG

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Referentes ao período de cinco meses findo em 31 de Dezembro de 2018 e Relatório do Auditor Independente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 14 de outubro de 2020 **-** O **Grupo Big Brasil S.A.** ("Grupo Big") anuncia hoje os resultados do período de cinco meses de 2018 (5M18). As informações operacionais e financeiras a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em Reais nominais, de acordo com o padrão contábil internacional (IFRS) e devem ser lidas em conjunto com os demonstrativos de resultados e Notas explicativas para o período encerrado em 31 de dezembro de 2018. Não foram apontadas comparações anuais de resultados, pois a operação no formato atual configura-se a partir de agosto de 2018, data da subscrição do atual acionista controlador direto da Companhia, a Momentum - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Momentum").

1. DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Consolidação de operações de Varejo e Atacado e formação do Grupo Big

Número de Lojas
Operação Varejo: 368
Operação Atacado: 70

Vendas Brutas
5M 2018: R$10,7 Bilhões
Margem Bruta: 22,4%

EBITDA Ajustado
5M 2018: R$128 milhões
4T18: R$109 milhões

Margem EBITDA Aj.
5M 2018: 1,3%
4T18: 1,8%

A receita bruta consolidada da Companhia atingiu R$10,7 bilhões, sendo R$6,7 bilhões no 4T18.

Atingimos uma margem bruta de 22,4% nos 5M18 e 21,6% no 4T18;

O EBITDA Ajustado no período de cinco meses de 2018 correspondeu a R$128 milhões, com Margem EBITDA Ajustada de 1,3%. No trimestre, o EBITDA Ajustado foi de R$109 milhões, com margem EBITDA Ajustada de 1,8%.

O Grupo Big consolidou 438 lojas em 18 estados brasileiros, além do Distrito Federal, sendo 368 lojas da operação Varejo e 70 lojas da operação Atacado.

Destaques Financeiros e Operacionas

R$ milhões	Atacado		Varejo		Consolidado	
	2018	4T18	2018	4T18	2018	4T18
Receita Operacional Bruta	**6.612**	**2.613**	**4.137**	**4.106**	**10.749**	**6.719**
Vendas de Produtos Líquidas	**3.584**	**2.267**	**5.720**	**3.551**	**9.304**	**5.818**
Outras Receitas Líquidas	52	26	179	97	231	123
Receita Operacional Líquida	**3.636**	**2.293**	**5.899**	**3.648**	**9.535**	**5.941**
Lucro Bruto	**545**	**336**	**1.590**	**947**	**2.135**	**1.283**
Margem Bruta (%)	*15,0%*	*14,7%*	*27,0%*	*26,0%*	*22,4%*	*21,6%*
EBITDA Ajustado [1]	**268**	**175**	**360**	**237**	**128**	**109**
Margem EBITDA Ajustada (%)	*7,4%*	*7,6%*	*6,1%*	*6,5%*	*1,3%*	*1,8%*

[1] A diferença entre a somatória dos segmentos e o consolidado corresponde a despesas corporativas, as quais incluem despesas com a sede administrativa do Grupo e marketing, entre outras despesas.

2. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em Agosto de 2018, o Momentum - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia liderado pela Advent International adquiriu 80% do Walmart Brasil. A partir dessa mudança societária, uma nova etapa na história da companhia começou, com gestão local e independente. A companhia redefiniu sua estratégia focando nos seguintes pilares: (1) Crescimento dos formatos de atacado, tanto no atacarejo com o Maxxi quanto no clube de compras com o Sam's Club, (2) Estabilização do Varejo, (3) Eficiência Operacional e todos suportados pela (4) Transformação Cultural.

Já em 2018 iniciamos a Transformação Cultural ao revitalizar o time de gestão, formando o que acreditamos ser um dos melhores e mais experiente de varejo alimentar no Brasil. Redefinimos para os nossos mais de 45 mil colaboradores os pilares comportamentais da companhia: Senso de Urgência, Inconformismo, Dor de Dono e Capacidade de Execução que espelham nosso foco em rentabilidade e produtividade no longo prazo. Ainda no 2° semestre de 2018 redesenhamos a estratégia mercadológica da companhia ao migrar para modelo de precificação *high-low*, e ao reforçar o sortimento das lojas agora com apelo regional e foco no controle de estoque. Visando reduzir o consumo de caixa da companhia fechamos lojas deficitárias, encerramos o marketplace de e-commerce (walmart.com.br) e demos início a diversos projetos de redução de despesas.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL POR SEGMENTO

OPERAÇÕES DE ATACADO

As operações de Atacado do Grupo Big compreendem o atacarejo Maxxi e o clube de compras Sam´s Club.

Em dezembro de 2018, as operações de Atacado contavam com 70 lojas distribuídas em 15 estados brasileiros além do Distrito Federal. Estas lojas representavam uma área de cerca de 335 mil metros quadrados.

	Atacado
	4T19
Número de Lojas (#)	**70**
Área de Vendas (000 m2)	*335*

Resultados Operacionais

No período de cinco meses de 2018, as operações de Atacado alcançaram R$3,6 bilhões de receita operacional líquida e R$545 milhões de lucro bruto, com 15,0% de margem bruta.

No 4T18, as vendas de produtos líquidas oriunda das operações de Atacado corresponderam a R$2,3 bilhões, com lucro bruto de R$336 milhões e respectiva margem bruta de 14,7%.

Demonstrações do Resultado - Atacado *(R$ milhões)*	2018	4T18
Vendas de Produtos Líquidas	**3.584**	**2.267**
Outras Receitas Líquidas	**52**	**26**
Receita Operacional Líquida	**3.636**	**2.293**
Custos das mercadorias vendidas	(3.091)	(1.957)
CMV / ROL	*85,0%*	*85,3%*
Lucro bruto	**545**	**336**
Margem Bruta	*15,0%*	*14,7%*
Despesas com vendas, gerais e administrativas (DVGA)	(308)	(177)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	4	3
DVGA / ROL	*8,5%*	*7,7%*
EBITDA Atacado Ajustada	**268**	**175**
Margem EBITDA Ajustada (%)	*7,4%*	*7,6%*

OPERAÇÃO VAREJO

A operação Varejo do Grupo Big compreende as operações das marcas BIG, Super Bompreço, BIG Bompreço, Nacional e Todo Dia.

Em dezembro de 2018, a operação Varejo contava com 368 lojas distribuídas em 19 estados brasileiros, as quais representavam uma área de cerca de 1,1 milhão de metros quadrados.

	Varejo
	2018
Número de Lojas (#)[1]	**368**
Área de Vendas (000 m2)[1]	*1.122*

Resultados Operacionais

No período de cinco meses de 2018, a operação Varejo alcançou R$5,9 bilhões de receita operacional líquida e R$1,6 bilhão de lucro bruto, com 27,0% de margem bruta.

No 4T18, as vendas de produtos líquidas oriunda da operação Varejo correspondeu a R$3,6 bilhões, com margem bruta de 26,0%.

Demonstrações do Resultado - Varejo *(R$ milhões)*	2018	4T18
Vendas de Produtos Líquidas	**5.720**	**3.551**
Outras Receitas Líquidas	179	97
Receita Operacional Líquida	**5.899**	**3.648**
Custos das mercadorias vendidas	(4.309)	(2.701)
CMV / ROL	*73,1%*	*74,1%*
Lucro bruto	**1.590**	**947**
Margem Bruta	*27,0%*	*26,0%*
Despesas com vendas, gerais e administrativas (DVGA)	(1.351)	(785)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(9)	(3)
DVGA / ROL	*22,9%*	*21,5%*
EBITDA Varejo Ajustado	**360**	**237**
Margem EBITDA Ajustada (%)	*6,1%*	*6,5%*

4. Glossário

EBITDA: Consiste no "Lucro líquido do exercício" (ou período) ajustado pelo "Resultado financeiro líquido", pelo "Imposto de renda e contribuição social" e pelas despesas com "Depreciação e amortização". O EBITDA, EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS e não devem ser considerados como alternativas ao lucro líquido ou como medidas de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez.

EBITDA Ajustado: O EBITDA foi ajustado para a alínea da demonstração do resultado "outras receitas e despesas", incluindo valores não-recorrentes referentes a alienação de ativos, *impairment* e repactuação de contratos de aluguel, entre outras receitas e despesas.

Margem bruta: Calculamos a margem de lucro bruto como lucro bruto dividido pelas vendas líquidas do período, expressa em percentual.

Margem EBITDA: Calculamos a Margem EBITDA como o EBITDA Ajustado dividido pelas vendas líquidas do período, expressa em percentual.

Margem EBITDA ajustada: Calculamos a Margem EBITDA Ajustada como o EBITDA Ajustado dividido pelas vendas líquidas do período, expressa em percentual.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas do
Bompreço do Brasil Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Bompreço do Brasil Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de cinco meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Bompreço do Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de cinco meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 12 de junho de 2019, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018, que ora estão sendo reapresentadas conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1, em decorrência da adequação de divulgações adicionais em atendimento às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e reclassificação para melhor apresentação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Reconhecimento de créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ao fato de que a Companhia obteve o trânsito em julgado em relação às suas ações judiciais que discutiam o ressarcimento de créditos relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS Substituição Tributária - ST ("ICMS ST"). Em decorrência desses eventos, a Companhia mensurou e registrou parcialmente o montante dos créditos de ICMS ST, pois parte dos créditos referentes aos exercícios de 2008 a 2016 estava em fase de mensuração. A Companhia envidou todos os esforços necessários para apuração e mensuração desses créditos, tendo seus respectivos registros contábeis efetuados quando a mensuração final foi efetivamente concluída e sua existência assegurada. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 14, a Companhia é parte passiva em processos fiscais, trabalhistas e cíveis no curso normal de suas atividades e está sujeita a fiscalizações por parte das autoridades competentes que podem resultar em autos de infração.

O valor estimado das provisões e a divulgação requerida dos processos judiciais e administrativos requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos.

Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento ou mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem impactar significativamente o montante das provisões e as divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Devido ao volume significativo de processos fiscais, trabalhistas e cíveis, à relevância dos valores envolvidos, à complexidade da legislação tributária, trabalhista e cível, em especial no que diz respeito aos valores a serem considerados como base para a provisão de perda, e aos julgamentos significativos exercidos pela Companhia, incluindo as divulgações requeridas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

i) Obtivemos o entendimento sobre o desenho dos controles internos que julgamos como chave relacionados à identificação, ao monitoramento e à avaliação dos processos judiciais, assim como a lista de assessores jurídicos externos e internos da Companhia.

ii) Obtivemos confirmações com os assessores jurídicos externos e internos da Companhia, contemplando a avaliação do risco de perda e os montantes envolvidos nos processos fiscais, trabalhistas e cíveis em aberto.

iii) Avaliamos, com base em uma amostra de processos reclamatórios e posições tributárias tomadas mais significativas, com o auxílio de nossos especialistas na área tributária, a documentação-suporte, as opiniões legais dos assessores externos e a jurisprudência existente.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

iv) Avaliamos, com base em uma amostra de processos, o histórico de perdas de processos trabalhistas utilizado para mensuração da provisão dos processos trabalhistas em fase inicial.

v) Avaliamos, com base em uma amostra de processos, a integridade e a precisão dos dados utilizados nos cálculos efetuados pela Administração da Companhia.

vi) Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideraram as informações relevantes, em especial as relativas aos requerimentos de divulgação relacionada com a transição da norma e seu impacto contábil.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências no controle interno relacionadas à valorização dos processos, que resultaram em ajustes não realizados por terem sido considerados imateriais, de acordo com as normas aplicáveis. Em função disso, alteramos a nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis estimadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Classificação e divulgação sobre operações de arrendamento mercantil

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 15, a Companhia mantém compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamento mercantil de equipamentos e principalmente de imóveis onde operam suas lojas, sedes administrativas e centros de distribuição, entre outros.

A aplicação do pronunciamento técnico CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) requer o exercício de julgamento relevante da Companhia no que tange à classificação dos arrendamentos mercantis entre operacional e financeiro, que leva em consideração: (i) transferência do ativo no final do prazo do contrato ou pelo uso substancial de sua vida útil; (ii) relação entre o valor presente do pagamento e o valor justo do ativo arrendado; (iii) determinação da taxa de desconto de cada contrato de arrendamento; e (iv) determinação dos componentes de arrendamento e das devidas alocações proporcionais ao valor do aluguel, entre outros.

Devido ao volume de contratos, aos julgamentos significativos exercidos pela Companhia para classificação de tais contratos entre arrendamento mercantil financeiro e operacional, bem como aos potenciais impactos significativos que a interpretação e aplicação errada da norma podem ocasionar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018, esse assunto foi considerado significativo em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

i) Obtivemos o entendimento sobre o desenho dos controles internos que julgamos como chave relacionados à identificação e classificação dos contratos de arrendamento mercantil.

ii) Avaliamos as políticas contábeis estabelecidas pela Administração em comparação com os requisitos do pronunciamento técnico CPC 06 (R1).

iii) Testamos, em base amostral, os contratos de arrendamento para avaliar a integridade e a precisão dos dados utilizados nos cálculos do ativo por arrendamento mercantil financeiro e dos passivos de arrendamento mercantil determinados pela Companhia.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

iv) Avaliamos ainda se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes relacionadas ao arrendamento mercantil.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências no controle interno relacionadas à mensuração do ativo de arrendamento mercantil e do passivo de arrendamento mercantil que resultaram em ajustes que foram registrados pela Administração, bem como em ajustes que não foram corrigidos pela Administração por terem sido considerados imateriais, de acordo com as normas em questão. Em função disso, alteramos a nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os valores reconhecidos como ativo de arrendamento mercantil e passivo de arrendamento mercantil, bem como pelas devidas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Realização de impostos a recuperar

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 7 e de acordo com a legislação federal e estadual, as compras de mercadorias permitem à Companhia o reconhecimento de créditos de Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e ICMS pagos na aquisição de mercadorias. A Companhia vem acumulando saldos significativos de impostos a recuperar de PIS, COFINS e ICMS.

A Companhia avalia a expectativa de realização dos saldos de impostos a recuperar, a classificação entre ativo circulante e não circulante, assim como a necessidade de constituição de provisão para perdas. Essa avaliação é feita com base em estudos técnicos de recuperabilidade que consideram o histórico de consumo, bem como projeções de compras e vendas de mercadorias, alteração na distribuição logística das mercadorias e solicitações de regimes tributários especiais, entre outras iniciativas.

Devido à relevância dos valores envolvidos e aos julgamentos significativos exercidos pela Companhia para determinar as premissas consideradas nos estudos técnicos de recuperabilidade que podem impactar o valor registrado como provisão de perda nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

i) Obtivemos o entendimento sobre o desenho dos controles internos que julgamos como chave relacionados ao processo de reconhecimento dos impostos a recuperar.

ii) Avaliamos, com auxílio de nossos especialistas tributários, o entendimento da metodologia e dos pressupostos-chave utilizados na elaboração do estudo técnico para realização dos impostos a recuperar, por meio de indagação aos responsáveis da área tributária da Companhia.

iii) Envolvemos nossos especialistas tributários para nos auxiliar na revisão da apuração dos impostos a recuperar, considerados na elaboração do estudo técnico de recuperabilidade dos impostos a recuperar.

iv) Revisamos, com auxílio de nossos especialistas tributários, as premissas-chave incluídas no plano de recuperação dos impostos, criado pela Companhia, bem como revisamos as evidências que suportam as ações já implementadas.

v) Aplicamos testes documentais na estimativa de recuperação dos impostos a recuperar registrados, bem como em sua apresentação entre ativos circulantes e não circulantes.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

vi) Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes relacionadas ao tema.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os julgamentos exercidos pela Companhia na determinação da realização dos impostos a recuperar, bem como pelas devidas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Registro dos créditos extemporâneos de
ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e ICMS ST

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 7.2, a Companhia obteve êxito nos processos fiscais relacionados ao ressarcimento do ICMS ST e do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, através do trânsito em julgado em novembro de 2018 e fevereiro, julho e agosto de 2019. Os referidos processos transitados em julgado contemplavam vários períodos de apuração; alto volume de dados; diferentes regras de tributação aplicáveis a entidades legais distintas da Companhia; complexidade sistêmica na compilação e no processamento dos dados, bem como necessidade de se gerar evidenciação, incluindo a identificação da documentação original disponível, que permitisse, a qualquer momento, a sua revisão e auditoria pelas autoridades fiscais, e assegurar a existência dos créditos.

Devido à relevância dos valores envolvidos, compostos por um longo período de transações, com alto volume de dados, alta complexidade sistêmica envolvendo a compilação destes, incluindo o processamento e cálculo dos créditos tributários, e de julgamentos significativos da Administração sobre as modalidades de ICMS que originaram os referidos créditos tributários, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

i) Obtivemos entendimento sobre o desenho dos controles internos chave implementados pela Companhia no processo de identificação das documentações-suporte, mensuração e reconhecimento dos créditos tributários.

ii) Avaliamos, com auxílio de nossos especialistas tributários, os procedimentos adotados pela Administração no levantamento das documentações-suporte, mensuração e reconhecimento dos créditos tributários.

iii) Revisamos, com auxílio de nossos especialistas tributários, a documentação da decisão judicial (trânsito em julgado), as opiniões legais emitidas, os aspectos legais e tributários da legislação brasileira para entendimento do mérito e a argumentação que orientou a Companhia sobre o reconhecimento e a mensuração do ativo reconhecido através da análise dos cálculos e das documentações-suporte dos montantes a serem compensados.

iv) Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes relacionadas ao tema.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os julgamentos exercidos pela Companhia na determinação dos procedimentos para o levantamento e a obtenção das documentações-suporte para o registro dos créditos de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e ICMS ST, bem como pelas devidas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se essa outra informação está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcida de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de outubro de 2020

Deloitte touche tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vagner Ricardo Alves
Contador
CRC nº 1 SP 215739/O-9

2020SP000950_Relatório do Auditor - incluindo PAA 2018.docx

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

BOMPREÇO DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro
(Em milhões de reais - R$)

		Controladora	Consolidado
Ativo	**Nota**	**2018**	**2018**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	16	474
Contas a receber	5	-	1.588
Estoques	6	-	2.729
Impostos a recuperar	7	-	329
Despesas antecipadas		-	42
Outras contas a receber		-	88
Total do ativo circulante		**16**	**5.250**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos a recuperar	7	-	1.047
Depósitos judiciais	14	-	796
Outras contas a receber		-	62
Total realizável a longo prazo		**-**	**1.905**
Investimentos	10	3.948	-
Imobilizado	11	-	3.463
Arrendamento mercantil	11	-	1.118
Intangível	12	-	414
		3.948	**4.995**
Total do ativo não circulante		**3.948**	**6.900**
Total do ativo		**3.964**	**12.150**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOMPREÇO DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro
(Em milhões de reais - R$)

		Controladora	Consolidado
Passivo	**Nota**	**2018**	**2018**
Circulante			
Fornecedores	13	-	3.381
Obrigações com arrendamento mercantil	15	-	40
Partes relacionadas	9	2	-
Tributos a recolher		-	83
Salários e encargos sociais		-	306
Receita diferida		-	116
Outras contas a pagar		-	317
Total do passivo circulante		**2**	**4.243**
Não circulante			
Obrigações com arrendamento mercantil	15	-	1.749
Partes relacionadas	9	258	311
Provisão para demandas judiciais	14	-	2.155
Receita diferida		-	15
Provisão para perda de investimento	10	27	-
Total do passivo não circulante		**285**	**4.230**
Patrimônio líquido			
Capital social	16	33	33
Reserva de capital	16	3.672	3.672
Prejuízos acumulados		(28)	(28)
Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas		**3.677**	**3.677**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.964**	**12.150**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOMPREÇO DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos resultados
Período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhões de reais - R$, exceto o lucro (prejuízo) líquido do período por ação)

	Nota	Controladora 2018	Consolidado 2018
Receita operacional líquida	17	**-**	**9.535**
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	19	-	(7.400)
Lucro bruto		**-**	**2.135**
Receitas (despesas)			
Despesas com vendas, gerais e administrativas	19	(1)	(2.053)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	19	-	87
Resultado de equivalência patrimonial	19	(21)	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		**(22)**	**169**
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	20	(7)	(277)
Receitas financeiras	20	1	80
Resultado financeiro líquido		**(6)**	**(197)**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(28)**	**(28)**
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	8	-	-
Diferidos	8	-	-
Prejuízo do período		**(28)**	**(28)**
Atribuível aos:			
Acionistas			(28)
Lucro líquido por ações (Média ponderada do período – R$)			
Resultado por ação (reais por ação)			
Básico	24		(0,06)
Diluído	24		(0,06)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOMPREÇO DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhões de reais - R$)

	Controladora	Consolidado
	2018	2018
Prejuízo do período	**(28)**	**(28)**
Resultado abrangente do período	**(28)**	**(28)**
Atribuível aos:		
Acionistas		(28)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOMPREÇO DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhões de reais - R$)

		Capital Social		Reserva de capital			
	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de capital	Reserva de capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas
APORTE INICIAL DOS ATIVOS EM 31/07/2018		**1.240**	**-**	**2.997**	**-**	**-**	**4.237**
Aumento de capital	16	190	(115)	1.710	(1.035)	-	750
Prejuízo do período		-	-	-	-	(28)	(28)
Redução de capital	16	(1.282)	-	-	-	-	(1.282)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		**148**	**(115)**	**4.707**	**(1.035)**	**(28)**	**3.677**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOMPREÇO DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhões de reais - R$)

	Nota	Controladora 2018	Consolidado 2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo no período		**(28)**	**(28)**
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações	11 e 12	-	174
Créditos tributários	7.2	-	(56)
Provisão para expectativa de perda de crédito	5	-	(4)
Provisão (reversão) para perdas de estoques	6	-	(88)
Provisão (reversão) para demandas judiciais	14	-	(68)
Atualização monetária sobre demandas judiciais	14	-	159
Reversão de "impairment"	11	-	(90)
Juros sobre arrendamento mercantil	15	-	77
Depreciação de ativos de direito de uso	11	-	11
Baixa de ativo imobilizado e intangível	11 e 12	-	163
Resultado de equivalência patrimonial	10	21	-
		(7)	**250**
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		-	(988)
Estoques		-	(176)
Impostos e contribuições a recuperar		-	(156)
Depósitos judiciais		-	7
Outros ativos		-	35
Fornecedores		-	1.267
Impostos a recolher		-	12
Outros passivos e receita diferida		-	(356)
Partes relacionadas		8	60
Pagamento de demandas judiciais		-	(214)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**1**	**(259)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Venda de ativo imobilizado		-	28
Adição de ativo imobilizado e intangível	11 e 12	-	(61)
Aporte de capital em controladas		(740)	-
Baixa/cisão de empreendimentos imobiliários	16	-	(72)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		**(740)**	**(105)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de arrendamento	15	-	(75)
Aporte de capital de acionistas	16	750	750
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		**750**	**675**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		**11**	**311**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5	163
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	16	474
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		**11**	**311**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOMPREÇO DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do Valor Adicionado
Período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhões de reais - R$)

	Controladora	Consolidado
	2018	2018
Receitas	-	10.635
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	-	10.513
Outras Receitas	-	119
Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-	3
Insumos adquiridos de terceiros	(2)	(9.163)
Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-	(8.252)
Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	(2)	(1.014)
Recuperação de valores ativos	-	103
Valor adicionado bruto	(2)	1.472
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	(185)
Valor Adicionado Líquido Produzido	(2)	1.287
Valor Adicionado Recebido em Transferência	(20)	69
Resultado de Equivalência Patrimonial	(21)	-
Receitas Financeiras	1	69
Valor Adicionado Total a Distribuir	(22)	1.356
Distribuição do Valor Adicionado	(22)	1.356
Pessoal	-	697
Remuneração Direta	-	637
Benefícios	-	121
FGTS	-	69
Demandas judiciais trabalhistas	-	(130)
Impostos, Taxas e Contribuições	-	348
Federais	-	211
Estaduais	-	95
Municipais	-	42
Remuneração de Capitais de Terceiros	6	339
Juros	6	263
Aluguéis	-	76
Remuneração de Capitais Próprios	(28)	(28)
Dividendos	-	-
Prejuízo	(28)	(28)
Participação de acionistas não controladores	-	-
	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOMPREÇO DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018

Índice

1.	CONTEXTO OPERACIONAL	16
2.	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	16
3.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	19
4.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20
5.	CONTAS A RECEBER	21
6.	ESTOQUES	22
7.	IMPOSTOS A RECUPERAR	23
8.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24
9.	PARTES RELACIONADAS	25
10.	INVESTIMENTOS	26
11.	IMOBILIZADO E ATIVOS DE DIREITO DE USO	27
12.	INTANGÍVEL	28
13.	FORNECEDORES	31
14.	DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS	31
15.	OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO MERCANTIL	34
16.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35
17.	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	36
18.	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	36
19.	DESPESAS POR NATUREZA	37
20.	RESULTADO FINANCEIRO	38
21.	GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS	39
22.	COBERTURA DE SEGUROS	41
23.	PLANO DE OPÇÕES DE AÇÕES	42
24.	RESULTADO POR AÇÃO	43
25.	TRANSAÇÕES NÃO CAIXA	43
26.	EVENTOS SUBSEQUENTES	44

BOMPREÇO DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhões de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Bompreço do Brasil Participações S.A., doravante denominado "Controladora" ou "Companhia", foi constituído em dia 15 de maio de 2018, na forma de sociedade anônima de capital fechado teve sua razão social alterada em 9 de setembro de 2019 para Grupo Big Brasil S.A. Tem sede na Av. Tucunaré, 125, cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Brasil e tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding").

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Consolidado" ou "Grupo"). O Grupo está envolvido primariamente na comercialização, no varejo e no atacado, de produtos alimentícios, artigos de vestuário, eletroeletrônicos, combustíveis e farmácias em lojas especializadas denominadas "Sam's Club", "Maxxi", "Big", "Big Bompreço", "Walmart Supercenter", "Hiper Bompreço", "Super Bompreço", "Todo Dia", "Hiper Todo Dia", "Mercadorama" e "Nacional". A Transportadora Bompreço Ltda. ("Transportadora") tem como objeto social a exploração de atividades relacionadas ao transporte rodoviário.

O Grupo foi criado em 4 de junho de 2018, quando o WMT Brasília celebrou um acordo de alienação de 80% da participação no Walmart Brasil ao Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Momentum"), que é o acionista controlador direto do Grupo e está sediado no Brasil.

1.1. Empreendimentos Imobiliários

Como parte do planejamento estratégico, o Grupo promoveu em 2018 uma reestruturação de seu portfólio imobiliário através de cessão de um pequeno número de imóveis das suas lojas a novas sociedades constituídas para investimento, gestão e administração imobiliária, que passaram a ser detidas pelo Walmart e Momentum, nas mesmas proporções do Grupo.

A cessão da titularidade dos imóveis resultou em uma redução de patrimônio no Grupo em 2018 no montante de R$1.282 através da redução de capital social no mesmo valor e o ativo imobilizado passou a ser refletido no balanço patrimonial do Grupo como arrendamento mercantil, representando contrato de aluguel de 20 anos, renováveis por mais 20 anos, entre o Grupo e as novas sociedades imobiliárias.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota 3.4.

2.1. Reemissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foram originalmente emitidas em 12 de junho de 2019 e o Conselho de Administração do Grupo, com o objetivo de adequar às exigências regulatórias aplicáveis às Companhias Abertas registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), decidiu reapresentar as respectivas demonstrações financeiras para incluir a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e informação por segmento, bem como efetuou reclassificações de determinadas contas, para aprimoramentos de divulgação, sem modificação do resultado do período e do patrimônio líquido de 2018, tendo aprovado a reemissão destas demonstrações financeiras em 14 de outubro de 2020. De forma resumida, as principais reclassificações efetuadas podem ser assim demonstradas:

Balanço patrimonial

				2018
	Nota	Original	Reclassificação	Reapresentado
Imobilizado (i)	11	2.954	509	3.463
Arrendamento mercantil (i)	11	1.627	(509)	1.118

(i) Reclassificação do impairment do imobilizado para o arrendamento mercantil.

2.2. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Imobiliários ("CVM").

2.2.1. Comparabilidade

Não existe comparabilidade das informações financeiras de 2018, individuais e consolidadas, pois compreendem ao período de 5 meses sendo de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2018, devido ao Grupo ter adquirido o controle das empresas operacionais a partir desta data.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.4. Declaração de relevância

Em conformidade com a OCPC07 – Evidenciação na divulgação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades do Grupo.

2.5. Adoção de normas novas, alterações e interpretações de normas

Alterações às IFRS e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente.

As mudanças nos pronunciamentos contábeis foram refletidas nas informações consolidadas do Grupo para o período findo em 31 de dezembro de 2018, conforme descrito a seguir:

(a) Alterações às IFRS e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

As mudanças nos pronunciamentos contábeis foram refletidas nas informações consolidadas do Grupo para o período de 5 meses findo em 31 de dezembro de 2018, conforme descrito a seguir:

CPC 47 / IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes: o Grupo adotou o novo pronunciamento a partir de 1º de agosto de 2018, cujo conteúdo foi avaliado e concluiu-se que não há efeito material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: o pronunciamento introduziu novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de "hedge". O Grupo adotou o novo pronunciamento a partir de 1º de agosto de 2018, e com base nas análises efetuadas, em 31 de dezembro de 2018 não foram identificados fatores que indiquem a necessidade de complemento da provisão para perdas estimadas de acordo com os critérios estabelecidos pelo IFRS 9.

(b) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes até a data-base destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são divulgadas abaixo. O Grupo pretende adotar tais normas quando entrarem em vigência, se aplicável.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos: a IFRS 16 foi publicada em janeiro de 2016 e é efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019. A transição ocorrerá no próximo exercício fiscal de acordo com a abordagem de retrospectiva modificada. Como arrendatária, a distinção entre arrendamento financeiro e arrendamento operacional conforme IAS 17 (CPC 06 (R1)) não será mais aplicável. Exceto pelos contratos de curto prazo (até 12 meses) e pelos contratos relacionados ao uso de ativos de baixo valor, todos os arrendamentos devem ser reconhecidos no balanço patrimonial. Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17.

Os impactos decorrentes da aplicação do pronunciamento foram avaliados em 2018 como parte do projeto de implementação do CPC 06 / IFRS 16. Com base nas informações atualmente disponíveis, o Grupo concluiu o seguinte:

- Não há alterações significativas no tratamento contábil sob a perspectiva de arrendador.
- Para os contratos sob a perspectiva de arrendatário, o novo modelo afeta o reconhecimento dos contratos existentes classificados atualmente como operacionais – tais contratos referem-se principalmente a equipamentos e imóveis. Os contratos existentes classificados como arrendamentos financeiros permanecem registrados com seu valor contábil atual na data de transição.
- Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo estima que irá reconhecer em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento dentro de uma faixa de R$850 milhões a R$900 milhões.

O Grupo optará por utilizar as isenções previstas pelo pronunciamento para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. Estes permanecem sendo registrados apenas como despesa e não serão registrados no balanço.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo.

ICPC 22/IFRIC 23 – Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A Administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para o período findo em 31 de dezembro de 2018 apresentado e para as demonstrações financeiras do Grupo:

3.1. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Controladora e das controladas nas quais detenha o controle de forma direta ou indireta. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

	Participação nos investimentos - %	
	2018	
	Participação direta	Participação indireta
WMS Supermercados do Brasil Ltda.	99,99	0,01
WMB Supermercados do Brasil Ltda.	99,99	0,01
Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda.	97,76	0,01
Bompreço Bahia Supermercados Ltda.	52,05	42,76
Transportadora Bompreço Ltda.	0,01	99,99
Veraneio Participações Ltda.	100	-
Clube de Multifidelização – Bomclube Ltda.	-	100

3.2. Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

3.2.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A moeda funcional do Grupo e suas controladas é o Real (R$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de reais – R$. Todos os saldos foram arredondados para o milhão mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2.2 Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o real – R$) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e as taxas vigentes nos encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Tem a finalidade de evidenciar a riqueza gerada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas do IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis seguindo as disposições contidas no CPC 09 – "Demonstração valor adicionado".

3.4. Uso de Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos no encerramento do período. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Os principais julgamentos e estimativas estão descritos nas seguintes notas:

	Nota
Provisão do valor recuperável de ativos não financeiros	11 e 12
Provisão do valor recuperável de impostos	7
Imposto de renda e contribuição social diferido	8
Provisão para ajuste a valor realizável líquido dos estoques	6
Provisão para demandas judiciais	14
Obrigações com arrendamento financeiro	15
Plano de opções de ações	23

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Políticas contábeis

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Incluem o saldo em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras imediatamente resgatáveis e com risco insignificante de mudança de valor.

4.1. Composição de caixa e equivalentes de caixa

			Controladora	Consolidado
	Indexador	Taxa média	2018	2018
Caixa e bancos			-	260
Equivalentes de caixa				
Aplicações financeiras – (i)	CDI	75%	16	214
Total			**16**	**474**

(i) Referem-se substancialmente a operações de renda fixa junto a instituições financeiras, por meio de Certificados de Depósito Bancário – CDBs, atualizados pelo CDI, com liquidez imediata.

5. CONTAS A RECEBER

Políticas contábeis

Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda. As contas a receber são representadas substancialmente por vendas parceladas com cartões de crédito mensuradas ao custo amortizado.

A provisão para perdas estimadas é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas futuras com contas incobráveis. A análise é feita de forma quantitativa e qualitativa, levando-se em consideração os dados históricos e volume de créditos vencidos na data base da avaliação.

O Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados têm indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

5.1. Composição

	Consolidado
	2018
Administradoras de cartão de crédito (a)	1.183
Tickets de vendas e outros	415
(-) Perdas de créditos esperadas	(10)
Total	**1.588**
Circulante	1.588
Não circulante	-
Total	**1.588**

As vendas com cartão de crédito são recebíveis à vista e ou curto prazo, com as administradoras de cartão de crédito.

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo realizou desconto de recebíveis junto a operadoras de cartão de crédito para fins de fortalecimento de caixa e/ou cumprimento das suas obrigações contratuais no montante R$276, sem qualquer direito de regresso ou de obrigação relacionada.

5.2. Aging do Contas a receber

	Consolidado
	2018
A vencer	1.540
Vencidas:	
Até 30 dias	49
de 31 a 60 dias	1
de 61 a 90 dias	2
acima de 90 dias	6
Total	**1.598**
Perdas de créditos esperadas	(10)
Total	**1.588**
Circulante	1.588
Não circulante	-
Total	**1.588**

5.3. Movimentação das perdas de créditos esperadas - PCE

	Consolidado 2018
Saldo inicial	**(14)**
Complemento de provisão	(3)
Valores baixados da provisão	7
Saldo final	**(10)**

6. ESTOQUES

Políticas contábeis

O Grupo registra o custo dos estoques das lojas pelo método de varejo, cujo custo do estoque é determinado pela redução do seu preço de venda na percentagem apropriada da margem bruta, exceto para as lojas do atacado que são registrados pelo método de custo médio. São incluídos os custos dos produtos adquiridos líquido das bonificações recebidas, assim como os gastos com armazenagem e com transportes dos Centros de Distribuições – CD. Já o custo dos estoques dos CDs é registrado pelo custo médio, acrescido de bonificações e custos com armazenagem.

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

Os estoques também são reduzidos pela provisão que leva em consideração o histórico de perdas, quebras estimadas e obsolescência, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

6.1. Composição dos estoques

	Consolidado 2018
Mercadorias - lojas e CDs	2.810
Estoques em trânsito	83
Outros estoques	32
(-) Provisão para perdas de estoques	(196)
Total	**2.729**

6.2. Movimentação da provisão para perdas de estoques

	Consolidado 2018
Saldo inicial	**(284)**
Constituição da provisão	(53)
Estoques baixados ou vendidos	141
Saldo final	**(196)**

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Consolidado
	2018
ICMS (a)	1.738
PIS e COFINS (b)	253
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte	43
Outros impostos	33
(-) Provisão para perdas de ICMS (nota 7.1)	(691)
Total	**1.376**
Circulante	329
Não circulante	1.047
Total	**1.376**

a) O saldo acumulado de ICMS é constituído pelo ICMS e ICMS ST das operações de entradas e saídas de mercadorias e pela diferença de alíquota, bem como créditos extemporâneos, relacionados substancialmente ao "Ressarcimento ICMS-ST" em São Paulo, sendo sua realização de acordo com as movimentações mensais de suas operações bem como das projeções de crescimento estimados pelo Grupo.

b) O PIS e COFINS a recuperar referem-se a créditos gerados nas operações normais do Grupo e suas controladas.

7.1 Provisão para perda na realização dos créditos tributários

O Grupo monitora periodicamente o montante esperado de recuperação de créditos de ICMS. Para valores onde a expectativa de recuperação se dará em período que supera um horizonte de razoável certeza de que as projeções se materializarão, o Grupo registra provisão para perdas dos referidos créditos.

O Grupo efetuou um estudo dos créditos de ICMS por Centro de Distribuição (CD) e Unidade Federativa para avaliar a recuperabilidade, assim como contratou uma empresa de consultoria especializada para reavaliar a malha logística, a legislação aplicada e novos regimes de tributação que possibilitou apresentar um plano para otimização da utilização de tais créditos. Com base na avaliação da Administração, a expectativa é que os saldos registrados no valor de R$ 1.047 no ativo não circulante em 2018 passem a ser utilizados a partir de 2021, sem a ocorrência de perdas adicionais. Durante 2018 não houve necessidade de complemento da provisão inicial de R$691.

7.2 Reconhecimento de créditos extemporâneos

O Grupo obteve êxito nos processos fiscais relacionados ao ressarcimento do ICMS ST e do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, através de decisão transitada em julgado em abril de 2017, novembro de 2018, fevereiro, julho e agosto de 2019. Os referidos processos transitados em julgado contemplavam vários períodos de apuração; alto volume de dados; diferentes regras de tributação aplicáveis a entidades legais distintas do Grupo; complexidade sistêmica na compilação e processamento dos dados, bem como a necessidade de se gerar evidenciação, incluindo a identificação da documentação original disponível, que permitisse, a qualquer momento, a sua revisão e auditoria pelas autoridades fiscais, e assegurar a existência dos créditos conforme preconizado no CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro em seu parágrafo 5.14.

Desta forma, parte dos créditos extemporâneos dos períodos de apuração de 2008 a 2016, referente ao trânsito em julgado de abril de 2017 e novembro de 2018, ainda estavam em fase de levantamento, portanto, não foram reconhecidos quando da elaboração das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2018. A Administração envidou todos os esforços necessários para que os trabalhos de mensuração dos referidos créditos fossem concluídos e registrados nas demonstrações financeiras conforme segue:

ICMS

Os créditos relacionados a ICMS ST pagos à maior, com decisão transitada em julgado em novembro de 2018 no montante de R$233 relacionado ao período de apuração de 2014 a 2016 foram reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019; e o montante de R$80 relacionado ao período de apuração de 2008 a 2010 foram registrados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

O recolhimento antecipado de ICMS ST com base em valor presumido, no montante de R$60 que correspondem ao período de apuração de 2008 e 2009 e transitado em julgado em abril de 2017, foram reconhecidos no exercício de 2019.

PIS e COFINS

Os créditos relacionados a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, com decisão transitada em julgado em fevereiro de 2019 e julho de 2019, no montante de R$ 158, sendo R$98 correspondente ao principal e R$60 correspondente a correção monetária, relacionado ao período de apuração de 2011 a 2014 foram reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019; e o montante de R$ 1.014, sendo R$ 504 correspondente ao principal e R$510 correspondente a correção monetária, relacionado ao período de apuração de 2002 a 2017 foram reconhecidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

PIS e COFINS reconhecidos no período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018

Em relação a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, cuja decisão definitiva favorável foi transitada em julgado em julho de 2018, relacionado ao período de apuração de 2015 a 2017, a Companhia registrou no período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018 o montante de R$56, sendo R$ 44 correspondente ao principal e R$ 12 correspondente a correção monetária, apresentados na rubrica outras receitas (despesas) operacionais líquidas e receita financeiras, respectivamente.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Políticas contábeis

São calculados com base no resultado do período, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Na prática, as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos somente se for provável a sua compensação com lucros tributáveis futuros.

8.1. Reconciliação da alíquota efetiva

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores às alíquotas nominais:

	Controladora 2018	Consolidado 2018
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(28)**	**(28)**
Alíquotas nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	**10**	**10**
Efeito das adições e exclusões:		
Multas	-	(1)
Perda efetiva com devedores	-	(6)
Equivalência patrimonial	(7)	-
Outras diferenças permanentes	(3)	(6)
IR diferido ativo não constituído	-	3
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva		
Imposto de renda e contribuição social do período:		
Corrente	-	-
Diferido	-	-
Total	**-**	**-**

8.2. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

	Consolidado 2018	
	Valor	Efeito tributário
Diferenças temporárias dedutíveis	5.082	1.728
Prejuízos fiscais acumulados	6.842	2.326
Total	**11.924**	**4.054**

9. PARTES RELACIONADAS

As transações entre as empresas consolidadas referem-se a valores provenientes do rateio de custos corporativos, decorrentes de serviços prestados às Controladas, saldos e transações provenientes de venda e compra de mercadorias para abastecimento de lojas, repassadas pelo valor dos custos efetivamente incorridos. Tais transações são eliminadas na consolidação, anulando qualquer efeito nos resultados.

Outras transações regulares com partes relacionadas incluem pagamento pelo uso de sistemas corporativos utilizados no Brasil, realizadas de acordo com contratos vigentes.

9.1. Saldos e transações com partes relacionadas

	Passivo		Despesas	
	Controladora 2018	Consolidado 2018	Controladora 2018	Consolidado 2018
WMB Supermercados do Brasil Ltda.	2	-	(2)	-
Total de Controladas	**2**	**-**	**(2)**	**-**
Walmart US (a)	258	311	(7)	(61)
Outras (b)	-	-	-	(23)
Total de outras partes relacionadas	**258**	**311**	**(7)**	**(84)**
Total de partes relacionadas	**260**	**311**	**(9)**	**(84)**

a) Como parte da transação societária executada em 1º de agosto de 2018, o Grupo assumiu obrigação com Walmart US no montante de R$251 sujeita a encargos mensais à taxa de 110% do CDI. O pagamento do principal e juros ocorrerá em 1º de agosto de 2024.

O Walmart US tem a opção de, ocorrendo determinados eventos (como exemplo, intenção de pagamento de dividendos pelo atual controlador e/ou oferta pública inicial ("IPO")), converter o valor do principal desta obrigação em capital no Grupo.

O Grupo também assumiu obrigação mensal de pagamento pelo uso dos sistemas do Walmart US (IT TSA), no montante inicial de R$11, sujeita a encargos mensais de 100% do CDI. Os valores de principal e juros serão pagos até agosto de 2023.

A Companhia assumiu obrigação com Walmart US em montante que seria calculado caso houvesse redução do saldo de ICMS até 1º de agosto de 2020. A Companhia concluiu que nenhuma obrigação é devida em decorrência desse tema.

b) As transações com outras partes relacionadas, controladas pelos mesmos controladores do Grupo, referem-se a despesas com juros e aluguéis de prédios comerciais. Os contratos foram mensurados à taxa de 7% a.a., com prazo inicial em setembro de 2018, prazo final em setembro de 2058, o início de pagamento será após setembro de 2020, ou seja, com período de carência de 24 meses.

9.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

No período de 5 meses findo em 31 de dezembro de 2018, a remuneração do pessoal-chave da Administração (diretores indicados conforme o Estatuto Social) foram a seguintes:

	Salário base	Remuneração variável	Total
	2018	2018	2018
Diretoria	3	6	9
Total	**3**	**6**	**9**

A despesa com remuneração da Administração está contabilizada na rubrica "Despesas com vendas, gerais e administrativas", na demonstração do resultado.

10. INVESTIMENTOS

Políticas contábeis

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento do Grupo em sua controlada. O Grupo determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

10.1. Movimentação dos investimentos em controladas

						Controladora
	Veraneio Participações Ltda.	WMS Supermercados do Brasil Ltda.	WMB Supermercados do Brasil Ltda.	Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda.	Bompreço Bahia Supermercados Ltda.	Total
Saldo inicial em 31/07/2018	**(26)**	**1.564**	**1.631**	**1.200**	**114**	**4.483**
Redução de capital	-	(74)	(1.110)	(97)	-	(1.281)
Aumento de capital	-	221	283	121	115	740
Equivalência patrimonial	(1)	32	21	(38)	(35)	(21)
Saldo em 31/12/2018	**(27)**	**1.743**	**825**	**1.186**	**194**	**3.921**
Investimento	-	1.743	825	1.186	194	3.948
Provisão para perda	(27)	-	-	-	-	(27)

Veraneio Participações Ltda. – tem como principal atividade a função de holding de instituições não-financeiras.

WMS Supermercados do Brasil Ltda. – tem como principal atividade oferecer produtos de beleza, saúde, cama, brinquedos, câmeras digitais, eletrodomésticos, jogos, informática, instrumentos musicais, livros, papelaria, utilidades domésticas, cosméticos, esportes, e móveis e colchões.

WMB Supermercados do Brasil Ltda. – tem como principal atividade o comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios.

Supermercados do Nordeste Ltda. – tem como principal atividade a distribuição de alimentos e utilidades domésticas em geral por meio de uma rede de supermercados e lojas de departamento.

Bompreço Bahia Supermercados Ltda. – opera no ramo de supermercados e padarias. A empresa fornece alimentos, bebidas, vinhos, flores, compras online, serviços de entrega e produtos domésticos.

11. IMOBILIZADO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

Políticas contábeis

Reconhecimento inicial

Os valores do imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Custos subsequentes

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Grupo reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante é executada, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no período no momento em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada período e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

	Terrenos	Edifícios	Equipamentos e instalações	Benfeitorias (a)	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Imobilizado em andamento	Total do ativo imobilizado	Arrendamento mercantil (b)	Total
Custo - consolidado											
Saldo inicial 31/07/2018	**1.011**	**3.370**	**4.348**	**1.877**	**32**	**735**	**6**	**24**	**11.403**	**586**	**11.989**
Adições	-	-	1	-	-	-	-	34	35	1.241	1.276
Baixas	(23)	(39)	(141)	(121)	(1)	(15)	(4)	(3)	(347)	-	(347)
Baixas – Cisão de lojas	(451)	(1.134)	-	-	-	-	-	-	(1.585)	-	(1.585)
Transferências	-	5	22	5	-	2	-	(34)	-	-	-
Saldos em 31/12/2018	**537**	**2.202**	**4.230**	**1.761**	**31**	**722**	**2**	**21**	**9.506**	**1.827**	**11.333**
Depreciação e "impairment"- consolidado											
Saldos inicial 31/07/2018	**(175)**	**(1.668)**	**(3.417)**	**(1.038)**	**(26)**	**(599)**	**(3)**	**-**	**(6.926)**	**(289)**	**(7.215)**
"Impairment"	42	385	132	78	-	-	-	-	481	(391)	90
Adições	-	(32)	(85)	(24)	-	(17)	-	-	(158)	(29)	(187)
Baixas	-	27	103	39	1	13	2		185	-	185
Baixas – Cisão de lojas	-	375	-	-	-	-	-	-	375	-	375
Saldos em 31/12/2018	**(133)**	**(913)**	**(3.267)**	**(1.101)**	**(25)**	**(603)**	**(2)**	**-**	**(6.043)**	**(709)**	**(6.752)**
Valor residual em 31/12/2018	**404**	**1.289**	**963**	**660**	**6**	**119**	**1**	**21**	**3.463**	**1.118**	**4.581**
Taxa anual de depreciação	-	2,50%	10,00%	(a)	20,00%	20,00%	20,00%	-	-	3,10%	-

a) As benfeitorias são depreciadas em função da vida útil estimada do bem ou do prazo dos contratos de aluguel, entre os dois, o menor.

b) Refere-se substancialmente a aluguéis de prédios comerciais mensurados de acordo com CPC06(R1)/IAS 17 - Arrendamento mercantil.

12. INTANGÍVEL

Políticas contábeis

Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e eventuais perdas por não recuperação.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente os gastos com as aquisições de licenças de programas de computador ("software") e de sistemas de gestão empresarial.

A vida útil estimada é revisada ao final de cada período. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de "Depreciações e amortizações".

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O ágio não é amortizado, mas submetido a teste de recuperação anualmente ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC.

	Direito de uso de software	Ágio de investimento (a)	Intangível em andamento	Outros	Consolidado
Custo					
Aporte inicial 31 de julho de 2018	**630**	**530**	**-**	**715**	**1.875**
Adição	2	-	24	-	26
Baixa	(2)	-	-	(24)	(26)
Transferência	24	-	(24)	-	-
Saldo inicial 31 de dezembro de 2018	**654**	**530**	**-**	**691**	**1.875**
Amortização					
Aporte inicial 31 de julho de 2018	**(479)**	**(275)**	**-**	**(706)**	**(1.460)**
Adição	(26)	-	-	(1)	(27)
Baixa	2	-	-	24	26
Saldo inicial 31 de dezembro de 2018	**(503)**	**(275)**	**-**	**(683)**	**(1.461)**
Valor residual em 2018	**151**	**255**	**-**	**8**	**414**
Taxa anual de amortização	20%	-	-	1,7%	-

(a) Ágio gerado na aquisição do Sonae Distribuição S.A. em 2005. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Tal ágio é testado para fins redução ao valor recuperável, de acordo com os requisitos do pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos no mínimo anualmente. Com a introdução da Lei 11.638/07 a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, em atendimento as práticas contábeis, o ágio não é mais amortizado.

Políticas contábeis

Perda por redução do valor recuperável (“Impairment”)

Os bens do imobilizado, quando aplicável, e outros ativos não financeiros, são avaliados anualmente para identificar se há indicação de perda ao valor recuperável ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Os ativos intangíveis com vida útil definida e os bens do imobilizado são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças no ambiente de mercado indicarem que o valor recuperável de um ativo individual e/ou uma unidade geradora de caixa (UGC) puder ser menor que seu valor contábil. Para os ativos com vida útil indefinida, principalmente o ágio, o teste é realizado anualmente. Os ativos intangíveis, exceto ágio, com vida útil definida e imobilizado são testados para redução do valor recuperável sempre que há uma indicação de que seu valor recuperável pode ser menor que o seu valor contábil.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC), os quais correspondem a cada uma das lojas. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do período. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Teste de perda por redução ao valor recuperável

O Grupo avaliou a recuperação do valor contábil do Imobilizado, arrendamento mercantil do Ágio com base no seu valor de uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado das UGCs representativas do conjunto de bens tangíveis e intangíveis utilizados nas operações do Grupo.

As premissas sobre os fluxos de caixa futuros e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual e no plano de negócios de longo prazo do Grupo, aprovados pela Administração, bem como considerando o desempenho histórico do Grupo e com base em premissas macroeconômicas razoáveis e consistentes com fontes externas de informações e projeções de mercado, e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existem durante a vida útil-econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

As taxas de crescimento utilizadas são compatíveis com as expectativas macroeconômicas de longo prazo, as quais são revisadas anualmente com base no desempenho histórico e nas perspectivas para o setor em que o Grupo opera.

As premissas chaves utilizadas na análise do valor de recuperação dos ativos e ágio estão descritas a seguir:

- **Receitas** – projetadas considerando o orçamento anual do próximo exercício e no plano de negócios do Grupo.
- **Custos e despesas operacionais** - projetados com base no desempenho histórico do Grupo e crescimento em linha com o crescimento das vendas.
- **Investimento de capital** - os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar o crescimento presumido das vendas.
- **Taxa de desconto** - Os fluxos de caixa futuro estimados foram descontados a taxa de 6,92% a.a. em 31 de dezembro de 2018.
- **Taxa de crescimento** - A taxa de crescimento considerada foi de 3,00% a.a. em 31 de dezembro de 2018.

Durante o período de 2018, o Grupo testou seu ágio, imobilizado, arrendamento mercantil e ativos intangíveis em relação à perda por redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36/CPC 01, e reverteu o montante de R$ 90 no ativo imobilizado em relação ao saldo anteriormente provisionado.

No período findo em 2018, o Grupo avaliou que não existiram mudanças significativas no cenário econômico, bem como nos negócios, que pudessem impactar na estimativa da vida útil anteriormente apurada.

13. FORNECEDORES

Políticas contábeis

As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base em contratos e acordos assinados, que compreendem descontos incondicionais por volume de compras, logística e operação, além de negociações pontuais para reembolso de despesas. O Grupo possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores pelo montante líquido dos valores a receber de bonificações, consequentemente, são registradas substancialmente como redutoras dos saldos a pagar aos respectivos fornecedores.

	Consolidado
	2018
Fornecedores nacionais	3.340
Fornecedores estrangeiros	41
Total	**3.381**

Convênios entre fornecedores e o Grupo

O Grupo possui convênios com instituições financeiras, com a finalidade de flexibilizar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis de acordo com sua necessidade de fluxo de caixa. A utilização dessas linhas é uma opção do fornecedor e têm como objetivo fortalecer a relação comercial entre as partes.

Estas transações foram avaliadas pela Administração e foi concluído que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e prazo acordado entre as partes, ficando as antecipações de recebíveis exclusivamente a critério do fornecedor.

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Políticas contábeis

Provisão para demandas judiciais

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos tributários, trabalhistas e cíveis em tramitação, decorrentes do curso normal das operações. Provisões são constituídas, para processos judiciais os quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser realizada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, histórico de processos perdidos, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são compostos por valores pagos e devidamente atualizados monetariamente relacionados a demandas judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista.

14.1. Composição por categoria dos depósitos judiciais e da provisão para demandas judiciais

	Consolidado 2018	
	Provisão	Depósitos
Tributárias	885	113
Trabalhistas	938	511
Cíveis	332	172
Total	**2.155**	**796**
Passivo não circulante	2.155	-
Ativo não circulante	-	796

O Grupo está contestando o pagamento de determinados impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos para recursos (vinculados), de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais, bem como depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

14.2. Movimentação da provisão para demandas judiciais

	Consolidado					
	Aporte	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Total
Tributárias	865	61	(43)	-	2	885
Trabalhistas	1.177	294	(411)	(206)	84	938
Cíveis	236	51	(20)	(8)	73	332
Total	**2.278**	**406**	**(474)**	**(214)**	**159**	**2.155**

14.2.1 Riscos tributários

O Grupo possui autos de infração e demandas judiciais relacionados a matérias fiscais nas esferas municipais, estaduais e federal. Para aquelas em que há uma estimativa de perda provável, foram constituídas provisões em montante considerado suficiente para cobrir decisões desfavoráveis.

Em 31 de dezembro de 2018 as principais demandas tributárias sujeitas a provisão eram:

Imposto sobre Operações Financeiras – IOF

- Autos de infração lavrados pela autoridade fiscal federal visando a cobrança de IOF/Crédito nas operações de mútuo entre as empresas do Grupo. Devido à natureza extrafiscal do IOF sua incidência deveria estar limitada às instituições financeiras. Em razão da controvérsia, o tema será decidido pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral. Autos de infração com provisão no valor de R$191.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

ICMS

- Trata-se de Mandado de Segurança visando afastar a incidência do adicional de alíquota do ICMS que seria direcionado ao Fundo de Combate à Pobreza do Estado do Rio de Janeiro, que foi instituído pela Lei Estadual nº 4.056/2002 e pelo Decreto Estadual nº32.646/2003. Foi feito depósito judicial para garantir a suspensão da exigibilidade do débito. A cobrança foi declarada constitucional e aguarda-se encerramento do processo com a conversão em renda dos valores depositados. Valor da provisão em dezembro de 2018 é de R$ 21.

Omissão de estoque

- No varejo é comum ocorrerem perdas, quebras e transformações de produtos (produção de pizza, pães, frios, entre outros) na operação de venda. Devido a tais processos, diferenças entre estoque final e inicial foram apuradas pelo fisco e por esta razão o Grupo recebeu autos de infração. Parte dos processos existem evidências documentais para tais divergências a classificação de perda é possível e o valor envolvido até dezembro de 2018 é de R$ 309, para a outra parte dos processos que não existem ainda evidência documental, foi constituída provisão no valor de R$117.

Energia elétrica

- Autos lavrados contra o Grupo cobrando créditos de ICMS sobre a energia elétrica consumida nas áreas produtivas das lojas, sob a alegação de que no setor supermercadista não há industrialização. As áreas produtivas são comprovadas através de laudos técnicos que permite fixar, a cada ano, percentuais mais acurados para apropriação do crédito. A avaliação de risco leva em consideração referidos percentuais, sendo parte classificado como possível no valor de aproximadamente R$ 478 e parte como provável no valor de R$72.

14.2.2 Riscos trabalhistas

O Grupo é parte em processos trabalhistas e procedimentos administrativos, iniciados por ex-empregados, terceiros, associações profissionais e Ministério Público. Tais processos envolvem o pagamento de horas extras, vínculo empregatício e outros efeitos correlacionados, além de solicitações de associações profissionais e do Ministério Público, para comprovar o cumprimento da legislação trabalhista.

Devido ao número significativo de processos trabalhistas, a provisão é calculada, considerando o histórico de perdas para estimar o montante envolvido para as ações individuais. Fatores como histórico de pagamentos do último ano e segregação dos empregados pelas principais categorias, são utilizados para estabelecer a média dos pagamentos efetuados sobre os montantes reclamados e para estimar perda nas reclamações existentes.

As ações judiciais ou administrativas movidas por associações profissionais e pelo Ministério Público são avaliadas caso a caso e as provisões são constituídas em montante suficiente quando necessário.

14.2.3 Riscos cíveis

O Grupo está envolvido em disputas judiciais junto à fornecedores, disputas referentes a contratos de locação de imóveis, órgãos reguladores e de defesa do consumidor.

Devido a característica dos processos relacionados à consumidores e órgãos de defesa do consumidor, a provisão é calculada, considerando um histórico de perdas para avaliar o montante envolvido para as ações individuais. Similar aos processos trabalhistas, fatores como histórico de pagamentos do último ano, são utilizados para estabelecer a média dos pagamentos efetuados sobre os montantes reclamados e para estimar perda nas reclamações existentes.

Para as demais ações cíveis, são avaliadas caso a caso e as provisões são constituídas em montante suficiente quando necessário.

14.3. Passivos contingentes

De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas, existem outras demandas legais, administrativas e judiciais, totalizando aproximadamente R$10.814 em 2018 no consolidado, vinculadas a processos judiciais de naturezas trabalhista, cível e tributária, com perspectiva de perda possível, e para os quais, de acordo com as práticas contábeis, não é requerida a provisão.

Impostos Federais

Dentre as principais ações relacionadas a tributos federais classificadas como perda possível, destacamos: (i) processos administrativos e judiciais em que o Grupo discute com a Receita Federal a natureza e conceito das bonificações e reembolso de seus fornecedores para fins de tributação de PIS/COFINS, (ii) IPI incidente nas operações de importação de produtos destinados à revenda, iii) execução fiscal proposta pela Receita Federal visando a cobrança do diferencial de alíquota de COFINS, (iv) aproveitamento de créditos de PIS/COFINS sobre insumos diversos (v) demais créditos de natureza diversas, no total de R$5.336.

Impostos Estaduais

Na consecução de suas atividades o Grupo transfere mercadorias entre seus estabelecimentos. As autoridades fiscais questionam a base de cálculo utilizada para formação do preço da mercadoria a ser transferida, se acrescido ou não os impostos recuperáveis, no montante de R$ 333.

Cíveis e Trabalhistas

Existem ainda outras demandas de natureza cível e trabalhista, que por sua natureza, volume significativo e em geral pequeno valor individual, são geridas de forma agregada. Assim, tais movimentações não estão sendo apresentadas.

15. OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO MERCANTIL

Políticas contábeis

O Grupo e suas controladas como arrendatárias

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem para o Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois, o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

15.1. Obrigações com arrendamento financeiro

	Consolidado 2018
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamentos:	
Até 1 ano	237
de 1 a 5 anos	875
acima de 5 anos	4.515
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	**5.627**
(-) Desconto a valor presente	(3.838)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	**1.789**
Circulante	40
Não circulante	1.749
Total	**1.789**

Os prazos dos contratos de arrendamento variam entre 5 e 40 anos com a possibilidade de renovação de acordo com a lei de ação renovatória. Os contratos possuem cláusula de reajustes periódicos atualizáveis de acordo com os índices de inflação aplicáveis. As informações de contratos com partes relacionadas estão divulgadas na nota 9.

15.2. Obrigações de arrendamento operacional (compromissos):

	Consolidado 2018
Obrigações brutas de arrendamento operacional - pagamentos mínimos de arrendamentos	
Menos de um ano	2
Mais de um ano e menos de cinco anos	3
Mais de cinco anos	10
Total	**15**

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Composição do capital social por quantidade de ações

	2018	
	Número de ações	Capital - R$
Aporte inicial no início do período	**5.068.521.755**	**1.240**
Aumento de capital	-	75
Redução de capital	-	(1.282)
Saldo no fim do período	**5.068.521.755**	**33**

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 totaliza o montante de R$33, dos quais R$75 foram subscritos e integralizados pela Momentum em 1 de agosto de 2018 e está representado por 5.068.521.755 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

16.2 Reservas de capital

Em 2018, o Grupo tem registrado na rubrica de Reserva de capital o valor de R$3.672. Em 2018, efetuou-se redução de R$1.282 (R$1.210 via redução de imobilizado e R$72 via saída de caixa e equivalentes de caixa) em contrapartida ao Capital Social referente à cessão de um pequeno número de imóveis para as novas sociedades imobiliárias.

16.3. Política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social do Grupo define que os acionistas têm o direito de receber, a título de dividendo obrigatório, 1% do lucro líquido de cada exercício social.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Políticas contábeis

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida deduzida pelos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fluirão para o Grupo, quando da transferência de titularidade dos produtos, e quando possa ser medida de forma confiável.

17.1. Composição da receita operacional líquida

	Consolidado
	2018
Receita operacional bruta	**10.749**
Venda de produtos	10.484
Venda de serviços	210
Aluguéis	55
Deduções	**(1.214)**
Devoluções e cancelamentos	(131)
Impostos sobre vendas, serviços e aluguéis	(1.083)
Receita operacional líquida	**9.535**
Vendas de produtos líquidas	9.304
Outras receitas líquidas	231
Receita operacional líquida	**9.535**

18. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Políticas contábeis

O pronunciamento contábil atual estabelece diretrizes para divulgação de informações sobre segmentos operacionais. Os segmentos operacionais são componentes de uma empresa dos quais estão disponíveis informações financeiras separadas que são avaliadas regularmente pelos principais tomadores de decisão das operações na decisão de como alocar recursos e avaliar o desempenho. Os principais tomadores de decisão das operações utilizam o lucro líquido para avaliar o desempenho operacional de cada segmento. A orientação também estabelece padrões para divulgações relacionadas sobre produtos e serviços de uma empresa, áreas geográficas e principais clientes. O Grupo determinou que seus segmentos reportáveis são aqueles que se baseiam no método de comunicação interna do Grupo. O Grupo possui dois segmentos reportáveis Atacado e Varejo.

As operações de cada segmento do Grupo são as seguintes:

Atacado: compreende operações das lojas de atacado.

Varejo: compreende operações dos hipermercados, supermercados, postos de gasolina e farmácia.

Corporativo: compreende as despesas da Matriz incorridas no período para funções de suporte aos segmentos, não alocadas nos segmentos operacionais Atacado e Varejo.

A tabela a seguir apresenta os resultados das operações por segmento:

				2018
	Atacado	Varejo	Corporativo	Total
Vendas de produtos líquidas	3.584	5.720	-	9.304
Outras receitas líquidas	52	179	-	231
Receita operacional Líquida	**3.636**	**5.899**	**-**	**9.535**
Custo das mercadorias vendidas	(3.091)	(4.309)	-	(7.400)
Lucro Bruto	**545**	**1.590**	**-**	**2.135**
Receitas (despesas)				
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(308)	(1.351)	(394)	(2.053)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	4	(9)	92	87
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	**241**	**230**	**(302)**	**169**
Resultado financeiro				
Despesas financeiras				(277)
Receitas financeiras				80
Resultado financeiro líquido				**(197)**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social				**(28)**
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes				-
Diferidos				-
Prejuízo do período de cinco meses				**(28)**

19. DESPESAS POR NATUREZA

Políticas contábeis

O custo das vendas inclui o custo líquido dos produtos adquiridos, a variação dos estoques, assim como os gastos com armazenagem nos Centros de Distribuição e gastos com transportes dos Centros de Distribuição até as lojas.

O Grupo apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

19.1. Composição das despesas por natureza

	Controladora	Consolidado
	2018	2018
Custos com mercadorias e transportes	-	(7.400)
Despesas com comissões	-	(78)
Publicidade e marketing	-	(103)
Despesas com pessoal	-	(981)
Despesas administrativas e serviços diversos	(1)	(571)
Despesas com energia elétrica	-	(165)
Despesas com aluguel	-	(60)
Despesas de contingências	-	90
Depreciações e amortizações	-	(185)
Resultado da equivalência patrimonial	(21)	-
Reversão de "impairment"	-	90
Créditos tributários	-	44
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	(47)
Total	**(22)**	**(9.366)**
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	-	(7.400)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(1)	(2.053)
Resultado da equivalência patrimonial	(21)	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	87
Total	**(22)**	**(9.366)**

20. RESULTADO FINANCEIRO

As despesas e receitas financeiras foram as seguintes:

	Controladora	Consolidado
	2018	2018
Despesas financeiras		
Encargos financeiros	(7)	(27)
Juros passivos (a)	-	(162)
Juros sobre arrendamento mercantil	-	(79)
Variação cambial passiva	-	(9)
Total	**(7)**	**(277)**
Receitas financeiras		
Outras receitas	-	13
Juros ativos (b)	1	53
Variação cambial ativa	-	14
Total	**1**	**80**

a) Os juros passivos são decorrentes, substancialmente, de juros sobre contingências.

b) Os juros ativos referem-se, substancialmente, a atualização monetária sobre créditos extemporâneos de PIS e COFINS (nota 7.2)

21. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contábeis

Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração

Ativos financeiros são reconhecidos quando o Grupo assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pelo Grupo.

Passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Passivos financeiros são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que o Grupo e suas subsidiárias comprometem-se a comprar ou vender o ativo.

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é feita com base nas características individuais dos instrumentos, no modelo de gestão do ativo ou da carteira em que está contido e o tipo de fluxo de caixa envolvido.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial.

Os ativos e passivos financeiros do Grupo são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado.

Redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos financeiros

O método para avaliação e mensuração da provisão para perdas estimadas deve considerar as potenciais perdas para os próximos 12 meses ou para a prazo remanescente do ativo. No Grupo, os ativos avaliados são, em sua grande maioria, de curto prazo com menos de 12 meses de duração.

Para aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, o Grupo concluiu que não há efeitos relevantes com perdas de crédito, uma vez que seu valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo no balanço e que os bancos envolvidos possuem “ratings” elevados.

Para contas a receber de clientes e títulos a receber, o Grupo realizou estudo de perdas, levando em consideração as dinâmicas dos recebíveis e as políticas atuais implementadas.

O Grupo monitora estes fatores, clientes e carteiras constantemente, reconhecendo as respectivas mudanças na rubrica de despesas com vendas, gerais e administrativas.

Com base no estudo realizado não foram identificados fatores que indiquem a necessidade de complemento da provisão para perdas estimadas de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 48 (IFRS 9).

21.1. Instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora	Consolidado
	2018	2018
Ativos financeiros	**16**	**2.212**
Custo amortizado:	**16**	**2.212**
Caixa e equivalentes de caixa	16	474
Contas a receber	-	1.588
Outras contas a receber	-	150
Passivos financeiros	**(260)**	**(5.929)**
Custo amortizado:	**(260)**	**(5.929)**
Fornecedores	-	(3.381)
Obrigações com arrendamento financeiro	-	(1.789)
Partes relacionadas	(260)	(311)
Receita diferida		(131)
Outras contas a pagar	-	(317)

21.2. Hierarquia de valor justo

O Grupo utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 2:** inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo não possuía instrumentos financeiros avaliados a valor justo ou classificados como nível 2 na hierarquia mencionada acima.

21.3. Risco de crédito

A Administração entende que não há risco de crédito relevante, visto que as contas a receber referem-se substancialmente de recebíveis de operadoras de cartão de crédito.

21.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de o Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado constantemente pelas áreas de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro consolidado do Grupo em 2018:

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Arrendamento financeiro	237	875	4.515	5.627
Partes relacionadas	-	-	453	453
Outras contas a pagar	317	-	-	317
Fornecedores	3.381	-	-	3.381
Total	**3.935**	**875**	**4.968**	**9.778**

21.5. Risco de câmbio

Em 2018, o Grupo possuía fornecedores a pagar (importações) denominadas em moeda estrangeira totalizando R$41.

21.6. Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos financeiros expostos ao risco de variação das taxas de juros. Uma análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI de 0,99% no exercício. A análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros sujeitos à sensibilidade da taxa de juros está apresentada conforme segue.

Exclusivamente para fins de análise de sensibilidade, a Administração considerou uma diminuição e um aumento da taxa de juros do CDI de 25% e 50%, respectivamente, no potencial impacto no resultado dos instrumentos financeiros.

			Consolidado Baixo		Consolidado Alto
	2018	25%	50%	25%	50%
Aplicações financeiras	214	(3)	(7)	3	7
Partes relacionadas	(311)	5	10	(5)	(10)
Exposição líquida	**(97)**	**2**	**3**	**(2)**	**(3)**

21.7. Gestão de capital

O principal objetivo da Administração de capital do Grupo é assegurar a liquidez, mitigação de riscos financeiros e gestão eficiente do capital de giro, buscando apoiar o negócio e maximizar o valor ao acionista.

O Grupo possui carteira de recebíveis à disposição caso opte por antecipar para fins de fortalecimento de caixa e/ou cumprimento das suas obrigações contratuais.

22. COBERTURA DE SEGUROS

A cobertura de seguros do Grupo, em 2018, compreendia:

	Consolidado 2018
Riscos operacionais	1.652
Risco de transporte de mercadorias	21.153
Responsabilidade civil	20

23. PLANO DE OPÇÕES DE AÇÕES

Políticas contábeis

O Grupo oferece a seus executivos planos de opção de compra de ações cujas características estão descritas abaixo. As opções são alienadas, com pagamento à vista, ao seu valor justo, determinado com base em metodologia reconhecida, na data de cada outorga. O valor justo exclui o efeito das condições de exercício que não se baseiam no mercado.

Cada opção adquirida dá ao seu proprietário o direito à aquisição de uma ação ordinária, por preço preestabelecido, na data de exercício da opção. O pagamento das ações, na data de exercício das opções, será também registrado a crédito do patrimônio líquido. O valor justo das opções outorgadas não sofre alteração após a data da outorga.

O direito de exercício da opção está condicionado à permanência dos executivos no Grupo, razão pela qual a divulgação dos detalhes dos planos de opção obedece às disposições de divulgação do CPC 10 / IFRS 2.

Plano de opções de compra de ações

Em 16 de setembro de 2018, o Grupo aprovou via Assembleia Geral Extraordinária, a criação do plano de opções de ações para venda a seus colaboradores, limitado a 563.169.084 ações (representativas de 10% das ações totais do Grupo em 2018). São elegíveis ao plano os administradores, executivos e empregados recomendados pelo Comitê de Recursos Humanos e nomeados pelo Conselho de Administração.

Para todos os planos de opções, o valor justo é estimado na data da outorga/venda usando o modelo de precificação denominado Black & Scholes, ajustado para refletir o requerimento da CPC 10 de que premissas sobre decaimento do direito de aquisição antes do final do período de carência não podem impactar o valor justo da opção.

As opções compradas pelos participantes do Plano se tornarão potencialmente aptas a exercício, isto é, serão consideradas "Opções Vestidas", em até 5 anos. Em caso de desligamento da companhia, o participante somente fará jus às Opções Vestidas na data do seu Desligamento.

As opções de ações em circulação durante o período estão detalhadas a seguir:

	2018	
	Quantidade de opções	Preço de exercício médio ponderado - R$
Saldo no início do período	-	-
Concedidas durante o período	347	1,25
Prescritas por condições não atendidas durante o período	-	-
Saldo no fim do período	**347**	

As opções em circulação em 2018 possuíam preço médio ponderado de exercício de 1,25 (em R$ por opção), e prazo contratual médio ponderado remanescente de 4 anos.

O valor justo total das opções pagas pelos adquirentes em 2018 foi de R$0,6.

O valor justo médio ponderado das opções e premissas utilizadas na aplicação do modelo de precificação de opção do Grupo, para as "Outorgas" de 2018, consideram as seguintes informações: (i) valor justo das opções concedidas; (ii) preço de exercício de R$1,25; (iii) estimativa de volatilidade em torno de 21,93%; (iv) carência de 5 anos; e (v) taxa livre de risco de 5,37%.

A volatilidade esperada foi determinada através do cálculo da volatilidade histórica do preço das ações de empresas de varejo com ações listadas em bolsas de valores mundiais durante os 3 anos anteriores, levando em consideração a vida estimada da opção.

24. RESULTADO POR AÇÃO

Políticas contábeis

O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do período, atribuído aos acionistas do Grupo, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas do Grupo pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas.

Conforme mencionado na Nota 26(l), em 14 de outubro de 2020, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações ordinárias, na proporção 10 para 1, passando de 5.068.521.755 ações ordinárias para 506.852.176 ações ordinárias. Todas as informações relacionadas ao número de ações foram ajustadas retroativamente para refletir este grupamento de ações.

A tabela a seguir mostra o cálculo do resultado por ação ordinária:

	2018
Numerador básico	
Prejuízo líquido do período atribuível aos acionistas	(28)
Denominador básico – (milhares de ações)	
Ações ordinárias	506.852
Número médio ponderado de ações em circulação	506.852
Prejuízo por ação básico (em R$)	**(0,06)**
Numerador diluído	
Prejuízo do período de cinco meses atribuível aos acionistas	(28)
Denominador diluído (milhares de ações)	
Plano de opções de ações	2.112
Número médio ponderado de ações em circulação	506.852
Média ponderada diluída das ações	**508.964**
Prejuízo por ação diluído (em R$)	**(0,06)**

25. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

		Controladora	Consolidado
	Nota	2018	2018
Cisão de ativos operacionais para empresas “Real Estate”	11 e 16.2	-	1.210
Reconhecimento de arrendamento financeiro	11	-	1.241

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) A partir de fevereiro de 2019 o Grupo passou a registrar despesas com royalties pelo uso da marca "Sam's Club" e "Walmart" para o Walmart US. Excepcionalmente, em dezembro de 2019 o Grupo quitou os saldos acumulados de IT TSA e Royalties com o Walmart US.

b) Em abril de 2019, foi concluído o ajuste final no cálculo referente à obrigação do Grupo com o Walmart US decorrente do resgate de ações da BPSA realizado pelo Walmart US. O ajuste final resultou em uma redução de R$55 milhões do valor calculado inicialmente de R$251 milhões. O valor do ajuste será acrescido de encargos mensais à taxa de 110% do CDI, desde a data da aquisição.

c) Em abril de 2019 foi acordado entre as partes o cálculo final de ajuste de preço no montante de R$55, que foi deduzido do montante inicial. O saldo atualizado pelo CDI em 2019 é de R$214.

d) Em junho de 2019, foram iniciadas as operações do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – F500 Plus (FIDC), cujo objeto definido em regulamento é o investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Instrução CVM 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com o objetivo principal de adquirir direitos creditórios originados do contas a pagar do Grupo junto aos seus fornecedores. O FIDC é uma Entidade de Propósito Específico cujas atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais específicas do Grupo. Os prazos das séries do FIDC são de 24 meses contados a partir de 29 de julho de 2019, sendo que este prazo poderá ser estendido a critério dos Quotistas do Fundo reunidos em Assembleia Geral de Quotistas.

e) Em agosto de 2019 foi integralizado capital no valor de R$750 (R$797 atualizados pelo CDI), e em agosto de 2021 deverão ser integralizados R$400, a serem atualizados pelo CDI desde a data da mudança de controle.

f) Em 6 de setembro de 2019 ocorreu a incorporação da controlada direta Veraneio Participações Ltda. pela Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda.

g) Em 29 de outubro de 2019 ocorreu a incorporação da controlada indireta Clube de Multifidelização – Bomclube Ltda. pela Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda.

h) Em dezembro de 2019 foram subscritas 352.555.703 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal por um preço de emissão total de R$165. Neste mesmo exercício foi integralizado aumento de capital no montante de R$57, através de aumento do ativo imobilizado, sem emissão de novas ações, conforme descrito na nota 26, bem como realizado a integralização de capital social via redução de reserva de capital em 01 de agosto de 2019, no montante de R$ 75.

i) Em janeiro de 2020 o Grupo foi autuado por débitos de PIS e COFINS relativos ao período de 2015 a 2017, no montante de R$309. Na opinião dos assessores legais, o risco de perda é possível e encontra-se em fase de recurso. O Grupo possui processos com decisão favorável em grau recursal, relacionados à mesma tese.

j) Em 30 de setembro de 2020 o Grupo reconheceu ativo fiscal diferido no montante de R$2.423, R$908 com relação a diferenças temporárias e R$1.515 de prejuízos fiscais na extensão em que foi considerado provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis.

k) Empreendimentos imobiliários

Em junho de 2020 o Grupo renegociou os termos de 44 contratos de aluguel de suas lojas físicas, estendendo o prazo de carência e vigência estabelecidos no Contrato de Locação. Os efeitos ocasionados pela taxa de desconto revisada e remensurada dos passivos de arrendamento foram reconhecidos em contrapartida do ativo de direito de uso na data da modificação. A taxa incremental na data da remensuração foi de 10,3%.

Em 14 de outubro de 2020, os Acionistas aprovaram a incorporação de ações das sociedades Torch Empreendimentos e Participações S.A., Valquíria Empreendimentos e Participações S.A., Gibraltar Empreendimentos e Participações S.A., Midway Empreendimentos e Participações S.A., Kursk Empreendimentos e Participações S.A., Bulge Empreendimentos e Participações S.A., Pacífico Empreendimentos e Participações S.A., Overlord Empreendimentos e Participações S.A. e Kharkov Empreendimentos e Participações S.A. ("Sociedades"), controladas por nossos acionistas Brazil Holdings ScS e FIP Momentum, nas mesmas proporções de suas respectivas participações societárias no Grupo, com a finalidade de congregar todas as entidades sob o controle direto ou indireto do Grupo. A referida incorporação de ações foi aprovada sob condição suspensiva, vinculando o fechamento da transação quando do anúncio de início de distribuição pública do IPO. Uma vez cumprida a condição suspensiva acima, a Incorporação de ações estará automaticamente eficaz e dever-se-á proceder à transferência da totalidade das ações de emissão das Sociedades ao Grupo. A avaliação das ações das Sociedades para fins da incorporação de ações deu-se pelo seu respectivo valor patrimonial contábil, com observância dos princípios de contabilidade aceitos no Brasil e das disposições contidas na legislação societária.

l) Em 14 de outubro de 2020 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária os seguintes eventos societários:

- O grupamento das ações de emissão da Companhia, à proporção de 10:1. Desta forma o Capital social da Companhia passará a ser representado por 542.107.746 (quinhentos e quarenta e dois milhões, cento e sete mil e setecentos e quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;
- Foi realizado o resgate de 85.364.576 (oitenta e cinco milhões, trezentas e sessenta e quatro mil e quinhentas e setenta e seis) ações da acionista Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, pelo valor de R$400 (R$445 atualizado pelo CDI). As 85.364.576 (oitenta e cinco milhões, trezentas e sessenta e quatro mil e quinhentas e setenta e seis) ações da acionista Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia foram previamente convertidas em ações preferenciais resgatáveis exclusivamente para fins de referido resgate. Este resgate foi aprovado sob condição resolutiva, devendo ser automaticamente revogado com retorno ao status quo ante caso não ocorra o publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública das Ações de emissão da Companhia até a data limite de 30 de abril de 2021. O resgate foi aprovado mediante a aplicação de reservas de capital existentes na Companhia no mesmo valor total e global de R$ 400 (R$ 445 atualizado pelo CDI), e quitado no mesmo ato, mediante compensação contra o dever de integralização de capital social em aberto da Companhia no mesmo exato valor, devido pelo Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, de forma que o capital social da Companhia passa a estar totalmente integralizado;
- O Walmart US exerceu a opção de converter o valor do principal (R$196) do montante a receber que detinha com a Companhia (nota 9.1) em capital. Foi aprovada a emissão, pela Companhia, de Bônus de Subscrição, em favor da WMT Brasilia, pelo preço de emissão total de R$ 1,00 (um real), sob condição suspensiva, sendo o exercício do Bônus de Subscrição condicionado à publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública das Ações de emissão da Companhia até a data limite de 30 de abril de 2021. Portanto, mediante a verificação de referida condição suspensiva, serão emitidas 44.719.326 (quarenta e quatro milhões, setecentas e dezenove mil e trezentas e vinte e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia em favor do veículo Walmart US, ao preço total de R$ 196.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 4

2.3 - Outras Informações Relevantes 5

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 6

3.2 - Medições Não Contábeis 7

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 9

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 10

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 11

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 12

3.7 - Nível de Endividamento 13

3.8 - Obrigações 14

3.9 - Outras Informações Relevantes 15

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 17

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 67

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 68

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 83

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 85

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 87

4.7 - Outras Contingências Relevantes 91

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 93

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 94
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 101
5.3 - Descrição Dos Controles Internos 103
5.4 - Programa de Integridade 107
5.5 - Alterações significativas 111
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 112

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 113
6.3 - Breve Histórico 114
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 115
6.6 - Outras Informações Relevantes 116

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 117
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 125
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 126
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 128
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 137
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 138
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 146
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 147
7.8 - Políticas Socioambientais 148
7.9 - Outras Informações Relevantes 152

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 153
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 154
8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 155

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 156

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 157

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 177

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 178

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 179

9.2 - Outras Informações Relevantes 181

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 183

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 209

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 215

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 216

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 220

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 223

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 224

10.8 - Plano de Negócios 225

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 227

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 230

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 231

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 232

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 240

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 243

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 245

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 246

12.7/8 - Composição Dos Comitês 254

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 258

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 259

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 263

12.12 - Outras informações relevantes 265

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 267

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 272

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 275

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 277

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 281

13.6 - Opções em Aberto 282

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 283

13.8 - Precificação Das Ações/opções 284

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 286

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 287

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 288

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 289

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 290

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 291

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 292

13.16 - Outras Informações Relevantes 293

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 294

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 295

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 296

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 298

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 299

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 300

15.3 - Distribuição de Capital 302

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 303

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 304

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 305

15.7 - Principais Operações Societárias 306

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 312

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 313

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 315

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 336

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 337

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 338

17.2 - Aumentos do Capital Social 339

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 340

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 341

17.5 - Outras Informações Relevantes 342

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 343

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 344

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 345

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 346

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 347

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 348

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 349

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 350

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 351

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 352

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 353

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 354

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 355

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 357

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 358

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 359

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 360

20.2 - Outras Informações Relevantes 362

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 363

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 365

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 367

21.4 - Outras Informações Relevantes 368

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Luiz Antonio Fazzio**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Vitor Fagá de Almeida**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

LUIZ ANTONIO FAZZIO, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 11.795.805-0, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrito no CPF/ME sob o nº 033.652.568-06, na qualidade de Diretor Presidente do **GRUPO BIG BRASIL S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia – CNPJ/ME sob o nº 30.621.687/0001-43, com sede e foro na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Tucunaré, nº 125, Bloco A Superior, Sala 109, Tamboré, CEP 06460-020 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

LUIZ ANTONIO FAZZIO

Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

VITOR FAGÁ DE ALMEIDA, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 11.795.805-0, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrito no CPF/ME sob o nº 204.156.108-42, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **GRUPO BIG BRASIL S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia – CNPJ/ME sob o nº 30.621.687/0001-43, com sede e foro na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Tucunaré, nº 125, Bloco A Superior, Sala 109, Tamboré, CEP 06460-020 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

VITOR FAGÁ DE ALMEIDA

Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Data Início	17/10/2018
Descrição do serviço contratado	Os serviços contratados compreendem: (i) auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS); (ii) revisões trimestrais das informações financeiras trimestrais para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2019 e 2020; (iii) prestação de serviços no âmbito da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia em 2020; e (iv) serviços profissionais de assessoria relacionados com revisão do processo de gestão de riscos e de compliance; e (v) serviços profissionais de assessoria relacionados a revisão tributária.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social foi de: (i) serviços de auditoria – R$5.831.892,14; (ii) serviços de assessoria - revisão do processo de gestão de risco e compliance – R$416.684,00; e (iii) serviços de assessoria - revisão tributária – R$ 400.641,94.
Justificativa da substituição	Não houve substituição de auditores no período.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Vagner Ricardo Alves	17/10/2018	084.811.888-08	Avenida Dr. Chucri Zaidan, 1.240, 4º ao 12º Andares, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-130, Telefone (11) 51861922, e-mail: valves@deloitte.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este item 2 foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/09/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	7.827.000.000,00	4.763.000.000,00	3.677.000.000,00	0,00
Ativo Total	17.823.000.000,00	14.679.000.000,00	12.150.000.000,00	0,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	15.708.000.000,00	20.579.000.000,00	9.535.000.000,00	0,00
Resultado Bruto	3.785.000.000,00	4.939.000.000,00	2.135.000.000,00	0,00
Resultado Líquido	3.064.000.000,00	4.000.000,00	-28.000.000,00	0,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	5.421.077.458	5.421.077.458	5.068.521.755	0
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	14,440000	8,790000	7,250000	0,000000
Resultado Básico por Ação	5,650000	0,010000	-0,060000	0,000000
Resultado Diluído por Ação	5,53	0,01	-0,06	0,00

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos dois exercícios sociais e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 as seguintes medições não contábeis:

(Em milhões de reais, exceto percentual)	30/09/2020	31/12/2019	31/12/2018
EBITDA	1.060	929	354
Margem EBITDA	6,7%	4,5%	3,7%
EBITDA Ajustado	607	378	127
Margem EBITDA Ajustado	3,9%	1,8%	1,4%

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12, conciliada com suas demonstrações financeiras. O EBITDA consiste no lucro (prejuízo) líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelas receitas e despesas de imposto de renda e contribuição social, e pelas despesas e custos de depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA Ajustado representa uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao EBITDA acrescido de itens não-recorrentes ou não-operacionais, como reversão de impairment, despesas com reinauguração de lojas e créditos extemporâneos (crédito da exclusão de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") na base de PIS/COFINS), entre outros. A Margem EBITDA Ajustado, por sua vez, é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida.

O EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *Internacional Finacial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo) do exercício ou do período, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

3.2 - Medições Não Contábeis

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(Em milhões de reais, exceto percentual)	30/09/2020	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	3.064	4	(28)
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	(2.238)	65	-
(+) Resultado financeiro, líquido	(243)	272	197
(+) Depreciação e amortização	477	588	185
EBITDA	**1.060**	**929**	**354**
Créditos tributários	(583)	(390)	(44)
Outros[1]	130	(161)	(183)
EBITDA Ajustado	**607**	**378**	**127**
Receita Operacional Líquida	15.708	20.579	9.535
Margem EBITDA	**6,7%**	**4,5%**	**3,7%**
Margem EBITDA Ajustado	**3,9%**	**1,8%**	**1,3%**

[1] Inclui substancialmente reversão de impairment (ajuste negativo de R$43 milhões em 30 de setembro de 2020, R$135 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R$89 milhões em 31 de dezembro de 2018) e custos com reinauguração de lojas (ajuste positivo de R$85 milhões em 30 de setembro de 2020, R$77 milhões em 31 de dezembro de 2019 e zero em 31 de dezembro de 2018), entre outros.

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que o EBITDA é mais apropriado para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações porque mostra o verdadeiro lucro contábil a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social, sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA oferece aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

A Companhia entende que a Margem EBITDA é a medição mais apropriada para apresentar corretamente a sua margem e resultado de suas operações. Demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos. A Margem EBITDA é provavelmente a métrica mais conhecida e utilizada para análise dos resultados das companhias.

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são mais apropriados para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, já que funcionam como ferramentas comparativas para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional e para embasar decisões de natureza administrativa. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA Ajustado oferece aos investidores uma melhor compreensão de sua estrutura financeira em termos de performance.

A Companhia utiliza o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM nº 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM nº 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM nº 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM nº 527/12.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Em 14 de outubro de 2020, os Acionistas aprovaram a incorporação de ações das sociedades Torch Empreendimentos e Participações S.A., Valquíria Empreendimentos e Participações S.A., Gibraltar Empreendimentos e Participações S.A., Midway Empreendimentos e Participações S.A., Kursk Empreendimentos e Participações S.A., Bulge Empreendimentos e Participações S.A., Pacífico Empreendimentos e Participações S.A., Overlord Empreendimentos e Participações S.A. e Kharkov Empreendimentos e Participações S.A. ("Sociedades"), controladas por nossos acionistas Brazil Holdings ScS e FIP Momentum, nas mesmas proporções de suas respectivas participações societárias no Grupo, com a finalidade de congregar todas as entidades sob o controle direto ou indireto do Grupo. A referida incorporação de ações foi aprovada sob condição suspensiva, vinculando o fechamento da transação quando do anúncio de início de distribuição pública do IPO. Uma vez cumprida a condição suspensiva acima, a incorporação de ações estará automaticamente eficaz e dever-se-á proceder à transferência da totalidade das ações de emissão das Sociedades ao Grupo. A avaliação das ações das Sociedades para fins da incorporação de ações deu-se pelo seu respectivo valor patrimonial contábil, com observância dos princípios de contabilidade aceitos no Brasil e das disposições contidas na legislação societária.

Em 14 de outubro de 2020 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária os seguintes eventos societários:

- O grupamento das ações de emissão da Companhia, à proporção de 10:1. Desta forma o capital social da Companhia passará a ser representado por 542.107.746 (quinhentos e quarenta e dois milhões, cento e sete mil e setecentos e quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;

- Foi realizado o resgate de 85.364.576 (oitenta e cinco milhões, trezentas e sessenta e quatro mil e quinhentas e setenta e seis) ações da acionista Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, pelo valor de R$400.000.000 (R$445.000.000 atualizado pelo CDI). As 85.364.576 (oitenta e cinco milhões, trezentas e sessenta e quatro mil e quinhentas e setenta e seis) ações da acionista Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia foram previamente convertidas em ações preferenciais resgatáveis exclusivamente para fins de referido resgate. Este resgate foi aprovado sob condição resolutiva, devendo ser automaticamente revogado com retorno ao status quo ante caso não ocorra a publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública das Ações de emissão da Companhia até a data limite de 30 de abril de 2021. O resgate foi aprovado mediante a aplicação de reservas de capital existentes na Companhia no mesmo valor total e global de R$400.000.000 (R$445.000.000 atualizado pelo CDI), e quitado no mesmo ato, mediante compensação contra o dever de integralização de capital social em aberto da Companhia no mesmo exato valor, devido pelo Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, de forma que o capital social da Companhia passa a estar totalmente integralizado;

- O Walmart US exerceu a opção de converter o valor do principal (R$196.000.000) do montante a receber que detinha com a Companhia (nota 9.1) em capital. Foi aprovada a emissão, pela Companhia, de Bônus de Subscrição, em favor da WMT Brasilia, pelo preço de emissão total de R$ 1,00 (um real), sob condição suspensiva, sendo o exercício do Bônus de Subscrição condicionado à publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública das Ações de emissão da Companhia até a data limite de 30 de abril de 2021. Portanto, mediante a verificação de referida condição suspensiva, serão emitidas 44.719.326 (quarenta e quatro milhões, setecentas e dezenove mil e trezentas e vinte e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia em favor do veículo Walmart US, ao preço total de R$ 196.000.000.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2019	2018	2017
Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações").	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 15 de maio de 2018.
Valores das retenções de lucros	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 15 de maio de 2018.
Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 15 de maio de 2018.
Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 15 de maio de 2018.
Restrições à distribuição de dividendos	Conforme obrigação contratual, a Companhia não poderá distribuir dividendos até que seja amortizado o valor acordado entre a Companhia e seus acionistas.	Conforme obrigação contratual, a Companhia não poderá distribuir dividendos até que seja amortizado o valor acordado entre a Companhia e seus acionistas.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 15 de maio de 2018.
Política de destinação de resultados formalmente aprovada	Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 15 de maio de 2018.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	0,00	4.000.000,00	-28.000.000,00	0,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção				

Lucro líquido retido		Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária		0,00						0,00	
				0,00		0,00			

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos nem reservas constituídas em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/09/2020	9.996.000.000,00	Índice de Endividamento	1,27711800	
31/12/2019	9.916.000.000,00	Índice de Endividamento	2,08188100	

3.8 - Obrigações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possuía nenhum financiamento, título de dívida ou empréstimo em 31 de dezembro de 2019 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios

Em 8 de junho de 2019, foram iniciadas as operações do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – F500 Plus ("FIDC"), com o objetivo de desenvolver uma nova estrutura de antecipação de faturas a fornecedores da Companhia, visando oferecer alternativa de gestão de caixa a seus fornecedores sem alocação de caixa próprio da Companhia. O objeto do FIDC, conforme definido no regulamento, era o investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, porém migrou para investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio aberto em 25 de agosto de 2020, nos termos da Instrução CVM nº 356/2001, do Regulamento e das demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com o objetivo principal de adquirir direitos creditórios originados do contas a pagar da Companhia junto aos seus fornecedores. O FIDC é uma Entidade de Propósito Específico cujas atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais específicas da Companhia.

Relativamente ao FIDC, a Companhia possui 6% de seu patrimônio líquido e a consolidação do fundo nas demonstrações financeiras se justifica pelo fato de ser uma entidade de propósito específico cujas atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais específicas da Companhia.

A Companhia disponibiliza a seus fornecedores a possibilidade de antecipação de recebíveis por meio do FIDC, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis de acordo com sua necessidade de fluxo de caixa. A utilização dessas linhas é uma opção do fornecedor e tem como objetivo fortalecer a relação comercial entre as partes. O saldo a pagar de fornecedores nacionais está líquido do montante de R$ 210.000.000,00, antecipado em 30 de setembro de 2020.

A estrutura de capital do FIDC em 30 de setembro de 2020 está assim representada:

Quotas	Remuneração	% PL do Fundo	Quantidade	Valor
Subordinadas	(*)	6%	20.002	27
Sênior	CDI+1,1%	94%	298.968	255
Total				**282**

Constituição da Companhia e Demonstrações Financeiras Limitadas

Adicionalmente, a Companhia ressalta que todas as informações constantes deste item 3 em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 consideram a constituição da Companhia em 15 de maio de 2018 e incluem (i) resultados operacionais cobrindo o período iniciado em 1 de agosto de 2018 e encerrado em 31 de dezembro de 2018, e (ii) balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2018. Como resultado, a compatibilidade das informações financeiras incluídas nas demonstrações financeiras dos cinco meses encerrados em 31 de dezembro de 2018 com as demais informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, inclusive no item 10.1, foi materialmente afetada. Para mais informações, vide Fator de Risco *"A Companhia não tem demonstrações financeiras históricas para o período antes da conclusão do investimento do Momentum - Fundo de Investimento em Participações ("FIP Momentum") em 1º de agosto de 2018 e, portanto, a apresentação financeira e a comparabilidade dos períodos financeiros históricos neste Formulário de Referência não refletem três exercícios sociais completos e podem ser limitadas para avaliação de nossa performance passada e perspectiva futura"*, constante do item 4.1 deste Formulário de Referência.

A Companhia esclarece que, em virtude da reorganização societária e de negócios implementada concomitantemente e após sua constituição, bem como limitações significativas ao acesso de informações e registros contábeis anteriores a 31 de julho de 2018, inclusive em virtude da mudanças de sistemas de TI e adoção de novas práticas contábeis por parte da nova administração da Companhia, a produção de demonstrações financeiras relativas ao ano completo de 2018 refletindo a operação dos ativos atualmente detidos pela Companhia restou materialmente prejudicada. A Companhia acredita que a preparação de referidas demonstrações financeiras, se viável, requereria esforços não razoáveis por parte da Companhia, seja devido a dificuldade de obtenção de acesso

3.9 - Outras Informações Relevantes

as informações contábeis necessárias, inclusive potencialmente informações de domínio exclusivo do antigo controlador, seja devido as alterações materiais para reorganização de tais informações de forma a refletir o modelo de negócio da Companhia.

Complementação ao item 3.1

Em complemento ao item 3.1 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que, em 14 de outubro de 2020, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações ordinárias da Companhia, na proporção 10 para 1, passando de 5.421.077.458 ações ordinárias para 542.107.746 ações ordinárias. Todas as informações relacionadas ao número de ações foram ajustadas retroativamente para refletir este grupamento de ações.

Complementação ao item 3.3

Em complemento ao item 3.3 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que a incorporação de ações das Sociedades foi reconhecida pela Companhia pelo seu respectivo valor patrimonial contábil pelo método de laudo de avaliação.

Além das informações dispostas acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação à seção 3 que não tenham sido divulgadas nos itens acima deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Descrições dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as demonstrações financeiras, informações trimestrais e respectivas notas explicativas da Companhia. Os negócios da Companhia, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou sua reputação poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir, inclusive, mas não limitado aos impactos da COVID-19 nos negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira da Companhia e à análise posterior da administração e/ou de nossos auditores independentes de nossos resultados operacionais e posição financeira com respeito às informações financeiras referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e apresentadas no item 10.9 deste Formulário de Referência e a finalização das informações financeiras trimestrais completas e revisadas por um auditor independente referente a este período. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar adversamente e de forma relevante os seus negócios. Além disso, deve-se ressaltar que, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes também poderão afetar adversamente a Companhia.

Para os fins deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez negócios futuros e/ou reputação da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas neste item “4.1. Fatores de Risco” e no item “4.2. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”.

(a) Riscos Relacionados à Companhia

A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde devido à propagação da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma como a pandemia afetará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são incertos e imprevisíveis e podem afetar material e adversamente os negócios, condição financeira, resultados de operações, fluxos de caixa e a capacidade da Companhia de continuar a operar seus negócios.

Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como os provocados pelo zika vírus, pelo vírus ebola, pelo vírus HSNS (causador da gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (causador da influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram a economia dos países em que essas doenças se propagaram.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas. A pandemia do COVID-19 demandou medidas restritivas por parte de autoridades governamentais mundiais, com o objetivo de proteger a população, resultando em restrição no fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. No Brasil, estados e municípios, incluindo das localidades em que nós operamos, adotaram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, adotando medidas para controlar a propagação da doença, o isolamento social e consequente restrição à circulação de pessoas, que resultaram no fechamento de restaurantes, hotéis, shopping centers, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos.

Adicionalmente, os escritórios administrativos e outras instalações da Companhia, incluindo a sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo foram e permanecem fechados, adotando uma política de teletrabalho para seus funcionários administrativos. Essa política pode afetar a produtividade da Companhia, ocasionar eventuais erros e atrasos nas suas operações, bem como causar outras interrupções nos seus negócios.

O alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia depende de desdobramentos futuros, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, que são incertos e imprevisíveis, especialmente no Brasil, de seu impacto sobre os mercados de capitais e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, sua disseminação para outras regiões e as ações tomadas para contê-la, entre outras. A Companhia não tem conhecimento de eventos comparáveis que possam fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final de surto do COVID-19 é incerto. Mesmo após a diminuição do surto do COVID-19, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo, (ii) receio dos consumidores, e (iii) aumento do inadimplemento dos parceiros, fatores que podem afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia. Além disso, a pandemia da COVID-19 pode resultar em mudanças de paradigma no consumo pelos clientes da Companhia, especialmente na migração de vendas nas lojas físicas para vendas digitais. A Companhia não pode garantir que conseguirá atender a demanda por vendas realizadas na internet de forma razoável e eficaz ou que o volume de eventual aumento de vendas na internet compense a redução de vendas físicas através de suas lojas. Para mais informações a esse respeito, vide os Fatores de Risco "*A Companhia pode não ser capaz de se adaptar rapidamente às transformações digitais exigidas pelos clientes e pelo setor*" e "*A Companhia pode não conseguir ajustar o alinhamento de seus canais de venda dentro de suas expectativas*".

A pandemia pode, também, causar perturbações materiais nos negócios e operações da Companhia no futuro como resultado de, por exemplo, quarentenas, ciberataques (inclusive em virtude do período prolongado de trabalho remoto), absenteísmo do trabalhador como resultado de doença ou outros fatores como medidas de distanciamento social, viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa da força de trabalho da Companhia não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença ou viagens ou restrições governamentais relacionadas com a pandemia, as operações da Companhia podem ser adversamente afetadas.

O efeito da pandemia ainda pode vir a gerar um impacto adicional na receita da Companhia, uma vez que pode não refletir os novos hábitos assumidos por seus consumidores. Durante o período da pandemia, entre março e setembro de 2020, a receita da Companhia apresentou um crescimento que pode vir a não perdurar, uma vez que os impactos da pandemia são incertos e a flexibilização de algumas medidas tomadas pelo Governo, como por exemplo a restrição a circulação em determinados ambientes ou o funcionamento normalizado de todos os estabelecimentos impactados, podem vir a diminuir a receita da Companhia em momento subsequente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Por meio da Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020, o Governo Federal instituiu o pagamento de auxílio emergencial a determinados trabalhadores durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Referidos recursos adicionais injetados na economia brasileira podem mascarar um efeito ainda não refletido na receita da Companhia. Dessa forma, assim que a medida de pagamento auxiliar por parte do Governo cessar, a economia brasileira e os consumidores de produtos da Companhia poderão ser adversamente afetados e consequentemente, a receita da Companhia poderá diminuir.

A Companhia não pode garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, a Companhia não pode garantir que será capaz de impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou superior ao impacto provocado pela pandemia da COVID-19. O impacto da pandemia do COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos discutidos neste Formulário de Referência.

A Companhia pode não conseguir manter e melhorar o reconhecimento de suas marcas ou pode receber avaliações desfavoráveis de consumidores, bem como pode ser alvo de publicidade negativa, o que poderia afetar adversamente suas marcas.

As marcas da Companhia, BIG, BIG Bompreço, Super Bompreço, Nacional, Mercadorama, TodoDia, Maxxi Atacado, Sam's Club, Posto Big e Posto BIG Bompreço, entre outras, são elementos de extrema importância para o sucesso do negócio da Companhia. Se a Companhia não conseguir manter e melhorar o reconhecimento de suas marcas, por exemplo, por meio da sua capacidade de proporcionar a melhor experiência de compra aos consumidores, através de um ambiente agradável em todos os seus pontos de venda, preços competitivos, grande variedade e alta qualidade dos produtos e serviços que oferece, inclusive dos produtos de marca própria, além da variedade e conveniência das opções de entrega de seus produtos, seu negócio e resultado financeiro podem ser adversamente afetados.

Reclamações de consumidores ou publicidade negativa dos produtos vendidos, dos preços cobrados ou do atendimento prestado, especialmente em relação à produtos do estoque próprio da Companhia, podem, no futuro, reduzir a confiança dos consumidores e, consequentemente, as suas vendas, afetando adversamente as marcas que a Companhia opera e, consequentemente, o negócio da Companhia. Além disso, alguns dos produtos que a Companhia vende podem a expor a reclamações decorrentes de danos pessoais, envolvendo, em alguns casos, doenças ou morte, podendo exigir *recalls* ou outras ações.

Para manter um bom relacionamento com os seus consumidores, a Companhia precisa treinar e gerenciar adequadamente os colaboradores que trabalham em suas lojas e que estão em contato diário com os seus consumidores. A Companhia deve também ter uma equipe de atendimento ao consumidor pronta para resolver reclamações e conflitos de forma eficiente e rápida. Um atendimento ao consumidor eficaz exige investimentos significativos em seus colaboradores, em programas de desenvolvimento e em infraestrutura de tecnologia, para propiciar à equipe de atendimento as ferramentas necessárias para bem desempenhar as suas funções. A incapacidade de gerenciamento ou treinamento de seus representantes de atendimento ao consumidor pode comprometer a capacidade da Companhia de lidar com s reclamações recebidas de maneira eficaz. Se a Companhia não administrar de maneira eficaz as reclamações recebidas, a confiança de seus consumidores, sua reputação, suas marcas e o seu negócio poderão ser afetados de maneira negativa.

A publicidade e a cobertura da mídia geralmente exercem influência significativa sobre o comportamento e ações dos consumidores. Se a Companhia for alvo de publicidade negativa, que possa fazer com que seus consumidores mudem seus hábitos de compras, inclusive como resultado de *recall* de produtos que a Companhia vende, de escândalos relacionados ao manuseio, preparação ou armazenamento de produtos alimentícios em suas lojas ou da forma como os seus clientes são tratados por seus colaboradores nas lojas, poderá haver um efeito adverso relevante às marcas que a Companhia opera e, consequentemente, ao negócio da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Novas tecnologias, tais como mídias sociais e plataformas de comércio digital utilizadas para vendas de produtos da Companhia, são cada vez mais utilizadas para a divulgação de produtos e serviços. O uso de mídias sociais e ferramentas de comércio digital requerem uma atenção específica, bem como um conjunto de diretrizes de gerenciamento e monitoramento, inclusive monitoramento de riscos, que a Companhia pode não conseguir desenvolver e implementar de forma eficaz. Publicações ou comentários negativos sobre a Companhia, seus negócios, suas operações, seus Diretores ou membros do Conselho de Administração e acionistas em qualquer rede social podem prejudicar gravemente a sua reputação. Além disso, os colaboradores e representantes da Companhia poderão usar ferramentas de mídia social e tecnologias móveis de forma inadequada, o que poderá causar prejuízos, inclusive com a divulgação de informações confidenciais de seus consumidores. Eventual publicidade negativa que prejudique a reputação de uma ou mais das marcas da Companhia poderá ter um efeito negativo sobre o valor de todas as marcas da Companhia, o que poderá impactar adversamente as vendas da Companhia.

Além disso, o Walmart US, um dos acionistas indiretos da Companhia, por meio da Brazil Holdings S.C.S, detém algumas das marcas que a Companhia usa em seus negócios e atividades no Brasil, tais como as marcas "Sam's Club" e "Member's Mark" ("Marcas Sam's Club"). Dada a estreita relação societária com o Walmart US e o uso pela Companhia e por outras empresas do Grupo Walmart de marcas que são amplamente conhecidas e reconhecidas no Brasil, qualquer publicidade negativa ou comentários negativos com relação ao Walmart US e/ou outras empresas controladas ou coligadas, ao Walmart US no mundo todo poderá ter um efeito adverso nas Marcas Sam's Club que a Companhia usa em seus negócios e atividades no Brasil, podendo ocasionar, assim, um efeito adverso no valor de tais marcas e, consequentemente, nos resultados operacionais da Companhia. Adicionalmente, qualquer evento social, político ou econômico negativo, relativo aos Estados Unidos da América, país onde o Walmart US foi fundado e que é normalmente associado, no Brasil, às Marcas Sam's Club, poderá ter um efetivo adverso nas Marcas Sam's Club que a Companhia utiliza em suas atividades no Brasil, podendo afetar adversamente o valor de tais marcas e, consequentemente, seus resultados operacionais. Finalmente, não podemos garantir que o Walmart US renovará referidos contratos, especialmente caso sua posição acionária na Companhia seja diminuída de forma significativa no futuro. Para mais informações a esse respeito, vide os Fatores de Risco "*A Companhia pode perder o direito de utilizar as Marcas Sam's Club e operar o "Sam's Club Brazil Business"*.

A Companhia pode perder o direito de utilizar as Marcas Sam's Club e operar o "Sam's Club Brazil Business".

Conforme descrito no item 7.9 deste Formulário de Referência, a Companhia possui um Contrato de Licença de Uso que prevê o direito exclusivo da Companhia de operar o clube de compras "Sam's Club" no Brasil, assim como utilizar as Marcas Sam's Club.

O Contrato de Licença de Uso possui duração de 8 anos a partir da data de assinatura, em 1º de agosto de 2018, permanecendo em vigor até 1º de agosto de 2026 e pode ser renovado somente mediante concordância de ambas as partes. Para mais informações sore o Contrato de Licença de Uso, vide item 7.9 deste Formulário de Referência. O Contrato de Licença de Uso prevê controle de qualidade, no qual os Licenciadores poderão tomar medidas para monitorar o cumprimento dos padrões de qualidade definidos e inspecionar os locais licenciados. O descumprimento dos padrões estabelecidos por parte dos licenciados constitui uma violação do Contrato de Licença de Uso, que poderá levar ao término do contrato caso não seja suprida 90 dias após notificação enviada pelos licenciadores. Além disso, o Contrato de Licença de Uso prevê que o descumprimento de obrigações assumidas poderá ensejar a rescisão contratual, assim como os licenciadores poderão rescindir o Contrato de Licença de Uso caso haja transferência direta ou indireta de qualquer participação acionária da Companhia ou de suas afiliadas a determinados concorrentes e suas respectivas afiliadas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia não pode garantir que os licenciadores renovarão o Contrato de Licença de Uso, especialmente caso a posição acionária do Brazil Holdings S.C.S. na Companhia seja diminuída de forma significativa no futuro. Caso o Contrato de Licença de Uso deixe de vigorar, seja por rescisão ou expiração de seu prazo, todos os direitos licenciados à Companhia, incluindo a utilização das Marcas Sam's Club e a operação do "Sam's Club Brazil Business", serão encerrados, o que poderá impactar adversamente as atividades da Companhia.

A Companhia pode não conseguir proteger os seus direitos de propriedade intelectual ou utilizá-los de forma eficaz, bem como manter o direito ao uso de propriedade intelectual de terceiros.

O futuro sucesso da Companhia depende significativamente da sua capacidade de utilizar de forma eficaz e de proteger as suas atuais e futuras marcas (incluindo as suas marcas próprias), bem como de defender os seus ativos intangíveis, especialmente os direitos de propriedade intelectual incluindo, sem limitação, marcas, nomes de domínio, segredos comerciais e *know-how*. A Companhia pode não conseguir renovar o registro de suas marcas em tempo hábil. Além disso, seus concorrentes podem contestar ou invalidar quaisquer marcas existentes ou futuras da Companhia ou licenciadas pela Companhia.

A Companhia não tem como garantir que as medidas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente de seus direitos de propriedade intelectual. Os custos necessários para proteger os seus direitos de propriedade intelectual, seja pela via extrajudicial ou por meio de processos legais ou administrativos, podem ser significativos.

Além disso, as Marcas Sam's Club estão registradas ou em processo de registro perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial ("INPI") em nome da Walmart Apollo LLC e são licenciadas à Companhia. Os nomes de domínio registrados no Brasil e o *trade dress* da Sam's Club ("Direitos Adicionais") também são detidos pela Walmart Inc. e Walmart Apollo LLC, e são licenciados à Companhia. A Companhia não pode garantir que tais marcas e/ou Direitos Adicionais continuarão a ter a devida proteção legal e registros aplicáveis à manutenção da propriedade. A Companhia também não pode garantir que tais marcas e/ou Direitos Adicionais não serão violados ou contestados por terceiros na esfera administrativa ou na esfera judicial. Qualquer falha da Walmart Inc. ou Walmart Apollo LLC em proteger suas marcas, nomes de domínio e *trade dress*, ainda que em decorrência de ato ou fato ocorrido no exterior, pode prejudicar os negócios ou reputação da Companhia.

Se a Companhia não conseguir proteger e defender os seus direitos de propriedade intelectual contra a violação ou apropriação indevida em qualquer dessas hipóteses, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante, em particular em sua capacidade de desenvolver o seu negócio.

Problemas nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia, incluindo no âmbito da transição de sistema de tecnologia da informação do Walmart US para a Companhia, ou a incapacidade da Companhia de acompanhar a velocidade do desenvolvimento da tecnologia, poderão impactar adversamente suas operações.

A Companhia está realizando uma transição de seus sistemas de tecnologia da informação ("TI"), que envolve a contratação direta, pela Companhia, dos referidos sistemas de TI, com previsão de conclusão total da transição até maio de 2021, o que inclui a manutenção da estrutura de serviços de TI, enquanto o "*Information Technology Transition Services Agreement*" celebrado entre a Companhia e a Walmart Inc. permanecer válido e vigente, com a possibilidade de prestação de serviços adicionais de TI se assim acordado entre as partes. O referido contrato possui prazo final de vigência em 31 de julho de 2022, sendo passível de renovação pelas partes por até 4 (quatro) períodos adicionais de 6 (seis) meses cada, o que significa que, no momento em que esse contrato for encerrado, a Companhia precisará ter concluído totalmente a transição de seus sistemas de tecnologia da informação. Caso a Companhia não consiga finalizar a transição desses sistemas até o prazo de vigência final do contrato, as operações da Companhia poderão ser adversamente afetadas, inclusive porque a Companhia não pode garantir que um novo contrato com o Walmart US será celebrado para a manutenção da estrutura de serviços de TI.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Eventuais falhas nos sistemas de TI, assim como atrasos ou defeitos na prestação dos serviços pelos prestadores de serviço e desenvolvedores contratados, tanto para a constante prestação de serviços de TI, quanto para a transição sistêmica dentro do prazo de vigência do referido contrato, podem ter um efeito negativo na operação, na imagem e no relacionamento da Companhia com os seus clientes, podendo impactar negativamente os negócios e as operações da Companhia.

Os sistemas de informação da Companhia podem, ainda, sofrer interrupções devido a fatores que estão além do seu controle, tais como desastres naturais, ataques de *hackers*, problemas de telecomunicações, vírus, *softwares* maliciosos, entre outros fatores. Na eventualidade de falhas ou interrupção dos sistemas de tecnologia da informação, assim como atrasos ou defeitos na prestação dos serviços pelos prestadores de serviço e desenvolvedores contratados, tanto para a constante prestação de serviços de TI, quanto para a transição sistêmica mencionada acima, a Companhia pode perder dados, ficar sujeita à violação de dados ou não conseguir realizar transações comerciais e, dessa forma, ocasionar um efeito adverso relevante para os negócios e as operações da Companhia.

A Companhia pode enfrentar dificuldades em inaugurar e/ou operar novas lojas, o que poderá afetar de maneira adversa suas vendas e resultado operacional.

O crescimento da Companhia depende de sua capacidade de abrir e operar com êxito novas lojas, de forma que a Companhia está sujeita a riscos e incertezas quanto a eventos futuros que podem reduzir ou mesmo impedir a abertura de novas lojas ou afetar a operação das mesmas, podendo gerar um impacto negativo no resultado operacional e no valor das ações da Companhia.

A capacidade da Companhia de inaugurar e operar novas lojas com êxito depende de inúmeros fatores, muitos dos quais estão além de seu controle. Esses fatores incluem a capacidade da Companhia de identificar locais apropriados para novas lojas, o que também implica em reunir e analisar dados demográficos e de mercado para determinar se há demanda suficiente para seus produtos nos locais escolhidos e a negociação de contratos de aquisição ou aluguel de imóvel em termos aceitáveis. Para mais informações a esse respeito, vide Fator de Risco "*A Companhia pode não conseguir renovar ou manter os contratos de locação das suas lojas e centros de distribuição alugados de terceiros em termos aceitáveis ou independentemente dos seus termos e pode ter que pagar multas contratuais em caso de rescisão de contratos de locação relativos às lojas que decidir fechar*". As obras para a abertura ou reforma de novas lojas também podem sofrer atrasos, interrupções ou aumento de custos, inclusive em razão da pandemia da COVID-19. A Companhia pode ainda ter dificuldades em oferecer mercadorias que atendam às necessidades e preferências em novas regiões. A abertura de novas lojas também implicará na necessidade de manutenção de um nível crescente de estoques a um custo aceitável para atender à demanda das novas lojas e também a contratação, treinamento e retenção de pessoal qualificado para as lojas, especialmente em nível gerencial. Ainda, a capacidade da Companhia de inaugurar e operar novas lojas pode vir a ser afetada pelos efeitos decorrentes da pandemia da COVID-19. Para maiores informações, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

Ainda, quando ocorrer a inauguração de novas lojas em mercados onde a Companhia já possuía lojas, a Companhia poderá sofrer uma redução nas vendas líquidas das lojas pré-existentes nesses mercados em função do deslocamento de vendas, que pode afetar negativamente os negócios e o resultado das operações da Companhia.

Além disso, a Companhia pode não ser capaz de integrar as novas lojas às suas operações atuais de forma satisfatória, de obter financiamento, em termos aceitáveis, ou de obter as licenças e autorizações governamentais necessárias. Qualquer um destes riscos pode afetar negativamente os negócios e o resultado das operações da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Potenciais desdobramentos futuros relacionados à matéria objeto de acordos celebrados pelo Walmart Inc. com o Departamento de Justiça ("DOJ") e a Securities and Exchange Commission ("SEC") dos Estados Unidos da América em relação ao U.S. Foreign Corrupt Practices Act ("FCPA"), tais como potenciais menções na mídia sobre o tema, podem afetar adversamente a imagem da Companhia e, consequentemente, a cotação de seus valores mobiliários.

No período anterior a 1º de agosto de 2018, os negócios da Companhia no Brasil eram operados por uma subsidiária integral indireta do Walmart Inc. ("Walmart"). A partir da referida data, a Brazil Holdings S.C.S., uma subsidiária integral indireta do Walmart, tornou-se acionista minoritária da Companhia. Em 20 de junho de 2019, o Walmart celebrou um acordo global com o DOJ e a SEC para encerrar investigações ligadas ao seu histórico de cumprimento do FCPA. O acordo para o encerramento das investigações, que envolviam condutas ocorridas no Brasil, México, Índia e China antes de abril de 2011 incluiu: (i) um acordo de não-persecução pelo período de três anos entre o DOJ e o Walmart; (ii) um acordo de admissão de culpa válido pelo período de três anos celebrado pela WMT Brasilia S.a.r.l. (subsidiária integral indireta do Walmart baseada em Luxemburgo, que é a acionista controladora direta da Brazil Holdings S.C.S e foi, até 1º de agosto de 2018, acionista controladora de subsidiárias da Companhia) perante a *U.S. District Court for the Eastern District of Virginia* como parte de seu acordo com o DOJ por violar as previsões de registros e controles internos do FCPA; e (iii) uma ordem de cessação e desistência emitida pela SEC em um procedimento civil administrativo, com a qual o Walmart concordou, relacionado à prática de certas violações às previsões de registros e controles internos do FCPA (em conjunto, o "Acordo"). O Acordo incluiu um pagamento total, pelo Walmart, de US$283 milhões, dos quais US$4.3 milhões decorreram de multa e perdimento aplicados contra a WMT Brasilia S.a.r.l. O Acordo encerrou todas as investigações e inquéritos sobre violações ao FCPA em relação ao Walmart e suas subsidiárias pelo DOJ e a SEC, sujeito a certos termos, condições e obrigações.

Como parte do acordo de não-persecução, o Walmart também concordou com o DOJ em se submeter a uma monitoria independente com escopo limitado pelo período de dois anos. Ademais, o Walmart concordou em reportar-se à SEC quanto ao seu programa de compliance anticorrupção pelo período de dois anos.

A Companhia e suas subsidiárias: (i) não são partes do Acordo ou dos acordos que o compõem; (ii) não foram financeiramente afetadas pelo Acordo; e (iii) não estão sujeitas à monitoria independente prevista no Acordo.

Quaisquer desdobramentos futuros relacionados à matéria objeto do acordo, tais como potenciais menções na mídia sobre o tema, podem afetar adversamente a imagem da Companhia e, consequentemente, a cotação de seus valores mobiliários.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos da Companhia poderão afetar adversamente os negócios da Companhia.

As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou não ser suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aqueles indicados pelas medidas históricas que a Companhia utiliza. Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. As informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre seus negócios.

Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, a Companhia poderá não ser capaz de elaborar suas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada, reportar seus resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de outros desvios.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos seus controles internos poderá ter um efeito adverso significativo nos negócios da Companhia. Adicionalmente, os procedimentos de *compliance* e controles internos da Companhia podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes, atos de corrupção ou violações de leis aplicáveis por parte de seus funcionários e membros de sua administração ou de terceiros agindo em seu nome. Caso os funcionários da Companhia, membros da administração ou outras pessoas relacionadas à Companhia se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou suas políticas internas, a Companhia pode ser responsabilizada por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente seus negócios e imagem. Para mais informações a esse respeito, vide Fator de Risco "*A Companhia poderia ser materialmente e adversamente afetada por falhas nos seus processos de governança, gestão de riscos e compliance, bem como por violações da Lei Anticorrupção brasileira, o US Foreign Corrupt Pratices Act e leis anticorrupção similares".*

A Companhia poderia ser materialmente e adversamente afetada por falhas nos seus processos de governança, gestão de riscos e compliance, bem como por violações da Lei Anticorrupção brasileira, o US Foreign Corrupt Pratices Act e leis anticorrupção similares

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846/13 ("Lei Anticorrupção"), à Lei nº 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa") e à Lei nº 9.613/98 ("Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro"), e seu acionista relevante está sujeito ao *US Foreign Corrupt Pratices Act*, que impõem responsabilidade às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por seus dirigentes, administradores e prestadores de serviços. As sanções aplicáveis aos responsabilizados incluem: multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os resultados da Companhia.

A Lei Anticorrupção introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para entidades legais envolvidas em atos prejudiciais à administração pública, sujeitando o violador a penalidades, tanto administrativas como civis.

Adicionalmente, os administradores da Companhia podem estar sujeitos a responsabilidade cível, administrativa e criminal por violações às referidas leis. De acordo com a Lei Anticorrupção, as pessoas jurídicas responsabilizadas por atos de corrupção poderão ficar sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, ou, caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será estipulada entre R$6.000,00 e R$60.000.000,00. Violações podem também ocasionar a suspensão temporária à obtenção de novos financiamentos para empreendimentos, a perda imediata ao direito de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios concedidos pelo poder público e o direito de participar de licitações.

A Companhia pode não ser capaz de prevenir ou detectar (i) violações à Lei de Improbidade Administrativa, Lei Anticorrupção ou leis similares, ao *US Foreign Corrupt Pratices Act* ou leis similares, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, controladores, funcionários ou terceiros contratados para representá-la, ou (iii) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos, que possam afetar adversamente a sua reputação, negócios, condição financeira e resultados operacionais, bem como a cotação de suas ações ordinárias.

O Brasil ainda possui uma imagem de elevado risco de corrupção nas esferas pública e privada, o que pode, até certo ponto, deixar a Companhia exposta a possíveis violações de leis anticorrupção, incluindo a brasileira.

Adicionalmente, os processos de governança, políticas, gestão de riscos e Compliance da Companhia podem não ser capazes de: (i) detectar violações à Lei Anticorrupção ou outras violações relacionadas, como violações às leis de combate à lavagem de dinheiro e demais leis aplicáveis com relação à condução do seu negócio perante entidades governamentais; (ii) detectar ocorrências de condutas indevidas e comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam representar a

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Companhia, (iii) gerenciar todos os riscos que a sua política de gerenciamento de riscos identifica atualmente e/ou identificar novos riscos; e (iv) detectar outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por seus acionistas controladores, controladas ou coligadas, o que poderia afetar adversamente a reputação, negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia e, consequentemente, a cotação de mercado das ações de sua emissão. Além disso, a reputação da Companhia pode ser negativamente impactada por violações às leis anticorrupção aplicáveis por qualquer de seus acionistas.

Assim, falhas nos processos de governança, políticas, gestão de riscos e *compliance* da Companhia podem afetar material e adversamente a reputação, negócios, capacidade de contratação com o poder público, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa, bem como podem sujeitar seus administradores a sanções criminais.

A Companhia não tem demonstrações financeiras históricas para o período antes da conclusão do investimento do Momentum - Fundo de Investimento em Participações ("FIP Momentum") em 1º de agosto de 2018 e, portanto, a apresentação financeira e a comparabilidade dos períodos financeiros históricos neste Formulário de Referência não refletem três exercícios sociais completos e podem ser limitadas para avaliação de nossa performance passada e perspectiva futura.

A Companhia tem origem com a conclusão da aquisição, em 1º de agosto de 2018, pelo FIP Momentum, fundo gerido pela Advent, de 80% da operação do Walmart no Brasil. Como resultado, a Companhia possui um histórico operacional limitado, que não reflete três exercícios sociais completos, e dados financeiros limitados para avaliação de seu negócio atual e do seu potencial desempenho futuro. Além disso, as informações relativas aos resultados e posição financeira históricos da Companhia para 2018 (de cinco meses), 2019 (de doze meses) e 2020 (de nove meses) não permitem uma comparação direta entre períodos e análise da evolução do nosso negócio e situação financeira. Para informações adicionais sobre as demonstrações financeiras e os resultados financeiros da Companhia, vide a seção "Informações Financeiras Selecionadas" no item 3 e a seção "Comentários dos diretores" no item 10 deste Formulário de Referência.

Devido a esses fatores, as informações financeiras da Companhia apresentadas neste Formulário de Referência podem ser limitadas para avaliação de nossa performance passada e perspectiva futura.

A dependência da Companhia das empresas de cartão de crédito para as vendas e financiamento de consumidores é uma tendência crescente, sendo que alterações nas políticas de tais empresas podem afetar adversamente os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

O negócio da Companhia é relativamente dependente de cartões de crédito, pois é um dos métodos de pagamento preferidos de seus consumidores. Para viabilizar as vendas com cartão de crédito, a Companhia deve aderir às políticas das empresas de cartão de crédito, incluindo as taxas que tais empresas cobram da Companhia. Qualquer alteração nas políticas das emissoras de cartão de crédito, incluindo, por exemplo, a taxa de administração cobrada dos comerciantes, pode afetar adversamente os negócios e os resultados operacionais da Companhia. Uma parte das vendas de produtos não alimentícios da Companhia é realizada através de pagamentos parcelados, utilizando os planos oferecidos pelas emissoras de cartão de crédito. A Companhia depende das emissoras de cartão de crédito para continuar oferecendo aos seus consumidores a possibilidade de pagarem suas compras em prestações. Uma mudança nas políticas das empresas de cartão de crédito, com relação ao parcelamento ou taxas mais altas de juros, pode ter um efeito adverso relevante sobre os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Caso haja interrupção ou alteração na operação normal dos centros de distribuição da Companhia, por qualquer motivo, incluindo fatores que estão além do controle da Companhia, como incêndios, desastres naturais, acidentes, falta de energia, roubos ou furtos, falha nos sistemas, impactos da COVID-19, entre outros, bem como caso a Companhia não consiga encontrar locais adequados ou enfrente outras dificuldades relacionadas ao estabelecimento de novos centros de distribuição, os resultados da Companhia podem ser materialmente afetados.

As operações da Companhia são altamente dependentes da operação normal de seus centros de distribuição, tendo em vista que a maioria das mercadorias que a Companhia vende são distribuídas por meio desses centros de distribuição. Atualmente, temos 14 centros de distribuição em funcionamento localizados nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Pernambuco e Bahia. Se a operação normal de um desses centros de distribuição for interrompida total ou parcialmente por qualquer motivo, incluindo fatores que estão além do controle da Companhia, como incêndios, desastres naturais, acidentes, falta de energia, roubos ou furtos, falha nos sistemas, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID-19), entre outros, a Companhia poderá sofrer um efeito negativo material em sua situação financeira e resultado operacional.

Adicionalmente, a estratégia de crescimento da Companhia pode demandar uma expansão na capacidade de seus centros de distribuição, uma reorganização dos centros de distribuição atuais ou o estabelecimento de novos centros de distribuição, especialmente se expandir as operações para outras regiões do Brasil. Caso a Companhia não consiga encontrar locais adequados ou enfrente outras dificuldades relacionadas ao estabelecimento de novos centros de distribuição, ou não consiga integrar novos centros de distribuição ou expandir centros de distribuição ou serviços de operadores logísticos ao processo de controle de estoques de maneira eficaz, pode não conseguir entregar estoques às suas lojas em tempo hábil, o que pode ter um efeito negativo nas vendas e na estratégia de crescimento da Companhia.

Além disso, quaisquer alterações, problemas ou interrupções na infraestrutura de logística que a Companhia ou seus fornecedores usem para entregar produtos nas lojas ou centros de distribuição podem impedir a entrega oportuna ou bem-sucedida dos produtos que a Companhia vende nas lojas e afetar negativamente as operações da Companhia.

A Companhia pode não conseguir executar a sua estratégia de fornecer volume e variedade suficientes de produtos a preços competitivos ou gerenciar adequadamente o abastecimento do seu estoque, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

O negócio da Companhia depende da sua capacidade de fornecer volume e variedade de produtos a preços competitivos. A Companhia pode comprar produtos em grandes quantidades que, talvez, não consiga vender de forma eficiente e rentável. Além disso, a Companhia pode criar um estoque excessivo de produtos com baixa aceitação e, consequentemente, ser forçada a dar descontos significativos em tais produtos. A Companhia não pode garantir que continuará a identificar adequadamente a demanda de seus consumidores e se aproveitar de oportunidades de compra, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre os negócios e resultados financeiros da Companhia.

Ademais, produtos com um estoque excessivo em suas lojas podem ficar obsoletos ou ter o seu prazo de validade expirado. Além disso, qualquer valor gasto pela Companhia na aquisição de estoque excessivo poderia ser empregado para outros fins mais rentáveis para a Companhia. Finalmente, o manuseio inadequado pode resultar em quebra ou avaria dos produtos da Companhia. A Companhia também está sujeita a roubos e furtos de mercadorias em seus centros de distribuição, durante seu transporte até as lojas bem como dentro delas. Os investimentos da Companhia em sistemas de segurança podem não ser suficientes para evitar tais roubos ou furtos de mercadorias. A materialização de qualquer um desses riscos pode ocasionar um efeito adverso relevante sobre os negócios e resultados financeiros da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Caso os programas de propaganda e marketing da Companhia não sejam bem concebidos, planejados e executados de maneira eficaz, a situação financeira e resultado operacional da Companhia podem ser afetados negativamente.

É parte inerente do negócio da Companhia o empenho de recursos substanciais à propaganda e marketing voltado ao público das cidades nas quais a Companhia atua. O negócio da Companhia depende do movimento intenso de clientes em suas lojas e de um marketing eficaz para gerar esse movimento. As vendas e a lucratividade da Companhia dependem em grande parte de sua capacidade de, entre outras coisas, identificar seu público alvo, decidir sobre a mensagem publicitária e os meios de comunicação adequados para atingir o seu público alvo e promover o conhecimento e o relacionamento dos seus funcionários com seu público alvo. Se as atividades de propaganda e marketing da Companhia não forem bem concebidas, planejadas e executadas de maneira eficaz, a Companhia poderá não atingir seu público alvo, prejudicando o aumento das vendas totais ou das vendas de lojas comparáveis (com mesmo tempo de maturidade) ou não gerando os níveis desejáveis de conhecimento de suas mercadorias. Consequentemente, a situação financeira e resultado operacional da Companhia podem ser afetados negativamente.

Adicionalmente, considerando-se que parte de suas campanhas são veiculadas com propagandas em televisão, a Companhia pode ter a rentabilidade impactada caso seja verificada elevação de custos com propagandas em televisão, dada a dificuldade de encontrar veículo de comunicação que apresente a mesma efetividade. Além disso, as vendas da Companhia poderão ser adversamente afetadas diante do desafio enfrentado por ela na identificação das mudanças de comportamento e preferência de seus consumidores, datas sazonais e situação socioeconômica do País.

A Companhia pode não conseguir renovar ou manter os contratos de locação das suas lojas e centros de distribuição alugados de terceiros em termos aceitáveis ou independentemente dos seus termos e pode ter que pagar multas contratuais em caso de rescisão de contratos de locação relativos às lojas que decidir fechar.

Parte da receita líquida operacional da Companhia deriva de atividades desempenhadas em imóveis que a Companhia aluga de terceiros. Em 30 de setembro de 2020, aproximadamente 65% das lojas e centros de distribuição da Companhia eram localizados em imóveis locados de terceiros. A localização estratégica dessas lojas e centros de distribuição é fundamental para o desenvolvimento da sua estratégia de negócios e, como resultado, a Companhia pode ser afetada adversamente, caso: (i) um número significativo dos contratos de locação da Companhia seja rescindido, ou não seja renovado em termos aceitáveis ou independentemente dos termos, ou (ii) tais contratos de locação não estejam devidamente registrados e averbados nas matrículas, junto aos cartórios de registro de imóveis competentes, pois as respectivas locações não serão oponíveis contra terceiros que vierem a adquirir os imóveis, os quais por consequência poderão exigir a desocupação em 90 dias sem qualquer penalidade, ficando ainda a locatária impossibilitada de adjudicar o imóvel.

Além disso, de acordo com a legislação aplicável, qualquer uma das partes pode pedir a revisão do valor do aluguel após três anos do início da locação ou da última renegociação. Um aumento significativo no valor dos aluguéis dos imóveis pode afetar adversamente a posição financeira da Companhia e o seu resultado operacional.

A Companhia pode não chegar a acordos com os locadores em relação à renovação dos prazos locatícios. Nos termos da legislação brasileira, o locatário pode exigir judicialmente a renovação de um contrato de locação com prazo determinado superior ou igual a 5 anos, por um prazo adicional de 5 anos, desde que ingresse com a ação renovatória no prazo de, no mínimo, 6 meses, e, no máximo, 1 ano de antecedência em relação à data de término do prazo do contrato. Caso a Companhia não apresente ação renovatória no prazo legal ou não cumpra os requisitos legais, os contratos de locação poderão não ser renovados. Adicionalmente, nos casos dos contratos de locação em vigor por prazo indeterminado não há qualquer garantia legal de renovação e, se não houver acordo com os locadores, os contratos de locação das lojas e centros de distribuição da Companhia podem não ser renovados. A perda de qualquer um dos pontos de venda ou distribuição estratégicos da Companhia pode afetar negativamente seus resultados operacionais e condição financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Não há nenhuma garantia de que a Companhia conseguirá alugar os imóveis nos quais está interessada. Devido ao fato de a localização dos imóveis da Companhia representar um fator importante na sua estratégia de vendas, se um número significativo das suas locações atuais não for renovado ou se a Companhia não conseguir celebrar novos contratos de locação com condições satisfatórias, a Companhia poderá ter seus negócios afetados substancialmente e negativamente. Um aumento significativo no valor do aluguel dos imóveis que a Companhia aluga também pode afetá-la negativamente.

Além disso, se a Companhia decidir fechar qualquer uma das suas unidades, localizadas em imóveis alugados de terceiros antes do fim do prazo contratual da locação, a Companhia pode ser obrigada a pagar uma multa contratual ao proprietário, como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação. O valor total da multa poderá afetar adversamente a Companhia, principalmente se a decisão de fechamento se aplicar a mais de uma unidade. Finalmente, no caso de término dos contratos de locação, existe o risco de que as benfeitorias efetuadas pela Companhia em suas lojas e centros de distribuição não sejam indenizadas pelo proprietário.

A Companhia está exposta a riscos relacionados a ônus sobre os imóveis em que as lojas e os centros de distribuição da Companhia operam.

Parte dos imóveis em que as lojas e os centros de distribuição da Companhia operam estão onerados para garantia de dívidas e obrigações dos respectivos proprietários. Na hipótese de inadimplemento de tais obrigações, os respectivos credores poderão executar as garantias. O(s) imóvel(is) poderá(ão) ser arrematado(s) por terceiros em leilão extrajudicial ou sua propriedade poderá ser consolidada em nome do(s) próprio(s) credor(es). Caso a Companhia não logre êxito em negociar com o(s) adquirente(s) dos imóveis novo(s) contrato(s) de locação que regule(m) a ocupação do(s) respectivo(s) imóvel(is) para o exercício regular de suas atividades, poderá ser obrigada a desocupar o(s) imóvel(is) em 30 dias, o que poderá afetar adversamente as suas operações.

Alguns imóveis operacionais ocupados pela Companhia são ocupados por meio de cessão sob o regime de aforamento ou ocupação, sendo que, na falta de pagamento de foro ou taxa de ocupação, a Companhia pode vir a perder o domínio ou direito de ocupação sobre tais imóveis.

Parte das unidades da Companhia estão localizadas em imóveis sujeitos ao regime de aforamento ou ocupação. A Secretaria de Patrimônio da União (SPU) é o órgão administrativo competente para realizar a gestão dos imóveis de propriedade da União (imóveis foreiros), principalmente no que diz respeito à sua forma de ocupação e seus aspectos fiscais. No regime de aforamento, a propriedade do imóvel permanece sendo da União, enquanto o domínio útil é transferido ao particular (no presente caso, à Companhia), mediante o pagamento de um valor anual (foro) ao Governo Federal, em montante equivalente a 0,6% do valor do terreno, excluídas as benfeitorias. Já a ocupação é uma forma precária de utilização do imóvel, podendo ser revogada a qualquer tempo pela União Federal se constatado interesse público relevante para a área, havendo o pagamento de indenização pelas benfeitorias existentes tão somente nos casos em que a ocupação seja considerada pela SPU como de boa-fé. No regime de ocupação, o particular (no presente caso, a Companhia), deve pagar ao Governo Federal um valor anual (taxa de ocupação) em montante equivalente a 2% do valor do terreno, excluídas as benfeitorias. Caso a Companhia pretenda transferir os referidos imóveis faz-se necessário o pagamento de laudêmio, no valor equivalente a 5% do valor do terreno, excluídas as benfeitorias, além da obtenção da certidão autorizativa de transferência do imóvel (CAT).

De acordo com a legislação brasileira, a falta de pagamento do foro ou da taxa de ocupação por períodos consecutivos podem trazer como consequência mais grave o cancelamento do aforamento ou da ocupação. Assim, caso a Companhia não seja capaz de manter o domínio sobre tais imóveis ou o direito de ocupá-los, sua estratégia de negócios poderá ser afetada de forma adversa.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Se a Companhia não for capaz de renovar suas linhas de crédito, ter acesso a financiamentos, descontar recebíveis ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições atrativas, poderá sofrer um efeito adverso relevante.

A capacidade da Companhia de captar recursos é fundamental para as suas operações, a implementação da sua estratégia e o seu crescimento. A Companhia poderá não conseguir renovar suas linhas de crédito, ter acesso a financiamentos ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições atrativas, para atender futuras necessidades de financiamento, capital de giro ou obrigações em geral, inclusive em decorrência dos efeitos da pandemia da COVID-19. Para mais informações, vide itens 10.1 e 16.2 deste Formulário de Referência.

Os mercados locais de dívida e de capitais foram recentemente impactados pelo custo de crédito, por fatores político-econômicos, pela pandemia da COVID-19, dentre outros. Tais eventos afetaram negativamente as condições econômicas no Brasil. As preocupações quanto à estabilidade dos mercados financeiros no Brasil e à solvência de contrapartes resultaram no encarecimento do custo de captação, uma vez que muitos credores aumentaram as taxas de juros, adotaram normas mais rigorosas para concessão de empréstimos e reduziram seu volume e, em alguns casos, interromperam a oferta de financiamento a tomadores em termos comerciais razoáveis.

Na eventualidade de a Companhia não conseguir obter financiamentos, emitir valores mobiliários no mercado de capitais ou refinanciar o seu endividamento, quando necessário, ou se a Companhia não conseguir obter ou renovar empréstimos *intercompany*, fianças bancárias, seguros garantia, ou se tais instrumentos somente estiverem disponíveis mediante condições desfavoráveis, a Companhia pode não conseguir satisfazer às suas necessidades de caixa e obrigações financeiras, ou aproveitar oportunidades de negócios, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios e resultados financeiros.

Além disso, no curso normal de suas operações, a Companhia realiza operações de desconto de recebíveis perante instituições financeiras a fim de obter capital de giro para as suas atividades operacionais. Não há nenhuma garantia de que esse tipo de instrumento de financiamento continuará disponível para a Companhia e em termos aceitáveis. Se a Companhia não tiver capital de giro suficiente, pode não ser capaz de implementar sua estratégia de crescimento, manter sua competitividade ou financiar iniciativas estratégicas importantes, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios e resultados financeiros da Companhia.

Possíveis limitações em manter o ritmo de crescimento de vendas pode afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Os principais fatores que podem impactar o crescimento das vendas “mesmas lojas”, conceito que demonstra quanto as vendas aumentaram nas mesmas lojas em relação ao período/exercício social anterior, são (i) a capacidade da Companhia de prever e responder às novas tendências de consumo em tempo hábil, (ii) a capacidade da Companhia de atrair novos clientes e manter os atuais, (iii) a confiança do consumidor, (iv) situação econômica nas áreas onde as lojas estão localizadas, (v) o impacto que a abertura de novas lojas pode gerar sobre as lojas pré-existentes nestes mesmos mercados, (vi) mudanças nas políticas de crédito, propaganda e marketing da Companhia, (vii) mudança de hábitos de consumo, inclusive em virtude do aumento de vendas online descrito abaixo ou fatores decorrentes da pandemia do COVID-19; e (viii) concorrência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em decorrência dos eventos descritos acima, a performance de vendas "mesmas lojas" da Companhia pode não apresentar crescimento ou pode diminuir em exercícios futuros, o que pode impactar negativamente os negócios e resultados operacionais da Companhia. Além disso, o crescimento futuro de vendas da Companhia está fortemente baseado na ampliação e desenvolvimento dos canais digitais de vendas, como e-commerce, inclusive por meio do aplicativo de compras, que são suscetíveis a uma maior concorrência e dependência de constantes evoluções tecnológicas, bem como mudanças no comportamento de consumo de clientes da Companhia, podendo impactar o seu ritmo de crescimento de vendas. Adicionalmente, as vendas da Companhia também poderão diminuir em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a da COVID-19). Para mais informações a respeito de eventuais impactos nas vendas da Companhia em tal cenário, vide Fator de Risco "*A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde devido à propagação do COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma como a pandemia afetará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são incertos e imprevisíveis e podem afetar material e adversamente os negócios da Companhia, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa e a capacidade da Companhia de continuar a operar seus negócios".*

A Companhia conduz suas operações por meio de lojas físicas e digitais. Caso a Companhia seja incapaz de alinhar estes canais de vendas em termos de aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing com o objetivo de atender as necessidades de seus clientes, os resultados e operações da Companhia poderão ser adversamente afetados. Para mais informações, vide Fator de Risco "*A Companhia atua no setor de varejo por meio de canais distintos (lojas físicas e digitais) e acredita que a integração desses canais é essencial para o sucesso do seu negócio. A falha dessa integração, ou o seu insucesso em aprimorar inovações poderão afetar negativamente os negócios e atividades, situação financeira e resultado operacional da Companhia*".

A Companhia atua no setor de varejo por meio de canais distintos (lojas físicas e site mobile, e em um futuro próximo, atuará por meio de sua plataforma digital e aplicativo) e acredita que a integração desses canais é essencial para o sucesso do seu negócio. A falha dessa integração, ou o seu insucesso em aprimorar inovações poderão afetar negativamente os negócios, atividades, situação financeira e resultado operacional da Companhia.

As operações da Companhia no setor de varejo são realizadas por meio de lojas físicas e site mobile, e em um futuro próximo por meio de plataforma digital e aplicativo no conceito "omnichannel" de integração de canais, os quais estão em fase de desenvolvimento pela Companhia. A Companhia não pode garantir que conseguirá aprimorar sua estratégia "omnichannel" ou que será capaz de implementar inovações que sejam importantes para seus clientes, o que, em se confirmando, poderá ser extremamente prejudicial aos seus planos e poderá afetar negativamente os negócios, atividades, situação financeira e resultado operacional da Companhia.

Além disso, caso a Companhia não seja capaz de manter e aprimorar, de forma bem-sucedida, a complementaridade entre os seus canais de vendas, sob os aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing e de atendimento, o aproveitamento das vantagens que a estrutura integrada dos multicanais pode oferecer será prejudicado, podendo impactar adversamente a Companhia.

Outro risco da estratégia "omnichannel" é a possibilidade de os canais de vendas da Companhia entrarem em competição. Caso isso aconteça, a Companhia não será bem-sucedida na estratégia de crescimento do seu faturamento e a integração dos seus canais de vendas poderá não trazer os benefícios esperados, afetando negativamente os negócios, atividades, situação financeira e resultado operacional da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia pode incorrer em custos maiores do que os esperados e as iniciativas "omnichannel" podem se mostrar economicamente inviáveis ou ter uma rentabilidade menor do que a esperada. Por fim, a legislação e regulamentação (principalmente tributária) das atividades inerentes à plataforma "omnichannel" no Brasil não possuem previsões específicas aplicáveis à modalidade de varejo multicanal, o que deixa a Companhia vulnerável a possíveis autuações e gera um ambiente regulatório incerto para suas operações. Qualquer dos fatores acima poderá afetar de forma relevante a estratégia de crescimento e o resultado operacional da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode precisar de recursos adicionais para implementar sua estratégia de crescimento, o que pode ocasionar uma queda de eficiência na manutenção da gestão.

A estratégia de crescimento da Companhia envolve a abertura e a operação de novas lojas, o que pode demandar recursos adicionais. Por exemplo, as vendas digitais demandam investimentos substanciais em infraestrutura de TI e monitoramento constante sobre a segurança nos meios de pagamento. Tal estratégia gera demandas crescentes sobre seus recursos operacionais, gerenciais, administrativos e financeiros, as quais podem resultar em queda de eficiência na manutenção da gestão dos seus negócios, que por sua vez pode levar a uma deterioração no desempenho de suas lojas individualmente e de seu negócio como um todo.

Se a Companhia não implementar totalmente sua estratégia de crescimento e transformação digital, suas operações poderão ser adversamente afetadas.

A implementação e o contínuo alinhamento das principais iniciativas e ações relativas à estratégia de crescimento e transformação digital da Companhia dependem de fatores críticos, dentre os quais sua competência e capacidade de:

- Proteger o poder da sua marca;
- Abrir novas lojas e expandir sua cobertura geográfica;
- Alavancar as vendas e aumentar a rentabilidade de suas operações;
- Fortalecer e expandir a oferta de serviços e produtos financeiros para a sua base de clientes;
- Aperfeiçoar a experiência de compra por meio da multicanalidade;
- Gerenciar a captação e aplicação dos recursos financeiros; e
- Inclusão digital de seus clientes, o aprimoramento contínuo de suas operações multicanais, desenvolvimento de sua plataforma digital e fortalecimento de sua cultura digital.

A Companhia não pode assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito, simultaneamente e por completo. O insucesso em implementar suas estratégias pode afetar adversamente os negócios da Companhia. Além disso, a transformação digital submete a Companhia a riscos materiais anteriormente não aplicáveis à Companhia, inclusive riscos relacionados à segurança na realização de pagamentos online, a logística de entregas dos produtos, a dependências de plataformas de terceiros, entre outros.

A Companhia pode não ser capaz de cumprir com índices financeiros a serem eventualmente previstos em contratos que venham a compor o seu endividamento.

A Companhia pode vir a ter compromissos de manutenção de índices financeiros em contratos que venham a compor o seu endividamento no futuro. Esses compromissos podem afetar a capacidade da Companhia de reagir a mudanças na economia ou no seu setor de atuação ou sua capacidade de aproveitar novas oportunidades de negócios lucrativos. Além disso, em decorrência da pandemia da COVID-19, a Companhia pode enfrentar dificuldades para obtenção de financiamentos junto a instituições financeiras ou eventuais outras restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos eventuais *covenants* financeiros aos quais poderá estar sujeita no âmbito de suas obrigações futuras. Para mais informações, vide item 10 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, caso os eventuais índices financeiros sejam descumpridos e, consequentemente, ocorra qualquer evento de inadimplemento previsto em tais contratos, as dívidas a eles vinculadas poderão ser vencidas antecipadamente pelos respectivos credores, e o fluxo de caixa e a condição financeira da Companhia poderão ser afetados de maneira relevante e adversa. Além disso, os eventuais contratos financeiros a serem celebrados pela Companhia poderão conter cláusulas que estabelecem o seu vencimento antecipado caso ocorra um evento de inadimplemento em outros contratos ou o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (*cross-acceleration* ou *cross-default*), o que também pode vir a afetar de maneira adversa e relevante o fluxo de caixa e a condição financeira da Companhia. Para maiores informações, vide item 10 deste Formulário de Referência.

A perda de membros da alta administração da Companhia, assim como de funcionários qualificados, e/ou a incapacidade de atrair e manter conselheiros, diretores e funcionários qualificados podem causar um efeito adverso sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

O crescimento e desempenho da Companhia dependem em grande parte de esforços e da capacidade da sua alta administração. A perda dos membros da sua alta administração, inclusive em decorrência de eventual desinvestimento futuro pelos acionistas relevantes da Companhia, poderá afetar de modo adverso e relevante os negócios e os resultados operacional e financeiro da Companhia. Além disso, caso a Companhia venha a perder algum desses profissionais-chave, inclusive aqueles que eventualmente guardem relação com seus acionistas relevantes, esta poderá não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los. A eventual saída de tais administradores ou profissionais-chave poderá impactar os negócios da Companhia.

A Companhia deve atrair, treinar e reter um grande e crescente número de funcionários qualificados, ao mesmo tempo em que controla os gastos trabalhistas e mantem a sua cultura. A Companhia compete com empresas do setor de varejo ou de outros setores. Não há garantia de que a Companhia será capaz de atrair, contratar, treinar, reter, motivar ou gerenciar empregados altamente qualificados no futuro, o que poderia provocar um efeito material adverso nos negócios, na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

Perdas não cobertas pelos seguros contratados podem resultar em prejuízos e na dificuldade para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre os negócios da Companhia.

Certos tipos de riscos não são garantidos pelas seguradoras que atuam no mercado, tais como guerra, caso fortuito e de força maior ou interrupção de certas atividades. Na eventualidade da ocorrência de qualquer um desses eventos não cobertos, ou de insuficiência de cobertura nas apólices contratadas, a Companhia pode sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos que tenham sofrido prejuízo, o que poderá comprometer o investimento realizado pela Companhia. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá nos colocar em uma situação de risco, dados que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora. Além disso, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode vir a buscar aquisições estratégicas ou investimentos, e a incapacidade de produzir os resultados esperados de uma aquisição ou investimento, ou de integrar plenamente uma empresa adquirida, pode ter um impacto adverso em seus negócios.

A Companhia pode eventualmente adquirir ou investir em empresas ou negócios. Por exemplo, na data de conclusão da oferta pública de ações da Companhia ("Oferta"), a Companhia se tornará proprietária de 37 imóveis pertencentes, indiretamente, aos seus acionistas, o FIP Momentum e o Walmart US, por meio de uma operação de incorporação, pela Companhia, das ações de emissão das sociedades que são atualmente proprietárias de tais imóveis. Para mais informações sobre a referida operação, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

O sucesso das aquisições ou investimentos se baseia na capacidade da Companhia de estabelecer premissas precisas relativas a avaliação, operações, potencial de crescimento, integração e outros fatores relacionados aos respectivos negócios. A Companhia não pode garantir que as suas aquisições ou investimentos produzirão os resultados que espera. Além disso, as aquisições podem resultar em dificuldades na integração das empresas adquiridas, bem como no desvio do capital e da atenção da administração da Companhia de outras questões e oportunidades de negócios. Essas aquisições estratégicas e investimentos podem ainda resultar em contingências adicionais, inclusive não identificadas pela Companhia em suas diligências anteriormente às aquisições. Ainda, a Companhia pode não conseguir integrar com sucesso as operações que adquirir, incluindo os seus colaboradores, sistemas financeiros, distribuição ou procedimentos operacionais. Se não integrar com êxito as aquisições, o negócio da Companhia poderá sofrer consequências. Além disso, a integração de qualquer uma das empresas adquiridas e seus resultados financeiros pode afetar os resultados operacionais da Companhia de maneira adversa.

A Companhia pode não conseguir renovar, em condições satisfatórias, as suas operações de hedge, o que pode aumentar o custo do serviço da sua dívida e do câmbio sobre importações e, consequentemente, afetar negativamente o seu desempenho financeiro.

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes, direta ou indiretamente, das taxas de câmbio. Esses riscos resultam principalmente de compras de produtos importados, os quais totalizaram R$177 milhões e R$130 milhões em 30 de setembro de 2020 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, respectivamente.

Os derivativos contratados pela Companhia podem não oferecer proteção adequada, o que poderá afetar negativamente os resultados da Companhia. As operações de *hedge* também poderão expor a Companhia a riscos de perdas financeiras em situações em que a outra parte do contrato de *hedge* não cumpra suas obrigações contratuais.

A Companhia também não pode garantir que continuará contratando operações de *hedge*. Além disso, a liquidez no mercado de derivativos pode ficar escassa, o que dificultaria a contratação de *hedge* da dívida ou do fluxo de importações da Companhia em condições satisfatórias e, consequentemente, poderia afetar negativamente o desempenho financeiro global da Companhia no caso de uma desvalorização do Real ou de movimentos relevantes das taxas de juros.

A Companhia pode não conseguir alinhar seus canais de venda dentro de suas expectativas.

Além das operações da Companhia serem realizadas por meio de lojas físicas de atacado e varejo, a Companhia também utiliza canais digitais de e-commerce, que permite a realização de compras nas suas lojas online. A Companhia tem uma experiência limitada em tal formato de negócios e é menos conhecida pelos consumidores do que outras grandes redes. Caso a Companhia não consiga alinhar as operações das lojas físicas e dos canais digitais de e-commerce sob os aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing e de atendimento às expectativas dos seus clientes, o aproveitamento das vantagens que a estrutura integrada dos multicanais pode oferecer será prejudicado, podendo impactar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Decisões desfavoráveis ou desdobramentos de investigações em processos administrativos, judiciais ou arbitrais podem ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia e suas controladas.

Atualmente, a Companhia e suas controladas são partes em uma série de processos administrativos e judiciais relacionados a questões cíveis, consumeristas, ambientais, trabalhistas, administrativas, tributárias, entre outras. Alguns dos processos administrativos e judiciais, principalmente de natureza tributária e imobiliária, dos quais a Companhia e suas controladas são partes, envolvem matérias e valores relevantes, que, caso decididos de maneira contrária aos interesses da Companhia e de e suas controladas, poderão afetar negativa e materialmente os negócios e situação financeira da Companhia e suas controladas. Além disso, as controladas da Companhia são partes em autuações fiscais com prognóstico de perda classificado como "possível" e, caso decididos de maneira contrária aos interesses da Companhia e de suas controladas, poderão afetar adversamente a situação financeira da Companhia e de suas controladas. Para mais informações, vide item 4.3 deste Formulário de Referência.

A Companhia e suas controladas não podem garantir que esses processos judiciais serão decididos em seu favor. A Companhia constitui provisões apenas em relação aos processos em que a probabilidade de perda tenha sido classificada pelos seus advogados externos e departamento jurídico como provável. A Companhia não pode garantir que as provisões constituídas, quando existentes, serão corretas e suficientes para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos administrativos ou judiciais. Caso ações que envolvam um valor substancial e em relação às quais a Companhia não tem nenhuma provisão ou tem provisão significativamente inferior ao montante da perda efetiva, sejam decididas, em definitivo, de forma desfavorável, a Companhia pode sofrer um efeito adverso relevante sobre seus negócios. Para mais informações, vide itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Além das provisões contábeis e de honorários advocatícios relacionados a processos, a Companhia pode ser compelida a realizar depósitos judiciais, oferecer garantias em tais processos, ou executar obrigações de fazer ou de não fazer, o que também poderá afetar adversamente sua liquidez e condição financeira.

Ainda, em razão dos débitos tributários que possuem perante a Receita Federal do Brasil, as subsidiárias WMS Supermercados do Brasil Ltda., Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda. e Bompreço Bahia Supermercados Ltda. são partes em processos de arrolamento de bens instaurados pela Receita Federal do Brasil para acompanhamento do seu patrimônio. As autoridades fiscais podem, caso entendam haver descumprimento das regras previstas para o processo de arrolamento de bens (como por exemplo, venda de ativos sem a devida comunicação da Receita Federal do Brasil), pedir judicialmente a indisponibilidade dos bens arrolados do ativo permanente das sociedades via Medida Cautelar Fiscal, o que poderá afetar adversamente sua liquidez e condição financeira.

Da mesma forma, administradores e/ou os acionistas da Companhia podem vir a ser partes ou serem mencionados e/ou chamados a depor em processos administrativos e judiciais, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente caso sejam indiciados e/ou condenados e se forem processos de natureza criminal, eventualmente, impossibilitando o exercício de suas funções na Companhia e/ou afetando a reputação e/ou situação financeira da Companhia direta ou indiretamente. Para mais informações, vide itens 4.3 e seguintes deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho da Companhia pode afetar as suas operações.

Os empregados da Companhia são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por convenções coletivas, acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das instalações da Companhia, ou movimentos trabalhistas que perturbem qualquer um dos fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados da Companhia, inclusive aqueles relacionados às condições de trabalho decorrentes da pandemia da COVID-19, podem ter um efeito adverso relevante sobre suas operações e seus negócios.

Alterações na disponibilidade e nos custos de energia e de outros serviços públicos podem afetar substancialmente e adversamente a Companhia.

As operações da Companhia consomem quantidades consideráveis de energia e outros serviços públicos. Os preços de energia elétrica e serviços públicos têm variado significativamente no passado recente do Brasil, inclusive como resultado de condições climáticas, o que poderá ocorrer novamente no futuro. Como exemplo, os preços elevados de energia elétrica durante um período prolongado de seca, bem como mudanças regulatórias e tributárias no setor elétrico em determinadas áreas geográficas, podem resultar em um efeito negativo na receita operacional e potencialmente afetar negativamente a rentabilidade da Companhia. Não há nenhuma garantia de que a Companhia conseguirá repassar o aumento dos custos de energia elétrica e serviços públicos para os seus consumidores.

No caso de a Companhia vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, poderá haver uma diluição da participação de seus acionistas.

A Companhia pode ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos por meio de distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações poderá ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos seus acionistas, incluindo os investidores nas suas ações, o que pode resultar na diluição da participação dos referidos acionistas no capital social da Companhia, ocasionando a imediata diluição no valor patrimonial de seu investimento. Adicionalmente, ainda que a Companhia emita ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis em ações de emissão da Companhia sujeitos ao direito de preferência, os investidores que optarem por não participar de qualquer oferta prioritária poderão sofrer uma diluição de sua participação no capital social da Companhia.

Os acionistas da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o seu estatuto social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas, no mínimo, (i) 1% (um por cento) do lucro líquido apurado no exercício de 2020 (a ser distribuído aos acionistas conforme for deliberado na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2021), e (b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado nos exercícios de 2021 em diante a ser distribuído aos acionistas conforme for deliberado nas Assembleias Gerais Ordinárias a se realizarem de 2022 em diante; valores calculados nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, como a Companhia, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o conselho de administração informe à assembleia geral ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da Companhia. Se isso acontecer, os titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio. Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio prevista poderão ser revistas e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos seus acionistas a título de participação nos resultados da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Se a Companhia não conseguir manter a sua cultura e a sua marca no processo de expansão, as operações da Companhia poderão ser adversamente afetadas.

Na medida em que a Companhia expande os negócios para diferentes localidades, pode ser incapaz de identificar, contratar e manter trabalhando conosco um número suficiente de colaboradores alinhados à nossa cultura corporativa. Tal falha poderia resultar em uma piora no atendimento ao cliente e/ou no desempenho dos colaboradores, e consequentemente em um enfraquecimento da marca da Companhia. O insucesso da Companhia em manter sua cultura e suas marcas pode afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

A adoção de novas práticas contábeis ou a mudança na interpretação de políticas contábeis críticas pela Companhia poderá impactar substancialmente o resultado da Companhia.

A adoção de novas normas e interpretações contábeis ou uma mudança na interpretação de políticas contábeis críticas pela Companhia pode impactar substancialmente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, inclusive o valor de provisões constituídas, uma vez que podem vir a alterar entendimentos em vigência nos exercícios fiscais anteriores. Exemplo disso é a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019, pela Companhia, a qual optou por utilizar a abordagem retrospectiva modificada, sem reapresentar as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, referentes ao período de 5 meses findos em 31 de dezembro de 2018 (apresentadas de acordo com CPC 06 (R1)/IAS 17 e ICPC 03 (IFRIC 04)), e sem reavaliar se contratos contém ou não um componente de arrendamento em sua data inicial. Para mais informações sobre os impactos da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16, vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

Desta maneira, os resultados da Companhia, assim como o seu balanço patrimonial podem vir a serem modificados de maneira substancial, e não seriam mais comparáveis diretamente com os demonstrativos anteriores.

Desastres e eventos imprevisíveis podem atrapalhar as operações da Companhia.

Eventos imprevisíveis, que vão além do controle da Companhia, incluindo guerras, pandemias, tal como, a pandemia da COVID-19, atividades de terrorismo e desastres naturais como inundações, incêndios e condições de seca severa afetam os preços dos produtos que a Companhia vende e, entre outros, podem prejudicar as operações da Companhia e de seus fornecedores e prestadores de serviços, além de ter um efeito negativo sobre o consumo ou resultar em instabilidade política ou econômica. Esses eventos podem causar o fechamento temporário ou definitivo de algumas das lojas e/ou centros de distribuição da Companhia, atrasar ou afetar a capacidade da Companhia de distribuir produtos para as lojas e consumidores finais, reduzir a demanda dos produtos que a Companhia vende, aumentar o preço e diminuir as vendas, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Acidentes nas lojas, centros de distribuição ou quaisquer das unidades da Companhia podem causar um efeito adverso relevante sobre seus negócios, resultados operacionais e imagem.

Acidentes e outros eventos imprevisíveis e fora do controle da Companhia, causados por erro humano, mecânico, tecnológico ou por quaisquer outros fatores, podem ocorrer a qualquer tempo nas lojas, centros de distribuição ou outras unidades da Companhia. Caso qualquer acidente ou outro evento imprevisível e fora do controle da Companhia ocorra, poderá resultar em perdas de estoque, danos a nossos ativos ou até mesmo vitimar clientes, funcionários ou quaisquer terceiros. Os negócios, resultados operacionais e imagem da Companhia podem sofrer efeito negativo em decorrência de tais acidentes ou eventos imprevisíveis e fora de seu controle, ou ainda em decorrência da forma como a Companhia responda a tais acidentes e/ou eventos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O fato de as lojas da Companhia serem espaços de uso público pode gerar consequências que fogem do controle da administração das respectivas lojas, o que pode causar danos materiais e à sua imagem, além de causar eventual responsabilidade civil.

As lojas da Companhia, por estarem inseridas em espaços de uso público, estão sujeitas a uma série de acidentes em suas dependências, que podem fugir do controle da administração das respectivas lojas, como por exemplo, ocorrência de furto ou roubo de clientes ou funcionários, escorregões, queda de produtos das prateleiras, tropeções com produtos fora do lugar, acusações preconceituosas de empregados ou terceirizados da Companhia e, consequentemente, podem causar danos aos seus consumidores, frequentadores e colaboradores. No caso da ocorrência de tais acidentes, a loja envolvida no caso pode enfrentar sérios danos materiais e de imagem. Além disso, a ocorrência de acidentes pode sujeitar à Companhia à responsabilização civil e ou à obrigação do ressarcimento de eventuais vítimas, inclusive por meio do pagamento de indenizações, o que poderia causar um efeito material adverso para a Companhia.

A Companhia pode enfrentar potenciais conflitos de interesses envolvendo transações com partes relacionadas.

A Companhia possui receitas, custos ou despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, conforme indicado no item 16.2 deste Formulário de Referência. A Companhia não pode garantir que suas Políticas de Partes Relacionadas (descritas no item 16.1 deste Formulário de Referência) sejam eficazes para evitar situações de potencial conflito de interesse entre as Partes, e que seus acionistas controladores ou os administradores por eles eleitos prestaram ou prestarão estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, a observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado, em cada transação em que, de um lado, a parte contratante seja a Companhia ou sociedade por ela controlada, e, de outro lado, a parte contratada seja uma sociedade que não seja controlada pela Companhia e tenha como acionistas os acionistas controladores da Companhia ou administradores da Companhia. Considerando que a Companhia depende materialmente de alguns contratos com partes relacionadas, especialmente no uso de algumas marcas, ao sistema de TI e também a alguns fornecedores mundiais do Walmart US, esse risco é ainda maior. Para mais informações a esse respeito, vide Fatores de Risco "*O negócio da Companhia depende de marcas altamente reconhecidas. A Companhia pode não conseguir manter e melhorar o reconhecimento de suas marcas ou pode receber avaliações desfavoráveis de consumidores, bem como pode ser alvo de publicidade negativa, o que poderia afetar adversamente suas marcas*" e "*Problemas nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia, incluindo no âmbito da importação da estrutura de TI do Walmart US para o Brasil, ou a incapacidade de acompanhar a velocidade do desenvolvimento da tecnologia, ou, ainda, poderão impactar adversamente suas operações*".

Caso as situações de conflito de interesses com partes relacionadas se configurem, elas poderão causar um impacto adverso nos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valores mobiliários da Companhia. Adicionalmente, caso a Companhia celebre transações com partes relacionadas em caráter não comutativo, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, os acionistas da Companhia poderão ter seus interesses prejudicados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(b) Riscos Relacionados ao Controlador, direto ou indireto, ou Grupo de Controle

Os interesses do acionista controlador da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos seus demais acionistas.

O acionista controlador da Companhia tem o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e de tomar decisões em todos os pontos-chave que requerem aprovação dos acionistas, tais como reorganizações societárias, distribuição de dividendos e vendas de ativos. Os interesses do atual acionista controlador da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas controladores têm o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a administração, determinar suas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o controle da Companhia e determinar o resultado de qualquer deliberação de seus acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros.

O acionista controlador da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e causar um efeito relevante adverso nas atividades da Companhia. Adicionalmente, qualquer mudança no controle pode afetar materialmente a administração, os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

Imediatamente após a conclusão da abertura de capital da Companhia, esta continuará sendo controlada por seu bloco de controle, cujos interesses poderão divergir dos seus demais acionistas.

Imediatamente após a conclusão da abertura de capital da Companhia, esta continuará sendo controlada por seu atual bloco de controle, que continuará a deter a maioria do seu capital social, por meio de um acordo de acionistas. O bloco de controle da Companhia poderá exercer os seus direitos de voto para eleger ou destituir a maioria dos membros do seu Conselho de Administração, controlar a sua administração e políticas, determinar o resultado de quase todas as matérias que exigem a aprovação dos acionistas, incluindo, entre outras, transações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições, venda de ativos, parcerias e o pagamento e prazo de dividendos futuros, o que poderá conflitar com os interesses dos demais acionistas. O bloco de controle da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias de seus resultados operacionais, o que pode afetar adversamente a cotação das ações da Companhia.

A Companhia utiliza marcas que pertencem indiretamente a um de seus acionistas, o Brazil Holdings S.C.S, veículo de investimento do Walmart US na Companhia. O Walmart US poderá rescindir o Contrato de Licença de Uso em caso de transferência de qualquer participação acionária da Companhia a concorrentes.

Um dos acionistas da Companhia, o Brazil Holdings S.C.S, veículo de investimento do Walmart US na Companhia, é titular indireto das Marcas Sam's Club, que estão entre as marcas mais importantes utilizadas pela Companhia, que foram licenciadas em favor da Companhia por meio do Contrato de Licença de Uso. De acordo com os termos do Contrato de Licença de Uso, caso haja uma transferência de qualquer participação acionária da Companhia a concorrentes, direta ou indiretamente, o Contrato de Licença de Uso poderá ser rescindido e, portanto, a Companhia será impedida de utilizar as Marcas Sam's Club em suas operações, o que poderá ter um efeito adverso sobre a Companhia. Para maiores informações acerca do Contrato de Licença de Uso, vide Fator de Risco "*A Companhia pode perder o direito de utilizar as Marcas Sam's Club e operar o "Sam's Club Brazil Business*".

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(c) Riscos Relacionados a Seus Acionistas

A Companhia pode incorrer em custos adicionais e enfrentar maiores desafios após a Oferta.

O atual acionista controlador da Companhia está desinvestindo uma participação significativa na Companhia por meio da Oferta. Após a realização da Oferta, a Companhia pode não mais tirar proveito do apoio e influência do seu atual acionista controlador, por exemplo, no que diz respeito ao gerenciamento para obtenção de vantagens estratégicas, inclusive redução de custo de capital, supervisão executiva e apoio em algumas decisões de negócios, governança corporativa, conformidade e gerenciamento de riscos, recursos humanos e suporte para certos sistemas de informação relacionados a relatórios financeiros, o que poderia dificultar certos processos de tomada de decisão, aumentar o seu custo de capital e resultar em mudanças repentinas ou inesperadas na gestão, política corporativa e direção estratégica, afetando adversamente a Companhia.

Além disso, a Companhia depende dos contratos com o Walmart US para uso de marcas-chave, sistemas de TI e também para acesso a fornecedores internacionais do Walmart US. Determinados produtos, vendidos com exclusividade nas lojas da Companhia, são previamente selecionados pelo Walmart US e adquiridos em escala. Caso a Companhia deixe de se beneficiar deste mecanismo, poderá ser adversamente afetada. Para maiores informações a esse respeito, vide Fatores de Risco "*O negócio da Companhia depende de marcas altamente reconhecidas. A Companhia pode não conseguir manter e melhorar o reconhecimento de suas marcas ou pode receber avaliações desfavoráveis de consumidores, bem como pode ser alvo de publicidade negativa, o que poderia afetar adversamente suas marcas*" e "*Problemas nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia, incluindo no âmbito da importação da estrutura de TI do Walmart US para o Brasil, ou a incapacidade de acompanhar a velocidade do desenvolvimento da tecnologia, ou, ainda, poderão impactar adversamente suas operações*".

Após a realização da Oferta, a Companhia pode não mais tirar proveito do apoio e influência dos seus atuais acionistas nestas áreas, o que poderia dificultar certos processos de tomada de decisão, aumentar o seu custo de capital e resultar em mudanças repentinas ou inesperadas na sua gestão, política corporativa e direção estratégica, cada um das quais poderia afetar adversamente a Companhia.

(d) Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas

Resultados negativos de sociedades controladas podem afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia é uma *holding* que detém participação em diversas sociedades operacionais. Dessa forma, a totalidade da receita da Companhia provém da distribuição de dividendos de suas controladas. Diante disso, a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos seus acionistas está diretamente relacionada ao fluxo de caixa e lucros de suas controladas, as quais estão sujeitas, dentre outros, aos mesmos riscos operacionais, societários e regulamentares a que a Companha está sujeita, conforme descritos neste item 4.1. Não há garantia de que o fluxo de caixa e os lucros das controladas da Companhia serão positivos ou que serão suficientes para o cumprimento das obrigações financeiras da Companhia e para a deliberação de dividendos aos seus acionistas, o que pode afetar seu resultado e o valor das ações emitidas pela Companhia.

Além disso, durante a campanha presidencial brasileira, o atual governo propôs a revogação da isenção do imposto de renda sobre o pagamento de dividendos, a qual, se promulgada, poderia vir a aumentar as despesas tributárias associadas a qualquer dividendo ou distribuição. Tais discussões foram recentemente retomadas diante da pandemia do COVID-19. Caso essas medidas sejam, de fato, tomadas a capacidade da Companhia de pagar e receber, de suas subsidiárias, futuros dividendos ou distribuições de juros sobre capital próprio, pode ser adversamente impactada.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As sociedades operacionais da Companhia são ou poderão ser parte em processos judiciais nos quais a Companhia poderá vir a ser solidária ou subsidiariamente responsável.

A Companhia pertence a um grupo econômico em que existem outras sociedades operacionais. No curso de suas atividades, essas sociedades são e podem vir a ser no futuro partes em processos administrativos, judiciais e arbitrais nos quais, caso condenadas, o resultado do processo poderá afetar a Companhia de forma solidária ou subsidiária. Isso inclui processos de diversas naturezas tais como, exemplificadamente, questões previdenciárias, trabalhistas e ambientais. Caso alguma das sociedades do grupo econômico sofra condenação e a Companhia seja chamada a responder subsidiária ou solidariamente por tal condenação, os resultados operacionais e financeiros da Companhia poderão ser adversamente afetados.

Eventual processo de liquidação das sociedades operacionais da Companhia pode ser conduzido em bases consolidadas.

O Judiciário brasileiro ou eventuais credores podem determinar a condução de eventual processo de liquidação de empresas de grupo econômico da Companhia como se fossem uma única sociedade (Teoria da Consolidação Substancial). Caso isso aconteça, os acionistas da Companhia poderão ser negativamente impactados pela perda de valor da Companhia em caso de destinação de seu patrimônio para pagamento dos credores de outras empresas do grupo econômico da Companhia.

(e) Riscos Relacionados a Seus Fornecedores

Algumas categorias de produtos que a Companhia vende são adquiridas, em grande parte, de poucos fornecedores e caso ocorram alterações nessa cadeia de fornecimento, suas atividades e negócios podem ser afetados adversamente.

Algumas categorias de produtos que a Companhia comercializa são substancialmente adquiridos de poucos fornecedores. Caso algum fornecedor não seja capaz de fornecer os produtos na quantidade e na frequência usualmente adquirida pela Companhia e a Companhia não seja capaz de substituir o fornecedor no prazo aceitável, ou efetivamente substituí-lo, a Companhia pode não ser capaz de manter o seu nível usual de vendas na categoria afetada, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre seus negócios, operações, atividades e seu resultado.

Ademais, a Companhia depende de contrato com o Walmart US para acesso a fornecedores internacionais do Walmart US. Determinados produtos, vendidos com exclusividade nas lojas da Companhia, são previamente selecionados pelo Walmart US e adquiridos em escala. Caso o referido contrato seja rescindido ou não seja renovado, a Companhia poderá deixar de ter acesso aos fornecedores internacionais do Walmart US e os produtos por eles fornecidos, o que poderá impactar adversamente os resultados da Companhia. Para mais informações sobre o referido contrato, vide item 16.4 deste Formulário de Referência.

Além disso, a Companhia está exposta ao risco de aumento de custos com relação aos fornecedores, como no caso de os fornecedores alterarem a sua atual política de comercialização e de interrupções na cadeia de fornecimento, em razão de medidas governamentais restritivas impostas em decorrência da pandemia da COVID-19, entre outras hipóteses. Caso ocorram quaisquer das alterações mencionadas nessa cadeia de fornecimento, as atividades e negócios da Companhia podem ser afetados adversamente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O negócio da Companhia depende de uma cadeia de suprimentos e, consequentemente, enfrenta riscos relacionados à logística.

Os produtos destinados às lojas da Companhia são entregues diretamente pelos seus fornecedores às lojas e aos centros de distribuição da Companhia localizados em 18 estados brasileiros e no Distrito Federal. Se a operação em um desses centros de distribuição for afetada negativamente por fatores fora do controle da Companhia, tais como incêndios, desastres naturais, falta de eletricidade, falhas nos sistemas, acidentes, medidas governamentais restritivas impostas em decorrência da pandemia da COVID-19, greves (tais como a greve dos caminhoneiros que ocorreu no Brasil em 2018) entre outros, e caso nenhum outro centro de distribuição consiga atender à demanda da região afetada, a distribuição de produtos às lojas da Companhia atendidas pelo centro de distribuição afetado também será afetada, o que poderá impactar negativamente a Companhia. A estratégia de crescimento da Companhia inclui a abertura de novas lojas, o que pode exigir a abertura de novos centros de distribuição ou a expansão dos centros de distribuição existentes, para abastecer e atender à demanda das lojas adicionais. As operações da Companhia poderão ser afetadas negativamente se não conseguir abrir novos centros de distribuição ou expandir os centros de distribuição existentes para atender às necessidades de abastecimento das novas lojas da Companhia.

Além disso, quaisquer alterações, problemas ou interrupções significativas na infraestrutura de logística que a Companhia ou os seus fornecedores usem para entregar produtos em suas lojas ou centros de distribuição podem impedir a entrega oportuna ou bem-sucedida dos produtos que a Companhia vende em suas lojas e afetar negativamente suas operações. Por exemplo, a rede de distribuição da Companhia é sensível à flutuação dos preços do petróleo, e qualquer aumento no preço, interrupção do fornecimento ou falta de combustível poderá resultar no aumento dos custos de frete e afetar negativamente seus negócios e seus resultados operacionais. Além disso, caso normas rigorosas para combater o trânsito de rua sejam promulgadas e imponham mais restrições na entrega de produtos para as lojas da Companhia, em determinadas horas do dia, em determinados municípios em que a Companhia atua, a sua capacidade de distribuir produtos em tempo hábil para as suas lojas poderá ser afetada. Um aumento geral no trânsito de rua também pode afetar a capacidade da Companhia de distribuir produtos em suas lojas em tempo hábil. Ademais, o negócio de e-commerce da Companhia está sujeito a riscos semelhantes e, conforme expandimos a plataforma de e-commerce da Companhia, esses riscos podem afetar a capacidade da Companhia de entregar produtos aos seus consumidores finais em tempo hábil. A partir do lançamento de estratégia de venda de produtos alimentícios da Companhia, por meio da plataforma de e-commerce, a Companhia pode enfrentar riscos adicionais que poderão afetar negativamente a implementação dessa estratégia, incluindo os riscos intrínsecos à entrega de produtos congelados e perecíveis, além de outros riscos inesperados. Qualquer impossibilidade de entregar os produtos que a Companhia vende prontamente, de maneira segura e com sucesso aos seus consumidores por meio da nossa plataforma de e-commerce pode resultar na perda de negócios e afetar negativamente a sua reputação, o que pode causar um impacto adverso nas vendas da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de identificar, manter e desenvolver boas relações comerciais com seus atuais e futuros fornecedores para introduzir novos produtos que atendam as demandas de qualidade e inovação da Companhia e do mercado podendo ter um efeito adverso em seus negócios.

A Companhia adquire produtos de fornecedores localizados em diversas regiões do Brasil, portanto depende de sua habilidade de identificar, manter e desenvolver boas relações comerciais com fornecedores para continuar fornecendo os produtos atuais e também para introduzir novos produtos que atendem às demandas de qualidade e inovação, da Companhia e do mercado, com rapidez e responsabilidade no fornecimento. Essas relações comerciais são também importantes para garantir que a Companhia tenha acesso ao produto com desconto ou outra forma de compensação para garantir um preço competitivo ao consumidor. A perda dessas relações comerciais ou o impedimento de formar novas relações pode ter um impacto adverso no posicionamento da Companhia no mercado, nos custos operacionais e, consequentemente, nos seus resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia depende de prestadores de serviço de logística para abastecimento de suas lojas e entrega de produtos a consumidores finais adquiridos por meio da plataforma e-commerce. Interrupções no fornecimento e outros fatores que afetem a distribuição dos produtos podem causar um impacto adverso nos negócios da Companhia.

A Companhia depende de prestadores de serviços de logística, contratados para garantir o transporte e a entrega dos produtos em suas lojas e a consumidores finais nas vendas pela internet. Qualquer desgaste no relacionamento entre a Companhia e estes terceiros ou, ainda, qualquer interrupção decorrente de falha no fornecimento, desastres naturais, acidentes, greves, medidas impostas para tentar combater a pandemia da COVID-19 ou outros fatores fora do controle da Companhia podem impedi-la de atender a demanda de seus clientes causando um impacto adverso nos seus negócios, em sua imagem e reputação, na sua situação financeira e, consequentemente, nos seus resultados operacionais.

Ademais, não há garantia de que a Companhia não terá problemas na coordenação de sua estratégia de logística juntamente com a realização do seu plano de crescimento. Na medida em que pretende expandir seus negócios no Brasil, inclusive vendas pela internet, a Companhia precisa garantir eficiência na gestão dos distribuidores e prestadores de serviço de logística para manter o abastecimento das novas lojas e a entrega de produtos a consumidores finais. Portanto, qualquer falha em estabelecer conexão entre as suas lojas, consumidores e seus centros de distribuição pode ter um impacto adverso nos planos de crescimento, nos custos operacionais e, consequentemente, nos resultados operacionais da Companhia.

A divulgação não autorizada de dados ou o comprometimento da integridade da tecnologia da informação, causados por falhas ou ataques cibernéticos, bem como a não conformidade com leis e regulamentos relacionados a privacidade e a segurança de dados, podem sujeitar a Companhia a relevantes penalidades e impactar negativamente suas operações, reputação e resultados financeiros.

A Companhia obtém, armazena, processa e utiliza informações confidenciais, tais como dados de usuários e clientes, inclusive informações de natureza financeira como números de cartão de crédito, no âmbito das suas operações comerciais. É preciso garantir que qualquer tratamento de dados pessoais, tais como, processamento, utilização, armazenagem, disseminação, transferência ou eliminação sob responsabilidade da Companhia seja realizada de acordo com as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis. A proteção dos dados de clientes, funcionários e fornecedores é fundamental para a Companhia. A Companhia depende de alguns terceiros para o tratamento e proteção dos dados dos usuários, tais como fornecedores de sistemas, *softwares*, ferramentas e monitoramentos. Caso esses terceiros descumpram com as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis, a Companhia poderá vir a responder solidariamente por eventuais danos causados ao titular dos dados pessoais em razão de tal violação.

O governo brasileiro promulgou, em 14 de agosto de 2018, a Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – "LGPD") com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, de forma a trazer mais transparência e autonomia para os proprietários de dados pessoais. O texto da lei dispõe sobre limites e condições para tratamento de dados pessoais, tanto por meio físico ou eletrônicos, por pessoa jurídica de direito público ou privado, e, portanto, impactará a Companhia. Entende-se por tratamento de dados pessoais, assim classificado pela lei como toda operação que envolva coleta, utilização, acesso, reprodução, processamento, armazenamento e transferência de dados que identifiquem ou torne identificável determinada pessoa. Falhas de segurança cibernética da informação devido a ações externas, intencionais ou não, como *malwares*, *hackers*, ciberterrorismo, ou internas, tais como negligência ou má conduta dos funcionários e prestadores de serviços da Companhia podem gerar impacto negativo na reputação da Companhia, prejuízo imaterial que a marca pode sofrer em decorrência de má publicidade e impactos no relacionamento com entes externos (governo, órgãos reguladores, consumidores, fornecedores, entre outros), prejuízos financeiros decorrentes de multas por órgãos fiscalizadores e ações judiciais que os donos dos dados pessoais que se sentirem lesados moverem contra a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em razão da promulgação da Medida Provisória nº 959, de 29 de abril de 2020 ("MP 959"), a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, exceto pelos artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que tratam das sanções administrativas, e somente entrarão em vigor a partir de 1º de agosto de 2021, na forma de Lei nº 14.010/2020.

Em 26 de agosto de 2020, o poder executivo federal editou o Decreto nº 14.474/2020, aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"). O Decreto entrará em vigor na data de publicação da nomeação do diretor-presidente da ANPD no Diário Oficial da União.

A Companhia poderá incorrer em penalidades em função do vazamento de informações ou o seu uso indevido, em virtude da LGPD. Se a Companhia não for capaz de adequar seus processos e implantar as medidas requeridas para o pleno atendimento da LGPD, a Companhia poderá sofrer as sanções administrativas aplicáveis pela ANPD previstas em lei, quais sejam (i) advertência com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração, (iii) multa diária, observado o limite total a que se refere ao item imediatamente anterior, (iv) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência, (v) bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização, (vi) eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração. Em caso de reincidência, sanções mais severas à Companhia, como suspensão do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador; suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; e proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Não há garantia de que os fornecedores e prestadores de serviço da Companhia não venham a se utilizar de práticas irregulares.

A Companhia não tem controle sobre as operações de fornecedores e prestadores de serviço e eventuais irregularidades que estes possam apresentar. Assim, a Companhia não pode garantir que alguns de seus fornecedores ou prestadores de serviço não venham apresentar problemas com questões trabalhistas ou relacionados à legislação ambiental e à sustentabilidade, quarteirização da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias ou mesmo que venham a se utilizar dessas irregularidades para terem um custo mais baixo de seus produtos e, caso seus fornecedores o façam, a Companhia poderá ter prejuízos financeiros em sua imagem e em consequência, queda no valor de suas ações.

Além disso, se os prestadores de serviços terceirizados que prestam serviços para a Companhia não cumprirem com as suas obrigações trabalhistas e leis relacionadas à previdência social, a Companhia poderá ser considerada responsável subsidiária e/ou solidária, por qualquer descumprimento, resultando em multas, pagamentos destas verbas e outras sanções que podem afetar a Companhia substancialmente e negativamente. A Companhia também pode ser responsabilizada por lesões corporais ou morte de colaboradores de terceiros que estejam prestando serviços para a Companhia dentro das suas instalações ou durante a construção de lojas da Companhia, o que pode afetar adversamente sua imagem e seus negócios.

Ademais, se os fornecedores da Companhia deixarem de usar práticas comerciais éticas e cumprirem as leis e regulamentos aplicáveis, como quaisquer leis contra o trabalho infantil ou análogo ao escravo, e de proteção ambiental, a Companhia poderá ser prejudicada devido à publicidade negativa ou a imposição de responsabilidades solidárias ou subsidiárias.

Por fim, nos termos do Código de Defesa do Consumidor ("CDC"), a Companhia pode ser solidariamente responsabilizada em caso de vício e/ou defeito nos produtos e/ou serviços disponibilizados ao consumidor. Para mais informações sobre os riscos envolvendo direito do consumidor, vide Fator de Risco "*A Companhia pode ser considerada responsável por danos causados por produtos comercializados a consumidores ou a terceiros, o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia*".

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As atividades da Companhia dependem do bom relacionamento e da reputação de seus fornecedores.

O sucesso das atividades da Companhia depende, em parte, do relacionamento comercial da Companhia com seus fornecedores. Caso a Companhia tenha desentendimentos comerciais com seus fornecedores ou caso esses fornecedores rescindam ou não renovem seus contratos, especialmente no caso de marcas exclusivamente distribuídas pela Companhia no Brasil, incluindo em relação aos fornecedores internacionais do Walmart US, por conta de inadimplementos, falta de alcance aos padrões de satisfação, alterações em estruturas internas de gerência e controle societário da Companhia que não contem com suas aprovações, ou por qualquer outro motivo, a Companhia pode ser prejudicada. Para outras informações em relação aos fornecedores internacionais do Walmart US, vide Fator de Risco "*A Companhia pode incorrer em custos adicionais e enfrentar maiores desafios após a Oferta do que incorria sob a gestão dos seus atuais acionistas*" e "*Algumas categorias de produtos que a Companhia vende são adquiridas, em grande parte, de poucos fornecedores e caso ocorram alterações nessa cadeia de fornecimento, suas atividades e negócios podem ser afetados adversamente*".

(f) Riscos Relacionados a Seus Clientes

O negócio da Companhia está sujeito a flutuação substancial devido aos padrões sazonais de compra dos seus consumidores.

A Companhia vivencia flutuações sazonais em suas vendas líquidas e resultados operacionais que podem variar de trimestre para trimestre. Historicamente, a Companhia gera mais vendas líquidas no quarto trimestre de cada ano, que inclui as semanas que antecedem e imediatamente após a *Black Friday* e a temporada de vendas de Natal. Consequentemente, uma redução na confiança dos consumidores nas semanas que antecedem e imediatamente após a *Black Friday* e a temporada de vendas de Natal teria um impacto significativo no negócio da Companhia. Além disso, no quarto trimestre a Companhia geralmente aumenta as despesas com colaboradores e publicidade, devido à previsão de volumes de vendas maiores. A sazonalidade também influencia os padrões de compra da Companhia, já que a Companhia compra a mercadoria para atividades sazonais antes de uma estação, o que impacta diretamente os fluxos de caixa, níveis de contas a pagar e estoque da Companhia. Ademais, a sazonalidade afeta o nível das dívidas e capital de giro da Companhia, pois geralmente a Companhia incorre em mais dívidas durante a primeira metade do ano para financiar o aumento das necessidades de fluxo de caixa da Companhia, em consequência (i) do vencimento dos pagamentos aos fornecedores da Companhia pelos estoques adquiridos antes das altas estações de vendas, e (ii) de uma diminuição no volume de vendas, que normalmente ocorre após a temporada de vendas do Natal que se prolonga até o primeiro semestre no ano subsequente. Se a Companhia calcular mal a demanda da quantidade de produtos que venderá ou da variedade de produtos durante o quarto trimestre, as vendas líquidas da Companhia podem cair e, consequentemente, prejudicar o seu desempenho financeiro. Se as vendas líquidas do quarto trimestre não forem altas o suficiente para recuperar totalmente as despesas com colaboradores e publicidade da Companhia ou forem menores que as metas usadas para determinar os níveis de estoque, esse déficit pode afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia. Além disso, a sazonalidade pode afetar a logística de entrega de produtos no prazo estabelecido, especialmente pelo e-commerce, o que pode afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

Os resultados operacionais trimestrais da Companhia também poderão variar significativamente em consequência de vários outros fatores, incluindo, entre outros, o momento da apresentação e publicidade de novos produtos e alterações na variedade de produtos da Companhia, bem como as datas em que o feriado de Páscoa geralmente cai (em março ou abril). Como resultado dessas flutuações sazonais e trimestrais, a Companhia acredita que a comparação dos seus resultados operacionais entre diferentes trimestres dentro de um único ano não é necessariamente válida. Quaisquer flutuações sazonais ou trimestrais que a Companhia relatar no futuro podem não corresponder às expectativas dos investidores e analistas de mercado, e isso poderá afetar negativamente o preço das ações de emissão da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode não identificar em tempo hábil ou responder de forma eficaz às tendências ou preferências dos consumidores, o que pode afetar negativamente o seu relacionamento com os consumidores, a demanda dos produtos que vende e a sua participação de mercado.

A Companhia compete com outros varejistas com base no preço, gama ou variedade de produtos, serviços, localização e *layout* das lojas. Os hábitos de consumo estão mudando constantemente e a Companhia pode não conseguir prever e responder rapidamente a essas mudanças. A incapacidade de identificar em tempo hábil ou responder de forma eficaz às mudanças nos gostos, preferências e padrões de consumo dos consumidores pode afetar negativamente o relacionamento da Companhia com os consumidores, a demanda dos produtos que vende e a sua participação de mercado. Além disso, a mudança dos hábitos dos consumidores pode exigir investimentos adicionais para que a Companhia possa abordar, de forma eficaz, as mudanças nas necessidades dos consumidores.

Se a Companhia não conseguir adaptar o seu modelo de negócio, variedade ou *layout* das lojas, identificar locais e abrir lojas em áreas preferenciais, rapidamente ajustar a sua variedade e produtos ou preços em cada uma de suas bandeiras, implantar adequadamente a sua plataforma de e-commerce ou, de outra forma, não conseguir se ajustar às mudanças nas preferências dos consumidores, os negócios e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados substancialmente e negativamente.

A divulgação não autorizada de informações sensíveis ou confidenciais de consumidores da Companhia, ou a sua incapacidade ou a percepção dos seus consumidores de que a Companhia não consegue cumprir com as leis de privacidade ou administra corretamente os problemas de privacidade, podem prejudicar o negócio e a reputação da Companhia perante os seus consumidores.

A Companhia coleta, armazena, processa e usa determinadas informações pessoais e outros dados de usuários no seu negócio. Um risco significativo relacionado aos seus negócios e comunicações em geral é a transmissão segura de informações confidenciais em redes públicas. A percepção de problemas de privacidade, com fundamento, ou sem fundamento, pode afetar a Companhia adversamente. A Companhia deve garantir que qualquer processamento, coleta, uso, armazenamento, disseminação, transferência e eliminação de dados pelos quais é responsável esteja em conformidade com as leis pertinentes à proteção e privacidade de dados. A proteção dos dados dos consumidores, colaboradores e empresas é fundamental para a Companhia. Atualmente, vários de seus usuários autorizam a Companhia a faturar diretamente nos seus cartões de crédito.

As instalações e sistemas da Companhia, seja da sua plataforma de e-commerce ou das suas lojas físicas, bem como as dos seus prestadores de serviços terceirizados, podem estar vulneráveis a violações de segurança, fraude, atos de vandalismo, vírus de computador, dados perdidos ou extraviados, erros de programação ou humanos, ou outros eventos semelhantes. Qualquer violação de segurança ou qualquer falha percebida que envolva a apropriação indevida, perda ou outra divulgação não autorizada de informações confidenciais, bem como qualquer falha, inclusive percebida no cumprimento de leis, políticas, obrigações legais ou padrões do setor em matéria de privacidade e proteção de dados, seja pela Companhia ou por seus fornecedores na plataforma de mercado on-line da Companhia, pode prejudicar a sua reputação, a expor à responsabilidade e risco de litígio, a submeter à publicidade negativa, perturbar as suas operações e prejudicar o seu negócio. A Companhia não pode garantir que as suas medidas de segurança impedirão violações de segurança ou que a não prevenção das mesmas não terá um efeito adverso relevante sobre si.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As restrições de disponibilidade de crédito aos consumidores no Brasil podem afetar adversamente os volumes de vendas da Companhia.

As vendas parceladas são um componente importante do resultado das operações das empresas de varejo no Brasil. O aumento na taxa de desemprego, acrescido a altas nas taxas de juros, pode resultar em restrições maiores na disponibilidade de crédito aos consumidores no Brasil. Em 2019, a taxa média de desemprego no Brasil foi de 11,9%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou o IBGE, e a taxa de juros SELIC fechou o ano em 4,5%. Os volumes de vendas da Companhia e, consequentemente, os seus resultados operacionais podem ser afetados negativamente, se a disponibilidade de crédito aos consumidores diminuir ou se as políticas implementadas pelo Governo Federal restringirem ainda mais a concessão de crédito aos consumidores.

O Governo Federal, por meio do CMN e do BACEN, periodicamente edita normas com o objetivo de regular a disponibilidade de crédito, a fim de reduzir ou aumentar o consumo e, consequentemente, controlar a taxa de inflação. Essas normas incluem, entre outras ferramentas, (i) modificar os requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre empréstimos, depósitos e outras transações; (ii) regular o prazo máximo dos financiamentos; e (iii) impor limitações sobre o montante que pode ser financiado. Essas normas podem reduzir a capacidade dos consumidores da Companhia de obter crédito nas instituições financeiras e, algumas delas, podem afetar o mercado financeiro e de crédito por longos períodos. A Companhia não pode garantir que, no futuro, o Governo Federal não adotará novas normas que reduzam o acesso dos consumidores ao crédito nas instituições financeiras.

Reduções na disponibilidade de crédito e políticas de crédito mais rigorosas adotadas pela Companhia ou por outras instituições de pagamento ou instituidores de arranjo de pagamento podem afetar negativamente as vendas da Companhia. Condições econômicas desfavoráveis no Brasil, ou condições econômicas desfavoráveis globais que impactem a economia brasileira, podem reduzir significativamente os gastos dos consumidores e a renda disponível, particularmente em classes mais baixas, que têm relativamente menos acesso ao crédito que classes mais altas, condições mais limitadas de refinanciamento de dívidas e estão mais suscetíveis a aumentos da taxa de desemprego. Essas condições podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia.

Os negócios da Companhia podem ser diretamente e indiretamente impactados por condições desfavoráveis na produção agropecuária, incluindo condições climáticas desfavoráveis, desastres naturais ou outros fatores além do controle da Companhia que reduzam consideravelmente a produção agropecuária da região.

Os negócios da Companhia dependem do desempenho da produção agropecuária, tendo em vista que estão localizados em regiões do país com produção majoritária voltada para este setor da economia. Impactos na produção agropecuária causados por fatores como condições climáticas desfavoráveis, desastres naturais e outros fatores além do controle da Companhia que ocorram nas regiões onde estão localizados os seus negócios podem impactar negativamente as condições financeiras de seus clientes e, consequentemente, suas decisões e seu poder de compra resultando na redução do volume de vendas da Companhia. Ademais, a redução da produção agropecuária local e a consequente piora das condições financeiras dos clientes podem impactar negativamente a capacidade destes clientes de pagarem pelos produtos adquiridos e de honrarem os demais compromissos celebrados com a Companhia podendo ter um impacto adverso nos seus resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(g) Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais a Companhia Atue

O mercado da Companhia é altamente competitivo e ações estratégicas dos seus concorrentes podem enfraquecer a sua competitividade e afetar negativamente a sua rentabilidade.

A Companhia, juntamente a outros varejistas e atacadistas e instituições financeiras de crédito ao consumidor, competem por capital, consumidores, colaboradores, produtos, serviços e outros aspectos importantes do seu negócio. Na maioria dos segmentos de negócios em que atua, geralmente a Companhia compete com uma série de grandes redes de atacado de entrega e atacado de autosserviço, varejistas brasileiros e multinacionais, bem como com pequenas empresas nacionais.

Esses concorrentes, alguns dos quais têm uma participação de mercado maior em determinadas regiões geográficas, formatos de loja e/ou categorias de produtos, incluem varejistas tradicionais e *off price*, empresas de vendas por catálogo e e-commerce, empresas de vendas diretas, supermercados e outras formas de comércio de varejo. Alterações de preços e outros termos negociados, condições contratuais ou práticas desses concorrentes podem afetar a Companhia de forma substancial e adversa.

Além disso, o aumento da concorrência pode resultar na redução de margens brutas, num declínio do capital de giro e perda de participação de mercado, o que pode afetar a Companhia de forma substancial e adversa. Adicionalmente, os concorrentes da Companhia podem conseguir captar mais recursos do que nós para investir no desenvolvimento de seus negócios. Os concorrentes da Companhia podem ser adquiridos por, receber investimentos de, ou firmar outros tipos de relacionamentos comerciais com empresas maiores, bem estabelecidas e com uma boa situação financeira. Ademais, a abertura de novas lojas próximas às da Companhia, pelos seus concorrentes atuais ou por novos concorrentes, pode afetar a rentabilidade de cada uma de suas lojas, o que pode reduzir o seu fluxo de caixa e o seu lucro operacional. A Companhia pode ser afetada, também, substancialmente e negativamente na medida em que não conseguir competir com êxito com os seus concorrentes.

As decisões de compra dos consumidores são afetadas por fatores que incluem o reconhecimento da marca, qualidade e desempenho do produto, disponibilidade de crédito, preço e preferências subjetivas dos consumidores. Alguns dos concorrentes da Companhia podem ter investimentos em marketing substancialmente maiores que os da Companhia. Se as estratégias de marketing, propaganda e promoções da Companhia não forem bem-sucedidas e se não conseguir oferecer novos produtos para atender às demandas do mercado, a Companhia poderá ser afetada de forma adversa. Se a Companhia não conseguir introduzir novos produtos em tempo hábil, ou se os seus consumidores finais acreditarem que os produtos dos concorrentes da Companhia são melhores, as vendas, rentabilidade e resultados operacionais poderão ser afetados de forma negativa.

Além disso, os consumidores estão cada vez mais aderindo a compras on-line e através de aplicativos de smartphones. Como resultado, uma parcela maior dos gastos totais do consumidor com varejistas e atacadistas pode ocorrer on-line e por meio de aplicativos de smartphones. Se a Companhia não conseguir manter ou aumentar a sua posição no mercado por meio da integração da sua plataforma de e-commerce e presença física de varejo, as suas vendas líquidas e o desempenho financeiro poderão ser afetadas negativamente. Além disso, uma maior concentração de vendas de varejo e atacado no comércio on-line e móvel pode resultar na redução do movimento nas lojas físicas da Companhia. As condições no mercado de vendas on-line também podem mudar rapidamente e significativamente como resultado de avanços tecnológicos. Novas startups e grandes concorrentes que estão fazendo investimentos significativos em e-commerce podem criar tecnologias e plataformas de e-commerce semelhantes ou superiores a da Companhia, que serão problemáticas tanto para as operações de e-commerce quanto para as operações em lojas físicas da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode não ser capaz de se adaptar rapidamente às transformações digitais exigidas pelos clientes e pelo setor.

A tecnologia empregada no e-commerce e na cultura digital está em constante evolução. A Companhia pode não ser capaz de se adaptar de forma suficientemente rápida para atender às exigências dos clientes e preferências e padrões do setor. A Companhia pode se deparar com alguns obstáculos em busca de uma transformação digital rápida relacionados à cultura corporativa, à complexidade organizacional, a falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos funcionários.

Esses desafios podem ser uma limitação no crescimento do e-commerce da Companhia pela complexidade comercial, organizacional ou tecnológica. Essas mudanças, somadas à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor, poderão tornar o e-commerce e a tecnologia própria da Companhia ultrapassadas e afetar adversamente os seus resultados.

Ainda, no âmbito das compras por meios digitais, nos termos do artigo 49 do Código de Defesa do Consumidor, o consumidor tem o direito de se arrepender de uma compra feita fora do estabelecimento comercial no prazo de até sete dias a contar do momento em que recebe o produto, ainda que este não apresente qualquer defeito, cabendo a Companhia aceitar a devolução do produto, ressarcindo ao consumidor o valor pago. Pode, ainda, haver a necessidade de revenda dos produtos devolvidos com desconto, consequentemente, afetando as margens de lucro da Companhia, o que tende a se tornar mais comum com o crescimento de vendas por meio de plataformas digitais.

A crescente consolidação do setor de varejo no Brasil poderá exercer pressões nas margens e resultado operacional da Companhia.

O setor de varejo no qual a Companhia atua passou por um processo de consolidação nos últimos anos. Como resultado, a Companhia possui concorrentes maiores, mais sofisticados e com um poder de barganha crescente, capaz de operar com um estoque reduzido e resistir a aumento de preços, além de demandar preços menores e aumento de programas de promoção. Se a Companhia não responder eficazmente a estas tendências, o ritmo de crescimento de suas vendas poderá reduzir ou ainda a Companhia pode ser obrigada a ter que diminuir seus preços ou aumentar seus gastos com promoção, os quais poderão afetar os seus resultados.

O mercado de varejo é sensível a quedas no poder de compra dos consumidores e a ciclos econômicos desfavoráveis.

Historicamente o mercado de varejo sofreu períodos de desaceleração econômica, graças à queda dos gastos dos consumidores. O sucesso das operações da Companhia na maioria dos segmentos de negócios em que atua depende de vários fatores relacionados às despesas e à renda dos consumidores, incluindo as condições comerciais gerais, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor em condições econômicas futuras, níveis de emprego e salário.

Desde 2014, o Brasil tem sofrido com a desaceleração econômica. Depois de ter encolhido um total de 6,9% em 2015 e 2016, o produto interno bruto do Brasil, ou o PIB, cresceu a uma taxa de apenas 1,0% em 2017 e fechou 2018 com um crescimento também de apenas 1,1% e 2019 cresceu a uma taxa também de 1,1%. No segundo trimestre de 2020, o PIB contraiu a uma taxa de 9,7%, impactado especialmente pela pandemia do COVID-19.

Os resultados operacionais e condições financeiras da Companhia têm sido e continuarão sendo afetados pela taxa de crescimento do PIB brasileiro. A Companhia não pode garantir que o PIB aumentará ou permanecerá estável. A evolução da economia brasileira pode afetar as taxas de crescimento do Brasil e, consequentemente, o seu resultado operacional.

Além disso, dependemos da taxa de crescimento da população urbana do Brasil e seus diferentes níveis de renda. Qualquer diminuição ou desaceleração do ritmo de tal crescimento pode afetar negativamente as vendas e os resultados operacionais da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Riscos para a saúde relacionados à indústria alimentícia podem afetar adversamente a capacidade da Companhia de vender produtos alimentícios.

A Companhia está sujeita a riscos que afetam a indústria alimentícia em geral, incluindo os riscos apresentados pela contaminação ou deterioração de alimentos, a evolução das preocupações nutricionais e de saúde, adulteração de produtos e a percepção pública da segurança dos produtos para a indústria alimentícia como um todo, incluindo, entre outros, como resultado de surtos de doenças ou o medo de tais surtos. Esses riscos são ainda maiores em nossas vendas online, onde produtos perecíveis estão sujeitos a condições climáticas fora de nossas lojas.

Mesmo que os produtos que a Companhia vende não sejam afetados pela contaminação, a indústria alimentícia poderá enfrentar publicidade negativa, se os produtos de produtores alimentícios ou de outros varejistas ficarem contaminados, o que pode resultar na percepção pública negativa sobre a segurança dos produtos alimentícios e em uma redução da demanda de produtos alimentícios na categoria afetada. A perda generalizada da confiança dos consumidores na segurança e qualidade dos produtos alimentícios, além de quaisquer riscos reais ou percebidos para a saúde relacionados a isso, pode ter um impacto adverso e material sobre a Companhia.

O armazenamento de combustível é uma atividade inerentemente perigosa.

As atividades que a Companhia desempenha em seus postos de gasolina envolvem riscos para a segurança e outros riscos operacionais, incluindo o manuseio de materiais altamente inflamáveis, explosivos e tóxicos. Tais riscos podem resultar em lesões corporais ou morte, danos ou destruição de instalações e equipamentos, além de danos ambientais irreversíveis ou irreparáveis. Um grande acidente em qualquer um dos postos de gasolina ou instalações da Companhia, tal como um vazamento significativo de combustível, pode obrigar a Companhia a suspender, por um período indeterminado, as suas atividades no local, resultando em custos significativos de remediação e indenização dos danos e redução da receita líquida operacional.

O aumento ou a queda dos preços das commodities podem afetar os preços, demanda por produtos, vendas e margens de lucro da Companhia.

Os preços de certos produtos de *commodities* são historicamente voláteis e estão sujeitos a flutuações decorrentes de mudanças na oferta e demanda doméstica e internacional, custos trabalhistas, concorrência, especulação de mercado, normas governamentais e atrasos periódicos na entrega. Mudanças rápidas e significativas nos preços das commodities podem afetar a demanda pelos produtos, vendas e margens de lucro da Companhia. Uma vez que a Companhia não realiza contratos de futuros ou opções contra as variações nos preços de *commodities*, o aumento do preço de *commodities* poderá ter um efeito adverso relevante sobre os resultados da Companhia.

Incertezas relativas a mudanças de padrão de consumo trazidas pelo digital podem impactar e canibalizar vendas do varejo físico e atacado.

O setor de varejo vem passando por mudanças significativas em decorrência da transformação digital, o que afetou o padrão e os canais de compra por onde os clientes se relacionam com as marcas. Tendo em vista a exponencialidade da influência da transformação digital sobre o setor de varejo, a Companhia não pode prever eventuais efeitos de canibalização do crescimento digital em detrimento do varejo físico e do mercado de atacado.

Caso a Companhia não seja capaz de se adequar aos efeitos da transformação digital sobre seus negócios, a Companhia poderá ser material e adversamente afetada em seus resultados, reputação e operações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As companhias do setor de varejo têm apresentado frequente volatilidade em decorrência do cenário altamente competitivo e inovador.

O setor de varejo é tradicionalmente sensível aos eventos macroeconômicos (evolução do PIB, nível de emprego e renda, dentre outros), a eventos políticos e também, com significativa relevância ao fator tecnológico. A tecnologia com foco em expectativas, tendências e demandas de clientes evolui de forma rápida e requer mudanças em aplicativos, produtos, serviços, marketing, mídias, formas de relacionamentos que, em certa extensão, foge ao controle da Companhia. Inovações tecnológicas devem ser introduzidas com agilidade, eficiência, eficácia e segurança de forma muitas vezes pioneira, pois o mercado nacional, e internacional principalmente, evoluem em velocidade rápida. A concorrência apresenta uma busca constante em se diferenciar e apresentar o melhor desempenho com foco nas expectativas de clientes, em terem a melhor relação de custo e benefício diante das distintas opções de compras em plataformas digitais e lojas físicas.

A Companhia não pode garantir posição confortável diante de um mercado com frequentes mudanças, evoluções e níveis de investimentos, bem como que possibilita a entrada de varejistas concorrentes multinacionais que possam apresentar tais diferenciais. Esse ambiente nos traz, necessariamente, a possibilidade de impactos de queda do *market share* da Companhia, de receita líquida, dos seus resultados operacionais e financeiros, bem como de alta volatilidade nas ações de emissão da Companhia.

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia Atue

Os custos da Companhia para fazer negócios podem aumentar em decorrência de mudanças, ampliações da aplicação ou adoções de novas leis ou regulamentos federais, estaduais ou municipais

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais que regem vários aspectos do seu negócio. Nos últimos anos, foram adotadas novas leis e regulamentos e foram ampliadas as aplicações de certas leis e regulamentos existentes pelas agências federais, estaduais e municipais. Além disso, restrições específicas foram adotadas em decorrência da pandemia do COVID-19. Essas leis, regulamentos e interpretações relacionadas às atividades da Companhia podem mudar como resultado de uma variedade de fatores, incluindo eventos políticos, econômicos ou sociais. Mudanças, ampliações da aplicação ou adoções de novas leis e regulamentos federais, estaduais ou municipais que regulam (i) o salário mínimo ou seus requisitos, (ii) outros direitos trabalhistas, (iii) planos de saúde, (iv) proteção de dados e segurança cibernética, (v) a venda de algum dos nossos produtos, (vi) transporte, (vii) logística, (viii) transparência da cadeia de suprimentos, (ix) tributos, (x) custos de energia, (xi) questões ambientais, e (xii) questões de segurança e saúde no espaço de trabalho, dentre outros, podem aumentar os custos de negócios ou impactar as operações da Companhia.

A Companhia pode ser considerada responsável por danos causados por produtos comercializados a consumidores ou a terceiros, o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

No Brasil, a legislação de defesa do consumidor é rigorosa e favorável aos consumidores e estabelece responsabilidade solidária para todos aqueles que participam da cadeia de fornecimento, direta ou indiretamente. Especificamente no caso de defeito nos produtos comercializados, a responsabilidade da Companhia é subsidiária e restrita às hipóteses do artigo 13 do CDC, quais sejam, quando: (i) o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados, (ii) o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador, ou (iii) os produtos perecíveis não forem conservados adequadamente. A legislação de defesa do consumidor também imputa à Companhia (fornecedora) o ônus da prova em eventuais demandas com um cliente (consumidor), colocando-a em desvantagem processual em qualquer processo envolvendo relações de consumo.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou o PROCON, com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor.

Ademais, os produtos vendidos nas lojas da Companhia podem causar reações adversas em seus consumidores. Processos judiciais ou administrativos relacionados a esses incidentes podem ser propostos contra a Companhia, sob as alegações, entre outras, de que os seus produtos estavam defeituosos, danificados, adulterados, contaminados, não possuíam as propriedades anunciadas ou informações adequadas sobre os possíveis efeitos colaterais ou riscos de interações com outras substâncias químicas. Qualquer risco real ou possível para a saúde associado a esses produtos, incluindo a publicidade negativa relacionada a esses riscos, pode levar a uma perda da confiança dos consumidores da Companhia com relação à segurança, eficácia e qualidade dos produtos vendidos em suas lojas.

Decisões desfavoráveis envolvendo valores substanciais poderão afetar adversamente o resultado da Companhia e sua condição financeira. Adicionalmente, decisões judiciais desfavoráveis poderão afetar adversamente a imagem da Companhia e a imagem de suas marcas, afetando, consequentemente, suas vendas e sua reputação, o que pode impactar de forma adversa os resultados da Companhia.

As operações da Companhia poderão ser influenciadas pelas regulamentações específicas para os estados e áreas metropolitanas nas quais atua.

As operações da Companhia poderão ser influenciadas pelas regulamentações específicas para os estados e áreas metropolitanas nas quais atua, tais como leis de zoneamento e restrições ao marketing.

O cumprimento intempestivo ou o não cumprimento das regulamentações aplicáveis poderão resultar em imposição de sanções na esfera civil e criminal, causando efeito adverso para a manutenção dos negócios da Companhia, incluindo: suspensão dos pagamentos referentes aos programas do governo; perda de certificações exigidas pelo governo; perda de autorização para participar ou nossa exclusão de programas de reembolso do governo; perda de licença para operar uma ou mais lojas ou para exercer determinadas atividades comerciais; ou multas significativas ou penalidades financeiras, podem afetar a Companhia adversamente.

Além disso, mudanças dessas regulamentações poderão restringir as operações da Companhia existentes, limitar a expansão dos seus negócios, e requerer ampliação de sistemas e mudanças operacionais que poderão ser difíceis de ser implementadas. Mais recentemente, em virtude da pandemia do COVID-19, diversas regulamentações restringiram as operações da Companhia, tais como restrições aos horários e dias de funcionamento e à quantidade de pessoas permitidas dentro de suas lojas, o estabelecimento de horários específicos para que pessoas do grupo de risco pudessem acessar as suas lojas e o *lockdown*.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Regulamentações monetárias impostas pelo Governo Federal podem afetar adversamente a Companhia.

Para oferecer suporte à política monetária, o Governo Federal, por intermédio do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central, introduz periodicamente regulamentações com o objetivo de controlar a taxa de inflação, por meio da alteração dos requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre os empréstimos e depósitos, de regulação do prazo máximo dos financiamentos e imposição de limitações sobre o montante que pode ser financiado, dentre outras ferramentas. Tais controles são utilizados pelo Governo Federal com o objetivo básico de regular a disponibilidade de crédito e para reduzir ou aumentar o consumo. Por vezes, essas regulamentações afetam a capacidade dos clientes em obter crédito. Alguns desses controles possuem caráter permanente e afetam os negócios por longos períodos. Não há nenhuma garantia de que no futuro o Governo Federal não irá adotar novas regulamentações que possam afetar a liquidez, estratégia de financiamento, o crescimento dos empréstimos ou mesmo a lucratividade da Companhia, bem como a solvência de seus clientes.

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser impactados por alterações na legislação tributária brasileira, por resultados desfavoráveis de contingências tributárias ou pela modificação, suspensão ou cancelamento de benefícios fiscais/regimes especiais.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem afetar a Companhia. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, a carga tributária da Companhia, o que pode aumentar os preços que a Companhia cobra por seus produtos, restringir sua capacidade de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa seus negócios e resultados operacionais.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais, como no caso das discussões relativas à incidência do PIS e da COFINS sobre os descontos comerciais celebrados com os fornecedores de mercadorias. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com nossas interpretações, poderemos ser adversamente afetados, inclusive pelo pagamento integral dos tributos devidos, acrescidos de encargos e penalidades.

Além disso, a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) e a decretação do estado de calamidade podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia. Tais medidas poderão afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

A título exemplificativo, existem discussões recentes sobre a possível instituição de novos tributos, tais como o empréstimo compulsório, o imposto sobre grandes fortunas e uma contribuição sobre transações financeiras, bem como foram retomadas discussões sobre a revogação da isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos.

Atualmente existem no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS, o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) que incidiria sobre o consumo. Ademais, recentemente, o Governo Federal apresentou nova proposta de reforma tributária para criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS, que possuiria alíquota de 12%, amplo direito ao crédito e regra mais benéfica para produtos da cesta básica. Caso haja uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis, que alterem os tributos aplicáveis ou incentivos fiscais/regimes especiais durante ou após seus prazos de vigência, poderá afetar diretamente ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, as subsidiárias operacionais da Companhia usufruem de benefícios fiscais, incentivos fiscais e regimes especiais de ICMS, conforme descrição detalhada constante dos itens 7.3 e 10.2 deste Formulário de Referência. Não é possível assegurar que estes benefícios serão mantidos ou renovados. Em caso de revogação ou alteração da legislação pertinente, os negócios, as atividades e as condições financeiras poderão ser adversamente afetados como resultado do aumento da carga tributária. Além disso, para garantir a continuidade desses incentivos, uma série de requisitos devem ser cumpridos, os quais podem ser contestados, inclusive em juízo. Caso esses benefícios fiscais e regimes especiais não possam ser mantidos, poderão ser suspensos ou cancelados. Se esses benefícios fiscais não forem renovados ou forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, os negócios, as suas atividades e as suas condições financeiras poderão ser adversamente afetados como resultado do aumento da carga tributária.

Ademais, diante do cenário brasileiro quanto à concessão de benefícios fiscais, especialmente no que se refere à "Guerra Fiscal entre os Estados", não podemos afastar o risco de questionamento quanto à constitucionalidade dos regimes especiais/benefícios fiscais relativos ao ICMS, no caso de a legislação estadual que embasa sua concessão não ter sido aprovada no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), por meio do ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF), o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

Ainda no que se refere à "Guerra Fiscal entre os Estados", foi publicada a Lei Complementar 160/2017 ("LC 160/2017") e o Convênio CONFAZ ICMS nº 190/2017, que objetivaram a convalidação dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados, diminuição dos riscos de declaração de inconstitucionalidade dos benefícios fiscais já concedidos, extinção da possibilidade de criação de novos benefícios, bem como estabelecem prazo máximo de duração aos incentivos já concedidos, que varia a depender do setor de atuação. A Companhia não pode assegurar que os Estados darão cumprimento às regras para convalidação dos benefícios usufruídos.

No mais, eventual inobservância das regras de convalidação, alteração na legislação tributária ou declaração de inconstitucionalidade da legislação concessiva dos regimes especiais e benefícios fiscais poderá afetar não somente as atividades da Companhia, mas o setor como um todo.

Além disso, tendo em vista a tese firmada em repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal (Recurso Extraordinário nº 628.975/RS), no sentido de que é constitucional o estorno proporcional de crédito de ICMS efetuado pelo Estado de destino em razão de crédito fiscal presumido concedido pelo Estado de origem sem autorização do CONFAZ, apesar de terem sido modulados os efeitos do referido julgado para resguardar as relações tributárias já constituídas e somente produzir efeitos após a decisão da Suprema Corte, a Companhia não pode excluir o risco dos fiscos estaduais adotarem entendimento diverso para glosar créditos de ICMS de períodos anteriores, o que poderia impactar os resultados da Companhia.

A Companhia está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos para tais processos serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode afetar negativamente a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Risco de restrições à venda de produtos e serviços regulamentados, bem como controles de preços, podem ter um efeito adverso significativo sobre a Companhia.

A Companhia vende alguns produtos que são aprovados e controlados por órgãos reguladores. Eventuais atos ou decisões desses órgãos reguladores, incluindo a imposição de controles de preços, podem afetar ou restringir a venda de tais produtos e serviços, cuja receita é importante para a Companhia.

Antes de janeiro de 2002, os preços dos produtos derivados do petróleo oferecidos nos postos de gasolinas da Companhia eram regulados pelo Governo Federal e, ocasionalmente, estabelecidos abaixo dos preços praticados no mercado mundial de petróleo.

A Companhia não pode garantir que o controle de preço sobre os produtos derivados do petróleo não voltará a ser aplicado no Brasil e a Companhia não tem como prever se os órgãos reguladores brasileiros imporão controles de preços sobre qualquer outro produto que a Companhia vende, o que pode resultar em um efeito adverso relevante nos resultados operacionais da Companhia.

A Companhia enfrenta riscos relacionados aos registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e a operação das suas lojas e centros de distribuição.

A Companhia depende de vários registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, além de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros, relacionados à operação e à localização dos seus centros de distribuição, atacado de autosserviço e de entrega e lojas de varejo (hipermercados, supermercados e lojas de conveniência), bem como os postos de gasolina da Companhia (todos doravante denominados “lojas”). As licenças de funcionamento e as licenças ambientais das lojas em diversas localidades possuem prazos de validade e devem ser renovadas de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Devido à burocracia para obter e renovar registro, licenças, alvarás e autorizações, incluindo o tempo que a Companhia precisa para implementar planos corretivos de ações para cumprir com as novas regulamentações e/ou exigências das autoridades competentes, juntamente com o tempo de resposta de determinados órgãos públicos, a Companhia pode não conseguir obter, em tempo hábil, todos os registros, licenças, alvarás e autorizações necessárias ou renovar tais registros, licenças, alvarás e autorizações para o funcionamento das lojas. Além disso, em alguns casos, a Companhia não possui ou ainda está no processo de renovação de alguns desses registros, licenças, alvarás e autorizações.

Além disso, os imóveis próprios e ocupados da Companhia podem ter divergências de áreas construídas, o que pode acarretar consequências para a Companhia, tais como a revogação de licenças de funcionamento e/ou obstar a emissão e/ou renovação da licença de funcionamento. Nesses casos, a Companhia poderá, ainda, (i) ter que arcar com as multas e será responsabilizada pela regularização da área construída, e (ii) caso haja recolhimento de IPTU com base em área de terreno/construída irregularmente cadastrada, ser cobrada retroativamente até os últimos 5 anos pelo IPTU devido pela área em divergência.

A não obtenção ou a não renovação das nossas licenças poderá: (i) resultar em autos de infração, (ii) sujeitar a Companhia ao pagamento de multas, (iii) impedir a Companhia de abrir e operar as lojas e centros de distribuição, e (iv) resultar no fechamento das lojas e centros de distribuição da Companhia. Ademais, a não obtenção ou a não renovação das licenças em algumas das lojas tempestivamente poderá expor a Companhia a riscos adicionais em caso de um acidente ou de um evento similar que possa afetar essa loja enquanto a licença estiver pendente. Ainda, a ocorrência de incidentes dentro de lojas e centros de distribuição da Companhia que não possuam todas as licenças e/ou autorizações necessárias para operação podem ter suas consequências agravadas.

A estratégia de negócio da Companhia poderá ser substancialmente e adversamente afetada se a mesma não conseguir abrir e operar novas lojas e centros de distribuição ou se tiver que suspender ou fechar algumas das suas lojas e centros de distribuição existentes, em consequência da sua incapacidade de obter ou renovar os registros, autorizações, licenças e alvarás ou se um acidente afetar adversamente uma loja enquanto essa estiver com uma licença pendente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Com relação às licenças ambientais, a ausência de licenças ou autorizações dos órgãos ambientais competentes ou a operação em desacordo com suas condicionantes sujeitam a sanções criminais e administrativas, além da obrigação de recuperar eventuais danos causados ao meio ambiente. No âmbito administrativo, as multas podem variar entre R$ 500,00 a R$ 10.000.000,00, de acordo com o Decreto Federal nº 6.514/2008.

A regulamentação da internet e do comércio eletrônico pelo Governo Federal está em constante mutação e mudanças desfavoráveis poderão vir a prejudicar o negócio da Companhia.

A Companhia está sujeita a regulamentações e leis comerciais gerais, assim como a regulamentações e leis regendo especificamente a internet e o comércio eletrônico. De acordo com as leis brasileiras, não há atualmente distinção entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo. Essas leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a impedir o crescimento da internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem englobar tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda está incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicariam à internet e ao comércio eletrônico. Uma resolução desfavorável com relação a estas questões poderá prejudicar o negócio da Companhia, ocasionando uma diminuição na demanda por seus produtos e serviços e um aumento nas suas despesas operacionais.

Aumento nas despesas de pessoal devido às novas exigências regulatórias ou às negociações trabalhistas desfavoráveis podem afetar adversamente a Companhia.

O cumprimento de novas legislações, regulamentações das autoridades competentes ou negociações trabalhistas desfavoráveis podem acarretar aumentos das despesas operacionais da Companhia, tais como (i) incrementos salariais, (ii) aumento do número de funcionários nas lojas, nos centros de distribuição e no centro administrativo, (iii) aumento de outras despesas relativas a vendas em loja, e (iv) manuseio e controles nos nossos centros de distribuição.

Não podemos garantir que estes possíveis custos adicionais não sejam repassados aos preços da Companhia. Caso tais repasses não ocorram, estes aumentos de custos podem impactar a rentabilidade da Companhia e a afetar adversamente.

A aplicação da atual regulamentação do setor de combustíveis ou quaisquer alterações a ela pode afetar as atividades da Companhia.

Atualmente, a Companhia possui 13 postos revendedores de combustíveis automotivos em atividade, cujos “Certificados de Posto Revendedor” (documento que atesta a outorga da autorização de operação como vendedor varejista de combustíveis automotivos) encontram-se, na data deste Formulário de Referência, atualizados perante a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) e em vigor, nos termos da Resolução ANP nº 41/2013. Nos termos da referida resolução, temos que manter o cadastro junto à ANP atualizado. Caso a atualização cadastral não seja realizada no prazo e nas condições estabelecidas, ou caso seja constatado o exercício de atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos enquanto a autorização estiver cancelada, a Companhia estaria sujeita à aplicação de penalidades, tais como multas, suspensão temporária - total ou parcial, interdição e/ou apreensão de bens, conforme o caso. Para mais informações sobre obtenção e manutenção da autorização outorgada pela ANP, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia Atue

Não aplicável, pois a Companhia não atua em países estrangeiros.

(j) Riscos Relacionados a Questões Socioambientais

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos ambientais e descumprimentos a tais normas pode afetar adversamente a reputação e a posição financeira da Companhia.

A Companhia está sujeita a uma ampla legislação federal, estadual e municipal relacionada à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essa legislação estabelece exigências de licenças ambientais, cumprimento das condicionantes estabelecidas em tais licenças, além de padrões para o descarte de efluentes, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, parâmetros de emissões de ruídos, bem como exigências relacionadas a preservação e manutenção de áreas especialmente protegidas e demais áreas objeto de preservação ambiental, estabelecidas na Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal) e respectivas normas correlatas. Quaisquer violações da legislação e regulamentação ambiental poderão expor a Companhia a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, tendo em vista as três esferas de responsabilidade ambiental previstas no ordenamento jurídico brasileiro. Para mais informações sobre a regulamentação ambiental que a Companhia está sujeita, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

Ainda, as obrigações eventualmente impostas à Companhia para a reparação civil ambiental podem ser objeto de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado com o Ministério Público, ou Termos de Compromissos (TCs), eventualmente firmados com os órgãos públicos fiscalizadores das esferas federal, estadual ou municipal, conforme o caso, cujas obrigações podem ensejar o desembolso de valores significativos podendo afetar os negócios, resultados operacionais e imagem da Companhia.

Além disso, a Companhia não pode garantir que essa legislação e regulamentação não se tornarão ainda mais rígidas, exigindo que a Companhia aumente de forma significativa seus investimentos a fim de cumprir com a legislação e regulamentação ambiental. Investimentos ambientais imprevistos poderão reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e afetar adversamente seus resultados de forma significativa.

O gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos gerados em seus estabelecimentos e o risco de eventual contaminação em razão das atividades desenvolvidas pode afetar adversamente o negócio da Companhia.

A Companhia está sujeita ao gerenciamento de seus resíduos sólidos, nos termos da Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 ("Política Nacional de Resíduos Sólidos"), a qual tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Tendo em vista que os resíduos sólidos gerados poderão, em função de sua natureza, gerar impactos à atmosfera, solo, águas subterrâneas e superficiais, e ecossistema, durante todo seu ciclo de vida, seja nas dependências do local do empreendimento, seja, principalmente, no local de sua destinação final, fica a Companhia responsável pela segregação, armazenamento, transporte e destinação final de resíduos ou disposição final de rejeitos de forma ambientalmente adequada, podendo também ser obrigada a reparar qualquer sorte de danos ambientais decorrentes da gestão inadequada de tais resíduos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Dessa forma, sendo a Companhia proprietária ou possuidora de imóvel no qual há identificação de contaminação de solo e água subterrânea, poderá incorrer na responsabilidade para remediação de tal contaminação e em arcar com custos envolvidos, visto que a legislação ambiental determina que o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por parte de órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público. Caso a Companhia não seja capaz de cumprir com as responsabilidades impostas nesse sentido, poderá se tornar alvo de processos de remediação perante os órgãos competentes, e ainda, objetivamente responsáveis pela sua integral recuperação, promovendo a remoção de substâncias nocivas ou tóxicas fora dos parâmetros exigidos pela legislação aplicável existentes em tais propriedades.

Tais processos de remediação tendem a se prolongar por períodos relevantes e podem ensejar o desembolso de valores significativos até a conclusão da remediação, os quais podem afetar os nossos negócios, resultados operacionais e imagem.

Ademais, a contratação de terceiros para serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta a Companhia da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos resíduos ou rejeitos. O descumprimento de quaisquer obrigações relacionadas ao gerenciamento dos resíduos sólidos ou à implementação de logística reversa e/ou causar poluição de qualquer natureza, poderá ensejar a aplicação de penalidade de multa, a qual pode variar entre R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), conforme estabelecido no Decreto Federal nº 6514/2008, sem prejuízo de eventuais obrigações e penalidades estabelecidas em nível estadual ou municipal.

A ausência de outorgas para uso de recursos hídricos poderá afetar adversamente as atividades da Companhia

A Lei Federal nº 9.433/1997 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos ("PNRH") estabelece que os usos de recursos hídricos estão sujeitos à outorga de direito de uso por parte do Poder Público, seja para a captação de um corpo d'água (ainda que de poço artesiano e/ou para consumo público), ou para o lançamento em corpo d'água, de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.

De acordo com a PNRH, considera-se infração administrativa a execução de obras e serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos de domínio ou administração da União sem a respectiva outorga do direito do uso de recursos hídricos, ou pelo não atendimento das solicitações feitas. Tais condutas ensejam a aplicação de penalidades, dentre as quais advertência, multa diária e/ou multa simples proporcional à gravidade da infração, sendo que em ambas, os valores aplicados podem variar de R$ 100,00 (cem reais) a R$ 10.000,00 (dez mil reais), além de embargo provisório ou definitivo.

Tais sanções podem ser aplicadas independentemente da eventual necessidade de reparação de danos ambientais, como, por exemplo, no caso do lançamento de efluentes fora dos padrões ensejar a poluição do corpo d'água.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que a Companhia atualmente incorre para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

A Companhia está sujeita a legislação federal, estadual e municipal, bem como a regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas administrativas que podem alcançar valores de até R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) no caso de operação de atividades sem licenças, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes (nos termos do artigo 66 do Decreto Federal nº 6.514/2008), cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além da publicidade negativa (impacto reputacional) e responsabilidade pelo saneamento ou por danos ambientais. Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor pode causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, consequentemente, em lucros menores.

(k) Riscos Macroeconômicos

O surto do Coronavírus (COVID-19) e as consequentes paralisações em escala global podem gerar interrupções na fabricação de produtos e crises na cadeia internacional de suprimentos, afetando fundamentalmente as operações das empresas do setor de varejo, incluindo as da Companhia. Além disso, o surto mundial pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo impactar diretamente os negócios, resultados e o valor das ações da Companhia.

O recente surto global do COVID-19 pode ter impactos de longo alcance - desde o fechamento de fábricas, condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global. O surto do COVID-19 ameaça a fabricação de produtos e a interrupção da cadeia de produtos/suprimentos para empresas do setor de varejo. Atualmente, a cadeia de suprimento global está ameaçada e os fabricantes de equipamentos já reduziram o fornecimento de produtos e/ou de matérias-primas. Em decorrência destas paralisações, as empresas cuja cadeia de suprimentos dependem de fabricantes externos, como é o caso da Companhia, poderão ter seu estoque afetado e, consequentemente, ter sua receita reduzida.

Além disso, autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo podem adotar uma série de medidas voltadas à contenção do surto, que podem incluir, restrições à circulação de bens e pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas. Como consequência da adoção dessas medidas nas localidades em que a Companhia opera, a Companhia teria uma redução do consumo dos produtos oferecidos e até mesmo o fechamento de lojas, o que pode impactar de forma significativa os seus resultados.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença que afete o comportamento das pessoas, como o COVID-19, pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Por conseguinte, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020.

As ações da Companhia podem apresentar uma maior volatilidade, impactando os seus investidores de maneira negativa. A Companhia não pode garantir que a cotação das ações de sua emissão não atingirá patamares inferiores aos mínimos verificados durante a disseminação da atual pandemia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de nossa emissão, o que pode afetar adversamente a cotação dos mencionados ativos, além de poder dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e financiamento de operações no futuro e em termos aceitáveis.

Uma redução nas vendas a prazo pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

O Governo brasileiro, no passado, implementou medidas para restringir a demanda doméstica, impondo restrições de crédito a bancos, a administradoras de cartão de crédito e ao setor de varejo, e aumentou a taxa de juros. Caso o Governo brasileiro volte a restringir a extensão de crédito ao consumidor, os resultados da Companhia podem ser adversamente afetados, dado que o financiamento do produto é um fator importante para a decisão do consumidor no momento da compra, em especial quanto trata-se de itens duráveis e de maior valor.

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países de economia emergente e nos Estados Unidos, China e União Europeia podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Potenciais crises nos Estados Unidos, China e União Europeia, ou nos países de economia emergente podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço das ações de emissão da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Não só a economia brasileira, mas também a de outros países, pode ser afetada de forma geral pela variação das condições econômicas do mercado internacional, e notadamente pela conjuntura econômica dos Estados Unidos, China e União Europeia. Ainda, eventuais reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, incluindo a crise da dívida que afeta alguns países da União Europeia, podem, em alguma medida, prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros de maneira geral, inclusive das ações de emissão da Companhia. Adicionalmente, o risco de default de países em crise financeira, dependendo das circunstâncias, pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados.

Com relação a fatos macroeconômicos relevantes que podem impactar o negócio da Companhia, destacamos a saída do Reino Unido da União Europeia ("Brexit"), que poderia afetar de maneira adversa as condições econômicas e de mercado da Europa e do mundo todo, podendo contribuir para a instabilidade nos mercados financeiros globais. Adicionalmente, o Brexit poderia levar a incertezas legais e gerar leis e regulamentos nacionais potencialmente divergentes à medida que o Reino Unido determine quais leis da União Europeia ele substituirá ou replicará. Os efeitos do Brexit, e outros que não podemos prever, poderão ter um efeito adverso sobre os negócios da Companhia, bem como nos resultados de suas operações ou situação financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente estamos sujeitos a impactos decorrentes da tensão política entre os Estados Unidos, Irã e Iraque, bem como demais conflitos correlatos no Oriente Médio. Caso haja uma escalada nas tensões e sanções entre os Estados Unidos, Irã, Iraque, e possivelmente, países europeus, o preço do petróleo poderá aumentar, afetando assim o mercado de commodities e de energia no Brasil e no mundo, o que poderá elevar os custos operacionais da Companhia e as despesas dos consumidores e, portanto, afetar adversamente os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado diretamente o mercado de ações.

Potenciais oscilações das taxas de juros poderão provocar efeito prejudicial nos negócios da Companhia e nos preços de mercado das ações de sua emissão.

Oscilações do cenário prospectivo para as principais taxas de juros tanto da economia brasileira quanto das principais taxas de referência dos mercados desenvolvidos, podem impactar o resultado financeiro líquido da Companhia. O impacto direto de alta de juros se dá na parcela da carteira de investimentos prefixada, impactando negativamente a marcação à mercado destes ativos sensíveis a variação das taxas de juros. Analogamente, reduções expressivas das taxas de juros eventualmente podem impactar o resultado financeiro líquido, vide menor rentabilidade da parcela indexada às taxas flutuantes como CDI e SELIC, podendo em casos de grandes oscilações nas taxas de juros refletir nos preços de mercado das ações de sua emissão.

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o índice das taxas médias do CDI foi 5,94%, 6,40% e 9,93%, respectivamente. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, o CDI acumulado foi de 3,53%. Oscilações nas principais taxas de juros da economia brasileira podem ter os seguintes efeitos, diretos ou indiretos (i) impacto na demanda por produtos vendidos pela Companhia, inclusive em virtude do aumento de taxas de juros de crédito ao consumidor, (ii) mudanças nos termos comerciais com fornecedores e prestadores de serviços, (iii) impacto na capacidade da Companhia de obter empréstimos, e (iv) aumento do custo do endividamento da Companhia, resultando em maiores despesas financeiras, entre outros. Estes efeitos podem causar tanto queda nas vendas como diminuição da rentabilidade da Companhia, e assim, podem impactar adversamente as atividades e negócios da Companhia.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de nossa emissão, o que pode afetar adversamente a cotação dos mencionados ativos, além de poder dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e financiamento de operações no futuro e em termos aceitáveis.

Possíveis eventos de instabilidade na taxa de câmbio poderão afetar a Companhia de forma adversa.

Como resultado de pressões inflacionárias, a moeda brasileira, em algumas oportunidades, tem sido desvalorizada em relação ao dólar norte-americano e a outras moedas estrangeiras. A desvalorização do real frente a moedas estrangeiras importantes, incluindo o dólar norte-americano, poderá criar pressão inflacionária adicional no Brasil, fazendo com que o BACEN eventualmente entenda necessário aumentar a taxa de juros na tentativa de estabilizar a economia. Estas medidas, poderão afetar, conforme o contexto, o crescimento da economia brasileira como um todo e, de alguma maneira, poderão prejudicar as condições financeiras e resultados operacionais da Companhia. A desvalorização do real também pode, dentro de um contexto de desaceleração da economia, levar a uma diminuição do consumo, pressões deflacionárias e redução no crescimento da economia brasileira como um todo.

Da mesma forma, a valorização do real em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras poderia levar, conforme o caso, a uma deterioração das contas correntes brasileiras em moeda estrangeira, bem como reduzir o crescimento das exportações, afetando os consumidores da Companhia que dependem de segmentos exportadores, o que poderá ter um efeito adverso à Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A desvalorização de longo prazo do real encontra-se geralmente relacionada à taxa de inflação no Brasil, assim como a desvalorização do real em períodos mais curtos resultou em flutuações significativas na taxa de câmbio entre a moeda brasileira, o dólar dos Estados Unidos e outras moedas. Em 2008, por exemplo, devido à crise financeira global, o real desvalorizou-se frente ao dólar norte-americano em 31,9%. Em 2009 e 2010, o real valorizou-se em 25,3% e 3,4%, respectivamente, em relação ao dólar norte-americano. Em 2017, o real desvalorizou-se 5,2% passando de R$ 3,1491 por dólar norte-americano no início do ano para uma taxa de R$ 3,3133 por dólar no final de 2017. Em 2018, o real apresentou uma desvalorização de 21,9% passando de R$ 3,1793 por dólar norte-americano no início do ano para uma taxa de R$ 3,8750 por dólar no final de 2018. No ano de 2019, o real seguiu apresentando desvalorização com alta de 3,5% na taxa de câmbio, saindo de uma cotação de R$ 3,8695 por dólar norte-americano no início do ano para uma taxa de R$ 4,0098 por dólar no final de 2019. Mais recentemente, em maio de 2020, o real se desvalorizou ao seu nível mais baixo desde o início da moeda a R$5,94 por US$ 1,00. Em 30 de setembro de 2020, a taxa de câmbio de venda do dólar foi de R$ 5,476 por US$ 1,00, refletindo uma depreciação de 26,78% em relação ao dólar norte-americano em comparação a 31 de dezembro de 2019. Assim, não podemos prever as flutuações futuras da taxa de câmbio.

A Companhia não pode garantir que o real não sofra qualquer apreciação ou depreciação em relação ao dólar norte-americano. A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e resultar em aumento das taxas de juros, afetando negativamente a economia brasileira como um todo e os nossos resultados operacionais, devido a uma retração no consumo e aumento nos custos financeiros. A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano também pode aumentar os custos operacionais relacionados à importação de mercadorias e despesas e passivos financeiros relacionados aos nossos empréstimos e financiamentos denominados em dólares norte-americanos. A Companhia pode ser afetada negativamente por mudanças em tais políticas de câmbio.

Adicionalmente, a Companhia possui um portfólio relevante de produtos importados que são vendidos em suas lojas, sendo que, caso haja qualquer depreciação do real em relação ao dólar norte-americano, a Companhia pode incorrer em custos maiores para a comercialização de tais produtos e pode ser afetada de forma adversa.

A turbulência e a volatilidade dos mercados financeiros globais poderão refletir negativamente no resultado das operações da Companhia. Assim, a crise financeira global e o ambiente macroeconômico brasileiro também podem afetar de forma material e adversa o preço de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros ou causar outros efeitos negativos no Brasil.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre a Companhia.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro. A Companhia poderá vir a ser material e adversamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- expansão ou contração da economia brasileira, conforme medida pelas taxas de crescimento do PIB, inclusive em decorrência da pandemia do COVID-19;
- inflação;
- taxas de câmbio;
- taxas de juros;
- aumento do desemprego;
- mudanças nas leis fiscais e tributárias;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- diminuição de políticas e programas de estímulo a diversos setores da economia;
- restrições nas remessas de fundos ao exterior; e
- outros fatores políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses e outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil, agravada pelos impactos da pandemia do COVID-19 no ano de 2020, o que pode prejudicar as atividades e resultados operacionais da Companhia, podendo, inclusive, vir a afetar adversamente o preço de negociação de ações de emissão da Companhia.

Além disso, a economia brasileira foi afetada por eventos políticos recentes que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, tais como investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal Brasileiro, investigações conduzidas pelo Supremo Tribunal Federal em relação ao presidente Jair Bolsonaro, entre outros, prejudicando assim o desempenho econômico brasileiro. Adicionalmente, qualquer falta de decisão do governo brasileiro para implementar mudanças em certas políticas ou regulamentos podem contribuir para a incerteza econômica dos investidores em relação ao Brasil e aumentar a volatilidade do mercado. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades da Companhia e, consequentemente, seus resultados operacionais, e também podem afetar adversamente o preço de negociação de suas ações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das suas ações.

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. As taxas de inflação foram de 7,32% em 2019, 7,55% em 2018 e, -0,52% em 2017, conforme medida pelo IGP-M. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, o IGP-M acumulado foi de 17,94% e o IPCA acumulado foi de 3,14%. Mais recentemente, a pandemia do COVID-19 resultou em aumentos substanciais de certos alimentos básicos, como por exemplo o arroz. O COPOM frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, tem produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, talvez a Companhia não possa ajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar seus custos e reduzir suas margens operacionais e líquidas.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo dos novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo de seu eventual endividamento, bem como o caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar da Companhia, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem afetar adversamente a Companhia, porque ela poderá contratar empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e às taxas oficiais de juros de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita de suas aplicações financeiras.

Qualquer desvalorização adicional da classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os *ratings* de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de *rating* avaliam regularmente o Brasil e seus *ratings* soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard&Poor's, Moody's e Fitch.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu o *rating* de crédito soberano do Brasil para grau de investimento inferior, de BBB- para BB+, citando, entre outras razões, a instabilidade geral no mercado brasileiro causada pela interferência do governo brasileiro na economia e dificuldades orçamentárias. A Standard & Poor's rebaixou novamente o *rating* de crédito do Brasil em fevereiro de 2016, de BB+ para BB, e manteve sua perspectiva negativa sobre o *rating*, citando uma piora na situação de crédito desde o rebaixamento de setembro de 2015. Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu *rating* para o BB com uma perspectiva estável, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em dezembro de 2015, a Moody´s colocou os *ratings* Baa3 do Brasil em análise, citando tendências macroeconômicas negativas e uma deterioração das condições fiscais do governo. Posteriormente, em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou os *ratings* do Brasil para abaixo do grau de investimento, para Ba2 com perspectiva negativa, citando a perspectiva de deterioração adicional no serviço da dívida do Brasil em um ambiente negativo ou de baixo crescimento, além de desafiar a dinâmica política. Em abril de 2018, a Moody's manteve o *rating* de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que manteve em setembro de 2018, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo.

A Fitch também rebaixou o *rating* de crédito soberano do Brasil para BB + com perspectiva negativa em dezembro de 2015, citando o *déficit* orçamentário em rápida expansão do país e a recessão pior que a esperada e fez um rebaixamento ainda maior em maio de 2016 para BB com perspectiva negativa, que manteve em 2017. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável, citando as fraquezas estruturais nas finanças públicas, alto endividamento do governo, fracas perspectivas de crescimento, ambiente político e questões relacionadas à corrupção.

A Fitch manteve o *rating* de crédito soberano do Brasil para BB - com perspectiva negativa em maio de 2020, citando a deterioração dos cenários econômico e fiscal brasileiro e de riscos de piora para ambas dimensões, diante da renovada incerteza política, além das incertezas sobre a duração e intensidade da pandemia do COVID-19.

Qualquer rebaixamento adicional dos *ratings* de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A instabilidade política pode afetar adversamente os negócios e resultados da Companhia e o preço das ações da Companhia.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro. Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país.

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro estava sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios alegados pelo ex-ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro. Segundo o ex-ministro, o presidente teria solicitado a nomeação de funcionários da polícia federal brasileira. Caso o presidente tenha cometido tais atos, quaisquer consequências resultantes, incluindo um potencial *impeachment*, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive nos negócios da Companhia.

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira e tem afetado e pode continuar a afetar adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, bem como o preço de negociação das ações da Companhia. A Companhia não pode prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

A Companhia também não pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo governo atual, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Além disso, as recentes queimadas em regiões estratégicas do Brasil, como a floresta amazônica ou a região do Pantanal, e a resposta do governo brasileiro para combater tais incêndios pode aumentar ainda mais a agitação política no Congresso brasileiro. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira.

Crises econômicas, sanitárias, políticas, ambientais ou qualquer outro tipo de crise que tenha o condão de impactar a economia brasileira poderá afetar o poder aquisitivo da população, o que, poderá resultar em uma diminuição do número de vendas dos produtos da Companhia.

Crises econômicas, sanitárias, políticas, ambientais ou qualquer outro tipo de crise que tenha o condão de impactar a economia brasileira poderão afetar o poder aquisitivo da população, o que poderá resultar em uma diminuição do número de vendas dos produtos da Companhia.

A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008, por exemplo, provocou o aumento do dólar frente ao real, a restrição de crédito no mercado interno, o aumento das taxas de desemprego, o aumento da inadimplência e, consequentemente, a redução do consumo no Brasil. No mesmo sentido, a crise político-econômica vivenciada pelo país entre 2013-2016, teve um impacto relevante nas taxas de desemprego, diminuindo o poder aquisitivo da população e, consequentemente o consumo no país.

Recentemente, o mundo tem sido afetado por uma pandemia do COVID-19 que tem provocado impactos econômicos negativos globais, dos quais nós ainda não conseguimos quantificar. Como resultado da pandemia, acredita-se que o poder aquisitivo da população brasileira reduzirá, o que poderá provocar uma redução relevante no consumo e impactar o volume de vendas da Companhia. O impacto no volume das vendas da Companhia poderá afetar negativamente os seus resultados e a sua situação econômica.

Limitação substancial na capacidade dos acionistas venderem as ações da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem, devido à volatilidade e à falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários, poderão afetar adversamente o valor da sua negociação.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos.

Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das ações da Companhia, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o seu acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis. Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para a Companhia.

Crises em outros países emergentes, inclusive decorrentes de pandemias, como por exemplo o COVID-19, podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Por conseguinte, a capacidade dos acionistas da Companhia de venderem nossas ações pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação de suas ações. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial de das ações da Companhia poderão prejudicar o valor da sua negociação.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia descreve abaixo os riscos que conhece e acredita que atualmente podem afetá-la adversamente. Riscos adicionais, que atualmente não são conhecidos pela Companhia ou que a Companhia considera irrelevantes na data deste Formulário de Referência, também podem vir a afetar a Companhia de maneira adversa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro consolidado da Companhia em 30 de setembro de 2020:

	Menos de1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Obrigações com passivos de arrendamento	326	1.112	15.224	16.662
Partes relacionadas	133	239	-	372
Outras contas a pagar	229	-	-	229
Fundo de investimento em direitos creditórios	255	-	-	255
Fornecedores	3.064	-	-	3.064
Total	**4.007**	**1.351**	**15.224**	**20.582**

Risco de câmbio

Em 30 de setembro de 2020, o Grupo possuía fornecedores a pagar (importações) denominadas em moeda estrangeira totalizando R$ 177 milhões (em 31 de dezembro de 2019 o valor totalizava R$130 milhões).

Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos financeiros expostos ao risco de variação das taxas de juros. Uma análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI de 2,28% no período. A análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros sujeitos à sensibilidade da taxa de juros está apresentada conforme segue.

Exclusivamente para fins de análise de sensibilidade, a Administração considerou uma diminuição e um aumento da taxa de juros do CDI de 25% e 50%, respectivamente, no potencial impacto no resultado dos instrumentos financeiros.

			Consolidado Baixo		Consolidado Alto
	30/09/20	**25%**	**50%**	**25%**	**50%**
Aplicações financeiras	378	(2)	(4)	2	4
Partes relacionadas	(353)	2	4	(2)	(4)
FIDC	(255)	1	3	(1)	(3)
Exposição líquida	**(230)**	**1**	**3**	**(1)**	**(3)**

			Consolidado Baixo		Consolidado Alto
	31/12/19	**25%**	**50%**	**25%**	**50%**
Aplicações financeiras	256	(4)	(7)	4	7
Partes relacionadas	(234)	3	7	(3)	(7)
FIDC	(307)	4	9	(4)	(9)
Exposição líquida	**(285)**	**3**	**9**	**(3)**	**(9)**

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, ambiental, imobiliária, consumerista e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis.

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Para os processos trabalhistas e consumeristas considerados “massificados”, as provisões são baseadas na média histórica de valores de acordos e condenações em processos similares e conforme competência. Para os demais processos, as provisões da Companhia são registradas com base na análise individual de cada caso por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os processos cíveis, imobiliários e coletivos trabalhistas, a expectativa de perda considera os fatos, as provas a serem produzidas para defesa e a jurisprudência sobre a matéria.

Para os processos tributários, a expectativa de perda considera os fatos específicos de cada processo, as provas a serem produzidas para defesa, a legislação tributária vigente e a jurisprudência sobre o tributo em discussão.

Após o provisionamento inicial, os valores indicados podem ser revistos e, se for o caso, reajustados nos casos de decisão favorável ou desfavorável proferida em primeiro ou segundo grau.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita em 30 de setembro de 2020, segregados conforme sua natureza.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Contingências Fiscais

Processo nº 10480-727.985/2015-15	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
b. Instância	Administrativo
c. Data de instauração	03/08/2015
d. Partes no processo	Autuante: Receita Federal da 4ª Região Autuada: Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 141.245.761,96
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para cobrança de IOF, em face de falta de recolhimento do imposto sobre os mútuos financeiros celebrados em 2010, 2011 e 2012 entre as empresas do Grupo. Aguarda-se o julgamento dos Embargos de Declaração opostos em decorrência de acordão improcedente no Recurso Especial interposto pela Empresa.
g. Chance de perda	Provável
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda da discussão na esfera administrativa, ainda é possível levar a discussão para o judiciário. A tese, que tem declarada a repercussão geral, ainda está pendente de julgamento pelo STF. Eventual impacto financeiro somente ocorrerá após decisão do STF.

Processo nº 0009666-76.2015.4.03.6144	
a. Juízo	Fazenda Pública de Barueri/SP
b. Instância	Judicial
c. Data de instauração	01/10/2008
d. Partes no processo	Exequente: Fazenda Pública de Barueri/SP Executada: WMB Supermercados do Brasil Ltda
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 143.933.622,57
f. Principais fatos	Execução fiscal proposta pela autoridade fiscal federal visando a cobrança do diferencial de alíquota de COFINS referente ao período de apuração de janeiro de 2002 a dezembro de 2003, nos termos do art. 8º da Lei nº 9.718/98. Decisão improcedente dos embargos à execução. Aguardando julgamento da apelação
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual impacto financeiro somente irá ocorrer após esgotados todos os recursos cabíveis.

Processo nº 5052835-04.2019.4.04.7100	
a. Juízo	Delegado da Receita Federal em Porto Alegre
b. Instância	Judicial
c. Data de instauração	16/08/2019
d. Partes no processo	Impetrante: WMS Supermercados do Brasil Ltda Impetrado: Delegado da Receita Federal em Porto Alegre
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 870.495.413,54
f. Principais fatos	Mandando de Segurança impetrado com o objetivo de garantir a discussão judicial do auto de infração 11080735231201253, suspendendo a exigibilidade de débito tributário. O auto de infração refere-se sobre a suposta falta de recolhimento de PIS/COFINS sobre os descontos comerciais celebrados com os fornecedores de mercadorias, no período de 2008 e 2009. Atualmente temos sentença favorável. Aguardando eventual recurso da Receita Federal.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual impacto financeiro somente irá ocorrer após esgotados todos os recursos cabíveis.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 11065.721493/2018-14	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
b. Instância	Administrativa
c. Data de instauração	15/05/2018
d. Partes no processo	Autuante: Secretaria da Receita Federal- Novo Hamburgo Autuada: WMS Supermercados do Brasil Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 793.080.431,75
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado em decorrência da suposta falta de recolhimento de PIS/COFINS sobre os descontos comerciais celebrados com os fornecedores de mercadorias; glosas de diversos créditos e supostos erros nos arquivos da EFD, no período de julho/2013 a dezembro/2014. Decisão parcialmente procedente da impugnação e atualmente o processo se encontra em diligência fiscal.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda da discussão na esfera administrativa, ainda será possível levar a discussão para o judiciário. Eventual impacto financeiro somente ocorrerá após decisão dos Tribunais Superiores.

Processo nº 5011322-22.2020.4.04.7100	
a. Juízo	Justiça Federal
b. Instância	Judicial
c. Data de instauração	17/02/2020
d. Partes no processo	Executada: WMS Supermercados do Brasil Ltda. Exequente: Receita Federal em Barueri
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 357.346.224,91
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado em decorrência da suposta falta de recolhimento de PIS/COFINS sobre os descontos comerciais celebrados com os fornecedores de mercadorias, e glosas de outros créditos, no período de 2004 a 2005. Por maioria de votos, foi provido integralmente o Recurso Especial da Fazenda Nacional. Recebida a Execução Fiscal, opostos embargos à execução fiscal.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual impacto financeiro somente ocorrerá após decisão dos Tribunais Superiores.

Processo nº 0002337-76.2016.4.03.6144	
a. Juízo	Fazenda Pública de Barueri
b. Instância	Judicial
c. Data de instauração	14/09/2010
d. Partes no processo	Executada: WMB Supermercados do Brasil Ltda. Exequente: Receita Federal em Barueri
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 565.835.861,24
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado em decorrência da suposta falta de recolhimento de PIS/COFINS sobre os descontos comerciais celebrados com os fornecedores de mercadorias, no período de 2008, 2009 e 2010. Sentença que julgou parcialmente procedentes os embargos à execução cancelando os descontos dados em mercadoria. Aguarda-se o julgamento dos Recursos de apelação da empresa e do fisco.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual impacto financeiro somente ocorrerá após decisão dos Tribunais Superiores.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 5002742-42.2016.4.04.7100	
a. Juízo	Justiça Federal do Rio Grande do Sul
b. Instância	Judicial
c. Data de instauração	15/01/2016
d. Partes no processo	Executada: WMS Supermercado do Brasil Ltda. Exequente: Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$398.087.155,02
f. Principais fatos	Trata-se de execução fiscal com objetivo de cobrar a suposta falta de recolhimento de PIS/COFINS sobre os descontos comerciais celebrados com os fornecedores de mercadorias, no período de 2006 e 2007. Aguarda-se decisão dos embargos à execução
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual impacto financeiro somente ocorrerá após decisão dos Tribunais Superiores.

Processo nº 19311.720294/2015-07	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
b. Instância	Administrativo
c. Data de instauração	07/12/2015
d. Partes no processo	Autuante: Receita Federal em Barueri Autuada: WMB Supermercados do Brasil Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 325.845.464,97
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado em razão de supostos créditos indevidos de PIS/COFINS sobre diversas despesas, no período de 2011 a 2013. Decisão parcialmente favorável em sede de Agravo. Aguardar-se julgamento do Recurso Especial da Empresa e da Fazenda e contrarrazões ao Agravo.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual impacto financeiro somente ocorrerá após decisão na esfera judicial nos Tribunais Superiores.

Processo nº 10480.720065/2020-25	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
b. Instância	Administrativo
c. Data de instauração	13/01/2020
d. Partes no processo	Autuante: Receita Federal em Recife Autuada: Bompreço Supermercado do Nordeste Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 315.260.318,19
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado em decorrência da suposta falta de recolhimento de PIS/COFINS sobre os descontos comerciais celebrados com os fornecedores de mercadorias; glosa de diversos créditos; não inclusão na base tributável de PIS/COFINS das receitas financeiras; no período de janeiro/2015 a dezembro/2017. Aguarda-se julgamento da impugnação
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual impacto financeiro somente ocorrerá após decisão na esfera judicial e nos Tribunais Superiores.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0803087-51.2018.4.05.8300	
a. Juízo	Fazenda Nacional
b. Instância	Judicial
c. Data de instauração	07/01/2013
d. Partes no processo	Exequente: Justiça Federal em Recife Executado: Bompreço Supermercado do Nordeste Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$295.198.308,04
f. Principais fatos	Trata-se de execução fiscal para cobrança de suposta falta de recolhimento de PIS/COFINS sobre os descontos comerciais celebrados com os fornecedores de mercadorias e glosa de crédito de despesa de frete entre filiais e ICMS/ST, no período de janeiro/2008 a dezembro/2009. Aguarda-se decisão sobre o requerimento de extinção do processo em razão da decisão administrativa ter sido finalizada desfavoravelmente ao contribuinte pelo voto de qualidade.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual impacto financeiro somente ocorrerá após decisão na esfera judicial e nos Tribunais Superiores.

Processo nº 0809485-48.2017.4.05.8300	
a. Juízo	Fazenda Nacional
b. Instância	Judicial
c. Data de instauração	23/04/2010
d. Partes no processo	Exequente: Justiça Federal em Recife Executado: Bompreço Supermercado do Nordeste Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$284.941.871,06
f. Principais fatos	Trata-se de Execução fiscal em decorrência da suposta falta de recolhimento de PIS/COFINS sobre os descontos comerciais celebrados com os fornecedores de mercadorias, no período de abril/2005 a dezembro 2007. A sentença julgou procedente os Embargos à execução, que foi reformada após Apelação da Fazenda Nacional. Aguarda-se julgamento dos embargos de declaração opostos pela empresa.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual impacto financeiro somente ocorrerá após decisão na esfera judicial e nos Tribunais Superiores.

Processo nº 10480.723937/2018-92	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
b. Instância	Administrativo
c. Data de instauração	22/05/2018
d. Partes no processo	Autuante: Receita Federal em Recife Autuada: Bompreço Supermercado do Nordeste Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$191.884.925,13
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado em decorrência da suposta falta de recolhimento de PIS/COFINS sobre os descontos comerciais celebrados com os fornecedores de mercadorias e glosa de diversos créditos, no período de maio/2013 a dezembro/2014. Impugnação julgada improcedente. Aguarda-se julgamento de recurso voluntário.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual impacto financeiro somente ocorrerá após decisão na esfera judicial e nos Tribunais Superiores.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 10480.727412/2015-83	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
b. Instância	Administrativo
c. Data de instauração	22/07/2015
d. Partes no processo	Autuante: Receita Federal em Recife Autuada: Bompreço Supermercado do Nordeste Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 184.830.171,18
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado em decorrência da suposta falta de recolhimento de PIS/COFINS sobre os descontos comerciais celebrados com os fornecedores de mercadorias e glosa de diversos créditos, no período de janeiro/2011 a dezembro/2012. Recurso Especial interposto pela empresa foi julgado improcedente. Aguarda a inscrição do débito em dívida ativa para iniciar a discussão da esfera judicial.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual impacto financeiro somente ocorrerá após decisão na esfera judicial e nos Tribunais Superiores.

Processo nº 10133.720073/2019-88	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
b. Instância	Administrativa
c. Data de instauração	05/01/2015
d. Partes no processo	Autuante: Receita Federal em Salvador Autuada: Bompreço Bahia Supermercados Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 180.617.901,54
f. Principais fatos	Trata-se de procedimento fiscal decorrente do desmembramento do auto de infração n.º 18050720506201412 lavrado em decorrência da suposta falta de recolhimento de PIS/COFINS sobre os descontos comerciais celebrados com os fornecedores de mercadorias, no período de janeiro a dezembro 2009. Quando da decisão administrativa desfavorável ao contribuinte a Receita Federal segregou as discussões e para parte dos descontos, aguarda-se a inscrição do débito em dívida ativa para se iniciar a discussão na esfera judicial.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual impacto financeiro somente ocorrerá após decisão na esfera judicial e nos Tribunais Superiores.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 11065-720.018/2018-21	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
b. Instância	Administrativo
c. Data de instauração	10/01/2018
d. Partes no processo	Autuante: Receita Federal em Novo Hamburgo Autuada: WMS Supermercado do Brasil Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 172.187.323,26
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado em decorrência da suposta falta de recolhimento de PIS/COFINS sobre os descontos comerciais celebrados com os fornecedores de mercadorias, glosa de diversos créditos, supostas vendas não tributadas (produtos monofásicos e alíquota zero), e supostos ajustes indevidos na EFD- contribuições, no período de janeiro a junho/2013. Impugnação julgada improcedente. Apresentado Recurso Voluntário que está pendente de decisão. O processo foi convertido em diligência para apurar a alegação da empresa quanto aos ajustes feitos na EFD- contribuições.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual impacto financeiro somente ocorrerá após decisão na esfera judicial e nos Tribunais Superiores.

Processo nº 2013.000011139889-56	
a. Juízo	Secretaria da Fazenda de Pernambuco
b. Instância	Administrativo
c. Data de instauração	04/12/2013
d. Partes no processo	Autuante: Secretaria da Fazenda de Pernambuco Autuado: Bompreço Supermercado do Nordeste Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 156.151.156,25
f. Principais fatos	Auto de infração lavrado em razão da suposta tomada de crédito indevido de ICMS/ST; falta de estorno proporcional de ICMS referente a bens de informática e outros bens com redução de base de cálculo; auto ressarcimento relativo a aquisição de pneus importados; falta de lançamento de deduções em campo própria no Livro de Apuração, no período de janeiro/2010 a dezembro 2011. Houve manifestação fiscal de parcial procedência do auto de infração. Apresentamos as contrarrazões e aguarda-se o julgamento da impugnação.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual impacto financeiro somente ocorrerá após decisão na esfera judicial e nos Tribunais Superiores.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 1016367-47.2019.4.01.3300	
a. Juízo	Fazenda Nacional
b. Instância	Judicial
c. Data de instauração	01/11/2013
d. Partes no processo	Exequente: Justiça Federal em Salvador Executado: Bompreço Bahia Supermercados Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 135.151.990,10
f. Principais fatos	Trata-se de execução fiscal visando a cobrança da suposta falta de recolhimento de PIS/COFINS sobre os descontos comerciais celebrados com os fornecedores de mercadorias, no período de janeiro a dez/2009. Aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual impacto financeiro somente ocorrerá após decisão na esfera judicial e nos Tribunais Superiores.

Processo nº 5076793-53.2018.4.04.7100	
a. Juízo	Fazenda Nacional
b. Instância	Judicial
c. Data de instauração	17/09/2010
d. Partes no processo	Exequente: Justiça Federal de Porto Alegre Executado: WMS Supermercado do Brasil Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 120.100.826,08
f. Principais fatos	Trata-se de execução fiscal com objetivo de cobrar o recolhimento do IPI sujeito na revenda de bens importados, no período de novembro e dezembro 2005, 2006 a 2009 e janeiro de 2010. Aguardar-se o julgamento dos embargos à execução. Recentemente o STF julgou este tema que estava em repercussão geral, e decidiu sobre a constitucionalidade da cobrança do IPI na revenda de bens importados. Aguarda-se a publicação do acordão, e eventual posterior oposição dos embargos de declaração (necessária manifestação sobre modulação de efeitos da decisão)
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual impacto financeiro somente ocorrerá após decisão na esfera judicial e nos Tribunais Superiores.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 5019989-65.2018.4.04.7100	
a. Juízo	Fazenda Nacional
b. Instância	Judicial
c. Data de instauração	07/10/2014
d. Partes no processo	Exequente: Justiça Federal de Porto Alegre Executado: WMS Supermercado do Brasil Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 115.956.669,79
f. Principais fatos	Trata-se de execução fiscal com objetivo de cobrar o recolhimento do IPI sujeito na revenda de bens importados, no período de março a dezembro/2010, 2011 a 2013 e janeiro/2014. Aguarda-se o julgamento da Apelação em decorrência da decisão desfavorável a Empresa. Recentemente o STF julgou este tema que estava em repercussão geral, e decidiu sobre a constitucionalidade da cobrança do IPI na revenda de bens importados. Aguarda-se a publicação do acordão, e eventual posterior oposição dos embargos de declaração (necessária manifestação sobre modulação de efeitos da decisão)
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual impacto financeiro somente ocorrerá após decisão na esfera judicial e nos Tribunais Superiores.

Processo nº 0007449-26.2016.4.03.6144	
a. Juízo	Fazenda Nacional
b. Instância	Judicial
c. Data de instauração	15/12/2011
d. Partes no processo	Exequente: Justiça Federal de Barueri Executado: WMB Supermercado do Brasil Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 115.305.833,87
f. Principais fatos	Trata-se de execução fiscal em decorrência da suposta falta de recolhimento de PIS/COFINS sobre os descontos comerciais celebrados com os fornecedores de mercadorias, no período de janeiro a dezembro de 2007. Aguarda-se prolação de decisão nos embargos à execução
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual impacto financeiro somente ocorrerá após decisão na esfera judicial e nos Tribunais Superiores.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0462782-48.2015.8.19.0001	
a. Juízo	Vara da Fazenda Publica
b. Instância	Judicial
c. Data de instauração	18/11/2015
d. Partes no processo	Exequente: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro Executada: WMB Supermercados do Brasil Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 108.658.540,88
f. Principais fatos	Trata-se de execução fiscal visando a cobrança de ICMS que foi arbitrado pela Fazenda do Estado através do auto de infração n.º 03.164376-0. A Fazenda Estadual alegou que os documentos fiscais entregues pela empresa não eram suficientes para apurar o imposto devido, considerando-os inidôneos e arbitrando o valor do ICMS supostamente devido. O processo aguardando julgamento dos embargos à execução.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual impacto financeiro somente ocorrerá após decisão na esfera judicial e nos Tribunais Superiores.

Processo nº 0057236-43.2016.8.19.0001	
a. Juízo	Vara da Fazenda Publica
b. Instância	Judicial
c. Data de instauração	23/02/2016
d. Partes no processo	Exequente: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro Executada: WMB Supermercados do Brasil Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 108.377.729,80
f. Principais fatos	Trata-se de execução fiscal visando a cobrança de ICMS que foi arbitrado pela Fazenda do Estado através do auto de infração n.º 03.164375-2. A Fazenda Estadual alegou que os documentos fiscais entregues pela empresa não eram suficientes para apurar o imposto devido, considerando-os inidôneos e arbitrando o valor do ICMS supostamente devido. O processo aguardando julgamento dos embargos à execução.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual impacto financeiro somente ocorrerá após decisão na esfera judicial e nos Tribunais Superiores.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 10480.722794/2015-59	
a. Juízo	Receita Federal em Recife
b. Instância	Administrativo
c. Data de instauração	23/03/2015
d. Partes no processo	Autuada: Bompreço Supermercado do Nordeste Ltda. Autuante: Receita Federal do Brasil
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 105.204.900,84
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado em decorrência da suposta falta de recolhimento de PIS/COFINS sobre os descontos comerciais celebrados com os fornecedores de mercadorias, no período de março a dezembro/2010. Aguarda-se o julgamento do Agravo contra a decisão que admitiu parcialmente recurso da Empresa.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual impacto financeiro somente ocorrerá após decisão na esfera judicial e nos Tribunais Superiores.

Processo nº 0026088-11.2016.8.19.0002	
a. Juízo	Vara da Fazenda Publica
b. Instância	Judicial
c. Data de instauração	18/02/2006
d. Partes no processo	Exequente: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro Executada: WMB Supermercados do Brasil Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 105.051.797,59
f. Principais fatos	Trata-se de execução fiscal visando a cobrança de ICMS que foi arbitrado pela Fazenda do Estado através do auto de infração n.º 03.164374-5. A Fazenda Estadual alegou que os documentos fiscais entregues pela empresa não eram suficientes para apurar o imposto devido, considerando-os inidôneos e arbitrando o valor do ICMS supostamente devido, no período de setembro/2000 a dezembro/2003. O processo aguardando julgamento dos embargos à execução.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual impacto financeiro somente ocorrerá após decisão na esfera judicial e nos Tribunais Superiores.

Contingências Imobiliárias

Processo 0002337-61.2000.4.03.6104	
a. Juízo	2ª Vara da Justiça Federal da Comarca de Santos/SP
b. Instância	2ª Instância - 6ª Turma do TRF 3
c. Data de instauração	04/04/2000
d. Partes no processo	Autor: Luiz Carlos Baeta de Lara Campos Junior, Orlando Antonio de Oliveira, Luiz Demétrio de Araújo Filho Réus: Companhia Nacional de Abastecimento ("CONAB"), sucessora da antiga CIBRAZEN – Companhia Brasileira de Abastecimento, Terminal Pesqueiro de Santos Comércio e Indústria Ltda. ("STPS") e WMB Supermercados do Brasil Ltda. ("WMB")
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Provável: R$ 53.932.065,15 Possível: R$ 217.890.609,15
f. Principais fatos	Em 4.4.2000, foi ajuizada Ação Popular em face da CONAB E STPS, em virtude de procedimento licitatório nº 002/89 promovido pela CONAB, sucessor da CIBRAZEM, cujo vencedor foi o Terminal Pesqueiro de Santos ("TPS"). A CIBRAZEM promoveu em 1989 o procedimento licitatório para locação do imóvel objeto da licitação (Terminal Pesqueiro de Santos/SP), equipamentos, máquinas e utensílios do entreposto de pesca de Santos, sendo que, de acordo com o edital,

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo 0002337-61.2000.4.03.6104	
	deveria ser preservada a finalidade do imóvel para atividades relacionadas à pesca, como recepção, processamento, armazenagem, comercialização de pescado, produção, armazenagem e fornecimento de gelo. A TPS alienou parte dos equipamentos e sublocou o imóvel para a WMB, para a instalação de uma loja, localizada à Avenida Rei Alberto I, nº 450, Santos/SP. Assim, os Autores requereram (i) em sede liminar, que os Réus cessem os atos lesivos ao patrimônio público, como a alienação de equipamentos, fiquem impedidos de firmar qualquer contrato que desvirtue a finalidade do imóvel e se abstenham de promover atos que iniviabilizem a atividade pesqueira do entreposto; e (ii) no mérito, que (a) o imóvel seja restituído e readequado à atividade pesqueira, e (b) o pagamento de danos causados à comunidade pesqueira, em valor a ser arbitrado em sede de liquidação. Em 11.4.2000, foi deferida a medida liminar para determinar a utilização do imóvel apenas para o exercício da atividade pesqueira, bem como impedir qualquer ato que deteriore os bens públicos existentes no local. Em 13.6.2001, foi fixada multa diária de R$ 50.000,00 pelo descumprimento da liminar concedida. Em 18.3.2004, o Ministério Público Federal pediu a condenação da WMB ao pagamento das penalidades aplicadas em razão do descumprimento da medida liminar. Em 22.4.2004, a WMB apresentou petição rechaçando a pretensão do Ministério Público Federal e requerendo a sua inclusão no processo como assistente litisconsorcial passivo, o que foi deferido. Em 21.1.2010, foi prolatada sentença que reconheceu a perda do objeto quanto ao pedido de restituição do imóvel à atividade pesqueira, haja vista que não chegou a ser construída a loja da WMB e o imóvel não pertence mais à CONAB ou STPS. Ainda, julgou procedente o pedido inicial para condenar (i) a STPS e a WMB ao pagamento de indenização à União Federal, em valor a ser arbitrado, referente aos danos causados aos bens existentes no imóvel; (ii) a STPS, CONAB e WMB ao pagamento de multa diária pelo descumprimento da liminar, conforme solicitado pelo Ministério Público Federal, a qual deveria incidir de 13.8.2001 a 7.7.2003, para as Rés, e para a WMB, a partir do seu ingresso no feito; e (iii) pagamento de honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação para os Réus e WMB. Além da remessa necessária, foram interpostos recursos de apelação pelos (i) Autores, no tocante ao arbitramento dos honorários de sucumbência; e (ii) WMB, alegando que (a) a sentença apelada seria extra petita, uma vez que não foi formulado pedido na inicial de pagamento de indenização em favor da União Federal; (b) impossibilidade de condenação do Walmart que ingressou no processo como assistente litisconsorcial; (c) não foi praticado ato ilícito e inexiste dever de indenizar; (d) a multa diária não poderia ter sido aplicada na sentença, pois ausente descumprimento da ordem judicial pela WMB; (e) necessária redução do valor da multa. O recurso está pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da Terceira Região. Paralelamente, em 7.7.2003, foi concedida medida liminar na ação de reintegração de posse nº 2003.61.04.007241-3, ajuizada pela CONAB em face do STPS. Após cumprimento da ordem de reintegração de posse, o contrato de locação entre a CONAB e STPS foi rescindido e o imóvel transferido à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP/PR.
g. Chance de perda	Provável
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de confirmação da sentença, os impactos serão (i) financeiros, em valor a ser calculado em sede de liquidação de sentença, correspondentes à indenização à União Federal e pagamento de multa pelo descumprimento da liminar; e (ii) reputacionais, tendo em vista o prejuízo causado à comunidade de pescadores de Santos/SP. Considerando que a loja da WMB não foi construída, não se vislumbra prejuízo pela devolução do imóvel.

Processo 0005851-70.2010.4.03.6104	
a. Juízo	1ª Vara da Justiça Federal da Comarca de Santos/SP
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	08/07/2010
d. Partes no processo	Autor: Companhia Nacional de Abastecimento (“CONAB”) Requeridos: Terminal Pesqueiro de Santos Comércio e Indústria Ltda. (“TPS”), WMB Supermercados do Brasil Ltda. (“WMB”) e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Possível: R$ 129.322.790,80
f. Principais fatos	Trata-se de Ação Cível de Improbidade Administrativa, referente ao procedimento licitatório nº 0002/89, pelo qual a CONAB locou ao TPS o Terminal Pesqueiro de Santos,

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo 0005851-70.2010.4.03.6104	
	equipamentos, máquinas e utensílios do Entreposto, com a finalidade específica de nele ser desenvolvida a atividade de recepção, processamento, armazenagem e comercialização do pescado, bem como a produção, armazenagem e fornecimento de gelo. Segundo alega a CONAB, a TPS teria inadimplido com o Contrato, tendo em vista que teria dado ao Imóvel finalidade diversa daquela estabelecida no processo de licitação e respectivo objeto contratual, bem como sublocado o imóvel à WMB. Requer, assim, (i) a condenação solidária dos Réus ao pagamento de indenização pelos prejuízos causados ao erário, consubstanciados nos (a) equipamentos, prédios e maquinários destruídos pela má conservação, (b) diferença corresponde entre o valor de mercado do aluguel e o quanto o imóvel foi efetivamente alugado pela CONAB à TPS, e (c) lucros cessantes, tendo em vista que o imóvel foi praticamente destruído, não sendo possível à CONAB tentar uma nova locação; e (ii) a perda da função pública e direitos políticos para os Réus Marcus de Abuquerque, Antônio Pinheiro, Julio Cesar Lima e Octávio da Silva. A TPS, por sua vez, alegou que a CONAB possuía conhecimento desses fatos, fazendo prova dessa imputação de responsabilidade por meio da juntada aos autos de Relatório Específico elaborado pela Comissão de Fiscalização criada para apurar denúncias de irregularidades no Entreposto. O processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a citação de todos os réus.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável, os impactos serão (i) financeiros, em valor a ser calculado em sede de liquidação de sentença, correspondentes ao pagamrnto de indenização solidária; e (ii) reputacionais, tendo em vista o prejuízo causado à comunidade de pescadores de Santos/SP. Considerando que a loja da WMB não foi construída, não se vislumbra prejuízo pela devolução do imóvel.

Contingências Trabalhistas

Processo 0000872-26.2012.5.04.0012	
a. Juízo	Subseção I - Especializada em Dissídios Individuais - TST
b. Instância	Tribunal Superior do Trabalho
c. Data de instauração	19.12.2017
d. Partes no processo	Réu: WMS Supermercados do Brasil Autor: José Altamir Oliveira de Araújo
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$38.872,00 + Debate sobre o direito à reintegração e/ou indenização, em decorrência da “POM” – Política de Orientação para Melhoria. Para mais informações sobre a POM, vide item 4.7 deste Formulário de Referência.
f. Principais fatos	Questão relativa à validade da dispensa do empregado em face de conteúdo de norma interna da empresa WMS, que previu no programa denominado Política de Orientação para Melhoria procedimentos específicos que deveriam ser seguidos antes da dispensa de seus trabalhadores, matéria referente ao tema “Regulamento Interno – Política de Orientação para a Melhoria – Interpretação, extensão e efeitos”.
g. Chance de perda	Provável
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventuais reflexos em outros processos ajuizados que discutam a não implementação da política quando da dispensa do empregado.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Contingências Cíveis

Processo nº 0907770-39.2012.8.26.0506	
a. Juízo	8ª Vara Cível - Foro de Ribeirão Preto
b. Instância	Cível – Superior Tribunal de Justiça
c. Data de instauração	22/03/2012
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo ("MPSP") Ré: Walmart Brasil Ltda. ("WMB")
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 223.340.000,00 (pedido de dano moral coletivo e valor da causa) R$ 2.139.975,12 (perda provável)
f. Principais fatos	Trata-se de ação civil pública com pedido de tutela antecipada ajuizada pelo MPSP em razão de alegadas infrações às normas de vigilância sanitária na comercialização de produtos alimentícios pela rede de supermercados mantida pela WBM em Ribeirão Preto. A ação tem origem em inquérito civil instaurado anteriormente pelo MPSP, por meio do qual já teriam sido identificadas violações sanitárias cometidas pela WMB. A tutela antecipada foi concedida para determinar que a WMB se abstenha de armazenar, manipular e produzir quaisquer espécies de gêneros alimentícios em desconformidade com as normas sanitárias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), bem como de colocar no mercado produtos impróprios para consumo, sob pena de multa de R$ R$ 10.000,00 por cada autuação. A ação foi julgada parcialmente procedente para condenar a WMB (i) à obrigação de não fazer, consistente em abster-se de armazenar, manipular e produzir quaisquer espécies de gêneros alimentícios em desconformidade com as normas sanitárias, bem como de colocar no mercado produtos impróprios para consumo, sob pena de multa de R$ 50.000,00; e (ii) ao pagamento de R$ 1.000.000,00 a título de danos morais coletivos e custas processuais, a ser corrigido desde a fixação (13.2.2015) e acrescido de juros de mora desde a citação. Ambas as partes interpuseram apelação, o MPSP pede a majoração do valor dos danos morais coletivos para R$ 223.340.00,00. Em 21/3/2018, o TJSP deu integral provimento à apelação do WMB para extinguir o feito sem resolução do mérito, por falta de interesse de agir, e julgar improcedente o pedido de danos morais coletivos. O MPSP opôs embargados de declaração, que foram rejeitos. Após interposição de recurso especial ao STJ pelo MPSP, este foi provido monocraticamente para reconhecer omissão do TJSP anulando o acórdão que rejeitou os embargos de declaração do MPSP e determinando novo julgamento. WMB opôs embargos de declaração (que foram rejeitados) seguidos de agravo interno, que está pendente de julgamento.
g. Chance de perda	Provável
h. Impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro consubstanciado no pagamento do valor a título de danos morais coletivos e custas processuais e, caso futuramente seja constatado descumprimento da obrigação negativa imposta em sentença, a Companhia poderá sofrer um impacto de R$ 50.000,00 para cada infração verificada. Impacto reputacional, tendo em vista a comercialização de produtos em desrespeito à legislação sanitária aplicável.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

O valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3 acima, em 30 de setembro de 2020 era de R$197.356.584,23.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Trabalhista

Ação Civil Pública nº 0020969-54.2016.5.04.0611	
a. Juízo	Vara do Trabalho de Cruz Alta (RS)
b. Instância	Judicial
c. Data de ajuizamento	26/08/2016
d. Partes no processo	Autor: MPT Réu: WMS
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.276.000,00
f. Principais fatos	Ação Civil Pública que versa sobre prática de assédio sexual no ambiente de trabalho. A sentença reconheceu a ocorrência de referida prática no ambiente de trabalho e condenou a WMS ao cumprimento de obrigações de fazer, dentre as quais: (i) estabelecimento de mecanismo de recebimento de denúncias e investigação de assédio moral, assédio sexual e abuso de poder; (ii) publicação de edital sobre o mecanismo de recebimento das denúncias; (iii) promoção de campanha educativa; (iv) promoção de palestra de conscientização dos trabalhadores; (v) publicização em jornais de grande circulação estadual, dentre outras; sob pena de multa de R$ 50.000,00 por descumprimento de cada uma das obrigações. Também houve condenação ao pagamento de indenização por dano moral coletivo no valor de R$ 1.000.000,00. O acórdão manteve a sentença e WMS interpôs Recurso de Revista (recurso para o Tribunal Superior do Trabalho - TST).
g. Chance de perda	Provável
h. Impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro e dano à imagem da Companhia, em virtude do tema e determinação de publicização em jornais de grande circulação estadual.

Processo 0001056-09.2014.5.19.0007	
a. Juízo	7ª Vara do Trabalho de Maceió
b. Instância	1ª Instância
c. Data de ajuizamento	18/07/2014
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho Réu: WMB Supermercados do Brasil Ltda. ("WMB"), Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda. ("BPNE") e WMS Supermercados do Brasil Ltda. ("WMS")
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Perda provável: R$ 565.000,00
f. Principais fatos	Ação Civil Pública ajuizada pelo MPT para requerer que a empresa seja condenada em obrigações de fazer e não fazer, sob pena de pagamento de multa de R$ 100.000,00 por obrigação descumprida, acrescida de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a cada trabalhador prejudicado, sendo cumulativa e renovável a cada constatação, bem como a condenação ao pagamento de indenização por dano moral coletivo no valor de R$125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais). As obrigações de fazer e não fazer dizem respeito às temáticas de assédio moral, jornada de trabalho, práticas antissindicais relativas ao direito de associação e sindicalização, cumprimento das Normas Regulamentadoras ("NR") de Saúde e Segurança do Trabalho, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia ("SEPT-ME") e atividades relacionadas a transporte de valores. **Sentença julgou a ação parcialmente procedente**, condenando a Companhia às seguintes obrigações: (a) REALIZAR os exames médicos admissionais e periódicos de retorno ao trabalho, de mudança de função, bem como exame demissional, nos prazos previstos em lei, como o conteúdo mínimo previsto na NR 7 da SEPT-ME, devendo ser entregue a segunda via do Atestado de Saúde Ocupacional ("ASO") ao trabalhador mediante recibo na primeira via, fazendo constar no ASO o nome do médico coordenador e seu respectivo CRM; (b) PROCEDER, mediante perícia a cargo de médico ou engenheiro do trabalho, registrado na SEPT-ME, a aferição de níveis de insalubridade e periculosidade; (c) FORNECER aos empregados, de forma gratuita e em perfeitas condições de conservação e utilização, Equipamentos de Proteção Individual adequados aos riscos das atividades, bem como tornar obrigatório realizar a fiscalização de seu uso,

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Processo 0001056-09.2014.5.19.0007	
	além de treinar seus empregados para o uso correto desses equipamentos, conforme a NR 6 da SEPT-ME; (d) AUTORIZAR, que somente intervenham em instalações elétricas os trabalhadores que possuam treinamento específico sobre os riscos decorrentes do emprego da energia elétrica e as principais medidas de prevenção de acidentes em instalações elétricas, de acordo com o estabelecido no Anexo II da NR 10 da SEPT-ME, vedando que quadros de disjuntores de distribuição elétrica permaneçam com partes vivas expostas; (e) MANTER assentos de acordo com os requisitos mínimos de conforto previsto na NR 17 da SEPT-ME; (f) ADOTAR medidas de prevenção de incêndio, em conformidade com a legislação estadual e normas técnicas aplicáveis, principalmente em não armazenar material de forma que obstrua portas e equipamentos contra incêndios, conforme a NR 23 da SEPT-ME; (g) ENTREGAR o certificado aos membros da Comissão Iterna de Prevenções de Acidentes - CIPA, quando da realização de reuniões, de modo a comprovar os assuntos abordados, mantendo o funcionamento da referida comissão, de acordo com a NR 5 da SEPT-ME; (h) PAGAR, a título de indenização por dano moral coletivo, o montante de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Ambas as partes interpuseram Recurso Ordinário. Aguarda-se juízo de admissibilidade do recurso interposto pelo MPT para envio ao Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região para julgamento.
g. Chance de perda	Perda provável
h. Impacto em caso de perda do processo	Imposição de obrigações de fazer e de não fazer, sob pena de multa, além de indenização por dano moral coletivo, podendo impor a condenação com alto impacto financeiro.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Apresentamos abaixo os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto, dos quais a Companhia e suas controladas são partes.

Ações civis públicas de natureza cível	
Valores Envolvidos	R$ 5.246.507,51 (Provável)
Prática que causou tal contingência	A Companhia é parte em 52 ações civis públicas envolvendo matéria cível, que em conjunto podem ser relevantes. Dessas 52 ações: • 13 envolvem a Bompreço Bahia Supermercados Ltda.; • 7 envolvem a Bompreço Supermercado do Nordeste Ltda.; • 8 envolvem a WMB Supermercado do Brasil Ltda.; • 24 envolvem a WMS Supermercado do Brasil Ltda. Os objetos dessas 52 ações civis públicas são, basicamente: • Armazenamento irregular de produtos; • Problemas no atendimento ao cliente; • Ausência de informações obrigatórias nos produtos; • Falta de CDC em loja; • Falta de notas fiscais; • Garantia estendida; • Infrações à Lei da Entrega; • Poluição sonora; • Produto com defeito/vício/impróprio; • Propagando enganosa; • Venda de bebida alcoólica para menores; • Tempo de espera da fila; e • Solicitação de documentos/informações. Os processos são avaliados por assessores jurídicos externos e departamento jurídico interno em que a estimativa de perda é registrada de acordo com o desembolso de caixa.

Inquéritos Civis	
Valores envolvidos	Não aplicável, os inquéritos civis não possuem conteúdo econômico relevante, pois trata-se de procedimentos administrativos de natureza investigatória que, a depender de seus desdobramentos, podem originar ações civis públicas ou a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta. Caso, no curso das investigações, não sejam identificadas condutas ilegais, os inquéritos são arquivados.
Prática que causou tal contingência	A Companhia é parte em 103 inquéritos civis, que em conjunto podem ser relevantes. Desses 103 inquéritos civis: • 17 foram instaurados contra a Bompreço Bahia Supermercados Ltda.; • 12 foram instaurados contra a Bompreço Supermercado do Nordeste Ltda.; • 11 foram instaurados contra a WMB Supermercado do Brasil Ltda.; • 63 foram instaurados contra a WMS Supermercado do Brasil Ltda. Os objetos desses 103 inquéritos são, basicamente: • Problemas no atendimento ao cliente; • Ausência de informações obrigatórias nos produtos; • Produto com defeito/vício; • Propagando enganosa; • Venda de bebida alcoólica para menores; • Tempo de espera da fila; e • Solicitação de documentos/informações.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Processos administrativos e judiciais de natureza consumerista	
Valores Envolvidos	R$63.703.315,07
Prática que causou tal contingência	A Companhia é parte em (i) processos administrativos, em especial movidos pelo PROCON e INMETRO; e (ii) processos judiciais, que, em conjunto, podem ser considerados relevantes. Os objetos desses processos são, basicamente: • Armazenamento irregular de produtos; • Problemas no atendimento ao cliente; • Ausência de informações obrigatórias nos produtos; • Falta de CDC em loja; • Falta de notas fiscais; • Garantia estendida; • Produto com defeito/vício; • Propagando enganosa; • Venda de bebida alcoólica para menores; • Tempo de espera da fila; e • Solicitação de documentos/informações. Os processos são avaliados por assessores jurídicos externos e departamento jurídico interno em que a estimativa de perda é registrada de acordo com o histórico de perda e desembolso de caixa.

Processos Fiscais	
Valores Envolvidos	R$364.305.752,98
Prática que causou tal contingência	Tomada de créditos de ICMS sobre a energia elétrica consumida nas áreas produtivas das lojas. As áreas produtivas são comprovadas através de laudos técnicos que permite fixar, a cada ano, percentuais mais acurados para apropriação do crédito.
Valores Envolvidos	R$422.877.608,54
Prática que causou tal contingência	Na consecução de suas atividades a Companhia realiza operação de transferência de mercadorias entre seus estabelecimentos. As autoridades fiscais questionam a base de cálculo utilizada para formação do preço da mercadoria a ser transferida, se acrescido ou não os impostos recuperáveis. Em razão do entendimento divergente quanto a base de cálculo, os Estado de Pernambuco e Minas Gerais cobram suposto recolhimento a menor de ICMS.
Valores Envolvidos	R$369.337.078,05
Prática que causou tal contingência	No varejo é comum ocorrerem perdas, quebras e transformações de produtos (produção de pizza, pães, frios, entre outros) na operação de venda. Devido a tais processos, diferenças entre estoque final e inicial são apuradas pelo fisco e por esta razão a Companhia recebeu autos de infração pela suposta omissão de entrada ou de saída e falta de pagamento de ICMS.
Valores Envolvidos	R$152.960.510,30
Prática que causou tal contingência	A Companhia é parte em processos que versam sobre as seguintes matérias: (I) ICMS cesta básica; (ii) créditos indevidos; e (iii) erros de tributação. Tratam-se de divergência de interpretação quanto ao disposto na legislação tributária. Item (i) STF já definiu que é legitimo o estorno proporcional dos créditos. Aguarda-se o trâmite dos processos para cumprimento da decisão; (ii) questiona-se a tomada de crédito de diversas naturezas e o suporte documental para suportar referido crédito; e (iii) as alíquotas de ICMS diferem para cada produto, inclusive dentro na mesma classificação fiscal, diante da especificidade de cada produto há questionamento sobre a alíquota aplicável.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Processos Previdenciário	
Valores Envolvidos	R$76.367.668,55
Prática que causou tal contingência	Nessas ações, a Companhia discute, como polo ativo, a legalidade da criação do FAP (fator acidentário de prevenção), que tem como objetivo majorar a alíquota do SAT (seguro acidente do trabalho) que é devido sobre a folha de salário da Companhia.

Processos Trabalhistas	
Valores Envolvidos	R$650.401.901,93
Prática que causou tal contingência	As contingências decorrem de demissões no curso normal dos negócios e versam sobre questões ligadas à jornada de trabalho, descaracterização de cargo de confiança, reintegração, horas extras, adicional de periculosidade e/ou insalubridade e atendimento à legislação trabalhista. Existem determinadas contingências na carteira de processos que decorrem de um tema comum e versam sobre controvérsia a respeito do direito à reintegração e/ou indenização, em decorrência da "POM" – Política de Orientação para Melhoria. Para mais informações sobre a POM, vide item 4.7 deste Formulário de Referência. Também temos contingências que decorrem de temas comuns e versam sobre: (i) assédio moral sofrido por empregados, em decorrência de dano moral "*cheers*"; humilhação/pressão psicológica por parte dos superiores hierárquicos; e (ii) assédio sexual sofrido por empregados, em decorrência de insinuações por parte de superiores hierárquicos, importunação sexual. Os processos são avaliados por assessores jurídicos externos, bem como pelo departamento jurídico interno, sendo que a as provisões são baseadas na média histórica de valores de acordos e condenações em processos similares e conforme competência.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

O valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6 acima, em 30 de setembro de 2020 era de R$1.233.555.145,15.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Trabalhista

Processo 0000872-26.2012.5.04.0012

Em complemento à descrição do Processo 0000872-26.2012.5.04.0012, divulgado no item 4.3 deste Formulário de Referência, a Companhia julga relevante fornecer as informações abaixo.

POM – POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO PARA MELHORIA

A Política de Orientação à Melhoria (ou "POM"), implantada pelo Grupo Walmart do Brasil, era parte integrante do conjunto de ferramentas internas de gestão de colaboradores e visava ser aplicada caso a caso, diante de situações de quebra de procedimento, conduta ou desempenho insatisfatório de colaboradores, tendo como principal objetivo melhorar o desempenho dos seus colaboradores.

A ferramenta gerencial permaneceu ativa, em sua formulação original, desde o ano de 2006 até 29 de junho de 2012, quando foi aprovada uma revisão da POM, o que alterou seus procedimentos e sua forma de utilização. A partir desse momento, a redação da referida política foi modificada para, dentre outras atualizações, explicitar o caráter não obrigatório da POM, sendo sua aplicabilidade analisada caso-a-caso, de acordo com a liberalidade (ou a critério) do Grupo Walmart do Brasil. Meses depois, em 14 de novembro de 2014, foi aprovada a completa revogação da POM.

Todavia, a despeito da revogação completa em 2014, o Poder Judiciário em suas diferentes instâncias e regiões passou a interpretar a política de forma antagônica em ações individuais de ex-empregados, produzindo discussões jurídicas a respeito da sua aplicabilidade e incidência sobre trabalhadores contratados em períodos anteriores à sua exclusão das normas internas.

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, diante de muitas e repetidas decisões em casos individuais de POM, bem como divergência de entendimento na jurisprudência da própria Corte, editou em 28 de agosto de 2015 a Súmula nº 72, cuja redação determinava a observância obrigatória da POM para legitimar a dispensa sem justa causa. Segundo a referida Súmula, a dispensa sem justa causa seria considerada nula para o trabalhador que não fosse submetido a todas as etapas previstas na política. Ao mesmo tempo, em sentido diametralmente contrário, em 05 de junho de 2017 o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região publicou a Tese Jurídica Prevalecente nº 9, segundo a qual a POM não impõe qualquer limitação ao direito potestativo da companhia de demitir injustificadamente, não garantindo estabilidade aos empregados e não prevendo possibilidade de reintegração ou deferimento de indenização.

Diante do impasse jurídico, o tema foi encaminhado para manifestação do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e atualmente aguarda julgamento do Incidente de Resolução de Recursos Repetitivos (IRR), nos autos do Processo 0000872-26.2012.5.04.0012, instaurado em 19.12.2017 na Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho (SDI-1).

- **Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e Termos de Compromisso (TC)**

A Companhia, por meio de suas controladas, é signatária de 50 Termos de Ajustamento de Conduta junto ao Ministério Público do Trabalho ("MPT") e Termos de Compromisso perante o antigo Ministério do Trabalho (atual Ministério da Economia), celebrados entre 1998 e 2016, por meio das Procuradorias Regionais do Trabalho dos estados. Apesar de alguns dos TACs envolverem temas como trabalho infantil, assédio moral, revista íntima, discriminação e liberdade de locomoção, a Companhia entende que tais TACs não são relevantes, visto que tais condutas não são mais observadas na Companhia e referidos TACs estão sob monitoramento acerca dos seus termos de cumprimento.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Tributário

- **Trânsito em Julgado Favorável em Ações Tributárias**

As subsidiárias da Companhia ajuizaram ações judiciais em busca de decisões judiciais que lhes reconhecessem e assegurassem o direito de não incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, em relação aos fatos geradores vencidos e vincendos, bem como o reconhecimento do direito aos créditos provenientes dos pagamentos indevidamente efetuados a título de PIS e COFINS, em decorrência da indevida inclusão do ICMS em suas bases de cálculo, para fins de compensação.

- A WMS Supermercados do Brasil Ltda. já obteve trânsito em julgado favorável na ação 5054017-64.2015.4.04.7100, a WMB Supermercados do Brasil Ltda. já obteve trânsito em julgado favorável nas ações 0023773-10.2008.4.03.6100 (2008.61.00.023773-5) e 0013662-82.2015.4.03.6144, a Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda. já obteve trânsito em julgado favorável na ação judicial 0000555-26.2007.4.05.8300 (2007.83.00.000555-7), e a Bompreço Bahia Supermercados Ltda. já obteve trânsito em julgado favorável na ação 0000373.16.2007.4.01.3300 (2007.33.00.000372-0).

- Em razão do trânsito em julgado das decisões favoráveis, a Companhia está utilizando os créditos reconhecidos judicialmente, estimados inicialmente em aproximadamente R$1,2 bilhão, sendo R$662,0 milhões relativos ao principal e R$588,00 milhões em decorrência da aplicação da atualização correspondente, para compensação com débitos tributários federais, sendo que, até o momento, R$300,0 milhões foram compensados. Destaca-se que o cálculo do crédito de PIS e COFINS em questão teve como parâmetro o ICMS destacado em nota fiscal.

- Ainda, considerando ainda haver pendência de julgamento dos embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional no *leading case* (não nos casos das subsidiárias da Companhia, que já transitaram em julgado favoravelmente a elas) relativo à mesma discussão (RE nº 574.706/PR), é possível ainda haver controvérsias quanto aos efeitos da decisão ou até mesmo quanto aos montantes dos créditos passíveis de utilização por todos os contribuintes que possuem essa discussão, de modo que, a depender do seu resultado, a aplicabilidade ou os montantes dos créditos poderiam ser afetados.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Sugestão para eventual existência de Política formal de gerenciamento de Riscos:

A Companhia adota desde 14 de outubro de 2020 uma Política de Gestão de Riscos com o objetivo de controlar ou mitigar riscos operacionais, estratégicos e regulatórios. A Política de Gestão de Riscos foi aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de outubro de 2020 e sua aplicação é monitorada pela área de Compliance e Gestão de Riscos da Companhia.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gestão de Riscos da Companhia visa estabelecer as diretrizes e responsabilidades aplicáveis à Gestão de Riscos do Grupo BIG, bem como orientar os processos de contextualização, identificação, avaliação, análise, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às suas atividades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas e em conformidade com as melhores práticas de mercado.

O processo de gestão de riscos do Grupo BIG foi definido com base nas normas ISO 31000:2018 – Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos e COSO-ERM - Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission 2018, e possui os seguintes objetivos:

- Fortalecer a cultura da gestão de Riscos;
- Definir papéis e responsabilidades;
- Padronizar conceitos e práticas; e
- Assegurar que os princípios da Governança do Grupo BIG sejam seguidos.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência e busca proteção contra os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados por sua administração, sua reputação e os seus resultados financeiros. Nos termos de sua Política de Gestão de Riscos, a Companhia busca proteção para riscos divididos nas seguintes macro-categorias:

- **Riscos Estratégicos:** aqueles associados com a habilidade do Grupo BIG em formular ou executar uma estratégia de negócios de sucesso. Estão associados também a (i) mudanças no setor varejista e em sua dinâmica concorrencial; (ii) surgimento de tecnologias e/ou preferências de consumo ainda não mapeadas pelo Grupo BIG; (iii) mudanças na estrutura de capital do Grupo BIG e atuação em diferentes mercados; ou (iv) mudanças de políticas na administração municipal onde as lojas se encontram instaladas e/ou e políticas tributárias nas esferas estaduais e federais.

- **Riscos Financeiros ou de Mercados Financeiros**: aqueles relacionados à habilidade do Grupo Big de prover liquidez adequada para garantir a realização de seus objetivos. Os Riscos de Mercados Financeiros abrangem a exposição a mudanças na capacidade de auferir rendimentos ou do valor econômico do Grupo Big como resultado de mudanças nas variáveis do mercado financeiro - por exemplo, taxas de câmbio, que podem afetar valores de despesas ou de receitas e, em situações críticas, o equilíbrio financeiro do Grupo BIG.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- **Riscos de Compliance:** aqueles originados por forças externas ao Grupo BIG que podem significativamente alterar os fundamentos de negócios que dirigem os seus objetivos e estratégias gerais e que, ao extremo, podem provocar a interrupção dos negócios. Podem também ser resultantes de falhas no projeto ou na operação de processos. Podem se materializar caso os processos da empresa tendam a não atender requisitos de clientes, ou não obedecerem aos procedimentos e políticas. A categoria inclui também o risco associado ao descumprimento da legislação e regulamentação vigentes, como processos trabalhistas e questões tributárias, entre outros.

- **Riscos Operacionais:** aqueles decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos do Grupo BIG. Estão associados também (i) à execução do plano de negócios do Grupo BIG, que pode ser afetado por eventuais sanções ocasionadas pelos fornecedores ou pelos clientes; (ii) a mudanças de políticas das concessionárias de fornecimento de serviços e/ou produtos que podem impactar na sua disponibilidade para o empreendimento; ou (iii) ao aumento dos custos das operações do Grupo BIG, em virtude não só de condições de mercado, variações de câmbio e mudanças tributárias, como também de alterações legais e regulatórias nas localidades nas quais opera. Estão incluídos nessa macro-categoria os riscos ocasionados por acidentes, falhas de engenharia, eventos externos ou fatalidades em geral que possam impactar a integridade e/ou a vida de pessoas.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia segue os princípios adotados por normas de gestão de risco empresarial reconhecidas no mercado, como a ISO 31000: 2018 e COSO ERM 2018, sendo adotado o modelo de três linhas de defesa.

Assim, o processo de Gestão de Riscos da Companhia é composto por 07 (sete) etapas:

- **Estabelecimento de Contexto**: É a primeira etapa do processo de gestão de riscos. Contempla a captura e o entendimento dos objetivos estratégicos de curto a longo prazo do Grupo BIG, bem com o ambiente (interno e externo) em que a empresa está inserida e a diversidade de critérios de risco.

- **Identificação do Risco:** A identificação dos riscos é um processo contínuo de gestão. Nesta etapa deve-se reconhecer e descrever os riscos aos quais a empresa está exposta. No processo de Gestão de Riscos do Grupo BIG, esta identificação é realizada com base na percepção da Diretoria Executiva, considerando os objetivos do negócio e Dicionário de Riscos, por meio de aplicação de questionário e/ou entrevistas. O produto desta etapa é uma relação de riscos baseada nos fatores que possam desviar a Companhia da realização de seus principais objetivos estratégicos.

- **Análise de Riscos:** A análise de risco é feita em função do impacto e probabilidade do risco de acordo com os seguintes critérios:

  Impacto: A análise do impacto considera a criticidade de cada fator de risco identificado, projetando as consequências de sua materialização em nove esferas: Financeiro, Estratégico, Meio Ambiente, Saúde e Segurança, Colaboradores, Imagem e Reputação, Compliance, Satisfação do Cliente e Interrupção do Negócio.

  Probabilidade: Nível de exposição ao risco considerando o histórico de ocorrências, controles existentes, as expectativas e projeções futuras bem como a atual situação dos fatores de riscos identificados.

  O resultado da análise do risco considerando as noves esferas de impacto, permite classificar os riscos nos seguintes critérios: baixo, médio, alto e crítico. Quanto à probabilidade, os riscos também são classificados em diferentes graus de acordo com o seguinte critério: remoto, possível, provável e muito provável.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- **Avaliação dos Riscos:** A avaliação de riscos envolve comparar o nível de risco encontrado durante o processo de análise com os critérios de riscos estabelecidos de acordo com o contexto. A avaliação é o momento de plotar o risco na matriz para consolidação dos temas. Após compilar e classificar os riscos ponderando o impacto e probabilidade, são elencados os principais riscos que a Companhia deverá focar no período de um ano. Estes riscos são validados pelo Conselho de Administração e pelo Comitê de Auditoria.

- **Tratamento ou Resposta ao Risco**: Concluída a etapa de avaliação quanto ao grau de exposição da empresa na busca de seus objetivos, tem-se o processo de tomada de decisão quanto ao tratamento de riscos, de acordo com as diretrizes de apetite a riscos determinadas pela alta administração da empresa. Esta fase envolve a formalização das repostas aos riscos identificados, junto ao Comitê Executivo do Grupo BIG, por meio das opções determinadas abaixo:

Figura 1 – Resposta ao risco

Aceitar: A Companhia decide conviver com o risco, não realizando assim ações que venham a tratá-lo.

Rejeitar: O ato de rejeitar significa que o Grupo BIG não deseja conviver com o risco, exigindo assim um tratamento a ser endereçado pelo responsável por monitorar e/ou tratar o risco. O fato de um risco ser rejeitado pressupõe que o Grupo BIG, o trate de acordo com as seguintes opções: Evitar, Reduzir ou Compartilhar:

(i) Evitar: As atividades que originam o risco devem ser interrompidas;

(ii) Reduzir: Buscar alternativas para reestruturação dos processos, visando reduzir o impacto do risco em caso de materialização, a probabilidade de sua materialização, ou ambos;

(iii) Compartilhar: Tomar ações visando transferir o risco a um terceiro, pagando um determinado valor para tanto, como por exemplo contratação de seguros.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- **Comunicação e Consulta:** O tópico de gerenciar riscos deve ser parte integrante de todos os processos organizacionais, sendo assim, é necessário que se desenvolva um bom plano de comunicação para todas as fases do processo, sempre de forma contínua e interativa, para que assim, todas as partes interessadas possam compartilhar, fornecer ou obter informações. Os riscos do Grupo BIG são formalizados na ferramenta MURAH e são disponibilizados aos Donos dos Riscos para visualização e atualização dos planos de ação estabelecidos pela área. A ferramenta também notifica os responsáveis por meio de alertas através de e-mail, quando há atualização de riscos e planos de ação.

- **Monitoramento:** Sem prejuízo das responsabilidades atribuídas à cada parte no processo de Gestão de Riscos, cabe à área de Compliance e Gestão de Riscos coordenar o processo e monitorar a execução dos planos de ação assumidos pelas respectivas áreas/formatos do Grupo BIG, com periodicidade mínima trimestral. No processo de monitoramento de riscos deve-se detectar mudanças no contexto interno e externo, identificando riscos emergentes e mudanças nos eventos de riscos já formalizados. Os critérios de classificação dos riscos (esferas de impacto e apetite ao risco), devem ser revisados anualmente, conforme alterações relevantes do negócio e aprovados junto à Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura de gestão de Riscos da Companhia considera a atuação conjunta de todos os membros da Companhia, em seus respectivos níveis hierárquicos. Nesse sentido, diferentes departamentos e áreas da Companhia, de acordo com suas atribuições e funções, são responsáveis por identificar, avaliar, tratar e monitorar os Riscos, em conformidade com esta Política. A estrutura de gestão de Riscos da Companhia é baseada no COSO ERM, que recomenda a gestão de Riscos através do modelo das três linhas de defesa:

(i) 1ª Linha de Defesa: a primeira linha de defesa está associada à linha de frente dos negócios da Companhia e inclui todos diretamente competentes para a execução dos controles e implementação das respostas aos Riscos. Tratam-se dos Donos dos Riscos, responsáveis diretos pelos processos;

(ii) 2ª Linha de Defesa: a segunda linha de defesa refere-se aos responsáveis pelos controles da Companhia, com atribuições para fixar as diretrizes de gestão de Riscos e supervisionar o cumprimento destas diretrizes. Nesta categoria estão a Diretoria de Compliance e Gestão de Riscos, responsável pelas funções de gestão de riscos corporativos e de controles internos e de Compliance, e a Área de Ética, responsável pela função de ética. Os membros da Área de Compliance e Gestão de Riscos e da Área de Ética não acumulam outras atividades operacionais. No desenvolvimento de suas funções, a Área de Compliance e Gestão de Riscos e a Área de Ética podem solicitar o auxílio de outras áreas da Companhia, como da controladoria e do jurídico. A Diretoria de Compliance e Gestão de Riscos se reporta ao Comitê de Auditoria, em relação a suas funções de gestão de riscos e controles internos. A Área de Ética se reporta, em relação às atividades relacionadas ao programa de ética da Companhia, diretamente ao Comitê de Auditoria; e

(iii) 3ª Linha de Defesa: a terceira linha de defesa refere-se à área de Auditoria Interna, a quem compete avaliar, testar e supervisionar a aderência, conformidade e eficácia do processo de gestão de riscos da Companhia, bem como aferir a qualidade e a efetividade dos controles internos e governança. A área de Auditoria Interna se reporta ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

As áreas que compõem a estrutura de gerenciamento de riscos estão ilustradas no organograma abaixo:

Conselho de Administração: Dentre outras atribuições, o Conselho de Administração possui competências para:

- Aprovar a política de Gerenciamento de Riscos;
- Determinar o grau de apetite à risco da Companhia, bem como as faixas de tolerância a desvios em relação aos níveis de risco determinados como aceitáveis;
- Assegurar, ao Comitê de Auditoria, autonomia operacional, aprovando seu o orçamento próprio destinado a cobrir despesas com seu funcionamento;
- Receber, por meio do Comitê de Auditoria, o reporte das atividades da Auditoria Interna, da Área de Compliance e Gestão de Riscos e da Área de Ética; e
- Receber, por meio do Comitê de Auditoria, reporte sobre as atividades relacionadas ao programa de integridade da Companhia.

Comitê de Auditoria: o Comitê de Auditoria da Companhia é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração da Companhia e regido por Regimento Interno próprio. Dentre outras atribuições, o Comitê de Auditoria possui competências para:

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia;
- Avaliar a metodologia, a política e os procedimentos de Gestão de Riscos;
- Avaliar as ações da Diretoria e da área de Compliance e Gestão de Riscos na implementação da metodologia;
- Ratificar o tratamento dos riscos e modelo de acompanhamento dos planos de ação;
- Acompanhar as atividades da Auditoria Interna;
- Receber da Área de Ética reportes acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos;
- Avaliar mensalmente o Plano de Ação submetido pela área de Auditoria Interna; e
- Avaliar, anualmente, se a estrutura da área de Auditoria Interna e seu orçamento são suficientes ao desempenho de suas funções.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Diretoria Executiva: Dentre outras atribuições, a Diretoria Executiva possui competências para:

- Definir diretrizes, recursos e metas que garantam o bom funcionamento da gestão de riscos;
- Revisar o portfólio dos riscos identificados pela organização;
- Ratificar a priorização dos Riscos a serem tratados/gerenciados;
- Definir e acompanhar os planos de ação/mitigação para redução da exposição ao risco; e
- Informar à área de Compliance e Gestão de Riscos sobre a identificação de novos riscos ou eventos que sejam relevantes e suas respectivas evoluções.

Donos do Risco: Como primeira linha de defesa, os Donos dos Riscos, responsáveis pelos processos, têm a atribuição de implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles, além de informar eventuais modificações destes processos, cabendo-lhes

- Identificar e gerir os riscos que possam afetar as áreas/formatos sob sua responsabilidade;
- Definir a resposta a cada risco sob sua responsabilidade;
- Implementar os planos de ação para tratamento do risco;
- Sugerir alterações no mapeamento de riscos e validar todas as informações disponibilizadas periodicamente; e
- Reportar periodicamente para a área de Compliance e Gestão de Riscos o status dos respectivos planos de ação.

Diretoria de Compliance e Gestão de Riscos: Como parte da segunda linha de defesa, a Diretoria de Compliance e Gestão de Riscos exerce as funções de controles internos, riscos corporativos e compliance, juntamente com a Área de Compliance e Gestão de Riscos. Os membros da Área de Compliance Gestão de Riscos não exercem atividades operacionais. A Área de Compliance e Gestão de Riscos tem competência para:

- Desenvolver e aplicar a estratégia, a metodologia e a cultura de gerenciamento de riscos, em conformidade com regulamentações vigentes e melhores práticas do mercado;
- Fornecer ferramentas para a gestão de riscos na empresa e garantir seu funcionamento;
- Acompanhar o status e a implantação dos planos de ação desenvolvidos de acordo com as respostas dos riscos identificados;
- Apresentar e reportar ao Comitê de Auditoria o nível de exposição da Companhia aos riscos;
- Assegurar a manutenção da política de gestão de riscos e verificar o cumprimento dos limites estabelecidos;
- Assessorar as áreas/formatos na identificação e avaliação do impacto dos diversos tipos de riscos envolvidos;
- Suportar as áreas/unidades da Companhia na definição de plano de ação;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Realizar avaliações periódicas de riscos de integridade com relação a cada área de negócio e/ou país em que o Grupo BIG atua, reportando seus resultados ao Comitê de Auditoria; e
- Realizar treinamentos periódicos aos colaboradores do Grupo BIG, de modo a mitigar riscos de conformidade.

Área de Ética: Também como parte da segunda linha de defesa, a Área de Ética é responsável pelo monitoramento e aplicação do programa de ética da Companhia, reportando-se ao Comitê de Auditoria em relação a tais atividades. Os membros da Área de Ética não exercem atividades operacionais. A Área de Ética tem competência para:

- Implementar e fiscalizar o cumprimento do disposto no Código de Ética;
- Gerenciar e garantir o adequado funcionamento do Canal de Ética, bem como documentar e reportar suas atividades relacionadas ao Canal de Ética;
- Apurar denúncias de violações às leis, regulamentos e normativos internos da Companhia, com o apoio da Área de Auditoria Interna, reportando-as periodicamente ao Comitê de Auditoria; e
- Realizar treinamentos periódicos aos colaboradores do Grupo BIG quanto aos termos do Código de Ética.

Auditoria Interna: Como terceira linha de defesa, a Auditoria Interna é responsável pela auditoria dos processos de gerenciamento de Riscos, controles e governança, de acordo com os termos de seu Regimento Interno. A Auditoria Interna se reporta ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, e provê avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de Riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de Riscos e controle. Em síntese, cabe à Auditoria Interna, além do previsto em seu Regimento:

- Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da companhia;
- Contribuir para mensuração de riscos e proposição de estratégias para seu gerenciamento;
- Proporcionar independência e objetividade, com foco em atividades relacionadas a riscos relevantes e críticos para o Grupo BIG;
- Avaliar os riscos de forma preventiva e abrangente, para minimizar a ocorrência de erros, perdas e/ou fraudes;
- Auxiliar na identificação de riscos inerentes às operações do Grupo BIG; e
- Apoiar a Área de Ética na apuração de denúncias de violações às leis, regulamentos e normativos internos da Companhia.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controle internos está adequada, no que diz respeito à gestão de riscos, considerando que adota constantemente medidas para a verificação da efetividade de sua política de gestão de riscos. Ademais, o monitoramento dos controles se dá por meio de um processo dinâmico, contínuo e colaborativo, de modo a garantir a posterior adoção de medidas específicas, factíveis e tempestivas, mediante envolvimento próximo da administração da Companhia, em particular seu Comitê de Auditoria.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui política específica para gerenciamento de riscos de mercado, visto que a Política de Gerenciamento de Riscos mencionada no item 5.1 deste Formulário de Referência cobre também riscos mercadológicos.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

As práticas adotadas pela Companhia para monitoramento dos riscos de mercado, estabelecidas na Política de Gerenciamento de Riscos mencionada no item 5.1, possuem por objetivo evitar ou mitigar eventuais efeitos adversos nas suas atividades.

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência, notadamente, os riscos da taxa de juros, o risco de câmbio e o risco de liquidez.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Para mitigar o risco e diminuir a exposição em relação à volatilidade da moeda estrangeira e seus efeitos sobre as importações do Grupo, a Administração, em 30 de setembro de 2020, passou a utilizar Non Deliverable Forward ("NDF"), cujo objetivo é cobrir eventuais posições descobertas e sujeitas a efeitos de flutuações cambiais. Os valores de mercado dos contratos de NDF foram obtidos através de informações disponíveis no mercado ativo onde esses instrumentos financeiros são negociados; não há desembolsos iniciais, sendo que tais valores são devidos apenas nos respectivos vencimentos. A variação da marcação a mercado é registrada no Resultado Financeiro.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A composição da NDF em 30 de setembro de 2020 está apresentada abaixo:

Consolidado - 30 de setembro de 2020							
Moeda das importações	**Natureza**	**Início**	**Vencimento**	**Nocional**	**Taxa de fechamento do contrato**	**Taxa Termo**	**MTM - milhões de reais**
Dólar	NDF	De 11/08/2020 a 29/09/2020	De 05/10/2020 a 21/12/2020	15	5,4282	5,4415	3
Euro	NDF	De 11/08/2020 a 29/09/2020	De 05/10/2020 a 28/12/2020	8	6,4137	6,4386	2
				23			**5**

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado constantemente pelas áreas de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

O principal objetivo da Administração de capital da Companhia é assegurar a liquidez, mitigação de riscos financeiros e gestão eficiente do capital de giro, buscando apoiar o negócio e maximizar o valor ao acionista.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia possui carteira de recebíveis à disposição caso opte por antecipar para fins de fortalecimento de caixa e/ou cumprimento das suas obrigações contratuais.

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Conforme estrutura descrita no item 5.1 (b) (iii) deste Formulário de Referência, no que é aplicável ao gerenciamento de riscos mercadológicos.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controle interno está adequada.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia tem como prática monitorar constantemente os riscos do seu negócio, que possam impactar de forma adversa suas operações e resultados, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades.

Com relação às práticas de controles internos: (i) a Companhia segue as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS/CPC); (ii) as demonstrações financeiras são elaboradas pela Coordenação de Controladoria, com apoio e revisão das áreas do gerente sênior de controladoria, pelo gerente de governança e pelo *controller*; (iii) as informações contábeis são registradas em sistemas internos utilizados pela Companhia; (iv) os lançamentos manuais respeitam o *4-eye principle*; (v) as conciliações contábeis são controladas em sistemas internos utilizados pela Companhia; (vi) o fechamento contábil apenas é concluído após justificativa para as variações relevantes de todas as contas contábeis; e (vii) o balanço e a demonstração do resultado do exercício são revisados mensalmente pelo gerente de controladoria, que não tem participação direta na elaboração de demonstrações financeiras.

Ademais, anualmente, os Auditores Independentes atuam: (i) na emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras; e (ii) na emissão de carta de recomendação sobre controles internos da Companhia de acordo com art. 25, inciso II, da Instrução CVM n.º 308/99.

A Companhia possui ainda área de Auditoria Interna estruturada, cujas atividades são reportadas ao Comitê de Auditoria e regidas por Política de Auditoria Interna própria, a quem cumpre elaborar anualmente um Plano de Auditoria Interna, considerando todas as unidades, processos, atividades e os riscos de maior impacto e relevância de todas as operações, endereçando preocupações da alta administração e Comitê de Auditoria.

Ainda, cumpre destacar que o Comitê de Auditoria acompanha diretamente, ou por meio da área de Compliance e Gestão de Riscos, as atividades da Coordenação de Controladoria, bem como dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna. A Companhia trabalha de modo contínuo para manter controles internos adequados ao seu porte e operações, monitorando permanentemente o cumprimento de leis, normas, regulamentos, políticas e procedimentos.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura organizacional de controles internos da Companhia compreende a atuação coordenada de diversos órgãos internos, notadamente (a) a alta administração, composta pelo Conselho de Administração e a Diretoria; (b) área de Compliance e Gestão de Riscos; (c) a Auditoria Interna; (d) o Comitê de Auditoria; e (e) as áreas de negócios, no que couber.

Abaixo, um resumo das atribuições dos órgãos em referência no que diz respeito à elaboração de demonstrações financeiras e manutenção de controles internos adequados:

- **Comitê de Auditoria:** É responsável por acompanhar as atividades de controles internos, da Auditoria Interna, e da Auditoria Independente, reportando ao Conselho de Administração quando necessário e avaliando ainda as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia. Ao Comitê de Auditoria cabe ainda, dentre outras funções previstas em Regimento Interno:
    - Avaliar a efetividade dos controles internos e pontos críticos, em particular:
        - A adequação dos controles para as rubricas contábeis e as correspondentes divulgações relevantes.
        - Os resultados dos testes dos controles efetuados pelas Auditorias (Interna e Externa) das contas e divulgações significativas das demonstrações financeiras.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

        - A inclusão dos principais componentes do ambiente de controle, de avaliação de riscos, das atividades de controle e informação, comunicação e monitoramento.
        - Os resultados das apurações realizadas pela Auditoria Interna, quanto as denúncias de irregularidades (desvio de ativos, manipulação de registros contábeis/financeiros e corrupção).
    - Avaliar periodicamente as premissas da Administração para adoção de julgamentos e estimativas na aplicação de práticas contábeis.
    - Entender os controles e processos implantados pela administração para assegurar que as demonstrações financeiras sejam provenientes dos correspondentes sistemas e cumpram as normas e exigências legais, regulatórias e estatutárias, assim como estejam sujeitas a revisões periódicas.
    - Acompanhar a adequação das responsabilidades relacionadas à preparação, consolidação e fechamento das demonstrações financeiras, contemplando os controles internos adotados no processo.
    - Avaliar se as informações contidas nas demonstrações financeiras têm total correspondência com a real situação da Companhia.
- **Áreas de Negócios:** responsáveis por desenhar e implementar os planos de ação para tratamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta. Nessa instância está incluída a Controladoria;
- **Área de Compliance e Gestão de Riscos:** responsável por realizar a consolidação dos riscos e controles internos, atuando ainda no apoio à identificação e monitoramento dos riscos aos quais a Companhia está submetida e seus respectivos planos de ação;
- **Auditoria Interna:** responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança da companhia, auditando os procedimentos de controles internos com o objetivo de verificar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações contábeis, financeiras e operacionais da empresa. A ela cabe, dentre outras atribuições previstas em Política de Auditoria Interna:
    - Propor oportunidades de melhoria considerando aspectos de controle, tecnologia, gestão, metodologia, recursos e ferramentas alinhados às melhores práticas de mercado, regulamentações e padrões profissionais.
    - Elaborar anualmente um Plano de Auditoria Interna, considerando todas as unidades, processos, atividades e os riscos de maior impacto e relevância de todas as operações, endereçando preocupações da Alta Administração e Comitê de Auditoria;
    - Cumprir o cronograma dos trabalhos planejados e reportar prontamente para o Comitê de Auditoria eventuais alterações dos prazos acordados; e
    - Revisar, analisar e examinar transações, documentos, registros e relatórios para obter precisão e efetividade dos trabalhos, conforme padrões estabelecidos.
- **Conselho de Administração:** responsável por disseminar a importância da manutenção de processos e controles internos que possam contribuir para mitigar os riscos existentes, bem como pela revisão e aprovação das demonstrações financeiras, e pela fiscalização da atuação da Diretoria; e
- **Diretoria Financeira:** responsável pela revisão das demonstrações financeiras e pela coordenação e supervisão das atividades de contabilidade e controladoria da Companhia.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

As demonstrações financeiras, por sua vez, são elaboradas pela Coordenação de Controladoria e revisadas pelo gerente sênior de controladoria, pelo gerente de governança, pelo *controller* e pela Diretoria Financeira. Adicionalmente, as demonstrações financeiras são submetidas ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, que revisa os aspectos contábeis e financeiros mais significativos, assim como discute os pontos de atenção e ajustes mais relevantes.

Além disso, ao final de cada exercício social, os auditores externos emitem uma carta de recomendações sobre os controles internos da Companhia. Posteriormente, a Companhia monitora os pontos identificados pelo auditor independente e implementa melhorias nos controles internos a fim de sanar eventuais falhas ou incorreções.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internas pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O processo de controle interno relativo à elaboração das Demonstrações Financeiras e às práticas contábeis da Companhia está descrito no item 5.3.a deste Formulário de Referência. A elaboração das demonstrações financeiras é supervisionada pelo Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, sendo ambos responsáveis por revisar seus aspectos mais relevantes, bem como por assegurar a eficiência dos controles internos da Companhia como um todo, nos termos do descrito no item 5.3.b acima.

Há ainda a atuação da área de Auditoria Interna da Companhia que, conforme atribuições previstas em Política de Auditoria Interna, atuará para aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia. Dentre os objetivos da Auditoria Interna estão (i) Contribuir para a manutenção de controles confiáveis, avaliando sua efetividade e eficiência e sugerindo melhorias contínuas para mitigação dos riscos; e (ii) propor oportunidades de melhoria para aprimoramento das atividades de gestão, controle e governança.

A Auditoria Interna apresentará ao Comitê de Auditoria Plano Anual de Auditoria, que orientará seus trabalhos anuais e conterá, dentre outros elementos, (i) a avaliação final dos processos e riscos de negócio, com base na relevância para os negócios do Grupo BIG; e (ii) os pontos de relatórios de auditoria considerados insatisfatórios no ciclo anterior. Os trabalhos da Auditoria Interna serão, por sua vez, avaliados de forma independente pelo menos a cada 5 (cinco) anos por um revisor ou equipe de revisão qualificado e independente, externo à Auditoria Interna. Caberá ao Comitê de Auditoria definir a periodicidade das avaliações externas e a qualificação e independência dos avaliadores externos, e os resultados da avaliação serão compartilhados também com o Conselho de Administração.

Ademais, a Administração recebe anualmente carta de recomendação dos Auditores Independentes, que conforme requerido pelo art. 25, inciso II, da Instrução CVM n.º 308/99, propõe plano de ação e atua durante o ano para correção dos pontos identificados.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos da Companhia, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, emitiram comunicação de deficiências de controles internos e não identificaram deficiências significativas. Em relação ao ITR de 30 de setembro de 2020, os auditores não emitem comunicação de deficiências de controles internos.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração da Companhia tomou ciência e concorda com o relatório circunstanciado emitido pelos auditores externos sobre os controles internos da Companhia durante o processo de auditoria relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Embora não tenham sido identificadas deficiências significativas, as oportunidades de melhoria reportadas estão sendo

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

endereçados e a Administração da Companhia continuará adotando medidas para o constante aprimoramento dos controles internos e sistemas informatizados da Companhia. Os Diretores da Companhia entendem que as oportunidades de melhorias reportadas no relatório circunstanciado emitido pelos auditores externos não têm impacto na precisão dos dados e na confiabilidade da elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia atua e demanda de seus colaboradores que atuem em conformidade com todas as leis aplicáveis aos seus negócios, mantendo um compromisso ético com realização de cada uma das suas atividades de forma íntegra e profissional.

Em consonância com seus valores e sua missão, a Companhia formalizou suas práticas e procedimentos voltados à integridade corporativa em um Código de Ética, principal diretriz normativa interna que orienta todos os demais procedimentos. O Código Ética estabelece os valores que devem guiar todas as condutas de seus colaboradores e líderes, as quais devem ser sempre honestas, éticas e lícitas. Entre os principais temas tratados pelo Código de Ética estão (i) normas ligadas à prevenção de conflitos de interesse; (ii) regras para a concessão de presentes, brindes e outras gratificações; (iii) proteção de ativos da Companhia; (iv) proteção à informação confidencial; (v) cumprimento à legislação anticorrupção vigente vedação ao suborno; (vi) livre concorrência; e (vii) adoção das melhores práticas contábeis.

Além do Código de Ética, a Companhia conta ainda com uma Política e Procedimento Anticorrupção, cujo objetivo é garantir a proibição de pagamentos impróprios em todas as circunstâncias, quer nas relações com agentes públicos ou pessoas privadas, bem como a obediência à legislação anticorrupção aplicável às atividades do Grupo BIG por parte dos seus colaboradores e terceiros agindo em seu nome ou benefício. Quanto à concessão de brindes e presentes e entretenimento a entes privados, a Companhia possui norma interna específica complementar ao Código de Ética, qual seja, uma Política de Brindes, Presentes, Entretenimento e Participação em Eventos. Segundo a norma em referência, é totalmente vedado aos colaboradores ofertar, solicitar ou receber qualquer tipo de brinde, presente ou entretenimento (incluindo refeições) de qualquer pessoa que o colaborador tenha motivos para crer que esteja buscando influenciar transações ou decisões de negócio.

A Companhia requer ainda que seus colaboradores preencham Formulário de Conflito de Interesses no momento de sua admissão, de modo a facilitar a identificação e monitoramento de relacionamentos com fornecedores, outros colaboradores e/ou órgãos e agentes públicos que possam originar conflitos de interesse.

Os principais objetivos dos mecanismos de integridade adotados pela Companhia são: (i) promover a cultura de ética e conformidade; (ii) consolidar todas as iniciativas de conformidade, em especial as de anticorrupção; (iii) implantar as melhores práticas de acordo com os mais altos padrões éticos; (iv) assegurar que as políticas e os procedimentos de cada área estejam devidamente formalizados e sejam observados pelos funcionários; (v) estabelecer a cultura de gestão de riscos a fim de mitiga-los por meio da prevenção; (vi) buscar a melhoria contínua com base na análise, avaliação e desenvolvimento regular do programa e do ambiente normativo aplicável; e (vii) promover a transparência.

As Políticas e normas internas da Companhia são reavaliadas anualmente ou conforme necessário, o que ocorrer primeiro, de modo a mantê-las atuais, eficientes e adequadas à realidade da Companhia e aos riscos aos quais está submetida.

5.4 - Programa de Integridade

A Companhia entende que seus mecanismos e práticas voltados à integridade são adequados ao seu perfil e aos riscos aos quais está sujeita, conforme detalhamento no item 4.1 deste Formulário de Referência.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Os órgãos da Companhia responsáveis pelas funções de compliance e integridade corporativa possuem as seguintes atribuições:

- **Conselho de Administração:** responsável por disseminar a importância de uma cultura de ética e integridade que possa contribuir para mitigar os riscos existentes, bem como pela revisão e aprovação do Código de Ética.

- **Comitê de Auditoria**: o Comitê de Auditoria da Companhia é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração da Companhia e regido por Regimento Interno próprio. A ele cabe, no tocante à integridade corporativa, receber da Área de Ética e tratar, de forma confidencial, informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos.

- **Área de Ética:** a Área de Ética se reporta ao Comitê de Auditoria no tocante ao programa de ética da Companhia. A ela cabe, no tocante à ética corporativa: (i) implementar e fiscalizar o cumprimento do disposto no Código de Ética; (ii) gerenciar e garantir o adequado funcionamento do Canal de Ética, bem como documentar e reportar suas atividades relacionadas ao Canal de Ética; (iii) apurar denúncias de violações às leis, regulamentos e normativos internos da Companhia, com o apoio da Área de Auditoria Interna, reportando-as periodicamente ao Comitê de Auditoria; e (iv) realizar treinamentos periódicos aos colaboradores do Grupo BIG quanto aos termos do Código de Ética.

- **Área de Compliance e Gestão de Riscos:** a Área de Compliance e Gestão de Riscos da Companhia se reporta ao Diretor de Compliance e Gestão de Riscos, e ao Comitê de Auditoria em relação a suas funções de gestão de riscos, controles internos e compliance. A ela cabe, no tocante à integridade corporativa, dentre outras funções: (i) gerir e garantir a aplicação da Política e do Procedimento Anticorrupção da Companhia, que versam, dentre outros temas, sobre o procedimento de due diligence, contratação e treinamento de terceiros, a vedação a contribuições políticas, regras sobre transações imobiliárias, e doações beneficentes; (ii) realizar avaliações periódicas de riscos de integridade com relação a cada área de negócio e/ou país em que o Grupo BIG atua, reportando seus resultados ao Comitê de Auditoria; e (iii) realizar treinamentos periódicos aos colaboradores do Grupo BIG, de modo a mitigar riscos de conformidade.

- **Auditoria Interna:** no tocante a compliance, a Auditoria Interna apoia a Área de Ética na apuração de denúncias de violações às leis, regulamentos e normativos internos da Companhia.

5.4 - Programa de Integridade

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui um Código de Ética que foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de outubro de 2020. O Código de Ética define os objetivos, visão e valores da Companhia, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de seus funcionários, o papel e as responsabilidades da liderança, diretrizes de relacionamento com fornecedores e clientes. O Código de Ética é aplicável indistintamente a todos os colaboradores do Grupo BIG independentemente do seu nível hierárquico, incluindo membros de conselhos e comitês, diretores, gerentes, funcionários, estagiários e aprendizes.

Sempre que possível, os colaboradores devem transmitir os princípios e normas de conduta previstos no Código de Ética aos terceiros com os quais a Companhia se relaciona, inclusive fornecedores, prestadores de serviço, parceiros, clientes, intermediários, representantes ou demais terceiros contratados ou qualquer outra pessoa, entidade ou autoridade com quem o Grupo BIG se relacione.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

O Grupo BIG promove treinamentos anuais a todos os seus Colaboradores para qualificação e conscientização acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos em seu Código de Ética. O comparecimento aos treinamentos é obrigatório e a presença é controlada através de meios adequados.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

As sanções aplicáveis em casos de violação ao Código de Ética ou aos demais normativos internos estão previstas no próprio Código de Ética. Violações ao Código de Ética poderão resultar, dentre outras sanções, em suspensão das obrigações profissionais, diminuição das responsabilidades ou rebaixamento de função e rescisão do contrato de trabalho. Em caso de violações cometidas por terceiros, o Grupo BIG poderá aplicar multas contratuais e/ou rescindir o contrato vigente.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética da Companhia foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de outubro de 2020, estando disponível para consulta em seu website, ri.big.com.br.

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui Canal de Ética administrado pela empresa terceirizada ICTS. O Canal de Ética pode ser acessado pelo telefone gratuito 0800 233-5000, mediante acesso direto à plataforma da operadora do Canal www.big.com.br/etica e, ainda, em via física ou por e-mail (etica@big.com.br) diretamente à Área de Ética.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Ética da Companhia está aberto para o recebimento de denúncias de colaboradores e de quaisquer terceiros, que poderão ou não se identificar, sendo-lhes em todo caso garantido o anonimato.

5.4 - Programa de Integridade

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

A Companhia garante o anonimato do denunciante e repudia veementemente em seu Código de Ética qualquer tipo de retaliação e/ou constrangimento contra aqueles que comunicam de boa-fé suas preocupações ou dúvidas sobre má conduta ou que forneçam assistência ou informações em um processo investigativo. Todas as comunicações com os denunciantes são realizadas unicamente através do Canal de Ética, por meio de login e senha.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Área de Ética da Companhia é responsável pela apuração dos relatos recebidos através do Canal de Ética e primariamente analisados pela ICTS, o que se dará de forma confidencial e sigilosa. A Área de Ética terá o apoio da Área de Auditoria interna na apuração de denúncias de violações às leis, regulamentos e normativos internos da Companhia.

Nesse sentido, cumpre à Área de Ética da Companhia gerenciar e garantir o adequado funcionamento do Canal de Ética, bem como conduzir e documentar investigações internas de potenciais violações às normas de integridade ou recomendar a contratação de investigação independente, com o apoio da Área de Auditoria Interna.

Para assegurar a razoabilidade das ações e decisões do processo de apuração de denúncias, se uma alegação comunica potencial violação perpetrada por um colaborador integrante do processo de gestão do Canal de Ética, em nenhuma circunstância, ele, sua equipe ou ainda o seu gestor, terão acesso aos registros da alegação. Nessa hipótese, as atividades de apuração e deliberações serão designadas a outras equipes, conforme estabelecido em normas internas. Em casos específicos, a Companhia poderá ainda designar a apuração a parceiros externos de modo a garantir a condução de uma investigação independente.

A Área de Ética reportará suas atividades relacionadas à apuração de violações ao Código de Ética, às políticas internas da companhia ou o descumprimento de leis vigentes ao Comitê de Auditoria do Grupo BIG.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Além dos mecanismos já descritos neste 5.4, a Companhia realiza procedimentos específicos quando da realização de fusões, aquisições e reestruturações societárias, visando à identificação de vulnerabilidade e de risco de práticas irregulares. Com o propósito de detectar eventuais fraudes ou quaisquer atos ilícitos cometidos pelas empresas envolvidas que possam vir a afetá-la de modo adverso, a Companhia conduz procedimentos de due diligence e adota outras precauções direcionadas à sua proteção, dentre as quais cabe citar (i) a contratação de profissionais especializados para a emissão de pareceres relacionados aos aspectos jurídicos e contábeis da operação; e (ii) a celebração de acordos de confidencialidade para manutenção do sigilo da operação.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Não houve, no último exercício social, alteração significativa nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta, exceto pelo risco relacionado à pandemia do COVID-19, descrito no item 4.1 deste Formulário de Referência: “A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde devido à propagação do COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma como a pandemia afetará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são incertos e imprevisíveis e podem afetar material e adversamente os negócios da Companhia, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa e, finalmente, a capacidade de continuar a operar os negócios da Companhia.” Para mais informações sobre o impacto do COVID-19 no setor de atuação da Companhia e medidas adotadas, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	15/05/2018
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico

O Grupo BIG Brasil S.A. (“Companhia”) tem origem com a conclusão da aquisição, em 1º de agosto de 2018, por fundo de investimento gerido pela Advent, de 80% da operação do Walmart no Brasil.

Em agosto de 2019, lançamos nossa nova marca corporativa e passamos a nos chamar “Grupo BIG” e, posteriormente, em setembro de 2019, alteramos nossa razão social para “Grupo BIG Brasil S.A.”

O Grupo BIG está presente em 18 Estados e no Distrito Federal, através de hipermercados (BIG e BIG Bompreço), supermercados (Superbompreço, Nacional e Mercadorama), varejo de vizinhança (TodoDia), atacado (Maxxi Atacado) e clube de compras (Sam’s Club). Postos de combustíveis completam nosso portfólio de unidades de venda.

O Sam’s Club é o único clube de compras do Brasil com 38 lojas. Foi fundado em 1983 pelo Walmart e se tornou o primeiro clube de compras do Brasil, onde está presente desde 1995, sendo que a sua primeira unidade foi inaugurada na cidade de São Caetano do Sul, região do ABC paulista.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 6.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Visão Geral

Somos o líder em varejo alimentar no Nordeste e no Sul do Brasil e o terceiro maior do país, em termos de receita bruta, conforme publicação da Associação Brasileira de Supermercados - Abras do ano de 2019, sendo o único com controle local e presença nacional. Acreditamos que somos uma empresa com uma cultura de alto desempenho, desenvolvemos programas de liderança e engajamento do time, com foco em produtividade, eficiência e rentabilidade. Durante o ano de 2019 registramos uma receita líquida de R$20.579 milhões e, durante os primeiros noves meses de 2020, de R$15.708 milhões.

Operamos em dois segmentos de negócios: (i) atacado; e (ii) varejo. O segmento de atacado é composto pelos formatos atacarejo (Maxxi Atacado) e clube de compras (Sam's Club), já o segmento de varejo pelos formatos hipermercados (BIG e BIG Bompreço), supermercados (Superbompreço, Nacional e Mercadorama); *soft discount* (TodoDia) e postos de combustíveis. Adicionalmente, prestamos serviços financeiros para os nossos clientes, bem como lançamos em 2020 nosso *e-commerce*, e ainda, possuímos uma parcela relevante dos imóveis nos quais nossas lojas estão instaladas.

Nosso plano de crescimento se baseia, principalmente, na abertura de lojas de atacarejo e de clube de compras, tanto em localidades anteriormente ocupadas por nossos hipermercados quanto em novas localidades. Também como parte deste plano focaremos no crescimento de vendas nas mesmas lojas em todos os formatos, inclusive impulsionados pelo crescimento do nosso *e-commerce*.

Surgirmos da aquisição de 80% das operações do Walmart no Brasil, concluída em agosto de 2018, por fundo de investimentos cujos cotistas são veículos de investimentos no exterior geridos pela Advent International (ainda que indiretamente, por meio de entidades afiliadas), sendo que em agosto de 2019 lançamos nossa nova marca corporativa e passamos a chamar "Grupo BIG".

Em 30 de setembro de 2020, estávamos presentes em 18 estados e no Distrito Federal, com uma rede de presença nacional de 389 lojas espalhadas por 181 cidades, empregando mais de 50 mil pessoas.

Número de Lojas por Formato e por Região

	Atacado		Varejo			Total
	Atacarejo	Clube de compras	Hipermercados	Supermercado /*Soft Discount*	Postos de Gasolina	
Nordeste	17	6	34	126	2	185
Sul	22	3	36	71	3	135
Sudeste	7	18	28	-	8	61
Centro Oeste	-	4	3	-	-	8
Total	46	31	101	197	13	389

Fonte: Companhia.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A partir de agosto de 2018, temos trabalhado para nos institucionalizar, acelerar o desenvolvimento e retenção dos talentos, priorizar o engajamento da força de trabalho e implantar ações para aumentar nossa eficiência e produtividade. A transformação cultural teve início no primeiro dia da nova companhia com a implementação de um novo organograma, saindo de um desenho onde 6 dos 7 reportes do Diretor Presidente tinham papel de *backoffice* para o novo desenho onde 7 de 11 tem responsabilidade direta com o negócio e os clientes.

Desde 2019, temos revitalizado nossas lojas, seja por meio de reformas de hipermercados e atacarejos ou conversões de hipermercados em atacarejo ou clube de compras, e em 2020 lançamos uma nova geração de supermercados. Apesar das diversas melhorias, ainda possuímos um longo caminho a percorrer para explorar todo o potencial das nossas lojas em todos os formatos.

Nos últimos doze meses findos em 30 de setembro de 2020, nossas vendas subiram para R$16,1 mil/m^2 nas nossas lojas de varejo e R$31,0 mil/m^2 nas lojas de atacado, representando um crescimento de 16% e 5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Acreditamos que o nosso foco em produtividade e eficiência continua necessário e, com o nosso histórico, mostramos capacidade de execução para atingir este objetivo.

Principais Indicadores Operacionais e Financeiros

A tabela a seguir mostra a evolução dos nossos resultados financeiros nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2020:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de[1]		
	(em milhões de R$, exceto quando indicado de maneira diversa)		
	2020	**2019**	**AH(%)**
Receita bruta	18.011	16.909	6,5%
Receita líquida	15.708	14.909	5,4%
Lucro bruto	3.785	3.604	5,0%
Margem bruta	24,1%	24,2%	(0,1 p.p.)
EBITDA Ajustado[2]	607	150	304,7%
Margem EBITDA Ajustado[3]	3,9%	1,0%	2,9 p.p.
Lucro líquido	3.064	(80)	n.m.
Margem líquida	19,5%	(0,5%)	20,0 p.p.
Patrimônio líquido	7.827	4.513	73,4%
Endividamento Curto Prazo[4]	-	-	-
Endividamento Longo Prazo[4]	-	-	-

(1) Considerando a data de constituição da Companhia, não foram apresentados dados referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e ao período de cinco meses findo em 31 de dezembro 2018, vez que tais dados não comparáveis.

(2) EBITDA Ajustado. O EBITDA não é medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. Para mais informações sobre o EBITDA Ajustado veja o item 3.2 deste Formulário de Referência;

(3) Margem EBITDA Ajustado. O EBITDA não é medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. Para mais informações sobre a Margem EBITDA Ajustado veja o item 3.2 deste Formulário de Referência; e

(4) Considera somente a dívida financeira.

Nossos Pontos Fortes

Liderança regional no Nordeste e no Sul do país com presença no Sudeste e escala nacional competitiva

Acreditamos que a nossa presença regional no Nordeste e no Sul, permite que tenhamos conhecimento único dos interesses dos consumidores locais, podendo oferecer *mix* de produtos personalizado para cada público-alvo, além de oferecer economias de escala em logística e marketing. Atuamos em cada região somente com marcas líderes, que acreditamos possuírem grande reconhecimento por partes dos consumidores, como “BIG Bompreço” no Nordeste, “BIG” e “Nacional” no Sul e “Sam’s Club” no Sudeste, permitindo maior fidelidade e fluxo de clientes mais recorrente. Enquanto isso, acreditamos que somos o único competidor com liderança regional no Nordeste e no Sul e que também possui escala nacional, o que melhora nosso poder de negociação com fornecedores e permite termos de compra diferenciados para os nossos produtos, possibilitando margens atrativas e diversidade de opções para os nossos consumidores.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Companhia multiformato e democrática com vendas balanceadas entre as regiões Nordeste, Sul e Sudeste

Somos uma Companhia multiformato, com vendas equilibradas entre as regiões Nordeste, Sul e Sudeste, que, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, representaram 38%, 30% e 28%, respectivamente, o que traz maior estabilidade ao nosso negócio em função das diferentes forças macroeconômicas que possam impactar de forma diferente cada região do país.

Possuímos lojas dos mais diversos formatos distribuídas por todo o Brasil, o que nos permite manter um perfil democrático e atingir com frequência todas as classes socioeconômicas, com vendas em categorias de alta frequência.

Público-alvo dos formatos de loja por classe socioeconômica

Fonte: Companhia.

Nosso posicionamento em categorias de alta frequência (e.g. mercearia, perecíveis e higiene e limpeza), permite que tenhamos mais pontos de contato com os consumidores, seja em pequenas compras do dia-a-dia ou em compras mais robustas, possibilitando um monitoramento maior de seus hábitos de consumo. Acreditamos que esses fatores geram o conhecimento necessário para oferecer uma experiência de compra mais personalizada, eficiente e rentável.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, realizamos 127 milhões de transações em todas as nossas lojas, sendo aproximadamente 80% em categorias consideradas de alta frequência, o que permite diversos pontos de contato com nossos clientes e a identificação de padrões de consumo.

Pioneirismo no formato de clube de compras

Fomos o primeiro e somos o único grande varejista a possuir alguma bandeira no formato de clube de compras no Brasil. Apesar de lojas com área similar à do Maxxi e de outros atacarejos, o Sam's Club se diferencia por seu modelo de associação (*membership*) anual, o que além de gerar fidelização e dificultar a entrada de novos competidores, permite direcionamento da marca a um público específico, com sortimento de produtos *premium* a preços de atacado, incluindo importados e uma ampla seleção de produtos de marca própria, mantendo uma percepção de exclusividade.

Em 30 de setembro de 2020, o Sam's Club possuía 2,0 milhões de sócios, a maioria composta por indivíduos de classe média-alta e alta, ou pequenas empresas, para os quais oferece grande variedade de produtos nacionais e importados de sortimento diferenciado e exclusivo, com cerca de 5 mil itens variados em suas lojas, além de itens de marca própria, que corresponderam a cerca 13,3% das vendas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

Capacidade de expansão, reformulação e renovação de nossas lojas de varejo e atacarejo

Em pouco mais de dois anos, fomos capazes de construir histórico bem-sucedido de reformulação e conversão de lojas, transformando o Grupo BIG em uma empresa geradora de caixa e rentável. Acreditamos que, com a experiência que adquirimos e com a capacidade dos nossos líderes,

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

poderemos repetir nosso sucesso tanto para a expansão orgânica de novas lojas de Sam's Club e Maxxi, quanto para a reformulação de nossa estratégia de supermercados.

Acreditamos que nossa capacidade de inovar e aumentar a produtividade dentro da base atual de lojas, tanto para as reformas quanto para as conversões, foi comprovada pelos resultados obtidos conforme demonstra o gráfico abaixo:

Aumento de vendas com renovações e conversões

Fonte: Companhia, considerando a partir das primeiras datas de reforma de cada loja.

Crescimento de SSS (vendas mesmas lojas) (12 meses), EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

Fonte: Companhia.

Em 30 de setembro de 2020 já tínhamos 93 hipermercados reformados e 7 convertidos em Maxxi ou Sam's Clubs. Ainda possuímos 11 hipermercados a serem convertidos para os formatos de atacado, o que nos leva a acreditar em crescimento de vendas nas lojas a serem convertidas além de 13 lojas de hipermercados já fechadas em processo de conversão. Adicionalmente, estamos atualmente testando 4 lojas de supermercados recentemente reformadas para definir o modelo a ser replicado nas demais lojas do formato. As reformas e conversões também foram fundamentais para auxiliar na padronização do *layout* das lojas e na reformulação dos formatos.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Aproximamos a nossa proposta de valor à buscada pelos nossos clientes-alvo, aumentando a oferta de alimentos perecíveis em ambiente mais moderno e agradável, com investimentos em um sortimento maior (incluindo itens regionais) e em treinamento de pessoal para melhoria do atendimento. Juntos, esses pontos e os demais discutidos anteriormente tiveram uma resposta positiva dos consumidores e foram responsáveis por um aumento considerável de sua satisfação, conforme demonstrado no crescimento mensal do *net promoter score*[1] dos nossos hipermercados de 22% em janeiro de 2020 para 71% em setembro de 2020.

Alinhamento estratégico com os acionistas, que contribuem significativamente com seu experiência nos setores de varejo e consumo no Brasil, bem como forte comprometimento com as melhores práticas de Environmental, social and corporate governance (ESG)

O ingresso do nosso atual controlador foi desenhado para permitir total alinhamento de interesses entre os acionistas. A parceria com o Walmart nos proporciona uma referência internacional para as nossas operações, inclusive na digitalização do varejo alimentar, além de apoio com contratos de compra globais. Tanto o Walmart quanto a Advent possuem experiência internacional de varejo e contribuem adequando nossa estratégia às melhores práticas do setor globalmente.

Nossos 12 executivos possuem grande experiência nos setores de varejo e consumo no Brasil, somando juntos 284 anos de atuação nesses setores, além de também possuírem alinhamento completo de interesses com o nosso sucesso, através de programa de incentivo de longo prazo. Adicionalmente, possuímos alto padrão de governança corporativa, incluindo um "*Código de Ética e Conduta*" formal e canal de denúncia confidencial.

Ademais, estamos alinhados com as principais práticas de responsabilidade ambiental e social. Atualmente, somos adeptos (nós e o "Instituto Grupo BIG") de programas de sustentabilidade, tais como, "Bem Estar Animal", "Pecuária Sustentável", "Escola Social do Varejo" e "Logística Reversa", dentre outros, para mais informações sobre tais programas vide o item 7.8 deste Formulário de Referência.

Nossos Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à nós, nossos negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Para mais informações veja os itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

Nossas Estratégias

Crescimento do formato Maxxi por meio de conversões e novas lojas

O formato atacarejo é um dos nossos principais vetores de crescimento, com a abertura de novas lojas da bandeira "Maxxi". Até 30 de setembro de 2020, houve 3 aberturas a partir da conversão de hipermercados em Maxxi, e temos mais 18 lojas de hipermercado disponíveis para serem convertidas para Maxxi, totalizando um potencial total de 21 lojas. Das 43 lojas originais do formato, 39 já foram reformadas e as 4 restantes estão em processo, trazendo um novo *layout* e apelo para os consumidores.

[1] Métrica calculada com base nas avaliações recebidas de notas 9 e 10 subtraídas de notas 1 a 6.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Renovações de Maxxi

Fonte: Companhia.

Promovemos muitas mudanças comerciais do Maxxi, saindo de um modelo de vendas pautadas por volume e para poucos clientes comerciantes, através de televendas, para a exploração da venda de piso. Em 30 de setembro de 2020 tínhamos aumentado o sortimento em mais de 2.700 SKUs por loja, melhoramos os equipamentos, processos operacionais, material e calendário promocional, além da divulgação da marca. Adicionalmente, melhoramos a distribuição de venda entre categorias para darmos mais espaço a categorias geradoras de margem, além de estabelecermos uma meta, que vem sendo atingida, de manutenção de índice favorável de competitividade de preços frente aos nossos principais concorrentes.

Acreditamos que o potencial de crescimento do Maxxi não está limitado às conversões já realizadas, havendo bastante espaço para nossa estratégia de crescimento orgânico. De acordo com consultoria externa especializada por nós contratada, temos potencial para operar, até 2030, 215 lojas com a bandeira “Maxxi” no Brasil.

Crescimento do formato Sam’s Club com a expansão orgânica por meio de conversões de hipermercados e abertura de novas lojas

Desde a entrada da Advent, o Sam’s Club foi identificado como um importante vetor de crescimento, por ser um formato exclusivo e atingir um público diferenciado. Até 30 de setembro de 2020, 5 lojas já haviam sido convertidas, restando ainda 18 hipermercados a serem convertidos em Sam’s Club, levando a um total potencial de 45 lojas no formato.

Acreditamos que o modelo de associação (*membership*), gera receita recorrente, e permite conhecimento mais profundo dos nossos clientes, permitindo identificação do seu histórico de consumo, suas preferências e momentos de compra. Esses dados são de nossa propriedade, potencializando a implantação de CRM (*Customer Relationship Management*) e estratégia de *marketing* direcionada para o produto certo à pessoa certa na hora adequada. Apesar de minoria, temos também clientes pequenos varejistas, que se diferenciam dos do Maxxi por serem mais formais e sofisticados.

Assim como no caso Maxxi, também acreditamos que o potencial do Sam’s Club ainda é significativamente maior que o realizado, o que possibilita um grande potencial de crescimento orgânico. De acordo com consultoria externa especializada por nós contratada, temos potencial para operar, até 2030, 125 lojas com a bandeira Sam’s Club.

Recuperação e sustentação dos hipermercados por meio da revisão do modelo de negócios

Desde agosto de 2018 revisamos o nosso modelo de negócios do formato para melhora da operação, incluindo a expansão e adequação do sortimento de produtos às demandas regionais, o aprimoramento da estratégia de precificação e a substituição do modelo de “preço baixo todo dia” pelo modelo baseado em promoções. Reformamos as lojas e treinamos as equipes de vendas, especialmente de perecíveis, assim como as equipes de logística, redesenhando os processos de abastecimento de lojas para reduzir a ruptura de produtos-chave das cestas de compras de nossos clientes. Em agosto de 2019, confiantes que a operação estava adequada, iniciamos a renovação de nossos interiores e fachadas para lançarmos as marcas “BIG” e “BIG Bompreço” em todas as nossas praças, realizando campanhas de alta visibilidade.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Recuperação dos supermercados através de novo posicionamento estratégico, com novo mix de produtos e melhoria na infraestrutura de loja

Pretendemos alavancar o conhecimento do relançamento dos hipermercados para o relançamento dos supermercados. Após estudo junto aos clientes, concorrentes e dados internos, construímos o novo posicionamento estratégico de nossas marcas. Estamos na fase de piloto, e em 30 de setembro de 2020 já tínhamos inaugurado 4 lojas piloto e validado o *layout* e os resultados das renovações. Os perecíveis ganharão protagonismo, com mais espaço nas lojas, qualidade, competitividade e atendimento especializado. Ademais, ajustamos o sortimento de todas as lojas, nas quais reformularemos toda a estratégia promocional, com um preço mais regional, e de comunicação.

Adicionalmente, pretendemos ser mais competitivos nas categorias com vocação para geração de fluxo, nas quais teremos promoções frequentes, enquanto aumentaremos a oferta de produtos *premium* em categorias geradoras de margem. Em seguida, pretendemos reformar nossas lojas e faremos campanhas de *marketing* e propaganda para aumentar o fluxo nas lojas reformadas. Em paralelo, treinaremos nossos times para elevar o padrão de excelência operacional, com foco no cliente e atendimento. Assim, acreditamos que ganharemos ainda mais a confiança dos clientes da vizinhança de nossas lojas, aumentando as vendas e a rentabilidade por metro quadrado.

Fortalecimento das vendas digitais oferecendo uma solução omni-canal

Pretendemos oferecer uma solução integrada de compra e entrega para nossos clientes em todos os formatos e regiões do Brasil com foco em crescimento orgânico sustentável e rentável, com forte alavancagem em programa de relacionamento próprio e estruturação de CRM, baseado na comunicação e ofertas personalizadas aos clientes.

Planejamos alavancar a nossa base de ativos, utilizando as lojas como polo (*hubs*) de armazenamento de produtos e pontos de entrega (*ship from store*), diluindo os custos de operação, aumentando a produtividade de nossas equipes e reduzindo o tempo de entrega dos produtos para nossos clientes. Para escalar rapidamente esta operação em nossas lojas, já realizamos parcerias com as principais plataformas de *delivery* em 172 lojas, ou 44% do total, em 30 de setembro de 2020. No mês de setembro de 2020, as vendas do canal digital atingiram R$25 milhões, representando 2,3% das vendas no mês de setembro de 2020 das lojas onde estão presentes. Planejamos aumentar esse crescimento com o lançamento de plataforma digital própria, que integrará todas as nossas lojas com cobertura de *delivery* e de "*clique e retire"* até meados de 2021.

Junto com a nossa plataforma digital própria, pretendemos também lançar um programa de relacionamento com nossos clientes, oferecendo aplicativo de compras que acreditamos que permitirá comunicação e oferta de produtos personalizados. Os dados coletados por essa plataforma serão alimentados pelo histórico de compras realizadas em nossas lojas (principalmente no clube de compras) e pelas compras feitos com o cartão Hipercard, permitindo acesso a grande histórico de dados das transações feitas por cada um de nossos consumidores.

Eficiência das áreas de suporte para aumentar a produtividade, reduzir os riscos e alavancar a rentabilidade do nosso negócio

Fizemos um programa completo de revisão de custos e despesas, otimizando pessoas e automatizando processos, aumentando a confiabilidade de nossos sistemas e melhorando a nossa rentabilidade. Ademais, reestruturamos nossas operações de suporte, fechando 3 de nossos 5 escritórios centrais, eliminando complexidade ao descontinuar mais de 300 procedimentos e unificando o escritório de São Paulo, além de otimizarmos a operação do "*Centro de Serviços Compartilhados de Porto Alegre*", reduzindo nossa força de trabalho em cerca de 45%.

Implementamos também iniciativas em suprimentos indiretos para renegociação dos nossos principais contratos, com foco nas despesas prioritárias, conquistando economias da ordem de 10%, bem como iniciamos um programa de investimento na criação de sistema de TI próprio, independente do Walmart, que está em estágio avançado de desenvolvimento, com lojas e centros de distribuição já convertidos.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Potencializar a geração de valor por meio de ativos complementares, incluindo créditos fiscais, ativos imobiliários e serviços financeiros

Desde 2018, buscamos ativamente otimizar nossas operações de forma a permitir a utilização de créditos fiscais. Dentre os mais relevantes, em 30 setembro de 2020 possuíamos: (i) R$1.221 milhões em créditos de PIS/COFINS sobre ICMS já transitado em julgado, que já estão sendo abatido de tributos federais; (ii) crédito fiscais de Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre prejuízo fiscal e base negativa de R$2.423 milhões, que é aproveitado quando a Companhia gera lucro; e (iii) créditos de ICMS, que totalizaram R$2.543 milhões acumulados principalmente por transporte interestadual de mercadorias no passado.

Além disto, considerando a conclusão da reestruturação do Grupo BIG, em 30 de setembro de 2020 possuímos grande base de ativos imobiliários, sendo proprietários de 184 imóveis, que foram avaliados em R$6,5 bilhões em junho de 2018. Ao menos 23 destes ativos têm potencial incremental para desenvolvimento imobiliário, sendo que já possuímos 5 pré-projetos desenvolvidos, como por exemplo a construção de prédios residenciais e comerciais nos terrenos de nossas lojas. Adicionalmente, possuímos *landbank* de 41 imóveis com 104 mil m^2 e avaliado em R$400 milhões. O Grupo BIG também possuía, em 30 de setembro de 2020, uma área locável em galerias de 95 mil m^2 que, no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020, representaram um EBITDA de R$71 milhões com uma taxa de ocupação de 84%, apresentando também um potencial significativo de melhoria de geração de resultado para a companhia seja via receita de alugueis ou via dinamização do fluxo de clientes na loja. Para mais informações sobre a reestruturação do Grupo BIG veja o item 15.7 deste Formulário de Referência.

Por fim, dispomos de plataforma diversa de serviços financeiros com grande número de contas ativas, com 3,4 milhões de contas ativas, e largo portfólio de crédito, com mais de R$11,2 bilhões, ambos em 31 de dezembro de 2019 em parceria com o Itaú Unibanco S.A. Oferecemos serviços associados ao cartão de crédito Hipercard, uma importante e reconhecida ferramenta que auxilia e nos aproxima dos nossos clientes. Além do cartão Hipercard, outros serviços como crédito pessoal e seguro roubo e furto do cartão são também oferecidos em parceria com o Itaú Unibanco S.A. Para os nossos clientes de eletroeletrônicos dos formatos de clube de compras e hipermercados, oferecemos em parceria com a Cardif Seguradora seguro garantia estendida e seguro roubo, furto e por quebra acidental (RFQA) dos produtos vendidos.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

Nossas operações estão organizadas nos seguintes segmentos de negócios: (i) varejo; e (ii) atacado.

(i) Varejo: nosso segmento de Varejo consiste em vendas de produtos alimentares e não-alimentares aos nossos consumidores finais em nossos: (a) hipermercados sob as bandeiras Big Bompreço no Nordeste e Big no Sul e Sudeste, (b) supermercados sob as bandeiras Nacional no Sul e Superbompreço no Nordeste, (c) soft discount sob a bandeira TodoDia e (d) postos de combustível.

(ii) Atacado: nosso segmento de Atacado consiste em venda de produtos alimentares e não alimentares sob as bandeiras Maxxi Atacado e Sam's Club para consumidores finais, revendedores e fornecedores do setor de serviços de alimentação, que buscam preços baixos e compras em grande volume.

Produtos alimentares incluem alimentos não perecíveis, bebidas, frutas, legumes e verduras, carnes em geral, pães, frios, laticínios, produtos de limpeza, produtos descartáveis e produtos de higiene pessoal. Produtos não-alimentares incluem eletrodomésticos, produtos não alimentícios, incluindo itens de vestuário, itens de puericultura, calçados e acessórios de moda, utilidades domésticas, livros, revistas, CDs e DVDs, artigos de papelaria, itens de bricolagem, brinquedos, itens de esporte e camping, móveis e colchões, celulares, produtos de pet shop, utensílios de jardinagem e produtos eletrônicos, tais como computadores de uso pessoal, software e acessórios, aparelhos de som e imagem.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

	Período de nove meses findo em		Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	30/09/2020		2019		2018 [1]		2017	
(em milhões de reais, exceto percentual)	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Atacado	7.389	47%	8.583	42%	3.636	38%	N/A	N/A
Varejo	8.319	53%	11.996	58%	5.899	62%	N/A	N/A
Receita líquida	**15.708**	**100%**	**20.579**	**100%**	**9.535**	**100%**	**N/A**	**N/A**

[1] As informações constantes em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 consideram a constituição da Companhia em 15 de maio de 2018 e, portanto, tal fato deve ser levado em consideração quando da comparação com as informações relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Divulgamos o Resultado por Segmentos operacionais até o "Resultado antes do resultado financeiro e impostos". Não apresentamos nosso resultado financeiro e imposto de renda por segmento, uma vez que estes são mensurados e revisados pela administração de forma consolidada.

Sendo assim, a tabela abaixo apresenta o nosso "Resultado antes do resultado financeiro e impostos", proveniente de cada um dos nossos segmentos de negócio e a porcentagem que eles representam na visão consolidada, para cada período indicado abaixo. Os nossos segmentos operacionais são Varejo e Atacado. Nós também incorremos em custos classificados como "Corporativo", que incluem despesas relacionados às nossas funções centrais e à sede. Estes custos são compostos principalmente por custos de funções suporte e holding e custos da nossa controladora que não podemos alocar de maneira objetiva a cada um de nossos segmentos operacionais.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

	Período de nove meses findo em		Período de nove meses findo em					
	30/09/2020		2019		2018 [1]		2017	
(em milhões de reais, exceto percentual)	R$	R$	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Atacado	624	107%	439	239%	N/A	N/A	N/A	N/A
Varejo	519	89%	400	217%	N/A	N/A	N/A	N/A
Corporativo	(560)	-96%	(655)	-356%	N/A	N/A	N/A	N/A
Lucro (Prejuízo) líquido	**583**	**100%**	**184**	**100%**	**N/A**	**N/A**	**N/A**	**N/A**

[1] As informações constantes em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 consideram a constituição da Companhia em 15 de maio de 2018 e, portanto, tal fato deve ser levado em consideração quando da comparação com as informações relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) Características do Processo de Produção

A maioria dos produtos comercializados é adquirida para ser revendida ao consumidor final. Apenas uma parcela dos produtos é produzida e/ou manuseada nas lojas, a partir de formulações elaboradas pela equipe de desenvolvimento e formação técnica de perecíveis. Em alguns casos, são firmadas parcerias com fornecedores que entregam produtos semi-prontos para serem finalizados nas lojas.

Os produtos produzidos e/ou manuseados em lojas são: (i) frutas e legumes, quando cortados e/ou embalados nas lojas; (ii) carnes (bovina, suína, frango e peixes), bem como frios e queijos, quando cortados, pesados e embalados nas lojas; (iii) pratos prontos da rotisserie; e (iv) pães, bolos e doces das padarias localizadas dentro das lojas.

(b) Características do processo de distribuição

O Grupo Big opera com 14 centros de distribuição para distribuir de maneira eficiente alimentos perecíveis, mantimentos e mercadorias em geral, sendo que 7 centros de distribuição abastecem tanto nossas lojas do Varejo quanto do Atacado. Nossos centros de distribuição e depósitos totalizam uma área construída de 436.000 metros quadrados e estão estrategicamente localizados em Pernambuco, Bahia, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, permitindo envios frequentes às lojas e reduzindo a necessidade de espaço de estoque interno e limitando estoques não produtivos nas lojas.

Os processos de logística e distribuição são organizados de acordo com os produtos e serviços vendidos nas lojas. Assim, os processos de distribuição são orientados pelos procedimentos descritos abaixo.

Varejo:

Em 30 de setembro de 2020, o processo logístico para abastecimento das lojas dos formatos de supermercados, proximidade e hipermercados, excluindo postos de combustíveis, incluía 10 centros de distribuição localizados nos estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, incluindo os centros de distribuição próprios e terceirizados. O processo de distribuição da Companhia é realizado através de frota terceirizada.

Em 30 de setembro de 2020, a taxa de centralização (percentual de receita proveniente de produtos oferecidos nas lojas que vem diretamente dos centros de distribuição) era de aproximadamente 70%. Os pedidos feitos para os produtos não centralizados são feitos diretamente pelas lojas e entregues pelos fornecedores seguindo o modelo de suprimento conhecido como “Entrega Direta”. Em 30 de setembro de 2020, aproximadamente 30% das vendas das lojas corresponderam a produtos de “Entrega Direta”, especialmente plantas ornamentais, cigarros, sorvetes, peixaria, refrigerantes e revistas.

Atacado:

O Grupo Big opera com 10 centros de distribuição nos estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul para abastecer nossas lojas Maxxi Atacado e Sam’s Club. Os centros de distribuição são estrategicamente localizados dentro desses estados para permitir o fornecimento de alta frequência, reduzindo a necessidade de espaço para armazenamento, melhorando a cobertura de estoque e assegurando a melhor taxa de estocagem nas lojas.

Em 30 de setembro de 2020, a taxa de centralização (percentual de receita proveniente de produtos oferecidos nas lojas que vem diretamente dos centros de distribuição) era de aproximadamente 55%. Os pedidos feitos para os produtos não centralizados são feitos diretamente pelas lojas e entregues pelos fornecedores seguindo o modelo de suprimento conhecido como “Entrega Direta”. Em 30 de setembro de 2020, aproximadamente 45% das vendas das lojas corresponderam a produtos de “Entrega Direta”, especialmente plantas ornamentais, cigarros, sorvetes, peixaria, refrigerantes, revistas, perecíveis e commodities.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Postos de Combustíveis

Os postos de combustível da Companhia são abastecidos por fornecedores exclusivos. Em 30 setembro 2020, a Companhia possuía 2 fornecedores. Os pedidos de abastecimento são individualizados para cada um dos postos, sendo que o combustível normalmente é solicitado através da colocação de pedidos feitos diretamente pelos postos, de forma individual, no website ou telefone dos fornecedores ou através da informação diária do estoque de abertura dos postos ao fornecedor, que define a quantidade a ser entregue, sempre mantendo o estoque dos postos abastecidos. O transporte do combustível é realizado exclusivamente pelos fornecedores e/ou terceiros contratados por estes, sendo o descarregamento realizado exclusivamente pelo motorista do caminhão tanque, acompanhado por funcionários do Grupo Big devidamente treinados para este fim, por questões de segurança e controle de qualidade.

(c) Características dos mercados de atuação

(i) Participação em cada um dos mercados

(ii) Condições de competição nos mercados

- **Varejo Alimentício+**

O Grupo BIG atua no setor de varejo de alimentos, com presença relevante nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Segundo o Ranking SuperHiper, da Associação Brasileira de Supermercados, o setor atingiu em 2019 o faturamento bruto de R$ 378,3 Bilhões, representando 5,2% do PIB do Brasil. Se trata de um mercado bastante resiliente, que conseguiu crescer a uma taxa anual acima de 10% desde 2000 e, desde 2014, acima de 6%, apesar das agudas crises enfrentadas pelo país nos últimos anos. O setor manteve taxas robustas de crescimento mesmo durante os anos de 2015 e 2016, no ápice da recessão e a consequente queda acumulada de 6,7% no PIB real do Brasil.

Faturamento Anual (em R$ Bilhões nominais)

Fonte: Associação Brasileira de Supermercados

O setor de varejos de alimentos é altamente influenciado pela renda disponível dos consumidores, inflação e empregabilidade da população. Com a pandemia, o varejo ampliado – que agrega as atividades de varejo, veículos, motocicletas e material de construção – acumulou expressiva queda de -4,6%[1] entre janeiro e julho de 2020, de acordo com o IBGE – PMC. No entanto, o setor de varejo de alimentos, dada a sua relevância para superar a crise e sua resiliência, atingiu um aumento de 6,53% nas vendas nominais neste mesmo período, de acordo com o IBGE – PMC. Com a retomada da economia, o setor deve manter sua rota de crescimento, o que já é representado pelo Índice de Confiança do Consumidor, que retomou aos níveis pré-pandemia após atingir a mínima histórica de 58,2 pontos em abril de 2020.

[1] Conforme Variação acumulada no ano (base: igual período do ano anterior) do índice de receita nominal de vendas do comércio varejista ampliado do IBGE

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Índice de Confiança do Consumidor (Base 100)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

O setor também tem se beneficiado pela inflação controlada que o Brasil vivencia há alguns anos, o que cria terreno para o crescimento de segmentos fortemente correlacionados ao consumo. Este cenário tem mostrado claros sinais de manutenção e continuidade, o que é refletido pela taxa SELIC de 2,0% em outubro de 2020, garantindo maior estabilidade macroeconômica para os próximos anos.

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (%)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

O cenário supermercadista no Brasil é altamente competitivo. Embora segundo estudos da ABRAS, as três maiores redes representassem 38,6% do mercado em 2019, conforme abaixo, o restante é dividido entre centenas de redes regionais, que representam mais de R$200 bilhões de faturamento no Brasil, com mais de 210 varejistas de alimentos com faturamento acima de R$100 milhões inclusive. No Sudeste e Sul, há destaque para as redes Carrefour, Pão de Açúcar, Dia, Angeloni, Mambo, Pastorinho, Super Muffato, Condor, Grupo Pereira, Unidasul e o Grupo Zaffari. Na região Nordeste, destacam-se o Bompreço, do Grupo BIG, redes do Grupo Pão de Açúcar, Carrefour, e o GBarbosa, além de inúmeros outros varejistas locais. Já no Norte e Centro-Oeste, predominam-se, além das redes dos Grupos Mateus, Carrefour e Pão de Açúcar, os hipermercados locais, como Big Box, Super Cei e Super Maia na região central e os Supermercados DB liderando na região Norte.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

***Market Share* do Varejo Supermercadista 2019 e Redes Relevantes por Região**

Fonte: Informações da Companhia, Ranking Abras

As três maiores varejistas de alimentos do país possuíam mais de 300 lojas cada em 2019. Elas concorrem regionalmente pelo país através dos diferentes formatos de lojas no mercado: Minimercados, Supermercados, Hipermercados, Atacarejo e Clube de Compras. Em cada um destes, os principais concorrentes do Grupo BIG seguem sendo o Carrefour (com os segmentos Carrefour Express, Carrefour Bairro, Carrefour Hipermercado e Atacadão, respectivamente) e o Grupo Pão de Açúcar, com as marcas Pão de Açúcar Minuto e Mini Extra no formato de mini mercados, Pão de Açúcar, Mercado Extra e Compre Bem em supermercados, Extra Hiper em hipermercados e Assaí em atacarejo. Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, há predominância das redes GPA e Carrefour. No Nordeste e Sul, entretanto, o Grupo BIG ocupa posição de liderança, sendo a Companhia com maior número de lojas nas suas regiões de atuação, conforme abaixo.

Número de Lojas por Região (Excluindo Postos e Farmácias)

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: Associação Brasileira de Supermercados. ***Market Share* do Varejo Supermercadista 2019 (em %)**

Fonte: Ranking ABRAS

Por possuírem ainda um amplo mercado endereçável e terem forte relevância no varejo brasileiro, os competidores têm conquistado um excelente histórico de expansão, com o número de lojas atingindo quase 90 mil em 2019 e somando 22,6 milhões de m^2 em área de vendas. Para sustentar o crescimento, as empresas do setor têm adotado uma série de estratégias, com destaque para: (i) investimento em reformas/renovação de lojas e qualidade dos ativos em geral; (ii) investimento em Omnicanalidade para alcançar e rentabilizar mais clientes; (iii) aumento nas atividades promocionais de hipermercados e supermercados; (iv) melhoria da eficiência logística.

Número de lojas no varejo alimentar (em milhares de unidades)

Fonte: Associação Brasileira de Supermercados

O Grupo BIG está bem posicionado para continuar a rota de crescimento nesse contexto. Segundo estudos realizados pela consultoria CVA Solutions, os Atacarejos e as redes de supermercados regionais são as categorias favoritas dos brasileiros. Com um robusto portfólio de marcas fortes e formatos complementares, a Companhia captura valor por entender as necessidades do consumidor local, tendo construído sua identidade em seus locais de atuação, e por ser competitivo em caráter nacional, com a escala e eficiência logística que permitem a competitividade com os principais Atacarejos de grande presença no país.

Por um lado, a Companhia está estrategicamente posicionada para explorar o potencial de crescimento do Atacarejo e dos Clubes, concentrando seu foco nas unidades de ambos os segmentos. Segundo estudos realizados pela Nielsen, o segmento de Atacarejo do país cresceu 18,5% e 12,3% em 2017 e 2018, respectivamente, atingindo 60% dos lares brasileiros em 2018, com crescimento de 9% em relação ao ano anterior. O novo modelo de negócios do Grupo BIG, com forte abordagem neste segmento, prepara um terreno com maior margem comercial e eficiência do lado

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

do Atacarejo, buscando potencializar o atacado distribuidor, e taxas mais robustas de fidelização de clientes por meio do Clube de Compras, o Sam's Club, através de uma proposta única de produtos exclusivos e de ações de gestão de relacionamento com os clientes.

De outro modo, a Companhia também se posiciona de maneira expressiva entre os competidores regionais. Apesar de ser a terceira maior empresa do setor no país, o Grupo BIG valoriza as fortes marcas regionais de seu portfólio, mantendo sua identidade e proximidade dos consumidores locais através das redes Big, Super Bompreço, Bompreço, Nacional e TodoDia Supermercados. O resgate estrategicamente pensado destas marcas nas regiões Nordeste e Sul, que possuem forte regionalismo, indicam o expressivo posicionamento do grupo para explorar esse segmento. Ao todo, mais de 190 lojas da empresa estão em cidades com menos de 400 mil habitantes, comprovando a capilaridade que estabelece as vantagens de um competidor regional.

Com um mix de formatos bem selecionado, o Grupo BIG, então, tenta equilibrar a eficiência logística e escala de um competidor nacional com a proximidade dos clientes em todas as classes sociais e marcas locais de um player regional. Dessa forma, a Companhia se posiciona entre um dos maiores competidores tanto no formato de Atacarejo e Clube de Compras quanto de Minimercados, sendo ainda a terceira maior em número total de lojas.

Número de Lojas Expandido (Excluindo Postos e Farmácias)

Fontes: Informações Públicas Divulgado pelos portais das Companhias.

Outro aspecto que prepara o Grupo BIG para crescer diante das tendências do setor é a Omnicanalidade, que se destaca como uma grande oportunidade de aumentar a fidelização de clientes. A funcionalidade dos aplicativos aliada a evolução logística traz maior comodidade ao usuário. Alinhando a consulta aos melhores preços, o rápido acesso à informação dos produtos, a geolocalização das lojas mais próximas e os serviços variados em plataformas do ecossistema digital, a Omnicanalidade vira uma estratégia essencial para os grandes competidores do setor na era digital. A Companhia tem como estratégia implementar a omnicalidade em sua operação nos próximos anos através de suas plataformas próprias que estão sendo desenvolvidas e serão lançadas em 2021.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Experiência de Compra *Omnichannel*

Fonte: Companhia

O modelo de negócios do varejo alimentar demanda uma ótima gestão dos ativos. A necessidade dos grandes competidores por gerir centenas de milhares de metros quadrados de lojas pelo país evidencia mais uma oportunidade de diferenciação, através da escolha e gestão dos melhores e mais bem localizados ativos para conseguir uma forte vantagem competitiva em relação a seus concorrentes, desenvolvendo maior valor para suas marcas e inclusive sendo capazes de capitalizar através de dívidas, com liberação de garantias, e da venda dos ativos, tanto via Fundos de Investimentos Imobiliários quanto para parceiros estratégicos. Com mais de 1,4 milhões de m2 espalhados por 387 lojas e 14 Centros de Distribuição que ocupam 418 mil m2, o Grupo BIG consegue trazer mais um diferencial para sua operação.

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

Benefícios fiscais, incentivos fiscais e regimes especiais

As subsidiárias da Companhia, WMS Supermercados do Brasil Ltda., WMB Supermercados do Brasil Ltda., Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda. e Bompreço Bahia Supermercados Ltda., são beneficiárias de benefícios fiscais, incentivos fiscais e regimes especiais relativos à apuração do ICMS na Bahia, em Pernambuco, no Mato Grosso do Sul, em São Paulo, no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, além de municipais, dentre os quais destacamos como relevantes os seguintes:

- Regime Especial nº 2014.000004614490-68 e 03027022013.000003430246-91 (DPC n° 030/2013 e DPC nº 176/2014) concedido pelo Estado de Pernambuco ao estabelecimento filial da WMB Supermercados do Brasil Ltda. localizado em Jaboatão dos Guararapes/PE (CNPJ nº 00.063.960/0069-99), para permitir (i) a fruição da sistemática de tributação específica para central de distribuição de supermercados, que concede crédito presumido para determinadas operações, nos termos da Lei nº 13.064/2006 e do Decreto nº 29.482/2006 e (ii) que o estabelecimento figure como substituto tributário responsável pelo ICMS devido pelas saídas subsequentes das mercadorias sujeitas ao regime da substituição tributária. Vigente a partir de 01/09/2011 e por prazo indeterminado;

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- Regime Especial nº 2014.000004614541-42 (DPC n° 177/2014) concedido pelo Estado de Pernambuco ao estabelecimento filial da Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda. localizado em Jaboatão dos Guararapes/PE (CNPJ nº 13.004.510/0258-40), para permitir (i) a fruição da sistemática de tributação específica para central de distribuição de supermercados, que concede crédito presumido para determinadas operações, nos termos da Lei nº 13.064/2006 e do Decreto nº 29.482/2006 e (ii) que o estabelecimento figure como substituto tributário responsável pelo ICMS devido pelas saídas subsequentes das mercadorias sujeitas ao regime da substituição tributária. Vigente a partir de 01/12/2014 e por prazo indeterminado;

- Regime Especial nº 2019.000006671333-15 (DPC n° 235/2019) concedido pelo Estado de Pernambuco ao estabelecimento filial da Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda. localizado em Cabo de Santo Agostinho/PE (CNPJ nº 13.004.510/0313-00), para permitir (i) a fruição da sistemática de tributação específica para central de distribuição de supermercados, que concede crédito presumido para determinadas operações, nos termos da Lei nº 13.064/2006 e do Decreto nº 29.482/2006 e (ii) que o estabelecimento figure como substituto tributário responsável pelo ICMS devido pelas saídas subsequentes das mercadorias sujeitas ao regime da substituição tributária. Vigente a partir de 01/01/2020 e por prazo indeterminado;

- Regime Especial nº 002888/2015 concedido pelo Estado de São Paulo aos estabelecimentos filiais paulistas da WMB Supermercados do Brasil Ltda. localizados em Embu das Artes (CNPJ nº 00.063.960/0122-98, I.E. nº 298.149.427.110, CD nº 4995), Itapecerica da Serra (CNPJ nº 00.063.960/0049-45, I.E. nº 370.117.381.112, CD nº 7471), Barueri (CNPJ nº 00.063.960/0027-30, I.E. nº206.179.110.111, CD nº 7457), Cajamar (CNPJ nº 00.063.960/0563-17, I.E nº 241.132.171.110) e Cajamar (CNPJ nº 00.063.960/0564-06 e I.E nº 241.132.180.111), para permitir que figurem como substitutos tributários responsáveis pela retenção e recolhimento do ICMS devido pelas saídas subsequentes destinadas a contribuintes estabelecidos no Estado de São Paulo, nos termos do Decreto nº 57.608/2011 e da Portaria CAT nº 06/2012. Vigente a partir de 22/10/2015 até 30/06/2020, contudo, foi requerido pedido de prorrogação do regime que ainda está pendente de análise, de forma que, nos termos do art. 9º da Portaria CAT nº 43/2007, as disposições do regime permanecerão vigentes até decisão da autoridade administrativa;

- Regime Especial nº 009794/2016 concedido pelo Estado de São Paulo ao estabelecimento filial da WMS Supermercados do Brasil Ltda. localizado em Embu das Artes/SP (CNPJ nº 93.209.765/0317-72, I.E. nº 298.145.351.111, CD nº 428), para permitir que figure como substituto tributário responsável pela retenção e recolhimento do ICMS devido pelas saídas subsequentes destinadas a contribuintes estabelecidos no Estado de São Paulo, nos termos do Decreto nº 57.608/2011 e da Portaria CAT nº 06/2012. Vigente a partir de 31/03/2016 até 30/06/2022.

- Regime Especial nº 6025/2018 concedido pelo Estado do Paraná ao estabelecimento filial da WMS Supermercados do Brasil Ltda. localizado em Pinhais/PR (CNPJ nº 93.209.765/0236-72, I.E. nº 90190421-94), para permitir que figure como substituto tributário responsável pela retenção e recolhimento do ICMS devido pelas saídas subsequentes, nos termos do art. 14 do Anexo IX do RICMS/PR. Vigente a partir de 30/09/2017 até 31/12/2020;

- Tratamento Tributário Diferenciado ("TTD") – Importação firmado entre o Estado de Santa Catarina e o estabelecimento filial da WMS Supermercados do Brasil Ltda. localizado em Balneário Camboriú/SC (CNPJ nº 93.209.765/0439-40, I.E. nº 25.646.087-6), nos termos do art. 3º do Decreto nº 418/2011 e do art. 10, Anexo 3 do RICMS/SC, para conceder os seguintes benefícios fiscais **(i)** diferimento do ICMS devido na importação de mercadoria destinada à comercialização; **(ii)** diferimento parcial do ICMS incidente na operação interna subsequente a importação; **(iii)** crédito presumido de ICMS na operação subsequente à importação de mercadorias para comercialização; e **(iv)** a dispensa de garantia do ICMS diferido na importação, mediante pagamento antecipado do ICMS devido na saída subsequente. Vigente a partir de 02/09/2019 por prazo indeterminado;

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- Tratamento Tributário Diferenciado ("TTD") – Atacadista firmado entre o Estado de Santa Catarina e o estabelecimento filial da WMS Supermercados do Brasil Ltda. localizado em Balneário Camboriú/SC (CNPJ nº 93.209.765/0439-40, I.E. nº 25.646.087-6), nos termos do artigo 91-B do Anexo 2 do RICMS/SC, que (i) concedeu ao estabelecimento a condição de substituto tributário responsável pelo ICMS incidente nas operações interestaduais com as mercadorias de perfumaria e produtos de higiene pessoal, e (ii) concedeu o benefício fiscal de redução da base de cálculo do ICMS nas operações entre contribuintes. Vigente a partir de 02/09/2019 por prazo indeterminado.

Ademais, com base em informações públicas e no âmbito da Lei Complementar nº 160/2017 e Convênio ICMS nº 190/2017, foi possível constatar que os Estados de Pernambuco e Santa Catarina publicaram as informações dos referidos benefícios em atenção às regras de convalidação dos dispositivos da legislação estadual que embasam a concessão dos referidos regimes especiais:

- PE: indicada a Lei nº 13.064/2006 e o Decreto nº 29.482/2006 no Decreto nº 45.801/2018; e

- SC: o art. 3º do Decreto nº 418/2011, o art. 10, Anexo 3 e o artigo 91-B do Anexo 2 do RICMS/SC foram incluídos na lista para convalidação do Decreto nº 1.555/2018, bem como se verifica que os benéficos fiscais previstos no art. 3º do Decreto nº 418/2011 e no art. 10, Anexo 3 do RICMS/SC foram reinstituídos pela Lei nº 17.763/2019.

Salientamos que eventual descumprimento dos requisitos exigidos para a fruição dos regimes especiais/benefícios fiscais, das regras de convalidação ou reforma das legislações podem impactar na fruição dos benefícios fiscais/regimes especiais e, consequentemente, na atividade da Companhia, conforme descrito no item 4.1.

Ademais, para mais informações sobre os benefícios fiscais, incentivos fiscais e regimes especiais acima, vide item 10.2 deste Formulário de Referência.

(d) Eventual sazonalidade

A Companhia vivencia historicamente sazonalidade em seu resultado operacional principalmente pelas vendas tradicionalmente mais intensas no quarto trimestre, época de eventos como "*Black Friday*" e festas de final de ano. A receita média de vendas durante o quarto trimestre são geralmente 15% acima da receita média de vendas durante os outros trimestres.

A Companhia também tem forte sazonalidade em seus resultados dos meses de março ou abril em virtude do feriado de Páscoa, em que são oferecidos produtos específicos para a ocasião.

(e) Principais insumos e matérias primas

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia não possui um principal insumo e/ou matéria prima que esteja relacionado a uma parcela significativa dos produtos comercializados ou de sua receita.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

As compras de produtos alimentares e não alimentares provem de um grande número de fornecedores, não existindo, portanto, dependência de um único fornecedor.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

A Companhia não possui um principal insumo e/ou matéria prima que esteja relacionado a uma parcela significativa dos produtos comercializados ou de sua receita.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e no exercício social de 31 de dezembro de 2019.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e no exercício social de 31 de dezembro de 2019.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Regulamentação Sanitária

Em âmbito federal, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA") é responsável pela promoção da proteção da saúde da população, bem como pelo controle sanitário da cadeia de produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, incluindo os ambientes, processos, insumos e tecnologias a eles relacionados.

Dentre os produtos sujeitos à vigilância sanitária destacam-se os alimentos, cosméticos, produto de higiene pessoal, perfumes, produtos para saúde e saneantes. Empresas que pretendem praticar atividades com tais produtos devem se ater às regras e exigência da ANVISA, aplicáveis para cada tipo de produto, como, a depender, à necessidade de obtenção de autorizações para funcionamento das empresas.

A Autorização de Funcionamento ("AFE") autoriza o funcionamento de estabelecimentos para a prática de determinada atividade, após analisado se atendidos os requisitos técnicos e administrativos constantes na Resolução da Diretoria Colegiada nº 16, de 1º de abril de 2014 ("RDC nº 16/2014"). Vale ressaltar que a ANVISA não emite AFE para estabelecimentos do setor alimentício especificamente, sendo necessária a obtenção de licença ou alvará sanitário junto ao órgão local de vigilância sanitária competente no Estado ou no município.

De acordo com a RDC nº 16/2014, a comercialização varejista de cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, produtos para saúde de uso leigo (produto médico ou produto diagnóstico para uso *in vitro* de uso pessoal que não dependa de assistência profissional para sua utilização, conforme especificação definida no registro ou cadastro do produto junto à ANVISA) e saneantes não implica a necessidade de obtenção de AFE, estando os estabelecimentos que realizam tais atividades dispensados de sua obtenção.

Entretanto, a atividade de distribuição que compreende o comércio de produtos sujeitos a controle sanitário entre pessoas jurídicas, tais como os produtos listados no parágrafo acima, como realizado pelos centros de distribuição da Companhia, requer AFE para o regular desempenho de suas atividades.

No âmbito estadual, distrital ou municipal, os departamentos de vigilância sanitária locais ("VISA") são os responsáveis pela fiscalização das ações sanitárias, atuando em conjunto ao controle sanitário federal, de forma descentralizada.

Assim, empresas que pretendam praticar atividades com produtos sujeitos ao controle sanitário, como por exemplo comércio de alimentos, devem também se ater às regras e exigências da VISA situada na respectiva unidade federativa em que o estabelecimento se encontra, como a necessidade de obtenção de licenciamento sanitário consistente na emissão de alvará sanitário que autoriza seu funcionamento ou operação, de acordo com a atividade desenvolvida.

Para a emissão do alvará sanitário são realizadas inspeções no local para análise das condições de acondicionamento, armazenamento, comercialização, manuseio, transporte de produtos, máquinas e/ou equipamentos que apresentem riscos à saúde. Esse alvará sanitário deverá ser renovado anualmente mediante pagamento de taxa.

Importante mencionar que, em razão da emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), em diversas localidades, foi estendido o prazo de validade das licenças, alvarás ou autorizações, sendo, também, ampliado o prazo de análise dos processos para obtenção e/ou renovação destas licenças, alvarás ou autorizações. Também, visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, em 18 de junho de 2020, o Ministério da Saúde editou a Portaria nº 1.565, de junho de 2020 ("Portaria nº 1.565/2020") que estabelece protocolos sanitários para o funcionamento, de modo geral, das atividades econômicas para todos os setores. Ainda, em âmbito estadual e/ou municipal, foram determinados protocolos sanitários específicos, a depender da atividade econômica.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Caso estabelecimentos sujeitos às normas violem ou deixem de cumpri-las, ou não obtenham ou renovem as suas licenças ou autorizações, ou ainda deixem de cumprir as respectivas condicionantes de validade, poderão incorrer em penalidades, tais como as previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 ("Lei nº 6.437/77"): advertência; multa (até R$ 1.500.000,00 podendo incidir em dobro em caso de reincidência); apreensão de produto; inutilização de produto; interdição de produto; suspensão de vendas e/ou fabricação de produto; cancelamento de registro de produto; interdição parcial ou total do estabelecimento, bem como outras penalidades específicas previstas em legislações estaduais e municipais.

Por fim, algumas atividades, incluindo, mas não se limitando ao armazenamento e comercialização de cosméticos, também estão sujeitas ao registro, fiscalização e/ou obtenção de licenças perante autoridade governamental competente (tais como Conselhos Profissionais), bem como à aplicação de penalidades previstas em legislações específicas (federais, estaduais e/ou municipais).

Regulamentação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Comércio de produtos de origem animal

A comercialização de produtos de origem animal é uma atividade regulamentada por meio das Leis Federais nº 1.283 de 18 de dezembro de 1950 ("Lei nº 1.283/50") e nº 7.889 de 23 de novembro de 1989 ("Lei nº 7.889/89") que dispõem sobre as regras de inspeção industrial e sanitária deste tipo de produto. A atuação como entreposto de carne, leite, pescados, ovos, mel e derivados também estão sujeitas ao registro, fiscalização e/ou obtenção de licenças perante autoridade governamental competente (por exemplo, Ministério da Agricultura, Secretarias ou Departamentos de Agricultura dos Estados, Secretarias ou Departamentos de Agricultura dos Municípios, Órgãos de saúde pública dos Estados), bem como à aplicação de penalidades previstas em legislações específicas.

Outras atividades relacionadas ao comércio atacadista e de varejo, como a comercialização de ração para animais deve observar os dispositivos da Lei Federal nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974 ("Lei nº 6.198/74") e do Decreto Federal nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007 ("Decreto nº 6.296/07") que descrevem as regras relativas aos alimentos destinados aos animais. O estabelecimento que apenas comercialize, armazene ou distribua produtos destinados à alimentação animal fica isento de registro, devendo, obrigatoriamente, cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho, bem como atender aos requisitos previstos no artigo 8º do Decreto nº 6.296/07. Os produtos comercializados devem estar devidamente registrados no MAPA. Portanto, é responsabilidade da Companhia certificar-se de que somente comercializará produtos devidamente registrados por seus fabricantes ou importadores.

Caso qualquer estabelecimento incorra em alguma infração à legislação referente aos produtos de origem animal ou comercialização de ração para animais poderá estar sujeita às seguintes penalidades: (i) advertência; (ii) multa (valor a depender da gravidade da infração cometida); (iii) apreensão de matéria-prima e produto acabado; (iv) suspensão; (v) impedimento ou interdição temporária ou definitiva de funcionamento ou cassação ou cancelamento do registro.

RENASEM

A fim de garantir a identidade e a qualidade do material de multiplicação e de reprodução vegetal produzido, comercializado e utilizado em todo território nacional, a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003 ("Lei nº 10.711/2003"), institui o Sistema Nacional de Sementes e Mudas ("SNSM") e o Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004 ("Decreto nº 5.153/2004") aprovou seu respectivo regulamento.

Em âmbito federal, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA") é o órgão responsável por promover, coordenar, normatizar, supervisionar, auditar e fiscalizar as ações decorrentes do SNSM, sendo atribuída competência privativa para fiscalizar o comércio interestadual e internacional de sementes e mudas. Já, a elaboração de normas e procedimentos complementares relativos à produção de sementes e mudas, bem como a fiscalização do comércio estadual cabe aos Estados e ao Distrito Federal, salvo quando essa fiscalização for atribuída ao MAPA por solicitação de unidade competente da Federação.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Conforme a Lei nº 10.711/2003 e o Decreto nº 5.153/2004, dentre as atividades que compõe o SNSM, verificam-se o Registro Nacional de Sementes e Mudas ("RENASEM") e o Registro Nacional de Cultivares ("RNC").

Dessa forma, as pessoas físicas e jurídicas que exercem as atividades de produção, beneficiamento, embalagem, armazenamento, análise, comércio, importação e exportação de sementes ficam obrigadas à inscrição ou ao credenciamento no RENASEM, a depender da atividade, mediante a apresentação de documentos específicos ao MAPA, nos termos dos artigos 5º e 6º do Decreto nº 5.153/2004, e pagamento de respectiva taxa e anuidade, conforme o artigo 11 do Decreto nº 5.153/2004.

Também, segundo o parágrafo 4º, do artigo 4º, do Decreto nº 5.153/2004, a inscrição no RENASEM deve ser obtida por Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("CNPJ"), ainda que se trate de matriz e filial localizadas na mesma unidade da Federação.

A inscrição e o credenciamento no RESANEM terão validade de 3 (três) anos e poderão ser renovados por iguais períodos, desde que solicitados até 60 (sessenta) dias da data dos seus vencimentos. Já, em caso de alteração nos dados da inscrição ou do credenciamento no RENASEM, deve-se comunicar referida alteração ao MAPA, acompanhamento da documentação correspondente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência.

Produtos químicos controlados

Dentre as atividades desenvolvidas pela Companhia, o desempenho de atividades com produtos controlados, também estão sujeitas ao registro, fiscalização e/ou obtenção de licenças perante autoridade governamental competente, bem como à aplicação de penalidades previstas em legislações específicas (federais, estaduais e/ou municipais).

Como mencionado, as pessoas físicas e/ou jurídicas envolvidas em atividades relacionadas à fabricação, uso industrial e comercial, transporte, manuseio, exportação, importação, desembaraço aduaneiro, armazenamento e comércio de produtos químicos são obrigadas a registrar suas atividades junto ao Exército e/ou departamentos relevantes da Polícia Federal ou Civil, dependendo de quais substâncias são utilizadas.

De acordo com a Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001 ("Lei 10.357/2001"), o desempenho de atividades envolvendo produtos controlados sem os devidos certificados e sem o cumprimento da regulamentação aplicável pode sujeitar a Sociedade, após o devido processo legal, a penalidades como, entre outras sanções civis e criminais: (i) advertência; (ii) apreensão do produto controlado; (iii) suspensão ou cancelamento da licença para operar; (iv) revogação de registros e licenças; e (v) multa que varia de R$ 500,00 a R$ 1.064.100,00.

Regulamentação da ANP aplicável aos Postos de Combustíveis

A atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos é regulada pela Resolução ANP nº 41/2013, a qual dispõe que tal atividade somente poderá ser exercida por pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras que tiver autorização de revenda varejista de combustíveis automotivos outorgada pela ANP e que atender permanentemente ao disposto na referida Resolução.

A autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos deve ser solicitada por meio do sistema disponível no portal da ANP. O posto revendedor de combustíveis automotivos ("PRC") somente poderá adquirir combustíveis automotivos de distribuidores de combustíveis devidamente autorizados pela ANP. Além de combustíveis automotivos, o PRC pode revender gás natural veicular ("GNV") adquiridos de concessionárias estaduais de distribuição de gás natural canalizado ou de distribuidores de gás natural liquefeito ("GNL"), de gás natural comprimido ("GNC") e de combustíveis, todos autorizados pela ANP. O PRC deverá optar entre exibir ou não a marca comercial de um distribuidor de combustíveis líquidos, sendo, de acordo com a sua escolha, considerado "posto bandeirado" ou "posto bandeira branca".

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Deverão ainda ser observadas normas e especificações técnicas da ANP quanto a: (i) análises físico-químicas indicativas da qualidade dos combustíveis líquidos revendidos, incluindo comprovação de contratação de laboratório credenciado; (ii) análises de qualidade do combustível recebido; (iii) armazenamento de combustíveis; (iv) manutenção de equipamentos de análise, termo densímetro, medida-padrão e régua medidora; (v) manutenção de Boletim de Conformidade e de Livro de Movimentação de Combustíveis; e (vi) disponibilização/exibição de informações (e.g. preços dos combustíveis, identificação de bombas).

Ademais, a Resolução ANP nº 41/2013 prevê a obrigação do revendedor varejista de combustíveis em manter seu cadastro como "posto revendedor" devidamente atualizado, sujeito à fiscalização por parte da ANP. Para tanto, todos os documentos necessários para a outorga da autorização devem estar válidos e atualizados e não podem estar com situação cancelada, inapta ou similar, incluindo o Alvará de Funcionamento, Licença de Operação, Certificado do Corpo de Bombeiros, Inscrição Estadual e CNPJ.

É expressamente vedado ao revendedor varejista de combustíveis automotivos, nos termos da Resolução ANP nº 41/2013, (i) condicionar a revenda de combustível automotivo ou a prestação de serviço ao consumidor à revenda de outro combustível automotivo ou à prestação de outro serviço, (ii) alienar, permutar, transferir ou comercializar combustíveis automotivos com outro revendedor varejista, (iii) estabelecer limites quantitativos para a revenda de combustíveis automotivos ao consumidor, (iv) misturar produtos (exceto por aditivação) ao combustível automotivo e (v) exercer a atividade no estabelecimento caso os documentos necessários para a operação estejam fora do prazo de validade, ou quando constar situação cancelada, inapta ou similar.

Caso o revendedor varejista de combustíveis automotivos não cumpra com o disposto na Resolução ANP nº 41/2013, as seguintes penalidades poderão ser aplicadas, conforme previsto pela Lei nº 9.847/1999: (i) multa; (ii) apreensão de bens ou produtos; (iii) perdimento de produtos apreendidos; (iv) cancelamento do registro do produto junto à ANP; (v) suspensão de fornecimento de produtos; (vi) suspensão temporária, total ou parcial, de funcionamento de estabelecimento ou instalação; (vii) cancelamento de registro de estabelecimento ou instalação; e/ou (viii) revogação de autorização para o exercício de atividade. As multas são aplicadas segundo a infração praticada e sua gravidade, variando de R$ 5.000,00 à R$ 2.000.000,00.

Não obstante as penalidades acima, para alguns tipos de infrações é prevista, ainda, a possibilidade de aplicação de medidas cautelares de interdição, total ou parcial, do estabelecimento, instalação, equipamento ou obra, e de apreensão de bens e produtos.

Regulamentação Imobiliária

A operação normal dos estabelecimentos da Companhia está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de alvará de licença de uso e funcionamento, emitido pela municipalidade competente, e licença do corpo de bombeiros competente, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão.

Em relação a todos os locais ocupados pela Companhia para o exercício de suas atividades, devem ser obtidas e renovadas periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem esses regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de autos de infração, multas pelas autoridades competentes (cujo valor somente é determinado no caso específico), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização, podendo, inclusive, culminar no fechamento administrativo do imóvel), não pagamento do prêmio do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Ainda que nossas atividades não causem impactos negativos significativos ao meio ambiente, temos desenvolvido práticas de conservação e conscientização ambiental. Todavia, até a data deste Formulário de Referência, não havíamos aderido a padrões internacionais de proteção ambiental.

Cumprimos rigorosamente a legislação ambiental vigente, exigindo de nossos parceiros e fornecedores, esse mesmo princípio. Mantemos ferramentas e controles que visam mitigar riscos ambientais nas nossas atividades de acordo com diretrizes mundiais para o tema e de acordo com a legislação vigente.

Esferas de Responsabilidade Ambiental

A responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas diversas e independentes: (i) administrativa; (ii) cível; e (iii) criminal.

Diz-se que as três esferas de responsabilidade mencionadas acima são "diversas e independentes" porque, por um lado, uma única ação do agente econômico pode gerar responsabilização ambiental nas três esferas, com consequências diversas. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta necessariamente o agente da responsabilidade nas demais.

Responsabilidade Administrativa Ambiental

No que se refere à responsabilidade administrativa ambiental, a Lei Federal nº 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais"), regulamentada pelo Decreto nº 6.514/2008, dispõe (artigo 70) que toda ação ou omissão que importe na violação das regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental, independentemente da verificação de culpa ou da efetiva ocorrência de dano ambiental.

De acordo com a legislação brasileira, as infrações administrativas podem ser punidas com advertência; multa simples no valor de até R$ 50 milhões; multa diária; apreensão dos produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; destruição ou inutilização do produto; suspensão de venda e fabricação do produto; embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; demolição de obra; suspensão parcial ou total das atividades; suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contrato por entes públicos.

Responsabilidade Civil Ambiental

A responsabilidade civil encontra-se delineada pela Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938/1981 (artigo 14, §1º), que instaura a responsabilidade objetiva na matéria, ou seja, aquela que independe da existência de culpa, bastando à comprovação do dano e do nexo de causalidade entre esse e a atividade para que seja configurada a obrigação de reparação ambiental.

O empreendedor, independentemente da existência de culpa deverá indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a quem for responsável. Dessa maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída, a quem for responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental.

Ademais, a responsabilidade civil ambiental é solidária entre os agentes causadores do dano ambiental, sendo atribuída aos responsáveis, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental (artigo 3º, inciso IV, da Política Nacional do Meio Ambiente). De acordo com a teoria da responsabilidade solidária, um dos agentes poderá responder pelo dano ambiental total, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores do dano ambiental, com base nos princípios que regem o direito ambiental brasileiro.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Dessa forma, a contratação de terceiros para proceder qualquer serviço em nossos estabelecimentos, incluindo, por exemplo, a destinação final de resíduos sólidos, não nos isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pelos terceiros contratados, caso estes não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

Responsabilidade Criminal

Caso as autoridades competentes comprovem a operação sem as devidas licenças ambientais, poderemos estar sujeitos ao crime ambiental previsto no artigo 60 da Lei de Crimes Ambientais, punível com pena de detenção dos diretores ou executivos responsáveis pelo ato, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

A Lei de Crimes Ambientais prevê, ainda, outros tipos penais como, por exemplo, causar poluição de qualquer natureza ou danificar vegetação especialmente protegida, sujeitos a sanções penais, desde que devidamente comprovado o dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia) tais como: (a) a suspensão total ou parcial de atividades do respectivo empreendimento; (b) a perda de benefícios e incentivos fiscais, a suspensão de financiamentos e proibição para contratar com a administração pública; e (c) o aprisionamento dos diretores ou executivos responsáveis pelo ato.

Os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como nossos prepostos ou mandatários, e que concorram para a prática de crimes ambientais atribuídos à Companhia, estão também sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Áreas Contaminadas

As contaminações de solo e/ou águas representam passivos ambientais que devem ser administrados com cautela, uma vez que a pretensão reparatória do dano ambiental é imprescritível, ou seja, a responsabilidade por dano ambiental não se extingue por decurso de prazo e tampouco pela sucessão inter partes.

São consideradas áreas contaminadas aquelas que contenham quantidades ou concentrações de quaisquer substâncias ou resíduos em condições que causem ou possam causar danos à saúde humana, ao meio ambiente ou a outro bem a proteger. A detecção de contaminação exige providências por parte dos agentes governamentais, das entidades causadoras do dano ambiental e dos proprietários envolvidos. Nesse sentido, deverão ser aplicadas medidas corretivas visando estabelecer níveis de qualidade compatíveis com um determinado uso futuro.

Em âmbito federal, a Resolução nº 420/2009 do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA") dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas em decorrência de atividades antrópicas.

Cumpre destacar que de acordo com a legislação ambiental brasileira, o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental – aquelas em que comprovadamente houve poluição ocasionada pela disposição, acúmulo, armazenamento ou infiltração de substâncias ou resíduos – poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público.

Vale destacar que a responsabilidade civil ambiental relacionada à remediação da contaminação do solo e das águas subterrâneas é objetiva e solidária, além de ser considerada como uma obrigação *propter rem* (ônus que acompanha o imóvel).

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A detecção de contaminação exige providências por parte dos agentes governamentais, das entidades causadoras do dano ambiental e dos proprietários envolvidos. Nesse sentido, deverão ser aplicadas medidas corretivas visando estabelecer níveis de qualidade compatíveis com um determinado uso futuro, de modo que eventual comprovação de contaminação nos imóveis em que a Companhia desenvolve suas atividades, poderá impactar em ônus financeiro nesse sentido.

Além da obrigação de reparar o dano, ainda na toada da tríplice responsabilidade ambiental, causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significaiva da biodiversidade caracteriza infração administrativa passível de multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Competência de fiscalização Ambiental e imposição de penalidades

A competência para fiscalização e imposição de sanções administrativas é comum e, portanto, pode ser exercida pela União, Estados e Municípios. A regulamentação da matéria, trazida pela Lei Complementar ("LC") nº 140/2011, distinguiu a prerrogativa de imposição de penalidades administrativas (exemplo: advertências, multas, embargos etc.) com base na competência para licenciamento das atividades e empreendimentos poluidores ou potencialmente poluidores. De toda forma, os órgãos ambientais das outras esferas podem exercer a competência administrativa de fiscalização, caso o órgão licenciador/fiscalizador permaneça inerte diante do conhecimento da conduta infracional, o que deve ser analisado caso a caso.

Além disso, o Ministério Público, tanto Estadual quanto Federal, é competente para a instauração de procedimentos investigatórios preliminares e inquéritos civis que visem à identificação dos danos ambientais a serem civilmente reparados. As obrigações do agente poluidor para a reparação civil ambiental podem ser objeto de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado com o Ministério Público, ou Termos de Compromissos (TCs), eventualmente firmados com os órgãos públicos fiscalizadores das esferas federal, estadual ou municipal, conforme o caso.

Ainda, a reparação civil de dano ambiental pode se dar de maneira litigiosa por meio de ações judiciais coletivas. No caso da Ação Civil Pública, os legitimados para a sua propositura são: Ministério Público, Defensoria Pública, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e órgãos públicos ambientais, além das associações sem fins lucrativos que tenham a proteção do meio ambiente como finalidade institucional. Importante frisar que a adoção da via judicial não impede a definição das obrigações civis de reparação do dano que podem ser estabelecidas em acordo firmado no bojo do próprio processo.

Por fim, apesar de não haver referência expressa em lei, segundo entendimento consolidado da jurisprudência pátria – sobretudo do Superior Tribunal de Justiça (STJ) –, a tutela coletiva de reparação do dano ambiental na esfera civil não está sujeita à prescrição.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente por meio do registro validamente expedido pelo INPI, órgão responsável pelo registro de marcas e patentes e outros direitos de propriedade intelectual sendo assegurado ao titular de registro de marca seu uso exclusivo em todo território nacional por um prazo determinado de 10 anos, passível de sucessivas renovações.

Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para identificação de seus produtos ou serviços. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

Somos titulares, em nome próprio ou de nossas subsidiárias, de marcas registradas e de pedidos de registro de marca junto ao INPI, em diferentes classes de serviços e produtos relativas às nossas atividades, nas formas nominativas e mista, incluindo "Grupo Big", "Big", "B", "Big Bompreço", "Super

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Bompreço", "Nacional", "Mercadorama", "Maxxi Atacado" e "Todo Dia". Além disso, utilizamos as marcas "Sam's Club" de titularidade da Walmart US, licenciadas no âmbito do Contrato de Licença de Uso que prevê o direito exclusivo da Companhia de operar o clube de compras "Sam's Club" no Brasil, assim como utilizar as Marcas Sam's Club.

Nossas marcas são reconhecidas em toda região de atuação da Companhia. Na hipótese de perda de tais marcas, acreditamos que nossas atividades seriam afetadas de maneira adversa.

Também possuímos 124 nomes de domínios de internet devidamente registrados junto ao Registro.br e utilizados como canais de informação ao público, incluindo os nomes de domínio "www.big.com.br", "www.bigemcasa.com.br", "www.maxxiatacado.com.br" e "www.supermercadosemcasa.com.br". A Companhia utiliza também o domínio "www.samsclub.com.br" de titularidade de terceiros, por meio de um contrato de licença de uso.

No mais, possuímos softwares próprios para a execução de nossas atividades, desenvolvidos por funcionários contratados no regime CLT e por terceiros desenvolvedores contratados especificamente para o serviço. Detemos os direitos de propriedade intelectual referentes aos softwares em questão.

Além disso, também utilizamos softwares de titularidade de terceiros que estão devidamente licenciados e são utilizados dentro do escopo de suas licenças, para exercer nossas atividades.

Para mais informações, vide o item 9.1.b deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e no exercício social de 31 de dezembro de 2019.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e no exercício social de 31 de dezembro de 2019.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e no exercício social de 31 de dezembro de 2019.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

(a) Divulgação de informações socioambientais

A Companhia divulga as seguintes informações socioambientais. Nela, encontram-se informações sobre a atuação do Instituto Grupo BIG e suas atitudes de incentivo à Pecuária Sustentável e ao Bem-estar Animal.

Abaixo se encontram breves descrições das iniciativas, para ilustração do escopo.

Instituto Grupo Big

O Instituto Grupo BIG, buscando contribuir com as comunidades onde atua e fortalecer os vínculos com públicos estratégicos de maior vulnerabilidade social, desenvolve um programa voltado à preparação de jovens para o mundo do trabalho, a Escola Social do Varejo, e realiza ações para o fortalecimento de organizações sociais vizinhas às unidades da empresa. Também promovemos ações de voluntariado entre nossos colaboradores.

Voluntariado

O Instituto Grupo BIG incentiva e apoia o envolvimento de colaboradores da empresa em ações de voluntariado corporativo. A principal iniciativa é o Dia na Comunidade, realizado anualmente e que abre espaço na agenda dos funcionários em um dia de trabalho para a realização de atividades em organizações sociais.

O Instituto apoia a organização das ações, auxiliando também no estímulo dos funcionários e na comunicação. A iniciativa busca despertar nos colaboradores a consciência de que é possível fazer a diferença.

Boas Ações

O Boas Ações reúne iniciativas lideradas pelas lojas e pelos clubes de compras em benefício das comunidades onde estão presentes. O Instituto Grupo BIG realiza a validação de organizações sociais, criando uma rede de parceiros espalhados pelo País.

São realizados trotes solidários com a participação de calouros das universidades, que arrecadam alimentos nas lojas e destinam a ONGs parceiras, bem como doações de produtos para organizações sociais que possuem bazares que com a venda desses itens captam recursos financeiros que retornam para os atendimentos oferecidos as comunidades locais.

Como protagonistas desta frente, as unidades mobilizam clientes e colaboradores na realização de campanhas de arrecadação de alimentos e outros produtos – como agasalhos e brinquedos, em ações sazonais – para doação às instituições.

Outra ação é o apoio a Bancos de Alimentos, com a doação de produtos que estão fora dos padrões de comercialização, mas que ainda são adequados para o consumo. Os bancos parceiros coletam, transportam e distribuem os produtos para instituições que atendem crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Com a pandemia do COVID-19, o Grupo BIG com o apoio do Instituto Grupo BIG lançou o Atitudes BIG, um projeto que contempla doações da empresa, dos colaboradores e dos clientes em lojas, para três organizações parceiras do Instituto – o Programa Sesc Mesa Brasil, o Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul – BARGS e a ONG Amigos do Bem.

7.8 - Políticas Socioambientais

Escola Social do Varejo

A Escola Social do Varejo (ESV), é um programa idealizado e financiado pelo Instituto Grupo Big e desenvolvido em parceria com o Instituto Aliança com o objetivo de promover a formação profissional de jovens entre 17 e 24 anos para o mundo do trabalho, com foco no segmento do varejo. O programa realiza capacitação para a conquista do primeiro emprego formal e atende jovens egressos ou que estejam cursando o 3º ano do Ensino Médio na rede pública. Em 2020 a ESV comemora 10 anos de atuação e já formou 10 mil jovens.

A metodologia da ESV contribui para o desenvolvimento de competências socioemocionais, fundamentais para o êxito do profissional do século 21, e estimula os jovens a pensar em seu projeto de vida. O certificado da Escola Social do Varejo é emitido pela Universidade Estadual do Ceará como curso de extensão.

A formação também aproxima os jovens do dia a dia das empresas. Além das aulas presenciais e a distância, os alunos realizam visitas guiadas a lojas e ao Centro de Distribuição de nossa empresa e participam do "Aulão" – um encontro que os reúne com profissionais do grupo para trocas de experiências pessoais e profissionais. Os jovens recebem orientação para a inserção no mercado de trabalho, incluindo apoio para elaboração de currículo e preparação para entrevistas on-line e presenciais. Dos jovens que terminam a ESV, 80% são inseridos no mercado de trabalho. A renda familiar dos jovens aumenta de 60% a 80% após a inserção no mercado de trabalho.

Atualmente, a escola possui três núcleos, nos municípios de Osasco (SP), Salvador (BA) e Recife (PE).

Com a pandemia do COVID-19, o programa foi transformado 100% a distância com toda formação online e digital. Com isso, foi possível incluir jovens de SP capital e região metropolitana de SP, na turma de Osasco, antes restrita as regiões mais próximas.

Pecuária Sustentável

A certeza de realizar uma compra consciente e optar por uma carne no ponto certo, ou seja, produzida dentro de critérios socioambientais, é realidade para nossos clientes. Somos o primeiro varejista a monitorar 100% da carne bovina originária dos biomas Amazônia e Cerrado.

Temos implantado o chamado Sistema de Monitoramento e Gestão de Risco da Carne Bovina. Por conta dele, garantimos a nosso consumidor que não vendemos carne bovina que contribuam para o desmatamento da Amazônia e o trabalho escravo, nem que tenham origem em áreas embargadas, terras indígenas e unidades de conservação. Depois dessa experiência bem-sucedida, expandimos nosso programa para todo o Cerrado.

Pioneiro no mercado varejista brasileiro, nosso sistema tem como diferencial a integração de dados de georreferenciamento, que mapeiam desmatamento, terras indígenas e unidades de conservação, a partir de informações das listas públicas de áreas embargadas e trabalho escravo. Além disso, ele é responsável por analisar os fornecedores diretos de nossa empresa.

Todos os dados de fornecedores de carne bovina com frigoríficos nos biomas Amazônia e Cerrado estão inseridos nessa ferramenta. Isso representa mais de 100 mil fazendas que fornecem gado para cerca de 32 plantas frigoríficas.

Bem-estar Animal

Com o objetivo de fomentar o consumo de alimentos saudáveis, produzidos por uma cadeia produtiva pautada por conceitos sustentáveis e que valorizem o bem-estar animal, anunciamos, em abril de 2019, o compromisso de comercializar somente ovos de galinhas livres de gaiolas. Essa transição será concluída em todas as lojas até 2028.

Acreditamos que uma mudança significativa na cadeia produtiva de ovos não vá acontecer sem o comprometimento de todos os segmentos envolvidos, incluindo: produtores, indústria de alimentos, governo, varejistas e consumidores, já que o grande varejo participa com apenas 10% das vendas

7.8 - Políticas Socioambientais

totais de ovos no Brasil. Estamos prontos para, em parceria com organizações não governamentais (ONGs), promover um movimento que reúna todos esses segmentos, visando a difundir práticas que valorizem o bem-estar animal.

Logística Reversa

O incentivo ao aprimoramento da cadeia de valor do varejo não termina com a comercialização dos itens nas diversas lojas da rede. A responsabilidade socioambiental da Companhia engloba todo o ciclo de vida dos produtos. Por isso, busca-se estimular os consumidores a adotarem práticas sustentáveis também no pós-consumo e as empresas fornecedoras a elevarem o padrão de gestão ambiental em seus negócios.

Clientes são incentivados a participarem ativamente do processo, levando às lojas os materiais que devem ter uma destinação diferenciada, como é o caso de eletroeletrônicos, lâmpadas fluorescentes e embalagens de produtos em geral.

Embalagens

Adotar hábitos sustentáveis e obter descontos em diversos produtos e serviços (como crédito no celular): para os clientes das lojas da Companhia, isso já é uma realidade. Em parceria com a startup Molécoola, busca-se incentivar o descarte consciente de resíduos. Isso já disponível nas lojas Maxxi Taboão, BIG Osasco e BIG Pacaembu. São Pontos de Entrega Voluntária (PEV) de embalagens de produtos em geral onde clientes podem trocar recicláveis por pontos em um programa de fidelidade.

Além de contribuir para um futuro melhor, ao levarem o material e se cadastrarem no aplicativo da Molécoola (disponível em duas lojas de aplicativos), os clientes acumulam pontos que podem ser trocados por créditos em bilhetes de transporte urbano ou usados em aplicativos e para recarga de celular, além de diversos outros produtos.

Após serem depositadas no PEV, as embalagens são separadas, prensadas e acumuladas pela unidade da Molécoola na própria loja. Feito isso, os materiais são encaminhados aos recicladores, que os transformam em matéria-prima. Os operadores que ficam nos contêineres para auxiliar os clientes e receber os materiais são ex-cooperados e catadores. Assim, o programa também viabiliza a formalização da mão de obra envolvida em reciclagem em um modelo de microfranquia, com uma melhora na renda dos catadores.

A expectativa é que a Companhia continue recebendo em torno de 12 toneladas de resíduos por mês.

Lâmpadas fluorescentes

Em parceria com a empresa Reciclus, a Companhia disponibiliza Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) de lâmpadas fluorescentes em 41 lojas, que, só em 2018, receberam mais de 49 mil unidades.

Devido à presença de mercúrio em sua composição, esse tipo de lâmpada requer destinação específica. O mercúrio é um metal nocivo ao meio ambiente e à saúde, podendo causar danos aos rins, fígado e sistema nervoso central, além de sintomas como perda da visão periférica e coordenação motora, perturbações sensoriais e fraqueza muscular. Segundo o Ministério da Saúde, em alguns casos pode acarretar sequelas irreversíveis e até causar a morte.

Com a destinação correta das lâmpadas fluorescentes, os componentes são separados e reutilizados na fabricação de novos produtos, e o mercúrio, depois de extraído, é recuperado em seu estado líquido elementar. Os pontos de entrega voluntária são divulgados no sítio eletrônico da Companhia.

7.8 - Políticas Socioambientais

Eletroeletrônicos

A Companhia disponibiliza Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) de eletroeletrônicos, em ação feita em parceria com a Green Eletron. Após a coleta, o material é destinado para reciclagem, onde os aparelhos são descaracterizados e seus componentes reutilizados na fabricação de novos produtos.

Os eletroeletrônicos precisam de destinação diferenciada porque, quando descartados de forma incorreta, podem liberar substâncias tóxicas (principalmente metais) e poluir mananciais, o solo, a vegetação e a atmosfera.

Segundo estudos, a exposição a esses metais pode provocar problemas respiratórios, danos ao sistema nervoso, rins e fígado e, em alguns casos, causar câncer. Os pontos de entrega voluntária são divulgados no sítio eletrônico da Companhia.

Atualmente, não há divulgação anual de relatório integrado pela Companhia. Outrossim, em 17 de setembro de 2020 a Companhia finalizou seu inventário GHG, acerca das estatísticas de emissões de poluentes.

(b) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

A metodologia para informações sobre as pautas não é unificada, tendo em vista sua diversidade. Ainda, como ressaltado no item “a”, a divulgação de informações não é objeto de relatório integrado anual. A Companhia disponibiliza informações por veículos online mencionados no item “a” acima conforme demandado por sua relevância.

Como não há relatório anual, não são seguidos os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, sendo que futuramente eles poderão ser considerados em eventual relatório anual a ser desenvolvido pela Companhia.

Acerca do inventário GHG, sua metodologia segue o padrão das demais empresas que elaboram tal inventário, e pode ser consultada em http://www.ghgprotocolbrasil.com.br/ferramenta-de-calculo.

(c) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

Apenas as demonstrações financeiras relativas ao Instituto Grupo Big são auditadas por entidade independente.

(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

A Companhia divulga informações socioambientais em seu website, https://www.big.com.br/, acessando a aba “Responsabilidade Corporativa” e seus respectivos conteúdos.

Esse ano o Instituto Grupo Big completa 15 anos de atuação e lançamos um hotsite para comemorar essa data - https://institutogrupobig.com.br/

Com relação à Escola Social do Varejo, a iniciativa dispõe de página própria na rede social Facebook: https://www.facebook.com/esvnacional/, além de uma página no GIFE – Grupo de Institutos, Fundações Empresariais: https://gife.org.br/associados/instituto-grupo-big/, e no Instagram: @esvnacional.

Por fim, o inventário GHG da Companhia se encontra em https://www.registropublicodeemissoes.com.br/participantes/2356.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Contratos Relevantes

Em 1º de agosto de 2018, a Companhia celebrou o contrato de licença de uso "Sam's Club Intellectual Property License Agreement" ("Contrato de Licença de Uso") firmado com a Walmart Inc. e Walmart Apollo LLC ("Licenciadores"), por meio do qual a Companhia passou a ter o direito exclusivo de operar o clube de compras "Sam's Club" no Brasil, assim como utilizar as Marcas Sam's Club. O Contrato de Licença de Uso prevê a licença exclusiva, não transferível, por prazo determinado e mediante pagamento de royalties, para utilização das Marcas Sam's Club e para operar diretamente, por meio de uma ou mais subsidiárias, ou indiretamente, conforme disposto no Contrato de Licença de Uso, o "Sam's Club Brazil Business" nos locais licenciados, para venda de produtos e serviços "Sam's Club". A licença inclui a utilização das marcas em conexão com a operação do "Sam's Club Brazil Business", utilização dos negócios já existentes, instalações, embalagens, websites, materiais de marketing, equipamentos, máquinas e outros materiais que contenham as Marcas Sam's Club.

Em 24 de setembro de 2019, nossa subsidiária WMB Supermercados do Brasil Ltda. ("WMB"), na qualidade de locatária, celebrou com Normandia Empreendimentos e Participações S.A. e Dunkirk Empreendimentos e Participações S.A., na qualidade de locadoras, contratos de locação atípicos, os quais vigoram por um prazo de 15 (quinze) anos, prorrogáveis por outros 15 (quinze) anos, e a WMB deve às proprietárias aluguéis acordados em condições de mercado para locações atípicas.

Em 13 de outubro de 2020, nossa subsidiária WMB assinou memorando de entendimentos não vinculante com gestora de fundos de investimento estabelecendo as diretrizes e principais termos para a assinatura de contratos de locação atípicos tendo por objeto certos imóveis atualmente utilizados pela WMB (ou outras subsidiárias da Companhia) em suas operações e que são, nesta data, de propriedade de sociedades controladas pelo acionista controlador e acionista relevante da Companhia. O memorando de entendimentos não vinculante estabelece determinadas condições precedentes para a assinatura de tais contratos de locação, dentre elas a realização de diligência pela contraparte signatária do memorando. O memorando de entendimentos estabelece que, quando e se forem assinados, os contratos de locação atípica vigorarão por um período de 15 (quinze) anos, prorrogáveis por mais 15 (quinze) anos (em caso de prorrogação, esta se daria sob o regime de locação típica), e a WMB (ou outras subsidiárias da Companhia que utilizarem os imóveis, conforme o caso), deverá(ão) pagar às proprietárias aluguéis acordados em condições de mercado para locações atípicas.

Para mais informações acerca dos impactos na receita da Companhia decorrentes dos alugueis dos contratos acima, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

Além das informações dispostas acima, não há outras informações relevantes com relação a este item 7.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Desde a constituição da Companhia, não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 8.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Entendemos que nossos principais ativos relevantes são os imóveis nos quais nossas lojas e centros de distribuição estão localizados, incluindo todas as benfeitorias e demais melhorias na edificação, além dos demais ativos fixos que compõem nossa operação, tais como equipamentos, construções, instalações e mobiliário, todos também localizados em nossos imóveis.

A tabela abaixo lista os ativos imobilizados que consideramos relevantes, com base nos seguintes critérios: (i) imóveis onde se localizam a nossa sede e os demais escritórios administrativos; (ii) as lojas; e (iii) os centros de distribuição. Além disso, a tabela também indica a cidade e estado onde se localiza o ativo imobilizado, o tipo e formato de negócio operado no imóvel e, por fim, a área total.

Cidade	Estado	Formato	Endereço	Tipo de Propriedade	Área total
ITAPECERICA DA SERRA	SP	CD Refrio	Rodovia Regis Bittencourt, Km 293,5, Itapecerica da Serra, SP	Operação Terceira	12.500
EMBU DAS ARTES	SP	CD Embu, SP	R Pataxos,1540 JD Magali, Embu das Artes, SP	Alugado	45.487
PORTO ALEGRE	RS	CD Sertório RS	Rua Sergio Dietrich, 913 - Sarandi - Porto Alegre, RS	Próprio	49.933
PINHAIS	PR	CD Pinhais PR	Rua Mandaguari, 617, Bairro: Pedro Demeterco, Pinhais, PR	Alugado	39.000
COLOMBO	PR	CD Friozem PR	Estrada da Graciosa 503, Atuba, Colombo, PR	Operação Terceira	4.000
BALNEARIO CAMBORIU	SC	CD Maxxi SC	Rodovia: BR 101, 10001, KM 138, São Judas Tadeus, Balneário Camboriú, SC,	Alugado	13.161
NOVA SANTA RITA	RS	CD Reiter NSR RS	Rua Max Bloedow, 241, Bairro: Floresta, Nova Santa Rita, RS	Operação Terceira	2.700
NOVA SANTA RITA	RS	CD Maxxi NSR RS	R da Pedreira 54, Nova sta Rita, RS	Alugado	29.703
JABOATÃO DOS GUARARAPES	PE	CD Muribeca PE	Av. Eixo de Integração SN, SN - Muribeca - Jaboatão dos Guararapes - PE Jaboatão dos Guararapes, PE	Próprio	89.533
CABO DE SANTO AGOSTINHO	PE	CD Trino PE	ROD BR-101 SUL, 3.791, KM 92.001 A 95.005 BL D SALA 12 - DISTRITO INDUSTRIAL SANTO ESTEVAO	Operação Terceira	2.000
SALVADOR	BA	CD Piarajá BA	Rod. Salvador Feira, BR 324, Km 08 - Pirajá - Salvador, BA	Próprio	82.938
SIMÕES FILHO	BA	CD Friozem BA	ROD BA-093, Nº 4.120, SALA WALMART, CÂMARAS 2, 3 E 4, PALMARES	Operação Terceira	4.100
CAJAMAR	SP	CD Cajamar	Av Dr Antônio João Abdalla, lote Área A, Quadra 0, 260, Bairro dos Cristais, Loteamento Sítio dos Paes, Parte 01, Cajamar, SP	Alugado	49.972
Santo André	SP	CD Maxxi Sto.André,SP	Avenida dos Estados, 8500, Anexo B, Santo André, SP	Própria	4.200
Salvador	BA	HO	Avenida Antonio Carlos Magalhaes, SN, Pituba, Salvador	Alugada / Própria	1.185
Recife	PE	HO	R Dona Xavier, 35, Recife, PE	Própria	8.524

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Porto Alegre	RS	HO	Avenida: Sertorio, 6600 - Sobre Loja, Bairro: Sarandi,POA,	Própria	3.802
Barueri	SP	HO	Avenida : Tucunaré, 125-Bairro Alphaville - Cidade: Barueri - CEP 06460-020	Alugada RE	23.111
Goiânia	GO	Fechada para Conversão - Maxxi	Independencia - Sn - Q2 Lotes 0	Alugada RE	13.300
Piracicaba	SP	Fechada para Conversão - Sam's	Trinta E Um De Marco - 310 -	Alugada RE	17.862
Natal	RN	Fechada para Conversão - Maxxi	Av Prudente De Morais,3720	Alugada / Própria	18.349
Franca	SP	Fechada para Conversão - Maxxi	Dr Antonio Barbosa Filho - 181 -	Alugada RE	9.197
Salvador	BA	Fechada para Conversão - Maxxi	Av Mario Leal Ferreira,300	Própria	12.500
Campo Grande	MS	Sam's	Mato Grosso - 1959 -	Alugada	11.800
Blumenau	SC	Fechada para Conversão - Sam's	R Sete De Setembro,2883	Própria	18.895
Belo Horizonte	MG	Fechada para Conversão - Sam's	Av Portugal - 5500 -	Alugada RE	7.485
Sorocaba	SP	Fechada para Conversão - Sam's	Antonio Carlos Comitre - 80 -	Alugada	8.321
Presidente Prudente	SP	Fechada para Conversão - Sam's	Av Salim Farah Maluf - 17 -	Alugada	9.339
São José do Rio Preto	SP	Fechada para Conversão - Sam's	Jose Munia - 4501 -	Alugada RE	10.577
Itu	SP	Fechada para Conversão - Maxxi	Av Doutor Ermelindo Maffei - 945 -	Alugada RE	15.811
Camaçari	BA	Fechada para Conversão - Maxxi	Av Comercial, S/N	Própria	7.444
Jacareí	SP	Hipermercado	Avenida Siqueira Campos, 1265	Alugada RE	15.328
Joinville	SC	Hipermercado	R Orestes Guimaraes,720	Alugada	17.354
Bauru	SP	Hipermercado	Chauim Mauad - 2100 -	Alugada	13.617
Caxias Do Sul	RS	Hipermercado	R Marques Do Herval,859	Alugada	23.416
Cabo de Santo Agostinho	PE	Cash & Carry	Rod Pe 60, Km 2, 1189	Alugada	5.236
Maceió	AL	Cash & Carry	Av Durval De Gois Monteiro,9207	Própria	13.217
Teresina	PI	Cash & Carry	Av. Deputado Paulo Ferraz, 5695	Alugada	7.066

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Olinda	PE	Cash & Carry	Av Doutor Jose Augusto Moreira,2221	Alugada RE	4.569
Salvador	BA	Supermercado	R Conde De Porto Alegre,32	Própria	7.716
Guarulhos	SP	Hipermercado	Jose Bernardo Medeiros - 237 -	Alugada RE	12.381
Mogi Guaçu	SP	Hipermercado	Dos Trabalh - 3400 - Anexo A	Alugada RE	8.074
São Bernardo Do Campo	SP	Hipermercado	Mal Deodoro - 2785 -	Alugada	19.164
Florianópolis	SC	Cash & Carry	Rod Br 282, Marginal Oeste, Via Expr,S/N Loja 15	Própria	3.597
Aracaju	SE	Hipermercado	Av Goncalo Prado Rolemberg, 1540	Alugada	9.001
Porto Alegre	RS	Hipermercado	Av Eduardo Prado,330 Predio 1 Bloco 3 Loja Ancora 01	Própria	10.000
Curitiba	PR	Hipermercado	Avenida Comendador Franco, 3449	Alugada RE	13.837
Brasília	DF	Hipermercado	Sia Sul Tr - Sn - Lt05 Bla	Alugada RE	10.480
Indaiatuba	SP	Cash & Carry	Rua Ely Lopes de Souza, 705	Alugada RE	5.244
Brasília	DF	Sam's	Av. Stn - Sn - Lote I	Alugada	9.396
São Paulo	SP	Sam's	Av. Doutor Gastão Vidigal, 2345	Alugada	10.567
Aracaju	SE	Sam's	Avenida Deputado Silvio Teixeira, 870	Própria	9.896
São Paulo	SP	Cash & Carry	Avenida Joaquina Ramalho, 340	Alugada	8.655
São Paulo	SP	Sam's	Avenida Prof Francisco Morato, 2585	Alugada	6.745
Santo André	SP	Cash & Carry	Avenida dos Estados, 8500	Alugada RE	12.077
Canoas	RS	Cash & Carry	Av Guilherme Schell,8800	Alugada	9.912
Garanhuns	PE	Discount Compact Hypermarket	Rua Doutor José Mariano, 610	Alugada	4.279
Campina Grande	PB	Discount Compact Hypermarket	Rua Almirante Barroso, S/N	Alugada	4.548
São Lourenço da Mata	PE	Discount Compact Hypermarket	Av. Dr. Pedro Augusto Corrêa de Araújo, 295 - Centro	Alugada RE	4.810
Vitória de Santo Antão	PE	Discount Compact Hypermarket	Av. Henrique de Holanda, 01	Alugada	6.101

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Paulista	PE	Discount Compact Hypermarket	Av. Prefeito Geraldo Pinho Alves, s/n	Própria	6.118
Uruguaiana	RS	Hipermercado	Duque De Caxias,3447	Alugada	6.633
Olinda	PE	Soft Discount	Av Chico Science,175 - Galpão A	Própria	552
Itapecuru Mirim	MA	Soft Discount	Rua Professor Antônio Olívio Rodrigues, 350	Própria	1.606
Mossoró	RN	Hipermercado	Av Diocesana,2360	Alugada	6.650
Assis	SP	Hipermercado	Avenida Otto Ribeiro, 1800, loja 101,	Alugada RE	6.735
Macaé	RJ	Hipermercado	Aloisio Da Silva Gomes - 800 - Loja 101	Alugada	6.855
Caxias Do Sul	RS	Cash & Carry	R Rubem Bento Alves, 468	Alugada	2.831
Volta Redonda	RJ	Hipermercado	Rodovia dos Metalúrgicos, 1085	Alugada	7.114
Taquara	RS	Soft Discount	R Tristao Monteiro,1352	Própria	606
Feira De Santana	BA	Soft Discount	R Papa Joao XXIII,156	Alugada	645
Limoeiro	PE	Soft Discount	R Rua Francisco Atelano,352	Alugada	657
Rio Grande	RS	Cash & Carry	Av Presidente Vargas,803	Alugada	2.970
Penedo	AL	Soft Discount	Av. Antonio Cândido Toledo, s/nº	Própria	1.622
Juazeiro do Norte	CE	Hipermercado	Av. Pe. Cícero, 2241	Alugada	7.121
Conceição do Coité	BA	Soft Discount	Rua João Mateus de Souza, 49	Própria	1.727
Nazaré da Mata	PE	Soft Discount	Rua General Osório, s/nº	Própria	667
Santana do Livramento	RS	Hipermercado	R Joao Belchior Goulart,1837	Alugada	7.138
Catanduva	SP	Hipermercado	Av. Comendador Antônio Stocco, 660	Alugada	7.295
Sapiranga	RS	Hipermercado	Avenida Maua, 1734,	Própria	7.359
Petrolina	PE	Hipermercado	Av Monsenhor Angelo Sampaio,100 River Shopping	Alugada	7.362
Pesqueira	PE	Soft Discount	R Barao De Vila Bela,207	Alugada	672

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Sapé	PB	Soft Discount	Rua Comendador Renato Ribeiro Coutinho, 1309	Alugada	693
Gameleira	PE	Soft Discount	Rua Dr. Antonio Regueira, 250	Própria	705
Dias D'Ávila	BA	Soft Discount	Av. Garcia D'Ávila, 563	Própria	733
Boquim	SE	Soft Discount	Av. Simpliciano Fernandes Fonseca, 209	Própria	734
Itabuna	BA	Hipermercado	Av Aziz Maron, S/N - Frente Para Rua I	Própria	7.389
Coruripe	AL	Soft Discount	Rua Lindolfo Simões, s/n	Própria	738
Escada	PE	Soft Discount	Av. Comendador José Pereira, s/nº	Alugada	740
Rio Real	BA	Soft Discount	Avenida Mangabinha, 155	Própria	740
Vera Cruz	BA	Soft Discount	Av. Juvenal João Vinagre, 3099	Própria	742
Curitiba	PR	Cash & Carry	R Marechal Floriano Peixoto,10520	Alugada	3.947
Santa Maria	RS	Cash & Carry	Av Angelo Bolson,1366	Alugada	4.234
Teotônio Vilela	AL	Soft Discount	Rua Vereador Miguel Tavares, nº 268	Própria	746
São Paulo	SP	Sam's	R Pe Adelino - 685 -	Alugada	6.007
Vitória Da Conquista	BA	Hipermercado	Av Rosa Cruz,80	Própria	7.410
Vargem Grande	MA	Soft Discount	Praça São Sebastião, 742	Própria	748
Criciúma	SC	Cash & Carry	R Imigrante Meller,100	Própria	4.450
Abreu e Lima	PE	Soft Discount	Rua Ananias Lacerda de Andrade, s/n	Própria	749
Paulista	PE	Soft Discount	Rua Doutor Luis Ignácio de Andrade Lima, 141	Alugada	749
Belo Jardim	PE	Soft Discount	Rua Cleto Campelo, 330	Alugada	749
Timbaúba	PE	Soft Discount	Rua Hidelbrando Queiroz, 30	Alugada	750
Moreno	PE	Soft Discount	Avenida Sofrônio Portela, s/n	Alugada	750
Ipojuca	PE	Soft Discount	Rua João Pessoa, 9	Alugada	750

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Maceió	AL	Soft Discount	Av. Júlia Camelo de Freitas, 412	Alugada	750
Bagé	RS	Hipermercado	Avenida Santa Tecla, 1451 e 1357	Própria	7.540
Barueri	SP	Sam's	Av Tucunare - 80 -	Alugada	6.158
União dos Palmares	AL	Soft Discount	Av. Monsenhor Clovis Duarte de Barros, 360A	Própria	750
Arapiraca	AL	Soft Discount	Rua Rui Barbosa, 15, Lote 03	Alugada	750
Mamanguape	PB	Soft Discount	R Coronel Batista Carneiro,157	Alugada	750
Esplanada	BA	Soft Discount	Av Mario Andreazza, S/N	Alugada	753
São Gonçalo dos Campos	BA	Soft Discount	Avenida Tancredo Neves, 15	Alugada	754
Mata de São João	BA	Soft Discount	Rua Santos Dumont, S/N	Alugada	755
Araras	SP	Hipermercado	Dn Renata - 3215 - Anexo A	Alugada RE	7.600
Itaberaba	BA	Soft Discount	Rua Rubens Ribeiro, nº 140	Própria	756
Umuarama	PR	Hipermercado	Av Angelo Moreira Da Fonseca, 2071	Própria	7.651
Muritiba	BA	Soft Discount	Avenida Durval Fraga, 01	Própria	758
Pinhais	PR	Cash & Carry	Rod Joao Leopoldo Jacomel	Alugada	4.450
Entre Rios	BA	Soft Discount	R. Barão do Rio Branco, 97	Alugada	775
Pojuca	BA	Soft Discount	R Andre Marins, S/N	Alugada	780
Lages	SC	Hipermercado	Rua Getúlio Vargas, Nº 232	Própria	7.868
Chapecó	SC	Cash & Carry	R Fernando Machado,3750	Alugada	4.450
Lages	SC	Cash & Carry	Av Dom Pedro Ii, 2015	Própria	4.450
Jaboatão Dos Guararapes	PE	Soft Discount	R Coronel Dario Ferraz De As, S/N	Alugada	821
Maceió	AL	Hipermercado	Av Menino Marcelo, 5300 (antes como s/nº)	Própria	7.899
Patos de Minas	MG	Hipermercado	Av. Marabás, 621	Alugada	7.989

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Surubim	PE	Soft Discount	Av Sao Sebastiao,S/N	Alugada	848
Cabedelo	PB	Soft Discount	R Pastor Jose Alves De Oliveira,109	Alugada	852
Valença	BA	Soft Discount	Av Maconica,85	Alugada	860
Campina Grande	PB	Hipermercado	Av Almeida Barreto,85	Própria	8.000
Arapiraca	AL	Cash & Carry	Rod Al 220,1870	Própria	4.450
Curitiba	PR	Sam's	Rod Ctba P Grossa Br 277 - 65 -	Alugada	6.258
Santa Cruz do Sul	RS	Cash & Carry	Rod Br 471, S/N	Alugada	4.473
Santa Cruz do Sul	RS	Hipermercado	Av Paul Harris, 291	Própria	8.241
Arapiraca	AL	Soft Discount	R 15 De Novembro, 403	Alugada	871
Cabo de Santo Agostinho	PE	Soft Discount	Av Historiador P Da Costa,251	Própria	872
Fortaleza	CE	Hipermercado	Avenida Washington Soares, 3000, Loja 47	Alugada	8.281
Propriá	SE	Soft Discount	Av Tavares De Lira,217	Alugada	873
Curitiba	PR	Cash & Carry	Rua João Betega, 2576	Alugada	4.494
João Pessoa	PB	Soft Discount	R Mascarenhas De Morais,445	Alugada	879
Palmeira dos Índios	AL	Soft Discount	R Miguel Monteiro, 145	Própria	879
São José Dos Campos	SP	Sam's	Av Cassiano Ricardo - 1993 -	Alugada	6.488
Viamão	RS	Cash & Carry	Av Senador Salgado Filho,7131	Alugada	4.665
Igrejinha	RS	Soft Discount	R Joao Lourenco Schaefer,576	Alugada	884
Canoas	RS	Soft Discount	R Boqueirao,3227	Própria	885
João Pessoa	PB	Soft Discount	R Walfredo Macedo Brandao,591	Alugada	887
Salvador	BA	Soft Discount	R Cosme De Farias, S/N	Própria	888
Campo Bom	RS	Soft Discount	Av Brasil,3269	Alugada	889

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Gravataí	RS	Cash & Carry	Av Dorival Candico Luz De Oliveira,4709	Alugada	4.944
Santo Ângelo	RS	Cash & Carry	Av Brasil,1465	Própria	4.985
Novo Hamburgo	RS	Soft Discount	R. Bartolomeu Gusmão, 222	Alugada	897
Santo Amaro	BA	Soft Discount	R Conselheiro Saraiva,10	Alugada	900
Vitória Da Conquista	BA	Cash & Carry	Av Brumado,2555 Lote B	Própria	5.015
Rio Pardo	RS	Soft Discount	Travessa Rodolfo Moreira De Souza, 80	Própria	905
São Leopoldo	RS	Soft Discount	Av. Feitoria, 4908	Própria	910
Maceió	AL	Soft Discount	R Cleto Campelo,752	Alugada	910
Recife	PE	Soft Discount	Av.Vereador Otacílio de Azevedo, 2146	Alugada	914
Porto Alegre	RS	Soft Discount	Av. Protásio Alves, 8435	Alugada	915
Santa Maria	RS	Hipermercado	Av Fernando Ferrari,1483	Alugada	8.321
Taboão da Serra	SP	Cash & Carry	R Do Tesouro,680 - 692	Alugada	5.081
Gravatá	PE	Soft Discount	R 15 De Novembro,26	Alugada	916
Porto Alegre	RS	Cash & Carry	Av Assis Brasil,8285	Alugada	5.137
Maceió	AL	Soft Discount	Av Vereador Dario Marsiglia,775	Própria	925
Lajeado	RS	Cash & Carry	Av Senador Alberto Pasqualini,1476	Alugada	5.138
Guarapuava	PR	Cash & Carry	Rua Conrado Kluber, 191	Própria	5.193
Sapucaia Do Sul	RS	Soft Discount	Avenida João Pereira De Vargas, 2526	Própria	936
São Paulo	SP	Sam's	Av Rudge - 500 -	Alugada	6.678
Alvorada	RS	Soft Discount	Av. Pres. Getúlio Vargas, 3865	Própria	938
Diadema	SP	Cash & Carry	Av Antonio Piranga,2085	Alugada	6.584
Campina Grande	PB	Cash & Carry	Av Marechal Floriano Peixoto,3150	Própria	6.380

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Olinda	PE	Soft Discount	Av Presidente Kennedy, 2274	Alugada	954
Salvador	BA	Hipermercado	R Silveira Martins,2233	Própria	8.371
Ponta Grossa	PR	Soft Discount	Rua Nicolau Kluppel Netto Nº 1529	Alugada	959
Parobé	RS	Soft Discount	Rua Adaviano A. Linden, 201	Alugada	959
Canoas	RS	Soft Discount	Rua Nicolau Seibel, 1286	Própria	963
Santo Antônio de Jesus	BA	Soft Discount	Pc Dr. Renato Machado, 134 - Cond Vila Das Palmeiras	Alugada	972
São Mateus do Sul	PR	Soft Discount	Rua Ulisses Faria, 720	Alugada	975
Sapucaia do Sul	RS	Soft Discount	Av. Justino Camboim, 708	Própria	994
Goiana	PE	Soft Discount	R Manoel Borba,770	Alugada	998
Castro	PR	Soft Discount	R. Doutor Javert Madureira, s/nº	Própria	999
Santa Maria	RS	Hipermercado	Avenida Governador Walter Jobim, 382	Alugada	8.429
Curitiba	PR	Hipermercado	Av Ver.Toaldo Tulio,2780	Própria	8.447
Limeira	SP	Hipermercado	Antonio Cruanes Filho - 1444 - Anexo A	Alugada RE	8.686
Teresina	PI	Hipermercado	Av Presidente Kennedy,750	Alugada	8.703
Campina Grande	PB	Hipermercado	Av Severino Bezerra Cabral,1190 - Shoping Iguatemi	Alugada	8.750
Araucária	PR	Soft Discount	Avenida Archelau De Almeida Torres, 1515	Alugada	1.006
Teresina	PI	Hipermercado	Av Raul Lopes,1000 - Teresina Shopping	Alugada	8.833
Juazeiro do Norte	CE	Cash & Carry	Av. Padre Cícero, 3920	Alugada	6.746
Piracicaba	SP	Cash & Carry	Av.Dr. Cássio Paschoal Padovani, 150	Alugada	6.748
Salvador	BA	Soft Discount	Av Ulysses Guimaraes, 4466 - Zr - 24 Lote B	Própria	1.020
Mossoró	RN	Cash & Carry	Av. João da Escóssia, s/nº (atual 2845)	Alugada	6.797
João Pessoa	PB	Supermercado	Av Epitacio Pessoa,1450	Própria	1.507

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Brasília	DF	Sam's	Tr Sul - Sn - Lote 05 Bl	Própria	6.716
Simões Filho	BA	Soft Discount	Av Engenheiro Elmo Serejo De Farias,2345	Alugada	1.040
Joinville	SC	Hipermercado	R Getulio Vargas,1446 Loja A	Própria	8.877
Feira De Santana	BA	Cash & Carry	Av Rio De Janeiro,1565	Própria	6.805
Cruz das Almas	BA	Soft Discount	R 15 De Novembro, 25	Própria	1.074
Cotia	SP	Hipermercado	Raposo Taveres - 23033 -	Alugada	9.000
Maracanaú	CE	Cash & Carry	R Doutor Mendel Steinbruch,2770	Alugada	6.815
Serrinha	BA	Soft Discount	R Agenor De Freitas,453	Alugada	1.078
Salvador	BA	Soft Discount	Loc Estacao Rodoviaria, S/N- Setor Bulmerangue I	Alugada	1.083
Maceió	AL	Soft Discount	Rua João de Oliveira Melo, 709 (anterior s/nº)	Alugada RE	1.126
Presidente Prudente	SP	Cash & Carry	Rua Joaquim Pereira da Paixão, 39	Própria	6.817
Abreu e Lima	PE	Soft Discount	Av Duque De Caxias,730	Própria	1.134
Lauro De Freitas	BA	Hipermercado	Av Santos Dumont, 7650 - Portão	Alugada	8.889
Curitiba	PR	Hipermercado	Av Presidente Arthur Bernardes,2200	Alugada	9.639
Garanhuns	PE	Soft Discount	R Melo Peixoto,208	Própria	1.149
Curitiba	PR	Hipermercado	Avenida Presidente Arthur de Silva Bernardes, 1250	Alugada	9.123
Maceió	AL	Sam's	Av Comd Gustavo Paiva - 2650B -	Própria	6.990
Salvador	BA	Soft Discount	R Das Pedrinhas,54	Própria	1.150
Lauro De Freitas	BA	Cash & Carry	Av Santos Dumont,3423 Km 3,5	Própria	7.074
Recife	PE	Soft Discount	Est Dos Remedios,162	Própria	1.200
Paulista	PE	Soft Discount	R Coronel Alberto Lundgren,611	Própria	1.238
Curitiba	PR	Hipermercado	Avenida Paraná, 1250	Alugada RE	9.229

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Barra do Ribeiro	RS	Supermercado	Av Visconde Do Rio Grande,1147	Alugada	1.657
Salvador	BA	Cash & Carry	Av Comendador Bastos, S/N	Própria	7.128
Uberlândia	MG	Hipermercado	Avenida Lindomira Borges do Nascimento, 5000, loja H1 (atual: Avenida Paulo Gracindo, nº 100, loja H1)	Alugada	9.232
Goiânia	GO	Sam's	Av Dep Jamel Cecilio - 3901 - Qc 2931 Lt	Alugada	7.000
Olinda	PE	Soft Discount	Av Brasil-50 A	Própria	1.260
Barueri	SP	Hipermercado	Araguaia - 2751 -	Alugada	9.456
Guaíba	RS	Supermercado	R 20 De Setembro,999	Alugada	1.724
Pelotas	RS	Supermercado	R Goncalves Chaves,2810	Alugada	1.804
Florianópolis	SC	Hipermercado	Av Madre Benvenuta,687 Loja 11	Alugada RE	9.553
Ribeirão Preto	SP	Sam's	Av Pres Kennedy - 1500 - Loja S10	Alugada	7.018
Carpina	PE	Soft Discount	R Sao Sebastiao,257	Alugada	1.394
Bezerros	PE	Soft Discount	R Coronel Salviano Machado,20	Alugada	1.402
Camaragibe	PE	Soft Discount	Av Belmiro Correia,1240 - Compartimento 1	Própria	1.534
Salvador	BA	Soft Discount	R Thomaz Gonzaga	Própria	1.548
Curitiba	PR	Supermercado	Av Vicente Machado,18	Alugada	1.807
Campinas	SP	Sam's	Rod D Pedro I Km 132 - Sn -	Alugada	7.160
Uberaba	MG	Hipermercado	Sta Beatriz Da Silva - 1000 -	Alugada RE	9.700
Vitória	ES	Hipermercado	Nossa Sra Da Penha - 2565 -	Alugada RE	9.916
Vitória	ES	Sam's	Av Mal Mascarenhas De Moraes - 1905 -	Alugada RE	7.550
Salvador	BA	Soft Discount	R Marechal Castelo Branco, S/N	Própria	1.619
Brasília	DF	Sam's	R Copaiba - Sn - Lote 01 Mz	Alugada RE	7.709
Santana do Ipanema	AL	Soft Discount	R Tertuliano Nepomuceno,73	Alugada	1.678

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Salvador	BA	Soft Discount	R Lima Silva, 409/17	Própria	2.205
Simões Filho	BA	Soft Discount	R Rui Barbosa,85	Própria	2.286
Dom Pedrito	RS	Supermercado	Av Julio De Castilhos, S/N Esquina Gen. Neto	Alugada	1.810
Dias D'Ávila	BA	Soft Discount	R Getulio Vargas, S/N	Alugada	2.814
Goiânia	GO	Hipermercado	Deputaddo Jamel Cecilio - 3901 - Qc 2931 Lo	Alugada	10.000
Caruaru	PE	Hipermercado	Av Adjar Da Silva Case,800 - Loja 1	Alugada	10.129
Recife	PE	Sam's	Av Mascarenhas De Moraes - 3402 -	Alugada	8.030
João Pessoa	PB	Hipermercado	Prq Solon De Lucena,563	Alugada	10.157
Brasília	DF	Hipermercado	R Copaiba Lote 1 Mezanino 1B B Norte - S/N - Lj 01	Alugada RE	10.173
Guarulhos	SP	Sam's	R Pe Celestino - 400 -	Alugada RE	8.056
Campos dos Goytacazes	RJ	Hipermercado	Dr Nilo Pecanha - 439 -	Alugada RE	10.200
Salvador	BA	Hipermercado	Av Reitor Miguel Calmon,381	Alugada / Própria	10.398
São Bernardo do Campo	SP	Sam's	Av. Senador Vergueiro, 2270	Alugada	8.103
Sapucaia Do Sul	RS	Supermercado	Av Joao Pereira De Vargas,190	Alugada	1.894
São Paulo	SP	Hipermercado	Washington Luiz - 1415 -	Própria	10.409
Fortaleza	CE	Sam's	Av Eng Santana Junior - Sn - Quadra 9	Alugada	8.600
Contagem	MG	Sam's	Av Gal David Sarnoff - 5100 -	Alugada RE	8.702
Alvorada	RS	Hipermercado	R Presidente Getulio Vargas,101	Própria	10.530
Esteio	RS	Supermercado	R 24 De Agosto,371	Alugada	1.908
Maceió	AL	Hipermercado	Av Gustavo Paiva, 2650-A	Própria	10.577
Salvador	BA	Supermercado	R Visconde Sao Lourenco, 08/10 Terreo	Própria	1.917
Parnamirim	RN	Cash & Carry	Av. Piloto Pereira Tim, s/n, Margem da Rodovia BR 101	Alugada	7.179

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Salvador	BA	Sam's	Av Antonio C Magalhaes - 3410 -	Própria	9.128
Natal	RN	Sam's	Av Dao Silveira - 4500 -	Alugada RE	9.320
São Luís	MA	Supermercado	Av Sao Luis Rei De Franca,09	Alugada	1.978
São Leopoldo	RS	Supermercado	R Sao Joaquim,1200	Alugada	1.992
Cachoeirinha	RS	Hipermercado	Av Gal. Flores Da Cunha,4000	Própria	11.738
Gravataí	RS	Hipermercado	Av Dorival Candido Luz De Oliveira,2660	Própria	11.375
Recife	PE	Hipermercado	Av Caxanga,3942	Própria	9.629
São Paulo	SP	Hipermercado	Jabaquara - 2979 -	Alugada	11.783
Recife	PE	Hipermercado	Av. Recife, 3777	Própria	**10.822**
Rio de Janeiro	RJ	Hipermercado	Projetada - 345 - Bl 1	Alugada RE	12.378
Novo Hamburgo	RS	Supermercado	R Leao Xiii, 30	Alugada	2.004
Olinda	PE	Hipermercado	Av Governador Carlos De Lima Cavalcanti,1306	Própria	12.596
Campinas	SP	Hipermercado	Guilherme Cpo - 500 - Ne Loja A	Alugada	12.683
Osasco	SP	Sam's	Av Dos Autonomistas - 1768 - 1828 Pr D	Alugada RE	9.824
São Gabriel	RS	Supermercado	Pr. Fernando Abott,32	Alugada / Própria	2.095
Porto Alegre	RS	Supermercado	R Gomes De Freitas,73	Alugada	2.128
Campinas	SP	Hipermercado	Jacy Teixeira Camargo - 940 - Ne Luc 200	Alugada RE	13.219
Recife	PE	Hipermercado	Av Governador Agamenon Magalhaes,153- Loja 172 Compartimento 1	Alugada	13.442
Santo André	SP	Sam's	Av Antonio Cardoso - 536 -	Alugada RE	9.835
Rio Grande	RS	Hipermercado	R Senador Correa,465	Alugada	13.574
Fortaleza	CE	Hipermercado	Av Eng Santana Junior,999	Própria	13.774
Rio de Janeiro	RJ	Sam's	Projetada - 345 - Bl 2	Alugada RE	9.918

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Recife	PE	Supermercado	R Benfica,870	Alugada	2.207
Feira De Santana	BA	Hipermercado	R Coronel Jose Pinto, S/N	Própria	13.832
Osório	RS	Supermercado	Br 101 Km 97, S/N	Alugada	2.256
Curitiba	PR	Hipermercado	R Canada,1889	Alugada	13.916
Curitiba	PR	Hipermercado	R Francisco Derosso,2973	Alugada	14.533
São Luís	MA	Hipermercado	Av Euclides Figueiredo,1000	Alugada	14.759
São Paulo	SP	Hipermercado	James Holland - 668 -	Alugada	19.775
Curitiba	PR	Hipermercado	R Winston Churchill,1734	Própria	15.036
Salvador	BA	Supermercado	Av Sao Rafael,1293	Alugada	2.305
Porto Alegre	RS	Supermercado	R Vicente Da Fontoura,1135	Alugada	2.310
Pelotas	RS	Supermercado	9A R General Osorio,652	Alugada	2.323
Salvador	BA	Supermercado	R Anisio Teixeira, Sn	Própria	2.329
Gramado	RS	Supermercado	Av Borges De Medeiros,2300 Lojas 4, 5 E 6	Alugada	2.339
Itabuna	BA	Cash & Carry	Rodovia Itabuna Ilhéus, km 2, BR 415, s/n°	Própria	7.388
Curitiba	PR	Supermercado	R Comendador Araujo,370	Alugada	2.366
Porto Alegre	RS	Supermercado	R Dr. Romaguera Da Cunha Correa,60	Alugada	2.454
Santo Antônio da Patrulha	RS	Supermercado	R Francisco Jose Lopes,336	Alugada	2.534
Camaquã	RS	Supermercado	Av Bento Goncalves,1090	Alugada	2.544
São Borja	RS	Supermercado	R General Serafin Dorneles Vargas,898	Alugada	2.595
Montenegro	RS	Supermercado	R Buarque De Macedo,40	Alugada	2.656
Recife	PE	Supermercado	Pc Parque Amorim,34	Própria	2.688
Pelotas	RS	Supermercado	R Barao A Machado,600	Alugada	2.703

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Gravataí	RS	Supermercado	Av Dos Estados,51	Alugada	2.708
Alegrete	RS	Supermercado	R General Sampaio,850	Alugada	2.755
Salvador	BA	Supermercado	Av Joana Angelica, 153	Própria	2.835
Curitiba	PR	Supermercado	Av Prefeito Erasto Gaertner, 2194	Alugada	2.841
São José Dos Campos	SP	Hipermercado	Andromeda - 227 - Suc A1	Alugada	15.656
Natal	RN	Supermercado	Av Almirante Alexandrino De Alencar,1111	Alugada RE	2.850
Rosário Do Sul	RS	Supermercado	R Barao Do Cero Largo,1479	Alugada	2.895
Xangri-Lá	RS	Supermercado	Av Paraguassu,5509	Própria	2.900
Viamão	RS	Supermercado	Av Americo Vespucio De Cabral,395	Alugada	3.082
Bagé	RS	Supermercado	Av Tupy Silveira,1400	Alugada	3.130
Aracaju	SE	Supermercado	Av Pedro Valadares,780	Própria	3.137
Maceió	AL	Supermercado	Av Prof. Sandoval Arroxelas,425	Alugada	3.157
Salvador	BA	Supermercado	R A Conj Resid G Marback, S/N	Própria	3.190
Salvador	BA	Supermercado	Av Tancredo Neves, 2915, SC 1001, SC 101	Alugada	3.210
Imbé	RS	Supermercado	Av Rio Grande,10	Própria	3.242
Santa Cruz do Sul	RS	Supermercado	R Tenente Cel. Brito,440	Alugada	3.339
Maceió	AL	Supermercado	Av Fernandes Lima,622	Própria	3.354
Curitiba	PR	Supermercado	R Marechal Deodoro,991	Alugada	3.403
Tramandaí	RS	Supermercado	Av Emancipacao, 1028	Alugada	3.405
Salvador	BA	Cash & Carry	R Pastor Jose Guilherme De Moraes,91	Própria	8.275
Fortaleza	CE	Cash & Carry	Av Osorio De Paiva,2250	Alugada	8.729
Pelotas	RS	Cash & Carry	Av Fernando Osorio,2072	Alugada	8.910

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Itajaí	SC	Cash & Carry	R Governador Adolfo Konder,700	Própria	9.085
Novo Hamburgo	RS	Cash & Carry	Av Primeiro De Marco,2400	Própria	9.142
Salvador	BA	Supermercado	Pc Almeida Couto,6	Própria	3.509
Jaboatão Dos Guararapes	PE	Supermercado	R Barao De Lucena, 289	Própria	3.567
Recife	PE	Supermercado	R Padre Carapuceiro,777-Saloes Bv28/29 Pc57	Alugada	3.582
Cachoeirinha	RS	Supermercado	Av Flores Da Cunha,1850	Alugada	3.619
Niterói	RJ	Sam's	Br 101 Km319 - Sn -	Alugada RE	10.031
Ribeirão Preto	SP	Hipermercado	Pres Castelo Branco - 2400 -	Alugada	15.781
Porto Alegre	RS	Supermercado	Av Praia De Belas,1181 Ancora I	Alugada	3.630
Salvador	BA	Supermercado	R Marques Monte Santo, 50	Própria	3.695
Salvador	BA	Supermercado	R Barao De Itapoan,9	Própria	3.809
Recife	PE	Supermercado	Av Conselheiro Rosa E Silva,902	Alugada	3.864
Esteio	RS	Hipermercado	Av Presidente Vargas,880	Alugada	15.908
Jaboatão Dos Guararapes	PE	Hipermercado	Av Barreto De Menezes,800 - Loja 05	Alugada	16.371
Curitiba	PR	Sam's	Rod Br 476 Est Da Ribeira - 144 -	Alugada	10.131
Contagem	MG	Hipermercado	Gal David Sarnoff - 5230 -	Alugada RE	16.858
Novo Hamburgo	RS	Hipermercado	R Nicolau Becker,345	Alugada	17.062
Fortaleza	CE	Hipermercado	Av Jose Bastos,1012	Própria	17.304
Fortaleza	CE	Hipermercado	Av.Borges de Melo, 1643	Própria	17.670
Recife	PE	Hipermercado	Pc Jorn Fco P De Queiroz,23	Alugada RE / Alugada	16.867
Osasco	SP	Hipermercado	Dos Autonomistas - 1768 - 1828 Predi	Alugada RE	18.257
Jaboatão Dos Guararapes	PE	Supermercado	Av Presidente Castelo Branco,5555	Própria	3.903

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Maceió	AL	Hipermercado	Av Fernandes Lima,3700	Própria	18.553
São Caetano do Sul	SP	Sam's	Cde F Matarazzo - 838 -	Alugada RE	10.230
São Paulo	SP	Sam's	R Benedito Fernandes - 270 - E 520	Alugada	11.013
Capão Da Canoa	RS	Supermercado	Av Paraguassu,2578	Alugada	3.937
Recife	PE	Supermercado	Av Cons Rosa E Silva,1644	Própria	4.016
Salvador	BA	Supermercado	Av Suburbana, S/N	Própria	4.081
Pelotas	RS	Supermercado	R Lobo Da Costa,1251	Alugada	4.122
Torres	RS	Supermercado	Av Jose Bonifacio,466	Alugada	4.172
Recife	PE	Supermercado	Av Beberibe,1166	Própria	4.291
Maceió	AL	Supermercado	R Jangadeiros Alagoanos,1300	Própria	4.382
Curitiba	PR	Supermercado	R Ana Berta Roskamp,10	Alugada	4.389
Porto Alegre	RS	Cash & Carry	Av A J Renner, 1603	Alugada	20.581
Canoas	RS	Supermercado	Av Getulio Vargas,2415	Alugada	4.440
Curitiba	PR	Hipermercado	Rod Br 116,10000	Própria	18.569
Candeias	BA	Supermercado	Av Antonio Paterson,S/N	Própria	4.604
Porto Alegre	RS	Sam's	Av. Sertório, 6600, Anexo A	Própria	19.473
Pelotas	RS	Hipermercado	Av Pres Juscelino Kubitschek De Oliveira,2300	Própria	18.926
Balneário Camboriú	SC	Hipermercado	Av Brasil,3660	Alugada	19.069
João Pessoa	PB	Hipermercado	R Edgar Sales De Miranda Henrique,S/N-Lote 75, QD 606	Própria	20.247
Aracaju	SE	Supermercado	R Sergipe,576	Alugada	4.615
Salvador	BA	Hipermercado	Rod Ba 526, 305	Própria	21.569
Guaíba	RS	Supermercado	Av Nestor Moura Jardim,1317	Alugada	4.631

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Recife	PE	Hipermercado	R Padre Carapuceiro,800	Própria	19.580
Cruz Alta	RS	Supermercado	Av Saturnino De Brito,865	Alugada	4.690
São Leopoldo	RS	Hipermercado	Av Imperatriz Leopoldina,45	Própria	22.747
Jaboatão Dos Guararapes	PE	Supermercado	Av Bernardo Vieira De Melo,1924	Própria	4.690
Salvador	BA	Supermercado	Av Vasco Da Gama,864, Vasco Da Gama	Alugada	4.757
Santo Ângelo	RS	Supermercado	R Florencio De Abreu,1741	Própria	4.919
Viamão	RS	Hipermercado	Av Senador Salgado Filho,1800 Rs040	Própria	22.978
Recife	PE	Supermercado	Av Conselheiro Aguiar,4930	Alugada	4.966
São Luís	MA	Supermercado	Av Colares Moreira,80	Alugada	4.977
Foz do Iguaçu	PR	Hipermercado	Av Juscelino Kubitschek De Oliveira,2404	Alugada	23.915
Aracaju	SE	Supermercado	Av Goncalo Rolemgerg Leite,1983	Própria	5.005
Curitiba	PR	Supermercado	R Vinte E Quatro De Maio, 762	Alugada	5.049
Paulista	PE	Supermercado	Av Claudio Jose Gueiros,2121	Própria	5.066
Salvador	BA	Hipermercado	Av Antonio C Magalhaes,S/N	Alugada / Própria	25.633
Gravataí	RS	Supermercado	R Dr Luiz Bastos Do Prado,1750	Alugada	5.133
Salvador	BA	Supermercado	Av Araujo Pinho, 29/30	Própria	5.281
João Pessoa	PB	Supermercado	Pc Castro Pinto,57	Própria	5.382
Porto Alegre	RS	Hipermercado	Av Sertorio,660	Própria	24.174
Ijuí	RS	Supermercado	R Ernesto Alves,30	Própria	5.494
Curitiba	PR	Supermercado	Av 7 De Setembro, 4568	Alugada	5.498
Salvador	BA	Supermercado	R Campinas Brotas,60	Própria	5.661
Santa Maria	RS	Supermercado	Av Medianeira,1321	Alugada	5.803

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Porto Alegre	RS	Supermercado	R Carazinho,788 Loja 1	Alugada	6.230
Salvador	BA	Supermercado	Av Otavio Mangabeira, 4435	Alugada	6.440
Santa Rosa	RS	Supermercado	Av Expedicionario Weber,317	Alugada	6.508
Salvador	BA	Supermercado	R Rio De Janeiro, S/N	Própria	6.628
Porto Alegre	RS	Supermercado	Av Aureliano De Figueiredo Pinto,789	Alugada	6.665
Recife	PE	Supermercado	Av Domingos Ferreira,1380	Alugada	6.891
Salvador	BA	Supermercado	R Otavio Mangabeira, 100	Própria	7.009
Porto Alegre	RS	Hipermercado	Av Diario De Noticias,500	Alugada	51.739
Recife	PE	Supermercado	R Ana Xavier,35	Própria	7.390
Curitiba	PR	Supermercado	Av Joao Gualberto,1573	Alugada	7.476
Petrolina	PE	Supermercado	R Sao Vicente De Paula,219	Própria	8.140
Itaparica	BA	Supermercado	Loc Ba 001 Km 0 T Bom Desp, S/N	Própria	8.141
Salvador	BA	Supermercado	R Augusto F Schimidt,S/N	Própria	8.475
Porto Alegre	RS	Supermercado	Av Teresopolis,2893	Alugada	10.993
Porto Alegre	RS	Supermercado	Av Jose De Alencar,998	Alugada	13.316
Garanhuns	PE	Gas Station	Rua Doutor José Mariano, 610 (Anexo ao Hiper)	Alugada	366
Rio de janeiro	RJ	Gas Station	RUA SANTIAGO GUERRA, Nº 401	Alugada RE	439
Paulista	PE	Gas Station	Av. Antonio Cabral de Souza, 1660 - Quadra 445	Própria	362
Contagem	MG	Gas Station	Av. General David Sarnoff, 5230	Alugada RE	767
Niteroi, Rio de Janeiro	RJ	Gas Station	Rodovia BR 101.138, Bairro: Barreto	Alugada RE	439
São Bernardo Do Campo	SP	Gas Station	Rua Marechal Deodoro, 2785	Alugada RE	623
Bauru	SP	Gas Station	Av Chauim Mauad, 2-100 Vila Regina	Alugada	438

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Gravataí	RS	Gas Station	AV. Dorival Candido Luz de Oliveira, 2260-Cohab 3	Própria	393
Santa Maria	RS	Gas Station	Av Angelo Bolson, 1366-Medianeira	Alugada	266
Balneário Camboriu	SC	Gas Station	Av. Brasil 3660	Alugada	257
Piracicaba	SP	Gas Station	Rua Bom Jesus, 2181	Alugada RE	257
Araras	SP	Gas Station	Av Dona Renata, 3245	Alugada RE	303
Limeira	SP	Gas Station	Praca Prefeito Sebastiao Fumagalli, 100	Alugada RE	304

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não possuímos outros ativos imobilizados relevantes além dos descritos no item “9.1 Bens do ativo não-circulante relevantes – outros”.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Todos os ativos intangíveis da Companhia foram informados no item “9.2 - Outras informações relevantes” abaixo.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Bompreço Bahia Supermercados Ltda.	97.422.620/0001-50	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Comércio varejista com predominância de produtos alimentícios	57,240000
30/09/2020	19,815668	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2019	11,855670	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2020	174.000.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa operacional do Grupo Big com maior participação no Estado da Bahia.								
Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda.	13.004.510/0001-89	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Comércio varejista com predominância de produtos alimentícios	99,990000
30/09/2020	79,373849	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2019	-8,431703	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2020	1.948.000.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa operacional do Grupo Big com maior participação na região Nordeste.								
WMB Supermercados do Brasil Ltda.	00.063.960/0001-09	-	Controlada	Brasil	SP	Barueri	Comércio varejista com predominância de produtos alimentícios	99,990000
30/09/2020	67,226891	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2019	101,939394	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2020	2.786.000.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa operacional do Grupo Big com maior participação na região Sudeste								
WMS Supermercados do Brasil Ltda.	93.209.765/0001-17	-	Controlada	Brasil	RS	Porto Alegre	Comércio varejista com predominância de produtos alimentícios	99,990000
30/09/2020	57,568113	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2019	13,711991	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2020	3.123.000.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Empresa operacional do Grupo Big com maior participação na região Sul.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

Em virtude da limitação de caracteres do sistema Empresas.Net, a Companhia informa abaixo complementação ao item “9.1.b - Ativos intangíveis” deste Formulário de Referência.

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Status	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	As principais marcas (Grupo Big, Big, B, Big Bompreço, Super Bompreço, Nacional, Mercadorama, Sam’s, Maxxi Atacado e Todo Dia) estão devidamente depositadas ou registradas perante o INPI em nome da Companhia ou suas subsidiárias. Existem também marcas que são de propriedade de um dos seus acionistas, como Sam’s e Member’s Mark, utilizadas pela Companhia através de um Contrato de Licença. Nesta data temos aproximadamente 350 marcas de diferentes classes e formatos registradas ou depositadas.	10 anos a partir da data de concessão	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, em razão de nulidade reconhecida pelo INPI, de ofício ou a pedido de terceiros, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. Em relação aos pedidos de registro de marca, trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar a nulidade do registro ou que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe a possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do seu ativo ou mesmo resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado. Com relação aos pedidos de marcas, em caso de indeferimento, a Companhia terá que desenvolver suas atividades através de outras marcas. O indeferimento do pedido poderá resultar também em prejuízos à Companhia, tendo em vista a perda do investimento feito em tal sinal distintivo na tentativa de posicioná-lo de forma satisfatória no mercado. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Domínios	Os principais domínios utilizados pela Companhia (www.big.com.br; www.bigemcasa.com.br; www.samsclub.com.br; www.maxxiatacado.com.br; e www.supermercadosemcasa.com.br) são de titularidade da Companhia, suas subsidiárias ou de um dos seus acionistas, sendo que o domínio <www.samsclub.com.br> é utilizado pela Companhia através de um contrato de licença.	A duração depende do tipo de registro do nome de domínio. Podemos solicitar prazos de 1, 2, 5 e 10 anos, a depender da relevância do nome de domínio para nós, ou seja, solicitamos termos prolongados para nomes de domínio que são mais valiosos para nós, como os acima definidos.	A ausência de pedido de renovação do registro junto ao órgão responsável para manter o registro ou a falha ao executar o pagamento atrelado à renovação do nome de domínio podem resultar na perda de direitos sobre tais ativos. Também poderão resultar em perda do ativo as seguintes situações: a inobservância de regulamentação própria para concessão, para renovação de domínios junto ao Registro.br.; em caso de disputa administrativa ou judicial; ou por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

Marca BIG – Uso comum

Alguns indeferimentos de pedidos de registro para marca “BIG” ocorreram em razão do artigo 124, VI da Lei 9.279 (“LPI”). De acordo com o inciso VI, não são registráveis como marca *“sinais de caráter genérico, necessário, comum, vulgar ou simplesmente descritivo(...)”,* destaca-se que, em conformidade com as Diretrizes de Análise de Marca do INPI, os sinais de caráter comum são aqueles considerados gerais, universais e habituais, que tenham sido consagrados pelo uso corrente, integrando a linguagem comercial.

Nesse sentido, o INPI entendeu nesses casos que o termo “BIG” se enquadra nas hipóteses do artigo 124, VI, não sendo registrável por um único titular. Isto é, o registro da marca “BIG” não pode ser concedido com exclusividade a um único titular, podendo ser feito apenas quando associado a outros termos ou com uma estilização peculiar. Ainda que a Companhia não possa adquirir a exclusividade da marca, o indeferimento de pedido de registro de marca com base no artigo 124, VI da LPI não veda sua utilização no mercado.

Além das informações dispostas acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação à seção 9 que não tenham sido divulgadas nos itens acima deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Introdução

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9, devem ser lidas em conjunto com nossas informações financeiras intermediárias consolidadas revisadas referentes ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, as quais foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo IASB, bem como com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e informações financeiras intermediárias para os períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras e informações financeiras trimestrais de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Para informações a respeito dos efeitos da pandemia do COVID-19 nas atividades da Companhia e em sua condição financeira, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 30 de setembro de 2020, o índice de endividamento total foi de 1,168440 (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido). Na mesma data, a posição de caixa líquido era de R$537.000.000. A Companhia não apresentava dívida líquida em 30 de setembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de endividamento total foi de 2,081881%. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$435.000.000 e não havia dívida líquida bancária.
Em 31 de dezembro de 2018, o índice de endividamento total foi de 2,304324%. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$474.000.000 e não havia dívida líquida bancária.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(b) Estrutura de Capital

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(Em milhões de reais, exceto percentual)	Período de nove meses encerrado em	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	30/09/2020	2019	2018
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	9.996	9.916	8.473
Capital próprio (patrimônio líquido)	7.827	4.763	3.677
Capital total (terceiros + próprio)	**17.823**	**14.679**	**12.150**
Parcela de capital de terceiros	56%	68%	70%
Parcela de capital próprio	44%	32%	30%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 30 de setembro de 2020 eram de 1,18 e 1,10, respectivamente. Na data deste Formulário de Referência, não dispúnhamos de nenhum contrato de empréstimos e financiamento que contenha saldos em aberto. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos dois últimos exercícios sociais e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) da venda sem regresso de contas a receber de cartão de crédito; e (iii) aporte de capital dos acionistas. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento. Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía contratos de empréstimos e financiamento relevantes que contenha saldos em aberto. A Companhia possui conta garantida junto

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

ao Banco do Brasil S.A. no montante de R$125 milhões, todavia, na data deste Formulário de Referência, referida linha de crédito ainda não tinha sido utilizada.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Não aplicável.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispunha de nenhum empréstimo e financiamento contratados em aberto.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados derivam das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes aos períodos de seis meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 e das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 30 de SETEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhões de R$, exceto percentual)	Ativo	Período de nove meses encerrado em		Exercício social findo em 31 de dezembro de		
		30/09/2020	AV%	2019	AV%	AH% 2020x2019
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa		537	3,0%	435	3,0%	23,4%
Contas a receber		1.350	7,6%	1.638	11,2%	-17,6%
Estoques		2.697	15,1%	2.772	18,9%	-2,7%
Impostos a recuperar		489	2,7%	171	1,2%	186,0%
Despesas antecipadas		50	0,3%	41	0,3%	22,0%
Outras contas a receber		88	0,5%	74	0,5%	18,9%
Instrumentos financeiros derivativos		5	0,0%	-	0,0%	n/c
Total do ativo circulante		**5.216**	**29,3%**	**5.131**	**35,0%**	**1,7%**
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Contas a receber		16	0,1%	12	0,1%	33,3%
Impostos a recuperar		2.648	14,9%	1.958	13,3%	35,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.423	13,6%	-	0,0%	n/c
Despesas antecipadas		12	0,1%	11	0,1%	9,1%
Depósitos judiciais		694	3,9%	746	5,1%	-7,0%
Outras contas a receber		45	0,3%	52	0,4%	-13,5%
Total realizável a longo prazo		**5.838**	**32,8%**	**2.779**	**18,9%**	**110,1%**
Imobilizado		3.890	21,8%	3.882	26,4%	0,2%
Ativos de direito de uso		2.391	13,4%	2.445	16,7%	-2,2%
Intangível		488	2,7%	442	3,0%	10,4%
Total do ativo não circulante		**12.607**	**70,7%**	**9.548**	**65,0%**	**32,0%**
Total do ativo		**17.823**	**100,0%**	**14.679**	**100,0%**	**21,4%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(Em milhões de R$, exceto percentual)	Passivo	Período de nove meses encerrado em		Exercício social findo em 31 de dezembro de		
		30/09/2020	AV%	2019	AV%	AH% 2020x2019
Circulante						
Fornecedores		3.064	17,2%	3.281	22,4%	-6,6%
Obrigações com passivos de arrendamento		151	0,8%	140	1,0%	7,9%
Partes Relacionadas		133	0,7%	-	0,0%	n/c
Tributos a recolher		253	1,4%	140	1,0%	80,7%
Salários e encargos sociais		477	2,7%	259	1,8%	84,2%
Receita diferida		165	0,9%	145	1,0%	13,8%
Outras contas a pagar		229	1,3%	281	1,9%	-18,5%
Fundo de investimento em direitos creditórios		255	1,4%	-	0,0%	n/c
Total do passivo circulante		**4.727**	**26,5%**	**4.246**	**28,9%**	**11,3%**
Não circulante						
Obrigações com passivos de arrendamento		2.948	16,5%	2.955	20,1%	-0,2%
Fundo de investimento em direitos creditórios		-	0,0%	307	2,1%	-100,0%
Partes relacionadas		220	1,2%	234	1,6%	-6,0%
Provisão para demandas judiciais		2.014	11,3%	2.077	14,1%	-3,0%
Receita diferida		87	0,5%	97	0,7%	-10,3%
Total do passivo não circulante		**5.269**	**29,6%**	**5.670**	**38,6%**	**-7,1%**
Patrimônio líquido						
Capital social		182	1,0%	182	1,2%	0,0%
Reservas de capital		4.598	25,8%	4.598	31,3%	0,0%
Lucros (prejuízos) acumulados		3.047	17,1%	(17)	-0,1%	-18023,5%
Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas		**7.827**	**43,9%**	**4.763**	**32,4%**	**64,3%**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**17.823**	**100,0%**	**14.679**	**100,0%**	**21,4%**

Contas a receber

As contas a receber de clientes diminuiram 17,6% devido ao aumento de desconto de recebíveis em setembro de 2020, que comparado com dezembro de 2019 teve um aumento 422,2%. (de R$54 milhões para 285 milhões).

As contas a receber bruto, sem considerar o desconto de recebíveis variou 3,4% negativos.

Impostos a recuperar (Circulante e Não circulante)

Os impostos a recuperar (circulante e não circulante) aumentaram 47,3%, de R$2.129 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R$3.137 milhões em 31 de setembro de 2020, principalmente em função do reconhecimento de créditos tributários extemporâneos referente a PIS e COFINS no valor de R$1.014 milhões referente ao transito em julgado da ação pela exclusão do ICMS na base de cálculo destes tributos em fevereiro e julho de 2019, e de R$80 milhões de créditos referente ao ICMS-ST.

Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia reconheceu impostos de renda e contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias em setembro de 2020 no valor de R$2.423 milhões na extensão em que foi considerado provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados em um horizonte aproximado de 10 anos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Depósitos judiciais

O saldo de depósitos judiciais reduziu 7,0%, de R$746 milhões em dezembro de 2019, para R$694 milhões em setembro de 2020, devido a intensificação da prática de utilizar seguro de garantia ao invés de depósitos judiciais.

Fornecedores

O saldo de fornecedores reduziu 6,6%, de R$3.281 milhões em dezembro de 2019, para R$3.064milhões em setembro de 2020, devido a sazonalidade do negócio, que no final do ano, o volume de compras aumenta para suprir a demanda.

Tributos a recolher

O saldo de tributos a recolher aumentou 80,7%, de R$140 milhões em dezembro de 2019, para R$253 milhões em setembro de 2020, as principais variações atreladas ao aumento no período são referentes ao IRPJ e CSLL a pagar, devido ao reconhecimento dos créditos extemporâneos, aumentando nossa base de imposto.

Salários e encargos sociais

O saldo de salários e encargos sociais aumentou 84,2%, de R$259 milhões em dezembro de 2019, para R$477 milhões em setembro de 2020, as principais variações estão atreladas a provisões de 13º salário e PLR (participação nos lucros), que em dezembro de 2019 não havia provisão.

Provisão para demandas judiciais

O saldo de provisão para demandas judiciais diminuiu 3,0%, de R$2.077 milhões em dezembro de 2019, para R$2.014 milhões em setembro de 2020, devido a principalmente ao menor valor registrado de atualização monetária se comparado com dezembro de 2019, isso é decorrente das taxas CDI e Selic.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhões de R$, exceto percentual)	Ativo	Exercício social findo em 31 de dezembro de				
		2019	AV%	2018	AV%	AH% 2019x2018
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa		435	3,0%	474	3,9%	-8,2%
Contas a receber		1.638	11,2%	1.588	13,1%	3,1%
Estoques		2.772	18,9%	2.729	22,5%	1,6%
Impostos a recuperar		171	1,2%	329	2,7%	-48,0%
Despesas antecipadas		41	0,3%	42	0,3%	-2,4%
Outras contas a receber		74	0,5%	88	0,7%	-15,9%
Total do ativo circulante		**5.131**	**35,0%**	**5.250**	**43,2%**	**-2,3%**
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Contas a receber		12	0,1%	-	0,0%	n/c
Impostos a recuperar		1.958	13,3%	1.047	8,6%	87,0%
Despesas antecipadas		11	0,1%	-	0,0%	n/c
Depósitos judiciais		746	5,1%	796	6,6%	-6,3%
Outras contas a receber		52	0,4%	62	0,5%	-16,1%
Total realizável a longo prazo		**2.779**	**18,9%**	**1.905**	**15,7%**	**45,9%**
Imobilizado		3.882	26,4%	3.463	28,5%	12,1%
Ativos de direito de uso		2.445	16,7%	1.118	9,2%	118,7%
Intangível		442	3,0%	414	3,4%	6,8%
Total do ativo não circulante		**9.548**	**65,0%**	**6.900**	**56,8%**	**38,4%**
Total do ativo		**14.679**	**100,0%**	**12.150**	**100,0%**	**20,8%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(Em milhões de R$, exceto percentual)	Passivo	Exercício social findo em 31 de dezembro de				
		2019	AV%	2018	AV%	AH% 2019x2018
Circulante						
Fornecedores		3.281	22,4%	3.381	27,8%	-3,0%
Obrigações com passivos de arrendamento		140	1,0%	40	0,3%	250,0%
Partes Relacionadas		-	0,0%	-	0,0%	n/c
Tributos a recolher		140	1,0%	83	0,7%	68,7%
Salários e encargos sociais		259	1,8%	306	2,5%	-15,4%
Receita diferida		145	1,0%	116	1,0%	25,0%
Outras contas a pagar		281	1,9%	317	2,6%	-11,4%
Total do passivo circulante		**4.246**	**28,9%**	**4.243**	**34,9%**	**0,1%**
Não circulante						
Obrigações com passivos de arrendamento		2.955	20,1%	1.749	14,4%	69,0%
Fundo de investimento em direitos creditórios		307	2,1%	-	0,0%	n/c
Partes relacionadas		234	1,6%	311	2,6%	-24,8%
Provisão para demandas judiciais		2.077	14,1%	2.155	17,7%	-3,6%
Receita diferida		97	0,7%	15	0,1%	546,7%
Total do passivo não circulante		**5.670**	**38,6%**	**4.230**	**34,8%**	**34,0%**
Patrimônio líquido						
Capital social		182	1,2%	33	0,3%	451,5%
Reserva de capital		4.598	31,3%	3.672	30,2%	25,2%
Prejuízos acumulados		(17)	-0,1%	(28)	-0,2%	-39,3%
Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas		**4.763**	**32,4%**	**3.677**	**30,3%**	**29,5%**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**14.679**	**100,0%**	**12.150**	**100,0%**	**20,8%**

Impostos a recuperar (Circulante e Não circulante)

Os impostos a recuperar (circulante e não circulante) aumentaram 54,7%, de R$ 1.376 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R$ 2.129 milhões em 31 de dezembro de 2019, principalmente em função de acúmulo de créditos de ICMS decorrente das operações de entradas e saídas de mercadorias no período valor de R$303 milhões. Adicionalmente foram reconhecidos créditos extemporâneos de ICMS no valor de R$293 milhões, e de ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS no valor de R$158 milhões referente à decisões favoráveis de ações judiciais.

Depósitos Judiciais

O saldo de depósitos judiciais reduziu 6,3%, de R$796 milhões em dezembro de 2018, para R$746 milhões em dezembro de 2019, devido a intensificação da prática de utilizar seguro de garantia ao invés de depósitos judiciais.

Imobilizado

O saldo de imobilizado aumentou 12,1%, de R$3.463 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R$3.882 milhões em 31 de dezembro de 2019, devido principalmente aos investimentos realizados relacionados com a renovação e revitalização de nossas lojas, principalmente no segmento de Varejo e também de conversões de lojas para a bandeira Maxxi.

Ativos de direito de uso

O ativo de direito de uso aumentou 118,7%, de R$1.118 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R$ 2.445 milhões em 31 de dezembro de 2019, devido principalmente a adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16, que resultou em reconhecimento de ativo de direito de uso no montande R$ 877 milhões em 01.01.2019 e também devido a repactuações de novos contratos no período.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Obrigações com passivos de arrendamento (Circulante e Não circulante)

O passivo de arrendamento aumentou 73,0%, de R$1.789 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R$ 3.095 milhões em 31 de dezembro de 2019, devido principalmente a adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16, que resultou em reconhecimento de passivo de arrendamento no montante R$ 877 milhões em 01.01.2019 e também devido a repactuações de novos contratos no período.

Tributos a recolher

O saldo de tributos a recolher aumentou 68,7%, de R$83 milhões em dezembro de 2018, para R$140 milhões em dezembro de 2020, as principais variações atreladas ao aumento no período são referentes ao IRPJ e CSLL a pagar do exercício.

Receita diferida (Circulante e Não circulante)

O saldo de Receita diferida aumentou 84,7%, de R$131 milhões em dezembro de 2018, para R$242 milhões em dezembro de 2019, devido a receitas a apropriar referente à convênio com instituição financeira para utilização do canal de distribuição. Os contratos são diferidos entre 5 a 10 anos.

Provisão para Demandas Judiciais

O saldo de provisão para demandas judiciais teve uma queda de 3,6%, de R$2.155 milhões em dezembro de 2018, para R$2.077 milhões em dezembro de 2019, devido a principalmente pagamentos de processos trabalhistas e reversões de provisões cíveis, não houve nenhum que, individualmente, sejam relevantes para maiores detalhes.

Patrimônio Líquido

Em 2019 houve o aporte de capital planejado de R$798 milhões do acionista controlador. Adicionalmente houve movimentações sem efeito caixa, como o aporte de capital com integralização de imobilizado no montante de R$57 milhões, e o ajuste do cálculo final de preço de aquisição no montante de R$55 milhões.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Segue uma descrição dos componentes principais de nossa demonstração de resultados do exercício:

Receita operacional líquida

Nossa receita operacional líquida consiste na receita proveniente da venda de produtos e, em menor grau, da venda de serviços e aluguel, após dedução de devoluções, cancelamentos e determinados impostos sobre vendas, serviços e locação. A maior parte da nossa receita é derivada da venda de produtos e inclui a receita da venda de alimentos e produtos não alimentícios aos nossos clientes através de nossas (i) lojas físicas de varejo e atacado, (ii) instalações de atacado dedicadas ao cumprimento das encomendas de grandes clientes B2B e (iii) nossos postos de gasolina. No período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, parte de nossa receita também derivou da venda de produtos através de nossas farmácias, que foram vendidas e descontinuadas durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. A receita da venda de serviços incluem (i) taxas cobradas de nossos clientes em relação ao uso de nossos cartões de crédito de marca conjunta, e (ii) receitas derivadas de outras soluções de financiamento ao consumidor fornecidas aos nossos clientes (como refinanciamento de saldos de cartões de crédito em aberto (e empréstimos pessoais). A receita da locação corresponde à receita derivada do leasing de nossos imóveis a terceiros, principalmente espaço em galerias em torno de nossas lojas de varejo e atacado

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A tabela abaixo apresenta detalhes de nossa receita referente aos períodos indicados:

	Referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de		Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de	Referente ao período de cinco meses findo em 31 de dezembro de
	2020	2019	2019	2018
	(milhões de R$)		(milhões de R$)	
Receita Operacional Bruta	**18.011**	**16.909**	**23.366**	**10.749**
Venda de produtos	17.638	16.473	22.778	10.484
Venda de serviços	299	337	455	210
Locações	74	99	133	55
Deduções	**(2.303)**	**(2.000)**	**(2.787)**	**(1.214)**
Devoluções e cancelamentos	(230)	(199)	(280)	(131)
Impostos sobre vendas, serviços e locação	(2.073)	(1.801)	(2.507)	(1.083)
Receita Operacional Líquida	**15.708**	**14.909**	**20.579**	**9.535**
Venda de produtos, líquida	15.408	14.517	20.057	9.304
Outras receitas, líquidas	300	392	522	231
Receita Operacional Líquida	**15.708**	**14.909**	**20.579**	**9.535**

Custo de mercadorias vendidas e serviços prestados

O custo das mercadorias vendidas e serviços prestados consiste principalmente em custos relacionados à venda de nossos produtos alimentícios e não alimentícios, que inclui principalmente o custo da compra dos produtos que adquirimos para revenda, volume de estoque, custos com logística (que inclui custos com transporte), provisões para obsolescência de estoque, custos associados às nossas operações de financiamento, entre outros. Como parte do nosso processo de compras de produtos alimentícios e não alimentícios, celebramos acordos de descontos comerciais e logísticos com os nossos fornecedores, o que reduz o nosso custo geral das mercadorias vendidas.

Lucro bruto

Nosso lucro bruto é calculado subtraindo os custos das mercadorias vendidas e serviços prestados da receita operacional líquida.

Despesas de vendas, gerais e administrativas

As despesas de vendas, gerais e administrativas consistem principalmente em despesas incorridas com nossa folha de pagamento, despesas com a locação da loja, despesas com publicidade, despesas de depreciação e amortização, despesas de energia elétrica, comissões de cartão de crédito, despesas de manutenção, despesas de contingência, relacionadas a contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, dentre outras.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outros lucros (despesas) operacionais, líquido

Outras receitas (despesas) operacionais consistem em receitas e despesas provenientes de fontes diversas que são consideradas de natureza extraordinária ou não consideradas parte do nosso principal negócio operacional. No período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elas incluíam principalmente o rendimento de reversão da perda por redução ao valor recuperável relacionada a determinados imóveis, ativos de direito de uso e o rendimento de créditos fiscais relacionados a PIS & COFINS e Impostos de ICMS.

Receita financeira (custos), líquida

A nossa receita financeira (custos), líquida é a diferença entre a nossa receita financeira e os custos financeiros. Nossa receita financeira consiste principalmente de juros sobre a renda gerada a partir de nossos depósitos judiciais, juros de créditos extemporâneos (PIS & COFINS) e nossos investimentos financeiros de curto prazo, que estão diretamente relacionados ao nosso caixa disponível para investimentos. Os nossos custos financeiros consistem principalmente em juros sobre contingências, juros sobre passivos de arrendamento e outros encargos financeiros, tais como juros sobre contas devidas a partes relacionadas, especialmente o Walmart.

Imposto de Renda e Contribuição Social (Atual e Diferido)

Nossa despesa de imposto de renda e contribuição social é calculada com base principalmente em nossa receita ou perda líquida tributável em um determinado período, levando também em consideração deduções aplicáveis, créditos fiscais diferidos, reversões e outros ajustes semelhantes. Atualmente, a a taxa de imposto de renda legal corrente no Brasil é de 34,0%. Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos, em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos para fins de relatórios financeiros e aqueles utilizados para fins de tributação. As mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos para o exercício são reconhecidas como despesas de imposto de renda e contribuição social diferidas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2019

(Em milhões de reais, exceto percentual)	Em 30 de setembro de 2020	AV	Em 30 de setembro de 2019	AV	AH
Receita Operacional Líquida	**15.708**	**100,0%**	**14.909**	**100,0%**	**5,4%**
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	**(11.923)**	**(75,9)%**	**(11.305)**	**(75,8)%**	**5,5%**
Lucro bruto	**3.785**	**24,1%**	**3.604**	**24,2%**	**5,0%**
Receitas (despesas)					
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(3.824)	(24,3)%	(3.821)	(25,6)%	0,1%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	622	4,0%	401	2,7%	55,1%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	**583**	**3,7%**	**184**	**1,2%**	**216,8%**
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	(376)	(2,4)%	(371)	(2,5)%	1,3%
Receitas financeiras	619	3,9%	184	1,2%	236,4%
Resultado financeiro líquido	**243**	**1,5%**	**(187)**	**(1,3)%**	**229,9%**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**826**	**5,3%**	**(3)**	**0,0%**	27633,3%
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	(249)	(1,6)%	(81)	(0,5)%	207,4%
Diferidos	2.487	15,8%	4	0,0%	62075,0%
Lucro (prejuízo) do período	**3.064**	**19,5%**	**(80)**	**(0,5)%**	**(3930,0)%**

Receita operacional líquida

Nossa receita operacional líquida aumentou em R$ 799 milhões, ou seja, 5,4%, de R$ 14.909 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para R$ 15.708 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, dos quais R$ 7.389 milhões foram atribuíveis ao nosso segmento de atacado e R$ 8.319 milhões atribuíveis a nosso segmento de varejo no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 em comparação com R$ 6.135 milhões atribuíveis ao nosso segmento de atacado e R$ 8.774 milhões atribuíveis ao nosso segmento de varejo no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, conforme refletido na tabela abaixo:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(Em milhões de reais, exceto percentual)	Em 30 de setembro de 2020	AV	Em 30 de setembro de 2019	AV	AH
Segmento de Varejo					
Venda de produtos, líquida	8.106	51,6%	8.482	56,9%	(4,4)%
Outras receitas, líquidas	213	1,4%	292	2,0%	(27,1)%
Segmento de Atacado					
Venda de produtos, líquida	7.302	46,5%	6.035	40,5%	21,0%
Outras receitas, líquidas	87	0,6%	100	0,7%	(13,0%)

Estes resultados são principalmente devido às seguintes tendências e fatores:

(i) *Atacado.* Foram registrados R$ 7.389 milhões em receita operacional líquida de nosso segmento de atacado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 em comparação a R$ 6.135 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um aumento de R$ 1.254 milhões, ou 20,4%. Esse aumento foi devido principalmente a:

a) um aumento no número total de lojas em nosso formato de atacado, de 71 lojas de atacado em 30 de setembro de 2019, totalizando 341.000 metros quadrados de espaço de varejo, das quais 43 eram Maxxi Atacado e 28 eram Sam's Club, em comparação com 78 lojas em nosso formato de atacado em de 30 de setembro de 2020, totalizando 384.000 metros quadrados de espaço de varejo, das quais 46 eram Maxxi Atacado e 32 eram Sam's Club em 30 de setembro de 2020, refletindo (1) a conversão de quatro lojas de varejo no formato Sam's Club e três lojas de varejo no formato Maxxi Atacado, e (2) 21 lojas reformadas e remodeladas, sem fechamentos de lojas durante o período, que acreditamos ter fortalecido nossas marcas e aprofundado nossa presença nas áreas onde operamos, com impactos positivos correspondentes em nossas vendas.

b) um aumento de 11,9% nas "vendas mesmas lojas" (SSS), de R$6.796 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para R$7.607 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, com lojas que foram submetidas a reformas mostrando um aumento de 14,1% na SSS no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, em comparação com o mesmo período de 2019, enquanto as lojas não reformadas cresceram 10,8% com base nas "vendas mesmas lojas" (SSS), impulsionadas principalmente pelo impacto positivo dos hábitos dos consumidores devido à COVID-19. As vendas de sete lojas de varejo transformadas nos formatos Sam's Club e Maxxi Atacado foram em média três vezes mais elevadas após mudança quando comparadas ao mesmo período antes da transformação considerando mesmo formato de loja (SSS).

(ii) *Varejo.* Foram registrados R$ 8.319 milhões em receita operacional líquida de nosso segmento de varejo no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 em comparação com R$ 8.774 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando uma diminuição de R$ 455 milhões, ou 5,2%. Essa diminuição foi principalmente devido a:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

a) uma diminuição no número de lojas e no metro quadrado total do espaço de varejo, em linha com nossa estratégia para otimizar as operações e priorizar nossas operações mais lucrativas, de 331 lojas de varejo em 30 de setembro de 2019, totalizando 1.049.000 metros quadrados de espaço de varejo, dos quais 121 eram hipermercados, 100 eram supermercados, 110 eram *soft discount* TodoDia, 123 farmácias e 13 postos de gasolina, em comparação com 309 lojas em nosso formato de varejo em 30 de setembro de 2020, totalizando 977.000 metros quadrados de espaço de varejo, dos quais 112 eram hipermercados, 100 eram supermercados, 97 eram lojas de proveniência TodoDia e 13 eram postos de gasolina em 30 de setembro de 2020, refletindo (1) a venda e descontinuação de nossas operações de farmácia devido ao baixo desempenho constante e em um esforço para otimizar nossas operações e focar nas principais operações, correspondendo a uma redução de 123 lojas com 7.000 metros quadrados de espaço de varejo, (2) a conversão de sete hipermercados nos formatos Sam's Club e Maxxi Atacado, e (3) os efeitos de compensação da reforma e modernização de 85 lojas, incluindo 49 novas lojas reabertas no formato de varejo durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, juntamente com a reforma e conversão de 24 lojas Walmart na marca BIG durante o período.

b) uma redução de 5% nas "vendas mesmas lojas" (SSS), de R$8.187 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para R$8.880 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, com lojas que foram submetidas a reformas mostrando um aumento de 18,7% na SSS no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, em comparação com o mesmo período de 2019, enquanto as lojas não reformadas cresceram (1,7)% com base nas "vendas mesmas lojas" (SSS), impulsionadas principalmente pelo impacto positivo dos hábitos dos consumidores devido à COVID-19.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Custo de mercadorias vendidas e serviços prestados

Nosso custo de mercadorias vendidas e serviços prestados aumentou R$ 618 milhões, ou seja, 5,3%, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 em relação ao mesmo período de 2019, de R$ 11.305 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, dos quais R$ 5.087 milhões foram atribuíveis ao nosso segmento de atacado e R$6.218 milhões foram atribuíveis ao nosso segmento de varejo, a R$ 11.923 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, dos quais R$ 6.058 milhões foram atribuíveis ao nosso segmento de atacado e R$ 5.865 milhões foram atribuíveis ao nosso segmento de varejo, conforme refletido na tabela abaixo:

(Em milhões de reais, exceto percentual)	Em 30 de setembro de 2020	AV	Em 30 de setembro de 2019	AV	AH
Segmento de Varejo					
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados (“COGS”)	(5.865)	49,2%	(6.218)	55,0%	(5,7)%
COGS/Índice de receita	70,5%		70,9%		-0,4 p.p.
Segmento de Atacado					
COGS	(6.058)	50,8%	(5.087)	45,0%	19,1%
COGS/Índice de receita	82,0%		82,9%		-0,9 p.p.

Esses resultados refletem as seguintes tendências e fatores:

(i) *Atacado*. Foram registrados R$ 6.058 milhões no custo de mercadorias vendidas e serviços prestados em nosso segmento de atacado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 em comparação com R$ 5.087 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um aumento de R$ 970 milhões, ou 19,1%, no período. Este aumento foi principalmente devido a um aumento nas vendas e número de lojas, parcialmente compensado por eficiências comerciais.

(ii) *Varejo*. Foram registrados R$ 5.865 milhões no custo de mercadorias vendidas e serviços prestados em nosso segmento de varejo no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 em comparação com R$ 6.218 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando uma diminuição de R$ 353 milhões, ou 5,7%, no período. Esta diminuição foi principalmente devido a redução em número de lojas como resultado da estratégia da administração de fechar certas lojas inadimplentes e converter certos hipermercados nos formatos Sam's Club e Maxxi Atacado, parcialmente compensado pelo aumento nas vendas de lojas reformadas e eficiência comercial.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, nosso custo de mercadorias vendidas e serviços prestados foi de 83,0% e 72,4% de nossa receita líquida para nossos segmentos de atacado e varejo, respectivamente, e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

nosso custo de mercadorias vendidas e serviços prestados foi de 84,3% e 73,3% da nossa receita líquida para os nossos segmentos de atacado e varejo, respectivamente.

Lucro Bruto

Pelos motivos discutidos acima, nosso lucro bruto aumentou R$ 181 milhões, ou seja, 5,0%, de R$ 3.604 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, dos quais R$ 1.048 milhões, ou seja, 29,1%, foram atribuíveis ao nosso segmento de atacado e R$ 2.556 milhões, ou 70,9%, foram atribuíveis ao nosso segmento de varejo, para R$ 3.785 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, dos quais R$ 1.331 milhões, ou seja, 35,2%, foram atribuíveis ao nosso segmento de atacado e R$ 2.454 milhões, ou 64,8%, atribuíveis ao nosso segmento de varejo. Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, nossa margem bruta foi de 24,6%, refletindo a margem bruta de 18,2% em nosso segmento de atacado e de 30,3% em nosso segmento de varejo, em comparação com 24,8% no período de nove meses encerrado 30 de setembro de 2019, refletindo margem bruta de 17,4% em nosso segmento de atacado e de 30,1% em nosso segmento de varejo. Este resultado da margem bruta reflete nossos (i) ganhos de eficiência comercial tanto no segmento de atacado como de varejo e (b) reformos dos locais de nossos hipermercados.

Receita (Despesas)

Nossas despesas operacionais diminuíram R$ 218 milhões, ou 6,4%, de R$ 3.420 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para R$3.202 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, principalmente devido aos fatores abaixo.

Despesas de vendas, gerais e administrativas

Nossas despesas com vendas, gerais e administrativas aumentaram R$ 3 milhões, ou 0,1%, de R$ 3.821 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para R$ 3.824 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, principalmente devido a (i) um aumento de R$148 milhões em despesas administrativas e serviços diversos como resultado das receitas com desreconhecimento de arrendamentos em 2019 relacionado a reclassificação de contratos de arrendamento (alguns foram rescindidos, então foi registrado o valor líquido contábil do direito de uso e passivo de arrendamento como lucro e prejuízo; como as perdas são usualmente maiores do que o direito de uso, foi registrado prejuízo), (ii) um aumento de R$ 47 milhões em provisões de contingência como resultado de nossas perdas recorrentes e alterações em nossas provisões, e (iii) um aumento de R$ 34 milhões em depreciação e amortização como resultado de um aumento em nossas despesas de investimentos no imobilizado. Este efeito foi parcialmente compensado por (i) uma redução de R$ 144 milhões nas despesas de pessoal devido, a redução de pessoal, resultantes de medidas introduzidas para fazer frente aos efeitos da pandemia do COVID-19, (ii) uma redução de R$ 51 milhões nas despesas com energia elétrica, e (iii) uma redução de R$ 46 milhões nas despesas corporativas relacionadas ao marketing e promoção da marca.

Outras receitas operacionais líquidas (despesas)

Nossa outra receita operacional líquida aumentou R$ 221 milhões, ou 55,1%, de R$ 401 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para R$ 622 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, principalmente devido a (i) um aumento de R$ 253 milhões em créditos tributários refletindo créditos tributários extemporâneos de PIS&COFINS e ICMS-ST resultantes de decisões judiciais favoráveis, e (ii) um aumento de R$ 22 milhões em estornos de provisões para redução ao valor recuperável. Esse efeito foi parcialmente compensado por uma redução de R$ 54 milhões em outras receitas operacionais líquidas devido a baixa de uma provisão de R$ 38 milhões feita em 2019 relativa a disputa com determinados fornecedores.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro antes das receitas (despesas) financeiras e impostos

Pelos motivos discutidos acima, nosso lucro antes das receitas (despesas) financeiras e impostos aumentaram em R$ 399 milhões, ou 216,8%, de R$ 184 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para R$ 583 milhões no período de nove meses período findo em 30 de setembro de 2020.

Receita financeira (custos), líquida

Nossas receitas (despesas) financeiras líquidas variaram em R$ 430 milhões, ou 229,9%, de despesas financeiras de R$ 187 milhões para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para R$ 243 milhões de receitas financeiras para o período de nove meses findo 30 de setembro de 2020, principalmente devido a (i) um aumento de R$ 474 milhões na receita de juros como resultado da consolidação de créditos fiscais extemporâneos de PIS e COFINS, e (ii) uma redução de R$ 61 milhões nas despesas de juros como resultado de uma redução de nossas provisões para ações judiciais. Esse efeito foi parcialmente compensado por (i) um aumento de R$33 milhões em juros sobre passivos de arrendamento devido a repactuação de contratos e (ii) um aumento de R$ 37 milhões em perdas cambiais líquidas devido à alta desvalorização do real durante o período.

Lucro (prejuízo) antes dos impostos de renda e contribuição social

Pelas razões discutidas acima, nosso lucro antes do imposto de renda aumentou significativamente em R$ 829 milhões, de um prejuízo de R$ 3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para um lucro de R$ 826 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

Imposto de renda e contribuição social

Nosso imposto de renda diminuiu R$ 3.043 milhões, ou 3.951,9%, de despesas de R$ 77 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para receitas de R$ 2.966 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, principalmente devido ao (i) reconhecimento dos ativos fiscais diferidos relacionados a diferenças temporárias e perdas não operacionais de exercícios anteriores, de R$ 3.215 milhões.

Lucro (prejuízo) para o período

Pelas razões discutidas acima, nosso lucro no período aumentou em R$ 3.144 milhões, ou (3930,0)%, de um prejuízo de R$ 80 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para um lucro de R$ 3.064 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhões de reais, exceto percentual)	Em 31 de dezembro de 2019	AV
Receita Operacional Líquida	**20.579**	**100,0%**
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	**(15.640)**	**(76,0)%**
Lucro bruto	**4.939**	**24,0%**
Receitas (despesas)		
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(5.130)	(24,9)%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	532	2,6%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	**341**	**1,7%**
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	(489)	(2,4)%
Receitas financeiras	217	1,1%
Resultado financeiro líquido	**(272)**	**(1,3)%**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição socia	**69**	**0,3%**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(68)	(0,3)%
Diferidos	3	0,0%
Lucro do exercício	**4**	**0,0%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita operacional líquida

Nossa receita operacional líquida totalizou R$ 20.579 milhões em 2019, dos quais R$ 8.583 milhões foram atribuíveis ao nosso segmento de atacado e R$ 11.996 milhões foram atribuíveis ao nosso segmento de varejo, conforme refletido na tabela abaixo:

(Em milhões de reais, exceto percentual)	Em 31 de dezembro de 2019	AV
Segmento de Varejo		
Vendas de produtos líquidas	11.608	56,4%
Outras receitas líquidas	388	1,9%
Segmento de Atacado		
Vendas de produtos líquidas	8.449	41,1%
Outras receitas líquidas	134	0,7%

Esses resultados refletem as seguintes tendências e fatores:

(i) *Atacado*. Registramos R$ 8.583 milhões em receita operacional líquida de nosso segmento de atacado em 2019, representando 41,7% de nossa receita operacional líquida total no período. Tal resultado pode ser atribuído principalmente à mudança do foco estratégico de nossa administração após nossa aquisição pela Advent, de acordo com a qual buscamos expandir nosso negócio de atacado. Como exemplo disso, em 31 de dezembro de 2019, tínhamos 76 lojas em nosso formato de atacado, totalizando 371.000 metros quadrados de área de varejo, dos quais 45 eram Maxxi Atacado e 31 eram Sam's Club, em comparação com 70 lojas em nosso formato de atacado a partir de 1º de janeiro de 2019, totalizando 335.000 metros quadrados de espaço de varejo, dos quais 43 eram Maxxi Atacado e 27 eram Sam's Club. Durante o ano, convertemos quatro lojas de varejo para o formato Sam's Club e duas lojas de varejo para o formato Maxxi Atacado e 39 de nossas lojas existentes foram modernizadas e reabertas, sem nenhum fechamento de lojas durante o período. A receita operacional líquida das seis lojas de varejo convertidas para os formatos Sam's Club e Maxxi Atacado foi, em média, três vezes mais elevada após a conversão em comparação com o mesmo período antes da conversão no mesmo formato de loja (SSS). As vendas de lojas reformadas foram 15,4% maiores no quarto trimestre de 2019 em comparação com o quarto trimestre de 2018, enquanto as vendas de lojas não reformadas diminuíram 1,4% no quarto trimestre de 2019 em comparação com o mesmo período de 2018.

(ii) *Varejo*. Registramos R$ 11.608 milhões em receita operacional líquida de nosso segmento de varejo em 2019, representando 56,4% de nossa receita operacional líquida total no período. Tal resultado reflete principalmente a estratégia da administração de fechar algumas lojas inadimplentes desse segmento e expansão de nosso negócio de atacado. A título de exemplo, em 31 de dezembro de 2019, tínhamos 326 lojas em nosso formato de varejo, totalizando 1.009.000 metros quadrados de espaço de varejo, dos quais 116 eram hipermercados, 100 eram supermercados, 110 eram *soft discount* TodoDia, 99 eram farmácias e 13 eram postos de gasolina em comparação com 368 lojas em nosso formato de varejo em 1º de janeiro de 2019, totalizando 1.122.000 metros quadrados de espaço de varejo, dos quais 128 eram hipermercados, 109 eram supermercados, 131 eram *soft discount* TodoDia, 187 eram farmácias e 14 eram postos de gasolina. Durante o ano, convertemos seis hipermercados para os formatos Sam's Club e Maxxi Atacado, fechamos 36 lojas e reformamos 56 de nossas lojas existentes, refletindo nossa estratégia de lançarmos hipermercados com as marcas Big e Big Bompreço, em substituição à marca Walmart e melhorando nossa eficiência operacional. As vendas de lojas reformadas foram 10,1% maiores no quarto trimestre de 2019 em

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

comparação com o quarto trimestre de 2018, enquanto as vendas de lojas não reformadas diminuíram 9,2% no quarto trimestre de 2019 em comparação com o mesmo período de 2018.

Custo de mercadorias vendidas e serviços prestados

Nosso custo de mercadorias vendidas e serviços prestados totalizaram R$ 15.640 milhões em 2019, dos quais R$ 7.118 milhões foram atribuíveis ao nosso segmento de atacado e R$ 8.522 milhões foram atribuíveis ao nosso segmento de varejo, conforme refletido na tabela abaixo:

(Em milhões de reais, exceto percentual)	Em 31 de dezembro de 2019	AV
Segmento de Varejo		
COGS	(8.522)	54,5%
COGS/Índice de receita	73,4%	
Segmento de Atacado		
COGS	(7.118)	45,5%
COGS/Índice de receita	84,2%	

Esses resultados refletem as seguintes tendências e fatores:

(i) *Atacado*. Registramos R$ 7.118 milhões em custos de nosso segmento de atacado em 2019, representando 45,5% de nosso custo total de mercadorias vendidas e serviços prestados no período. O custo aumentou em comparação com 2018, refletindo o aumento da receita e do número de lojas, parcialmente compensado por ganhos de eficiência comercial e renovação de lojas. Registramos R$ 2.031 milhões em custos no quarto trimestre de 2019, um aumento de 3,8% em relação ao quarto trimestre de 2018, enquanto nossa receita operacional líquida aumentou 6,8% no mesmo período.

(ii) *Varejo*. Registramos R$ 8.522 milhões em custos de nosso segmento de varejo em 2019, representando 54,5% de nosso custo total de mercadorias vendidas e serviços prestados no período. O custo diminuiu em comparação com 2018, refletindo o fechamento de 36 lojas inadimplentes e a conversão de seis hipermercados para Sam's Club e Maxxi Atacado, além de ganhos de eficiência comercial e renovação de lojas. Registramos R$ 2.304 milhões em despesas no quarto trimestre de 2019, queda de 14,7% em comparação ao quarto trimestre de 2018, enquanto nossa receita operacional líquida diminuiu 12,0% no mesmo período.

Nosso custo de mercadorias vendidas e dos serviços prestados em 2019 foi de 84,2% e 73,4%, respectivamente, da receita líquida de cada um de nossos segmentos de atacado e varejo.

Lucro Bruto

Pelas razões discutidas acima, nosso lucro bruto foi de R$ 4.939 milhões em 2019, dos quais R$ 1.465 milhões, ou 29,7%, foram atribuíveis ao nosso segmento de atacado e R$ 3.474 milhões, ou 70,3%, foram atribuíveis ao nosso segmento de varejo. No mesmo período, nossa margem bruta foi de 24,0, refletindo margem bruta de 17,1% em nosso segmento de atacado e de 29,9% em nosso segmento de varejo, com essa melhora principalmente devido à implementação de novas políticas de compras e melhor otimização de nossa base da área de vendas. Esta margem resulta de (i) implementação de novas eficiências comerciais e (ii) reformas de lojas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucros (despesas) operacionais

Nossas despesas operacionais totalizaram R$ 4.598 milhões em 2019, representando em uma base consolidada 22,3% de nossa receita operacional líquida, dos quais R$ 862 milhões, ou 18,7%, foram atribuíveis ao nosso segmento de atacado e R$ 2.898 milhões, ou 63,0%, foram atribuíveis ao nosso segmento de varejo, e R$824 milhões, ou 17,9%, foram alocados como despesas corporativas, principalmente devido aos fatores abaixo.

Despesas de vendas, gerais e administrativas

Nossas despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R$ 5.130 milhões em 2019, dos quais (i) R$ 2.161 milhões foram atribuíveis a despesas de pessoal refletindo despesas de folha de pagamento de nossas equipes corporativas e administrativas consistindo de salários e benefícios, (ii) R$ 1.304 milhões foram atribuíveis a despesas administrativas e serviços diversos, refletindo principalmente as despesas associadas a terceiros prestadores de serviços, manutenção, impostos prediais e nossas instalações, dentre outros, (iii) R$ 588 milhões foram atribuíveis a depreciação e amortização em decorrência de intangíveis, direito de uso e ativo imobilizado, (iv) R$393 milhões foram atribuíveis a despesas de energia elétrica, (v) R$283 milhões foram atribuíveis a despesas corporativas relacionados a marketing e promoção da marca, (vi) R$ 177 milhões foram atribuíveis a despesas de comissão como resultado principalmente de taxas de desconto comerciais resultantes de nossas operações com cartões de débito e crédito, (vii) R$ 144 milhões foram atribuíveis a provisões registradas em relação a nossas ações judiciais fiscais, trabalhistas e cíveis e (viii) R$ 80 milhões foram atribuíveis a despesas de aluguel em conexão com os imóveis que alugamos para operar nossas lojas, bem como os imóveis usados para nossas atividades corporativas.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Nosso lucro operacional líquido totalizou R$532 milhões em 2019, que reflete (i) R$ 135 milhões em lucros atribuíveis a estornos de provisões de perdas de valor recuperável, resultantes de aumento no fluxo de caixa projetado de nossas lojas e (ii) R$ 390 milhões em créditos fiscais que refletem a recuperação de créditos fiscais extemporâneos de PIS & COFINS de períodos anteriores em decorrência de decisões judiciais favoráveis.

Lucro antes das receitas (despesas) financeiras e impostos

Pelas razões discutidas acima, nosso lucro antes das receitas (despesas) financeiras e impostos foi de R$ 341 milhões em 2019.

Receita financeira (custos), líquida

Nossas despesas financeiras líquidas totalizaram R$ 272 milhões em 2019, dos quais (i) R$ 223 milhões foram atribuíveis a despesas de juros que refletem principalmente juros pagos ou provisionados sobre contingências, (ii) R$ 195 milhões foram atribuíveis a juros sobre passivos de arrendamento que estão principalmente relacionados com a adoção do IFRS 16, que se tornou efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 201 (sic) e exige que o arrendatário reconheça ativos e passivos para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor, e para registrar despesas de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento (para informações adicionais, consulte "—Pronunciamentos Recentes das IFRS" acima), (iii) R$ 60 milhões foram atribuíveis aos encargos financeiros relativos a comissões pagas a seguradoras, relacionadas a contingências e participações de partes interessadas e (iv) R$ 4 milhões foram atribuíveis a despesas líquidas com variação cambial relacionadas ás nossas operações de importação de produtos do exterior.

Esses custos foram parcialmente compensados por R$ 217 milhões em receitas financeiras, refletindo (i) R$ 84 milhões relacionados a juros auferidos com nossos depósitos judiciais e (ii) R$ 84 milhões em rendimentos de juros decorrentes de créditos fiscais extemporâneos de PIS & COFINS.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Pelas razões discutidas acima, nosso lucro antes do imposto de renda e contribuição social foi de R$ 69 milhões em 2019.

Imposto de renda e contribuição social

Nossas despesas com imposto de renda e contribuição social totalizaram R$ 65 milhões em 2019, dos quais (i) R$ 68 milhões foram atribuíveis ao imposto de renda e contribuição social correntes; e (ii) R$ 3milhões foram atribuíveis ao imposto de renda e contribuição social diferidos.

Lucro do exercício

Pelos motivos discutidos acima, nosso lucro do exercício foi de R$ 4 milhões em 2019.

PERÍODO DE CINCO MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	Período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018	AV
(Em milhões de reais, exceto percentual)		
Receita Operacional Líquida	**9.535**	**100,0%**
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	**(7.400)**	**(77,6)%**
Lucro bruto	**2.135**	**22,4%**
Receitas (despesas)		
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(2.053)	(21,5)%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	87	0,9%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	**169**	**1,8%**
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	(277)	(2,9)%
Receitas financeiras	80	0,8%
Resultado financeiro líquido	**(197)**	**(2,1)%**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**(28)**	**(0,3)%**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	—	
Diferidos	—	n/a
Lucro no período	**(28)**	n/a

Receita operacional líquida

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Nossa receita operacional líquida totalizou R$ 9.535 milhões no período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018, dos quais R$ 3.636 milhões foram atribuíveis ao nosso segmento de atacado e R$ 5.899 milhões foram atribuíveis ao nosso segmento de varejo, conforme refletido na tabela abaixo:

(Em milhões de reais, exceto percentual)	Período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018	AV
Segmento de Varejo		
Vendas de produtos líquidas	5.720	60,0%
Outras receitas líquidas	179	1,9%
Segmento de Atacado		
Vendas de produtos líquidas	3.584	37,6%
Outras receitas líquidas	52	0,5%

Esses resultados refletem as seguintes tendências e fatores:

(i) *Atacado*. Registramos R$ 3.636 milhões em receita operacional líquida do nosso segmento de atacado no período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018, representando 38,1% de nossa receita operacional líquida total no período. Tal resultado pode ser atribuído principalmente às vendas derivas de nossos Sam's Club e eventos sazonais do quarto trimestre, como "Black Friday" em Novembro e outras festividades, que ocorrem durante os feriado natalinos. Em 31 de dezembro de 2018, tínhamos 70 lojas em nosso formato de atacado, totalizando 335.000 metros quadrados de área de varejo, dos quais 43 eram Maxxi Atacado e 27 eram Sam's Club. Não houve mudanças em formatos de loja nem em quantidade de lojas no período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018 em comparação à quantidade de lojas quando nossos acionistas controladores adquiriram participação na Companhia.

(ii) *Varejo*. Registramos R$ 5.899 milhões em receita operacional líquida do nosso segmento de varejo no período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018, representando 61,9% de nossa receita operacional líquida total no período. Tal resultado pode ser atribuído principalmente a a eventos **s**azonais do quatro trimestre, como "Black Friday" em Novembro e outras festividades, que ocorrem durante os feriado natalinos Em 31 de dezembro de 2018, tínhamos 368 lojas em nosso formato de varejo, totalizando 1.122.000 metros quadrados de área de varejo, dos quais 128 eram hipermercados, 109 eram supermercados, 131 eram lojas de conveniência TodoDia, 187 eram farmácias e 14 eram postos de gasolina, que permaneceram sem alterações, em comparação com o início do período. Não houve reforma ou fechamento de lojas no período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Custo de mercadorias vendidas e serviços prestados

Nosso custo de mercadorias vendidas e serviços prestados totalizaram R$ 7.400 milhões no período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018, dos quais R$ 3.091 milhões foram atribuíveis ao nosso segmento de atacado e R$ 4.309 milhões foram atribuíveis ao nosso segmento de varejo, conforme refletido na tabela abaixo:

(Em milhões de reais, exceto percentual)	Período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018	AV
Segmento de Varejo		
COGS	(4.309)	58,2%
CPV/proporção de receita	73,0%	
Segmento de Atacado		
COGS	(3.091)	41,8%
CPV/proporção de receita	85,0%	

Esses resultados refletem as seguintes tendências e fatores:

(i) *Atacado*. Registramos R$ 3.091 milhões em custos do nosso segmento de atacado no período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018, representando 41,8% de nosso custo total de mercadorias vendidas e serviços prestados no período. Tais custos refletem em parte a variedade de produtos vendida durante os eventos sazonais de quarto trimestre mencionados acima.

(ii) *Varejo*. Registramos R$ 4.309 milhões em custos do nosso segmento de varejo no período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018, representando 58,2% de nosso custo total de mercadorias vendidas e serviços prestados no período. Tais custos refletem em parte a variedade de produtos vendida durante os eventos sazonais de quarto trimestre mencionados acima.

Lucro Bruto

Pelas razões discutidas acima, nosso lucro bruto foi de R$ 2.135 milhões no período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018, dos quais R$ 545 milhões, ou 25,5%, foram atribuíveis ao nosso segmento de atacado e R$ 1.590 milhões, ou 74,5%, foram atribuíveis ao nosso segmento de varejo. No mesmo período, nossa margem bruta foi de 22,4%, refletindo margem bruta de 15,2% em nosso segmento de atacado e de 27,8% em nosso segmento de varejo.

Lucros (despesas) operacionais

Nossas despesas operacionais totalizaram R$ 1.966 milhões no período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018, representando em base consolidada 20,6% de nossa receita operacional líquida, dos quais R$ 304 milhões, ou 15,5%, foram atribuíveis ao nosso segmento de atacado e R$ 1.342 milhões, ou 68,2%, foram atribuíveis ao nosso segmento de varejo, e R$ 302 milhões, ou 15,4%, foram atribuíveis ao nosso segmento corporativo, principalmente atribuíveis aos fatores descritos abaixo.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas de vendas, gerais e administrativas

Nossas despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R$ 2.053 milhões no período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018, dos quais (i) R$ 981 milhões foram atribuíveis a despesas de pessoal refletindo despesas de folha de pagamento de nosso pessoal, (ii) R$ 571 milhões foram atribuíveis a despesas administrativas e serviços diversos, refletindo principalmente as despesas associadas a terceiros prestadores de serviços, (iii) R$ 185 milhões foi atribuível à depreciação e amortização, (iv) R$ 165 milhões foram atribuíveis a despesas de energia elétrica, (v) R$103 milhões foi atribuível ao marketing e promoção da marca, (vi) R$ 90 milhões foram atribuíveis a estorno da provisão de contingências, refletindo a redução no valor médio de nossas reclamações trabalhistas (vii) R$ 78 milhões foram atribuíveis a despesas com comissões relacionadas principalmente ás taxas de desconto comerciais em nossas transações com cartões de debito e crédito, e (viii) R$ 60 milhões foram atribuíveis a despesas de aluguel em conexão com a propriedade que alugamos para operar nossas lojas, bem como os imóveis usados para nossas atividades corporativas.

Outros lucros (despesas) operacionais, líquidos

Nossa outra receita operacional líquida totalizou R$ 87 milhões no período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018, refletindo (i) R$ 90 milhões em receita atribuível a estornos de provisões para redução ao valor recuperável como resultado do aumento do fluxo de caixa projetado de nossas lojas e (ii) R$ 44 milhões em créditos fiscais refletindo créditos fiscais extemporâneos de PIS & COFINS em decorrência de decisões judiciais favoráveis, que foi parcialmente compensado por R$ 47 milhões em outras despesas operacionais líquidas provenientes de baixas de ativo fixo.

Lucro antes das receitas (despesas) financeiras e impostos

Pelos motivos discutidos acima, nosso lucro antes das receitas (despesas) financeiras e impostos foi de R$ 169 milhões no período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018.

Receita financeira (custos), líquida

Nossas despesas financeiras líquidas totalizaram R$ 197 milhões no período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018, dos quais (i) R$ 162 milhões foram atribuíveis a despesas de juros refletindo principalmente juros pagos ou provisionados sobre contingências em relação a ajustes de juros sobre nossas ações judiciais e (ii) R$ 79 milhões foram atribuíveis a juros sobre passivos de arrendamento que refletem nossas obrigações financeiras de arrendamento antes da adoção do IFRS 16, e (iii) R$ 27 milhões foram atribuíveis a outros encargos financeiros, como comissões pagas a seguradoras (relacionadas a contingências) e participações de terceiros interessados.

Esses custos foram parcialmente compensados por R$ 80 milhões em receitas financeiras, refletindo (i) R$ 53 milhões em receitas de juros como resultado da consolidação de créditos fiscais extemporâneos de PIS e COFINS, (ii) R$ 13 milhões refletindo ajustes de valor justo, e (iii) R$ 5 milhões de receita líquida de variação cambial.

Prejuízo antes de imposto de renda e contribuição social

Pelas razões discutidas acima, nosso prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social foi de R$ 28 milhões no período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018.

Imposto de renda e contribuição social

Não registramos nenhuma despesa de imposto de renda e contribuição social no período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018, uma vez que geramos prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social nesse período.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Prejuízo do período

Pelos motivos discutidos acima, tivemos perdas de R$ 28 milhões no período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018.

Liquidez e Recursos de Capital

Nossas principais fontes de liquidez são:

- fluxo de caixa de nossas operações;
- venda de contas a receber de cartão de crédito sem direito de regresso; e
- capitalização por nossos acionistas.

Nossas principais necessidades de liquidez são para financiar nossas operações comerciais, desembolsos de capital e obrigações financeiras. Acreditamos que nossos fluxos de caixa operacionais são suficientes para financiar nossas atividades, cobrir nossas necessidades de financiamento e realizar nosso plano de negócios. Na data deste Formulário de Referência, não esperamos ou antecipamos qualquer necessidade de financiamento que não possa ser suportado com recursos atuais ou futuros aos quais acreditamos ter acesso, se necessário. Entretanto, não podemos garantir que essa situação não mudará no futuro, principalmente devido às incertezas envolvendo os impactos da pandemia de COVID-19 na economia brasileira e em nossos resultados operacionais e fluxos de caixa.

Como fontes de liquidez adicionais, temos condições de levantar recursos no mercado de capitais brasileiro e/ou com instituições financeiras, caso necessário.

FLUXO DE CAIXA

PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2019

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de			
	2020	2019	Variação	
(Em milhões de reais, exceto percentual)				
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	793	(602)	395	(231,7%)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(397)	(251)	(146)	58,2%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(294)	918	(1.212)	(132,0)%
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**102**	**65**	**37**	**56,9%**

Caixa líquido proveniente de (utilizado em) atividades operacionais

O caixa líquido gerado (usado em) atividades operacionais aumentou em R$ 1.395 milhões, do caixa líquido usado em atividades operacionais de R$ 602 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para o caixa líquido gerado por atividades operacionais de R$ 793 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, devido principalmente a (i) um(a) aumentode R$ 755 milhões em Fornecedores devido à redução de caixa observada em 2019 devido à postergação de pagamentos ocorrida em 31 de dezembro de 2018, que impactou a geração de caixa em 2019; (ii) aumento de R$ 400 milhões em impostos a recuperar no período de nove meses encerrado em30 de setembro de 2020, em vista do consumo de crédito na operação da companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento aumentou R$ 146 milhões, de R$ 251 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para R$ 397 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, principalmente devido a (i) um aumento de R$ 157 milhões no ativo imobilizado e intangível, que capta principalmente nossos investimentos com aberturas de lojas e conversões durante o período, (ii) aumento de R$ 126 milhões em reformas e manutenção durante o período, (iii) aumento de R$ 84 milhões em equipamentos de TI, principalmente relacionados á transição para outro sistema operacional e (iv) aumento de R$ 53 milhões em outros investimentos, principalmente relacionados a investimentos na modernização de centros de distribuição e na iluminação de lojas.

Caixa líquido fornecido pelas (utilizado nas) atividades financeiras

O caixa líquido gerado por (usado em) atividades de financiamento diminuiu R$ 1.212 milhões, do caixa líquido gerado por atividades de financiamento de R$ 918 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para o caixa líquido usado em atividades de financiamento de R$ 294 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, principalmente devido a (i) um aumento de capital de R$ 798 milhões registrado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, sem efeito correspondente no mesmo período de 2020, (ii) uma variação negativa de R$ 355 milhões em nosso passivo em FIDC, de um aumento de R$ 303 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para redução de R$ 52 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, e (iii) um acréscimo de R$ 82 milhões no pagamento de juros sobre os passivos de arrendamento.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhões de reais, exceto percentual)	Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	AV
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(411)	1053,8%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(617)	1582,1%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	989	(2535,9)%
Redução do caixa e equivalentes de caixa	**(39)**	**100,0%**

Caixa líquido utilizado em atividades operacionais

O caixa líquido utilizado nas atividades operacionais totalizou R$ 918 milhões em 2019, principalmente devido (i) ao impacto de R$353 milhões em pagamentos relacionados a reclamações trabalhistas; (ii) impacto positivo de R$ 638 milhões no saldo de fornecedores em decorrência da postergação de pagamentos para o dia útil seguinte (ou seja, pagamentos com vencimento em 30 de dezembro de 2018, que era um sábado, foram postergados e pagos em 2 de janeiro de 2019, o dia útil seguinte); e (iii) impacto de R$ 356 milhões em outras obrigações devido ao pagamento de abono de Natal (que é provisionado ao longo do ano e pago em dezembro) e à provisão para fechamento de lojas; e (iv) R$ 214 milhões de pagamentos de demandas judiciais no curso normal dos negócios da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado em atividades de investimento totalizou R$ 617 milhões em 2019, refletindo principalmente nossos investimentos no valor de R$ 637 milhões para ativos imobilizados e intangíveis, que captam principalmente nossos investimentos na reforma, manutenção TI, conversões de lojas e aberturas de lojas no período, que foi parcialmente compensado(a) pela venda de imobilizado no valor de R$ 20 milhões relacionados a vendas de imóveis.

Caixa líquido de atividades de financiamento

O caixa líquido gerado por atividades de financiamento totalizou R$ 989 milhões em 2019, dos quais (i) R$ 963 milhões foram atribuíveis às contribuições de capital por nossos acionistas, e (ii) em menor grau, R$ 307 milhões em dinheiro de nossa emissão de quotas seniores de FIDC.

PERÍODO DE CINCO MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhões de reais, exceto percentual)	Período de Cinco Meses findo em 31 de dezembro de 2018	AV
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(259)	(83,3)%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(105)	(33,8)%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	675	217,0%
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**311**	**100,0%**

Caixa líquido utilizado em atividades operacionais

O caixa líquido utilizado nas atividades operacionais totalizou R$ 509 milhões no período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018, o que foi atribuído principalmente ao (i) impacto negativo de R$988 milhões em contas a receber devido à queda em recebíveis de descontos, causando um aumento em nosso saldo de contas a receber; (ii) o impacto positivo de R$1.267 milhões em Fornecedores devido ao fato do da data de pagamento ter sido durante o final de semana, fazendo com que fosse pago apenas no 1º dia útil de janeiro; (iii) o impacto negativo de R$356 milhões em Outros passivos devido ao pagamento de da provisão de 13º salário e baixa de provisão para fechamento de lojas.; e (iv) o impacto negativo de R$214 milhões em Pagamentos de demandas judiciais, fator inerente ao segmento da Companhia.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado em atividades de investimento totalizou R$ 105 milhões no período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018, que foi atribuível a (i) investimentos no valor de R$ 61 milhões em ativo imobilizado e intangível, que principalmente capta nossos investimentos em reformas e procedimentos de manutenção durante o período, e (ii) baixa e cisão de empresas imobiliárias no valor de R$ 72 milhões refletindo as vendas de imóveis, parcialmente compensado pela venda de ativos imobilizados, gerando caixa no valor de R$ 28 milhões.

Caixa líquido de atividades de financiamento

O caixa líquido gerado por atividades de financiamento totalizou R$ 675 milhões no período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018, que foi atribuível à contribuição de capital de nossos acionistas no valor de R$ 750 milhões, que foi parcialmente compensado por pagamentos de arrendamento no valor de R$ 75 milhões refletindo o pagamento de despesas de arrendamentos financeiros.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 resultou principalmente da venda de produtos alimentares e não alimentares aos consumidores finais em nossas lojas. Nossas operações estão organizadas nos seguintes segmentos de negócios: (i) varejo, e (ii) atacado.

(i) Varejo: nosso segmento de varejo consiste em vendas de produtos alimentares e não-alimentares aos nossos consumidores finais em nossos: (a) hipermercados sob as bandeiras Big Bompreço no Nordeste e Big no Sul e Sudeste, (b) supermercados sob as bandeiras Nacional no Sul, Superbompreço no Nordeste, (c) *soft discount* sob a bandeira TodoDia, e (d) postos de combustível. Nossos 112 hipermercados estão localizados nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste e possuem área média de vendas de aproximadamente 6.500 metros quadrados. Nossos 100 supermercados estão localizados nas regiões Nordeste e Sul, com área média de vendas de aproximadamente 1.700 metros quadrados. Nossas 97 *soft discount* TodoDia estão localizados nas regiões Nordeste e Sudeste, com área média de vendas de aproximadamente 800 metros quadrados. Como serviço complementar aos nossos clientes, operamos 13 postos de gasolina localizados nas áreas de estacionamento dos nossos hipermercados e atacados.

(ii) Atacado: nosso segmento de atacado consiste em venda de produtos alimentares e não alimentares sob as bandeiras Maxxi Atacado e Sam's Club para consumidores finais, revendedores e fornecedores do setor de serviços de alimentação, que buscam preços baixos e compras em grande volume. Nossas 46 lojas Maxxi Atacado estão localizadas nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste, e possuem área média de vendas de aproximadamente 4.000 metros quadrados, e nossos 32 Sam's Club estão localizados em grandes centros urbanos, com área média de vendas de aproximadamente 6.300 metros quadrados. Além das nossas lojas, operamos também 6 atacados sob a bandeira Maxxi Atacado de entrega especializados no fornecimento para nossos maiores clientes *business-to-business*, por meio de serviço de entrega.

Descrição dos Componentes Principais de nossos Resultados Operacionais:

Segue abaixo um resumo dos itens que compõem nossa demonstração de resultados:

Receita operacional líquida

Vendas líquidas e outras receitas

A receita operacional líquida inclui vendas líquidas e outras receitas. As vendas líquidas incluem a receita proveniente de vendas de produtos alimentares e não-alimentares realizadas por nossos clientes por meio de (i) nossas lojas físicas e comerciais, (ii) instalações de atacado dedicadas ao cumprimento das ordens de nossos maiores negócios entre empresas, ou B2B, e (iii) vendas de produtos em nossos postos de combustível. Outras receitas incluem receitas derivadas principalmente de (i) taxas que cobramos do nosso cliente em relação ao uso de nossos cartões de crédito co-bandeirados, (ii) receitas derivadas de outras soluções de financiamento ao consumidor fornecidas a nossos clientes (como refinanciamento de cartão de crédito em circulação, saldos e empréstimos pessoais), e (iii) receitas derivadas da locação de imóveis para terceiros, principalmente unidades de aluguel em galerias e shoppings em torno de nossas lojas do Varejo e Atacado.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Custo das vendas

O custo das vendas consiste principalmente em custos relacionados a nossas vendas de produtos, incluindo o preço de compra dos bens que adquirimos para revenda, volume de estoque, custos de logística (que inclui custos de transporte), provisão para obsolescência de estoque e outros custos. Em relação à compra de produtos de nossos fornecedores de alimentos e produtos não-alimentares, celebramos com os fornecedores descontos comerciais logísticos. Tais descontos são reconhecidos como redutores de custo de vendas.

Despesas de vendas, gerais e administrativas

As despesas de vendas, gerais e administrativas consistem principalmente em despesas relacionadas a folha de pagamento, manutenção, custos de energia e eletricidade incorridos em conexão com nossas instalações, despesas de propaganda, entre outros.

Outras receitas (despesas)

Outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados em outras rubricas da demonstração do resultado e podem incluir itens que são limitados em número, claramente identificáveis, incomuns e que têm um impacto relevante nos resultados consolidados.

Receitas financeiras

A receita financeira consiste principalmente na remuneração de nossa posição de tesouraria ao longo do ano. Também é impactado pela variação do valor de mercado de nossos instrumentos financeiros derivativos executados para nos proteger contra a volatilidade cambial decorrente da dívida denominada em euro e dólar norte-americano, o que pode levar a ganhos cambiais, entre outros.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores:

Poder de compra do consumidor: Embora o setor de varejo de alimentos no Brasil tenha demonstrado, recentemente, resiliência através de ciclos econômicos adversos, a indústria de varejo é sensível a reduções no poder de compra do consumidor, especialmente em mercados de varejo de produtos não-alimentares. A taxa de desemprego é um indicador com um impacto direto sobre o poder de compra dos nossos clientes. Um prolongamento da recessão atual poderia resultar em uma queda ainda maior do consumo do agregado familiar como resultado da elevada taxa de desemprego. Por outro lado, o aumento do consumo no Brasil é, muitas vezes, associado a uma diminuição na taxa de desemprego em combinação com um aumento na renda e no nível de distribuição da renda.

Demandas de clientes e os padrões de compra em evolução: A nossa capacidade de antecipar e responder em tempo hábil aos padrões de compras, bem como às tendências ou preferências de consumo em constante mudança, continuará a ser fundamental para o sucesso dos nossos negócios. Em particular, temos observado que os consumidores, que historicamente têm usado os canais físicos de comércio para a compra de produtos alimentares e não-alimentares, têm migrado para aplicativos, plataformas de delivery e e-commerce. Acreditamos que as vendas on-line de produtos alimentares e não-alimentares apresentem significativas oportunidades em um país com penetração de varejo on-line relativamente baixa, mas em rápida expansão. O Grupo Big tem acelerado a implementação da sua estratégia digital e vem expandindo as operações com parceiros de delivery, contando com mais de 170 lojas que oferecem esse canal de venda.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Benefícios Fiscais, Incentivos Fiscais e Regimes Especiais: As subsidiárias WMS Supermercados do Brasil Ltda., WMB Supermercados do Brasil Ltda., Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda. e Bompreço Bahia Supermercados Ltda. são beneficiárias de benefícios fiscais, incentivos fiscais e regimes especiais relativos à apuração do ICMS na Bahia, em Pernambuco, no Mato Grosso do Sul, em São Paulo, no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, além de municipais, dentre os quais destacamos como relevantes os seguintes:

ICMS

Estado de Pernambuco

A Companhia frui dos seguintes regimes especiais no Estado:

- Regime Especial nº 2014.000004614490-68 e 03027022013.000003430246-91 (DPC n° 030/2013 e DPC nº 176/2014) concedido ao estabelecimento filial da WMB Supermercados do Brasil Ltda. localizado em Jaboatão dos Guararapes/PE (CNPJ nº 00.063.960/0069-99), para permitir **(i)** a fruição da sistemática de tributação específica para central de distribuição de supermercados, que concede crédito presumido para determinadas operações, nos termos da Lei nº 13.064/2006 e do Decreto nº 29.482/2006 e **(ii)** que o estabelecimento figure como substituto tributário responsável pelo ICMS devido pelas saídas subsequentes das mercadorias sujeitas ao regime da substituição tributária. Para manutenção e fruição deste regime especial é necessário o cumprimento de diversos requisitos e condições. Vigente a partir de 01/09/2011 e por prazo indeterminado;

- Regime Especial nº 2014.000004614541-42 (DPC n° 177/2014) concedido ao estabelecimento filial da Bompreco Supermercados do Nordeste Ltda. localizado em Jaboatão dos Guararapes/PE (CNPJ nº 13.004.510/0258-40), para permitir **(i)** a fruição da sistemática de tributação específica para central de distribuição de supermercados, que concede crédito presumido para determinadas operações, nos termos da Lei nº 13.064/2006 e do Decreto nº 29.482/2006 e **(ii)** que o estabelecimento figure como substituto tributário responsável pelo ICMS devido pelas saídas subsequentes das mercadorias sujeitas ao regime da substituição tributária. Para manutenção e fruição deste regime especial é necessário o cumprimento de diversos requisitos e condições. Vigente a partir de 01/12/2014 e por prazo indeterminado;

- Regime Especial nº 2019.000006671333-15 (DPC n° 235/2019) concedido ao estabelecimento filial da Bompreco Supermercados do Nordeste Ltda. localizado em Cabo de Santo Agostinho/PE (CNPJ nº 13.004.510/0313-00), para permitir **(i)** a fruição da sistemática de tributação específica para central de distribuição de supermercados, que concede crédito presumido para determinadas operações, nos termos da Lei nº 13.064/2006 e do Decreto nº 29.482/2006 e **(ii)** que o estabelecimento figure como substituto tributário responsável pelo ICMS devido pelas saídas subsequentes das mercadorias sujeitas ao regime da substituição tributária. Para manutenção e fruição deste regime especial é necessário o cumprimento de diversos requisitos e condições. Vigente a partir de 01/01/2020 e por prazo indeterminado.

Salientamos que, com base em informações públicas, foi possível constatar que o Estado de Pernambuco publicou as informações dos referidos benefícios em atenção às regras de convalidação da Lei nº 13.064/2006 e do Decreto nº 29.482/2006, indicando-os no Decreto nº 45.801/2018.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Estado de São Paulo

A Companhia frui dos seguintes regimes especiais no Estado:

- Regime Especial nº 002888/2015 concedido aos estabelecimentos filiais paulistas da WMB Supermercados do Brasil Ltda. localizados em Embu das Artes (CNPJ nº 00.063.960/0122-98, I.E. nº 298.149.427.110, CD nº 4995), Itapecerica da Serra (CNPJ nº 00.063.960/0049-45, I.E. nº 370.117.381.112, CD nº 7471), Barueri (CNPJ nº 00.063.960/0027-30, I.E. nº206.179.110.111, CD nº 7457), Cajamar (CNPJ nº 00.063.960/0563-17, I.E nº 241.132.171.110) e Cajamar (CNPJ nº 00.063.960/0564-06 e I.E nº 241.132.180.111), para permitir que figurem como substitutos tributários responsáveis pela retenção e recolhimento do ICMS devido pelas saídas subsequentes destinadas a contribuintes estabelecidos no Estado de São Paulo, nos termos do Decreto nº 57.608/2011 e da Portaria CAT nº 06/2012. Para manutenção e fruição deste regime especial é necessário o cumprimento de diversos requisitos e condições. Vigente a partir de 22/10/2015 até 30/06/2020, contudo, foi requerido pedido de prorrogação do regime que ainda está pendente de análise, de forma que, nos termos do art. 9º da Portaria CAT nº 43/2007, as disposições do regime permanecerão vigentes até decisão da autoridade administrativa;

- Regime Especial nº 009794/2016 concedido ao estabelecimento filial da WMS Supermercados do Brasil Ltda. localizado em Embu das Artes/SP (CNPJ nº 93.209.765/0317-72, I.E. nº 298.145.351.111, CD nº 428), para permitir que figure como substituto tributário responsável pela retenção e recolhimento do ICMS devido pelas saídas subsequentes destinadas a contribuintes estabelecidos no Estado de São Paulo, nos termos do Decreto nº 57.608/2011 e da Portaria CAT nº 06/2012. Para manutenção e fruição deste regime especial é necessário o cumprimento de diversos requisitos e condições. Vigente a partir de 31/03/2016 até 30/06/2022.

Esclarecemos que, com base em informações públicas, não localizamos o Decreto nº 57.608/2011 e a Portaria CAT nº 06/2012 na lista de normas indicadas para convalidação.

Estado do Paraná

No Estado, foi concedido o Regime Especial nº 6025/2018 ao estabelecimento filial da WMS Supermercados do Brasil Ltda. localizado em Pinhais/PR (CNPJ nº 93.209.765/0236-72, I.E. nº 90190421-94), para permitir que figure como substituto tributário responsável pela retenção e recolhimento do ICMS devido pelas saídas subsequentes, nos termos do art. 14 do Anexo IX do RICMS/PR. Para manutenção e fruição deste regime especial é necessário o cumprimento de diversos requisitos e condições. Vigente a partir de 30/09/2017 até 31/12/2020.

Esclarecemos que, com base em informações públicas, não localizamos o art. 14 do Anexo IX do RICMS/PR na lista de normas indicadas para convalidação.

Estado de Santa Catarina

No Estado, a Companhia frui dos seguintes Tratamento Tributário Diferenciado (“TTD”) concedidos ao estabelecimento filial da WMS Supermercados do Brasil Ltda. localizado em Balneário Camboriú/SC (CNPJ nº 93.209.765/0439-40, I.E. nº 25.646.087-6):

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

- TTD – Importação que concedeu, nos termos do art. 3º do Decreto nº 418/2011 e do art. 10, Anexo 3 do RICMS/SC, os seguintes benefícios fiscais **(i)** diferimento do ICMS devido na importação de mercadoria destinada à comercialização; **(ii)** diferimento parcial do ICMS incidente na operação interna subsequente a importação; **(iii)** crédito presumido de ICMS na operação subsequente à importação de mercadorias para comercialização; e **(iv)** a dispensa de garantia do ICMS diferido na importação, mediante pagamento antecipado do ICMS devido na saída subsequente. Para manutenção e fruição deste TTD é necessário o cumprimento de diversos requisitos e condições. Vigente a partir de 02/09/2019 por prazo indeterminado;

- TTD – Atacadista que, nos termos do Anexo 2 do RICMS/SC, que **(i)** concedeu ao estabelecimento a condição de substituto tributário responsável pelo ICMS incidente nas operações interestaduais com as mercadorias de perfumaria e produtos de higiene pessoal, e **(ii)** concedeu o benefício fiscal de redução da base de cálculo do ICMS nas operações entre contribuintes. Para manutenção e fruição deste TTD é necessário o cumprimento de diversos requisitos e condições. Vigente a partir de 02/09/2019 por prazo indeterminado.

Esclarecemos que, conforme informações públicas, verificamos o art. 3º do Decreto nº 418/2011, o art. 10, Anexo 3 e diversos dispositivos do Anexo 2 do RICMS/SC foram incluídos na lista para convalidação do Decreto nº 1.555/2108. Ainda, verifica-se que os benéficos fiscais previstos no art. 3º do Decreto nº 418/2011 e no art. 10, Anexo 3 do RICMS/SC foram reinstituídos pela Lei nº 17.763/2019.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Para obter informações sobre as mudanças na receita e os motivos dessas alterações, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Atuamos no setor de varejo brasileiro e nossas operações consistem principalmente na venda de produtos alimentares e não-alimentares. Como tal, estamos sujeitos a diversos fatores que afetam os nossos resultados das operações e a condição financeira, que, entre outros, incluem o seguinte:

• o ambiente macroeconômico brasileiro;

• a inflação, o poder de compra dos consumidores e disponibilidade de crédito; e

• as demandas de clientes e hábitos de compra em evolução.

Ambiente macroeconômico brasileiro: Atuamos no Brasil e, portanto, a maioria das nossas receitas, despesas e ativos é auferida em reais. Consequentemente, as mudanças macroeconômicas no Brasil, especialmente no que diz respeito à inflação, taxas de juros a curto e longo prazo, taxas de câmbio, níveis salariais e emprego, disponibilidade de crédito e a confiança do consumidor podem afetar os resultados das nossas operações.

Nos últimos anos, o ambiente macroeconômico do país tem se mostrado desafiador. O PIB nacional contraiu 5,9% no primeiro semestre de 2020 e permaneceu estável com crescimento de 1,1% em 2019 versus 1,3% em 2018 e versus 1,3% em 2017. O índice de desemprego continuou elevado, de 11,9% em 2019, 12,3% em 2018 e 12,7% em 2017, enquanto que a inflação de alimentos foi de 6,4% em 2019, ante 4,5% em 2018 e uma deflação de 4,9% em 2017. Segundo estimativas de outubro de 2020 feitas pelo Banco Central do Brasil, prevê-se que o PIB do Brasil terá retração de 5,03% em 2020.

Nossos resultados das operações também são, até certo ponto, afetados pelas flutuações cambiais. Pagamos em moeda estrangeira por alguns dos produtos importados comprados para revenda em nossas lojas. Portanto, as flutuações cambiais impactam o custo dos produtos e poderá afetar nosso resultado das operações.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Taxas de juros: O Banco Central altera periodicamente a taxa básica de juros, a fim de gerenciar a inflação. As variações nas taxas de juros afetam principalmente nossas despesas financeiras, bem como comprometem o custo e a disponibilidade de crédito ao consumidor, o que influencia principalmente as vendas de nossos itens de maior tíquete, tais como eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos que são, na maioria, comprados a crédito.

Inflação: Enquanto pequenas variações no índice de inflação podem ser repassadas aos nossos clientes sem representar um impacto relevante sobre a demanda dos produtos que vendemos, acreditamos que um aumento significativo no índice de inflação possa afetar adversamente a demanda por nossos produtos e serviços ou do outro lado os nossos preços de venda, o que pode (i) prejudicar a confiança dos consumidores e (ii) afetar adversamente o poder de compra dos consumidores. Além disso, algumas das nossas despesas de vendas, gerais e administrativas são diretamente influenciadas pelas alterações na inflação, tais como os custos de mão de obra e despesas de aluguéis. A inflação também compromete indiretamente o custo das vendas em nossos segmentos de Varejo e Atacado. Ao contrário, acreditamos que uma diminuição significativa no índice de inflação possa alterar o preço dos nossos produtos vendidos e por consequência nossas vendas.

Disponibilidade de crédito: As vendas parceladas são um componente importante do resultado das operações das empresas de varejo no Brasil. Um aumento significativo nas taxas de juros pode restringir a disponibilidade de crédito ao consumo e, assim, afetar a demanda pelos produtos que comercializamos. Além disso, reduções na disponibilidade de crédito e políticas de crédito mais rigorosas usadas por nós e empresas de cartão de crédito podem afetar as nossas vendas negativamente. Por outro lado, um aumento na disponibilidade de crédito também contribui para um aumento na demanda pelos produtos que vendemos.

Geralmente, qualquer deterioração no índice de crescimento econômico do Brasil, mudanças nas taxas de juros, taxa de desemprego ou níveis de preços pode limitar a disponibilidade de crédito, renda e poder de compra dos nossos clientes e, assim, afetar adversamente a demanda pelos produtos que vendemos.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, tampouco no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 15.7 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, ou durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Mudanças significativas nas práticas contábeis – 30 de setembro de 2020

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

Mudanças significativas nas práticas contábeis – 31 de dezembro de 2019

A Companhia optou por fazer a transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, sem reapresentar as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, referentes ao período de 5 meses findos em 31 de dezembro de 2018 (apresentadas de acordo com CPC 06 (R1)/IAS 17 e ICPC 03 (IFRIC 04)), e sem reavaliar se o contrato contém ou não um componente de arrendamento na data inicial do contrato. Em 1º de janeiro de 2019 a Companhia determinou que 130 contratos no consolidado estão no escopo do CPC 06 (R2)/IFRS16. Esses contratos apresentam prazo de arrendamento médio de trinta anos.

Os expedientes práticos aplicados para adoção do CPC 06-R2/IFRS16 foram:

Aplicar a forma retrospectiva com efeito cumulativo de aplicação inicial, não reapresentando períodos anteriores.

- Não reconhecer arrendamentos de curto prazo (até 12 meses).
- Não reconhecer arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.
- Não reconhecer arrendamentos para os quais o pagamento do aluguel é somente variável.

Mudanças significativas nas práticas contábeis – 31 de dezembro de 2018

Não houve nenhuma nova prática significativa adotada pela Companhia.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16 – Leases)

A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019.

As contas patrimoniais sofreram alterações significativas, pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento ajustado ao valor presente de R$877.000.000. Tais contratos eram divulgados anteriormente como arrendamento operacional.

Os valores de créditos de imposto sobre pagamentos de arrendamento, PIS e COFINS, são considerados como parte do ativo e passivo de arrendamento, conforme o ofício circular CVM /SNC/SEP 02/2019.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

O quadro abaixo representa os contratos que em 1º de janeiro de 2019 estavam sujeitos à adoção no CPC 06-R2/IFRS 16, representados substancialmente por imóveis (lojas e centros de distribuição):

	Em 01/01/2019
Ativos de direito de uso	877.000.000
Total ativos de direito de uso	877.000.000
Passivo de arrendamento mercantil	(838.000.000)
Provisão custo de remoção	(39.000.000)
Total passivos de arrendamento financeiro	(877.000.000)

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020

O relatório do auditor independente sobre a revisão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 não possui ressalvas ou ênfases.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 possuem parágrafo de ênfase mencionado a reapresentação das demonstrações financeiras e reconhecimento de créditos tributários, conforme abaixo:

"*Reapresentação das demonstrações financeiras*

Em 24 de março de 2020, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que ora estão sendo reapresentadas conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1, em decorrência da adequação de divulgações adicionais em atendimento às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), ajuste e reclassificação para melhor apresentação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Reconhecimento de créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ao fato de que a Companhia obteve o trânsito em julgado em relação as suas ações judiciais que discutiam o ressarcimento de crédito relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS Substituição tributária - ST ("ICMS ST") e a exclusão do ICMS na base de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. Em decorrência desses eventos, a Companhia mensurou e registrou parcialmente o montante dos créditos de ICMS ST e PIS e COFINS, pois parte dos créditos referentes aos exercícios de 2002 a 2017 estavam em fase de mensuração. A Companhia envidou todos os esforços necessários para apuração e mensuração desses créditos, tendo seus respetivos registros contábeis efetuados quando a mensuração final foi efetivamente concluída e sua existência assegurada. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto."

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Comentários da Administração:

Em relação à ênfase de reapresentação das demonstrações financeiras, que não representa uma ressalva da opinião do auditor, ratificamos que esta reapresentação visa unicamente adequar as demonstrações financeiras do grupo aos requerimentos do órgão regulador (CVM) e são complementares às demonstrações originalmente apresentadas e auditadas. Vale ressaltar que tais demonstrações originalmente apresentadas apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Grupo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), conforme opinião do auditor independente.

No que diz respeito à ênfase de reconhecimento de créditos tributários, que não representa uma ressalva da opinião do auditor, a Companhia ressalta que trata-se de milhões de transações ao longo do período de 2002 a 2017, período este que antecede a formação do Grupo BIG e consequentemente requer maior esforço para levantamento de dados e apuração do valor do ativo. De forma diligente, a Companhia envidou os maiores esforços e investimentos necessários para dar celeridade ao processo de levantamento e registro destes créditos.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2018 possuem parágrafo de ênfase mencionado a reapresentação das demonstrações financeiras e reconhecimento de créditos tributários, conforme abaixo:

"*Reapresentação das demonstrações financeiras*

Em 12 de junho de 2019, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período de cinco meses findos em 31 de dezembro de 2018, que ora estão sendo reapresentadas conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1, em decorrência da adequação de divulgações adicionais em atendimento às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e reclassificação para melhor apresentação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Reconhecimento de créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ao fato de que a Companhia obteve o trânsito em julgado em relação as suas ações judiciais que discutiam o ressarcimento de crédito relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS Substituição tributária - ST ("ICMS ST"). Em decorrência desses eventos, a Companhia mensurou e registrou parcialmente o montante dos créditos de ICMS ST, pois parte dos créditos referentes aos exercícios de 2008 a 2016 estavam em fase de mensuração. A Companhia envidou todos os esforços necessários para apuração e mensuração desses créditos, tendo seus respetivos registros contábeis efetuados quando a mensuração final foi efetivamente concluída e sua existência assegurada. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto."

Comentários da Administração:

Em relação à ênfase de reapresentação das demonstrações financeiras, que não representa uma ressalva da opinião do auditor, ratificamos que esta reapresentação visa unicamente adequar as demonstrações financeiras do grupo aos requerimentos do órgão regulador (CVM) e são complementares às demonstrações originalmente apresentadas e auditadas. Vale ressaltar que tais demonstrações originalmente apresentadas apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Grupo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), conforme opinião do auditor independente.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

No que diz respeito à ênfase de reconhecimento de créditos tributários, que não representa uma ressalva da opinião do auditor, a Companhia ressalta que trata-se de milhões de transações ao longo do período de 2008 a 2016, período este que antecede a formação do Grupo BIG e consequentemente requer maior esforço para levantamento de dados e apuração do valor do ativo. De forma diligente, a Companhia envidou os maiores esforços e investimentos necessários para dar celeridade ao processo de levantamento e registro destes créditos.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Administração entende que os itens abaixo são considerados políticas contábeis críticas por conter estimativas ou julgamentos subjetivos considerando situações que envolvem cálculos com certa complexidade que possam resultar em alterações decorrente de circunstâncias do futuro. Na elaboração das demonstrações individuais e consolidadas da Companhia, a Administração realiza julgamentos e estimativas e adota premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos no encerramento do exercício. Para isso, são utilizadas as melhores e mais atualizadas informações disponíveis no momento de sua preparação, porém, pelas incertezas envolvidas em avaliações desse tipo, as premissas e estimativas utilizadas podem se materializar diferentemente do previsto, gerando resultados que exijam ajustes substanciais no valor contábil dos ativos ou passivos em exercícios futuros. A Administração revisa as estimativas e premissas de forma contínua e essas são reconhecidas prospectivamente. As premissas utilizadas são conservadoras e revistas periodicamente, baseadas no conhecimento e experiência da Administração, no histórico de informações da própria Companhia, estimativas elaboradas pela Administração tendo como referência eventos futuros, e utilizando quando necessário, referências disponíveis no mercado e auxílio de especialista.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração utilizou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Principais julgamentos:

- Controle, influência significativa e consolidação; e
- Transferência dos riscos e benefícios significativos de ativos arrendados.

A Administração avalia continuamente as políticas contábeis críticas e entende que são essenciais para a melhor informação possível dos resultados e condições patrimoniais de cada exercício, ainda que não se possa ter precisão sobre os valores, porém, acredita que as premissas e estimativas utilizadas são razoáveis.

A Administração acredita que as seguintes políticas contábeis críticas são mais afetadas pelas estimativas e julgamentos aplicados para a elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Estoques

Os estoques das lojas estão registrados pelo método de varejo, exceto para as lojas do atacado e centros de distribuição (CDs) que são registrados pelo método de custo médio. São incluídos os custos dos produtos adquiridos líquido das bonificações recebidas, assim como os gastos com armazenagem e com transportes.

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda. Periodicamente os estoques são ajustados pela provisão para perdas e danos a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação. Tal provisão é estimada com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centrais de distribuição, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Comentários da Administração: a Administração da Companhia entende que a política de Estoque é crítica pois envolve estimativas e julgamentos no cálculo de provisão de perdas e de obsolescência.

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos

Todos os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito-de-uso e um passivo de arrendamento, exceto por: (i) arrendamentos de ativos de baixo valor; e (ii) arrendamentos cujos prazos remanescentes são de 12 meses ou menos.

Os ativos de direito de uso são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois, o menor.

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por referência à taxa incremental. As taxas adotadas pela Companhia consideram o custo de capital projetado da Companhia ao prazo do contrato de arrendamento. A Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes. A taxa média ponderada determinada pela Companhia é de 9,8% a.a. Os pagamentos variáveis de arrendamento não são incluídos na mensuração do passivo de arrendamento.

Comentários da Administração: a Administração da Companhia entende que a política contábil relacinada ao CPC 06(R2) é crítico devido ao volume de contratos, ao julgamento inerente ao processo de mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como pelo fato das variações das premissas utilizadas poderem impactar significativamente as demonstrações financeiras.

Provisão por redução do valor recuperável ("Impairment")

Anualmente, a Companhia avalia seus bens do imobilizado e outros ativos não financeiros, para identificar se há indicação de perda ao valor recuperável, ou, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias apontarem para isso. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para os bens do imobilizado são realizados ao nível das lojas individuais (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). O valor recuperável é definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de alienação. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável é definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de venda.

Se houver perda em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, ela é reconhecida no resultado do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida.

Comentários da Administração: a Administração da Companhia entende que a política contábil relacionada ao Impairment é critica, pois o valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia está envolvida em ações judiciais e processos administrativos tributários, trabalhistas e cíveis em tramitação, decorrentes do curso normal das operações. As provisões são constituídas, para processos judiciais cuja avaliação seja de provável saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser realizada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, histórico de processos perdidos, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração acredita que as provisões para riscos das ações judiciais e processos administrativos tributários, trabalhistas e cíveis em tramitação, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Comentários da Administração: o departamento jurídico da Companhia acompanha os andamentos dos seus processos junto com advogados externos, avaliando o risco de perda para cada demanda judicial e quando a chance de perda é classificada como provável, é constituída uma provisão contábil.

Para os processos trabalhistas, devido ao número significativo de processos, a provisão é calculada, considerando o histórico de perdas para estimar o montante envolvido para as ações individuais. Fatores como histórico de pagamentos do último ano e segregação dos empregados pelas principais categorias, são utilizados para estabelecer a média dos pagamentos efetuados sobre os montantes reclamados e para estimar perda nas reclamações existentes.

Para cíveis, devido a característica dos processos relacionados à consumidores e órgãos de defesa do consumidor, a provisão é calculada, considerando um histórico de perdas para avaliar o montante envolvido para as ações individuais. Similar aos processos trabalhistas, fatores como, histórico de pagamentos do último ano, são utilizados para estabelecer a média dos pagamentos efetuados sobre os montantes reclamados e para estimar perda nas reclamações existentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia calcula o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre todas as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos na demonstração do balanço patrimonial consolidado e as respectivas bases fiscais. São mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao período em que o ativo será realizado ou o passivo será liquidado, com base nas alíquotas e leis tributárias promulgadas até o final do período de relatório. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são descontados e são classificados no balanço patrimonial como “Ativos não circulantes” e “Passivos não circulantes”.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual estes devem ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos a cada data do balanço patrimonial e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Comentários da Administração: a Administração da Companhia entende que a política contábil relacinado ao imposto de renda e contribuição social diferido é critico, pois o reconhecimento do mesmo está atrelado a probabilidade da Companhia gerar lucros tributáveis futuros para utilização e realização desses tributos.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Nossos gastos de capital (*Capex*) para o período findo em 30 de setembro de 2020 totalizaram R$ 420 milhões. Isto incluiu os gastos de capital relacionados com a conversão de 14 lojas de hipermercado para Maxxi Atacado e Sam's Club, bem como melhorias e revitalização das nossas lojas existentes e investimentos na área de Tecnologia da Informação (TI).

R$ milhões	Período de nove meses findo 30 de setembro de 2020	Período de nove meses findo 30 de setembro de 2019	Variação	Período de doze meses findo 31 de dezembro 2019	Período de cinco meses findo 31 de dezembro 2018	Variação
Conversão/ Reformas	225	109	+105%	263	33	+692%
Manutenção e Equipamentos	59	81	-27%	181	54	+233%
TI	84	64	+32%	99	25	+303%
Outros	53	38	+38%	94	29	+226%
Total	**420**	**292**	**+44%**	**637**	**141**	**+352%**

Os investimentos de capital previstos pela Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021 consistem fundamentalmente em investimentos associados à implantação de novas lojas, conversão, reforma e manutenção das lojas existentes.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos investimentos realizados pela Companhia estão descritas no item 10.1(d) acima deste Formulário de Referência.

A Companhia pode, no futuro, utilizar de outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar financiamentos de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, visto que não há desinvestimentos relevantes em andamento ou desinvestimentos previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, visto que não há previsão de aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia no exercício social de 2020.

10.8 - Plano de Negócios

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que não há previsão de investimento em novos produtos e serviços no exercício social de 2020.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que não há previsão de investimento em novos produtos e serviços no exercício social de 2020.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que não há projetos em desenvolvimento já divulgados.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que não há previsão de investimento em novos produtos e serviços no exercício social de 2020.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Impactos do COVID-19 em nossas atividades

A evolução da pandemia de COVID-19 gerou uma situação sem precedentes mundialmente e a sua chegada ao Brasil afetou a nossa rotina e tem nos desafiado diariamente.

Embora nosso setor não tenha sido afetado tão significativamente pelos efeitos da pandemia e das medidas de distanciamento social impostas pelas autoridades governamentais onde atuamos, tendo em vista exercermos atividade essencial reconhecida no Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, a preservação do caixa da Companhia também teve atenção especial, tendo sido adotadas diversas medidas visando tal objetivo, como, por exemplo, extensão de prazos com fornecedores, iniciativas para trocas de garantias ofertadas em processos judiciais, postergação de despesas não essenciais, entre outras.

Sabemos da importância do nosso negócio em momentos como este. Por isso, o Grupo Big estruturou, no início de março de 2020, um Grupo de Trabalho que tem atuado em diversas frentes para proporcionar a continuidade das operações de forma eficiente e segura, além de garantir a proteção necessária aos nossos colaboradores e clientes.

O foco no cuidado com as pessoas e no abastecimento das lojas são direcionadores para superarmos todos os obstáculos e cumprirmos a nossa missão de servir à população, levando produtos com qualidade e segurança à casa de milhões de brasileiros.

Dentre as medidas adotadas para preservar a saúde e emprego dos nossos colaboradores, aliada à nossa missão de manter a continuidade das operações e lojas, o Grupo BIG adotou grande parte das medidas constantes do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda instituídas pela MP 936/2020, posteriormente convertida na Lei Federal 14.020 de 06 de julho de 2020, bem como previstas na MP 927/2020.

Destacamos as seguintes medidas: (i) afastamento do grupo de risco de nossas operações, fazendo uso da possibilidade de suspensão dos contratos de trabalho e/ou redução das respectivas jornadas de trabalho, (ii) adoção do home office para atividades que pudessem ser realizadas à distância, bem como (iii) concessão e/ou antecipação de férias nos moldes autorizados pelas referidas legislações.

Foram também utilizados os benefícios de diferimento dos recolhimentos de FGTS dos nossos colaboradores, com parcelamento em seis vezes a partir do mês de julho de 2020, conforme previsto na MP 927/2020.

Além disso, a Companhia utilizou-se dos seguintes benefícios nos últimos meses, os quais geraram impactos positivos no caixa da Companhia: (i) postergação do pagamento de tributos federais, (ii) não incidência do IOF sobre operações de mútuos, (iii) redução dos custos do Sistema S, e (iv) não pagamento de IPTU em shoppings e galerias. Na hipótese em que os referidos benefícios sejam encerrados, o impacto negativo causado à Companhia será o retorno dos recolhimentos sobre as bases e prazos que possuía anteriormente.

Ademais, não fomos submetidos a qualquer determinação de fechamento das nossas lojas durante o período de pandemia, considerando que exercemos atividade essencial. Contudo, enfrentamos diversas limitações que foram impostas pelas autoridades locais quanto à limitação no horário de funcionamento ou até mesmo o fechamento das lojas aos domingos.

Além das limitações descritas acima, também cumprimos diversas determinações das autoridades quanto à: (a) disponibilização de álcool em gel; (b) uso obrigatório de máscaras; (c) distanciamento social; (d) horário específico para atendimento de idosos e pessoas do grupo de risco; (e) limitação de acesso de pessoas da mesma família; (f) limitação para utilização de estacionamento; (g) medição de temperatura; (h) realização de testes, entre outros.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Destacamos que as limitações e determinações citadas acima possuíam caráter temporário, as quais foram prorrogadas e até mesmo intensificadas no passado, todavia, estamos identificando cada vez mais a redução nas limitações e determinações que foram impostas pelas autoridades locais, voltando de forma gradativa à normalidade, mas mantendo sempre todas as medidas preventivas recomendadas pelas autoridades competentes. Não podemos prever se todas as limitações e determinações serão extintas e/ou renovadas, bem como se serão criadas novas restrições por parte das autoridades públicas.

Destacamos a seguir as principais iniciativas realizadas até o momento, as quais têm como absoluta prioridade a saúde e segurança dos nossos colaboradores e clientes, bem como garantir a continuidade das nossas operações e o abastecimento das nossas lojas:

- **Contratação de médicos infectologistas para auxiliar na construção dos protocolos de saúde em nossas lojas e operações.** A Companhia contratou consultoria médica formada por infectologistas para apoiar e revisar as medidas estabelecidas pela Companhia para contenção da propagação do COVID-19 e os protocolos de saúde desenvolvidos pela Companhia para nossas lojas e operações.

- **Adoção das medidas de contenção e disseminação da doença em nossas lojas e operações, observando as determinações e recomendações das autoridades públicas.** Distribuição de máscaras, álcool gel, luvas, termômetros para medição de temperatura, intensificação da limpeza e sanitização especializada, higienização dos carrinhos e cestas de compras; instalação de barreiras de acrílico nos caixas; implantação de medidas de controle para a entrada de pessoas; instalação de balcão na entrada das unidades com frasco de álcool gel e cesto com papel descartável e/ou tótens de álcool gel para limpeza das mãos dos clientes; instalação de cabines UV para desinfecção de compras; instalação de adesivos de chão para reforçar a distância mínima segura; instalação de materiais para conscientização dos clientes sobre a prevenção ao COVID-19, bem como comportamento seguro durante as compras. Com exceção da instalação das cabines UV para desinfecção de compras, todas as demais medidas foram adotadas em todas as lojas da Companhia. Foram adquiridas 50 cabines UV, sendo que grande parte delas já foi instalada em lojas estrategicamente avaliadas pela administração da Companhia.

- **Afastamento imediato de colaboradores do grupo de risco que atuam nas operações e nas lojas.** Foram afastados 2.500 colaboradores da Companhia considerados do grupo de risco, isto é, pessoas com 60 anos ou mais, doenças crônicas, aprendizes e gestantes, representando 5,2% do total de colaboradores ativos da Companhia, durante os meses de junho a agosto de 2020. Ainda, no âmbito desta ação de afastamento dos colaboradores do grupo de risco, não houve prejuízo financeiro para a Companhia ou impactos negativos nos serviços prestados aos nossos clientes ou em nossas lojas. Essa medida foi aplicada tanto para colaboradores do corporativo quanto das operações da Companhia, sendo em sua grande maioria, aproximadamente 99,8%, nas operações. No âmbito corporativo, o mecanismo mais utilizado foi a redução da jornada de trabalho em 25%.

- **Implantação de Home Office para os colaboradores da matriz, CSC – Centro de Serviços Compartilhados e CSO – Centro de Serviços Operacionais.** Juntamente com a divulgação de manual de boas práticas durante o trabalho remoto, apoio financeiro e distribuição de kits de apoio ao *Home Office*, contendo cadeira ergonômica, teclado, mouse, suporte para notebook, caderno e canetas.

- **Realização de pesquisas para mensurar a saúde e bem-estar de nossos colaboradores durante o período de isolamento social.** Tendo em vista o isolamento social a que foram submetidos os colaboradores do corporativo da Companhia que estavam em home office, realizamos, no período de 29 de maio a 04 de junho de 2020, pesquisas visando apurar: (i) saúde e bem estar dos nossos colaboradores, (ii) liderança e comunicação, (iii) comunicação com o líder direto, e (iv) trabalho em casa. A pesquisa contou com alto índice de participação e favorabilidade dos nossos colabortadores, tendo subsidiado a adoção de medidas complementares para apoio aos nossos colaboradores, como, por exemplo, o fornecimento de “kit home office”.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

- **Elaboração de plano de comunicação para divulgação de temas relacionados ao COVID-19.** Informações sobre a doença; dicas de prevenção; medidas adotadas pelo Grupo Big para contenção de sua disseminação.

O Grupo BIG desenvolveu ações de solidariedade junto a seus colaboradores e clientes, lançando a plataforma "**Atitudes BIG"** que contou com uma série de ações que estão beneficiando as pessoas mais afetadas pela pandemia. Nossa Companhia doou R$ 60 mil e mais de 300 toneladas de alimentos para as ONGs Amigos do Bem, Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul e Programa Mesa Brasil. O Grupo BIG também doou 1.000 cestas básicas para a prefeitura de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, e 5.000 mil kits de higiene pessoal para a prefeitura de Salvador, Estado da Bahia.

Nossos colaboradores também fizeram sua parte, doando R$ 66 mil, os quais foram distribuídos entre as ONGs Amigos do Bem, Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul e Programa Mesa Brasil.

Nossos clientes doaram R$ 354 mil, os quais foram distribuídos entre as ONGs Amigos do Bem, Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul e Programa Mesa Brasil.

Para outras informações sobre os impactos do COVID-19 em nossas atividades, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

Constituição da Companhia e Demonstrações Financeiras Limitadas

Adicionalmente, a Companhia ressalta que todas as informações constantes deste item 10 em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 consideram a constituição da Companhia em 15 de maio de 2018 e incluem (i) resultados operacionais cobrindo o período iniciado em 1 de agosto de 2018 e encerrado em 31 de dezembro de 2018, e (ii) balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2018. Como resultado, a compatibilidade das informações financeiras incluídas nas demonstrações financeiras dos cinco meses encerrados em 31 de dezembro de 2018 com as demais informações financeiras incluídas neste Formulario de Referência, inclusive no item 10.1, foi materialmente afetada. Para mais informações, vide Fator de Risco *"A Companhia não tem demonstrações financeiras históricas para o período antes da conclusão do investimento do Momentum - Fundo de Investimento em Participações ("FIP Momentum") em 1º de agosto de 2018 e, portanto, a apresentação financeira e a comparabilidade dos períodos financeiros históricos neste Formulário de Referência não refletem três exercícios sociais completos e podem ser limitadas para avaliação de nossa performance passada e perspectiva futura"*, constante do item 4.1 deste Formulário de Referência.

A Companhia esclarece que, em virtude da reorganização societária e de negócios implementada concomitantemente e após sua constituição, bem como limitações significativas ao acesso de informações e registros contábeis anteriores a 31 de julho de 2018, inclusive em virtude da mudanças de sistemas de TI e adoção de novas práticas contábeis por parte da nova administração da Companhia, a produção de demonstrações financeiras relativas ao ano completo de 2018 refletindo a operação dos ativos atualmente detidos pela Companhia restou materialmente prejudicada. A Companhia acredita que a preparação de referidas demonstrações financeiras, se viável, requereria esforços não razoáveis por parte da Companhia, seja devido a dificuldade de obtenção de acesso as informações contábeis necessárias, inclusive potencialmente informações de domínio exclusivo do antigo controlador, seja devido as alterações materiais para reorganização de tais informações de forma a refletir o modelo de negócio da Companhia.

Além das informações dispostas acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação à seção 10 que não tenham sido divulgadas nos itens acima deste Formulário de Referência.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 - Projeções

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

A estrutura administrativa da Companhia é constituída por (i) Conselho de Administração, (ii) Diretoria, (iii) Conselho Fiscal não permanente; (iv) Comitê de Auditoria Não Estatutário; (v) Comitê Financeiro; e (vi) Comitê de Gestão de Gente e Remuneração, os quais possuem as atribuições indicadas abaixo. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração poderá, ainda, criar outros comitês de assessoramento.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão responsável, dentre outros, pelo estabelecimento das políticas gerais dos negócios da Companhia e pela eleição dos diretores executivos, bem como pela supervisão da gestão deles. O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela assembleia geral de acionistas, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente) devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Sem prejuízo das demais matérias que lhe são atribuídas por lei ou pelo Estatuto Social, competirá ao Conselho de Administração deliberar a respeito das seguintes matérias, por maioria simples de voto de seus membros:

(i) fixar a orientação geral dos negócios, aprovar o plano de negócios e aprovar a política de investimentos da Companhia e de suas controladas;

(ii) fixar a remuneração individual dos administradores da Companhia, conforme o montante global aprovado em Assembleia Geral;

(iii) eleger e destituir os diretores da Companhia e determinar suas atribuições;

(iv) fiscalizar a gestão dos diretores, examinando documentos da Companhia, de suas controladas e investidas, bem como solicitar informações e relatórios sobre quaisquer contratos ou atos, seja da Companhia, de controladas ou investidas;

(v) deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações;

(vi) deliberar sobre a emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, notas promissórias e quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;

(vii) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses exigidas pela Lei das Sociedades por Ações;

(viii) manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(ix) apreciar os resultados trimestrais da Companhia, previamente à sua publicação;

(x) submeter à Assembleia Geral Ordinária da Companhia proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

(xi) deliberar acerca das propostas da administração a serem apreciadas pela Assembleia Geral da Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xii) aprovar, *ad referendum* da Assembleia Geral, o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares pela Companhia;

(xiii) escolher e destituir os auditores independentes, bem como determinar à Diretoria a escolha dos auditores das sociedades controladas e investidas, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;

(xiv) autorizar a celebração de acordos de sócios ou acionistas envolvendo as sociedades controladas ou investidas da Companhia, nos quais qualquer delas figure como parte;

(xv) administrar os planos de opção de compra de ações da Companhia aprovados pela Assembleia Geral, incluindo a outorga de opções para aquisição de ações da Companhia (*stock option*) ou a entrega de ações da Companhia a qualquer administrador, colaborador ou empregado da Companhia ou de suas controladas, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos e programas, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento, bem como deliberar sobre aumentos de capital, dentro do capital autorizado ou entrega de ações eventualmente mantidas em tesouraria para fins do exercício das opções;

(xvi) deliberar sobre qualquer expansão dos negócios da Companhia ou de suas controladas fora do Brasil;

(xvii) deliberar sobre a celebração de contratos ou transações entre a Companhia ou suas sociedades controladas com os acionistas ou suas respectivas partes relacionadas (que não sejam as controladas, diretas ou indiretas, da Companhia) cujo valor total do contrato seja igual ou superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em uma só operação ou numa série de operações relacionadas ao longo de 12 (doze) meses, exceto se previsto no orçamento anual da Companhia, caso em que será necessário um parecer do Comitê de Auditoria Não Estatutário prévio à deliberação pelo Conselho de Administração, devendo, em todos os casos, ser observados os termos da Política de Transação entre Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração;

(xviii) a alienação de ativos imobiliários da Companhia e suas controladas a terceiros, cuja transação supere a quantia de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em uma só operação ou numa série de operações relacionadas ao longo de 12 (doze) meses, exceto se previsto no orçamento anual da Companhia;

(xix) qualquer fusão ou aquisição, joint ventures, investimentos em ativos ou transações similares, envolvendo a Companhia e suas controladas, envolvendo desembolso de caixa ou promessa de pagamento em valor agregado que exceda R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), exceto se previsto no orçamento anual da Companhia;

(xx) exceto quando relacionado à compra de mercadoria para revenda, a contratação ou concessão de empréstimo, financiamentos ou outras obrigações de qualquer natureza, bem como a celebração de qualquer contrato, da Companhia e suas controladas, cujo valor supere a quantia de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) em uma só operação ou numa série de operações relacionadas ao longo de 12 (doze) meses, exceto se previsto no orçamento anual;

(xxi) aquisição, oneração, transferência ou alienação de participações societárias detidas pela Companhia, suas controladas ou investidas em outras sociedades para terceiros;

(xxii) quaisquer reorganizações societárias, reestruturação ou transação societária similar da Companhia que não sejam de competência da Assembleia Geral;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xxiii) manifestar-se a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (c) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;

(xxiv) aprovação de oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas;

(xxv) aprovar as políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;

(xxvi) aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos, bem como as atribuições da área de auditoria interna,

(xxvii) estabelecer a formação de comitês técnicos e consultivos da Companhia, incluindo as normas aplicáveis aos comitês, tais como regras sobre composição, prazo, remuneração e funcionamento;

(xxviii) a concessão, pela Companhia e/ou qualquer de suas controladas, de fianças ou outras garantias em favor de terceiros, ressalvado o disposto no art. 3º, parágrafo único, casos em que não dependerá de aprovação pelo Conselho de Administração; e

(xxix) dependerá do voto afirmativo de pelo menos 4/5 dos membros do Conselho de Administração a aprovação da criação, modificação ou extinção de comitês técnicos e consultivos, incluindo as normas aplicáveis aos comitês, tais como regras sobre competências, composição, prazo, remuneração e funcionamento.

Diretoria

A Diretoria é composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 15 (quinze) membros, todos eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Financeiro, permitida a cumulação de cargos. Os demais Diretores, quando nomeados, deverão ter suas atribuições e funções determinadas pelo Conselho de Administração. Todos os diretores serão residentes no país e terão mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, competindo a ela as atribuições previstas na legislação aplicável, incluindo a Lei das Sociedades por Ações.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal não será permanente, e funcionará exclusivamente nos casos em que a sua instalação seja solicitada por pedido de acionistas, nas hipóteses previstas em lei ou por deliberação de Assembleia Geral, bem como possuirá as atribuições e os poderes que a lei lhe confere. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, eleitos pela Assembleia Geral, acionistas ou não, residentes no País, observados os requisitos, impedimentos e demais regras fixados na Lei das Sociedades por Ações, e terão o mandato de 1 (um) exercício anual, encerrando seu período de funcionamento na próxima AGO, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal possuirá regimento interno próprio, no qual estarão definidas as regras de funcionamento, responsabilidades e atribuições, aplicáveis caso venha a ser instalado.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Comitê Financeiro

O Comitê Financeiro será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos pela maioria do Conselho de Administração e possuirão mandato unificado de 2 (dois) anos, coincidente com o mandato dos membros do Conselho de Administração.

De acordo com o regimento interno do Comitê Financeiro, suas atribuições incluem:

(i) recomendar ao Conselho de Administração diretrizes orçamentárias e auxiliar o Conselho de Administração na elaboração do orçamento anual, e no acompanhamento da performance financeira da Companhia, observando o plano de negócios aprovado, bem como acompanhar sua execução;
(ii) recomendar ao Conselho de Administração metas de desempenho e supervisionar a gestão financeira da Companhia, inclusive em relação a estrutura de capital, fluxo de caixa, endividamento e gestão da dívida, política de investimentos dos fundos excedentes (caixa disponível), política de dividendos, gestão de recebíveis, estratégias de investimento e rentabilidade dos ativos;
(iii) avaliar a compatibilidade entre as diretrizes estratégicas da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração e o desempenho financeiro;
(iv) recomendar ao Conselho de Administração a alocação do portfólio de investimentos, observando-se o resultado corporativo, sua adequação aos ramos operacionais e respectivas provisões técnicas;
(v) auxiliar o Conselho de Administração na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e de seus potenciais reflexos na posição financeira da Companhia, bem como na elaboração de cenários e tendências, na avaliação de oportunidades e riscos e na definição de estratégias a serem adotadas pela Companhia no que tange à sua política financeira;
(vi) manifestar-se sobre investimentos relevantes previamente à deliberação do Conselho de Administração e acompanhar a aderência ao orçamento dos projetos da Companhia que requeiram investimento relevante; e
(vii) examinar outros assuntos relacionados à contabilidade, orçamento, tesouraria e investimentos.

Comitê de Auditoria Não Estatutário

O Comitê de Auditoria será composto por, no mínimo, 3 (três), e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos pela maioria do Conselho de Administração e possuirão mandato unificado de 2 (dois) anos, coincidente com o mandato dos membros do Conselho de Administração.

De acordo com o regimento interno do Comitê de Auditoria, suas atribuições incluem:

(i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente, bem como sobre os serviços extra-auditoria com os auditores independentes;
(ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
(iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos;
(iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
(v) elaborar relatório anual resumido, das reuniões realizadas, os principais assuntos discutidos e as recomendações feitas;
(vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; e
(vii) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas.

Comitê de Gestão de Gente e Remuneração

O Comitê de Gestão de Gente e Remuneração será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos pela maioria do Conselho de Administração e possuirão mandato unificado de 2 (dois) anos, coincidente com o mandato dos membros do Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

De acordo com o regimento interno do Comitê de Gestão de Gente e Remuneração, suas atribuições incluem:

(i) acompanhar, discutir, opinar sobre temas relevantes à gestão de recursos humanos da Companhia, incluindo recrutamento & seleção, treinamento & desenvolvimento e gestão & remuneração;
(ii) revisar plano de opção de compra de ações e recomendar mudanças e novos planos ao Conselho de Administração;
(iii) acompanhar, discutir, avaliar e opinar sobre projetos e/ou investimentos referentes à área de RH e recomendar alternativas para a Companhia;
(iv) acompanhar e avaliar o cumprimento de metas (qualitativas/quantitativas) associadas aos KPIs ("*key performance indicators*") da Companhia;
(v) opinar sobre projetos e acompanhar o status das ações da Diretoria de RH;
(vi) examinar, discutir e recomendar mudanças na política de remuneração, incluindo política salarial e de benefícios, propostas de ajustes salariais, definição de metas, remuneração de curto e longo prazo, regular e extraordinária, para toda Companhia e membros do Conselho de Administração;
(vii) analisar e emitir parecer, para decisão do Conselho de Administração, sobre condições especiais de contratação e de desligamento de Diretores;
(viii) analisar e contribuir de forma continuada com os planos de retenção e sucessão para os Diretores da Companhia;
(ix) recomendar ações que reforcem a cultura organizacional alinhada à missão, propósito e valores da Companhia, e focada na construção de resultados sustentáveis;
(x) promover a integração dos profissionais da Companhia, localizadas em diferentes departamentos e geografias; e
(xi) participar de processos seletivos de candidatos aos cargos do Conselho de Administração e da Diretoria.

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

Conselho de Administração

O Conselho de Administração possui regimento interno aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de outubro de 2020. O regimento está disponível para consulta no site de relações com investidores da Companhia (ri.big.com.br).

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria possui regimento interno aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de outubro de 2020. O regimento está disponível para consulta no site de relações com investidores da Companhia (ri.big.com.br).

Comitê Financeiro

O Comitê Financeiro possui regimento interno aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de outubro de 2020. O regimento está disponível para consulta no site de relações com investidores da Companhia (ri.big.com.br).

Comitê de Gestão de Gente e Remuneração

O Comitê de Gestão de Gente e Remuneração possui regimento interno aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de outubro de 2020. O regimento está disponível para consulta no site de relações com investidores da Companhia (ri.big.com.br).

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia não possui comitê de auditoria estatutário. Uma vez que o comitê de auditoria não é estatutário, ele não segue as regras da Instrução CVM 308.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher e destituir auditores independentes e convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade desses dados. Adicionalmente, cabe também ao Comitê de Auditoria a avaliação do trabalho da auditoria independente e contratação de serviços de extra-auditoria.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Diretor Presidente

Compete ao Diretor Presidente: (i) implementar as deliberações do Conselho de Administração, incluindo a implementação de diretrizes e políticas aprovadas pelo Conselho de Administração; (ii) propor e enviar para aprovação do Coselho de Administração metas e objetivos para a Companhia; (iii) coordenar as atividades dos demais Diretores e empregados da Companhia; (iv) dirigir, no mais alto nível, as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional; (v) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (vi) anualmente, elaborar o relatório da administração da Companhia e submeter para apreciação do Conselho de Administração, em conjunto com as demonstrações financeiras preparadas pelo Diretor Financeiro; e (vii) outros deveres que lhe forem atribuídos, de tempos em tempos, conforme determinação do Conselho de Administração.

Diretor Financeiro

Compete ao Diretor Financeiro: (i) principal executivo responsável pela área Financeira e seus subsistemas; (ii) coordenar, administrar e supervisionar as áreas financeira, contábil e de controle de gestão da Companhia, sendo responsável por dirigir e orientar a elaboração do orçamento anual; (iii) monitorar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e gestão de recursos; (iv) supervisionar e administrar as áreas ou funções de controles internos, gerenciamento de riscos, tributária, consolidação e reporte financeiro (financial reporting), jurídico, compliance, compras de indiretos e properties da Companhia; (v) supervisionar e administrar os níveis de caixa e endividamento da Companhia, incluindo a decisão de celebrar acordos financeiros e implementá-los; (vi) anualmente, preparar e apresentar para o Diretor Presidente as demonstrações financeiras da Companhia; e (vii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Diretor de Relações com Investidores

Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; (ii) prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e (iii) manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3.

Diretor sem Designação Específica

As competências dos diretores sem designação específicas serão fixadas pelo Conselho de Administração, no momento de sua eleição.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

Até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal ainda não havia sido instalado.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Conselho de Administração: com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Conselheiros a analisarem suas contribuições, bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho realizará, no mínimo 1 (uma) vez durante a vigência do mandato do Conselheiro, a avaliação formal do desempenho do próprio conselho, como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente, dos Comitês e do Presidente do Conselho. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o Conselheiro ou Presidente do Conselho, que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação. A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Comitês: os Comitês deverão realizar, no mínimo, 1 (uma) vez durante a vigência do mandato do membro do Comitê, a avaliação individual de seus membros. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o membro que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação. O processo de avaliação é de responsabilidade do Coordenador do Comitê. Adicionalmente, o Comitê deverá conduzir autoavaliações periódicas sobre seu próprio desempenho, incluindo sua eficácia e o cumprimento de seu regimento.

Diretoria: com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Diretores a analisarem suas contribuições, bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, a Diretoria realizará, no mínimo 1 (uma) vez durante a vigência do mandato dos Diretores, a avaliação formal do desempenho da própria Diretoria e de cada um dos Diretores, individualmente. A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Diretor Presidente. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Conselho de Administração: o processo de avaliação do Conselho de Administração é estruturado levando em consideração as principais responsabilidades específicas do órgão e temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre alocação de recursos, o desenvolvimento do capital humano, o monitoramento dos riscos, o direcionamento estratégico, o desenvolvimento de inovação e visão de futuro, o fortalecimento dos valores e conduta ética; e a efetividade dos Comitês. Cada Conselheiro responde um questionário sobre estes temas – as respostas são tabuladas e os resultados são discutidos por todos os Conselheiros.

Comitês: o processo de avaliação dos Comitês é estruturado levando em consideração o desempenho do Comitê, incluindo sua eficácia e o cumprimento do seu respectivo Regimento Interno. Cada membro responde um questionário sobre estes temas – as respostas são tabuladas e os resultados são discutidos por todos os membros, bem como pelo Conselho de Administração.

Diretoria: o processo de avaliação da Diretoria é estruturado levando em consideração as principais responsabilidades específicas do órgão e temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre a operação da Companhia.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

Conselho de Administração: os resultados consolidados das avaliações do Conselho e dos Conselheiros serão divulgados a todos os membros do Conselho. Os resultados das avaliações individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho. Os resultados das avaliações do Presidente do Conselho serão também disponibilizados a todos os Conselheiros.

Comitês: os resultados consolidados das avaliações dos Comitês de Assessoramento serão divulgados a todos os membros dos Comitês de Assessoramento, bem como ao Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais dos membros dos Comitês de Assessoramento serão disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho.

Diretoria: Os resultados consolidados das avaliações da Diretoria serão divulgados a todos os membros da Diretoria, e os resultados das avaliações individuais à pessoa em questão, ao Diretor Presidente e ao Conselho de Administração. Os resultados serão discutidos em sessões de *feedback* individuais, de modo a incentivar o aprendizado e melhoria de cada membro.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Até o momento, não houve contratação de serviços externos para auxiliar no procedimento de avaliação do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, conforme aplicável.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às Assembleias Gerais

(a) Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constará local, data e hora da assembleia e a respectiva ordem do dia. Caso a assembleia geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, conforme o estatuto social da Companhia ("Estatuto Social") e o Artigo 124, §1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

(b) Competências

Compete exclusivamente aos acionistas da Companhia deliberar sobre as matérias que lhe são de competência privativa nos termos da lei

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço Eletrônico: ri.big@big.com.br

Endereço Físico: Avenida Tucunaré, n° 125, Bloco A, Sala 109, Tamboré, CEP 06460-020, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembleias gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira. De acordo com tais regras, não é admitido o voto de acionista que tenha interesse conflitante com a matéria da ordem do dia.

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regra determinada a respeito de outorga de procuração para o exercício de voto, cabendo, na respectiva convocação da assembleia, a instrução específica sobre esse tema.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A qualidade de acionista deve ser comprovada mediante exibição de documentos hábeis previstos na lei. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

A Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico desde que na data da Assembleia sejam apresentados os documentos originais. Não há prazo prévio para depósito do instrumento de mandato.

A Companhia não possui nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Nos termos da Instrução CVM nº 561/15 ("Instrução CVM 561"), a Companhia adotará a possibilidade do seu acionista exercer o direito de voto à distância a partir da concessão de seu registro, pela CVM, como companhia aberta no Novo Mercado.

Segundo o art. 21-B da Instrução CVM nº 481/09 ("Instrução CVM 481"), o boletim de voto à distância será recebido até 7 (sete) dias antes da assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Nos termos do art. 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notarização ou consularização.

(h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto a distância ou de participação a distância próprio, porém utilizará as prerrogativas da Instrução CVM nº 561 para viabilizar o processo de voto a distância.

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Conforme previsto no art. 21-L da Instrução CVM 481 acionistas que representem os percentuais mínimos estabelecidos nos anexos 21-L-I e 21-L-II da ICVM 481 poderão solicitar, respectivamente, a inclusão no boletim de voto a distância de (i) candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal da Companhia, sempre que convocada assembleia geral para sua eleição sujeita ao procedimento de voto a distância, conforme art. 21-A, §1º, ou (ii) propostas de deliberação para as assembleias gerais ordinárias da Companhia. As solicitações de inclusão descritas acima deverão ser recebidas pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia (i) na hipótese de assembleia geral ordinária, entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 25 dias antes da data prevista para sua realização, conforme divulgado no Calendário de Eventos Corporativos da Companhia; ou (ii) na hipótese de assembleia geral extraordinária convocada para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal, entre o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação da referida assembleia geral e até 45 dias antes da data de realização da assembleia, hipótese em que a administração da Companhia comunicará ao mercado a data de realização da respectiva assembleia geral, ainda que em caráter provisório, bem como o prazo para a inclusão de candidatos no boletim de voto a distância.

Toda e qualquer solicitação de inclusão de propostas ou candidatos no boletim de voto a distância, conforme descritas acima, deverão observar os requisitos legais aplicáveis, bem como o disposto nos arts. 21-L e 21-M da Instrução CVM 481 e deverão ser enviadas aos seguintes endereços, físicos e eletrônicos: cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Tucunaré, nº 125, Bloco A Superior, Sala 109, Tamboré, CEP 06460-020; e-mail: ri.big@big.com.br.

(j) Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância para as Assembleias Gerais da Companhia.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

A Companhia mantém uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas dos seus acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias. O contato pode ser feito pelo e-mail ri.big@big.com.br.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano, e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação por seu Presidente, ou por quaisquer 2 (dois) membros do Conselho de administração em conjuno, mediante convocação com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Cada convocação deverá especificar o local, data e hora da reunião e deverá indicar, de forma detalhada, a ordem do dia (sendo proibido o uso de assuntos gerais), bem como anexar qualquer proposta ou deliberação, qualquer documento elaborado pela Companhia previamente à reunião para auxiliar na tomada de decisão e toda a documentação necessária relacionada à reunião.

Fica facultada, se necessária, a participação dos conselheiros na reunião, por telefone, videoconferência ou outro meio de comunicação que possa assegurar participação efetiva e a autenticidade do seu voto. O conselheiro, nesta hipótese, será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião.

No último exercício social, o Conselho de Administração reuniu-se 11 vezes, sendo 4 reuniões ordinárias e 7 reuniões extraordinárias.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não aplicável.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse no Conselho de Administração, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira e na Política de Transações com Partes Relacionadas ("Política de Partes Relacionadas") e no Regimento Interno do Conselho de Administração.

Nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração, em caso de potencial conflito de interesse, os conselheiros envolvidos devem manifestar seu conflito, ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar a respeito. Caso algum conselheiro em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do Conselho de Administração que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

Adicionalmente, nos termos da Política de Partes Relacionadas, a Companhia busca assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus acionistas, administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionados sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia, sendo que, se tal transação necessitar de aprovação, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.

Caso alguma pessoa em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e à Política de Partes Relacionadas, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração da Companhia.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia, possui uma política formal de indicação de membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria estatutária ("Política de Indicação"), aprovada por deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em 14 de outubro de 2020. A Política de Indicação pode ser consultada no site de RI da Companhia: ri.big.com.br.

ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

O Conselho de Administração será formado por, no mínimo, 5 (cinco) membros e, no máximo, 7 (sete) membros. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 ou 20%, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Conforme disposto na Política de Indicação da Companhia, a indicação dos membros do Conselho de Administração deverá obedecer os seguintes critérios: (i) alinhamento e comprometimento com os valores e à cultura da Companhia e seu Código de Conduta e Ética; (ii) reputação ilibada; (iii) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração; (iv) experiência profissional em temas diversificados; (v) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; e (vi) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do conselho e da leitura prévia da documentação.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, das disposições contidas no estatuto social, nas disposições na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções e do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Marcelo Rizzi de Oliveira	11/03/1978	Pertence apenas à Diretoria	14/10/2020	Até AGO de 2023	0
282.156.478-39	Engenheiro	19 - Outros Diretores	14/10/2020	Sim	0.00%
		Diretor Digital			
Luiz Antônio Fazzio	15/08/1960	Pertence apenas à Diretoria	14/10/2020	Até AGO de 2023	2
033.652.568-06	Administrador	10 - Diretor Presidente / Superintendente	14/10/2020	Não	0.00%
Vitor Fagá de Almeida	23/04/1975	Pertence apenas à Diretoria	14/10/2020	Até AGO de 2023	2
204.156.108-42	Economista	19 - Outros Diretores	14/10/2020	Sim	0.00%
		Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Catia Valeria de Paiva Porto	01/04/1969	Pertence apenas à Diretoria	14/10/2020	Até AGO de 2023	3
005.493.187-80	Psicóloga	19 - Outros Diretores	14/10/2020	Não	0.00%
		Diretora de Recursos Humanos			
Auriberto Alves da Silva	08/05/1965	Pertence apenas à Diretoria	14/10/2020	Até AGO de 2023	3
127.193.228-81	Executivo	19 - Outros Diretores	14/10/2020	Não	0.00%
		Diretor do Maxxi			
Christianne Roncatti Bittencourt Moraes Rego	25/04/1967	Pertence apenas à Diretoria	14/10/2020	Até AGO de 2023	2
127.752.298-75	Executiva	19 - Outros Diretores	14/10/2020	Não	0.00%
		Diretora de Marketing			
Eduardo Brayner Sampaio	12/01/1970	Pertence apenas à Diretoria	14/10/2020	Até AGO de 2023	2
709.326.464-68	Executivo	19 - Outros Diretores	14/10/2020	Não	0.00%
		Diretor de Tecnologia da Informação			
Jorge Fernando Herzog	16/06/1963	Pertence apenas à Diretoria	14/10/2020	Até AGO de 2023	2
740.828.417-68	Executivo	19 - Outros Diretores	14/10/2020	Não	0.00%
		Diretor de Hipermercados			
Marcelo Guimarães Tardin	10/04/1972	Pertence apenas à Diretoria	14/10/2020	Até AGO de 2023	2

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
249.592.118-30	Executivo	12 - Diretor de Relações com Investidores	14/10/2020	Não	0.00%
Paulo Faria Drago	12/09/1972	Pertence apenas à Diretoria	14/10/2020	Até AGO de 2023	2
011.950.767-62	Executivo	19 - Outros Diretores	14/10/2020	Não	0.00%
		Diretor de Supermercados e Especialidades			
Daniel Mora	03/11/1970	Pertence apenas à Diretoria	14/10/2020	Até AGO de 2023	2
231.678.028-80	Administrador	19 - Outros Diretores	14/10/2020	Não	0.00%
		Diretor Comercial			
Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin	21/09/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/10/2020	Até AGO de 2023	2
042.310.558-23	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	14/10/2020	Sim	100.00%
Wilson Lourenço da Rosa	15/04/1977	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/10/2020	Até AGO de 2023	2
076.304.547-08	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	14/10/2020	Sim	100.00%
Eduardo Bernabe de la Garza Zamarron	28/02/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/10/2020	Até AGO de 2023	2
000.000.000-00	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	14/10/2020	Não	100.00%
Luiz Antonio Corrêa Nunes Viana de Oliveira	20/04/1947	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/10/2020	Até AGO de 2023	2
090.709.317-53	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	14/10/2020	Não	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Nildemar Secches	24/11/1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/10/2020	Até AGO de 2023	2
589.461.528-34	Engenheiro Mecânico	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	14/10/2020	Sim	100.00%
Marcos Ignácio Ambrosano	19/05/1971	Conselho Fiscal	14/10/2020	Até AGO de 2023	2
152.534.888-47	Executivo		14/10/2020	Não	100.00%
		Diretor do Sam's			

Experiência profissional / Critérios de Independência

Marcelo Rizzi de Oliveira - 282.156.478-39

O Sr. Marcelo Rizzi ingressou no Grupo Big em 2019 na posição de Diretor de Planejamento Estratégico e Projetos e, em 2020, passou a atuar como Diretor Executivo de Digital. De 2013 a 2019, Marcelo foi Diretor na empresa Via Varejo, ingressando na companhia como Diretor de Relações com Investidores e Planejamento Estratégico, tendo atuado também como Diretor de Operações, Diretor Comercial e como Head de e-commerce. Antes da Via Varejo, Marcelo trabalhou por 9 anos na empresa de consultoria estratégica Monitor Group. Marcelo é formado em Engenharia de Produção Mecânica pela Escola de Engenharia Mauá, com pós graduação em finanças pela FGV.
O Sr. Marcelo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Luiz Antônio Fazzio - 033.652.568-06

O Sr. Luiz Fazzio graduou-se em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1984, e pós-graduação em Marketing de Serviços pela ESPM-SP em 1991. Atualmente é Diretor Presidente do Grupo Big Brasil S.A. Foi durante 38 anos executivo de varejo no Mercado Brasileiro, tendo iniciado suas atividades neste ramo em 1982 na Mesbla S.A. como trainee da Área Comercial. Permaneceu nesta empresa por 4 anos, tendo se transferido para o Makro S.A. em 1986, empresa do Grupo SHV (Holanda). Depois de 8 anos de cia, foi convidado a participar da chegada do Walmart no Brasil (1994), tendo sido o 1º brasileiro contratado pelos americanos. Ocupou a função de Diretor Executivo de Operações para o Supercenter (Hipermercado) e Sam's Club (Clube de Compras). Em 1996 voltou ao Makro na posição de Diretor Executivo de Operações, sendo responsável por toda área Operacional da Cia (Lojas, Supply Chain e Prevenção de Perdas). Em 1997 foi contratado pelo Grupo Pão de Açúcar, como Diretor Responsável pela bandeira SuperBox, modelo "soft-discount" da Cia. Durante os 5 anos que permaneceu na empresa, ocupou as posições de Diretor Executivo dos Hipermercados (Extra) e Diretor Executivo Comercial, tendo sido promovido a membro do Comitê Executivo em 1999. Em 2002 assumiu a presidência da C&A Modas Ltda, sendo responsável por toda Operação da Cia no Brasil. Exercia também as funções de Presidente do Conselho Consultivo e responsável também pela Operação da C&A Argentina. Em 2009, assumiu a posição de Vice-Presidente de Pequenos Formatos no Grupo Carrefour S.A. Em Julho de 2010 foi promovido a CEO (Diretor-Presidente) do Grupo no Brasil, sendo responsável por toda Operação da empresa, incluindo Hipermercados, Cash & Carry (Atacadão), Banco Carrefour, Supermercados, Postos de Gasolina, Drogarias, ECommerce e todo planejamento inicial para o lançamento do Carrefour Express (Formato de Conveniência). Exercia também a função de Presidente do Conselho de Administração do Banco Carrefour, tendo como sócio o Banco Itaú SA. Deixou o Grupo em dezembro de 2013. Foi Membro do Conselho de Administração da Condor S.A, entre Abril de 2015 e Abril de 2017, empresa de Bens de Consumo localizada em São Bento do Sul – SC. Foi Membro do Conselho de Administração das Lojas Avenida e Membro do Conselho de Administração das Farmácias Pague Menos entre Setembro de 2016 e Maio de 2017. Em Maio de 2017 assumiu a Presidência da Tok&Stok, empresa pertencente ao Grupo Carlyle. Em Agosto de 2018, assumiu a Presidência do Grupo Big
O Sr. Luiz Antonio não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Vitor Fagá de Almeida - 204.156.108-42

O Sr. Vitor Faga de Almeida é o diretor executivo financeiro do Grupo Big. Vitor foi consultor de estratégia do The Boston Consulting Group - BCG, foi diretor de RI da CPFL Energia, diretor de RI e fusões e aquisições da JSL Logística, diretor executivo financeiro da Medial Saúde, além de ter atuado por 9 anos no grupo GPA.
No grupo GPA, Vitor foi diretor executivo financeiro do próprio GPA e de outras empresas do grupo (Cnova NV e ViaVarejo). Ocupou ainda as posições de diretor de relações com investidores e de diretor de projetos estratégicos no GPA. Na ViaVarejo, Vitor também ocupou as posições de diretor presidente (interino) e diretor executivo da unidade de negócios de móveis.
Vitor ocupou, mais recentemente, a posição de diretor executivo financeiro do Atacadão.
Vitor é formado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e possui Mestrado em Estratégia e Liderança (MSc/Sloan Master) pela London Business School - LBS
O Sr. Vitor é membro do Conselho Deliberativo do Instituto Big.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Catia Valeria de Paiva Porto - 005.493.187-80

A Sra. Catia Porto é formada em Psicologia pela PUC-RJ, com pós-graduação em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Federal RJ e diversos cursos de extensão em business schools como Wharton, IMD e Stanford. É executiva de Recursos Humanos, e desenvolveu carreira internacional tendo estudado e trabalhado nos Estados Unidos, México, Japão, Finlândia e Reino Unido. Brasileira, com nacionalidade Britânica, estudou em Dakota Wesleyan University, com foco em graduação dupla nas cadeiras de Psicologia e Administração.
Possui mais de 25 anos de experiência em Recursos Humanos e mais de 15 anos liderando grandes equipes no Brasil e exterior. Sua carreira tem passagens pelas mais diversas disciplinas em Recursos Humanos com sólida experiência transformação cultural, desenvolvimento de liderança, start-ups, business transformation/turaround e fusões/aquisições.
Trabalhou em empresas multinacionais nos segmentos de tecnologia, bens de consumo, serviços e saúde, atuando em companhias como AIG, UCI Cinemas, Nokia, British American Tobacco (BAT)/Souza Cruz e UHG (United HealthGroup).
Em setembro de 2019, Catia se juntou ao Grupo Big como Diretora Executiva de RH e Assuntos Corporativos, com a missão de fazer a evolução da área de Recursos Humanos e acelerar a transformação cultural do Grupo.
A Sra. Catia declara que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Auriberto Alves da Silva - 127.193.228-81

O Sr. Auriberto Alves é graduado em administração de empresas pela universidade Unieuro (2007). Trabalhou por 30 anos na empresa Atacadão S/A, ocupando vários cargos, tendo iniciado como analista de Recursos Humanos. Em 1994, foi promovido a Supervisor Operacional de loja. Em 1997, ocupou o cargo de gerente geral de loja, sendo responsável por toda a operação e comercialização das lojas onde atuou (São Miguel Paulista; Santo André e Taguatinga).
Em 2006 passou a exercer o cargo de Gerente Regional, sendo responsável pelo time comercial e de operações que contemplava 9 lojas e dois atacados distribuidores, localizados em Brasília-DF, Goiás, Tocantins e Minas Gerais, tendo, inclusive, participado da expansão naquela região.
Em 2012 foi convidado a assumir a Diretoria Executiva nacional de Operações, participando de um momento de forte expansão da empresa, onde ajudou a inaugurar mais de 50 lojas. Em2018 deixou o Atacadão e iniciou um desafio no grupo BIG, como diretor executivo responsável pelo formato Atacado (Maxxi Atacado), modelo híbrido de atacado e varejo, tão popularmente disseminado no Brasi sob o nome popular de Atacarejo.

Christianne Roncatti Bittencourt Moraes Rego - 127.752.298-75

Christianne Rego é graduada em Administração de empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado e tem Curso de especialização em Administração pela Fundação Getúlio Vargas. Ingressou no Grupo Big em novembro de 2018 e desde então ocupa a posição de Diretora Executiva de Marketing.
Entre 2017 e 2018 foi Diretora Comercial da J.Macêdo, responsável pelas áreas de Marketing, Vendas, Trade Marketing e pricing. Anteriormente Christianne trabalhou por 5 anos na Mondelez International como Diretora das Unidades de Negócios de Bebidas em Pó e Sobremesas, Gomas e Balas e foi também Diretora de Estratégia para a América Latina das marcas Trident e Halls.
Antes de Mondelez, trabalhou por 10 anos na Pepsico do Brasil começando como Diretora de Marketing das categorias de Alimentos, passando depois pela Diretoria de Inovação e Gerencia Geral de Lucky, empresa do grupo focada em produtos para as classes C/D. Antes de ingressar na Pepsico trabalhou por 5 anos na Kraft Foods (atual Mondelez) com diversos cargos na área de Marketing das marcas de chocolates Lacta.
A Sra. Christianne não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Eduardo Brayner Sampaio - 709.326.464-68

O Sr. Eduardo Brayner é graduado em Ciência da Computação pela Universidade Católica de Pernambuco, tendo também concluído em 2007 o Programa de Desenvolvimento de Executivos pela Fundação Dom Cabral e em 2012 o Program for Management Development pelo IESE – University of Navarra. Eduardo Brayner se juntou ao Grupo Big em agosto de 2018 como CIO (Chief Information Officer) para liderar a área de tecnologia.
Eduardo Brayner tem mais de 30 anos de carreira na área de Tecnologia de Empresas de Varejo e anteriormente trabalhou 15 anos na rede Bompreço S/A Supermercados do Nordeste, onde iniciou sua carreira em 1989, passando também pelo Walmart Brasil por 14 anos, onde exerceu diversas funções até assumir em 2011 a posição de CIO (Chief Information Officer) da Companhia no Brasil.
O Sr. Eduardo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Jorge Fernando Herzog - 740.828.417-68

O Sr. Jorge é executivo com larga experiência no Varejo, ocupando posições de Executivo em três grandes redes do varejo Brasileiro, Grupo Carrefour, Grupo Pão de Açúcar e Grupo BIG.
Atuou por 16 anos no Grupo Carrefour, onde participou no Startup da operação do Carrefour no México, onde trabalhou por 7 anos, regressando ao Brasil assumiu como Diretor Executivo responsável pela Operação dos formatos Hipermercados e Supermercados, Expansão e Novos Negócios. No Grupo Pão de Açúcar, atuou como Diretor de Operações do Rio de Janeiro e Diretor Executivo responsável por todas as Regiões do país fora de São Paulo.
Em 2009, após a aquisição do Ponto Frio, foi nomeado CEO da Globex, com o principal objetivo de realizar o turnaround e a integração do Ponto Frio e Pão de Açúcar.
Em 2010, com a Associação entre Globex e Casas Bahia, foi nomeado Vice-Presidente de Infraestrutura, responsável pelas Áreas de Logística, TI, Recursos Humanos, Expansão e Contact Center, Sendo responsável por administrar a operação de Integração e captura de sinergias dessas áreas entre as três empresas, Ponto Frio, Casas Bahia e Grupo Pão de Açúcar, posteriormente, foi nomeado Vice-Presidente de Operações.
Atualmente Jorge é Diretor executivo do Grupo BIG responsável pelo formato de Hipermercados.
Formado em Economia, tem como destaque também sua Formação Militar, tendo servido por 6 anos como Oficial do Exército Brasileiro, em unidade da Academia Militar das Agulhas Negras (Resende-RJ).
O Sr. Jorge não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Marcelo Guimarães Tardin - 249.592.118-30

O Sr. Marcelo Tardin ingressou no Grupo Big em fevereiro de 2019 na posição de Diretor Executivo Administrativo. Ele lidera as áreas de Expansão, Engenharia, Manutenção, Store Planning, Prevenção de Perdas, Serviços Compartilhados e Relações Governamentais. Durante 18 meses ele também liderou as áreas Jurídica e de Suprimentos. Anteriormente, Marcelo foi VP de Operações e Expansão do Dr. Consulta e foi VP de Tecnologia e Serviços para América Latina e Europa na Ambev, empresa onde ele atuou por 13 anos. Ele é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e possui MBA pelo Institut Européen d'Administration des Affaires (INSEAD – França)
O Sr. Marcelo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Paulo Faria Drago - 011.950.767-62

O Sr. Paulo é Formado em Ciências Contábeis com especializações em Finanças e Varejo pela FGV-SP e FIA-SP.
Ingressou no Grupo Big em novembro de 2019 onde ocupa a posição de Diretor Executivo de Supermercados e Especialidades, anteriormente ocupou a posição Diretor Geral da bandeira de supermercados Prezunic que pertence ao Grupo Cencosud no Rio de Janeiro por 3 anos. De 2011 ao início de 2017 trabalhou no Grupo Pão de Açúcar ocupando posições de Diretor Comercial e Operacional no Rio de Janeiro e em São Paulo, sendo responsável durante sua passagem por bandeiras como Pão de Açúcar (RJ), Extra Hiper (RJ) e Extra Supermercados (nacionalmente). De 2004 a 2011 foi Diretor de Operações do Ponto Frio e Casas Bahia, atuando no Rio de Janeiro e nos estados da região Sul, onde participou da associação das empresas dando origem a Via Varejo. No passado atuou também como Superintende de área na Bradesco Seguros.
O Sr. Paulo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Daniel Mora - 231.678.028-80

O Sr. Daniel Mora é executivo internacional com sólida carreira no varejo. Iniciou sua jornada no Grupo Auchan na França e desde então acumula mais de 30 anos de experiência no segmento com passagem por cinco países: França, Brasil, Colômbia, México e Turquia.
Daniel trabalhou em diversas áreas no varejo alimentício adquirindo experiência na área de operações, marketing, logística e comercial. Em 2001 com a fusão entre Carrefour e o grupo Promodes, ingressou no Carrefour, onde fez uma carreira longa e de sucesso ocupando posições de Diretoria em diversas áreas.
Em 2010 aceitou o desafio de liderar o turnaround do Carrefour Brasil a frente da diretoria Executiva Comercial. Em 2013 foi nomeado vice-presidente do Carrefour Brasil e em 2015 recebeu o convite para retornar a França assumindo o desafio de liderar as operações dos Hipermercados do Norte, em seguida do Sul do país e na sequência assumiu a Diretoria Comercial Nacional dos Hipermercados.
Em 2018 Daniel retorna ao Brasil com o convite de assumir a Diretoria Executiva Comercial do Grupo Big. Hoje Daniel lidera a área comercial que também engloba Logística e Reabastecimento.
Daniel é graduado pela Escola Superior de Comércio Agro Alimentar (CC2A) de Agen na França e possuí MBA certificado pela INSEAD em parceria com Carrefour
O Sr. Daniel não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin - 042.310.558-23

O Sr. Patrice Etlin é graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade de São Paulo, e possui MBA pelo INSEAD e mestrado em Engenharia Industrial pela École Centrale de Paris. Patrice Etlin associou-se à Advent do Brasil Consultoria Ltda. em 1997 em São Paulo e iniciou as operações da empresa no Brasil. De 1994 a 1997, foi sócio fundador da International Venture Partners (investimentos) em São Paulo, responsável pelo gerenciamento de um fundo de investimento focado em mídia e telecomunicações. Anteriormente, Patrice trabalhou na Matra Marconi Space (aeroespacial) por cinco anos, inicialmente como engenheiro de sistemas em um projeto para desenvolver um satélite europeu de observação militar. Em 1990, foi promovido a representante geral para o Brasil, responsável pela implantação de um sistema privado de telecomunicação por satélite, para fornecer serviços aos países do Mercosul. Patrice é Presidente do Conselho da Latin American Private Equity & Venture Capital Association (LAVCA) (investimentos). Patrice é, atualmente, membro nos Conselhos de Administração da Allied S.A. (tecnologia), Lojas Quero-Quero (rede varejista), Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) (comercio exterior). No passado, atuou como conselheiro de administração do Grupo Atmosfera (serviços), Atrium Telecomunicações (telecomunicações), CSU Cardsystem (tecnologia), International Meal Company (IMC) (alimentação), Kroton Educacional (educação) e TOTVS S.A.
O Sr. Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin declara que ocupa cargo de membro do Conselho Deliberativo do Museu de Arte de São Paulo- MASP. E, ainda declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Wilson Lourenço da Rosa - 076.304.547-08

O Sr. Wilson da Rosa é Managing Director na Advent International e membro dos conselhos de administração da Fortbras Autopeças S.A. e da Lojas Quero-Quero. Anteriormente, Wilson foi Gerente de Estratégia e Negócios da Vivo, na área de Fusões e Aquisições, e trabalhou durante quatro anos na McKinsey & Co. No passado, também atuou como Conselheiro de Administração na Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A., no Terminal de Contêineres do Paranaguá e na Dudalina S.A. É formado em Engenharia de Infraestrutura Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, summa cum laude, e tem MBA pela Harvard Business School – EUA.
O Sr. Wilson não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Eduardo Bernabe de la Garza Zamarron - 000.000.000-00

O Sr. Eduardo Zamarron é Chief People Officer & SVP do Walmart Mexico & Central America, responsável pelo design e execução da estratégia de gestão de mais de 230.000 associados. Em 2020, Eduardo ingressou no Conselho de Administração da Fundação Walmart (México e Global) e no Conselho de Administração do Grupo BIG. Antes de ingressar no Walmart, Eduardo foi CHRO da PepsiCo e membro ativo do conselho de liderança e transformação da PepsiCo LATAM. Responsável pela transformação cultural em projetos como a integração da Gamesa e Sabritas. Eduardo tem mais de 35 anos de história em Recursos Humanos em diversas empresas e já conquistou diversos prêmios como: Top 10 CHRO´s nos últimos três anos (Executive World) e HR Executive (AMEDIRH). Além disso, tem participado como palestrante em fóruns nacionais e internacionais, incluindo RH ERIAC World Forum (2018), Marcus Evans Latin Summit (2018) e AMEDIRH World Forum (2020). Eduardo é engenheiro industrial pela Universidade Autônoma de Nuevo León e possui MBA com ênfase em Recursos Humanos e Produtividade pela mesma instituição. Eduardo é o ex-presidente da NAHRMA (North America Human Resource Management Association) de 2018 a 2020 e ex-presidente da AMEDIRH de 2015 a 2016. Além disso, ele é um membro ativo do conselho de Talento e Cultura do TEC de Monterrey, e ex-membro do conselho de empresas como Naranya, Endeavor e Intelexion.
O Sr. Eduardo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Luiz Antonio Corrêa Nunes Viana de Oliveira - 090.709.317-53

O Sr. Luiz Antonio Viana é engenheiro Mecânico formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com pós-graduação na PUC-RJ e na London Business School. É membro do Conselho de Administração do Walmart (setor de atividade: varejo), membro do Conselho Consultivo da Extrafarma (setor de atividade: farmacêutico) e da Renctas (setor de atividade: terceiro setor). Foi Presidente dos Conselhos de Administração da Localfrio (setor de atividade: logística) e do Hospital São Luiz (setor de atividade: saúde), e foi membro do Conselho de Administração da Aracruz (setor de atividade: papel e celulose), Arafertil (setor de atividade: química), Copesul (setor de atividade: energia), Riocell (setor de atividade: papel e celulose), Perdigão (setor de atividade: alimentício), Pão de Açúcar (setor de atividade: varejo) e TAM (setor de atividade: aviação). Foi CEO da Makro Atacadista (setor de atividade: varejo), Net Serviços de Comunicação (setor de atividade: comunicação), Petrobrás Distribuidora (setor de atividade: combustíveis) e Grupo Pão de Açúcar (setor de atividade: varejo). Foi Diretor do Grupo Ultra (setor de atividade: energia), Senior Investment Officer do IFC (setor de atividade: financeiro) e executivo do BNDES (setor de atividade: financeiro) e do Banco Denasa de Investimentos (setor de atividade: financeiro). É membro do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion desde 2008. É membro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado. E, ainda declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Nildemar Secches - 589.461.528-34

O Sr. Nildemar Secches é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade de São Paulo e curso de doutorado em Economia pela Unicamp-Campinas. Foi Presidente do Conselho de Administração da BRFoods (Setor de atividade: Alimentos), tendo sido Diretor Presidente desta empresa de 1995 até 2008. É membro do Conselho de Administração da WEG (setor de atividade: Indústria), empresa controlada por acionistas da Companhia que detêm participação indireta superior a 5% do seu capital social, Grupo Ultra (setor de atividade: energia) e Suzano (setor de atividade: papel e celulose). É membro do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion desde 2004. É membro independente, segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Marcos Ignácio Ambrosano - 152.534.888-47

O Sr. Marcos Ambrosano é graduado em Engenharia de Produção Mecânica pela FEI (Faculdade de Engenharia Industrial), pós-graduado em Administração de Empresas com Ênfase em Marketing pela ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing) e AMP pela Wharton University.
Ingressou no Grupo Big em janeiro de 2020 como Diretor Executivo do Sam's Club. Anteriormente, foi Diretor Presidente do Makro Atacadista S/A por 3 anos. Atuou como Retail Advisor para a TPG Capital e para a McKinsey & Company, tendo também servido como Membro do Conselho de Administração das Lojas Le Biscuit.
No passado, foi Diretor Presidente das Lâmpadas FLC e atuou 19 anos no Walmart Brasil, onde ingressou em 1995 como trainee de operações, tendo exercido diversos papéis, dentre eles Vice-Presidente do Sam's Club, Vice-Presidente do Bompreço e C.O.O. de Operações.
O Sr. Marcos não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Marcelo Rizzi de Oliveira - 282.156.478-39	
N/A	
Luiz Antônio Fazzio - 033.652.568-06	
N/A	
Vitor Fagá de Almeida - 204.156.108-42	
N/A	
Catia Valeria de Paiva Porto - 005.493.187-80	
N/A	
Auriberto Alves da Silva - 127.193.228-81	
N/A	
Christianne Roncatti Bittencourt Moraes Rego - 127.752.298-75	
N/A	
Eduardo Brayner Sampaio - 709.326.464-68	
N/A	

Jorge Fernando Herzog - 740.828.417-68

N/A

Marcelo Guimarães Tardin - 249.592.118-30

N/A

Paulo Faria Drago - 011.950.767-62

N/A

Daniel Mora - 231.678.028-80

N/A

Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin - 042.310.558-23

N/A

Wilson Lourenço da Rosa - 076.304.547-08

N/A

Eduardo Bernabe de la Garza Zamarron - 000.000.000-00

N/A

Luiz Antonio Corrêa Nunes Viana de Oliveira - 090.709.317-53

N/A

Nildemar Secches - 589.461.528-34

N/A

Marcos Ignácio Ambrosano - 152.534.888-47

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Francisco Henrique Passos Fernandes	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Presidente do Comitê	04/10/1946	14/10/2020	Até AGO de 2023
056.778.238-72		Contador		14/10/2020	2	100.00%
Não Aplicável						
Nildemar Secches	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	24/11/1948	14/10/2020	Até AGO de 2023
589.461.528-34		Engenheiro Mecânico		14/10/2020	0	100.00%
Milton Luis Nascimento Brandt	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	11/09/1965	14/10/2020	Até AGO de 2023
074.738.768-05		Economista		14/10/2020	2	100.00%
Wilson Lourenço da Rosa	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	15/04/1977	14/10/2020	Até AGO de 2023
076.304.547-08		Engenheiro		14/10/2020	0	100.00%
Rafael Patury Carneiro Leão	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	30/10/1982	14/10/2020	Até AGO de 2023
010.144.304-88		Engenheiro		14/10/2020	2	100.00%
Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin	Outros Comitês		Presidente do Comitê	21/09/1963	14/10/2020	Até AGO de 2023
042.310.558-23	Comitê Financeiro	Engenheiro		14/10/2020	0	100.00%
Wilson Lourenço da Rosa	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	15/04/1977	14/10/2020	Até AGO de 2023
076.304.547-08	Comitê de Gestão de Gente e Remuneração	Engenheiro		14/10/2020	0	100.00%
Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	21/09/1963	14/10/2020	Até AGO de 2023

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
042.310.558-23	Comitê de Gestão de Gente e Remuneração	Engenheiro		14/10/2020	0	100.00%
Wilson Lourenço da Rosa	Outros Comitês		Presidente do Comitê	15/04/1977	14/10/2020	Até AGO de 2023
076.304.547-08	Comitê Financeiro	Engenheiro		14/10/2020	0	100.00%
Nildemar Secches	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/11/1948	14/10/2020	Até AGO de 2023
589.461.528-34	Comitê de Gestão de Gente e Remuneração	Engenheiro Mecânico		14/10/2020	0	100.00%
Rafael Patury Carneiro Leão	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/10/1982	14/10/2020	Até AGO de 2023
010.144.304-88	Comitê Financeiro	Engenheiro		14/10/2020	2	100.00%

Experiência profissional / Critérios de Independência

Francisco Henrique Passos Fernandes - 056.778.238-72

O Sr. Francisco Fernandes é formado em Ciênicas Contábeis pela Universidade de São Paulo. Foi sócio da PricewaterhuseCoopers até 2002, onde foi líder nacional da divisão de Consultoria Tributária, membro do Management Brasil e do Comitê de Políticas para a América Latina. De 2002 a 2006, Vice-Presidente Executivo e Diretor Financeiro do Makro Asia, uma organização de distribuição operando em seis países. Baseado em Curitiba desde 2006, é Consultor e membro independente do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Vasta Educação (listada NASDAQ) e membro independente do Comitê de Auditoria da Cogna Educação (listada B3).
O Sr. Francisco não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Nildemar Secches - 589.461.528-34

Nildemar Secches - 589.461.528-34

O Sr. Nildemar Secches é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade de São Paulo e curso de doutorado em Economia pela Unicamp-Campinas. Foi Presidente do Conselho de Administração da BRFoods (Setor de atividade: Alimentos), tendo sido Diretor Presidente desta empresa de 1995 até 2008. É membro do Conselho de Administração da WEG (setor de atividade: Indústria), empresa controlada por acionistas da Companhia que detêm participação indireta superior a 5% do seu capital social, Grupo Ultra (setor de atividade: energia) e Suzano (setor de atividade: papel e celulose). É membro do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion desde 2004. É membro independente, segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Milton Luis Nascimento Brandt - 074.738.768-05

O Sr. Milton Brandt é vice-presidente sênior e diretor financeiro do Walmart México e América Central. Antes de ser nomeado para sua função atual, Milton ocupou o cargo de Vice-presidente de Finanças Comerciais do Walmart México (09/2018 - 04/2020). Ele também atuou como Diretor Vice-Presidente Financeiro do Walmart Brasil (03/2016 - 08/2018). Ele teve experiência internacional vivendo no exterior no Reino Unido, Holanda, Chile e El Salvador (2004 a 2008) e atualmente no México. Milton é um profissional de finanças com mais de 33 anos de experiência em bens de consumo, bens de capital e empresas de varejo, como Rhodia (1987-1996), Unilever (1996-2014), CNH Industrial - Grupo Fiat (2014 - 2015), Grupo Lactalis (2015 - 2016) e Walmart (2016 até o momento). Milton concluiu seu MBA pela Universidade de São Paulo. Graduado em Economia pela PUC de São Paulo e Cursos de Extensão pela Vanderbilt University (EUA), E.M. Lyon Business School (França) e London Business School (Reino Unido).
O Sr. Milton não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Wilson Lourenço da Rosa - 076.304.547-08

Wilson Lourenço da Rosa - 076.304.547-08

Wilson Lourenço da Rosa - 076.304.547-08

O Sr. Wilson da Rosa é Managing Director na Advent International e membro dos conselhos de administração da Fortbras Autopeças S.A. e da Lojas Quero-Quero. Anteriormente, Wilson foi Gerente de Estratégia e Negócios da Vivo, na área de Fusões e Aquisições, e trabalhou durante quatro anos na McKinsey & Co. No passado, também atuou como Conselheiro de Administração na Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A., no Terminal de Contêineres do Paranaguá e na Dudalina S.A. É formado em Engenharia de Infraestrutura Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, summa cum laude, e tem MBA pela Harvard Business School – EUA.
O Sr. Wilson não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Rafael Patury Carneiro Leão - 010.144.304-88

Rafael Patury Carneiro Leão - 010.144.304-88

O Sr Rafael Patury Carneiro Leão é graduado com honras em engenharia eletrônica no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), e MBA na Harvard Business School. É atualmente Diretor na Advent do Brasil Consultoria Ltda., onde participou de vários investimentos relacionados aos setores de varejo, lazer e saúde, como Grupo Big, Grupo CRM (Kopenhagen e Brasil Cacau), Fleury, Allied, Grupo Cataratas, entre outros. É membro do Conselho de Administração do Grupo CRM, Allied e Grupo Cataratas. Trabalhou também como consultor na Bain & Company por 4 anos e também como engenheiro na Kuka Roboters, Alemanha.
O Sr. Rafael Patury Carneiro Leão não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. E, ainda declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin - 042.310.558-23

Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin - 042.310.558-23

O Sr. Patrice Etlin é graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade de São Paulo, e possui MBA pelo INSEAD e mestrado em Engenharia Industrial pela École Centrale de Paris. Patrice Etlin associou-se à Advent do Brasil Consultoria Ltda. em 1997 em São Paulo e iniciou as operações da empresa no Brasil. De 1994 a 1997, foi sócio fundador da International Venture Partners (investimentos) em São Paulo, responsável pelo gerenciamento de um fundo de investimento focado em mídia e telecomunicações. Anteriormente, Patrice trabalhou na Matra Marconi Space (aeroespacial) por cinco anos, inicialmente como engenheiro de sistemas em um projeto para desenvolver um satélite europeu de observação militar. Em 1990, foi promovido a representante geral para o Brasil, responsável pela implantação de um sistema privado de telecomunicação por satélite, para fornecer serviços aos países do Mercosul. Patrice é Presidente do Conselho da Latin American Private Equity & Venture Capital Association (LAVCA) (investimentos). Patrice é, atualmente, membro nos Conselhos de Administração da Allied S.A. (tecnologia), Lojas Quero-Quero (rede varejista), Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) (comercio exterior). No passado, atuou como conselheiro de administração do Grupo Atmosfera (serviços), Atrium Telecomunicações (telecomunicações), CSU Cardsystem (tecnologia), International Meal Company (IMC) (alimentação), Kroton Educacional (educação) e TOTVS S.A.
O Sr. Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin declara que ocupa cargo de membro do Conselho Deliberativo do Museu de Arte de São Paulo- MASP. E, ainda declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Francisco Henrique Passos Fernandes - 056.778.238-72	
N/A	

Nildemar Secches - 589.461.528-34

Nildemar Secches - 589.461.528-34

N/A

Milton Luis Nascimento Brandt - 074.738.768-05

N/A

Wilson Lourenço da Rosa - 076.304.547-08

Wilson Lourenço da Rosa - 076.304.547-08

Wilson Lourenço da Rosa - 076.304.547-08

N/A

Rafael Patury Carneiro Leão - 010.144.304-88

Rafael Patury Carneiro Leão - 010.144.304-88

N/A

Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin - 042.310.558-23

Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin - 042.310.558-23

N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração de suas controladas, com seus acionistas controladores ou com os membros da administração de suas controladoras.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2019			
Administrador do Emissor			
Luiz Antônio Fazzio Diretor Presidente	033.652.568-06	Prestação de serviço	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
WMB Supermercados do Brasil Ltda. Diretor Presidente	00.063.960/0001-09		
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Luiz Antônio Fazzio Diretor Presidente	033.652.568-06	Prestação de serviço	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
WMS Supermercados do Brasil Ltda. Diretor Presidente	93.209.765/0001-17		
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Luiz Antônio Fazzio Diretor Presidente	033.652.568-06	Prestação de serviço	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda. Diretor Presidente	13.004.510/0001-89		
Observação			
N/A			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Luiz Antônio Fazzio	033.652.568-06	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Bompreço Bahia Supermercados Ltda.	97.422.620/0001-50		
Diretor Presidente			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Luiz Antônio Fazzio	033.652.568-06	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Transportadora Bompreço Ltda.	63.073.266/0001-84		
Diretor Presidente			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Catia Valeria de Paiva Porto	005.493.187-80	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretora Executiva de Recursos Humanos			
Pessoa Relacionada			
WMB Supermercados do Brasil Ltda.	00.063.960/0001-09		
Diretora Executiva de Recursos Humanos			
Observação			
N/A			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2018			
Administrador do Emissor			
Luiz Antônio Fazzio Diretor Presidente	033.652.568-06	Prestação de serviço	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
WMB Supermercados do Brasil Ltda. Diretor Presidente	00.063.960/0001-09		
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Luiz Antônio Fazzio Diretor Presidente	033.652.568-06	Prestação de serviço	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
WMS Supermercados do Brasil Ltda. Diretor Presidente	93.209.765/0001-17		
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Luiz Antônio Fazzio Diretor Presidente	033.652.568-06	Prestação de serviço	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda. Diretor Presidente	13.004.510/0001-89		
Observação			
N/A			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Luiz Antônio Fazzio	033.652.568-06	Prestação de serviço	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Bompreço Bahia Supermercados Ltda.	97.422.620/0001-50		
Diretor Presidente			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Luiz Antônio Fazzio	033.652.568-06	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Transportadora Bompreço Ltda.	63.073.266/0001-84		
Diretor Presidente			
Observação			
N/A			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia oferece seguro de responsabilidade civil de conselheiros e diretores, cujo limite máximo de garantia é de R$120 milhões, e vigente entre 30/10/2019 e 30/10/2020 ("Apólice D&O"). O valor do prêmio desta apólice foi de R$ 619.996,67.

O D&O oferece cobertura para reclamações referentes a sinistros cobertos, ocorridos durante sua vigência, relacionados a atos praticados pelos administradores da Grupo BIG Brasil S.A., mediante o pagamento ou reembolso das quantias devidas ou pagas a terceiros tais como indenizações devidas por conta de decisão final irrecorrível em processos judiciais, arbitrais ou administrativos, bem como acordos em processos judiciais ou extrajudiciais realizados com o consentimento prévio, expresso e por escrito da seguradora, ou os custos, custas, encargos, honorários (advocatícios, de assistentes técnicos e periciais), depósitos recursais (incluindo os custos de recursos e garantias necessários à defesa do segurado) e todas as demais despesas necessárias e razoáveis incorridas, nos termos do D&O, na defesa ou investigação de uma reclamação coberta. Não estão cobertos pelo D&O atos ou fatos danosos que sejam do conhecimento dos segurados anteriormente à vigência da apólice, assim como multas impostas aos administradores, ainda que possa haver cobertura para os custos de defesa incorridos nos processos que determinem multas relacionadas a atos de gestão de tais administradores, desde que respeitados os termos da respectiva apólice.

Há cobertura para reclamações feitas após o período de vigência por um prazo complementar de 3 anos sem cobrança adicional de prêmio, após o qual há cobertura para reclamações feitas por um prazo suplementar de até 1 ano, dependendo de cobrança adicional de prêmio.

Com o propósito de garantir a certos administradores a estabilidade necessária para exercer suas funções de forma segura e previsível, fornecendo proteção contra riscos inerentes ao desempenho de suas atribuições e dos negócios da Companhia, esta poderá assumir compromisso de indenidade em benefício de tais administradores ("Acordo de Indenidade" ou "Acordo"), em caráter suplementar à Apólice D&O contratada pela Companhia. Os termos e condições do Acordo de Indenidade deverão ser aprovados pelos acionistas da Companhia por meio da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e tornados públicos.

A indenização a ser oferecida pelo Acordo de Indenidade deverá abranger situações não cobertas pela Apólice D&O, relacionadas a atos e fatos decorrentes da atuação dos administradores em suas respectivas funções, enquanto empossados em seus cargos na Companhia, excetuados os casos em que uma sentença transitada em julgado emitida por jurisdição competente tenha reconhecido que o administrador envolvido agiu com dolo ou culpa grave. O Acordo não estabelecerá limite de valor à indenização oferecida.

As despesas indenizáveis deverão incluir quaisquer valores desembolsados (principal e encargos) relativos a responsabilidade direta ou indireta, perdas, prejuízos e danos de natureza comercial, fiscal, previdenciária ou qualquer outra natureza, multas, juros de mora, taxas, penalidades, despesas, custas e taxas judiciárias, honorários advocatícios, despesas com peritos e assistentes judiciais (inclusive para apresentar defesa em um processo), bem como eventuais depósitos ou garantias exigidos para pleno exercício do direito de defesa pelo administrador. No caso de os bens do administrador sofrerem qualquer tipo de constrição, a Companhia os substituirá por bens de sua titularidade ou outra garantia, disponibilizando valores em dinheiro para depósito, se necessário for.

As perdas decorrentes de um processo serão indenizáveis (i) após o trânsito em julgado de sentença proferida por juízo competente, com o envio de cópia da decisão; ou (ii) após o desembolso efetuado involuntariamente pelo administrador em decorrência de decisão judicial ou administrativa, até o limite do referido desembolso, desde que enviada cópia de seu comprovante, o que ocorrer primeiro. A Companhia deverá ser notificada por escrito pelo administrador que demandar pagamento, tendo o prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação para realizar o pagamento em moeda corrente nacional, de acordo com os dados bancários fornecidos pelo administrador.

Para executar o Acordo de Indenidade, o administrador que se torne parte de qualquer processo relacionado ao desempenho de suas funções na Companhia, nos termos do Acordo, deverá notificar

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

extrajudicialmente a Companhia, por escrito, para que possa ser disponibilizada assessoria legal adequada em tempo hábil.

O prazo da obrigação de indenizar será de 5 (cinco) anos contados do término do mandato de cada administrador beneficiado ou enquanto estiverem pendentes de decisão judicial definitiva os processos em andamento, prevalecendo o que ocorrer por último.

Diante das informações acima, a Companhia entende que o compromisso de indenidade se dará no melhor interesse da Companhia porque nos casos em que se aplica o acionamento do Acordo de Indenidade, o compromisso de indenidade atua de forma suplementar à Apólice D&O, sendo imprescindível para que a administração da Companhia possa contar com um esteio de segurança jurídica que traga estabilidade ao processo decisório e condutor dos negócios, inclusive no que tange à adoção das medidas legalmente cabíveis que sirvam à defesa dos interesses da Companhia.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 – Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral de Constituição	15/05/2018	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Extraordinária	15/06/2018	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Extraordinária	16/07/2018	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Extraordinária	31/07/2018	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Extraordinária	01/08/2018	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Extraordinária	01/09/2018	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Extraordinária	16/09/2018	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Extraordinária	31/12/2018	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Ordinária	09/09/2019	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Extraordinária	30/11/2019	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Extraordinária	05/12/2019	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Extraordinária	25/03/2020	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Ordinária	15/05/2020	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Extraordinária	17/06/2020	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Extraordinária	14/10/2020	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Extraordinária	14/10/2020	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Extraordinária	14/10/2020	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Ordinária	14/10/2020	100%	Não aplicável
Assembleia Geral Extraordinária	14/10/2020	100%	Não aplicável

Esclarecimentos adicionais sobre práticas de governança corporativa

Melhores Práticas de Governança Corporativa Segundo o IBGC

O Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade.

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, tendo aderido práticas recomendadas pelo IBGC, como: vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes; conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outras, além de experiência em participação em outros Conselhos de Administração; manutenção de um canal de denúncias para a apresentação de denúncias ou resolução de dilemas de ordem ética; e previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal.

12.12 - Outras informações relevantes

Segmento de Listagem do Novo Mercado

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a emitir apenas ações ordinárias; manter, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação, dentre outras hipóteses; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia e a B3, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de remuneração da Companhia possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

A política de remuneração da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 14 de outubro de 2020 e está disponível para consulta pelo site da CVM (http://www.cvm.gov.br/), bem como na página da Companhia (ri.big.com.br), e fisicamente, na sua sede social, localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Tucunaré, nº 125, Bloco A Superior, Sala 109, Tamboré, CEP 06460-020.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

A remuneração paga exclusivamente aos membros independentes do Conselho de Administração é composta unicamente por uma remuneração fixa, a qual é alinhada com práticas de mercado. Vale destacar que os membros independentes do Conselho de Administração também participam do Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opções"), o qual, na linha das informações contidas no item 13.4 desse Formulário de Referência, possuem características de um contrato mercantil e oneroso entre as partes, não caracterizando, portanto, na opinião da Companhia, como "remuneração".

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa alinhada às práticas de mercado para posições de complexidade similar; (ii) remuneração variável atrelada a gatilhos mínimos de desempenho corporativo e ajustadas de acordo com desempenho individual; (iii) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica, odontológica, aos diretores e dependentes cobertos, vale alimentação/refeitório, seguro de vida e estacionamento; e desconto em produtos nas lojas da Companhia.

Os Diretores Estatutários também participam do Plano de Opções, o qual, na linha das informações contidas no item 13.4 desse Formulário de Referência, possuem características de um contrato mercantil e oneroso entre as partes, não caracterizando, portanto, na opinião da Companhia, como "remuneração".

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Diretoria Não-Estatutária

Os membros da Diretoria não-estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa alinhada às práticas de mercado para posições de complexidade similar; (ii) remuneração variável na forma de Participação nos Lucros e/ou Resultados (Lei nº 10.101/2000) atrelada a gatilhos mínimos de desempenho corporativo e ajustada de acordo com desempenho individual, sendo paga no exercício subsequente à aferição do resultado; (iii) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica, odontológica, aos diretores e dependentes cobertos, vale alimentação/refeitório, estacionamento e seguro de vida; e desconto em produtos nas lojas da Companhia.

Alguns Diretores Não-Estatutários também participam do Plano de Opções, o qual, na linha das informações contidas no item 13.4 desse Formulário de Referência, possuem características de um contrato mercantil e oneroso entre as partes, não caracterizando, portanto, na opinião da Companhia, como “remuneração”.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, receberão somente remuneração fixa, a qual é equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, conforme deliberado em Assembleia Geral, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração, em média, atribuída a cada diretor, não computados os benefícios, verbas de representação e remuneração variável.

Comitês

Os membros dos Comitês de Assessoramento que não tenham sido indicados pelos Acionistas Relevantes e/ou Controladores são elegíveis a uma remuneração fixa mensal especificamente pelos serviços prestados. Adicionalmente, os membros dos Comitês são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de:

2019

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	66,73%	N/A	33,27%	100%
Diretoria Estatutária	26,70%	12,64%	60,66%	100%
Diretoria Não-Estatutária	64,01%	29,31%	6,68%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Auditoria	100%	N/A	N/A	100%
Comitê Financeiro	100%	N/A	N/A	100%
Comitê de Gestão de Gente e Remuneração	100%	N/A	N/A	100%

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

2018

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	N/A	0%	100%
Diretoria Estatutária	8,97%	16,17%	74,86%	100%
Diretoria Não-Estatutária	69,36%	30,64%	0%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Auditoria	100%	N/A	N/A	100%
Comitê Financeiro	100%	N/A	N/A	100%
Comitê de Gestão de Gente e Remuneração	100%	N/A	N/A	100%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração com base em avalições apresentadas pelo Comitê de Gestão de Gente e Remuneração, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas de varejo ou do mercado geral, de acordo com a função. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos. A remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Não-Estatutários é determinada pela Diretoria Estatutária com base em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas empresas de varejo ou do mercado geral, de acordo com a função. Os Diretores Não-Estatutários também podem ser elegíveis a aumentos salariais anuais com base em acordo coletivo de trabalho com os representantes da categoria. Como a remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, o critério acima se aplica também para este componente de remuneração.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento que são indicados pelos acionistas relevantes e/ou controladores, não fazem jus a qualquer remuneração, consisderando que já são remunerados pelas funções exercidas junto aos acionistas relevantes e/ou controladores.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os principais indicadores de desempenho da Companhia e dos administradores são: (i) Resultado Operacional da Companhia e dos Formatos, (ii) Resultado da Margem Comercial, (iii) Resultado da Tesouraria (contas a pagar vs. estoque), (iv) Resultado de Despesas (gastos com a estrutura administrativa e comercial) e de Venda Bruta, além de outras métricas específicas das diversas diretorias e áreas da Companhia.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Parcela significativa do valor total pago aos administradores é recebida na forma de remuneração variável, a qual é consideravelmente impactada pelos indicadores de desempenho acordados junto ao Conselho de Administração no exercício, levando-se em conta os resultados históricos e o planejamento estratégico da Companhia.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os colaboradores da Companhia a buscarem a melhor rentabilidade dos projetos por ela desenvolvidos, de forma a alinhar os interesses dos colaboradores com os da Companhia.

A remuneração variável anual dos diretores estatutários leva em consideração primeiramente o gatilho de resultado operacional e posteriormente a aplicação de dois fatores: Resultado das Metas do Negócios com peso de 70% e Resultado das Metas Individuais com peso de 30%, com pagamento no ano subsequente ao de apuração.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento. A remuneração paga aos Diretores Estatutários é suportada, exclusivamente, pela subsidiária WMB Supermercados do Brasil Ltda.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

As prática e procedimentos adotados para determinar a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, contará com as avalições apresentadas pelo Comitê de Gestão de Gente e Remuneração, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas de varejo, ou mercado geral, de acordo com a função. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos. A remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

A remuneração total alvo individual dos Diretores Não-Estatutários é determinada pela Diretoria Estatutária com base em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas empresas de varejo, ou do mercado geral, de acordo com a função. Os Diretores Não-Estatutários também podem ser elegíveis a aumentos salariais anuais com base em acordo coletivo de trabalho com os representantes da categoria. Como a remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, o critério acima se aplica também para este componente de remuneração.

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Determinada a remuneração global pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração será responsável por deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Consleho de Administração e da Diretoria, bem como dos Comitês de Assessoramento.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração se baseia em uma tabela salarial feita com base em uma metodologia do mercado que visa definir o nível adequado dos cargos e das responsabilidades. Anualmente, essa tabela é ajustada de acordo com as variações do mercado, a fim de manter sua competitividade.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração poderá avaliar periodicamente a adequação da política de remuneração, a fim de identificar possíveis ajustes necessários, baseados nas práticas de mercado.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,83	6,00	0,00	10,83
Nº de membros remunerados	2,00	6,00	0,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	840.000,00	7.852.533,00	0,00	8.692.533,00
Benefícios direto e indireto	0,00	119.177,00	0,00	119.177,00
Participações em comitês	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00
Outros	192.000,00	2.766.306,00	0,00	2.958.306,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.100.000,00	0,00	2.100.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	197.608,00	0,00	197.608,00
Baseada em ações (incluindo opções)	514.626,22	102.366.382,00	0,00	102.881.008,22
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	
Total da remuneração	1.666.626,22	115.602.006,00	0,00	117.268.632,22

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,92	0,00	8,92
Nº de membros remunerados	2,00	3,92	0,00	5,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	840.000,00	5.413.113,00	0,00	6.253.113,00
Benefícios direto e indireto	0,00	43.354,51	0,00	43.354,51

Participações em comitês	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00
Outros	192.000,00	1.534.164,60	0,00	1.726.164,60
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.029.166,00	0,00	1.029.166,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.172.000,00	0,00	1.172.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	1.109.524,00	0,00	1.109.524,00
Baseada em ações (incluindo opções)	514.626,22	15.884.438,56	0,00	16.399.064,78
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	
Total da remuneração	1.666.626,22	26.185.760,67	0,00	27.852.386,89

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,60	4,00	0,00	8,60
Nº de membros remunerados	1,60	4,00	0,00	5,60
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	280.000,00	2.332.000,00	0,00	2.612.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	100.079,58	0,00	100.079,58
Participações em comitês	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
Outros	64.000,00	738.466,00	0,00	802.466,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	5.719.258,24	0,00	5.719.258,24
Descrição de outras remunerações variáveis	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	26.474.064,26	0,00	26.474.064,26
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	
Total da remuneração	384.000,00	35.363.868,08	0,00	35.747.868,08

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2020)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	12	0	12
Nº de membros remunerados	0	12	0	12
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	5.144.850,00	0	5.144.850,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	20.579.400,00	0	20.579.400,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	10.289.700,00	0	10.289.700,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	0	0

*Consideramos o regime de competência para elaboração de referido item.

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	3	0	3
Nº de membros remunerados	0	3	0	3
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	6.606.000,00	0	6.606.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	3.303.000,00	0	3.303.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	1.029.166,00	0	1.029.166,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

*Consideramos o regime de competência para elaboração de referido item.

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	4	0	4
Nº de membros remunerados	0	4	0	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	8.395.200,00	0	8.395.200,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	4.197.600,00	0	4.197.600,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	5.719.258	0	5.719.258
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

*Consideramos o regime de competência para elaboração de referido item.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia esclarece que incluiu a descrição do Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opções") neste e nos itens seguintes exclusivamente para atender às orientações da CVM. Vale ressaltar que, na opinião da Companhia, o Plano de Opções não se caracteriza como "remuneração" para quaisquer fins, uma vez que possuem características de um contrato mercantil e oneroso entre as partes. Ademais, cumpre esclarecer que, os valores das opções decorrentes do Plano de Opções são registradas de acordo com o Pronunciamento Técnico do CPC nº 39 e, portanto, nesta data, tais valores não constam da remuneração total da administração descrita no item 13.2 deste Formulário de Referência, tendo em vista que o Plano de Opções é substancialmente diferente de um plano de opção tradicional, no qual os participantes ganham as opções gratuitamente. Os recursos captados com a colocação das opções de compra de ações no âmbito do Plano de Opções, pagas aos adquirentes, são registrados em reserva de capital, em conformidade com as determinações do Pronunciamento Técnico do CPC nº 39.

(a) Termos e condições gerais

Em 16 de setembro de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia o Plano de Opção, aditado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14 de outubro de 2020, sendo elegíveis para a aquisição de opções de compra de ações da Companhia os conselheiros independentes, diretores, empregados seniores e os profissionais que desempenham determinadas atividades e/ou funções com vínculo empregatício para a Companhia e suas controladoras ("Participantes"). Os Participantes serão selecionados pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, ou pelo Comitê de Recursos Humanos, órgão que tem dentre suas competências assessorar o Conselho de Administração na administração do Plano de Opções e seus programas, conforme aplicável.

Na medida em que for permitido por lei e pelo estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano de Opções, incluindo: (a) a solução de dúvidas de interpretação do Plano de Opções; (b) a eleição dos Participantes e a autorização para alienar opções a eles; (c) a aprovação dos Contratos de Opção a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Participantes, observadas as determinações do Plano de Opções; e (d) a emissão de novas Ações dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de Ações em tesouraria para satisfazer o exercício das opções, nos termos do Plano de Opções e da ICVM 567. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e no Plano de Opções, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns a seu exclusivo critério. O Conselho de Administração poderá, ainda, estabelecer tratamento especial para casos excepcionais durante a eficácia de cada direito de opção, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Participantes nem os princípios básicos do Plano de Opções. Tal disciplina excepcional não constituirá precedente invocável por outros Participantes. As deliberações do Conselho de Administração têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano de Opções.

O Plano de Opções tem caráter mercantil, sendo que os beneficiários, para participar do Plano, tem que comprar as Opções pagando o Preço de Aquisição, determinado de acordo com a metodologia "Black & Scholes".

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(b) Principais objetivos do plano

O Plano de Opções tem por objetivo atrair e reter executivos para a Companhia e de suas controladas diretas e/ou indiretas, concedendo aos Participantes o direito de se tornarem acionistas da Companhia mediante o cumprimento de determinadas condições, a fim de: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução do objeto social da Companhia e suas controladas; e (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia ao dos Participantes.

(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Uma vez que a maior parte das opções se torna exercível no longo prazo, o objetivo do Plano de Opções é que os Participantes permaneçam na Companhia até o momento de exercício. Uma vez exercida a opção, com o Participante tornando-se acionista, haverá uma união de interesses intrinsecamente relacionados à condição de acionista. Além disso, os Planos geram um potencial de ganho ao executivo baseado no desempenho das ações da Companhia no mercado.

(d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano de Opções se insere na Política que a CVM reputa ser de Remuneração da Companhia, uma vez que: (i) tal política tem como principal função alinhar os interesses dos administradores aos objetivos da Companhia; e (ii) o Plano de Opções alinha os interesses dos Participantes ao desempenho das ações da Companhia e, consequentemente, ao seu resultado operacional, estimulando-os a atuar para a consecução dos objetivos sociais da Companhia.

(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O exercício das opções por parte dos Participantes é uma forma de incentivá-los a conduzir com êxito os negócios da Companhia, alinhando seus interesses aos dos acionistas da Companhia. Os diferentes prazos de carência das opções proporcionam incentivos aos participantes para que se comprometam com a constante valorização das ações no curto e médio prazo, assim como a titularidade de ações provenientes de opções exercidas, podendo ou não ter restrições quanto à transferência delas, alinha os interesses no longo prazo.

(f) Número máximo de ações abrangidas

O Plano de Opções prevê o limite máximo de 10% do capital social da Companhia, considerando-se o efeito de diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas.

(g) Número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano de Opções prevê que as opções alienadas devem respeitar o limite máximo de 10% do capital social da Companhia, considerando-se o efeito de diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas.

(h) Condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração definirá, em cada programa e em relação a cada classe de opção, o prazo a partir do qual a opção adquirida pelos Participantes tornar-se-á potencialmente apta a exercício ("Prazo de Carência"). O Conselho de Administração definirá também, em cada programa, a antecipação do Prazo de Carência na hipótese de um Evento de Liquidez, conforme definido abaixo. As opções cujo Prazo de Carência já tenha decorrido serão denominadas "Opções Vestidas" e as Opções cujo Prazo de Carência não tenha decorrido serão denominadas "Opções Não-Vestidas". O exercício das Opções Vestidas está condicionado à ocorrência de um Evento de Liquidez.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

As opções que já sejam Opções Vestidas somente poderão ser exercidas se verificada a ocorrência de um dos Eventos de Liquidez, conforme condição definida para cada classe de opções. São eventos de liquidez: (a) a venda da totalidade das ações de emissão da Companhia de titularidade do FIP Momentum ou seus sucessores a partir desta data para terceiro(s) não relacionado(s) ou vinculado(s) ao FIP Momentum (ou à Advent International), seja direta ou indiretamente ("Alienação"). O Conselho de Administração poderá definir no respectivo Programa e/ou Contrato de Opção critérios alternativos que caracterizem uma Alienação; e (b) oferta pública inicial (IPO) de ações de emissão da Companhia: (x) que resulte na listagem e efetiva negociação de ações de emissão da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; e, cumulativamente (y) cujo valor total de negociação no IPO, incluindo ofertas primárias e secundárias (conforme aplicável), seja igual ou superior a R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) (em conjunto, os "Eventos de Liquidez").

(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de aquisição é fixado pelo Conselho de Administração quanto da aprovação do respectivo programa e determinado a exclusivo critério do Conselho de Administração, com base em modelos e/ou metodologias de precificação de opções de ações.

O preço de exercício é determinado pelo Conselho de Administração e é baseado no valor justo das ações da Companhia.

(j) Critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo para exercício será definido pelo Conselho de Administração nos respectivos programas e contratos individuais.

(k) Forma de liquidação

O preço de exercício deverá ser pago à vista e em dinheiro pelo Participante, simultaneamente à formalização da subscrição ou aquisição, conforme o caso, da ação objeto da opção pelo Participante, e necessariamente previamente à anotação da transferência nos livros da Companhia.

(l) Restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, poderá determinar, quando da aprovação de cada programa, que o Participante apenas poderá vender, onerar, transferir ou, de qualquer outra forma, alienar as ações da Companhia adquiridas no âmbito do Plano de Opções em decorrência da verificação de determinados eventos de liquidez, por um período de até 12 meses a contar da data de exercício das opções. Na hipótese de oferta pública inicial de ações, o Participante somente poderá transferir 50% de suas ações decorrentes do exercício das opções vestidas, e as demais 50% somente poderão ser transferidas depois de transcorrido 190 (cento e noventa) dias contados da data de exercício de referidas opções.

(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano de Opções poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral da Companhia. Qualquer alteração da legislação e regulamentação aplicável às sociedades por ações e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra poderá ensejar a revisão integral do Plano de Opções, observadas eventuais disposições nos respectivos programas.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de Desligamento (por "Desligamento" entende-se o término da relação jurídica de caráter empregatício entre o Participante e a Companhia ou suas controladas, por qualquer motivo, incluindo sem limitação renúncia, destituição, substituição ou término do mandato sem reeleição ao cargo de administrador, pedido de demissão voluntária ou demissão, com ou sem justa causa, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento) do Participante, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano de Opções poderão ser extintos ou modificados, conforme estabelecido nos respectivos programas e contratos individuais.

Nos termos do Plano de Opções e sujeito às disposições de cada um dos programas, em caso de Desligamento do Participante por vontade própria, as opções não vestidas serão automaticamente consideradas extintas, sem direito a qualquer indenização ou pagamento ao Participante, e suas opções vestidas poderão ou não ser canceladas, total ou parcialmente, de acordo com as disposições do respectivo programa de outorga de opções. Em caso de Desligamento do Participante por iniciativa da Companhia e com justa causa, todas as opções do Participante serão consideradas automaticamente extintas, sem direito a qualquer indenização ou pagamento. Em caso de Desligamento do Participante por iniciativa da Companhia sem justa causa ou por aposentadoria acordada com a Companhia ou invalidez permanente, as opções não vestidas serão recompradas pela Companhia pelo mesmo valor pago pelo Participante quando da aquisição das opções e as opções já vestidas poderão ou não ser canceladas, total ou parcialmente, de acordo com as disposições do respectivo programa. Por fim, em caso de Desligamento em decorrência do falecimento do Participante, suas opções não vestidas serão recompradas pela Companhia pelo mesmo valor pago pelo Participante quando da aquisição das opções e as opções já vestidas poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do Participante, observadas os procedimentos a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2020)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	**5**	**9**
Nº de membros remunerados	**2**	**9**
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	1,33	1,33
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	0	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	0	0
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	0	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	**0,10%**	**5,19%**

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	**5**	**9**
Nº de membros remunerados	**2**	**9**
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	0,88	0,88
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	0	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	0	0
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	0	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	**0,10%**	**5,32%**

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	**5**	**6**
Nº de membros remunerados	**2**	**5**
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	0,95	0,95
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	0	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	0	0
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	0	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	**0,11%**	**4,17%**

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	**5**	**9**
Nº de membros remunerados	**2**	**9**
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade (1)	5.631.691	288.624.155
Data em que se tornarão exercíveis	Mediante ocorrência de um Evento de Liquidez	Mediante ocorrência de um Evento de Liquidez
Prazo máximo para exercício das opções	O que ocorrer primeiro entre: (i) no caso de IPO, 12 meses contados do *vesting*; e (ii) a verificação de uma Alienação sem que haja o exercício das opções	O que ocorrer primeiro entre: (i) no caso de IPO, 12 meses contados do *vesting*; e (ii) a verificação de uma Alienação sem que haja o exercício das opções
Prazo de restrição à transferência das ações (2)	*Lock-up* de 6 meses contados do exercício para 70% das ações em caso de IPO, não havendo restrição em caso de Alienação	*Lock-up* de 6 meses contados do exercício para 70% das ações em caso de IPO, não havendo restrição em caso de Alienação
Preço médio ponderado de exercício	0,88	0,88
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Opções exercíveis		
Quantidade	0	0
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A

(1) Em 14 de outubro de 2020 foi deliberado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia o grupamento das opções emitidas sob o Plano na proporção de 10:1.

(2) Em 14 de outubro de 2020 foi deliberado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a alteração do período de *Lock-up* de forma que em caso de IPO haverá um *Lock-up* de 190 (cento e noventa) dias contados do exercício para 50% das ações.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Não aplicável, tendo em vista que não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos dois exercícios sociais.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) Modelo de precificação

O valor justo para o Plano de Opções foi calculado na data de outorga, em 16 de setembro de 2018, de acordo com o modelo de precificação “Black & Scholes”.

Os recursos captados com a colocação das opções de compra de ações, pagas aos adquirentes, são registrados em reserva de capital, em conformidade com as determinações do Pronunciamento Técnico do CPC nº 39.

Cumpre esclarecer, ainda, que, os valores das opções decorrentes do Plano de Opções são registradas de acordo com o Pronunciamento Técnico do CPC nº 39 e, portanto, nesta data, tais valores não constam da remuneração total da administração descrita no item 13.2 deste Formulário de Referência, tendo em vista que o Plano de Opções, na opinião da Companhia, não se caracteriza como “remuneração” para quaisquer fins, uma vez que possuem características de um contrato mercantil e oneroso entre as partes.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas, que levam ao valor justo de cada série de opções conforme apresentado abaixo:

Série de opções	Quantidade(1)	Prazo de Carência	Preço de Exercício (2)	Volatilidade Esperada (3)	Dividendos Esperados (4)	Taxa Livre de Risco (5)	Preço de Aquisição
Opções A	3.347.000	5,07	0,28	21,93%	0%	5,37%	0,02
Opções B	2.510.300	5,07	5,80	21,93%	0%	5,37%	0,00(6)
Opções C	2.510.300	5,07	11,69	21,93%	0%	5,37%	0,00(7)

(1) Definida conforme grupamento aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14 de outubro de 2020.
(2) Definido pelo Conselho de Administração da Companhia assumindo o valor de mercado da Companhia no momento da criação do Plano, estando sujeito a ajustes considerando o valor de mercado da Companhia e o grupamento aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14 de outubro de 2020.
(3) Volatilidade média de um grupo de empresas comparáveis de varejo listadas no Brasil e empresas comparáveis de varejo listadas no exterior.
(4) Não foi assumida distribuição de dividendos.
(5) Taxa de juros real da economia, a diferença entre a taxa de juros nominal e a projeção do IPCA. Para isso foram usadas as taxas publicadas em 30 de julho de 2018 para o mercado swap da BM&F Bovespa, em relação a um período semelhante à expectativa de exercícios das opções.
(6) Equivalente à 3.36^{-13}
(7) Equivalente à 1.10^{-17}

13.8 - Precificação Das Ações/opções

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, já que não foi considerado exercício antecipado.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada para as ações da Companhia foi calculada com base na volatilidade média de um grupo de empresas comparáveis, que inclui empresas de varejo em geral no Brasil, e empresas globais de varejo.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, todas as características já estão descritas neste item 13.8.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Nenhum membro da Administração da Companhia detém participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, tendo em vista que não há plano de previdência privada conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	3,92	4,00	0,00	5,00	4,60	0,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	3,92	4,00	0,00	2,00	1,60	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	8.342.819,71	31.647.721,40	0,00	893.313,11	212.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	3.063.869,24	894.788,89	0,00	773.313,11	172.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	6.685.726,03	8.840.967,02	0,00	833.313,11	240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

650

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	Remuneração Anual Total (incluindo fixa, variável e ações vestidas). Executivos com menos de 12 meses foram desconsiderados.
31/12/2018	Remuneração Anual Total (incluindo fixa, variável e ações vestidas).

Conselho de Administração	
31/12/2019	Remuneração Anual Total (incluindo fixa, variável e ações vestidas).
31/12/2018	Remuneração Anual Total (incluindo fixa, variável e ações vestidas).

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Exceto pelos benefícios descritos no quadro 13.1, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável, tendo em vista que, nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não possuía administradores ou membros do conselho fiscal, remunerados, que sejam partes relacionadas aos controladores.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Exercício social 2019 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor	1.666.626,22	10.301.322,11	0	11.967.948,33
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

Exercício social 2019 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor	0	0	0	0
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

Exercício social 2018 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor	384.000,00	8.889.803,82	0	9.273.803,82
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

Exercício social 2018 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor	0	0	0	0
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 13.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 - Descrições dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Não aplicável, considerando que não existem empregados registrados diretamente na Companhia, que é uma sociedade holding.

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Não aplicável, considerando que não existem terceirizados registrados diretamente na Companhia, que é uma sociedade holding.

(c) índice de rotatividade

Não aplicável, considerando o exposto nos itens “a” e “b” acima.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de Recursos Humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

A remuneração fixa se baseia nas responsabilidades do cargo e experiência individuais e tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente (empresa) e externamente (mercado), baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do nosso negócio. Para o estabelecimento de tal remuneração o Conselho de Administração poderá requerer a assessoria de empresa especializada. A remuneração fixa poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada as práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

Já a remuneração variável incentiva o alcance e superação das metas operacionais e de lucratividade pré-estabelecidas pela Companhia, alinhada ao desempenho, sustentabilidade e à estratégia de crescimento do nosso negócio em cada exercício social ("PPR"), com indicadores de desempenho da Companhia considerados para efeito de remuneração variável e metas individuais.

O bônus, destinado aos executivos, objetiva premiar seu alcance e superação das metas de performance individual. O pagamento da premiação será realizado no período de doxe meses subsequentes ao encerramento do exercício social avaliado.

A política de remuneração dos colaboradores da Companhia busca recompensar adequadamente as responsabilidades de cada profissional. Os salários dos nossos empregados são corrigidos anualmente nos termos das Convenções Coletivas de Trabalho celebradas em cada região onde possuímos colaboradores. Além disso, concedemos reajustes salariais à colaboradores de acordo com seu desempenho, potencial e comprometimento. A composição da remuneração inclui salário fixo mensal, benefícios e remuneração variável.

(b) política de benefícios

Os empregados da Companhia são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo, bem como de acordo com a legislação aplicável. Os benefícios visam complementar a remuneração com benefícios de forma a dar uma maior segurança aos nossos executivos e permitir foco no desempenho de suas funções. Alguns dos benefícios são: (i) plano de saúde; (ii) seguro de vida; e (iii) outros que o Conselho de Administração venha a determinar.

Programa de retenção: tem por objetivo reter executivos com base na notória importância de seu trabalho desenvolvido ou a desenvolver para a Companhia, desde que aprovado pelo Conselho de Administração.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui qualquer remuneração baseada em ações concedida aos empregados, além do previsto no Plano de Opções cujas principais características estão descritas a seguir:

(i) Grupo de Beneficiários: Os membros do Conselho de Administração e/ ou da Diretoria da Companhia e de suas controladas, executivos, empregados e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas e que sejam selecionados a exclusivo critério do Conselho de Administração.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

(ii) Condições para exercício: O Conselho de Administração definirá, em cada programa e em relação a cada classe de opção, o prazo a partir do qual a Opção concedida aos participantes tornar-se-á potencialmente apta a exercício ("Prazo de Carência"). O Conselho de Administração definirá também, em cada programa, a antecipação do Prazo de Carência na hipótese de um evento de liquidez.

(iii) Preço de exercício: O preço de exercício é determinado pelo Conselho de Administração no momento da outorga.

(iv) Prazo de exercício: O prazo de exercício é determinado com base na prática atual de mercado, com o vesting das opções ocorrendo ao longo de um período determinado pelo Conselho de Administração.

(v) Quantidade de ações comprometidas pelo plano: O número máximo de ações disponíveis para o exercício das opções no âmbito do Plano está limitado a 10% (dez por cento) das ações de emissão da Companhia após o exercício de todas as opções (*on a fully-dilluted basis*).

Para mais informações sobre o Plano de Opções, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A estrutura sindical é composta pelo seguinte:

Laboral: CNTC – Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio; Contracs - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CUT); 27 federações estaduais; e 206 sindicatos.

Patronal: CNC - Confederação Nacional do Comércio; 27 federações; e 128 sindicatos.

Ademais, a Companhia realiza a negociação de 240 convenções/acordos coletivos por ano.

No último ano, buscamos nos aproximar e estabelecer um bom relacionamento com todos os sindicatos, visando conquistas importantes, como exemplo, possibilidade de abertura aos domingos e feriados em praças onde não era antes permitido.

Não há registro de greves, mobilizações e/ou paralisações desde a data de constituição da Companhia.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 14.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
BRAZIL HOLDINGS S.C.S.					
30.873.752/0001-28	Luxemburgo	Sim	Não	14/10/2020	
Sim	Marcelo Nastromagario		Fisica	266.804.808-76	
86.144.448	18,861%	0	0,000%	86.144.448	18,861%
MOMENTUM – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA					
28.670.954/0001-20	Brasileiro	Sim	Sim	14/10/2020	
Não	Motriz Participações Ltda.				
370.598.722	81,139%	0	0,000%	370.598.722	81,139%
OUTROS					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
456.743.170	100,000%	0	0,000%	456.743.170	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
MOMENTUM – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA				28.670.954/0001-20	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
15.480	100,000	0	0,000	15.480	100,000
TOTAL					
15.480	100,000	0	0,000	15.480	100,000

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	14/10/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	2
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	456.743.170	100,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	456.743.170	100,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

(a) Partes

Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Brazil Holdings S.C.S. e, ainda, como intervenientes anuentes a Companhia, WMS Supermercados do Brasil Ltda., WMB Supermercados do Brasil Ltda., Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda., Bompreço Bahia Supermercados Ltda. e Transportadora Bompreço Ltda.

(b) Data de celebração

14 de outubro de 2020.

(c) Prazo de vigência

10 anos.

(d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

O Acordo de Acionistas prevê que os acionistas se obrigam a votar favoravelmente nas deliberações sociais que tenham por objeto **(i)** a consumação de uma oferta subsequente de ações (*follow-on*) da Companhia, desde que solicitada por um dos acionistas em observância às disposições do acordo de acionistas; e **(ii)** o aumento de capital da Companhia ou consumação de uma oferta subsequente de ações (*follow-on*) da Companhia em decorrência de necessidades de liquidez, em caso recomendação do Conselho de Administração da Companhia, sem prejuízo de outras obrigações eventualmente acordadas entre os acionistas envolvendo processos da Companhia com fato gerador anterior a 1º de agosto de 2018.

(e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Não aplicável.

(f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Não aplicável.

(g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Não aplicável.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 1º de agosto de 2018, a Companhia realizou uma Assembleia Geral Extraordinária na qual a Brazil Holdings S.C.S., à época única acionista da Companhia, aprovou o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais), mediante a emissão de 4.054.817.404 (quatro bilhões, cinquenta e quatro milhões, oitocentos e dezessete mil, quatrocentas e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, o qual foi inteiramente subscrito e pelo Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, atual acionista detentor de 80% do capital social total da Companhia.

Em 14 de outubro de 2020, a Companhia realizou uma Assembleia Geral Extraordinária na qual, entre outras matérias, foi aprovada a conversão voluntária de 85.364.576 ações ordinárias de titularidade do acionista Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia em um mesmo número de ações preferenciais, as quais tiveram seu resgate aprovado no mesmo ato, sob a condição resolutiva da publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública das Ações de emissão da Companhia até a data limite de 30 de abril de 2021, sendo que, caso não seja verificada referida condição, o contrato perderá seus efeitos e ocorrerá o retorno ao *status quo ante*. Adicionalmente, a Assembleia Geral Extraordinária também aprovou a emissão, pela Companhia, de um Bônus de Subscrição em favor da WMT Brasilia S.À.R.L. (sociedade pertencento ao mesmo grupo social da acionista Brazil Holdings S.C.S.), o qual poderá ser exercido caso seja publicado o anúncio de início de distribuição pública inicial das ações da Companhia até 30 de abril de 2021. Para mais informações, favor consultar itens 17.5 e 18.5.

Em 14 outubro de 2020, os acionistas Brazil Holdings S.C.S. e Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, com a interveniência da Companhia, celebraram um contrato de compra e venda de ações, por meio do qual o Momentum adiquiriu 22.277.101 ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade da Brazil Holdings. O contrato foi celebrado sob a condição resolutiva da publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública das Ações de emissão da Companhia até a data limite de 30 de abril de 2021, sendo que, caso não seja verificada referida condição, o contrato perderá seus efeitos e ocorrerá o retorno ao *status quo ante*.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 - Principais operações societárias

(a) evento	**Aporte de Sociedades Operacionais**
(b) principais condições do negócio	Em 16 de junho de 2018, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, o qual foi parcialmente integralizado mediante a contribuição das quotas da WMS Supermercados do Brasil Ltda., Wal-Mart Brasil Ltda. (antiga denominação social da WMB Supermercados do Brasil Ltda.), Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda., Bompreço Bahia Supermercados Ltda., Veraneio Participações Ltda. e Brazil Segundo LLC então detidas pela acionista WMT Brasilia S.À.R.L., sendo a outra parte do aumento de capital subscrita e integralizada pela Brazil Holdings S.C.S.
(c) sociedades envolvidas	• Bompreço do Brasil Participações S.A. (antiga denominação social do Grupo Big Brasil S.A.) • WMT Brasilia S.À.R.L. • Brazil Holdings S.C.S. • WMS Supermercados do Brasil Ltda. • Wal-Mart Brasil Ltda. (antiga denominação social da WMB Supermercados do Brasil Ltda.) • Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda. • Bompreço Bahia Supermercados Ltda. • Veraneio Participações Ltda. • Brazil Segundo LLC (sociedade dissolvida posteriormente)
(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Alterações conforme item (e) abaixo.
(e) quadro societário antes e depois da operação	Quadro societário antes da operação: Quadro societário depois da operação:

15.7 - Principais Operações Societárias

(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação da operação em assembleia geral de acionistas pela unanimidade dos presentes.

(a) evento	**Saída da WMT Brasilia S.À.R.L.**
(b) principais condições do negócio	Em 31 de julho de 2018, a Companhia realizou uma Assembleia Geral Extraordinária na qual foi aprovado o resgate da totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pela WMT Brasilia S.À.R.L., que se retirou do quadro acionário, passando a totalidade das ações de emissão da Companhia a ser detidas pela Brazil Holdings S.C.S.
(c) sociedades envolvidas	• Bompreço do Brasil Participações S.A. (antiga denominação social do Grupo Big Brasil S.A.) • Brazil Holdings S.C.S. • WMT Brasilia S.À.R.L.
(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Alterações conforme item (e) abaixo.
(e) quadro societário antes e depois da operação	Quadro societário antes da operação: Quadro societário depois da operação: Brazil Holdings S.C.S. - detentora de 100% das ações de emissão da Companhia
(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação da operação em assembleia geral de acionistas pela unanimidade dos presentes.

15.7 - Principais Operações Societárias

(a) evento	**Aumento de Capital Social e Alteração de Controle**
(b) principais condições do negócio	Em 1º de agosto de 2018, a Companhia realizou uma Assembleia Geral Extraordinária na qual Brazil Holdings S.C.S., à época única acionista da Companhia, aprovou o aumento de capital social da Companhia R$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais), mediante a emissão de 4.054.817.404 (quatro bilhões, cinquenta e quatro milhões, oitocentos e dezessete mil, quatrocentas e quatro) novas ações ordinárias, o qual foi inteiramente subscrito pelo Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, atual acionista controlador sendo detentor de 80% do capital social total da Companhia.
(c) sociedades envolvidas	• Bompreço do Brasil Participações S.A. (antiga denominação social do Grupo Big Brasil S.A.) • Brazil Holdings S.C.S. • Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Alterações conforme item (e) abaixo.
(e) quadro societário antes e depois da operação	Quadro societário antes da operação: Brazil Holdings S.C.S. - detentora de 100% das ações de emissão da Companhia Quadro societário depois da operação: Brazil Holdings S.C.S. - detentora de 20% das ações de emissão da Companhia Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - detentor de 80% das ações de emissão da Companhia
(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação da operação em assembleia geral de acionistas pela unanimidade dos presentes.

15.7 - Principais Operações Societárias

(a) evento	**Cisão Parcial da Companhia**
(b) principais condições do negócio	Em 31 de dezembro de 2018, foi aprovada a cisão parcial da Companhia com a versão da parcela cindida, a qual era composta pelas quotas da Torch Empreendimentos e Participações Ltda., Dunkirk Empreendimentos e Participações Ltda., Normandia Empreendimentos e Participações Ltda., Valquíria Empreendimentos e Participações Ltda., Gibraltar Empreendimentos e Participações Ltda., Midway Empreendimentos e Participações Ltda., Kursk Empreendimentos e Participações Ltda., Atlântico Empreendimentos e Participações Ltda., Bulge Empreendimentos e Participações Ltda., Pacífico Empreendimentos e Participações Ltda., Overlord Empreendimentos e Participações Ltda. e Barbarossa Empreendimentos e Participações Ltda. detidas pela Companhia, para cada uma das respectivas sociedades (ou seja, as quotas foram entregues para as próprias sociedades cujas quotas integravam a parcela cindida, por exemplo, as quotas da Normandia Empreendimentos e Participações Ltda. foram entregues para a própria Normandia Empreendimentos e Participações Ltda.
(c) sociedades envolvidas	• Grupo Big Brasil S.A. • Torch Empreendimentos e Participações Ltda. • Dunkirk Empreendimentos e Participações Ltda. • Normandia Empreendimentos e Participações Ltda. • Valquíria Empreendimentos e Participações Ltda. • Gibraltar Empreendimentos e Participações Ltda. • Midway Empreendimentos e Participações Ltda. • Kursk Empreendimentos e Participações Ltda. • Atlântico Empreendimentos e Participações Ltda. • Bulge Empreendimentos e Participações Ltda. • Pacífico Empreendimentos e Participações Ltda. • Overlord Empreendimentos e Participações Ltda. • Barbarossa Empreendimentos e Participações Ltda.
(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável.
(e) quadro societário antes e depois da operação	Quadro societário antes da operação: Quadro societário depois da operação:

15.7 - Principais Operações Societárias

(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação da operação em assembleia geral de acionistas e reuniões de sócio, conforme aplicável, pela unanimidade dos presentes.

(a) evento	**Incorporação de Ações**
(b) principais condições do negócio	Em 14 de outubro de 2020, foram aprovadas as incorporações, pela Companhia, de ações de emissão da Torch Empreendimentos e Participações S.A., Valquíria Empreendimentos e Participações S.A., Gibraltar Empreendimentos e Participações S.A., Midway Empreendimentos e Participações S.A., Kursk Empreendimentos e Participações S.A., Bulge Empreendimentos e Participações S.A., Pacífico Empreendimentos e Participações S.A., Overlord Empreendimentos e Participações S.A. e Kharkov Empreendimentos e Participações S.A., as quais tiveram a eficácia de seus efeitos sujeita à verificação da condição suspensiva de publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública das Ações de emissão da Companhia até a data limite de 30 de abril de 2021.
(c) sociedades envolvidas	• Grupo Big Brasil S.A. • Torch Empreendimentos e Participações S.A. • Valquíria Empreendimentos e Participações S.A. • Gibraltar Empreendimentos e Participações S.A. • Midway Empreendimentos e Participações S.A. • Kursk Empreendimentos e Participações S.A. • Bulge Empreendimentos e Participações S.A. • Pacífico Empreendimentos e Participações S.A. • Overlord Empreendimentos e Participações S.A. • Kharkov Empreendimentos e Participações S.A.
(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável.
(e) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável.
(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação da operação em assembleia geral de acionistas pela unanimidade dos presentes.

(a) evento	**Emissão de Bônus de Subscrição**
(b) principais condições do negócio	Em 14 de outubro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária pelos acionistas a emissão, pela Companhia, de um Bônus de Subscrição em favor da WMT Brasilia S.À.R.L., garante ao titular o direito de subscrever 44.719.326 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, mediante a publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública das Ações de emissão da Companhia até a data limite de 30 de abril de 2021.
(c) sociedades envolvidas	• Grupo Big Brasil S.A. • WMT Brasilia S.À.R.L.
(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Alterações conforme item (e) abaixo.

15.7 - Principais Operações Societárias

(e) quadro societário antes e depois da operação	Quadro societário antes da operação: Quadro societário depois da operação:
(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação da operação em assembleia geral de acionistas pela unanimidade dos presentes.

(a) evento	**Aquisição de Ações**
(b) principais condições do negócio	Em 14 de outubro, os acionistas Brazil Holdings S.C.S. e Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, com a interveniência da Companhia, celebraram um contrato de compra e venda de ações, por meio do qual o Momentum adiquiriu 22.277.101 ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade da Brazil Holdings. O contrato foi celebrado sob a condição resolutiva da publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública das Ações de emissão da Companhia até a data limite de 30 de abril de 2021, sendo que, caso não seja verificada referida condição, o contrato perderá seus efeitos e ocorrerá o retorno ao *status quo ante*.
(c) sociedades envolvidas	• Grupo Big Brasil S.A. • Brazil Holdings S.C.S. • Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável.
(e) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável.
(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 - Outras informações relevantes

Ausência de controle no FIP

Em complementação às informações prestadas nas seções 15.1/2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que o Momentum - Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia não possui um cotista que o controle, considerando para estes fins o mesmo critério que, se fosse companhia aberta, seria suficiente para considerar a participação como de acionista controlador, ou seja, não há cotista (i) que seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia, e (ii) que use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

As principais decisões evolvendo o Momentum - Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia são tomadas por um Comitê de Investimento composto por indivíduos apontados por seus cotistas. Por fim, a Companhia informa que a BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA., gestora do fundo, é sociedade devidamente autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, contratada pelo Momentum - Fundo de Investimentos em Participações.

Adicionalmente, o Brazil Holdings S.C.S. é indiretamente detida pelo Walmart Inc., sociedade de capital aberto constituída e existente conforme as leis de Delaware dos Estados Unidos da América, cujas ações são negociadas na New York Stock Exchange.

Além das informações expostas acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação à seção 15 que não tenham sido divulgadas nos itens acima deste Formulário de Referência.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A "Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse" ("Política de Partes Relacionadas"), aprovada na reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 14 de outubro de 2020, visa a assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia sejam tomadas tendo em vista os seus interesses e os interesses dos seus acionistas.

Ainda, referida política visa assegurar que as transações com partes relacionadas sejam conduzidas dentro de condições de mercado, ou seja, aquelas em que, durante a negociação, observam os princípios da: (a) competitividade (preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado); (b) conformidade (aderência dos serviços prestados aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia, bem como aos controles adequados de segurança das informações); (c) transparência (reporte adequado das condições acordadas com a devida aplicação, bem como reflexos destas nas demonstrações financeiras da Companhia); e (d) equidade (estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminação ou privilégios e de práticas que assegurem a não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros).

A Política de Partes Relacionadas da Companhia preza pelas melhores práticas de governança corporativa, revestidas da devida transparência e aplica-se à Companhia e às suas controladas, devendo ser observada: (i) pelos acionistas da Companhia e de suas controladas; e (ii) por todos os administradores da Companhia e de suas controladas, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros(as), filhos, filhos de seus cônjuges ou de companheiros(as), e seus dependentes ou dependente de respectivos cônjuges ou de companheiros(as).

Partes Relacionadas

Para fins da Política de Partes Relacionadas, conforme ilustram a Deliberação da CVM nº 642/10 e o Pronunciamento Técnico do CPC nº 05, entende-se como parte relacionada a pessoa ou a entidade (qualquer administrador, empregado, controlada, sociedade coligada ou afiliada, ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 5% do capital social da Companhia) que está relacionada com a Companhia e, consequentemente refletirá certos impactos nas demonstrações contábeis.

Aprovações

Nos termos da Política de Partes Relacionadas, todas as transações entre partes relacionadas deverão ser aprovadas conforme as seguintes alçadas:

(i) Transações com Partes Relacionadas de valor inferior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) serão aprovadas pela diretoria, instruída por relatório elaborado pelo Departamento Jurídico e pela área de Compliance, e informadas ao Comitê de Auditoria;

(ii) Transações com Partes Relacionadas de valor a partir de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) serão aprovadas pelo Conselho de Administração, mediante parecer prévio do Comitê de Auditoria, instruído por relatório elaborado pelo Departamento Jurídico e pela área de Compliance.

Nas análises, serão considerados os seguintes pontos:

(i) se há motivos claros que justifiquem a realização da transação com a parte relacionada;

(ii) se a transação é realizada em termos, ao menos, igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos a ou por um terceiro não-relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes;

(iii) os resultados de avaliações realizadas ou de opiniões emitidas por empresa especializada e independente, se houver;

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

(iv) se foi realizado ou não um processo competitivo para a referida contratação e o seu resultado;

(v) a metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação; e

(vi) a observância aos princípios e regras da Política de Partes Relacionadas.

Transações com Partes Relacionadas Vedadas

São vedadas as seguintes transações com partes relacionadas:

(i) realizadas em condições que não sejam as condições de mercado;

(ii) a concessão direta de empréstimos ou operações de mútuo ou prestação de garantia (aval/fiança):

(a) aos administradores e membros do conselho fiscal ou do Conselho de Administração ou comitês estatuários ou não e seus respectivos suplentes, bem como aos respectivos cônjuges, companheiros, descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros, exceto pela prestação de garantia (aval/fiança) em relação a contratos de locação das referidas pessoas;

(b) aos parentes, até o 2º (segundo) grau, das pessoas mencionadas acima; e /ou

(c) aos acionistas, pessoas naturais ou jurídica, ou pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 5%, quaisquer administradores da Companhia e seus respectivos suplentes, bem como seus cônjuges, companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as) e respectivos parentes até o 2º (segundo) grau.

A Política de Partes Relacionadas está disponível para consulta no site da Companhia ri.big.com.br.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
WALMART US	01/08/2018	0,00	28.000.000,00		01/08/2026	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da Companhia.						
Objeto contrato	Acordo de licenciamento de propriedade intelectual por meio do qual a Companhia passou a ter o direito exclusivo de operar o clube de compras “Sam’s Club” no Brasil, assim como utilizar as Marcas Sam’s Club. No âmbito do contrato, a Companhia obrigou-se a pagar, na forma de royalties, determinado percentual calculado com base nas vendas da Companhia.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido caso haja transferência direta ou indireta de qualquer participação acionária da Companhia ou de suas afiliadas a determinados concorrentes e suas respectivas afiliadas.						
Natureza e razão para a operação	A Companhia possui interesse em operar o clube de compras “Sam’s Club” no Brasil, assim como utilizar as Marcas Sam’s Club. O Walmart US é detentor dos direitos de operação do referido clube de compras e de utilização das referidas marcas. Disto surge a relação comercial entre as partes.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
WALMART US	01/08/2018	0,00	10.000.000,00		31/07/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da Companhia.						
Objeto contrato	Acordo de licenciamento de propriedade intelectual para uso, pela Companhia, da marca “Walmart”. No âmbito do contrato, a Companhia obrigou-se a pagar, na forma de royalties, determinado percentual calculado com base nas vendas da Companhia.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	O acordo de licenciamento de propriedade intelectual para uso, pela Companhia, da marca “Walmart” foi extinto em 31/07/2020.						
Natureza e razão para a operação	A Companhia possui interesse em utilizar a marca “Walmart”. O Walmart US é detentor dos direitos de utilização da referida marca. Disto surge a relação comercial entre as partes.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
WALMART US	01/08/2018	196.000.000,00	220.000.000,00	196.000.000,00	01/08/2024	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da Companhia.						

677

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Obrigação de pagamento decorrente do resgate de ações de WMT Brasilia SaRL, deliberado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31.7.2018.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Obrigação de pagamento decorrente do resgate de ações de WMT Brasilia SaRL, deliberado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31.7.2018.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
WALMART US	01/08/2018	114.000.000,00	95.000.000,00	114.000.000,00	31/07/2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista indireto da Companhia.						
Objeto contrato	Acordo de licenciamento de propriedade intelectual para uso, pela Companhia, dos sistemas de tecnologia da informação do Walmart US (Information Technology Transition Services Agreement - IT TSA).						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	A Companhia possui interesse em utilizar os sistemas de tecnologia da informação do Walmart US (Information Technology Transition Services Agreement - IT TSA). O Walmart US é detentor dos direitos de utilização do referido sistema de tecnologia da informação. Disto surge a relação comercial entre as partes.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
BULGE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	166.165,00	16.566.178,60	166.165,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja BIG ÁGUAS CLARAS - Rua Copaíba, Lote 1, Mezanino – 1B – Norte s/nº - Loja 01 no bairro Taguatinga, CEP. 71.919-540, na cidade de Brasília, Distrito Federal, objeto da matrícula nº 295.336 do 3º Ofício do Registro Imobiliário do Distrito Federal. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
BULGE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	243.365,00	24.262.799,23	243.365,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja COMBO LINHA AMARELA - Rua Projetada, n.º 345 – Bloco 1, no bairro Engenho de Dentro, CEP. 21.540-304, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, objeto da matrícula nº 118.733 do 6º Serviço Registral de Imóveis da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
BULGE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	22.525,00	2.245.678,77	22.525,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja POSTO LINHA AMARELA - LOTE 1, do PA 48.525, de 3ª categoria, com frente para a Rua Santiago Guerra (Maestro), medindo; 38,35m de frente para a Rua Santiago Guerra (Maestro) em 3 segmentos de 14,25m em curva subordinada a um raio interno de 19,00m, mais 11,85m, mais 12,25m em curva subordinada a um raio interno de 99,00m; 34,54m de fundos; 44,07m à direita e 57,42m à esquerda", objeto da matrícula nº 118.732 do 6º Serviço Registral de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro do Estado do Rio de Janeiro. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
BULGE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	100.420,00	10.011.588,65	100.420,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja SAM'S CONTAGEM - Avenida General David Sarnoff, n.º 5.100 no bairro Cidade Industrial, CEP. 32.210-110, na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, objeto da matrícula nº 82.689 do Serviço do Registro de Imóveis da Comarca de Contagem, Estado de Minas Gerais. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
BULGE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	210.920,00	21.028.124,65	210.920,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja WM CONTAGEM - Avenida General David Sarnoff, n.º 5.230 no bairro Cidade Industrial, CEP. 32.210-110, na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, objeto da matrícula nº 82.667 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Contagem do Estado de Minas Gerais. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
BULGE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	438.055,00	43.672.838	438.055,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Lojas COMBO OSACO/SAM'S E BIG - Avenida dos Autonomistas, n.º 1768-1828, no bairro Centro, CEP. 060.900-27, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, objeto da matrícula nº 71.344 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Osasco do Estado de São Paulo. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
GIBRALTAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	142.290,00	14.185.909,22	142.290,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja PAMPULHA - Avenida Portugal, n.º 5.500 no bairro Itapoã, CEP. 31.710-400 na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, objeto da matrícula nº 104.040 do 5° Oficio de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte do Estado de Minas Gerais. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
GIBRALTAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	126.025,00	12.564.334,66	126.025,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja UBERABA - Rua Santa Beatriz da Silva, n.º 1.000 no bairro Santa Maria, CEP. 38.050-000 na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, objeto da matrícula nº 50.267 do 1° Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Uberaba do Estado de Minas Gerais. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
GIBRALTAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	159.795,00	15.931.107,15	159.795,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja BIG VITÓRIA- Avenida Nossa Senhora da Penha, n.º 2.565 no bairro Santa Luíza, CEP. 29.045-403 na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo; objeto da(s) matrícula(s) nº 23.566, 29.055, 57.337 e 34.976, todas do Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Zona da Comarca da Capital - Vitória do Estado do Espírito Santo. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
STALINGRADO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	147.085,00	14.663.956,82	147.085,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja SAMS VITÓRIA- Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, n.º 1.905 no bairro Bento Ferreira, CEP. 29.050-945 na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo; objeto da matrícula nº Matrícula nº 59.787 do Registro Geral de Imóveis – 2ª Zona de Vitória do Estado do Espírito Santo. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						

682

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
KURSK EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	78.200,00	7.796.317,79	78.200,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja BARRO VERMELHO- Avenida Almirante Alexandrino de Alencar, n.º 1.111 no bairro Barro Vermelho, CEP. 59.030-660, na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, objeto da matrícula nº 30.791 do 1º Registro de Imóveis da Comarca Natal do Estado do Rio Grande do Norte. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
KURSK EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	211.715,00	21.107.383,62	211.715,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja BRASÍLIA COMBO- SIA Sul Tr - Sn – Lote 05 Bla no bairro Zona Industrial (Guará), CEP. 71.200-971, na cidade de Brasília - Distrito Federal, objeto da matrícula nº 33.532 do 4º Oficio do Registro de Imóveis da Comarca do Distrito Federal. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
KURSK EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	136.630,00	13.621.623,30	136.630,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja GOIÂNIA NORTE- Rua Independência s/n.º Q2 - no bairro Jardim Lisboa, CEP. 74.357-015, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, objeto da matrícula nº 80.210 do Oficial de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Goiânia do Estado de Goiás. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
MIDWAY EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	212.980,00	21.233.500,80	212.980,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja AV PARANÁ- Avenida Paraná, n.º 1.250, bairro Cabral, CEP. 80.035-130 na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, objeto da matrícula nº 52.433 do 2º Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba do Estado do Paraná. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
MIDWAY EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	250.035,00	24.927.778,73	250.035,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja TORRES- Avenida Comendador Franco, n.º 3.449 no bairro Guabirotuba, CEP. 81.520-000 na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, objeto da matrícula nº 83.478 da 4ª Circunscrição do Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba do Estado do Paraná. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
OVERLORD EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	70.565,00	7.035.130,26	70.565,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja ARARAS- Avenida Dona Renata, n.º 3.215 – Anexo A, no bairro Vila Pastorello, CEP. 13.600-515 na cidade de Araras, Estado de São Paulo, objeto da matrícula nº 32.636 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca Araras do Estado de São Paulo. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
OVERLORD EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	48.805,00	4.865.720,09	48.805,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja GUARAPUAVA- Rua Conrado Kluber, n.º 191 no bairro Conradinho, CEP. 85.055-030 na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, objeto da matrícula nº 24.137 do 3º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava do Estado do Paraná. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
OVERLORD EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	79.490,00	7.924.927,67	79.490,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja LIMEIRA- Rua Antônio Cruanes Filho, n.º 1.444 – Anexo A, no bairro Jardim Santa Cecília, CEP. 13.480-672 na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, objeto das matrículas nº 19.843 e 44.404, ambas do 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Limeira do Estado de São Paulo. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
OVERLORD EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	90.555,00	9.028.075,90	90.555,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja MOGI GUAÇU- Avenida dos Trabalhadores, n.º 3.400 – Anexo A, no bairro Jardim Almira, CEP. 13.847-040 na cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo, objeto da matrícula nº 40.710 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Guaçu do Estado de São Paulo. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
OVERLORD EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	123.475,00	12.310.106,36	123.475,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja PIRACICABA- Avenida Trinta e Um de Março, n.º 310, no bairro Paulicéia, CEP. 13.424-305 na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, objeto da matrícula nº 35.757 do 2° Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Piracicaba do Estado de São Paulo. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
PACÍFICO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	100.935,00	10.062.932,41	100.935,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja IGUATEMI- Avenida Madre Benvenuta, n.º 687 – Loja 11, no bairro Santa Mônica, CEP. 88.035-000 na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, objeto da(s) matrícula(s) nº 93.679 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Florianópolis do Estado de Santa Catarina. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						

687

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
PACÍFICO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	182.350,00	18.179.777,38	182.350,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja CAMPINAS SHOP. OUTLET- Rua Jacy Teixeira Camargo, n.º 940, no bairro Jardim do Lago, CEP. 13.050-914 na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, objeto da matrícula nº 168.662 do 3º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas Estado de São Paulo. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
STALINGRADO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	180.000,00	17.945.488,51	180.000,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Lojas COMBO GUARULHOS / SAM'S E BIG - Rua José Bernardo Medeiros, n.º 237, no bairro Jardim Santa Francisca, CEP. 07.013-050, na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo; objeto da matrícula nº 71.153, do 1° Registro de Imóveis da Comarca de Guarulhos do Estado de São Paulo. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Especificar	Locador						
STALINGRADO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	183.000,00	18.244.579,99	183.000,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja NATAL - Avenida Dão Silveira, n.º 4.500, no bairro Candelária, CEP. 59.066-180 na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, objeto da matrícula nº 27.606, do 3º Registro de Imóveis da 3ª Zona Ofício de Notas da Comarca de Natal do Estado do Rio Grande do Norte. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
STALINGRADO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	75.375,00	7.514.673,04	75.375,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja NITERÓI - Rodovia BR 101 – KM 318, bairro Barreto, CEP. 24.110-230 na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro; objeto da matrícula nº 5.649, do Registro de Imóveis da 6ª Circunscrição do 15º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Niterói do Estado do Rio de Janeiro. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
STALINGRADO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	146.640,00	14.619.591,31	146.640,00	240 meses	NÃO	10,270000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja SAM'S SANTO ANDRÉ- Avenida Antônio Cardoso, n.º 536 no bairro Parque Central, CEP. 09.280-570 na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, objeto da matrícula nº 51.029 do 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Santo André do Estado de São Paulo. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
STALINGRADO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	133.605,00	13.320.039,12	133.605,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja SÃO CAETANO DO SUL- Avenida Conde Francisco Matarazzo, n.º 838 no bairro Fundação, CEP. 09.520-110 na cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo; objeto da matrícula nº 22.994 do 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Caetano do Sul do Estado de São Paulo. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
STALINGRADO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	254.150,00	25.338.033,36	254.150,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja MAXXI SANTO ANDRÉ- Avenida dos Estados, n.º 8.500 no bairro Parque João Ramalho, CEP. 09.210-300 na cidade de Santo André, Estado de São Paulo; objeto da matrícula nº 53.392 do 2° Registro de Imóveis da Comarca de Santo André do Estado de São Paulo. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis. O referido contrato foi distratado em 14 de outubro de 2020.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
TORCH EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	250.000,00	24.924.289,60	250.000,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja HO BARUERI- Avenida Tucunaré, n.º 125 – CEP. 06.460-020 no bairro Tamboré, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, objeto da matrícula nº 8.745, do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Barueri – Estado de São Paulo. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
VALQUIRIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	48.325,00	4.817.865,45	48.325,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja ASSIS- Avenida Otto Ribeiro, n.º 1.800 – loja 101 no bairro San Fernando Valley, CEP. 19.800-300 na cidade de Assis, Estado de São Paulo, objeto da matrícula nº 52.689 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Assis do Estado de São Paulo. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
VALQUIRIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	85.145,00	8.488.714,83	85.145,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja CAMPOS DOS GOYTACASES- Avenida Dr. Nilo Peçanha, n.º 439 no bairro Queimados, CEP. 28.030-035, na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, objeto da matrícula nº 3.121 do Cartório do 12º Ofício da 5ª Circunscrição Territorial do Registro Geral e das Hipotecas da Comarca de Campos dos Goytacazes do Estado do Rio de Janeiro. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
VALQUIRIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	123.235,00	12.286.179,04	123.235,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja FRANCA- Avenida Dr. Antônio Barbosa Filho, n.º 181 no bairro Jardim Francano, CEP. 14.405-000, na cidade de Franca, Estado de São Paulo, objeto das matrículas nº 12.164, 21.572, 24.641 e 24.642 do 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Franca, Estado de São Paulo. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
VALQUIRIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	72.595,00	7.237.514,94	72.595,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja INDAIATUBA- Rua Ely Lopes de Souza, n.º 705 no bairro Jardim Nova Indaiá, CEP. 13.344-480, na cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, objeto da matrícula nº 70.333 do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Indaiatuba do Estado de São Paulo. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
VALQUIRIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	112.600,00	11.225.900,04	112.600,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja ITU- Avenida Dr. Ermelindo Maffei, n.º 945 no bairro São Luiz, CEP. 13.304-305, na cidade de Itu, Estado de São Paulo, objeto da matrícula nº 079053 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Itu do Estado de São Paulo. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
VALQUIRIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	109.945,00	10.961.204,36	109.945,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja JACAREÍ- Avenida Siqueira Campos, n.º 1.265 no bairro Jardim Esper, CEP. 12.307-000, na cidade de Jacareí, Estado de São Paulo, objeto da matrícula nº 68.788 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jacareí do Estado de São Paulo. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
VALQUIRIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	176.835,00	17.629.946,73	176.835,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - Avenida José Munia, n.º 4.501 no bairro Jardim Redentor, CEP. 15.085-350, na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, objeto da matrícula nº 64.733 do 2° Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Rio Preto do Estado de São Paulo. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
BARBAROSSA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	90.000,00	8.972.744,26	90.000,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja CASA FORTE - Praça Jornalista Francisco Pessoa de Queiroz, n.º 23 no bairro Casa Forte, CEP. 52.060-412 na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, objeto da matrícula nº 22.898 do 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca Recife do Estado de Pernambuco. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
BARBAROSSA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	84.970,00	8.471.268,10	84.970,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja MAXXI OLINDA- Avenida Dr. José Augusto Moreira, n.º 2.221 no bairro Casa Caiada, CEP. 53.130-410 na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco, objeto da matrícula nº 26.191 do 1º Ofício de Notas e Registros de Imóveis, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Olinda. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
BARBAROSSA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	8.460,00	843.437,96	8.460,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja MACEIÓ- Rua João de Oliveira Melo, n.º 709 no bairro Cidade Universitária, CEP. 57.072-060 na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, objeto da matrícula nº 134.557 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Maceió do Estado de Alagoas. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis. O referido contrato foi distratado em 14 de outubro de 2020.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
BARBAROSSA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	40.425,00	4.030.257,90	40.425,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja TD SÃO LOURENÇO DA MATA - Avenida Dr. Pedro Augusto Corrêa de Araújo, n.º 295 no bairro Centro, CEP. 54.735-110 na cidade de São Lourenço da Mata, Estado de Pernambuco, objeto da matrícula nº 20.452 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço da Mata do Estado de Pernambuco. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
BARBAROSSA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	3.535,00	352.429,18	3.535,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja VARGEM GRANDE - Praça São Sebastião, n.º 742 no bairro Centro, CEP. 65.430 -000 na cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão, objeto da matrícula nº 2.263 do 1º Ofício Extrajudicial Registro de Imóveis da Comarca de Vargem Grande do Estado do Maranhão. A sociedade conta com carência de pagamento de alugueis pelos três anos iniciais do contrato.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 3 aluguéis. O referido contrato foi distratado em 14 de outubro de 2020.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
ATLÂNTICO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	273.845,00	27.301.568,62	273.845,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - Loja CD BARUERI - Estrada dos Alpes, n.º 320 na cidade de Jandira, Estado de São Paulo, objeto das matrículas nº 108.406 e 106.385, ambos do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barueri do Estado de São Paulo. O Contrato foi distratado em setembro de 2020.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 03 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						
ATLÂNTICO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	30/09/2018	262.570,00	26.177.483,43	262.570,00	240 meses	NÃO	10,270000
Relação com o emissor	Controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Locação de Imóvel Para Fins Não Residenciais - CD BETIM - Avenida Juiz Marco Túlio Isaac, n.º 7.001 no bairro Jardim Cidade, na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, objeto da matrícula nº 138.791 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Betim do Estado de Minas Gerais. O Contrato foi distratado em setembro de 2020.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Multa de 03 aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locador						

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Relativamente aos contratos com Walmart U.S. firmados em 01/08/2018, sua negociação foi no âmbito do ingresso do Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia como acionista da Companhia nessa mesma data, tendo, portanto, sido transações discutidas entre potencial adquirente de ações e acionista indireto que tomaria posição de minoritário. Portanto, houve diligência no sentido de a aquisição de participação que se negociou à época não implicar condições que não fossem comutativas, considerando a empresa-alvo do investimento pelo fundo e o interesse deste como entidade que passou a ser acionista majoritária.

Relativamente aos contratos de locação, estes foram firmados com sociedades que à época eram 100% controladas pela Companhia (ver quadro sobre cisão parcial da sociedade no item 15.7 deste formulário de referência), bem como foram avaliados pelos diretores como contratos em condições comutativas e não prejudiciais à Companhia. Portanto, quando se deu a cisão parcial e tais sociedades se tornaram sociedades sob controle comum, não foi necessária sua repactuação. Cabe mencionar que parte dos contratos de locação deverá voltar a ser contratada com subsidiárias integrais após incorporação de ações também descrita no item 15.7 deste formulário de referência.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Com relação ao caráter comutativo dos contratos com Walmart U.S. firmados em 01/08/2018, fica o mesmo demonstrado pelo fato de a transação ter sido relacionada ao ingresso do Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia como acionista da Companhia, tendo a negociação dos contratos sido feita da posição de potencial adquirente de ações.

A avaliação da Companhia sobre as condições dos contratos de locação se deu conforme descrito no item “a” acima, sendo certo que não houve prejuízo à Companhia, pois foi considerado o padrão de mercado na avaliação da Companhia sobre as condições, de modo que não se estabelecessem obrigações para a Companhia que fossem mais onerosas do que tal padrão.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 - Outras informações relevantes

Contrato de Gestão de Serviços de Fornecedores

Em 1º de agosto de 2018, foi celebrado o "Supplier Management Services Agreement", entre a Companhia, por meio de suas subsidiárias, e o WMGS Services Ltd., sociedade pertencente ao grupo econômico do Walmart US. Por meio do contrato, o Walmart US comprometeu-se a prover acesso e auxiliar a Companhia junto a fornecedores internacionais do Walmart US, incluindo, mas não se limitando, às seguintes atividades: (i) identificação de fabricantes e fornecedores adequados para a fabricação e fornecimento de produtos à Companhia, (ii) obtenção de produtos a custos menores para a Companhia (em decorrência dos pedidos em larga escala), (iii) auxílio na negociação de preços, serviços de transporte e logística, cronogramas de entrega e documentação de importação dos produtos, e (iv) implementação de sistemas de controle, procedimentos e normas aplicáveis aos produtos adquiridos e/ou inspecionados para a Companhia.

Em contrapartida aos serviços objeto do contrato, a Companhia comprometeu-se a pagar ao Walmart US uma comissão à taxa fixa determinada em contrato. O contrato permanecerá vigente enquanto o Contrato de Licença de Uso também o estiver, ou seja, 8 anos a partir da data de assinatura (até 1º de agosto de 2026), podendo ser renovado mediante concordância de ambas as partes. Entre outras hipóteses previstas, o contrato será automaticamente rescindido no caso de o Contrato de Licença de Uso terminar por qualquer motivo.

Adicionalmente, considerando a incorporação de ações a que se refere o item 3.3 deste Formulário de Referfência, cuja eficácia está sujeita à divulgação do anúncio de início da Oferta, os contratos de locação indicados no item 16.2 deste Formulário de Referfência passarão a vigorar de forma que as Sociedades (conforme definido no item 3.3 deste Formulário de Referfência) e as locatárias serão sociedades sob controle comum da Companhia, pelo que tais contratos deixarão de ser reportados e serão incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Para mais informações sobre a incorporação de ações, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

Além das informações dispostas acima, não há outras informações relevantes com relação a este item 16.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
14/10/2020	221.655.067,89	Não aplicável	456.743.170	0	456.743.170
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
14/10/2020	221.655.067,89	Não aplicável	456.743.170	0	456.743.170
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
14/10/2020	221.655.067,89		456.743.170	0	456.743.170
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
14/10/2020	0,00		91.500.000	0	91.500.000

700

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
16/07/2018	Assembleia Geral	16/07/2018	1.239.872.555,00	Subscrição particular	1.239.872.555	0	1.239.872.555	2.479.745,11000000	10,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Valor econômico das sociedades abaixo mencionadas através da metodologia do fluxo de caixa descontado, conforme laudo de avaliação elaborado por empresa independente.									
Forma de integralização	Na mesma data, mediante conferência à Companhia de quotas de emissão da WMS Supermercados do Brasil Ltda., Wal-Mart Brasil Ltda., Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda., Veraneio Participações Ltda. e Brazil Segundo LLC. E, em até 30 dias contados de 16 de julho de 2018, em moeda corrente nacional.									
01/08/2018	Assembleia Geral	01/08/2018	190.000.000,00	Subscrição particular	4.054.817.404	0	4.054.817.404	0,15324100	0,46	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	80% do valor econômico mencionado no aumento de capital de 16/07/2018.									
Forma de integralização	Em moeda corrente nacional, sendo uma parte na mesma data e outra parte até 01/09/2019. Em 14/10/2020 mediante compensação contra parcela da reserva de capital.									
05/12/2019	Assembleia Geral	05/12/2019	16.520.000,00	Subscrição particular	352.555.703	0	352.555.703	0,08053200	0,46	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Mesma base de avaliação do aumento de capital de 01/08/2018.									
Forma de integralização	282.044.562 ações foram totalmente subscritas e integralizadas em 15 dias contados de 05/12/2019, em moeda nacional, pela Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, e 70.511.141 ações foram totalmente subscritas e integralizadas em 15 dias contados de 05/12/2019, em moeda nacional, pela Brazil Holdings S.C.S.									

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
14/10/2020	5.421.077.458	0	5.421.077.458	542.107.746	0	542.107.746

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
31/12/2018	31/12/2018	1.224.737.987,00	5.068.521.755	0	5.068.521.755	1.429.873.055,00000000	0,00

Forma de restituição Não houve cancelamento de ações.

Razão para redução Cisão Parcial da Companhia.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

Em 14 de outubro de 2020, a Companhia realizou uma Assembleia Geral Extraordinária na qual foi aprovada, entre outras matérias, a criação de ações preferenciais resgatáveis e subsequente conversão voluntária de 85.364.576 ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade do acionista Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia em uma mesma quantidade de ações preferenciais. Ato subsequente, foi aprovado o resgate da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia, mediante a compensação contra o dever de integralização de capital social em aberto da Companhia no mesmo exato valor, devido pelo Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, sem a redução do capital social. A criação de ações preferenciais, a conversão voluntária de ações ordinárias de titularidade do Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia em ações preferências e o resgate de referidas ações preferenciais foram aprovados sob condição resolutiva, devendo ser automaticamente revogadas com retorno ao *status quo ante* caso não ocorra o publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública das Ações de emissão da Companhia até a data limite de 30 de abril de 2021.

Em 14 de outubro de 2020, a Companhia os acionistas da Companhia aprovaram em sede de Assembleia Geral Extraordinária a incorporação, pela Companhia, de ações de emissão da Torch Empreendimentos e Participações S.A., Valquíria Empreendimentos e Participações S.A., Gibraltar Empreendimentos e Participações S.A., Midway Empreendimentos e Participações S.A., Kursk Empreendimentos e Participações S.A., Bulge Empreendimentos e Participações S.A., Pacífico Empreendimentos e Participações S.A., Overlord Empreendimentos e Participações S.A. e Kharkov Empreendimentos e Participações S.A., tendo a eficácia de seus efeitos sujeita à verificação da publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública das Ações de emissão da Companhia até a data limite de 30 de abril de 2021. Para mais informações, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

Além das informações dispostas acima, não há outras informações relevantes com relação a este item 17.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual (a) não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido apurado no exercício de 2020 (a ser distribuído aos acionistas conforme for deliberado na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2021), e (b) não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado nos exercícios de 2021 em diante ser distribuído aos acionistas conforme for deliberado nas Assembleias Gerais Ordinárias a se realizarem de 2022 em diante.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Sim
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	Deliberação da Assembleia Geral da Companhia que deverá determinar a fórmula de cálculo do valor de resgate.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social.
Outras características relevantes	A Companhia pleiteou a listagem de suas ações ordinárias no segmento especial de governança corporativa da B3 denominado Novo Mercado.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O estatuto social da Companhia não estabelece nenhuma hipótese de limitação ao direito de voto de acionistas significativos.

Quanto à obrigação de realizar oferta pública ("OPA"), o estatuto social prevê as hipóteses de: (i) OPA por alienação de controle, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Regulamento do Novo Mercado; e (ii) OPA para saída do Novo Mercado, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Caso não haja definição expressa nesta seção 18.2, os termos definidos desta terão o significado que lhes é atribuído no estatuto social da Companhia.

OPA por alienação de controle

A alienação de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública para aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

OPA para saída do Novo Mercado

A saída da Companhia do Novo Mercado pode ocorrer em decorrência (i) de decisão do acionista controlador ou da Companhia; (ii) de descumprimento de obrigações contidas no Regulamento do Novo Mercado; e (iii) do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou da conversão de categoria do registro da CVM, hipótese na qual deve ser observado o disposto na legislação e na regulamentação em vigor.

A saída voluntária da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida por oferta pública para aquisição de ações da Companhia, respeitado o Regulamento do Novo Mercado e as normas legais e regulamentares aplicáveis.

A oferta pública para aquisição de ações nesta hipótese poderá ser dispensada por Assembleia Geral, instalada conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado, sendo que a deliberação deverá ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes à Assembleia Geral.

A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública para aquisição de ações com as mesmas características da oferta em caso de saída voluntária do Novo Mercado, respeitado o Regulamento do Novo Mercado e as normas legais e regulamentares aplicáveis.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não aplicável, tendo em vista que o estatuto social da Companhia não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Certificado nº 1 de Bônus de Subscrição
Data de emissão	14/10/2020
Quantidade (Unidades)	1
Valor total (Reais)	0,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	O Bônus de Subscrião poderá ser transferido, obrigatoriamente em sua integralidade, para a Brazil Holdings S.C.S., desde que também seja cedido e transferido à Brazil Holdings S.C.S. o direito de crédito que a WMT BRASILIA S.À.R.L atualmente tem perante a Companhia, no montante de R$ 196.000.000,00, decorrente do resgate das ações de emissão da Companhia e então de titularidade do Titular, conforme aprovado na AGE de 31.07.2018. Exceto unicamente pela cessão e transferência à Brazil Holdings S.C.S. nos termos acima, o Bônus de Subscrição não poderá ser transferido ou cedido, total ou parcialmente.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	O Bônus de Subscrição garante ao titular o direito de subscrever 44.719.326 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, mediante a quitação do Preço de Exercício de R$ 196.000.000,00, o qual será quitado mediante compensação contra direito de crédito que a WMT BRASILIA S.À.R.L atualmente tem perante a Companhia, no montante de R$ 196.000.000,00, decorrente do resgate das ações de emissão da Companhia aprovado na AGE de 31.07.2018. O número de Ações do Bônus será ajustado na mesma medida conforme sejam deliberados grupamentos, desdobramentos ou bonificações de ações da Companhia. As ações decorrentes do Bônus de Subscrição terão os mesmos direitos das ações ordinárias de emissão da Companhia, sendo que o Bônus de Subscrição não garante ao Titular quaisquer direitos (inclusive direito de voto e direitos econômicos) aplicáveis às referidas ações antes do seu exercício.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	A emissão das ações objeto do Bônus de Subscrição está condicionada à publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública das Ações de emissão da Companhia até a data limite de 30 de abril de 2021.
Outras características relevantes	O Bônus de Subscrição foi emitido em favor da WMT BRASILIA S.À.R.L., a antiga acionista da Companhia e integrante do grupo societário da atual acionista Brazil Holdings S.C.S.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
	0	1	0

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros desde a data de sua constituição.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Outras informações relevantes

Em virtude da limitação de caracteres do sistema Empresas.Net, a Companhia informa abaixo complementação ao item “18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil” deste Formulário de Referência.

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Certificado nº1 de Bônus de Subscrição
Data de emissão	14 de outubro de 2020
Data de vencimento	A partir da verificação da Condição Suspensiva, o Titular poderá exercer o Bônus de Subscrição em sua integralidade no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública das Ações de emissão da Companhia, desde que tal publicação ocorra até a data limite de 30 de abril de 2021
Quantidade (Unidades)	1
Valor total (Reais)	Preço de emissão de R$ 1,00, sendo o Preço de Exercício R$ 196.000.000,00, o qual será quitado mediante compensação contra o direito de crédito que a WMT BRASILIA S.À.R.L atualmente tem perante a Companhia, no mesmo montante de R$ 196.000.000,00, decorrente do resgate das ações de emissão da Companhia aprovado na AGE de 31.07.2018.
Saldo devedor em aberto	R$ 0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	O Bônus de Subscrião poderá ser transferido, obrigatoriamente em sua integralidade, para a Brazil Holdings S.C.S., desde que também seja cedido e transferido à Brazil Holdings S.C.S. o direito de crédito que a WMT BRASILIA S.À.R.L atualmente tem perante a Companhia, no montante de R$ 196.000.000,00, decorrente do resgate das ações de emissão da Companhia e então de titularidade do Titular, conforme aprovado na AGE de 31.07.2018. Exceto unicamente pela cessão e transferência à Brazil Holdings S.C.S. nos termos acima, o Bônus de Subscrição não poderá ser transferido ou cedido, total ou parcialmente.
Conversibilidade	Não
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social	N/A
Possibilidade resgate	Não
Hipótese e cálculo do valor de resgate	N/A

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Características dos valores mobiliários	O Bônus de Subscrição garante ao titular o direito de subscrever 44.719.326 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, mediante a quitação do Preço de Exercício de R$ 196.000.000,00, o qual será quitado mediante compensação contra direito de crédito que a WMT BRASILIA S.À.R.L atualmente tem perante a Companhia, no montante de R$ 196.000.000,00, decorrente do resgate das ações de emissão da Companhia aprovado na AGE de 31.07.2018. O número de Ações do Bônus será ajustado na mesma medida conforme sejam deliberados grupamentos, desdobramentos ou bonificações de ações da Companhia. As ações decorrentes do Bônus de Subscrição terão os mesmos direitos das ações ordinárias de emissão da Companhia, sendo que o Bônus de Subscrição não garante ao Titular quaisquer direitos (inclusive direito de voto e direitos econômicos) aplicáveis às referidas ações antes do seu exercício.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	A emissão das ações objeto do Bônus de Subscrição está condicionada à publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública das Ações de emissão da Companhia até a data limite de 30 de abril de 2021.
Outras características relevantes	O Bônus de Subscrição foi emitido em favor da WMT BRASILIA S.À.R.L., a antiga acionista da Companhia e integrante do grupo societário da atual acionista Brazil Holdings S.C.S.

Além das informações dispostas acima, não há outras informações relevantes com relação a este item 18.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão nos últimos dois exercícios sociais e no exercício social corrente (ou seja, desde sua constituição).

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não há valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 19.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**14/10/2020**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de administração
Cargo e/ou função	O acionista controlador, os administradores, os conselheiros fiscais, os membros de quaisquer órgãos da Companhia com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou, ainda, os empregados e demais colaboradores da Companhia, do acionista controlador ou das sociedades controladas ou coligadas que, em decorrência de seu cargo, função ou posição na Companhia, no acionista controlador ou nas sociedades controladas ou coligadas, possam ter conhecimento ou acesso a qualquer informação privilegiada (“Pessoas Vinculadas”)

Principais características e locais de consulta

O propósito da “Política de Negociação de Valores Mobiliários” (“Política de Negociação”) é estabelecer regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como evitar o uso inadequado de informações privilegiadas, nos termos da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”).
A Política de Negociação está disponibilizada para consulta eletronicamente pelos sites: (i) da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Neste website, acessar, na página inicial, em acesso rápido, “Consulta – Companhias – Demonstrações, ITR, DFP, DF, Balanço, Fato Relevante” e digitar “Big” no campo disponível; (ii) da Companhia (ri.big.com.br); bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na Avenida Tucunaré, nº 125, bloco A superior, sala 109, CEP 06460-020, na cidade de Barueri, no Estado de São Paulo.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Pendência de Divulgação de Fato Relevante
É vedada a negociação de valores mobiliários por Pessoa Vinculada que possa ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia até que ela a divulgue ao mercado na forma de ato/fato relevante, conforme a Política. Também se aplica quando estiver em curso aquisição ou alienação de valores mobiliários pela Companhia, sociedades controladas, sociedades coligadas ou sociedade sob controle comum; ou houver sido outorgada opção ou mandato para isso; e quando existir a intenção de promover incorporação, cisão total/parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.

Após Divulgação de Ato/Fato Relevante
Nesses casos, mesmo após a divulgação de ato/fato relevante, prevalecerá a proibição de negociação se ela puder interferir nas condições dos negócios com valores mobiliários, acarretando dano à Companhia/acionistas. Tal restrição deve ser informada pelo DRI.

Período Anterior à Divulgação de ITR, DFP e Distribuição de Resultados
Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários no período de 15 dias anterior à divulgação/publicação das informações trimestrais e demonstrações financeiras padronizadas. Tais restrições não se aplicam na hipótese de plano de investimento que atenda aos requisitos aplicáveis. Pessoas Vinculadas também não podem negociar valores mobiliários em período determinado pelo DRI, desde a decisão de aumentar o capital social, distribuir resultados, bonificações em ações ou seus derivativos ou aprovar desdobramento, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios.

Deliberação Relativa à Aquisição ou à Alienação de Ações de Emissão da Companhia
O Conselho não poderá aprovar programa de recompra enquanto não forem divulgadas ao público informações sobre a celebração de acordo ou contrato para a transferência do controle acionário; outorga de opção ou mandato para o fim de transferência de do controle; ou existência de intenção de promover incorporação, cisão total/parcial, fusão, transformação ou reorganização societária que envolva a Companhia. Caso após a aprovação de programa de recompra ocorra fato que se enquadre em qualquer das 3 hipóteses acima, a Companhia suspenderá imediatamente as operações com seus valores mobiliários até a divulgação do respectivo ato/fato relevante.

Ex-Administradores
Os ex-administradores que se afastarem da administração antes da divulgação pública de ato/fato relevante relativo a negócio/fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar valores mobiliários pelo prazo de 6 meses ou até que tal ato/fato relevante tenha sido divulgado, o que ocorrer por último, observado o disposto abaixo. Se a negociação com os valores mobiliários, mesmo após a divulgação do ato/fato relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios em prejuízo da Companhia/de seus acionistas, os ex-administradores não poderão negociar valores mobiliários pelo prazo mínimo de 6 meses após seu afastamento, devendo tal restrição adicional ser informada pelo DRI.

Vedações Adicionais
As vedações também se aplicam às negociações realizadas direta ou indiretamente por Pessoas Vinculadas caso estas negociações se deem por intermédio de pessoas ligadas; terceiros com quem tiverem celebrado contrato de administração de carteira ou de negócio fiduciário; ou qualquer pessoa que tenha tido conhecimento de informação privilegiada, por meio de Pessoa Vinculada, sabendo que ainda não foi divulgada ao mercado. Não são consideradas negociações indiretas e não estão sujeitas à vedação, as negociações realizadas por fundos e/ou clubes de investimento de que sejam cotistas as pessoas acima, desde que não sejam exclusivos; e as decisões de negociação do administrador do fundo e/ou clube de investimento não possam de qualquer forma ser influenciadas por seus cotistas.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 20.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Exceto pela política de divulgação de ato ou fato relevante ("Política de Divulgação"), a Companhia não adota qualquer outra norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e as Instruções CVM 358 e 480, toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, bem com o arquivar junto à CVM quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, a Companhia deve cumprir com as normas e legislação relacionadas acima.

A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante, os quais originam a obrigatoriedade de divulgação de informações ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da Companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;

- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da Companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a Companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à Companhia em questão;

- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM, bem como ao mercado em geral, por meio da publicação dos referidos atos ou fatos relevantes nos jornais geralmente utilizados pela referida companhia;

- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;

- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando, ainda, quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto alterem sua participação direta ou indireta, para cima ou para baixo, os patamares de 5%, 10%, 15%, e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social de companhia aberta, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e

- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

O texto completo da Política de Divulgação poderá ser encontrado na página de relação com investidores da Companhia (ri.big.com.br), bem como fisicamente no escritório administrativo da Companhia, localizado na Avenida Tucunaré, nº 125, Bloco A, Superior, Sala 109, Tamboré, CEP 06460-020, na cidade de Barueri, no Estado de São Paulo.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante ("Política de Divulgação"), aprovada em reunião do conselho de administração da Companhia, tem como propósito disciplinar os procedimentos internos a serem adotados com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de ato ou fato relevante, nos termos da Instrução CVM 358.

A divulgação e comunicação à CVM e às entidades do mercado de ato ou fato relevante, pelos canais institucionais de comunicação da Companhia, assim como a adoção dos demais procedimentos previstos na Política de Divulgação, é obrigação do diretor de relações com investidores, conforme definido na Política de Divulgação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado em portal de notícias com página na rede mundial de computadores, bem como disponibilizado: (i) na página do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net); e (ii) no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.big.com.br) em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM.

A informação constante de ato ou fato relevante deverá ser apresentada de forma clara e precisa, em linguagem objetiva e acessível ao público investidor. Sempre que for utilizado algum conceito técnico que, a critério do diretor de relações com investidores, seja considerado como de maior complexidade, uma explicação sobre o seu significado deverá constar da informação divulgada.

Na hipótese de veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, deverá o diretor de relações com investidores divulgar simultaneamente a respectiva informação ao mercado, na forma estabelecida na Política de Divulgação.

O acionista controlador, os diretores, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, quando instalados, que tenham firmado termo constante da Política de Divulgação, bem como qualquer empregado da Companhia que venha a ter acesso a informações sobre ato ou fato relevante, conforme o item 4.5 da Política de Divulgação, serão responsáveis por comunicar ao diretor de relações com investidores todo e qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento e que saibam não ter ainda chegado ao conhecimento do diretor de relações com investidores, que promoverá sua divulgação.

A comunicação ao diretor de relações com investidores deverá ser feita por meio de correio eletrônico, para o endereço ri.big@big.com.br.

Caso as pessoas mencionadas acima constatem a omissão do diretor de relações com investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação por mais de três dias úteis, e desde que não tenha sido deliberada a manutenção do sigilo sobre o ato ou fato relevante – nos termos da Seção 5 da Política de Divulgação – tais pessoas deverão encaminhar imediatamente comunicação escrita aos administradores da Companhia para que estes tomem as medidas cabíveis para divulgação da informação ao mercado e às autoridades competentes, se for o caso.

Sempre que a CVM ou as entidades do mercado exigirem do diretor de relações com investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários, deverá o diretor de relações com investidores inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

As pessoas inquiridas na forma do parágrafo acima deverão responder à solicitação do diretor de relações com investidores imediatamente. Caso não tenham condições de se encontrarem pessoalmente ou falarem por telefone com o diretor de relações com investidores ainda no mesmo dia em que este tiver tido conhecimento da respectiva exigência da CVM ou das entidades do mercado, as pessoas em questão deverão enviar correio eletrônico com as informações pertinentes para o endereço ri.big@big.com.br.

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, simultaneamente à CVM e às entidades de mercado, sempre que possível uma hora antes do início ou após o encerramento dos negócios nas entidades do mercado.

Quando os valores mobiliários estiverem sendo negociados simultaneamente em entidades do mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, sempre que possível uma hora antes do início ou após o encerramento dos negócios em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 21.